

**A construção social de um subúrbio: sentidos públicos e dinâmicas  
privadas, entre a *produção* e a *apropriação***

**Leda Patrícia da Costa Barbio**

**Tese de Doutoramento em Sociologia**

**Ramo de Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente**

Leda Patrícia da Costa Barbio, A construção  
social de um subúrbio: sentidos públicos e  
dinâmicas privadas, entre a *produção* e a  
*apropriação*, 2016

**Setembro, 2016**

**A construção social de um subúrbio: sentidos públicos e dinâmicas  
privadas, entre a *produção* e a *apropriação***

**Leda Patrícia da Costa Barbio**

**Tese de Doutoramento em Sociologia**

**Ramo de Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente**

**Setembro, 2016**



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, ramo de Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Casimiro Marques Balsa.

Apoio financeiro da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/43367/2008, financiada por fundos nacionais do MEC – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.



*Para a minha mãe, por tudo.*



## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos os jovens dos bairros do Plano Integrado de Almada que tão bem me acolheram nas suas vidas e me dispensaram do seu tempo e paciência para me mostrar e falar dos seus quotidianos.

À Dr.<sup>a</sup> Fernanda Martins, por ter permitido que realizasse a observação participante no Projeto Geração Cool, do Bairro Amarelo. A todos os técnicos e monitores do Espaço Jovem agradeço a atenção dispensada e a disponibilidade sempre demonstrada para me ajudar a integrar e a pesquisar as várias valências e atividades do Projeto. Tenho que consagrar aqui um agradecimento especial ao monitor Bruno Varela, sem o qual a minha integração no bairro não teria sido a mesma, pelas portas que me abriu em múltiplas frentes e com variados atores do bairro.

Ao meu orientador, professor e mestre das “artes sociológicas”, Professor Doutor Casimiro Balsa. A sua paciência permanente para lidar com as minhas hesitações e frustrações foi inigualável ao longo destes anos de trabalho conjunto. Sem a sua orientação, perspicácia, visão metodológica e teórica este trabalho não teria sido possível. Muito obrigada.

À minha “família ceótica” – Paula Bouça, Liliana Pascueiro, Clara Vital e Cláudia Urbano – que tanto me ouviram e aconchegaram nos momentos de desânimo e frustração, saibam que foram uma das forças motrizes que levou este projeto a bom porto. Obrigada também pelo apoio na revisão de texto e na disponibilidade demonstrada para me facilitar o processo de entrega desta tese.

Neste âmbito cabe-me destacar também as companheiras da batalha de doutoramento, Fátima Rocha e Arlinda Cabral, pelo apoio constante e partilha de estratégias de superação do esmorecimento que por vezes de mim se apoderava. Conseguimos!

Aos amigos (particularmente à Catarina Carreira, pelo apoio fundamental na parte final da tese) e família (pais de várias proveniências, irmãos) obrigada por me terem tolerado em momentos menos bons e por estarem sempre lá para me empurrar para a frente. Aqui tenho que destacar a minha mãe (Cristina Carvalheira) e o Miguel Monteiro, pelo incondicional apoio emocional dado ao longo deste percurso. Muito obrigada.



# **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM SUBÚRBIO: SENTIDOS PÚBLICOS E DINÂMICAS PRIVADAS, ENTRE A *PRODUÇÃO* E A *APROPRIAÇÃO***

**LEDA PATRÍCIA DA COSTA BARBIO**

## **RESUMO**

Os “subúrbios problemáticos” são bons analisadores de modos de construção de problemas sociais e de modos de produzir e gerir recursos individuais e coletivos, na perspetiva da definição de políticas públicas e da intervenção. Tomámos como unidade de análise um bairro social da Área Metropolitana de Lisboa que é representado socialmente como um subúrbio sensível, sendo, institucionalmente, definido como alvo prioritário de políticas públicas. O objetivo central desta pesquisa foi distinguir os níveis e os sentidos sociais em torno dos quais se cristalizam as convergências e as divergências significativas entre esta *produção* e os modos de *apropriação* do bairro pelos habitantes. Interessou-nos, simultaneamente, compreender como se faz a *mediação* entre estes dois grandes vetores, como se articulam e influenciam (mais ou menos) entre si. Tendo recorrido ao método indutivo e de descoberta, pondo em prática uma etnografia reflexiva, direccionámos a pesquisa, no nível socio antropológico, para o estudo das dinâmicas dos jovens do subúrbio, que aqui retratamos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Subúrbio, Área Metropolitana de Lisboa, Políticas Públicas, Identidade(s)

**SOCIAL CONSTRUCTION OF A SUBURB: PUBLIC PERCEPTION AND PRIVATE  
DYNAMICS, BETWEEN PRODUCTION AND *APROPRIATION***

**LEDA PATRÍCIA DA COSTA BARBIO**

**ABSTRACT**

“Problematic suburbs” provide a good framework for the analysis of the ways social problems are constructed, and the ways individual and collective resources are produced and managed, with a view to determining public policy and intervention.

Our unit of analysis is a social neighborhood in the Lisbon Metropolitan Area, which is socially represented as a “sensitive suburb” and institutionally defined as a priority target for public policy.

The main purpose of this research project was to identify the social levels and perception around which the significant similarities and differences between said *production* and the *appropriation* of the neighborhood by its residents take shape.

Simultaneously, we were interested in understanding the way these two major vectors are mediated, their interplay and how they may influence one another (to a greater or lesser extent).

Having used the inductive and discovery method, implementing reflexive ethnography, at the social anthropological level, we focused our efforts on studying the dynamics of young suburban residents, as portrayed here.

**KEYWORDS:** Suburb, Lisbon Metropolitan Area, Public Policy, Identity

# ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
ÍNDICE.....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I - Lógicas de Produção de um Espaço Socialmente Significativo.....	10
1. Sistematização teórica de conceitos e problematizações fundamentais da Sociologia Urbana.....	11
1.1. O “espaço” na Sociologia Urbana.....	14
1.2. Distâncias e segregação espacial.....	23
1.3. Espaços de exclusão.....	32
1.4. Processo de urbanização, metropolização e suburbanização – o caso da Grande Lisboa.....	35
2. O papel das Políticas Públicas na construção de espaços significativos – sua problematização e evolução.....	47
2.1. Temporalidades das Políticas Sociais.....	48
2.2. Políticas Públicas – sua problematização e caracterização.....	50
2.3. Políticas da Habitação em Portugal.....	61
3. Do Plano Integrado de Almada ao Plano de Urbanização de Almada Poente – a evolução de um espaço socialmente marcado.....	71
3.1. Enquadramento da zona do Plano Integrado de Almada na Área Metropolitana de Lisboa.....	72
3.2. História do Plano Integrado de Almada – historia das Políticas Públicas e instituições tutelares.....	75
3.3. Apresentação do Plano de Urbanização de Almada Poente.....	83
3.4. Situação Atual do PUAP.....	96
3.5. Caracterização sociodemográfica da população.....	98
PARTE II – Abordagem teórico-metodológica a um terreno complexo – entre as lógicas de <i>produção</i> e as lógicas de <i>apropriação</i> .....	135
1. das lógicas de <i>produção</i> às lógicas de <i>apropriação</i> .....	136
2. Debatendo a(s) Identidade(s).....	137
2.1. Identidades designadas e experimentadas.....	140
3. Entrando no terreno – da pesquisa documental à observação participante e a delimitação do objeto de estudo.....	143
3.1. Definindo o objeto teórico/empírico.....	149
4. Operacionalização da pesquisa.....	153
4.1. A opção pelo paradigma qualitativo.....	155
4.2. Relevância da pesquisa de terreno na Sociologia.....	156
4.3. A opção pelo estudo de caso/etnografia reflexiva e revisita focalizada.....	157

4.4.	Questões a refletir no uso da pesquisa de terreno.....	158
5.	A etnografia urbana e a análise situacional.....	169
PARTE III – Lógicas de <i>apropriação</i> juvenis - instituições sociais, modos de vida e processos de construção identitária.....		183
1.	Introdução .....	184
2.	Questionando o conceito de “Juventude” .....	185
2.1.	As culturas juvenis performativas .....	187
2.2.	Da “cultura juvenil performativa” à sua institucionalização – a criação de “cool places” pelos projetos sociais destinados aos “jovens em risco” .....	194
3.	Apresentação dos entrevistados .....	204
4.	A opção pela análise de conteúdo temática.....	206
Jovens do Bairro Amarelo: diversidade de estilos de vida e identidades.....		211
5.	Análise às representações sociais sobre o espaço, modos de vida e identidade pessoal .....	211
5.1.	O bairro .....	211
5.2.	Modos de vida.....	223
5.3.	Mudanças no bairro .....	226
5.4.	Identidade pessoal e representações sociais.....	229
5.5.	Relação entre a “identidade bairrista” e a distinção simbólica face ao bairro e seus habitantes.....	230
6.	Mediação orientada para a institucionalização - Participação juvenil no Projeto <i>Geração Cool</i> – Bairro Amarelo/Almada - a construção de diferentes estratégias e processos identitários.....	232
6.1.	A participação juvenil no contexto da pós-modernidade .....	232
6.2.	Mediação Socioeducativa com jovens .....	240
6.3.	Programa Escolhas .....	244
6.4.	Projeto <i>Geração Cool</i> .....	249
7.	“Jovens do Espaço Jovem”: análise dos participantes do Projeto <i>Geração Cool</i> ao longo de um ano.....	252
7.1.	Jovens do <i>Geração Cool</i> - Um espaço produzido/apropriado.....	257
8.	Marchantes do Centro Comunitário PIA II – coerências e incoerências.....	284
8.1.	Caracterização de um fenómeno cultural – marchas populares .....	286
8.2.	Análise por categorias temáticas .....	296
8.3.	Análise por <i>clusters</i> - “núcleos” de marchantes.....	315
8.4.	Considerações finais acerca da mediação orientada para a institucionalização ..	326
9.	Mediação orientada para a apropriação - Jovens <i>rappers</i> do Plano Integrado de Almada .....	327
9.1.	Análise temática dos <i>rappers</i> .....	346
9.2.	<i>Hip-hop</i> : movimento social, movimento cultural?.....	363
9.3.	O movimento <i>hip-hop</i> .....	366
CONCLUSÃO .....		390
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		406

GLOSSÁRIO .....	426
LISTA DE TABELAS .....	428
LISTA DE FIGURAS OU ILUSTRAÇÕES .....	429



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ADU – Áreas de Desenvolvimento Urbano

AI – Área de Intervenção

AMI – Assistência Médica Internacional

ATL – Atelier de Tempos Livres

CDH – Contratos de Desenvolvimento da Habitação

CEAS – Centro Educativo e de Apoio Social

CEE – Comunidade Económica Europeia

CET/ISCTE – Centro de Estudos Territoriais/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

CHE – Cooperativas de Habitação Económica

CICS-NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

CMA – Câmara Municipal de Almada

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGRS – Direção Geral de Reinserção Social

EEAP – Estudo Estratégico de Almada Poente

EJ – Espaço Jovem (do Projeto Geração Cool do Bairro Amarelo)

EMAT – Equipa Multidisciplinar de Acessoria aos Tribunais

FAIH – Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional

FFH – Fundo de Fomento da Habitação

FMI – Fundo Monetário Internacional

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INH – Instituto Nacional de Habitação

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ONG – Organização Não Governamental

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDM – Plano Director Municipal

PER – Programa Especial de Realojamento

PET – Projetos Estratégicos Territoriais

PIA – Plano Integrado de Almada

PIEF – Plano Integrado de Educação e Formação

PNOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PP – Políticas Públicas

PPJ - Políticas Públicas de Juventude

PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa

PU – Plano de Urbanização

PUAP – Plano de Urbanização de Almada Poente

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

RSI – Rendimento Social de Inserção

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

UE – União Europeia

UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta

UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Ativa





## INTRODUÇÃO

Desde que começámos a estudar Sociologia, na licenciatura, que nutrimos especial interesse pelo estudo de algumas temáticas específicas da tradição sociológica - a questão da exclusão social, dos espaços urbanos segregados e da construção identitária, particularmente entre os “jovens”. Suscitou-nos desde cedo particular curiosidade os “bairros” como entidades que aparentemente se apresentavam como “ilhas” dentro da cidade mais vasta.

Esta curiosidade advém também de experiências pessoais, já que durante alguns anos convivemos com jovens de bairros classificados como perigosos e temidos por “nós” – os de fora do bairro – e com estes “outros” partilhámos o mesmo contexto escolar. A diferença de postura destes jovens – uns que nos pareciam realmente ser muito diferentes de “nós”, mas outros com os quais convivíamos e nos relacionávamos “normalmente” – fez-nos questionar desde cedo onde estavam as fronteiras da normalidade e o que caracterizaria estes espaços tão temidos.

Assim, já na conclusão da licenciatura optámos por realizar a monografia final sobre o Bairro Amarelo, localizado no concelho de Almada, o bairro de onde provinham os tais jovens com os quais convivíamos na escola e que era socialmente representado como “muito perigoso”. Nessa fase, a nossa pesquisa centrou-se essencialmente em procurar compreender a ligação entre a exclusão social e os espaços degradados e estigmatizados e, igualmente, o papel do estigma e das representações sociais marginalizantes na definição das representações sociais e de estratégias de vida por parte dos atores sociais que habitam em espaços degradados.

Este estudo, de pequeno alcance e necessariamente limitado, deixou-nos ainda mais motivados no sentido de perceber o estatuto dos “subúrbios problemáticos”, numa conjuntura em que estes estavam na linha da frente da “agenda política” e da preocupação mediática. As constantes referências a estes espaços como “bairros críticos” ou “sensíveis”, a ampla movimentação política e institucional em torno dos mesmos e a multiplicação de políticas públicas para a juventude “em risco” dos “bairros problemáticos” fez-nos querer estudar este fenómeno em maior profundidade.

Por outro lado, as temáticas discutidas no Curso de Doutoramento realizado – no âmbito das Políticas Públicas – e as investigações que ocorriam no atual CICS-Nova, levaram-nos a querer perceber como na realidade se interligavam estas várias linhas de questionamento: políticas públicas, segregação urbana, mediatização dos “subúrbios problemáticos” e “identidades juvenis”.

Assim, dispusemo-nos a estudar essa dinâmica de construção dos subúrbios socialmente vistos como problemáticos, em que a nossa principal preocupação era apreender tanto as dinâmicas de *produção* dos mesmos como as da sua *apropriação*.

Estando o tema escolhido pareceu-nos muito pertinente eleger como “espaço analisador” o bairro que já havíamos estudado anteriormente, por duas ordens de razão. Em primeiro lugar, porque já o conhecíamos e já tínhamos as condições criadas para iniciar a pesquisa de terreno, levando em linha de conta a pesquisa previamente ali efetuada, e que nos tinha tornado “aceites” num território de não muito fácil de acesso. Por outro lado, porque o Bairro Amarelo se mostrou um bom “analisador” para as dinâmicas que queríamos estudar e que elencámos acima.

Assim, o objetivo central desta tese será o de apreender o subúrbio a partir de todas as dimensões que o podem definir. Procuraremos perceber como esta realidade é definida a partir tanto dos níveis mais macrossociais – a partir da sua construção física, da forma como é pensada institucionalmente, enquanto alvo de políticas públicas e de intervenção estatal ou privada (seja do ponto de vista da segurança como do de apoio social) e de como concretiza, na realidade e nas representações sociais, as problemáticas da exclusão e dos problemas sociais – como daqueles mais microsociais, em que tentaremos compreender como é percebido e vivido o subúrbio pelos seus habitantes. Simultaneamente, interessar-nos-á perceber como se articulam estes dois grandes vetores, isto é, que convergências e divergências existem nas definições feitas do subúrbio e como se articulam e influenciam (mais ou menos) entre si.

A nível metodológico recorreremos ao método indutivo e de descoberta, no qual as várias fases de pesquisa, e a própria definição dos momentos, atores e práticas a observar, foram sendo decididas em função das solicitações do terreno.

Para apreendermos as práticas, definições e representações institucionais do subúrbio recorreremos essencialmente à pesquisa documental, juntamente com algumas entrevistas informais com técnicos da Câmara Municipal de Almada e de associações

locais, enquanto para captarmos os sentidos e as vivências dos atores (habitantes) recorreremos a uma abordagem mais compreensiva, especificamente a abordagem etnográfica (pela observação participante) e, simultaneamente, à realização de entrevistas em profundidade, que nos permitiram captar os sentidos subjetivos dos atores e reconstituir, sociologicamente, os seus “mundos culturais”.

Pretendíamos, deste modo, produzir um estudo sobre o subúrbio que captasse, simultaneamente, as práticas, definições e representações existentes a nível macro, institucional, e a nível micro, a partir do ator. Tentámos perceber como interagem os dois níveis, ou seja, como se concretiza e articula a *produção* e a *apropriação* deste espaço social enquanto espaço significativo sociologicamente. Deste modo, procurámos ser inovadores pela apresentação, a nível substantivo, de uma visão de conjunto e o mais completa possível do subúrbio enquanto espaço social multidimensional e, a nível metodológico, pela incorporação eficaz de uma variedade de métodos e de técnicas de pesquisa. Estas permitiram-nos, precisamente pela sua variedade, apreender com maior sucesso a multiplicidade de vetores envolvidos na *produção* e *apropriação* simbólica do espaço, atores e fenómenos que se lhes associam e que elegemos como terreno de pesquisa.

Tendo em vista os objetivos atrás descritos, decidimos, neste estudo, seguir uma dinâmica de pesquisa que converge, acreditamos, com a própria dinâmica de construção social do subúrbio. Isto é, propusemo-nos *circular* entre o plano socio-histórico e institucional e o plano individual/comunitário, de forma a podermos apreender todas as dimensões que estão envolvidas no processo de *produção* e de *apropriação* do subúrbio enquanto unidade de análise significativa.

Assim, no plano socio-histórico e institucional estudámos os encadeamentos causais de situações estruturais que levam à construção dos subúrbios e, nomeadamente, dos bairros sociais – no caso português são de referir os desequilíbrios regionais no plano socioeconómico; o êxodo rural; a imigração; o desequilíbrio do parque imobiliário que levaram à necessidade (em épocas de fortes (i)migrações para as principais aglomerações urbanas) de alojar grandes contingentes populacionais; as políticas sociais (de formação, educação, saúde e, a que mais nos interessou, de acordo com os objetivos a que nos propusemos, de habitação); as dinâmicas urbanas e os processos de segregação sócio espacial.

Este primeiro aspeto está, deste modo, mais relacionado com os modos de *produção* do subúrbio, numa lógica mais estrutural, de sistema e corresponde à primeira parte da tese: *PARTE I - Lógicas de Produção de um Espaço Socialmente Significativo*. Desta primeira parte fazem parte os três primeiros capítulos, que tiveram como base empírica a análise documental e entrevistas (formais e informais) com técnicos da CMA e trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Almada, onde seria efetuado, posteriormente, parte do trabalho de campo.

Resumidamente, podemos dizer que na primeira parte da presente tese procurámos enquadrar o objeto de estudo pelo plano socio-histórico, em que, num primeiro momento, pretendemos analisar as condições estruturais que levam à emergência dos subúrbios (evolução demográfica, económica, social e histórica), e, em seguida, focámos a nossa análise neste território em particular.

No Capítulo I, fizemos uma incursão pelas principais teorizações da Sociologia Urbana acerca dos processos de construção morfológica deste tipo de espaços e concluímos que este território – Bairro Amarelo-Plano Integrado de Almada/Almada Poente – entra na categoria de subúrbio fortemente estigmatizado e categorizado como “zona problemática”, realidade bastante estudada pela Sociologia Urbana pela sua relevância nas sociedades europeias atuais.

Concluimos, como veremos, que este espaço é alvo de uma categorização externa bastante negativa a nível das representações sociais dominantes. Desde as instituições políticas que decretam leis e “programas” específicos de intervenção neste espaço, por ser tido oficialmente como “problemático”, às instituições locais que nele trabalham, aos meios de comunicação social que o representam de forma extremamente negativa, às instituições policiais que o qualificam como “bairro de alto risco”, aos próprios investigadores e trabalhos científicos sobre ele elaborados e à comunidade que circunda a zona (habitantes do concelho de Almada).

Ficou claro, a partir dos primeiros momentos da investigação documental, que este era um território não apenas visível e estigmatizado pela comunicação social e pelos *urbanitas* que o reconhecem como problemático, mas que era um espaço significativo também a nível das instituições oficiais. Com efeito, este é um espaço urbano que desde o seu “nascimento” foi uma criação das políticas públicas (pelo Fundo de Fomento da Habitação) e tem sido, sempre, alvo de intervenção pública aos mais

variados níveis (desde as políticas de habitação aos programas de apoio social e de intervenção com a juventude). Assim, não poderíamos deixar de consagrar uma parte desta investigação às políticas públicas que estiveram na própria fundação deste espaço e perceber como a alteração da ideologia que permeia as políticas públicas que se fazem no país teve influência nas alterações que foram sendo implementadas/impostas a este espaço e aos seus habitantes.

É assim que, no Capítulo II, iremos concluir, desde logo, que as políticas de habitação e de planeamento urbanístico vão seguir a tendência geral que os teóricos atribuem às políticas sociais, isto é, após uma fase de intensa intervenção estatal (com o modelo de Estado Providência) vai-se seguir a progressiva distribuição de responsabilidades e tarefas para o sector associativo, cooperativo e privado, ficando o Estado com o papel de gestor e de regulamentador. Estas mudanças foram muito visíveis na evolução do espaço em estudo (Plano Integrado de Almada – atualmente designado por Almada Poente). Como vimos com Balsa (2015), temos diferentes modelos culturais subjacentes a esta mutação na forma de fazer políticas públicas, modelos esses que não se sucedem de forma absoluta, havendo uma convivência e justaposição entre elas. Neste momento, um dos dilemas das políticas públicas que afeta visivelmente o nível da gestão (dos dispositivos que colocam em prática as políticas), no espaço estudado, é o facto de as políticas serem aplicadas sem uma ideologia orientadora. Verificámos, de facto, a “procedimentalização” das políticas no espaço, que constitui o nosso objeto de estudo, em que ações se vão sucedendo sem um modelo orientador, sem um objetivo ético ou político. Como veremos adiante, as políticas aplicadas no bairro seguem diretrizes que são em grande parte mandatadas a partir de modelos pré-estruturados e elaborados no seio da União Europeia e aplicadas pelas instituições locais (seja do poder local, associações ou ONG’s), sendo o Estado um mero árbitro entre estes dois polos tão distantes.

O espaço que estudámos entra, como vimos, na categoria de “subúrbio problemático”, categoria esta que consta da agenda de problemas sociais para os quais a União Europeia tem um “menu” de soluções. Este “menu” (isto é, programas sociais pensados para dar resposta aos problemas “típicos” destes espaços) é apresentado aos parceiros sociais (associações, ONG’s, poder local) que escolhem qual ou quais as soluções/remédios que melhor se aplicam à sua população/espaço. Assim, mediante

concursos a projetos europeus (na sua grande maioria), estes parceiros ganham fundos para a implementação das tais soluções. É o que acontece com o Projeto Geração Cool (do Programa Escolhas) que tivemos a oportunidade de observar durante alguns meses da pesquisa e que relataremos mais adiante neste trabalho. Veremos que esta ação é, na prática, muito complexa, havendo uma *mediação* constante entre os objetivos a que as associações se propõem e as práticas do dia-a-dia.

Temos, então, a *territorialização da ação* (Duran e Thoenig (2005) em prática neste território: tal como a constituição das políticas sociais em si, baseadas num modelo flexível, sem diretrizes definidas e sem uma ideologia sociopolítica orientadora, apercebemo-nos que também os programas de ação concretos são, atualmente, ao nível das Políticas Públicas, muito vagos (ex.: formação, empreendedorismo), com balizas para a ação pouco claras e uma grande indefinição das políticas.

Depois de um enquadramento teórico do nosso objeto (ao nível da Sociologia Urbana) e político-institucional (quanto às temporalidades e ideologia das políticas públicas que lhe subjazem), procedemos à apresentação do objeto empírico – do espaço concreto em análise, sua evolução desde que foi criado até ao presente e caracterização socioeconómica da sua população.

Assim, no Capítulo III, fazemos a história deste mesmo espaço, centrando a nossa atenção no Bairro Amarelo (onde fizemos a pesquisa de terreno), mas sem nunca o descontextualizar da sua envolvente – o Plano Integrado de Almada, atual Almada Poente. Podemos desde logo perceber os efeitos dos constrangimentos e *deficits* estruturais das políticas públicas (nomeadamente políticas de habitação) em Portugal, pela sucessiva passagem de alçada do espaço de um organismo para o outro, sucessivos programas e planos de ação sem que os problemas de raiz tenham sido alguma vez resolvidos. A atual situação – mais uma vez de impasse, em que o Plano de Urbanização está em fase de estudo prévio há 4 anos – revela bem aquilo a que nos referimos.

Resumidamente estamos na presença de um espaço criado em 1976 para alojar populações com baixa condição social objetiva que se dirigiam à metrópole em franco crescimento económico, espaço este que tem sido alvo de sucessivas intervenções – ora estatais ora de cooperativas ou de projetos transnacionais – mas que mantém sensivelmente os mesmos problemas desde a sua criação, nomeadamente “problemas sociais e económicos” (desemprego e precariedade laboral; desocupação; abandono e

insucesso escolar, assim como baixos níveis de escolaridade e formação; relações familiares muitas vezes instáveis; delinquência e criminalidade e insuficiência ou desadequação das respostas públicas, etc.), um fechamento (*guetização*) face à área envolvente e à cidade de Almada, processos de (re)alojamento mal planeados e a repetida concentração de população socialmente fragilizada e culturalmente conflituante.

Depois de analisados os mecanismos de *produção* do espaço estudado apresentamos uma parte intermédia da tese – *Parte II – Abordagem metodológica a um terreno complexo – entre as lógicas de produção e as lógicas de apropriação*, em que nos importava fazer a ponte entre estas duas lógicas, isto é, perceber como é que as dinâmicas públicas e as dinâmicas privadas interagem e se encontram na vida dos indivíduos. Tratava-se, aqui, de encontrar o fio condutor que ligasse as várias peças do puzzle, isto é, da definição do objeto teórico/empírico.

Este não se definiu aleatoriamente, partindo simultaneamente de uma base teórica, que fomos construindo ao mesmo tempo que recebíamos *inputs* do terreno. Mobilizámos, nomeadamente, os conceitos de *identidade*, *mediação*, *representações sociais*, *modos de vida*, *situação*, *pedaço*, entre outros que estão na confluência entre a sociologia e a antropologia.

Começámos então a perceber que o fio condutor que melhor nos permitia organizar e responder a estas questões e melhor dar conta, teórica e analiticamente, do objeto empírico que tínhamos, era a “construção identitária”: processo que permite mobilizar os conceitos anteriormente identificados como fundamentais e abranger o objeto de estudo.

A nível metodológico, os objetivos de estudo foram operacionalizados progressivamente através da observação continuada dos modos de vida juvenis no bairro, pesquisa de terreno como abordagem metodológica geral e, especificamente, através da etnografia reflexiva e da técnica da revisita focalizada (Burawoy), assim como da proposta de “análise situacional” de Agier.

Na terceira parte da tese - *PARTE III – Lógicas de apropriação juvenis - instituições sociais, modos de vida e processos de construção identitária* – procurámos compreender como é que este espaço – visto como símbolo de “problemas sociais” pela sociedade – é visto do interior. Face a uma imagem homogeneizante que vem do “olhar de fora”,



quisemos perceber se o espaço se constituía, ou não, como espaço significativo para os seus habitantes, ou seja, se se configurava como realidade significativa na definição das suas vidas quotidianas, das suas representações sociais e nas suas relações e interações sociais. Pretendemos, em suma, entender se, a uma categorização externa deste espaço urbano como entidade que vale por si mesma, correspondiam *quadros de interação*, na perspetiva de Firmino da Costa (1999), significativos para os seus habitantes.

No plano individual e comunitário pretendíamos, assim, apreender o subúrbio a partir das biografias e itinerários individuais e familiares, procurando compreender como estes se enquadram nas dinâmicas macroestruturais. Neste ponto, estamos já num registo diferente, ao nível das representações, dos recursos, dos capitais e estratégias desenvolvidas pelos atores sociais, ou seja, ao nível da *apropriação*.

Neste terceiro momento do estudo, tentámos entender quais as representações que existem sobre o bairro a vários níveis: a nível das instituições de apoio social, (tomando como objeto de estudo o Projeto Geração Cool, projeto levado a cabo pela Santa Casa da Misericórdia de Almada, no âmbito do Programa Escolhas) e a nível dos jovens habitantes. Pretendíamos certificarmo-nos até que ponto existe, de facto um “efeito de mediatização” e “estigmatização” do bairro que leva a que seja feita uma colagem das características atribuídas ao espaço às características dos seus habitantes. Queríamos, com efeito, perceber até que ponto se exerce “violência simbólica”, segundo Bourdieu, sobre os atores sociais, isto é, os habitantes do bairro, e até que ponto esta pode condicionar as suas próprias representações sociais, não só em relação ao espaço vivido, como em relação à sua própria identidade, à sua relação com o Outro, às suas estratégias de vida, etc.

Começámos esta parte da tese questionando o conceito de “juventude” e a sua escolha como objeto específico para o estudo da *apropriação* e da construção das “dinâmicas privadas”, “descendo” ao nível dos atores sociais, procurando apreender e compreender os seus “modelos culturais”, as suas representações, as suas auto e hétero-definições, a sua representação de si e do Outro, os recursos e capitais que mobilizam, as suas estratégias de vida.

A análise do material recolhido inicia-se com as representações sociais da população estudada face ao bairro e prossegue com uma análise tripartida: três subcapítulos que correspondem aos subgrupos de jovens analisados.

Em primeiro lugar, analisaram-se os diferentes estilos de vida, estratégias e processos de construção identitária dos jovens “utentes” do Projeto Geração Cool, cujos percursos, representações sociais e identidades se estruturam muito em torno de uma “mediação orientada para a institucionalização” (Balsa, 2014). Neste ponto, refletimos acerca da participação juvenil no contexto atual e do papel da mediação socioeducativa com jovens considerados “em risco” pelas instituições, e avaliámos o impacto desta nas suas trajetórias e auto e hétero-definições.

De seguida, analisámos um grupo de jovens que nos despertou, durante a etnografia, particular interesse – os marchantes do Centro Comunitário PIA II (também da Santa Cada da Misericórdia de Almada). Foi, de facto, com alguma perplexidade que inicialmente nos deparámos com este interesse dos jovens, devido a uma não coerência entre os padrões comportamentais e “mundos culturais”, entretanto manifestados por estes atores, e a cultura representada pelas marchas populares. Interessou-nos, assim, explorar este investimento nesta atividade, por parte desta específica camada da população, para percebermos se se tratava – as marchas – de um marcador identitário para os jovens.

Ainda nesta terceira parte, analisámos os *rappers* do bairro e o movimento *hip hop*, fenómeno que se apresentou desde cedo como modelador dos interesses, hábitos, estilos de vida e estratégias identitárias dos jovens da zona.

Apresentamos, por fim, as conclusões “nunca finais” do estudo, salientando as pistas de investigação e novos questionamentos por este suscitado.

O que pretendemos alcançar neste estudo foi, deste modo, através destas dimensões e momentos de pesquisa, uma visão global de como se constrói, social e simbolicamente, “de fora” e “de dentro” o “subúrbio problemático”, tentando perceber o que está realmente em causa quando classificamos um tipo particular de espaço habitacional urbano.

Procurámos, no fundo, compreender como, no Bairro Amarelo, se dá a interação entre os dois níveis – socio-histórico e socioantropológico – mediados por um nível intermédio: socioinstitucional.

# **PARTE I - Lógicas de Produção de um Espaço Socialmente Significativo**

## **1. SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA DE CONCEITOS E PROBLEMATIZAÇÕES FUNDAMENTAIS DA SOCIOLOGIA URBANA**

Os nossos estudos anteriores (Barbio, 2006, 2009, 2011, 2013) mostraram-nos de que modo os espaços residenciais conotados com a exclusão social marcam as identidades sociais e originam modos de apropriação ou de criação dos recursos, designadamente os que estão associados à forma como as populações vivem as situações de pobreza ou as enfrentam. Com este trabalho pretendemos alargar o domínio de estudo aos subúrbios “problemáticos” e aprofundar a problemática do sentido social dos espaços.

Referimo-nos a subúrbios “problemáticos” ou “de risco” porque não nos podemos esquecer (o que acontece em muitas abordagens sobre este tema) que existem outro tipo de subúrbios, os “subúrbios de luxo”. A nossa preocupação irá, neste projeto, para os subúrbios que decorrem de processos de segregação sócio espacial imposta (Stébé, 1999), em que as populações das classes menos favorecidas são obrigadas a afastar-se do “centro” por uma série de constrangimentos que lhes são impostos.

Tendo em conta que as diversas correntes de análise sociológica dos subúrbios se situa numa referência, mais ou menos explícita, a um centro que serve de norteador (a cidade) ou a práticas sociais legitimadas em sociedade como as corretas, pretendemos, com este estudo suprimir esta lacuna no panorama da investigação sociológica portuguesa sobre os subúrbios fazendo-o de forma “positiva”: apreendendo a formação dos subúrbios através das lógicas sociais que aí se constituem, que não podem ser reduzidas na perspetiva das leituras feitas a partir das centralidades.

Iniciámos o nosso trabalho de pesquisa pelo plano sócio histórico, em que pretendemos analisar as condições estruturais que levam à emergência dos subúrbios (evolução demográfica, económica, social e histórica). Essa análise terá de ser feita a partir dos conceitos de urbanização, suburbanização e metropolização; é fundamental que o “espaço” seja considerado como uma variável do processo explicativo e não apenas um invólucro vazio, um simples catalisador.

Querendo nós, com este trabalho, perceber como funcionam os subúrbios como *formas urbanas* específicas temos que, num primeiro momento, perceber como nascem estas formas sociais. Assim, abordaremos os conceitos de “urbanização”, “metropolização”, “suburbanização” (Balsa, C., Rebelo, A., 1999), de “construção política do espaço” (Bourdieu, 2001) de “segregação sócio espacial” (Balsa, 2006; Stébé, 1999; Preteceille, 2003) que nos permitirão perspetivar o processo de construção da metrópole de Lisboa e, consequentemente, dos seus subúrbios.

Uma primeira tradição importante da sociologia considera a construção do subúrbio no processo de reconfiguração das cidades modernas e a maneira como estas *formas urbanas* específicas configuram modos de vida particulares (Jane Jacobs, Lewis Mumford, Escola de Chicago). Contra estas correntes vão surgir autores que vêm, precisamente, acentuar o carácter plural destes territórios, isto é, a heterogeneidade de tipos e grupos sociais (Bennet Berger e Herbert Gans). Uma segunda tradição privilegia o estudo dos modos de vida nestes espaços urbanos e os efeitos da coexistência de grupos sociais diversos (Chamboredon e Lemaire, 1970; Grafmeyer, 1995). Uma terceira corrente, ainda, tende a identificar os subúrbios como polo negativo da “dualização da cidade”, como “espaços de relegação” e de negação da cidadania (Wacquant, 2006; Dubet, 1992) assim como focos de violência urbana e insegurança (Sophie Body-Gendrot, 2007).

Em Portugal a investigação sobre este tema é ainda relativamente pouco desenvolvida sendo que se podem identificar três grandes vertentes de análise: uma primeira em que os autores abordam o processo de urbanização e os processos de reorganização da cidade (Ferreira, 1988 e Baptista, 1996); a segunda corrente analisa preferencialmente os arredores das cidades, a sua transformação e relação com a cidade (Cruz, 1973, Salgueiro: 2001 *cit in* Nunes, 2007); e uma terceira perspetiva olha o processo a partir dos campos que são progressiva e continuamente esvaziados, avaliando as consequências dessas transformações (Serrão, 1982, Fonseca, 1990 *cit in* Nunes, 2007). Assim, analisam-se estes espaços, nas ciências sociais, essencialmente por referência a um “centro” (a cidade) e considerando-os como entidades homogéneas. De maneira a ultrapassarmos estas limitações no conhecimento dos subúrbios “problemáticos”, a nossa abordagem será no sentido de os apreender como um espaço

plural e multifacetado, pelo que pensaremos o nosso objeto e iremos orientar a nossa pesquisa de terreno, tendo por base as teorias do conflito e não aquelas que apontam para uma conceção homogeneizante dos terrenos empíricos.

Caracterizando o processo de urbanização em Portugal importa referir brevemente alguns dados que permitem aferir este processo. A metropolização de Lisboa, nomeadamente, começa a concretizar-se na passagem dos anos 50 para 60, quando a cidade de Lisboa juntamente com os seus concelhos limítrofes (tanto na Margem Sul como Norte) ultrapassa o *primeiro milhão de habitantes*. O *segundo milhão* seria atingido no final dos anos 70, o que atesta o crescimento demográfico extremamente acelerado que se registou entre os anos 60 e fim de 70. Face a este cenário vai ser nos finais dos anos 50, mais precisamente em 1959 que se começa a conceber, da parte dos organismos públicos, um “entendimento regional de Lisboa” (Baptista, 1999), sendo que é nesse ano que o Ministério das Obras Públicas lança o *Plano Urbanístico do Desenvolvimento da Região de Lisboa*. Será também a partir desta data que nascerão as políticas de habitação (que desenvolveremos em maior pormenor no capítulo seguinte) mais adaptadas à nova configuração da cidade e seus arredores, políticas estas que contemplarão a edificação de habitação económica, assim como planos de ordenamento da cidade e da região. A especialização das zonas da metrópole que começa a delinear-se nos anos 50 vai-se progressivamente cristalizando, apresentando nos anos 70 a sua forma já consolidada. Assim, tanto a nível das atividades, dos espaços como das populações, torna-se cada vez mais visível uma segregação sócio espacial na metrópole. As funções dirigentes, atividades de direção, o sector terciário e classes médias urbanas concentram-se no centro da cidade, enquanto as funções de execução, os trabalhos menos valorizados e mais desqualificados, o sector secundário e as classes populares se concentram, essencialmente, nos subúrbios. Dentro destes pode-se ainda verificar uma distinção: a Margem Norte, em particular os concelhos de Sintra e Cascais, acompanhavam de certa forma uma tendência de maior qualificação dos trabalhadores e de atividades económicas mais valorizadas, face a uma maior desvalorização das competências e sectores económicos da Margem Sul - tendência esta que se mantém na atualidade. Assim, podemos afirmar, de novo, que os subúrbios metropolitanos não se apresentam, de facto, como uma realidade homogénea.

### 1.1. O “espaço” na Sociologia Urbana

Não poderíamos fazer uma tese acerca de um bairro de habitação social sem primeiramente analisarmos como o “espaço” como categoria de análise genérica tem sido abordado na Sociologia Urbana. Assim, fazemos aqui uma breve incursão pela história do mesmo, revisitando os autores e tradições de abordagem deste objecto de análise social.

Sendo por muitos considerado um dos “pais fundadores” da Sociologia, Durkheim aparece como um dos pensadores que abordou esta questão, pensando no espaço como uma *categoria do entendimento*, tal como o tempo. Segundo o autor, o espaço é uma representação coletiva, entre outras, sobre as “coisas sociais”. Consiste numa categoria que permite fazer uma primeira ordenação dos dados, confusos portanto, da realidade social, da experiência do mundo vivido. É, então, uma forma de categorização, de ordenação do heterogéneo, conferindo-lhe um sentido.

O espaço refletiria, então, as divisões sociais da sociedade em que se insere. Segundo Durkheim o espaço não é categorizado por si só, “...não tem direita nem esquerda, nem alto nem baixo, nem Norte nem Sul, etc. Todas estas distinções vêm evidentemente do facto de serem atribuídos às regiões valores afetivos diferentes.” (Durkheim, *cit in* Silvano, 2001: 8), sendo antes ordenado a partir das apropriações feitas pelos indivíduos enquanto seres coletivos. Sendo esta uma forma de ordenação e categorização coletiva pressupõe-se, então, que numa mesma sociedade (coesa, portanto, segundo o autor) todos os indivíduos representem o espaço da mesma forma. Ou seja, a nível das representações simbólicas pelo menos, não há diversidade de apropriação entre os diferentes indivíduos e grupos numa mesma sociedade: “E como todos os homens de uma mesma civilização representam o espaço da mesma maneira, é evidentemente necessário que esses valores afetivos e as distinções que deles dependem lhes sejam igualmente comuns...” (Durkheim, *cit in* Silvano, 2001: 9).

Já Halbwachs apresenta uma visão mais ponderada, na nossa opinião, do espaço como categoria de análise apontando que a morfologia do espaço aparece como uma espécie de garante, pelas suas características de permanência e relativa estabilidade, da manutenção e transmissão da memória do grupo. Isto porque se por um lado o grupo “molda” o espaço à sua imagem e deixa-se “moldar” por ele,

adaptando-se-lhe; por outro o espaço fixa as características do grupo: “Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. (...) não compreenderíamos que pudéssemos rever o passado se ele não se conservasse com efeito pelo meio material que nos envolve.” (Halbwachs, *cit in* Silvano, 2001: 13).

Lévi-Strauss, mais na perspectiva da antropologia, vai também refletir sobre a relação entre a morfologia social e a *estrutura do grupo*, dentro da problemática do espaço. Considera assim um “espaço social”, tal como um “tempo social”, marcados pela propriedade dos fenómenos sociais e que são, portanto, diferentemente apreendidos e concebidos pelas diversas sociedades. Contudo o autor não aceita uma visão simplista na qual a configuração espacial refletiria diretamente a estrutura social, introduzindo o elemento mediador, as “representações sociais do espaço”. Diferencia-se, neste ponto, da abordagem de Durkheim, já que apesar de concordar que a unidade do social depende de uma conformidade nas representações, considera que as sociedades, mesmo as mais tradicionais, não são homogêneas – diferenciam-se, devido a vários fatores, em subgrupos, divisão essa que resulta em diferentes representações do espaço. Face a um mundo de representações do espaço, o autor afirma que o indivíduo “escolhe” uma delas, em função da posição que ocupa na estrutura social e no espaço social. A pertença espacial é, portanto, um dos fatores que determinam as representações sociais, o que fará Lévi-Strauss afirmar a existência de um laço indissociável entre a estrutura do espaço e as *identidades coletivas*.

Os sociólogos da Escola de Chicago vão servir-se da variável espacial para tentar compreender como comunidades caracterizadas pela proximidade geográfica se estruturam, se relacionam, etc. Definem “comunidades ecológicas” que permitem organizar a ordem em movimento, que permitem considerar o conjunto do habitat e dos seus habitantes. Esta seria, portanto, uma perspectiva que colocaria o espaço como um fator determinante das relações sociais, já que teria a capacidade de resgatar os indivíduos da desordem e do anonimato para uma comunidade, com relações sociais e redes de interação definidas e permanentes. Segundo Remy um paradigma como este é, deste modo, compatível com a ideia de que existem “ilhas de ordem parcial” que ganham sentido sob um fundo de desordem que é uma ameaça constante.

Outro autor que refletiu muito as questões do espaço foi o filósofo francês Henri Lefebvre. Na sua obra *La Production de l'Espace* o autor procura reabilitar na análise a



variável espacial, sendo que para o fazer procura complexificar e tornar mais abrangente a análise desta questão, para que o espaço se possa tornar um elemento potencialmente esclarecedor do conjunto dos fenómenos sociais. Procura, assim, uma leitura não fragmentada do espaço (na visão geográfica, filosófica, linguística ou noutras áreas), mas integrada, definindo o conceito de “espaço social”. Reflete a questão da *produção do espaço*, que irá ser pensada a partir das práticas sociais.

O autor rejeita, desde logo, correspondências diretas entre o social e o espacial: “Um esquema simplista afasta-se desde já, o da correspondência termo a termo (pontual) entre os atos e os lugares sociais, entre as funções e as formas espaciais. (...) Gerar (produzir) um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando-se, se bem que ela não coincida com ele e que o seu espaço seja tanto a sua cova como o seu berço, não se faz num dia. É um ‘processo’”. (Lefebvre, *cit in* Silvano, 2001: 43).

Esta visão do espaço social por Lefebvre vai de encontro à noção de “espaço social reificado” de Bourdieu. Este autor defende, na mesma linha, que qualquer espaço físico é, numa sociedade hierarquizada, definido pelas hierarquias e distâncias sociais, ou seja, reflete em certa medida as relações sociais de dominação. O espaço exprime, assim as hierarquias sociais, de forma mais ou menos deformada e dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta. De facto, as diferenças produzidas pela vivência histórica das sociedades podem parecer, no presente em que se encontram as sociedades, surgidas da natureza das coisas. “O espaço social reificado [objetivado] apresenta-se, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função do seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado.” (Bourdieu, 2001: 161).

Consideremos agora a noção de “espacialização social” apresentada por Rob Shields em *Places on the margin: alternative geography of Modernity* (1991), já que este conceito permitir-nos-á refletir um pouco mais sobre a questão do espaço como

variável significativa para a análise social. Este autor considera que o conceito de “espaço” tornou-se um conceito “omnibus”, imbuído de múltiplas significações, pelo que, de tão abrangente se ter tornado o seu campo semântico, pouco permite designar e explicar. Por isso aposta na noção de *espacialização social* para designar a construção social do espaço a nível do imaginário coletivo (mitos coletivos, pressuposições) assim como a nível prático da ação sobre o território. Segundo o autor este conceito permitirá agregar numa mesma análise objetos de estudo frequentemente tratados isoladamente. Para desenvolver o seu conceito o autor vai retomar análise de Foucault sobre a questão do espaço. Segundo este autor mais do que uma visão do mundo, o sentido do espaço para os atores sociais, a sua “espacialidade” é uma componente fundamental da sua relação com o mundo. Sendo o mundo, as sociedades, definidas de forma conflitual, por relações de poder, cada indivíduo localiza-se numa posição nessa sociedade que é significativa do seu maior ou menor poder, o que vai determinar as suas visões do mundo e as suas relações com ele. Desta forma a “espacialização social” consiste, fundamentalmente, num sistema de divisões e distinções espaciais que refletem, materializam, no espaço social, os sistemas ideológicos hegemónicos, ou seja, as relações de poder nas sociedades. Desta forma os lugares concretos – significativos na medida em que refletem a estrutura social – tornam-se imagens e símbolos das posições sociais e são sujeitos a processos de etiquetagem e à atribuição de estereótipos. Desta forma, a significação de lugares e espaços ultrapassa a dimensão prática, isto é, são significantes não apenas como espaços físicos que refletem a estrutura social, mas contribuem na formação de significações culturais. Assim, para Shields, a espacialização vai constituir-se como um mediador entre as estruturas sociais e os atores concretos, através do seu conteúdo emocional, das suas significações. Será, de facto, através do significado simbólico que apresenta a espacialização social (a concretização no espaço físico das estruturas sociais, das suas distâncias e proximidades, das suas relações conflituais) que esta determinará as perceções e, portanto, as relações e ações dos indivíduos e grupos que caracterizam a vida diária. É, de facto, através da rotulagem e dos estereótipos atribuídos aos espaços que estes se tornam significativos para os indivíduos. Os espaços são, assim, imagens de algo mais, são símbolos de relações sociais e é em função dessas imagens que se tem do espaço que ele ganha significado para os atores e, portanto, influencia a sua forma de estar nele, de nele se

movimentar e agir. Assim, a função da espacialização, para Shields, é que este processo permite concretizar na prática as relações sociais e suas significações culturais. Tem, portanto, o efeito de “situar” o indivíduo em função da sua posição na estrutura social, condicionando, em certa medida, as suas representações e ações. A estrutura do espaço estará, assim, em mudança constante, tal como o está a estrutura social e as relações de poder. A espacialização é, assim, nesta perspetiva, considerada como um “artefacto cultural” sempre em mudança porque está constantemente a ser modificado pela realidade social. Assim, a espacialização constitui um “repositório de ‘formas de fazer’ e ‘formas de ser/estar’” (1991:65) sempre em renovação e atualização.

Manuel Carlos da Silva apresenta, no artigo “Espaço e Sociedade: Alguns Elementos de Reflexão” (in Balsa, 2006) uma breve sistematização das principais tradições que, na sociologia urbana, refletiram sobre o estatuto do espaço em sociologia, em particular sobre o estatuto da cidade. Assim, no *continuum* que considera o espaço, e a cidade em particular, variável independente ou dependente no sistema de relações sociais, encontramos, num dos seus polos, a perspetiva bio-ecológica-cultural da Escola de Chicago, que perspetiva a cidade como variável independente e explicativa de um “modo de vida urbano”. A cidade apresentaria uma especificidade, de facto, tanto em termos físicos, na sua vertente morfológica, como em termos sociais, a nível da composição e distribuição das populações pelo território, especificidade esta que condicionaria os modos de vida dos seus habitantes. Num outro pólo deste *continuum* teríamos, segundo o autor, os “estruturalistas de diversos quadrantes”, com particular relevância para os autores de orientação marxista, que consideram a cidade como um produto social das relações sociais significantes. Assim, nesta perspetiva, a configuração morfológica e social da cidade resulta da materialização das estruturas sociais de determinada sociedade.

Neste artigo o autor vai situar a contribuição de Remy e Voyé na mediação destas duas tradições opostas de análise do espaço, considerando que estes autores superam quer as “visões geográfico-empíricas da Escola de Chicago”, quer aquelas que rejeitam o espaço como variável independente, concedendo ao espaço “um lugar autónomo, co explicativo, fundamental”.

Jean Remy e Liliane Voyé desenvolvem, com efeito, uma abordagem relativamente à questão do espaço, defendendo que este merece, na análise do social,

um estatuto autónomo e, por isso mesmo, explicativo na análise do social. Conforme os autores referem na sua obra “A cidade: rumo a uma nova definição?”, “...o espaço é aqui visto como uma determinante social global, que assume o seu significado num modelo complexo no seio do qual intervêm outras determinantes” (Remy e Voyé, 1994: 21). O acento que é neste excerto colocado sobre outras determinantes na determinação das relações sociais é importante, para evitar que possamos cair numa conceção determinista da influência do espaço. De facto, evita-se, desta forma, que pensemos existir um modelo de comportamento diretamente derivado de uma pertença espacial, e que expliquemos fenómenos sociais como a apatia, indiferença ou violência de certos indivíduos ou grupos por um único fator, que seria a uniformização espacial.

Assim, segundo Remy o espaço não é nem um elemento passivo que recebe indiferentemente os fenómenos sociais, que se podem, segundo esta lógica, localizar e ocorrer indistintamente em qualquer lugar; nem o elemento explicativo por si só que determinaria, sozinho, as modalidades da vida social. O espaço desempenha, através da sua materialidade, um papel ativo ao nível da explicação dos fenómenos, juntamente com outros fatores. Torna-se necessário, então, restabelecer a ligação entre este fator explicativo e outros determinantes sociais.

O espaço como conceito sociológico aparece então não apenas como um sistema físico e palpável de lugares materiais, mas também, e é esta sua componente que aqui mais nos interessa, como a materialização da comunicação, das relações (de poder), das trocas e interações que decorrem na vida social. O espaço apresenta-se à análise, deste modo, em dois ângulos: o espaço concreto como suporte físico e o espaço como categoria de base que estrutura os códigos culturais e serve de suporte às representações.

O espaço como suporte físico consiste na materialidade do espaço e pode apresentar ligações com os sistemas de interações sociais. É nesta categoria que habitualmente se pensa nos espaços rurais e urbanos, dispersos ou concentrados, etc., como categorias determinantes da vida social. É pensando nesta conceção do espaço que habitualmente se afirma que os espaços rurais e desertificados afastam as populações, contrariamente aos espaços urbanos que, dotados de serviços, equipamentos coletivos e outros, atrairiam as populações. É ainda dentro desta perspetiva sobre o espaço que se afirma que os espaços fisicamente segregados e

socialmente homogêneos pela concentração espacial de certas categorias da população (como os bairros sociais ou as zonas de barracas) determinam a configuração de traços culturais comuns e definem zonas espaciais concretas nas quais determinado tipo de problemas sociais se apresenta de forma similar.

Já o espaço visto como código cultural remete para a apropriação que dele é feita pelas populações, remetendo para classificações (impostas, por um lado, e apropriadas de maneira mais ou menos original, por outro) de dentro/fora, bom/mau, que conotam positiva ou negativamente um espaço em função das ações e relações que nele se desenrolam. É esta atribuição de significado social e simbólico a um espaço que vai fazer dele a base para o desenvolvimento de uma identidade social coletiva e, por vezes, da delineação de um projeto coletivo. Aparecem assim as identificações com os bairros, com determinadas regiões, etc., sendo o espaço apreendido como “território próprio” e fator de visibilidade do grupo. Sobre este espaço como código cultural vão-se desenvolver ações não apenas da parte dos seus habitantes (que criam associações, que reivindicam a partir da sua pertença a um espaço, que produzem elementos culturais/recreativos, como música por exemplo, baseada na sua identidade agregada a um espaço) como das instituições que definem zonas urbanas, definem políticas e criam programas especificamente dirigidos a esses espaços, concebidos como entidades em si.

O espaço pode ser, assim, um fator de determinação em dois sentidos: a um nível estrutural contribuindo para a definição das relações entre indivíduos e entre grupos sociais, ou seja, definindo as redes de interação, e a um nível simbólico ajudando a estruturar as representações de si e dos outros, da sua relação aos outros e da sua forma de ser e estar no mundo social. O espaço aparece deste modo como um fator de constrangimentos e possibilidades, definindo, conjugado com outras determinantes do mundo social, as relações de associação e oposição, de integração e exclusão no mundo social. Devemos assim diferenciar uma abordagem descritiva do espaço, na qual podemos delinear as características da distribuição espacial – a concentração ou dispersão, a homogeneidade ou heterogeneidade das diversas categorias sociais no espaço; de uma abordagem interpretativa deste. O que significa que não se pode, de forma automática, deduzir que certas características descritivas do espaço, enquanto suporte físico, determinam imediatamente efeitos sociais específicos. Fazê-lo

significaria pressupor que, por exemplo, a separação espacial levaria imediatamente a uma segregação social e à marginalização. Como foi referido anteriormente, estas ligações não podem ser automáticas, devendo-se analisar em que contexto uma coisa leva à outra, em que situações a separação espacial leva a segregações e a exclusões sociais ou, pelo contrário, contribui para a autonomização e desenvolvimento de capacidades interventivas próprias aos grupos. Isto significa dizer que o espaço não pode ser visto como um fator determinante isolado dos outros. Torna-se necessário que seja considerado paralelamente com outros fatores, tais como o sistema social e cultural, a situação económica, política e as configurações simbólicas. É na articulação com todos estes elementos que podemos pensar na variável espacial como determinante das relações sociais.

Para clarificar este facto, de que a materialidade do espaço não é sempre definidora do mesmo tipo de relações sociais, interações e representações, Remy vai diferenciar as “lógicas de apropriação” das “lógicas de produção” do espaço. Estas estabelecem a diferença entre uma situação em que se apropria um produto já existente (uma determinada configuração espacial e social) e o momento da definição das condições de produção de um produto novo. Assim, podemos encontrar um produto determinado, ou seja, uma determinada configuração espacial e social que pode ser apropriada de forma diferente pelos atores sociais, pela comunidade, o que vai determinar uma lógica de produção (neste caso de reprodução) de novas configurações sócio espaciais, diferenciadas conforme a forma de apropriação da primeira configuração espacial e social pelos diferentes grupos. Ou seja, um determinado espaço, com as características sociais, relacionais e culturais que lhe estão associadas, pode não determinar a mesma lógica de apropriação, as mesmas representações sociais e as mesmas ações e relações entre agentes, pode ser diferentemente apropriada, o que levará a resultados diferentes, tanto a nível das interações e relações sociais, como das representações de si (como indivíduo ou grupo) e dos outros, como da ação individual e grupal e da definição, ou não, de um projeto coletivo. Assim, afirma o autor: “Les champs de contraintes et de possibilités résultant des combinatoires spatiales, concrètes et perçues, peuvent être considérés comme une produit social «déjà là», qui est approprié de façons différentes sinon divergentes selon les positions sociales.” (Remy e Voyé, 1998: 94)

O que define um espaço socialmente pertinente é que produza, ou ajude a produzir, interações e ações determinadas pelos indivíduos que o compõem. Assim, características como a concentração/dispersão, como homogeneidade/heterogeneidade condicionariam, supostamente, a formação das percepções e ações individuais. No entanto, outros fatores devem ser considerados para que não se caia em visões simplistas de um espaço que determina, diretamente e sem atenuantes, certas e completamente previsíveis ações. Assim, devem-se considerar as características sociais, demográficas, culturais, económicas, etc. das populações que habitam os espaços, daquelas que não o habitando se relacionam com as primeiras, da conjuntura histórica, social, económica, política, cultural e simbólica que envolve as pessoas e os espaços num momento do tempo determinado, etc.

Apenas com uma visão multidimensional e abrangente de todos os constrangimentos, mas também das possibilidades que uma realidade social apresenta é que podemos melhor compreender o papel do espaço na determinação das relações sociais. É esta relação interativa entre diferentes dimensões da vida social que nos permite perceber, por exemplo, os efeitos extremamente diferentes que apresentam espaços de habitação degradados em locais desenvolvidos, como acontece normalmente nas cidades, e em zonas mais pobres. Assim, no espaço urbano grande parte dos espaços habitacionais caracterizam-se por uma boa “imagem”, tanto a nível da qualidade das construções dos edifícios, da aparência e do cuidado dos equipamentos coletivos e dos espaços públicos. Este facto vai fazer com que parques habitacionais mais degradados (como bairros sociais e zonas de barracas, por exemplo) tenham uma visibilidade acrescida, sendo imediatamente conotados com zonas degradadas, de categorias sociais pobres e que sofrem, pela sua visibilidade, uma estigmatização forte. Contrariamente, pode-se observar em determinadas zonas caracterizadas por um menor desenvolvimento e por uma pobreza mais disseminada (como acontece em algumas zonas rurais), uma homogeneidade da precariedade, ou pelo menos uma menor discrepância entre zonas “ricas” e zonas “pobres”. Em locais mais homogêneos como estes não existe uma visibilidade tão acentuada das zonas habitacionais degradadas, pelo que as categorias sociais mais desfavorecidas, mesmo que estejam concentradas em zonas determinadas, não suscitam valorações negativas fortes pela restante população, não sofrem tanto o efeito de estigmatização. Assim,

podemos considerar que a segregação espacial de categorias desfavorecidas em determinados bairros, por exemplo, pode não acarretar sempre as mesmas consequências a nível da sua imagem social e, em consequência, das suas interações e relações sociais com os outros.

## **1.2. Distâncias e segregação espacial**

Passamos, assim, à análise da questão das distâncias e da segregação espacial, e a sua possível relação com distâncias e segregação social, no contexto urbano, na cidade.

Para refletirmos estas questões começaremos pela sistematização feita por Yves Grafmeyer precisamente sobre “Diferenciações, divisões e distâncias” no espaço urbano, em *Sociologia Urbana* (1995).

O autor começa por referir que as sociedades não são entidades amorfas, mas antes estruturadas com base em diferenciações e distâncias sociais, distâncias e diferenças estas que estão materializadas na configuração socio espacial que é a cidade. De facto, refere que, em virtude do processo da industrialização, da divisão social do trabalho e da urbanização moderna, a cidade se tornou, desde cedo, um espaço complexo e que concretiza, no seu espaço físico, a diferenciação das atividades e dos indivíduos.

A dimensão residencial tem sido, segundo Grafmeyer, a dimensão mais escolhida pelos sociólogos para observar a diferenciação urbana, considerando-se ser este um «marcador» útil para referenciar os grupos sociais, as relações entre os grupos e, finalmente, a maneira como se estrutura uma sociedade urbana” (Grafmeyer, 1995: 41).

Desta forma, segundo o autor, o lugar de residência constitui o instrumento usualmente utilizado pelos sociólogos para estudarem a divisão social dos espaços urbanos. Estes vão, refere, descrever esta divisão do espaço de variadas formas, que se podem esquematizar em três modelos essenciais: o “esquema *concêntrico*”, o “esquema *sectorial*” e o “esquema *nodular*”. O primeiro modelo corresponde à tradição ecológica, na qual se considera que os indivíduos distribuem-se, na cidade, por zonas relativamente características, em “áreas naturais” que vão desde o centro administrativo às coroas suburbanas, áreas estas que refletem a sua antiguidade na



cidade, a sua posição social e o seu modo de vida. O esquema sectorial realça as zonas povoadas do espaço urbano ao longo de uma dada direção, por sectores da cidade, independentemente da sua distância ao centro (seriam, por exemplo, as zonas leste, oeste, sul e norte da cidade). Por fim, o esquema nodular considera o espaço urbano como um agregado de núcleos populacionais mais ou menos específicos que, na sua forma extrema, podem constituir “enclaves” fechados e com características específicas a nível da pertença social, regiões de origem, etc.

Como refere o autor estes esquemas são apenas descritivos, ou seja, não contêm, em si mesmos, explicações dos espaços da cidade, constituindo apenas formas de ler a sua configuração. Refere ainda um quarto modelo de descrição, mais recente, que procura integrar os três esquemas anteriores, o modelo da “ecologia fatorial”. Este modelo defende que nas cidades atuais encontram-se características dos três esquemas apresentados, cada um servindo para descrever realidades sociais específicas: o modelo concêntrico seria útil na descrição das divisões no espaço urbano a partir da variável idade e estrutura familiar; o esquema sectorial descreve a divisão por estatutos socioprofissionais e o modelo nuclear seria útil para descrever as comunidades étnicas na cidade.

Grafmeyer afirma “o espaço que nos é dado é portanto totalmente o contrário de uma superfície neutra” (Grafmeyer, 1995: 44). Portanto, as configurações urbanas são produto e, simultaneamente – porque os reforçam – coprodutores dos modelos culturais que lhes estão associados e que fazem com que determinados espaços sejam mais valorizados que outros. Esta produção do espaço como elemento cultural e socialmente significativa é, como se percebe, variável de época para época, de sociedade para sociedade, estando relacionada com a história e a estrutura da sociedade em questão. Nas palavras do autor “As configurações urbanas são portanto o resultado da história acumulada.” (Grafmeyer, 1995: 44). O espaço é significativo, atribuidor de estereótipos e rotulador porque tem uma história, porque foi habitado por determinados grupos, foi afetado por determinadas representações, foi rotulado de determinada forma. O espaço em si, como estrutura física, não contém estes significados sociais, estes são construídos pelas sucessivas apropriações dele feitas pelo homem. Só assim se percebe, como refere o autor, a diferença de conotações que tem o subúrbio nos EUA e na Europa, sendo, no primeiro contexto, conotado positivamente

e constituindo um espaço normalmente habitado por classes médias/altas, enquanto na Europa representa espaço de exclusão das categorias mais desfavorecidas da população e associado a problemas de delinquência, droga, etc., categorizados como “subúrbios problemáticos”.

Quanto à segregação urbana o autor estabelece uma distinção importante e que consiste em que habitualmente esta noção serve para *qualificar* as formas mais extremas de divisão social do espaço (sendo-lhe normalmente atribuídas conotações pejorativas: segregação associada a exclusão social), enquanto deverá, para se constituir numa ferramenta útil de análise, ser considerada como uma forma de *interpretar* as divisões sociais do espaço, permitindo perceber as suas significações.

Nesta segunda aceção do termo, isto é, usado com objetivos interpretativos, o autor considera que a segregação urbana pode ser utilizada segundo diferentes perspetivas.

Numa primeira é utilizada para explicar as *diferenças de localização* entre grupos com posições sociais diferentes ou de origens étnicas diversas, sendo nesta perspetiva que geralmente é utilizada – permitindo perceber o grau de segregação de um determinado grupo, isto é, será tanto mais segregado quanto a sua distribuição residencial for muito diferente daquela observada para o conjunto da população.

Numa segunda perspetiva o termo permite designar as *oportunidades desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade*. Nesta segunda aceção do termo pode-se adotar uma perspetiva mais weberiana, em que as posições sociais são definidas num *continuum* definido pelo seu nível de recursos, pelo seu status social (no sentido de prestígio) e pelo grau de participação na vida pública; ou uma perspetiva marxista em que se consideram as relações sociais desiguais da sociedade como as que estão na origem das desigualdades de condições e posições no espaço urbano. Esta segunda vertente é aquela, segundo o autor, que mais influenciou a sociologia urbana francesa, em que o espaço urbano é visto como o reflexo e a materialização das estruturas sociais desiguais e das relações de poder na sociedade.

Uma terceira perspetiva relaciona a segregação urbana mais diretamente com as configurações urbanas fechadas, como os “enclaves” e os guetos. Esta perspetiva está, frequentemente, relacionada com as questões da etnicidade e reflete a segregação como *toda a forma de reagrupamento espacial que associa estreitamente as populações*

*desfavorecidas a territórios circunscritos*. A problemática é aqui, claramente, a da exclusão social e a da constituição de espaços de exclusão que acumulariam *handicaps* sociais, económicos, culturais, etc. É nesta perspetiva que se vão estudar os subúrbios, “bairros de exílio” na formulação de François Dubet, em que a característica marcante é a dificuldade de integração dos seus habitantes, sejam eles membros de uma minoria étnica ou não, e o facto de habitarem espaços que os visibilizam e estigmatizam, reforçando os efeitos da exclusão. Sendo esta a problemática que nos interessa, em particular, voltaremos a ela posteriormente, desenvolvendo-a um pouco mais.

Grafmeyer analisa ainda, retomando a tipologia de Thomas Schelling, os processos segregativos, ou seja, as formas pelas quais a segregação urbana pode acontecer.

Um primeiro tipo seria a segregação que corresponde a uma intenção segregativa da comunidade, em que esta, legal ou ilegalmente, mais ou menos explicitamente, pretende separar fisicamente determinadas categorias da população. É o caso, por exemplo, dos guetos negros nos EUA.

Um segundo tipo de segregação seria aquela que decorre, embora sem intencionalidade, das desigualdades sociais, sendo as divisões sociais no espaço o seu efeito. Este é um processo em grande parte económico e relaciona-se com o diferencial de recursos que faz com que certas camadas da população tenham acesso apenas às zonas mais desvalorizadas da cidade.

A segregação pode, ainda, decorrer de processos de discriminação social, que condicionam as escolhas individuais. O efeito combinado, coletivo, destas escolhas individuais resultam, muitas vezes, em situações segregativas, ainda que não tenham sido explicitamente propositadas por qualquer dos atores sociais em causa. Segundo Schelling estas escolhas individuais, motivadas pela discriminação, produzem processos em cadeia que resultam em formas definidas de agrupamentos grupais e em clivagens sociais.

Após a sistematização das configurações espaciais, das perspetivas sobre o fenómeno da segregação e dos processos que a geram, Grafmeyer vai refletir sobre este fenómeno, referindo ser importante perceber como se dá esta relação entre divisões sociais e a sua concretização espacial.

Deste modo, pergunta, a distribuição dos indivíduos e grupos pelo espaço físico reflete sempre a distância social entre eles? Revertendo a questão, o autor começa por afirmar que proximidade física não significa sempre proximidade social, já que existem outros obstáculos à comunicação que não o espaço e a distância social - esta nem sempre é medida adequadamente pela distância física. Assim, afirma “A separação física de grupos socialmente distintos não é uma lei universal, mas sim o resultado de processos específicos, os quais convém necessariamente justificar” (Grafmeyer, 1995: 52). Como tal, nem sempre a distância física refletirá distância social, tal como a proximidade física não é sempre equivalente a proximidade social, devendo as duas dimensões ser estudadas nos contextos concretos, analisadas em função do processo de constituição da cidade para que se possa perceber se há entre as duas uma relação. Assim, para se estudar as distâncias e proximidades urbanas (e perceber se refletem distâncias e proximidades sociais) o autor propõe que se considerem três fenómenos: as posições objetivas dos atores no espaço social (ou seja, a análise das diferenças de estatuto social entre indivíduos e grupos); a natureza e amplitude das relações que se estabelecem entre os indivíduos (as relações sociais) e as configurações espaciais associadas a estas posições e relações: distribuição residencial, distribuição no território dos parentescos e das redes de sociabilidade, etc. É necessário, então, perceber, em cada caso concreto, se existe relação entre os três elementos, isto é, se há relação entre as posições sociais dos agentes e as suas relações sociais, as suas redes de sociabilidade e o espaço físico, no fundo, se as relações sociais, com as suas divisões e tensões, se concretizam nas configurações urbanas. O mesmo é dizer que se deve, em cada terreno concreto, analisar as três dimensões para se perceber se a segregação física corresponde à segregação social.

Para além da explicação dos modos de concretização, no espaço físico, das distâncias sociais, o autor refere ser importante, ainda, refletir sobre os diferentes modos de apropriação do espaço pelos indivíduos e grupos sociais. Estes modos de apropriação variam, afirma, em função de variáveis como a idade, sexo, categorias socioprofissionais e trajetória de vida. Refere, ainda, que se pode estabelecer uma diferença entre os grupos sociais, entre camadas operárias e camadas médias/superiores, quanto ao seu modo de apropriação do espaço, em que os primeiros se caracterizariam, geralmente, pela associação entre espaço de residência e o

estabelecimento de redes de sociabilidade significativas, enquanto as camadas médias/superiores se caracterizariam por usos mais diversificados e extensos do espaço urbano. Assim, a diferentes *modelos socioculturais* corresponderiam diferentes *modos de localização*. Contudo esta premissa, reforça, não deve ser pensada como uma lei sociológica, existindo contextos de relativa mistura social, em espaços que albergam populações de grupos diferentes e com modos de apropriação do espaço diversos. De facto, a análise dos espaços sociais enquanto mais ou menos homogêneos ou heterogêneos em termos das posições sociais e de modos de apropriação dos seus habitantes deve ser pensada não de forma dicotómica, mas num *continuum* entre espaços homogêneos e heterogêneos. Assim, afirma, poderão existir nas cidades zonas ou bairros “tipificados” e homogêneos, porém a maior parte das suas zonas serão habitadas por categorias sociais diferentes. É portanto uma questão de *grau*. Mas a análise deve também considerar a *escala*, ou seja, a maior homogeneidade ou heterogeneidade das populações no espaço variarão muito em função de se analisarem zonas restritas ou alargadas da cidade (as diferenças serão significativas se se tiver como unidade de análise um prédio, um quarteirão, um bairro ou uma zona mais alargada da cidade).

Outra perspetiva de análise dos fenómenos da distância espacial e social é a de Jean Remy, que aborda esta questão sob o ângulo não da segregação e distância social, mas sim em termos do regime de trocas na cidade, pretendendo perceber como um modo de apropriação do espaço se constitui em formas específicas de relações sociais. Contrariando a visão das distâncias espaciais como determinantes da distância social e da marginalização e exclusão, este autor defende que o regime de trocas (as relações sociais) determinantes na cidade, funda-se não na proximidade espacial, mas na capacidade de deslocação/circulação, no sentido da capacidade dos atores e grupos fazerem valer, no espaço global da cidade, os seus pontos de vista. A questão dos espaços coloca-se na medida em que as populações que vivem em espaços fechados e introvertidos não apresentam a mesma capacidade (face a quem não vive nestes contextos) de estabelecer uma posição forte no regime de trocas sociais, ou seja, não têm a mesma capacidade de impor as suas representações. O objetivo do autor é, então, demonstrar como a localização espacial intervém como mediadora efetiva na constituição, estabilização ou transformação das relações sociais.

Remy vai dizer que existem, então, fatores estruturais que determinam que certos grupos não tenham acesso às vantagens do modo de vida urbano atual, estando dele excluído. Esta exclusão pode ser voluntária da parte desses grupos, mas corresponde geralmente a uma imposição social e cultural. O autor define, assim, dois critérios que determinam essa exclusão do modo de vida urbano, critérios estes que podem concretizar-se geograficamente, e que se relacionam com três modos de comportamento (ou apropriações do espaço) face ao espaço urbano.

Um primeiro critério de exclusão diz respeito à oposição entre espaços valorizados e espaços “residuais”, referindo Remy que quanto mais uma população ocupa um espaço da cidade mal localizado, equipado e menos acessível, mais corre o risco de estar excluída das vantagens da cidade. O segundo critério é a vontade, muitas vezes expressa pelos indivíduos e grupos, de se sentirem “em casa” e seguros num espaço específico da cidade, o que leva a uma valorização da vida no bairro, que também os exclui do modo de vida, tipicamente móvel, da cidade.

Estes critérios, facilmente concretizados em espaços físicos da cidade, relacionam-se com três modos de comportamento face ao espaço urbano (e que condicionam a exclusão das populações que os adotam). Um primeiro diz respeito àqueles indivíduos que não se sentem integrados no modo de vida urbano, repudiando-o (por representar a ausência de afetividade e a artificialidade); um segundo consiste naquelas populações que vivem no meio urbano segundo um modelo de vida aldeão (o que segundo o autor os isola e constrange as suas possibilidades de serem bem sucedidos na cidade) e um terceiro que consiste naqueles grupos que se excluem do modo de vida urbano por escolha ideológica (recusam os valores que a cidade encarna, tendo como ideal de vida o modelo comunitário).

A relação entre os dois critérios de exclusão e modos de comportamento face à cidade que lhe estão associados resulta, segundo Remy, na cidade contemporânea, na constituição de seis tipos de bairros excluídos do modo de vida urbano: o bairro de imigrantes, a cidade colonial dupla, os bairros de lata e os guetos, enquanto espaços em que se faz sentir uma exclusão imposta pelo sistema social, e os bairros em que vivem aquelas populações que rejeitam o modo de vida urbano e procuram reconstituir, na cidade, espaços em que impera um modo de vida comunitário, sendo neste caso também uma forma de exclusão imposta mas por intermédio do domínio de um modo

cultural sobre o outro (ou seja, neste caso as populações escolhem viver um modo de vida fora do modo de vida urbano, mas porque este último é o dominante e mais valorizado, acabam por ser também excluídas, neste caso, do modo de vida dominante).

A partir desta tipificação dos casos em que certas populações se veem excluídas do modo de vida urbano, Remy afirma que a variável espacial tem importância, mas apenas na medida em que se refere a um determinado tipo de relações sociais que nela são vividas, as quais exprime e ajuda a reproduzir. O espaço é, portanto, um coprodutor de determinadas realidades sociais, não um determinante destas.

Um outro autor que aborda a questão das distâncias sociais e espaciais é Edmond Préteceille, que vai fazer a crítica e análise do conceito de segregação social. Afirma este autor que o conceito tem sido alvo de uma série de significações, apresentando uma indefinição conceptual acentuada, particularmente porque tem sido muito utilizado pelos discursos políticos. É relacionado, geralmente, com o processo urbano que remete as classes baixas para as zonas marginais da cidade e, contemporaneamente, frequentemente utilizado para referir a “crise dos subúrbios”, considerados como a tradução espacial da segregação social.

Mesmo na literatura sociológica está presente esta visão da segregação social, associada às classes baixas e aos grandes aglomerados populacionais, como as zonas de habitação social. Estas são resultado de políticas públicas, amplamente criticadas por agruparem as classes sociais mais desfavorecidas, resultando numa acumulação de desvantagens, e pelas características dos espaços em que são agrupadas estas populações, imóveis muitas vezes de baixa qualidade, num espaço de alta densidade populacional e isolados, favorecendo a constituição de enclaves.

Préteceille vai afirmar que os estudos mostram que a segregação social não resulta, pelo menos inteiramente, destes processos de exclusão espacial das classes mais pobres, e que dão uma visão diferente da estrutura e evolução da segregação social. O autor vai, assim, contestar a tese da “dualização da cidade”, que advoga a divisão cada vez mais notória desta entre um polo integrado de classe média/alta e um polo de um novo proletariado terciário, relegado para os espaços desvalorizados da cidade. O autor afirma que este modelo de análise se baseia na visão estanque de dois tipos de espaços que efetivamente existem – bairros valorizados de classe alta, por um lado, e bairros degradados ou grandes conjuntos populacionais da periferia, por outro –

mas que, não constituindo a maioria dos espaços da cidade, não dão uma visão de conjunto desta nem da evolução do sistema urbano.

Assim, o autor contrapõe a este modelo as conclusões dos seus próprios estudos sobre a evolução do sistema urbano (da metrópole de Paris), nos quais procura traçar a distribuição espacial das categorias socioprofissionais superiores e operárias, de forma a perceber se existe ou não segregação social. O primeiro aspeto que o autor refere é que existe de facto uma estrutura hierarquizada da cidade em função das classes sociais, mas que essa hierarquização é antiga, não recente, sendo uma herança dos processos económicos e sociais da história, que se cristalizou tanto nas estruturas morfológicas da cidade como nas representações simbólicas e nos modos de apropriação. Outro aspeto assinalado pelo autor é que a segregação opera-se mais por um agrupamento das classes superiores em espaços determinados que por agrupamento das classes mais baixas, argumento este que usa para contrariar a visão de uma segregação social e espacial diretamente relacionada com a exclusão. Refere ainda que não existe uma divisão da estrutura urbana por oposição de dois polos claramente identificáveis como o faria supor a tese da dualização da cidade. Existe, antes, um *continuum* de situações entre as posições extremas de zonas claramente de classe alta e zonas claramente de classe baixa. Prêteceille afirma ainda que, no caso francês, quando se fala em segregação deve-se referir o seu carácter relativo. Isto porque, refere, os dados permitem concluir que os espaços da cidade são, em geral, heterogéneos, por um lado, e que, por outro, as categorias sociais não se assimilam a um tipo de espaço (ou seja, a classe alta ou a classe baixa não se encontram, na sua maioria, em espaços homogéneos de uma ou de outra). Assim, conclui, a maioria da população habita em espaços mesclados, não polarizados.

Contudo, segundo os seus estudos, o autor verifica que, não existindo, de facto, uma dualização da cidade, existe uma acentuação dos contrastes sociais nas últimas décadas na metrópole parisiense (acentuação esta mais provocada por um fechamento das classes superiores que das classes operárias). As duas tendências que o autor identifica são, assim, o maior fechamento dos espaços de perfil superior e a tendência dos espaços operários de estarem mais marcados pela categoria dos precários e desempregados (ou seja, tendência ao maior empobrecimento destes espaços).



Assim, reconhece, existe uma tendência à bipolarização dos espaços da cidade. Contudo, afirma, esta tendência aplica-se a uma minoria dos espaços da cidade, pelo que não é legítimo falar da sua dualização.

A cidade caracteriza-se e divide-se essencialmente, portanto, pela apropriação das melhores localidades (em termos de equipamentos, centralidade, etc.) pelas classes superiores, causando a especulação imobiliária e remetendo para fora da lógica do mercado as populações mais desfavorecidas, que recorrem, então, às habitações sociais. O autor vai verificar, de facto, uma convergência entre os espaços de perfil superior (a nível dos habitantes) e um nível alto de equipamentos culturais, creches, hospitais, etc., enquanto os espaços em que habitam maioritariamente as classes mais baixas observam níveis mais baixos. Esta tendência tende, ainda, a agravar-se, já que a tendência observada é da continuação da construção destes equipamentos nos primeiros espaços a níveis acelerados, face a uma construção destes muito mais insípida nos espaços mais desvalorizados. Assim, descortina-se aqui uma lógica contrária à redistribuição social que implica cada vez mais desigualdades urbanas.

São estes fenómenos de desigualdades e estes processos sociais que vão levar, então, muitos autores, a defender que o ordenamento urbano obedece a uma estratégia de classe. Neste sentido, refere António Teixeira Fernandes, “A construção da cidade traduz a história da produção e reprodução das relações sociais” (Fernandes, 1992: 86).

### **1.3. Espaços de exclusão**

Torna-se importante referir, agora em maior pormenor, a questão dos espaços estigmatizados, pelo facto de se considerar que a existência destes espaços sociais, como espaços de exclusão de certas camadas da população, é um elemento definidor dos modos de vida, das apreciações e representações sociais e da forma como os atores sociais do bairro estudado encaminham as suas vivências biográficas e estratégias de vida. É necessário, então, pensar nos espaços degradados – em particular nos subúrbios “problemáticos” das grandes cidades – de uma forma não linear nem redutora, tal como é veiculada pelos meios de comunicação social em geral.

Segundo Bourdieu existe, com efeito, uma correlação entre as posições ocupadas pelos atores sociais no espaço social (nas classes sociais) e a posição que

ocupam no espaço físico. Este é, inclusivamente, um fator simbólico importante na determinação e configuração do próprio posicionamento social dos atores: estes têm uma posição mais ou menos prestigiada consoante ocupem espaços mais ou menos valorizados e pela distância que os separa uns dos outros. Assim, numa sociedade claramente hierarquizada verificamos que as hierarquias exprimem-se, também, ao nível das configurações espaciais. Bourdieu vai, deste modo, falar no “espaço social reificado” (Bourdieu, 2001: 161): o espaço social fisicamente objetivado, ou seja, a concretização, no espaço físico, das distâncias sociais.

Podemos, deste modo, afirmar com segurança que ocorre em Portugal uma segregação espacial, segregação esta mais visível nas grandes cidades pelos grandes contrastes existentes entre espaços valorizados e espaços degradados. Verifica-se, com efeito, a concentração dos bens mais raros e dos seus proprietários em certos lugares do espaço físico que se opõem, então, aos lugares que agrupam principalmente, e por vezes exclusivamente, os bens mais desvalorizados e os agentes mais carentes – é aqui que podemos situar os subúrbios, os guetos e os pobres. Esta relegação dos atores sociais mais carenciados vai ter como efeito o redobrar a sua desposseção, afirma Bourdieu (2001), nomeadamente em matéria de cultura e de práticas culturais, produzindo um efeito de atração para baixo, de nivelamento na falta de recursos, refletindo-se, a exclusão, deste modo, nas estruturas mentais, isto é, na linguagem, nas categorias de perceção e de avaliação. O poder é assim, afirma Bourdieu (Bourdieu, 1989), exercido de forma subtil, aparecendo como uma violência desapercibida, como violência simbólica.

Tentando responder à pergunta do porquê da existência destes espaços de relegação Bourdieu (Bourdieu, 2001) afirma que foi a política da habitação que operou uma verdadeira “... *construção política do espaço*: na medida em que ela favoreceu a *construção de grupos homogéneos em base espacial*, esta política é, para uma grande parte, responsável pelo que se pode observar diretamente nos grandes conjuntos degradados...” (Bourdieu, 2001: 166).

No que diz respeito à imagem dos bairros degradados, importa salientar a distinção feita num estudo em bairros estigmatizados da área residencial de Lisboa (Balsa, Caeiro, 2001): entre o *olhar do exterior sobre o interior* e o *olhar do interior*. O primeiro caracteriza-se claramente pelas imagens mais estigmatizadas que existem

sobre estes bairros e que traduzem, segundo o autor, a distância que se quer manter deles. Assim, os bairros vistos do exterior aparecem como realidades homogêneas. Por outro lado temos a imagem daqueles que têm um maior conhecimento das posições e itinerários de vida dentro destes bairros, ou seja, o olhar dos habitantes dos bairros. Estes apresentam uma imagem diferente das situações, lugares e recursos, aparecendo os bairros, nesta imagem “de dentro”, como sendo diferenciados em numerosos aspetos. Segundo o autor do estudo referido (Balsa, Caeiro, 2001), os efeitos da estigmatização fazem-se sentir, de facto, já que a imagem exterior do bairro se impõe tanto mais ao interior e condiciona mais os comportamentos e representações dos seus habitantes quanto mais extremas e precárias são as condições de vida social.

Neste capítulo pretendemos sistematizar algumas abordagens e contribuições teóricas que nos permitiram pensar a questão do espaço como categoria de análise válida para o estudo dos fenómenos sociais, assim como a questão da segregação espacial e a sua relação com as distinções e divisões sociais.

Independentemente da variedade de perspetivas existentes quanto a estas questões – variedade esta que ficou patente nas diversas abordagens referidas – parece-nos que a variável espacial pode, de facto, ser um instrumento pertinente na análise de determinados fenómenos e objetos de estudo. Com efeito, pensamos que a consideração desta categoria de análise pode constituir-se numa dimensão de análise importante, nomeadamente no estudo de zonas da realidade social com forte carga simbólica como são os subúrbios das grandes metrópoles, fortemente estigmatizados e categorizados como “zonas problemáticas” nas sociedades europeias atuais.

Assim, pretendemos, no seguimento deste trabalho, tentar perceber como se articulam todas estas questões nessas configurações sociais concretas. Qual a relevância do espaço para as estudar? Pensamos que esta categoria de análise poderá ser útil em várias vertentes. Por um lado, estas realidades, os subúrbios, constituem, no imaginário coletivo, uma categoria de perceção, sendo associadas determinadas zonas concretas do espaço urbano a determinadas características das suas populações e a determinados problemas sociais, ou seja, são constituídas nas representações sociais coletivas como “entidades” em si mesmas. Assim, interessa-nos perceber porque é que as coisas se passam desta forma, perceber o sentido dessas categorizações e perceções. E interessa-

nos, por outro lado, perceber como é que estes espaços – vistos como símbolos de “problemas sociais” pela sociedade – são vistos do interior, se constituem, de facto, ou não, espaços significativos para os seus habitantes, ou seja, se se configuram como realidades significativas na definição das suas vidas quotidianas, das suas representações sociais e nas suas relações e interações sociais. Pretendemos, em suma, perceber se, a uma categorização externa destes espaços urbanos como entidades que valem por si mesmas, correspondem *quadros de interação*, na perspetiva de Firmino da Costa (1999), significativos para os seus habitantes.

#### **1.4. Processo de urbanização, metropolização e suburbanização – o caso da Grande Lisboa**

Importa, agora, clarificar e analisar mais pormenorizadamente os fenómenos de urbanização, metropolização e suburbanização, fenómenos estes extremamente importantes quando o nosso objetivo é dar conta, precisamente, da realidade social complexa que é um subúrbio de uma grande cidade como Lisboa.

Começando pelo caso concreto do processo de metropolização de Lisboa, podemos afirmar que o crescimento tanto de Lisboa como do Porto começa a partir, essencialmente, dos anos 60, o que levaria a uma macrocefalia urbana.

Lisboa apresenta condições de alojamento muito diferentes e desiguais. A proliferação de habitações degradadas e de construções clandestinas levará à necessidade da criação de instrumentos de intervenção pública, dos quais os programas das *Casas Económicas* e os das *Habitações de Renda Económica* vão ser dos mais significativos. “Pretendia o governo reforçar a edificação pública e por essa via ordenar o crescimento da cidade e instalar populações em condições físicas e morais consideradas adequadas. A ocupação de partes de casa e os bairros de barracas estavam na mira do legislador” (Nunes, 2007: 1). Como justificação o então Ministro das Obras Públicas, o Engenheiro Arantes e Oliveira (isto em 1959 quando surgem as primeiras intervenções públicas na área do que viria a ser a metrópole de Lisboa), realçava a necessidade de ordenar as vias de circulação rodoviária, a disposição das indústrias que entretanto surgiam e a necessidade de inserir as populações que, em cada vez maior número, chegavam à cidade e seus arredores. Até aos anos 60 a conceção das entidades

públicas, no que se refere às cidades, era uma visão ainda muito regional e “partida” da cidade e arredores, não era ainda vista como um conjunto. A primeira habitação pública criada pela Previdência Social do Estado Novo (em 1959) foram os bairros de Olivais Norte e Olivais Sul, os primeiros “grand ensembles” de Lisboa. Entre 1960 e 1981 observa-se uma época de grande construção de bairros nos arredores de Lisboa: tanto para as classes médias como para as classes com menores recursos. Esta situação vai, progressivamente, causar uma enorme alteração na paisagem dos arredores da capital. Grandes contingentes populacionais vão chegando a Lisboa (muito devido à implantação de indústrias neste período, o que atraía as classes trabalhadoras em busca de melhores condições de vida). Com a construção destes bairros inicia-se, em grande medida, o processo de metropolização e de diferenciação sócio espacial da capital.

Com o processo de metropolização surgem territórios especializados, e incrementam-se as ligações entre as diferentes partes das metrópoles (daí a importância das vias de circulação anteriormente referidas). Os grandes conjuntos residenciais representam, neste contexto, a especialização residencial no seu extremo, daí a noção de “dormitórios”.

### ***Urbanização***

Verificámos, pela revisão bibliográfica da literatura sociológica sobre esta área de investigação, que temos duas grandes abordagens teóricas a este fenómeno: por um lado definindo urbanização como a “concentração da população de um país ou de uma região nas cidades” e, por outro, como “multiplicação e concentração demográfica num dado território” (Champion, 2001).

De forma sintética podemos afirmar que a urbanização decorre do reforço da capacidade e multifuncionalidade económica das cidades o que leva à concentração demográfica e à necessidade de uma nova regulação da vida urbana e da coexistência das populações.

No caso português o processo de metropolização de Lisboa tem sido amplamente estudado e tem sido feito a partir de três vertentes de análise diversas (Nunes, 2007):

Por um lado temos aqueles autores que abordam o processo salientando a concentração da população em territórios já urbanizados e os processos de reorganização da cidade (Ferreira, 1988; Baptista, 1987 e Baptista, 1996);

A outra corrente analisa preferencialmente os arredores das cidades, a sua transformação e relação com a cidade (Cruz, 1973, Corte-Real, 1973 *cit in* Nunes, 2007);

Uma terceira perspetiva salienta o processo a partir dos campos que são progressiva e continuamente esvaziados avaliando as consequências dessas transformações (Godinho, 1971; Serrão, 1982, Fonseca, 1990 *cit in* Nunes, 2007).

Relativamente aos objetivos que animam a consecução deste projeto situar-nos-emos mais na segunda perspetiva, atualizando-a aos fenómenos mais atuais, isto é, analisando o estado atual das vivências no subúrbio e da relação dos seus habitantes com este espaço social assim como o espaço mais abrangente que os envolve, ou seja, a metrópole.

Caracterizando o processo de urbanização em Portugal importa referir brevemente algumas estatísticas que permitem aferir este processo. Assim, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística em 2001 (últimos dados existentes) 36,2% dos portugueses residentes em Portugal Continental habitavam na Área Metropolitana de Lisboa e na Área Metropolitana do Porto, sendo que em 1990 apenas 15,4% da população aí residia. Esta mudança radical do nível de urbanização do país (e desta concentração nas duas áreas metropolitanas) deve-se essencialmente aos processos ocorridos a partir da década de 60, altura em que começa a “corrida às cidades” e que vai determinar uma “realidade urbana bicefálica” nas palavras de David Justino (1988). Assim Portugal caracterizar-se-á desde aí e até aos dias de hoje, por uma estrutura urbana concentrada em torno destes 2 grandes polos, por uma litoralização tanto da urbanização como do dinamismo económico e pela quase ausência de cidades de média dimensão.

### ***Metropolização***

Como vimos, a evolução das transformações nas cidades ocidentais, entre as quais Lisboa, fazem com que se passe progressivamente de um contexto de “urbanização”, “suburbanização” e, finalmente, de “metropolização”. Com efeito, com a evolução dos processos socio históricos os teóricos, em particular os sociólogos

urbanos, sentiram a necessidade de redefinir as problemáticas quando necessitavam de estudar a cidade, o que leva a que se passe do conceito de “cidade” e “urbanização” ao de “metrópole” e “metropolização”. Há, de facto, a necessidade de renovação conceptual decorrente das alterações da configuração das áreas urbanas (das suas atividades económicas, culturais, políticas, da sua morfologia espacial, da especialização dos terrenos e zonas urbanas, etc.) entrando-se no que alguns autores definem como o “quadro conceptual da sociedade pós-industrial” (Bassand, 1997).

Nesta redefinição teórica podemos, então, definir a metropolização como uma intensificação das relações socioeconómicas e espaciais no contexto das áreas urbanas e de expansão das cidades, o que se reflete tanto na divisão do trabalho, como na cada vez maior importância da inovação e produtividade na estruturação social. Assim a metrópole apresenta-se como vastos aglomerados urbanos que não se limita a fronteiras administrativas territoriais, com uma população superior a um milhão de habitantes (critério quantitativo) e que se inscreve numa rede de relações com outras metrópoles estabelecendo com elas relações complementares e hierárquicas, quer à escala nacional, regional como mundial.

A metrópole constitui-se assim como um espaço agregador de múltiplos espaços que estabelecem relações de interdependência entre si (onde o papel dos subúrbios tende a ser maioritariamente residencial), sendo uns espaços maioritariamente de produção e outros de consumo, congregando para si as funções de coordenação dessas relações. Emergindo neste processo, como já referimos, uma intensa e cada vez maior especialização dos espaços no contexto da metrópole a sua constituição implica, assim, a intensificação das desigualdades entre os grupos sociais.

### ***Suburbanização***

“Por suburbanização e comumente entendido o processo de expansão das cidades para o exterior dos seus limites” (Nunes, 2007: 50).

Apesar da importância da criação e aplicação de tipologias para a prática da investigação sociológica e para a sistematização da realidade sempre de extrema complexidade, não podemos, em momento algum, negligenciar que a suburbanização é um processo diferente em cada contexto particular. Assim, enquanto na Europa Continental e nas cidades da América Latina ocorreu um processo que muitos autores

designam como “a estrutura tradicional de suburbanização”, já nos Estados Unidos da América, Canadá e Inglaterra este processo apresenta contornos diferentes, isto é, é um processo de extensão das cidades protagonizados pelas classes média-alta e não por classes populares como acontece nos primeiros.

Paris, referem os sociólogos urbanos, representa um caso paradigmático do processo tradicional de suburbanização, em que o centro da cidade é ocupada pela burguesia, no qual se observa o desenvolvimento de um amplo sistema de transportes e um “empurrar” das indústrias e seus trabalhadores para as periferias. A configuração destas transformações na cidade vão, então, condicionar um esquema de leitura das cidades em termos de “centro” e “periferia” sendo que o primeiro é socialmente avaliado de forma positiva, face à estigmatização da periferia. Assim, define-se claramente um modelo de subúrbios industriais. Estando estes na sua maioria sob uma orientação socialista e sendo a sua população maioritariamente operária e de “cultura operária” diversos autores vão apelidar estes subúrbios como *banlieues rouges* (Stébé, 1999).

Uma outra forma corrente na literatura de definir a suburbanização é mediante critérios demográficos, isto é, pelo registo de um diferencial das taxas de crescimento demográfico favorável aos subúrbios quando comparadas com a cidade, assim como pela dimensão demográfica da população residente na periferia face ao centro (Champion, 2001). Atendendo a estes critérios podemos afirmar que o processo de metropolização de Lisboa se iniciou nos anos 30, tendo-se intensificado, contudo, nos anos 50 e 60. Este processo começou na Margem Norte, como referido acima, tendo-se depois estendido à Margem Sul da capital. Assim temos, nos anos 70, um processo de suburbanização de Lisboa já bem consolidado.

Este processo inicia-se, assim, mais fortemente na década de 50, com a implantação de indústrias pesadas nos arredores da capital, as populações do interior (norte e sul) do país onde o dinamismo económico era muito menor vão, então, dirigir-se à capital e seus arredores (assim como à região do Porto embora em menor escala) à procura de trabalho. Esta elevada concentração demográfica vai condicionar novas formas de especialização do uso do solo, na qual participa a construção dos grandes conjuntos habitacionais com a componente de especialização residencial, processos estes que vão determinar a transformação profunda da paisagem suburbana.



Assim, podemos concluir, inicia-se em Lisboa o processo de Metropolização que a vai caracterizar daí em diante.

O modelo dos “grands ensembles” francês (primeiras grandes edificações edificadas na periferia de Paris, com os conjuntos de *Habitations a Bom Marché*) vai ter influência também na construção da habitação social em vários países europeus, entre os quais Portugal.

De facto, com o Programa das *Casas Económicas* (anos 30/40) o Estado Novo iria influenciar-se significativamente nos urbanistas franceses que, como vimos, incorporavam eles próprios cada vez mais o modelo das cidades-jardim (Baptista, 1999)<sup>1</sup>. Assim, observa-se também, em Portugal, ao reflexo desta corrente urbanista internacional que se procurava opor ao modelo da cidade industrial, modelo este (o da cidade-jardim) que entendia os territórios suburbanos num contexto mais amplo, isto é, estávamos no início do processo de metropolização.

Mas o que implicava este modelo para o concreto da edificação das habitações para as classes menos favorecidas? Na prática tratava-se de não centrar a atenção dos planeadores apenas no alojamento, mas sim no conjunto do bairro e dos modos de vida que este deveria permitir. Assim, aparecem como ideais fundamentais os de salubridade, moralidade, cooperativismo e mutualismo. A ideia era que as formas urbanas, o “modelo de cidade” correspondesse a um “modelo de vida” que, como podemos verificar pelos ideais veiculados, em muito correspondiam aos próprios ideais do Estado Novo.

Em Portugal, contudo, e em consonância com um Estado Providência extremamente incipiente, também as políticas de habitação serão muito raras e incompletas. Apesar disso vão surgindo, neste período, políticas públicas de habitação, planos para uma planificação urbana e ordenamento regional. Todas estas medidas eram, no entanto, ainda muito tímidas e pouco eficazes, principalmente até finais dos anos 50.

---

<sup>1</sup> . Este modelo, da cidade-jardim, remonta a 1898, aquando da publicação da obra de Ebenezer Howard, *Garden-Cities of Tomorrow* em que o autor definia estas cidades-jardim como um modelo de organização social, económica e territorial (Nunes, 2007).

No final da década de 50 vai-se impulsionar o programa público de construção de habitações para as massas populares que entretanto chegavam em grandes números a Lisboa, com o Programa das *Habitações de Renda Económica*, sendo que já existia o das *Casas Económicas*.

É ainda neste período, mais concretamente em 1959, que se edificam os primeiros “grands ensembles” da capital, Olivais Norte e Olivais Sul.

Como era o modelo destas primeiras grandes aglomerações (e que, no fundo, se manterá nas restantes edificações de habitação social pública)? Correspondiam a uma arquitetura funcionalista em que a questão de aproveitamento dos espaços imperava, o que levou a que se construíssem, sob a forma de habitat coletivo, algumas centenas de alojamentos, no estilo de “torres” e “bandas”, mediante processos de prefabricação pesada (numa espécie de *linha de montagem*).

Baseando-nos na imensa tradição sociológica sobre estes grandes conjuntos habitacionais como forma urbana típica dos processos de metropolização que ocorreram um pouco por todo o mundo ocidental, passamos a definir os critérios que permitem identificar um conjunto de alojamentos como “grand ensemble” (Nunes, 2007):

Em primeiro lugar a questão da dimensão/do critério quantitativo, isto é, do n.º de alojamentos (que deverá ser no mínimo de 1000 alojamentos) (Preteceille, 1973). A importância conferida à questão quantitativa atesta tratar-se, de facto, de um *urbanismo de massas*.

Um segundo critério para definir estes espaços suburbanos prende-se com a noção de conjunto. Ou seja, estes espaços devem estar dotados de um conjunto de equipamentos e serviços que os tornem um espaço autónomo e autossuficiente.

Um terceiro critério para definir estes subúrbios criados nas periferias das grandes cidades consiste na já referida arquitetura e urbanismo funcionalistas. Consiste essencialmente no já referido modelo de edifícios em “torres” e “bandas” e na existência de um amplo espaço para as vias de circulação.

Um quarto critério de definição consiste no facto destes empreendimentos suporem elevados investimentos em capital por parte das entidades públicas, assim como privadas (sendo que esta componente de capitais privados vai sendo incrementada ao longo dos anos).

O quinto critério consiste no papel fundamental desempenhado pelos equipamentos coletivos sendo que, no entanto, os constantes e frequentes atrasos na chegada destes equipamentos a estas zonas de habitação constituíram um problema grave nestes territórios um pouco por toda a Europa, assim como em Portugal e em particular na Área Metropolitana de Lisboa, como afirma Vítor Matias Ferreira (1997).

O sexto critério de definição dos subúrbios tem a ver com a “pré-construção social das populações” (Chamboredon e Lemaire, 1970). De facto, e neste processo de metropolização que ocorre por toda a Europa e que envolve a chegada massiva de populações à procura de emprego às grandes cidades, estes empreendimentos habitacionais eram edificadas para albergar populações selecionadas pelos poderes públicos a partir de características que as populações habitantes deveriam apresentar. Efetivamente, enquanto as construções do mercado habitacional privado ou mesmo, em alguns casos, públicos, que se realizavam em terrenos com solos caros, com altos investimentos e bons equipamentos apenas eram acessíveis às classes mais altas, os empreendimentos do tipo dos grandes conjuntos habitacionais, em terrenos mais baratos e com menores níveis de conforto e menor apetrechamento em termos de equipamentos eram destinados às classes com menor poder de compra.

Sintetizando, os subúrbios que crescem essencialmente, por toda a Europa, após a Segunda Guerra Mundial, são espaços urbanos autónomos, rapidamente construídos em forma de “torres” e “bandas”, com um elevado número de alojamentos para acolher grandes contingentes populacionais e eram, na sua grande maioria, construídos nas periferias das cidades o que ajudava grandemente à sua expansão, ou seja, ao seu processo de metropolização.

Mas porque foram estes espaços construídos nas periferias? Por um lado pela exigência de solos a baixo custo, o que não era possível no centro das cidades, já que estes empreendimentos constituíam um custo muito elevado para os poderes públicos (daí que muitos equipamentos que deveriam ser provisórios vão-se mantendo no tempo acabando por ser, de certa forma, definitivos).

Assim, podemos afirmar que os grandes conjuntos habitacionais materializaram uma *forma de fazer cidade*, de fazer a *grande cidade*, necessária em decorrência do processo de metropolização. A sua produção obedece, por toda a Europa, a critérios

claramente industriais já que o seu povoamento e as atividades económicas que lhe estão subjacentes refletem uma forte especialização territorial (Remy e Voyé, 1994).

Assim, podemos concluir, a nível de uma análise histórica e morfológica da suburbanização, que, como afirma Michel Bassand, os *grands ensembles* constituem uma *primeira materialização da metrópole* (Bassand, 1997).

Temos, contudo, uma segunda tradição de análise desta forma espacial, como referimos anteriormente, onde encontramos os autores que se dedicam ao estudo da experiência residencial, às vivências no subúrbio, ou seja, à experiência suburbana.

Um artigo clássico nesta segunda corrente é o de Chamboredon e Lemaire (1970), “Proximidade física, distância social” e que postula que nestes subúrbios o facto de se congregar num mesmo espaço populações com características e trajetórias residenciais diversas leva à formação de modelos culturais e modos de vida diversos, o que pode levar a relações conflituais de vizinhança.

De facto, parece-nos importante referir a relatividade de que se reveste a experiência suburbana. Grupos sociais que habitem estes espaços após uma trajetória residencial muito precária encararão, muito provavelmente e como sugerem os estudos efetuados nesta área, esta nova habitação como uma forma de ascensão social sendo, por isso, o bairro avaliado positivamente. Já aquelas populações que tiveram, no seu passado, trajetórias mais positivas esta mudança para o subúrbio revestir-se-á de uma conotação negativa.

Esta conotação negativa de muitos dos habitantes dos subúrbios prende-se, em grande medida, com a imagem social negativa destes espaços sociais, muito associados ao conceito de “dormitório”, são a “periferia” negativamente avaliada face à imagem valorizada da cidade.

Assim, ao nível microsocial (que em última instância é o nível que mais nos interessa analisar neste projeto), temos de nos perguntar como funciona a *apropriação* destes espaços para os seus habitantes. Em primeiro lugar consideramos importante pensar como, numa fase de ocupação pioneira, se instalam modos de vida e regras nestes espaços, isto é, face à diversidade social que caracteriza o subúrbio, que modelos culturais e regras de vida social se vão impor? Em segundo lugar, que tipo de tensões e problemas de coexistência vão surgir neste espaço urbano? Aqui estamos, claramente,

situados numa tradição sociológica do conflito que, na área específica da sociologia urbana, teve como modelos teóricos a sociologia de George Simmel, Max Weber e, mais recentemente, da Escola de Chicago.

Nesta questão da possível existência de um modo de vida suburbano importa recorrer, pela extrema importância dessas teorizações nesta área de estudos específica, aos contributos dos sociólogos americanos (isto apesar de reconhecermos que o processo de suburbanização no outro lado do Atlântico apresentar características intrinsecamente divergentes daquelas que observamos na Europa).

Com efeito, os subúrbios nos Estados Unidos são espaços sociais construídos para as classes médias, fenómeno este mais intenso a partir dos anos 60. Apesar desta diferença fundamental interessa-nos, contudo, a teorização que iria ser feita por sociólogos urbanos como Jane Jacobs e Lewis Mumford que vão, precisamente, defender que a esta nova forma urbana emergente vai corresponder um modo de vida específico, o que pressupunha uma ideia subjacente de homogeneidade destes territórios.

Contra estas teorizações vão-se insurgir outros teóricos norte-americanos, nomeadamente Bennett Berger e Herbert Gans, que vão acentuar o carácter plural destes territórios, isto é, a heterogeneidade de tipos e grupos sociais. Esta crítica a uma visão homogeneizante dos subúrbios norte-americanos vem de encontro às teorizações feitas na Europa e particularmente em França que veem realçar a multiplicidade de modelos culturais e modos de vida concorrentes nos subúrbios.

É neste encontro de teorizações que iremos centrar a nossa atenção para fundamentar a nossa pesquisa de terreno, tendo por base as teorias do conflito e não aquelas que apontam para uma conceção homogeneizante dos terrenos empíricos. Neste sentido a contribuição de H. Gans, assim como de Remy e Voyé, vai ser importante na medida em que estes autores salientam a importância das estruturas de mediação que operam neste como em qualquer outro objeto de estudo permitindo, desta forma, colocar de parte as leituras simplistas da realidade que estabelecem relações causais diretas entre uma determinada morfologia espacial e modos de vida. Como diria Remy, o espaço é apenas um entre muitos fatores condicionantes dos modos de vida (Remy, J, Voyé, L, 1998).

Jean-Marc Stébé (1999) em *La crise des banlieues* afirma que subúrbio é muito conotado, social e politicamente, como um «problema social» e a expressão

materializada da “nova questão urbana”, i. é, os territórios pauperizados como os recetáculos de todos os males da sociedade urbana. Contudo, para Stébé, e concordamos inteiramente com esta visão que o autor sustenta, a cidade de hoje apresenta fraturas sociais e espaciais várias, apresentando-se os subúrbios como realidades muito plurais e diversificadas, uns de classes pobres mas outros de classes médias ou mesmo altas. A diferença importante é, no entanto, que enquanto que as classes médias-altas se autossegregam, os pobres são, normalmente e em função de vários fatores, segregados.

É neste sentido que Saskia Sassen vem falar da “cidade dual” (2001). A segregação sócio espacial das classes mais desfavorecidas ocorre, deste modo, pela combinação de três dinâmicas presentes na construção do espaço urbano: a “relegação” dos mais pobres para os bairros sociais; a “periurbanização” das classes médias-altas que “fogem” das primeiras afastando-se dos bairros mais degradados e criando, numa situação extrema, elas próprias os seus enclaves (de que são exemplo os condomínios fechados) e a “gentrificação” dos centros das cidades pelas elites sociais. Vemos que os subúrbios são, assim, realidades multifacetadas.

A imediata identificação que se faz dos subúrbios com as classes mais desfavorecidas decorre da relação imediata que habitualmente se faz ao processo de suburbanização das metrópoles europeias que foi, de facto, em grande medida, relacionada a uma necessidade de alojamento das classes desfavorecidas. Assim, quando se fala em subúrbio pensasse habitualmente nos típicos “subúrbios industriais”, as “banlieues rouges” com uma cultura operária muito demarcada e uma forte consciência política e cívica. Contudo a partir dos anos 80, com a desintegração da indústria nestas metrópoles essas populações relativamente homogêneas e com um “laço social” forte, assente em valores e modos de vida comuns, desintegra-se também em grande parte. Assim, quando Stébé refere a “crise dos subúrbios” está a refletir precisamente na conjugação de fatores que levam a esta mudança da sua composição social. São eles os fatores económicos (o processo de desindustrialização, crescimento do desemprego, precarização do emprego e dificuldades de inserção das populações menos escolarizadas) e fatores afetivos e relacionais que se prendem precisamente com o enfraquecimento dos laços sociais, de que dávamos conta acima, das estruturas de socialização, a instabilidade das solidariedades familiares, etc.

Já François Dubet refere, na sua obra, *Quartiers d'exil* (1992), que estamos perante a passagem da “questão social” aos “problemas sociais”. Com isto quer-se dizer que se observa a decomposição do modelo operário, que sustentava a questão operária, a luta dos trabalhadores que abrangia todas as esferas da vida social (“a questão social”) e se passa à questão dos “problemas sociais”. Problemas no plural precisamente porque hoje o que se observa na “arena social” são lutas e hierarquizações sociais que geram dificuldades específicas, numa ou outra esfera da vida social, os problemas sociais como a exclusão escolar, racismo, marginalidade urbana, etc. Ora, para Dubet os subúrbios são os “bairros de exílio” porque acumulam, precisamente, todas essas dificuldades. Daí a afirmação do autor de que os problemas sociais manifestam-se atualmente em grande medida como problemas urbanos.

Nesta primeira parte da presente tese procurámos efetuar o enquadramento sociopolítico e institucional que construiu o subúrbio que aqui temos como objeto. Iniciámo-lo através desta incursão pelas principais teorizações da Sociologia Urbana acerca dos processos de construção morfológica deste tipo de espaços.

No capítulo seguinte abordaremos as Políticas Públicas que especificamente estiveram na base do nascimento e desenvolvimento dos subúrbios da Grande Lisboa, particularmente do PIA (Plano Integrado de Almada).

## **2. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SIGNIFICATIVOS – SUA PROBLEMATIZAÇÃO E EVOLUÇÃO**

Para percebermos, contudo, o papel atual dos subúrbios no contexto da metrópole e, simultaneamente, a sua configuração enquanto espaços sociais significativos “per si”, teremos de integrar no nosso projeto uma reflexão e análise de como surgiram e evoluíram as Políticas Públicas, em geral, e especificamente as Políticas de Habitação em Portugal. De uma forma geral podemos afirmar, desde já, que as políticas de habitação e de planeamento urbanístico vão seguir a tendência geral que os teóricos sociais atribuem às políticas sociais, isto é, após uma fase de intensa intervenção estatal (com o modelo de Estado Providência) vai-se seguir a progressiva distribuição de responsabilidades e tarefas para o sector associativo, cooperativo e privado, ficando o Estado com o papel de gestor e de regulamentador. Assim, se a partir dos anos 70 o Estado assume o papel de construir habitações para as classes mais desfavorecidas pela implementação de uma série de Planos Urbanísticos que moldarão a criação dos Grandes Conjuntos Residenciais, a partir dos anos 80 dá-se uma mudança gradual a nível das Políticas Públicas de Habitação no sentido de uma progressiva liberalização da política habitacional e urbanística. A partir dos anos 90 o próprio conceito de “direito à habitação” cai em desuso, com a implementação de políticas cada vez mais direcionadas a populações e espaços específicos, não se fazendo já uma política global de planeamento habitacional integrado com a política urbanística. Finalizando esta questão das políticas de habitação e planeamento urbanístico importa ainda realçar que novas necessidades se apresentam neste panorama sendo que muitas das “velhas dificuldades” nunca chegaram a ser ultrapassadas, questão esta que deve ser, por isso, ponderada e re-problematizada. Analisaremos esta questão especificamente no caso do Plano Integrado de Almada, nosso objeto de estudo, no capítulo que sucede a este.



## **2.1. Temporalidades das Políticas Sociais**

Antes de entrarmos na análise do conteúdo das Políticas Sociais, interessa-nos fazer uma breve abordagem à sua forma, ao modelo que estas tomam. Uma maneira de o fazer é analisando aquilo a que Balsa (2015) designou as “temporalidades das políticas sociais”.

Quando falamos em tempo referimo-nos aqui a duas dimensões do mesmo. Se, por um lado, temos o tempo objetivo, “físico”, palpável e mensurável, por outro temos o tempo vivido e, logo, relativo.

Qualquer que seja o fenómeno social a analisar verificamos que temos sempre dois tipos de tempo em ação: o tempo físico em que o fenómeno ocorre, e a sensação da duração do mesmo para quem o vive. O mesmo é dizer que temos uma não sobreposição entre a regularidade do tempo físico e a descontinuidade e ambiguidade do tempo vivido (duração). Assim, qualquer fenómeno pode ser lido através do tempo físico, pelo estudo objetivo dos factos ocorridos, ou pela forma como foi apropriado pelos agentes sociais. Isto é, pode ser lido na ótica do sistema ou do sujeito.

Dentro da ótica da apropriação deparar-nos-emos com tantos modos de apropriação do mesmo fenómeno, quantos os sujeitos envolvidos no mesmo. De uma forma geral, podemos dizer que a sensação de duração será diferente para cada grupo social analisado.

Temos, portanto, dimensões como que “pré-fabricadas” do social, que se vão relacionar com dimensões vividas e recriadas pelos atores. Compreender a interação entre estes dois níveis e qual o efeito produzido pela mesma constitui, no fundo, o objetivo da Sociologia em geral, e desta tese, em particular. A forma como esta articulação ocorre no terreno, no objeto de estudo que aqui trazemos, constitui o suporte desta tese e dos questionamentos que esta traz.

Aplicando estas reflexões à questão das Políticas Sociais, podemos pensá-las, de acordo com Balsa, a três tempos: num primeiro momento, o seu modo de produção, num segundo o modo de gestão e, por fim, o modo de apropriação. Cada uma destas dimensões tem efeitos específicos, mas também o modo como se articulam produz efeitos particulares.

Passando à análise de cada um deles, podemos referir que o modo de produção corresponde ao “nível da historicidade” (Balsa, 2015), isto é, aos modelos culturais que estão subjacentes às Políticas Sociais produzidas. No modo de gestão já estamos ao nível dos dispositivos que vão implementar estas políticas, correspondendo ao nível das “temporalidades da ação”. Por fim temos o nível das ações, em que vamos observar como as políticas sociais são incorporadas nas intervenções concretas e como são apropriadas pelas populações destinatárias.

Importa realçar que estes três níveis não existem separadamente, apenas fazendo sentido quando analisados na sua interação. Um não existe sem o outro. Não existem políticas sociais sem um modelo cultural subjacente, tal como não existe um modelo cultural sem atores sociais em interação constante. Interessa-nos, assim, compreender como essa articulação se dá, em cada caso concreto.

A análise da historicidade das Políticas Sociais permite-nos ver que hierarquia de valores existe numa sociedade determinada, valores estes que vão determinar a orientação das políticas e definir, simultaneamente, os problemas sociais da “agenda pública” e, portanto, a prioridade de cada um (o que condicionará as intervenções sociais a colocar em prática).

Contudo, devemos aqui realçar que num momento determinado da história não existe apenas um modelo cultural “ativo” numa sociedade. Embora haja um modelo dominante e, portanto, uma “historicidade” predominante, temos sempre vários modelos em concorrência (uns já mais “ultrapassados”, resquícios de modelos sociais historicamente anteriores, modelos dominantes e novos modelos em ascensão). Na sua prática social as instituições sociais têm que gerir estes modelos diferentes (e muitas vezes conflituais). A estas cabe, ainda, “traduzir” esses modelos numa linguagem compreensível no tempo e espaço concretos em que estão a ser implementados, gerir os seus efeitos e aplicá-los aos problemas sociais conjunturais e respetivos modos de intervenção social. No plano mais microsocial, da apropriação subjetiva, observamos como os agentes sociais vão incorporar esses modelos e adaptá-los, simultaneamente, aos modos de apropriação dos destinatários das políticas sociais. A subjetividade dos modos de apropriação das políticas pode ser vista não apenas do lado dos destinatários mas também do “prestador da política” ou, melhor ainda, da interação entre ambos.

Com este modelo de leitura conseguiremos assim, no objeto de estudo concreto, deslindar quais os modelos culturais presentes nas políticas sociais aplicadas no bairro, os modos de intervenção das instituições sociais e a sua articulação com os beneficiários das políticas. Será fundamental, neste projeto, o conceito de “mediação” que subjaz a todo este modelo, e que desenvolveremos no capítulo seguinte.

## **2.2. Políticas Públicas – sua problematização e caracterização**

Importa, neste capítulo, problematizar aquela que foi, a um nível global, e particularmente no caso da Europa, a evolução das Políticas Públicas, num primeiro momento e, posteriormente, dar conta da sua evolução mais recente para um modelo de Gestão Territorial, que vai condicionar o desenvolvimento das Políticas da Habitação.

Hassenteufel (2008), apresenta aqueles que considera serem os elementos de definição e caracterização das Políticas Públicas, começando por referir que podemos falar em três sentidos de “política”:

- *Polity*: “coisa pública” – no sentido alargado de poder político, isto é, o monopólio da coerção física legítima com o objetivo de evitar os conflitos e impor regras de vida comum (tal como já havia sido preconizado por Max Weber);
- *Politics*: luta política, ou seja, a luta entre atores individuais ou coletivos (ex. partidos) pela detenção do poder político;
- *Policy*: programa de ações seguido de forma coerente por um ator coletivo ou individual. Este ator pode ser político ou não.

Por outro lado podemos distinguir três componentes principais das Políticas Públicas: os seus fundamentos (que, de uma forma geral, correspondem à “historicidade” das políticas sociais de que nos fala Balsa); os instrumentos de ação (o nível das temporalidades da ação, dos dispositivos) e o público-alvo (nível da duração, das ações concretas).

Estes três componentes vão corresponder às três sequências-chave da Política Pública: em primeiro lugar, a definição e colocação em agenda dos problemas a tratar; de seguida a adoção de decisões e, por fim, a sua implementação.

Lowi (*cit in* Hassenteufel, 2008) apresenta-nos uma tipologia de Políticas Públicas (quadro abaixo), que assenta em dois eixos de análise fundamentais: o tipo de constrangimento de que são alvo essas políticas (se são efeito de ações diretas ou indiretas) e o público-alvo (se se trata de políticas individualistas ou coletivas).

*Tabela 1: Tipologia de Políticas Públicas*

Constrangimento Público	Direto	Indireto
Indivíduo	<i>Política Regulamentar</i>	<i>Política Distributiva</i>
Grupo	<i>Política Redistributiva</i>	<i>Política Procedimental</i>

Como podemos verificar, e desenvolveremos esta temática em maior pormenor mais adiante, os Estados Europeus iniciaram a sua ação pública com políticas diretas (dirigidas essencialmente a grupos, mas também políticas individualistas) e foram progressivamente assumindo um papel indireto na consecução das Políticas. Assim, o que temos atualmente como modelo de políticas públicas europeu é essencialmente uma política distributiva e procedimental, como veremos adiante.

### ***Do Estado Regulamentar ao Estado Regulador***

Com efeito, o Estado nasce da monopolização da força física e dos recursos fiscais sobre um determinado território por um centro político.

Segundo Hassenteufel (2008), são três os processos que constituem o Estado: a centralização territorial; a diferenciação do poder político face à sociedade civil e a institucionalização do poder político sob a forma de uma Administração.

Veremos, agora, como é que o Estado na Europa foi evoluindo e modificando as suas competências e âmbitos de atuação, levando-o a passar de um Estado Regulamentar a um Estado Regulador.

### ***Evolução do Estado e das Políticas Públicas***

Até ao século XVIII tínhamos aquilo a que se poderia chamar um Estado Autoritário, que impunha políticas regulamentares (políticas de manutenção da ordem; políticas fiscais; e políticas militares essencialmente). A partir do Século XIX passa-se, de uma maneira geral, para o modelo de Estado Nação, caracterizado pela implementação de políticas de intervenção direta (políticas de transporte, de comunicação, de educação, para mencionar as mais emblemáticas).

Com o fim século XIX “nasce” o Estado Providência que caracteriza toda a primeira metade do século XX e que se torna emblemático pelo desenvolvimento das políticas redistributivas que alterarão o cenário social e económico dos países europeus. É nesta altura que surgem os sistemas de proteção coletiva, em que se passa de um modelo cultural de responsabilidade individual para responsabilidade coletiva, em que o Estado se assume como protetor face ao risco.

A partir da segunda metade século XX temos ainda uma continuação deste modelo, desta “historicidade”, naquilo que Hassenteufel (2008) vai designar o “Estado Produtor”, que promove políticas de intervenção direta, nomeadamente a marcante universalização da proteção social. Apesar da crise económica anos 30, que traz uma alteração profunda do cenário socioeconómico europeu, observamos a manutenção, durante décadas, do modelo cultural do Estado Providência, que advoga a necessidade de planificação e intervenção económica estatal.

A partir dos anos 70 observamos a mudança deste paradigma, passando o Estado, progressivamente, para o papel de Estado Regulador. Neste novo modelo as políticas de intervenção direta e redistributivas vão sendo “abandonadas” e assistimos ao domínio das políticas procedimentais e incitativas e a cada vez maior colaboração com atores não estatais: políticas construídas coletivamente.

Outra forma de conceber esta evolução do Estado é aquela feita por Joaquim Carlos Salgado (*cit. in* Balsa, 2012) que define três momentos históricos (clássico, moderno e contemporâneo) aos quais correspondem três tipos de Estado: Estado Ético Imediato, o Estado Técnico e o Estado Ético Mediato ou Estado de Direito. O primeiro tinha finalidades éticas bem definidas, o que justificou a sua emergência. Já o segundo tipo de Estado justifica-se por si mesmo, enquanto o Estado de Direito, que nasce com

a Modernidade, justifica-se pela instalação de um poder central laico nos Estados-Nação.

Segundo Balsa (2012) podemos falar, na contemporaneidade, na emergência de um Estado Poiético. Segundo o autor este é um Estado que se baseia numa ação instrumentalizada, estratégica e definido por uma instrumentalização muitas vezes sem objetivos e fins bem definidos. Trata-se, cada vez mais, de um agir sem uma ideologia orientadora. Esta forma de agir vai definir, então, o Estado Poiético, que tem como forma de intervenção a procedimentalização. Isto apesar do Estado manter um discurso apoiado em objetivos éticos e políticos. Estes são contudo, para o autor, mais um adereço que uma realidade. De facto, neste novo modelo de Estado observa-se a autonomização das regras procedimentais, a preponderância do domínio económico sobre o político, jurídico e social. É, portanto, uma mudança de paradigma na própria definição do papel do Estado, caracterizado, a partir dessa mudança, pelo “agir poiético”, pela promoção da ação, do “fazer, fazendo” e já não da definição de objetivos e estratégias aos quais a ação está subjugada. Passa-se, como refere Balsa (2012) de um “fazer para” (orientado para finalidades bem definidas) para o “fazer por fazer” (em que os meios são privilegiados, em detrimento dos fins).

Apesar da preponderância dos meios relativamente aos fins e a uma estratégia orientadora, o Estado Poiético não está isento desta. Com efeito, neste modelo da procedimentalização temos uma primeira fase de definição das grandes finalidades a atingir, dos eixos estruturantes da ação e dos recursos a mobilizar. Segundo Balsa existem, contudo, lacunas a assinalar na definição destes eixos: muitas vezes não se conhecem bem as modalidades em que decorrerá a intervenção, o papel dos atores no terreno, nem os meios necessários para os atingir. Assim, esta definição estratégica é, muitas vezes, mais um requisito formal que tem que ser preenchido, do que uma orientação estratégica efetiva.

Observamos, ainda, que a nível dos países europeus, e de Portugal em particular, esta estruturação dos eixos centrais da ação estatal é feita já mais a nível transnacional que nacional – os eixos estruturantes para a ação do Estado são cada vez mais definidos pela União Europeia, como veremos, nomeadamente, no caso das Políticas para a Juventude que afetam sobremaneira o nosso objeto de estudo. Sendo os eixos estruturantes definidos em Bruxelas e aplicados em territórios determinados (como os

bairros sociais, por exemplo), entramos numa lógica de “experimentação social”, em que o Estado é um monotorizador dos parceiros e dispositivos que colocam em prática as ações. São estes parceiros que, em cada terreno e em função das características da população alvo, definem *a posteriori* as modalidades específicas da ação.

À medida que esta descentralização dentro de cada Estado acontece, verificamos, com efeito, a ocorrência deste processo (nomeadamente a partir da criação da CEE): a cada vez maior transnacionalização das políticas.

Numa primeira etapa, nos anos 80, assistimos a dois fenómenos que viriam a mudar drasticamente a realidade dos países europeus: a integração europeia, associada à globalização económica. Estes dois fenómenos levarão a uma consequência que marca a Europa e o mundo até aos dias atuais (e principalmente nos dias atuais): a viragem neoliberal das Políticas Públicas. Um primeiro acontecimento historicamente determinante para esta viragem foi o Ato Único em 1986, que trouxe a liberalização dos mercados económicos e a afirmação de uma Política Regional Europeia baseada na concessão de fundos estruturais. Cinco anos depois (em 1991) assina-se o Tratado de Maastricht, que produz uma série de efeitos fundamentais para a vida dos europeus. Constitui-se a União Económica e Monetária, o que vai levar à concertação de políticas, já não apenas a nível económico, mas também a nível social. Por último, com este tratado impõe-se a internacionalização das economias.

Estes acontecimentos históricos trazem duas consequências fundamentais para as Políticas Públicas (tanto mais impactantes quanto menos os Estados Providência eram fortes, como era o caso português): a redução da margem de ação dos Estados em matérias económicas e financeiras e limitação das despesas públicas dos mesmos, por um lado, e a alteração do nível de ação pública pertinente que passa a ser, cada vez mais, internacional (só as regras internacionais podem regular atores cada vez mais internacionalizados e os fenómenos sociais cada vez mais transnacionais - migrações, economia, cultura, etc.).

Verificamos, assim, uma mudança de paradigma nas políticas sociais. Se, por um lado, passam a ter uma base e influência transnacional (da UE em muitos casos, e cada vez mais, como aliás veremos no caso do nosso objeto de estudo, são políticas definidas a nível dos órgãos de poder europeus), por outro o âmbito de atuação tende a ser cada vez menos abrangente e mais local. Cada vez mais o Estado torna-se mais regulador e

menos aplicador de políticas sociais. Quem aplica tendem a ser parceiros (associações, ONG's, poder local e mesmo empresas) a nível local, parceiros estes que têm conhecimento próximo dos terrenos e das situações. Caminhamos, assim, para políticas aplicadas a problemas sociais específicos e territórios bem delimitados.

Como afirmam Duran e Thoenig (2005), trata-se cada vez mais de uma “Gestão Pública Territorial” e que é cada vez menos centralizado no Estado, precisamente.

Com efeito, até aos anos 60, aproximadamente, podíamos falar num modelo *top-down*, imposto pelo Estado-Nação. Duran e Thoenig (2005) falam no modelo da *regulação cruzada*, caracterizado pela definição central das normas e técnicas de cada sector de actividade das Políticas Públicas, tais como saúde, educação, entre outros. Este modelo assentava no pressuposto de uma solução única e estável (qualquer que fosse o contexto de implementação).

Actualmente assistimos a um modelo *bottom-up*, modelo da *acção colectiva institucionalizada*, na designação dos autores. Neste, verificamos uma implementação das Políticas Públicas fortemente territorializada, com o objectivo de uma boa regulação dos diversos interesses em jogo, uma forte interdependência entre a esfera local e nacional e a adopção de soluções flexíveis, adaptadas e criadas em cada e para cada situação.

Podemos dizer que se verifica, assim, e cada vez mais, a *territorialização* da acção. Se, antes, tínhamos dois actores assimétricos, por um lado o Estado (com total hegemonia e coerção relativamente às Políticas Públicas e que “oferecia” recursos financeiros e jurídicos), por outro tínhamos as comunidades locais (que viviam na sua dependência). Hoje, pelo contrário, temos o Território como lugar de definição dos problemas públicos. Passa a ser a partir do Território, dos territórios concretos, que se define o fornecimento de serviços e se constrói a acção pública, que é posta em prática através da mediação e da criação de coerência entre diferentes formas e actores (localmente ancorados). A acção territorializada vai permitir unir diferentes actores e lógicas de acção perante uma situação concreta.

Que razões levaram a esta mudança de paradigma?

Segundo Duran e Thoenig (2005) prende-se com a cada vez maior proporção de necessidades de acção diferenciadas; com o cada vez maior reconhecimento que foi dado aos modelos de acção pública mais integrados; com a natureza mais transversal e



colectiva dos problemas públicos (e que exige, portanto, maior cooperação entre vários actores, entre colectividades e associações locais e Estado); com a cada vez maior descentralização do Estado e com a crise económica e do Estado Providência (como vimos acima).

Também Soulet nos fala num “contexto de in-quietude” (Soulet *in* Balsa, 2006: 27), caracterizado pela ausência de previsibilidade, pela obsolescência dos recursos e pelo desaparecimento dos quadros normativos que regulavam a acção pública. Neste contexto, pergunta o autor, a acção torna-se impossível? Não, já que os actores são capazes de a reinventar. Que tipo de acção é, então possível? Segundo Soulet há uma produção de sentido feita a nível central (hoje em dia mais europeu do que nacional), mas a acção é realizada através de uma variedade de micro-recursos – recursos estes reutilizáveis, agrupáveis diferentemente consoante cada situação que se apresente. Existe ainda a necessidade, afirma o autor, de se desenvolver, para que este processo funcione, uma confiança activa entre os actores (Estado, parceiros e beneficiários).

Assim, neste contexto de in-quietude a acção não se pauta pelas regras ou sentidos prévios (como as ideologias que sustentavam o Estado Providência), mas é a acção que cria o seu próprio fim e a sua própria legitimação. É aquilo a que o autor designa de “agir poiético”: é no agir que se constroem os objectivos e os recursos. Qual o objectivo? Reduzir a incerteza característica das sociedades modernas e ser um meio para se atingir um fim. É, portanto, um agir estratégico, já que é durante a acção que se constroem os objectivos da mesma. Os recursos e os meios são elaborados no decorrer da acção e a legitimidade desta é adquirida no terreno, com carácter temporário.

Relativamente às consequências da cada vez maior implementação deste Estado Regulador e da Gestão Pública Territorial, podemos elencar a transferência de competências do Estado Central para as colectividades territoriais, conferindo a estas entidades os recursos e instrumentos necessários à gestão dos problemas. Por outro lado observa-se, cada vez mais, a passagem das grandes políticas públicas para as “pequenas políticas” - sectoriais e locais. Os dispositivos são, por sua vez, criados em função dos problemas diagnosticados e a gestão local assemelha-se a um “mercado aberto”: com muitos operadores públicos e parcerias com privados criadas caso a caso, em função do diagnóstico de necessidades efetuado.

E que tipo de problemas sociais são, então, tratados por este novo tipo de política? Tal como a constituição das políticas sociais em si, baseadas num modelo flexível, sem directrizes definidas e sem uma ideologia socio-política definida, apercebemo-nos que também os programas de acção concretos são actualmente, ao nível das Políticas Públicas, muito vagos (ex.: ambiente, planeamento), com balizas para a acção pouco claras e uma grande indefinição das políticas.

Quem passa a ser responsabilizado, aparentemente, pela definição dos problemas sociais existentes são os actores mais próximos ao território, já não estando o Estado acima deles, mas constituindo um parceiro. Assim, quem gere a relação entre actores das políticas públicas são os políticos locais - coordenação horizontal dos problemas a nível local e coordenação dos serviços nos territórios a cargo das colectividades locais.

Contudo, e foi este paradoxo que encontrámos no nosso terreno de estudo, particularmente na observação participante feita junto de um projecto social local, apesar desta aparente autonomia dos actores locais, cada vez mais temos directrizes indirectas mas muito directivas que vêm já não tanto do Governo Nacional, mas da Europa. Portanto, a nível europeu, temos cada vez mais uma definição de políticas e uma hierarquia de problemas sociais definido centralmente, a partir do qual é constituído um “menu” de problemas sociais possíveis, tal como de soluções a adoptar. As instituições locais vêm-se obrigadas a escolher nestes cardápios, qual ou quais os problemas que mais afligem o seu território para, a partir daí, escolherem os “remédios” a aplicar. Assim, há uma relação global-local na definição da acção pública, ficando o Estado, o Governo Central do País com a função de regulador destas duas polaridades. Voltaremos a este tema mais adiante no capítulo seguinte, quando abordarmos o nosso caso de estudo concreto.

Assim, o que verificamos nas últimas décadas nas Políticas Públicas europeias, é a Institucionalização da Acção Colectiva, processo encontrado pelo Estado para permitir a cooperação num contexto de interdependência de problemas, actores e interesses diversos, processo de contínua negociação e ajustamento, desde a própria definição dos problemas públicos a tratar, até à sua aplicação.

A partir dos anos 90, o Estado elabora a “engenharia institucional”, isto é, uma lista de procedimentos gerais para promover a cooperação entre actores variados – Políticas Procedimentais, como foi referido acima.

Para a implementação deste novo modelo foram definidos uma série de Mecanismos de institucionalização da acção colectiva (Duran e Thoenig 2005):

1.º: Princípio da *Cooperação Obrigatória*: na construção de recursos para resolver os problemas que vão surgindo; 2.º: Princípio da *Comunicação Obrigatória*: entre os diferentes actores; 3.º: O *informal é legítimo*: produção de sistemas informais que sejam pragmáticos, orientados para a gestão de problemas; 4.º: *Partenariado*, que permite a partilha dos riscos; a concorrência entre colectividades locais; a aprendizagem colectiva e a *Coordenação* que passa pela criação de quadros de referência comuns entre interesses diferentes; 5.º: a *Inovação*, que está na essência deste processo; 6.º: *Descentralização* - é a base do sistema; 7.º: *Colectividade territorial* é a unidade de decisão; 8.º: *Distribuição dos recursos* faz-se pela pressão aberta dos vários parceiros; 9.º: Os argumentos de *legitimação do Estado* são os recursos financeiros; autoridade e recursos técnicos; 10.º: *Acção Estatal funciona por nós*: associa em torno de si parceiros, recursos, actores em função de um determinado problema localizado num determinado território. Em cada caso, cada *nó*, o Estado tem a função de organização da institucionalização: define os procedimentos e as estruturas que regulam a distribuição de tarefas entre os vários actores – cria concertação e negociação. 11.º: *Diferenciação dos “cenários” onde se constrói a acção pública*; 12.º: *Divisão de papéis e das Políticas Públicas*, que acompanha a fragmentação dos territórios, competências e actores.

Na Gestão Pública Territorial o Estado assume o papel de coordenação central e de arbitragem, definindo o que é ou não prioridade para a acção política e regulando as relações entre as colectividades locais; o papel de redistribuidor (através do sistema fiscal e pela fixação das regras de protecção social) e o papel constitutivo, na medida em que fixa as regras do jogo e identifica os actores legítimos do mesmo.

Este modelo traz, contudo, problemas à acção estatal, que se prendem essencialmente com os elevados custos de integração e capacidade de interagir com terceiros.

Neste modelo de Gestão Pública Territorial temos, como vimos, actores não estatais. As associações - parceiro valorizado pelo Estado mas com respostas e acções

muito variadas e actores económicos que mantêm, geralmente, uma atitude prudente e de menor implicação na implementação das políticas sociais.

Segundo Duran e Thoenig (2005) este modelo da *Acção colectiva Institucionalizada* caracteriza-se pela falta de um projecto global, como já vimos acima com Balsa (2012) e Soulet (2006), já que a desvantagem da multiplicidade de parcerias é a incapacidade de hierarquizar e definir prioridades; por uma lógica procedimental e não substancial, que leva a uma ausência de princípios e valores fundamentais que regulem a acção pública e pela definição de *issues áreas* - territórios identificado com o espaço de gestão, cuja delimitação se faz em função do problema a tratar.

Que consequências traz este modelo às políticas sociais?

Em primeiro lugar a mudança da escala dos problemas políticos (cada vez mais internacionais). O enfraquecimento do Estado como escala pertinente de governação, devido a dois fatores de pressão: das instâncias internacionais (como a UE) por um lado, e pelas realidades locais e poderes locais, por outro. Estes e os primeiros podem até juntar-se, muitas vezes, agindo numa linha direta e contornando o Estado. Os efeitos deste modelo de gestão das políticas sociais trazem, assim, mais problemas de regulação e a multiplicação dos níveis de governo.

Podemos concluir, relativamente a esta Gestão Pública Territorial, que esta comporta, na prática, duas modalidades de condução das “coisas públicas”: a Participação e a Negociação.

Enquanto a primeira é uma modalidade de relação na qual a autoridade pública permite a expressão de determinadas necessidades ou reações de uma população determinada, concretizada através de inquéritos e sondagens de opinião e/ou pela criação de comissões de consulta. São relações estabelecidas *ad hoc* e não existe partilha de poder com tais populações. Já a Negociação estrutura-se a partir de um problema específico, problema a partir do qual se vão posicionar os grupos, actores e meios privados e públicos que têm algo a ver com esse problema, havendo partilha de poder com actores não estatais.

Em jeito de conclusão desta problematização acerca do papel do Estado e a sua evolução ao longo dos tempos podemos afirmar que a Política Pública é uma acção coletiva do ator Estado, normativa, mas que é cada vez mais não só pública (Estado), mas também civil/privada (para a sua produção, implementação, avaliação, etc.), daí a

Política Pública ser tratada pela Ação Coletiva e a própria Política Pública desembocar cada vez mais numa Ação Coletiva.

As Políticas Públicas dividem-se em três níveis, como já referimos: em primeiro lugar o do Estado – o nível da decisão; em segundo o da Implementação e em terceiro o da execução/ nível técnico.

Podemos afirmar que temos aqui uma leitura funcionalista, implementacionista ou *top-down*. Convém ressaltar, contudo, que entre os diferentes níveis há perdas, importando perceber os factores e consequências dessa não linearidade da acção pública. Esta leitura não é suficiente, de facto, porque cada vez mais os mecanismos de decisão e execução são menos pré-definidos, as motivações e finalidades são muito diversas e os destinatários muito heterogéneos e com formas de apropriação da medida muito diferentes, o que leva, muitas vezes, à deslegitimação do Estado.

O Estado é, assim, cada vez mais incapaz de definir objectivos claros, pelo que tem objectivos temporários. O papel do Estado define-se cada vez mais face a outros actores devido à globalização e nomeadamente à integração na UE no caso português, por um lado, e à territorialização da acção, por outro. O Estado está, assim, “comprimido” entre duas racionalidades: a global e a local. Assim, a “racionalidade instrumental” é cada vez menos possível e a sua acção é cada vez mais “procedimental”: põe a funcionar um certo número de procedimentos e depois vai monotorizando como é que eles resultam.

Assim, se anteriormente tínhamos dois modelos fundamentais: o Implementacionismo (imposição estatal) e o Substancialista, baseado na “democracia deliberativa” (ideia de “agir comunicacional” de Habermas): de interesses divergentes tinha que resultar um compromisso, abrindo à pluralidade dos valores para a um certo momento se definir o melhor caminho (neste segundo modelo o Estado acabava, normalmente, por arbitrar), actualmente observamos a consolidação, como vimos, da “lógica procedimental”: mais organizada a nível do Estado e com o estabelecimento de uma coerência/eixos estruturantes desde início, antes da criação das parcerias.

Contudo, uma lógica de acção estatal não invalida imediatamente outra e, de facto, actualmente o Estado joga com as três lógicas de acção, joga a partir de diferentes temporalidades/lógicas de acção.

De seguida faremos uma incursão pela evolução das Políticas de Habitação em Portugal, já que o nosso objecto de estudo – Plano Integrado de Almada - é uma zona de habitação social que foi iniciada (como projecto) ainda no Estado Novo, mas que tem vindo a ser remodelada até aos dias de hoje. É, por isso, um analisador importante das variações e mudanças de paradigma que têm vindo a afectar as Políticas Públicas em Portugal, nomeadamente as Políticas de Habitação.

### **2.3. Políticas da Habitação em Portugal**

*“A história da questão do alojamento é a história da sua crise”*

*Ferreira, A. F. (1988)*

Como tem sido reiterado por inúmeros autores (Ferreira, A.; Baptista, L.; Gros, M.; Ávila, R.) as Políticas de Habitação em Portugal caracterizam-se por uma série de bloqueamentos estruturais.

O primeiro e certamente o mais grave consiste na inexistência de uma política de habitação propriamente dita, isto é, a falta de planeamento e medidas, muitas das vezes, desconexas. Outro factor prejudicial tem sido o “peso” da propriedade fundiária, que resulta na crónica escassez de bons terrenos, ou seja, bem localizados e com boas infra-estruturas e a preços acessíveis. Tem-se assistido, realmente, ao elevado peso dos “lobbies” fundiários, sector com elevada especulação, o que não favorece o desenvolvimento desta área das políticas públicas em condições ideais.

Assim, as Políticas de Habitação em Portugal têm-se caracterizado por um modelo de promoção desajustado. Um modelo que assenta nos grandes promotores e grandes empreendimentos e que não contempla nem valoriza o potencial de milhares de pequenas e médias empresas. Para além do modelo de promoção, também o sistema de financiamento se pode caracterizar como desadequado, devido à exagerada dependência do Orçamento de Estado e do crédito bancário, ao exagerado financiamento à aquisição de habitação própria e, segundo Ferreira (1988) ao esbanjamento dos recursos públicos.

Outro factor de bloqueamento das políticas de habitação tem sido a permanente debilidade tecnológica e organizativa da construção civil, com elevada dispersão das empresas, estruturas das empresas mal dimensionadas, de natureza acentuadamente familiar e artesanal, por uma incipiente organização empresarial e tecnológica, pela

acentuada “promiscuidade” entre as empresas de construção e os promotores (daí a intensa especulação imobiliária) e pela falta de preparação técnica e cultural dos empresários.

Outro dos problemas recorrentes prende-se com as dificuldades burocráticas associadas à aplicação dos programas. Com efeito, nos anos 1990, Luís Baptista diz que na habitação social, as “rotinas burocratizadas parecem ter substituído o espírito que dá sentido à iniciativa pública”(Baptista, 2001, p. 76).

Segundo Rita Cachado Ávila (2013), outro problema que se coloca tem a ver com as designações utilizadas nos programas, nomeadamente a designação de “bairro social”, que imediatamente confere uma conotação social negativa aos beneficiários dessas políticas.

Face ao exposto acima, verificou-se uma extrema ineficácia do Estado em promover habitação suficiente e condigna a todos os habitantes, nomeadamente àqueles que começam a migrar em massa para as cidades, especialmente a partir da década de 60 do século XX.

Assim, houve, a partir dos anos 60, a necessidade de integrar a dimensão da *inserção social* como objectivo primeiro das políticas sociais.

*Inserção social* pode ser definida como um “duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro, lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio” (Capucha, 1998).

Veremos, abaixo, que factores levaram a esta necessidade de inclusão social, nomeadamente através da edificação de um programa de políticas públicas de habitação.

### ***Políticas de Habitação em Portugal: evolução***

Relativamente às políticas de habitação verificamos que se passou, progressivamente, de uma ideologia de construção pública de habitação económica que era arrendada às categorias sociais mais vulneráveis, para uma predominância de apoios

à aquisição de casa própria; de um papel predominante do Estado Central passou-se a delegar muitas das competências deste a Cooperativas, às Autarquias Locais, assim como a Entidades Privadas, passando o Estado fundamentalmente a um papel de regulador das práticas.

Até meados dos anos 60 era o imobilismo que caracterizava a sociedade portuguesa. As carências habitacionais eram mais qualitativas e não quantitativas: más condições habitabilidade, fogos de baixo padrão, falta de infra-estruturas e de equipamentos e acentuada degradação do edificado.

Apenas a partir da década de 40 se começam a delinear algumas medidas, tais como a Política fundiária de Duarte Pacheco (1938/43), o Congelamento das rendas em 1943 e a promoção de bairros de renda limitada e de renda económica nas cidades de Lisboa e Porto.

Entre 1965 e 1974 começa a estabelecer-se, embora lentamente, uma política de habitação do Estado.

Porquê neste período?

Uma série de factores condicionaram esta mudança. Em primeiro lugar, a crise habitacional em Portugal acentua-se a partir de inícios dos anos 60. Por outro lado, os sectores tecnocráticos e modernizantes do regime passam a exigir cada vez mais um papel significativo do Estado no controlo dos solos, da urbanização e na promoção directa de habitação.

Outro factor determinante foi a Legislação sobre os solos, nomeadamente a legislação sobre planeamento urbano e de repressão da construção clandestina e, fundamentalmente, a criação do FFH (Fundo de Fomento da Habitação) e de outros institutos menos importantes. Com este nasceram os Planos de Fomento que seriam concretizados, contudo, apenas em 1974.

Com o êxodo rural acentuado, verificou-se o crescimento da especulação fundiária e imobiliária, assim como os loteamentos ilegais nas periferias urbanas.

Assistíamos, assim ao nascimento de um mercado habitacional dual: por um lado o sector legal – privado e especulativo – que produzia para uma elite, inacessível a 70% da população e, por outro, o sector clandestino para os que não conseguiam entrar no primeiro.



Antes de 1974 a participação do Estado na construção de habitação era muito reduzida. Deste modo, na década de 60 as carências que se revelavam a nível da habitação eram sobretudo quantitativas, como vimos: grandes contingentes populacionais – em especial aqueles que chegavam às Áreas Metropolitanas – e, em especial, os grupos sociais mais desfavorecidos que não tinham capacidade financeira para aceder às habitações do mercado imobiliário privado, não tinham soluções para a habitação. Além dessa questão a falta de equipamentos e de infra-estruturas atingia proporções muito elevadas. Com o objectivo de atenuar algumas destas carências o Estado Novo vai criar alguns Programas destinados à construção de habitação económica, como é o caso do Programa “Casas Económicas” em Lisboa (1933) e dos “Bairros Camarários” do Porto, assim como para públicos-alvo específicos: “casas para famílias pobres”, “casas para pescadores”, “casas para funcionários públicos” – todos eles na década de 30. Desta forma se inicia a política social do Estado Novo em matéria de habitação (Gros, 1994) sendo que uma década depois, a partir de 1943, os dirigentes do Estado Novo vão permitir às Cooperativas, às empresas concessionárias de serviços públicos e às empresas privadas a construção de casas económicas para os seus funcionários. Estas medidas inserem-se, contudo, na ideologia do Estado Novo, isto é, com estas políticas o Estado pretendia a manutenção das instituições familiares e da ordem social existente. Segundo Ferreira, a política habitacional neste período visou sobretudo “objectivos políticos e ideológicos (normalização social e familiar, afirmação da capacidade realizadora do regime e do seu providencialismo social)” (Ferreira, 1988: 56).

Os anos 60, como vimos anteriormente, vieram agravar sobremaneira as carências habitacionais já existentes nas grandes cidades o que, face à ineficiência das políticas de habitação para colmatar esse problema fez nascer, paralelamente a um sector de habitação legal, maioritariamente privado e especulativo, um sector de construção habitacional clandestino, única solução encontrada por aquelas populações que não tinham acesso ao primeiro. Multiplicaram-se, deste modo, os bairros de barracas e de loteamentos ilegais com péssimas condições de habitação, desprovidos de equipamentos colectivos e infra-estruturas básicas.

Face a este cenário foi criado, em 1969, o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), cuja importância já foi sublinhada para a política habitacional do Estado. Este instituto

nasce com o objectivo de promover a construção de habitação social de forma a resolver os problemas habitacionais das classes mais desfavorecidas e que não beneficiam de outro tipo de apoios e integrar as políticas de habitação com o planeamento urbano. Estes objectivos estiveram, contudo, longe de serem concretizados até 1974, altura em que efectivamente o FFH começa a ter um papel mais determinante nos dois sectores para que foi criado. Promoveu, com efeito, a produção directa de habitação económica, assim como fomentou diversas modalidades de apoios públicos indirectos a essa construção. A nível da Política Urbanística destacam-se a criação dos Gabinetes de Planeamento Urbanístico, os Grupos de Coordenação das Obras Municipais, os Gabinetes de Apoio Técnico e os Serviços Municipais de Habitação.

A partir de 1974 e até 1976, na primeira fase do novo regime político, observa-se um forte reforço da intervenção directa do Estado na promoção directa de habitação, promoção indirecta e uma série de diferentes apoios: programas de apoio técnico e financeiro aos promotores privados e cooperativos.

Dois factores novos passam a orientar o rumo da política habitacional: a nova classe dirigente integrou os liberais/progressistas do período de Marcelo Caetano e a emergência de um forte movimento reivindicativo da melhoria das condições de alojamento – com a ocupação de casas, organização de Comissões e Associações de Moradores e Cooperativas.

Contudo, continuam a existir dificuldades a afectar a Política Habitacional (umas antigas e outras novas): contradições e conflitualidades na nova classe dirigente “emperram” muitas medidas; a continuada inércia especulativa do sector imobiliário e da construção habitacional, a existência de carências técnicas, humanas e organizativas da Administração Pública e a falta de terrenos disponíveis para construção imediata.

De 1976 a 1980 observa-se um período de neutralização das medidas anteriores e uma progressiva liberalização das políticas habitacional e urbanística. Em 1976 é criado o novo ministério (Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção), continuando a fazer-se sentir a presença do *lobbie* dos promotores imobiliários.

Há uma mudança de paradigma nesta fase, em que se passa da promoção pública à liberalização da produção e do mercado habitacional e em que se cria o sistema de crédito à aquisição de casa própria.

Existem causas externas que acentuam esta viragem na política habitacional. “Estrangulamentos de carácter financeiro” e cortes no financiamento do FMI (Ferreira, 1988) vão determinar a suspensão de empreendimentos públicos e cooperativos e os empreendimentos privados passam a ser muito controlados. Assiste-se também, nesta fase, à elevação das taxas de juro.

Entre 1976 e 1980 dá-se, assim, uma mudança gradual a nível das Políticas Públicas de Habitação no sentido de uma progressiva liberalização da política habitacional e urbanística. Neste período as carências habitacionais nas grandes cidades acentuam-se, pelo que de 1978 em diante regista-se um incremento das políticas sociais consagradas à habitação, nomeadamente com os Contratos de Desenvolvimento de Habitação implementados a partir de 1979.

A partir de 1980 inicia-se uma nova época de políticas de habitação no qual vai ser consagrado um papel cada vez maior às Cooperativas de Habitação, à iniciativa privada e aos poderes locais – as Autarquias. O Estado vai passando, assim, progressivamente, de um Estado Executante a um Estado Coordenador e Gestor das políticas de habitação.

Em 1985 consolida-se uma época de quebra da intervenção directa do Estado, o que em grande medida se materializa com o fim do FFH em 1982. Vêm suceder a esta estrutura o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), o primeiro criado em 1984 e o segundo em 1987. O INH tinha como principal objectivo o apoio à construção de habitações económicas, mediante a concessão de crédito às Cooperativas e Autarquias, enquanto ao IGAPHE competia as funções de gestão e conservação do património habitacional.

De 1981 a 1986 observa-se a total liberalização do sector, com a suspensão ou redução do apoio aos programas de iniciativa pública e cooperativa; a desarticulação da administração habitacional (FFH extinto em 1982 e a sucessão de institutos após a extinção deste); a alteração do regime de arrendamento urbano; o reforço do crédito a habitação; a promoção de habitação de renda económica passa para as Autarquias (sem condições financeiras, técnicas ou institucionais); a administração habitacional torna-se uma espécie de manta de retalhos e muitos departamentos e chefias têm poucas funções a serem efectivamente desempenhadas.

Estas alterações vão trazer importantes consequências: a forte redução da promoção habitacional, o crescimento do crédito habitação (em várias modalidades) e a imposição de uma política que ajuda, cada vez mais, os estratos médios e elevados da população.

O final dos anos 80 vem reforçar esta tendência de afastamento do Estado da promoção directa da habitação e reforçar o seu papel de monitorizador de algumas políticas de habitação de alcance reduzido, limitadas nos objectivos e na sua consecução. Entre estas destacam-se a auto-construção, em que se aproveitavam terrenos municipais, os técnicos ofereciam os projectos-tipo e os materiais e as pessoas construíam as suas próprias casas. Também se destacou a política do auto-acabamento, em que a construção da estrutura das casas era efectuada pelas autarquias e os moradores faziam os acabamentos.

A partir de finais da década de 80 as políticas de habitação distanciam-se ainda mais da sua concepção inicial, de construção de habitação para alojar as camadas populacionais mais desfavorecidas. A noção de “direito à habitação” vai perdendo progressivamente a sua força. Cada vez mais o apoio das entidades públicas à habitação consiste em facilitar o acesso ao crédito para aquisição de casa própria, em particular com a medida do Crédito Bonificado.

Na decorrência desta mudança de paradigma nas políticas públicas, observa-se, nos anos 90, a progressiva descentralização e liberalização das políticas de habitação, com o estabelecimento de cada vez mais parcerias com o sector cooperativo e privado, pela transferência de cada vez mais funções para as autarquias e pela inclusão das Instituições Particulares de Solidariedade Social nesta dinâmica. Neste sentido as políticas implementadas a partir dos anos 90 são cada vez mais direccionadas a populações e espaços específicos, não se fazendo já uma política global de planeamento habitacional integrado com a política urbanística. Um exemplo destas novas políticas direccionadas é o Programa Especial de Realojamento (PER), estabelecido em 1993 e apenas nas duas áreas metropolitanas para resolver os graves problemas ainda nestas existentes de carências habitacionais e, em particular, destinado a erradicar as barracas e a realojar as famílias que aí habitavam. No mesmo sentido instaurou-se o Programa de Habitações Económicas também nas duas áreas metropolitanas, com o objectivo de construção de habitações a baixo custo para as famílias que não conseguem adquirir

casa no mercado imobiliário provado. Com a finalidade de atingir o fim da erradicação das barracas e realojamento o PER é, em 1995 alargado às IPSS e pessoas colectivas que prosseguem fins assistenciais.

Assim, como vimos, a partir de finais dos anos 80 o Estado passa de “construtor de habitação” para as funções de gestão da construção por parte de outras entidades e preocupa-se, agora, cada vez mais, com a recuperação e reabilitação do património edificado. Esta preocupação vai-se concretizar numa série de programas como o RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados - que visa a execução de obras de conservação para a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, o RECRIPH - Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal - destinado à recuperação e reabilitação de prédios urbanos, o REHABITA - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas - destinado à recuperação habitacional e reconversão urbanística das áreas urbanas antigas, entre outros. Outra política que ganha cada vez maior espaço na política habitacional são os Contratos de Desenvolvimento de Habitação que envolvem múltiplos actores – o Estado (através do Instituto Nacional de Habitação), autarquias locais, instituições bancárias, associações e empresas públicas, cooperativas e privadas.

Em forma de conclusão, e de acordo com autores dedicados intensivamente ao estudo destas questões, podemos afirmar que as políticas de habitação em Portugal e o planeamento urbanístico nunca foi planeado e efectuado de forma consequente e coerente consistindo, muitas vezes, na sucessão de programas públicos desconexos entre si, implementados consoante as conjunturas e os financiamentos disponíveis e nunca pensados de forma metódica e estrutural.

A década de 90 traz a continuação desta tendência. Decresce muito a habitação social e a produção habitacional passa a ser maioritariamente de realojamento. Este tipo de habitação falha, contudo, no seu propósito (Vilaça, 2001), sendo vendidas a qualquer pessoa e famílias.

O Século XXI trouxe a expansão do sistema de crédito à aquisição de habitação; uma forte especulação fundiária e imobiliária (problema que, como vimos, vem acompanhando as políticas da habitação desde que estas existem); a quase inexistência de habitação a custos controlados, os projectos de reabilitação urbana e, sinal mais

preocupante, uma indefinição de políticas e de estruturas institucionais no sector da habitação.

Actualmente, a nível institucional, e depois da extinção do IGAPHE e do INH é criado, em 2007, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), com competências de gestão e regulação da política da habitação e reabilitação urbana e já muito longe das funções de execução que tinha o seu “mais velho antepassado”, o Fundo de Fomento à Habitação. A tendência que já se vinha acentuando desde os anos 80 predomina hoje com o IHRU, ou seja, as políticas são cada vez mais dirigidas a grupos-alvo muito específicos. Para o objecto de estudo que aqui queremos desenvolver importa considerar uma das medidas centrais organizadas por este organismo, a Iniciativa “Bairros Críticos”. Esta visa, seguindo a tendência apontada, populações e espaços muito específicos, definindo como seu objectivo a integração socioeconómica e urbanística de territórios críticos pela integração de projectos em várias áreas e pela participação de múltiplos actores – 8 ministérios envolvidos e outras entidades governamentais e não-governamentais nacionais, regionais e locais, num total de mais de 90 entidades. Desenvolvendo-se em vários bairros considerados “problemáticos” e que fazem parte dos subúrbios de Lisboa e Porto esta iniciativa actua essencialmente na área de legalização, requalificação e reabilitação de edifícios e equipamentos, assim como desenvolve projectos na área da saúde, família, educação e cultura.

Para finalizar esta questão das políticas de habitação e planeamento urbanístico importa ainda realçar que novas necessidades se apresentam neste panorama sendo que, como referimos acima, muitas das “velhas dificuldades” nunca chegaram a ser ultrapassadas. Como é referido no próprio *Diagnóstico e Proposta para uma Estratégia de Habitação 2008/2013* encomendado pelo IHRU a investigadores do CET/ISCTE, existe em Portugal insuficiência de dados que permitam analisar convenientemente as situações. Por outro lado, estando as nossas sociedades contemporaneamente em profundas transformações, particularmente na redefinição em curso mas ainda não explicitada do papel do Estado na sociedade, torna-se, também, importante pensar como se devem redefinir as tradicionais políticas económicas, sociais, etc., entre as quais as políticas urbanas e do alojamento, que não podem ser menosprezadas. Assim, pensamos, neste contexto de mudança e de necessidade de re-equacionar o carácter e a extensão da intervenção estatal, assim como do papel que deve ser atribuído aos

outros sectores da sociedade, parece-nos que auscultar aqueles que de mais perto lidam com os terrenos, isto é, a nível dos técnicos que neles trabalham e, mais ainda, dos beneficiários ou potenciais beneficiários destas políticas. É esse o trabalho que nos propomos aqui iniciar.

De seguida vamos apresentar o terreno que constituiu o nosso objecto de estudo – o Plano Integrado de Almada, com maior incidência no seu bairro mais antigo, o Bairro Amarelo. Vamos caracterizar o espaço a nível socio-económico e fazer uma incursão pela sua história, desde a sua criação às várias fases que o caracterizaram, nomeadamente as políticas que ao espaço foram sendo aplicadas.

### **3. DO PLANO INTEGRADO DE ALMADA AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMADA POENTE – A EVOLUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIALMENTE MARCADO**

Neste capítulo iremos apresentar o terreno de estudo concreto em que foi realizada a presente investigação: o Bairro Amarelo.

Não podemos, contudo, falar no Bairro Amarelo sem falar na zona em que este se insere – o Plano de Integrado de Almada, atualmente designado por Almada Poente. Com efeito, o Bairro Amarelo está inserido num conjunto de bairros de habitação social projetados ainda durante o Estado Novo, através do Fundo de Fomento da Habitação – o Plano Integrado de Almada.

Os Planos Integrados criados por este organismo tinham uma missão bem determinada – da parte do Estado Central – pelo que interessa aqui compreender quais os objetivos com que foi criado o PIA, o contexto histórico e político em que foi projetado e as várias vicissitudes que foi sofrendo, com avanços e retrocessos ao longo do tempo.

Importa ainda compreender como este espaço foi mudando de alçada política com a sucessiva extinção e fundação de institutos públicos de gestão do património habitacional do Estado, com períodos de conturbada relação entre o Estado Central e o Poder Autárquico, até se chegar à atualidade. Hoje, depois de conseguida a conciliação entre poder estatal e local (com a parceria entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e a Câmara Municipal de Almada) para o planeamento do Plano de Urbanização de Almada Poente (PUAP), verificamos que este se encontra ainda em fase de preparação, especificamente na “2.ª Fase — Elaboração de Estudo Prévio”, de acordo com os Termos de Referência do PUAP, publicados em Diário da República a 30 de Setembro de 2011. Face aos *timings* estabelecidos por estes termos de referência verificamos um atraso significativo no desenvolvimento do Plano já que esta fase de Estudo Prévio deveria estar terminada em 2012.

Dentro desta evolução do espaço do PIA iremos sempre consagrar especial atenção ao Bairro Amarelo – local onde fizemos o trabalho de campo e que apresenta algumas especificidades dentro do contexto local.



Iremos, ainda, fazer a caracterização socioeconómica e cultural da população local e dos equipamentos sociais existentes, de forma a fornecer uma visão global do terreno de estudo.

### **3.1. Enquadramento da zona do Plano Integrado de Almada na Área Metropolitana de Lisboa**

Para se compreender a criação e a história do Bairro Amarelo, importa considerar, ainda que de forma breve, a história recente do concelho de Almada. Esta só se compreende, de facto, percebendo a sua localização geográfica, ou seja, o seu papel na Área Metropolitana de Lisboa. Já desde muito cedo, desde o século XIII, que a história de Almada aparece extremamente determinada pela sua relação de proximidade com a capital. Com efeito, já neste período o progressivo intercâmbio entre as duas regiões contribuiu para um ligeiro aumento demográfico da região. É já no século XX, em 1926, que se dá a desanexação de Almada e de outros concelhos ribeirinhos da Margem Sul do Tejo do Distrito de Lisboa, para serem anexados ao novo distrito de Setúbal. A região de Almada foi, desde o seu início, uma zona de vocação agrícola e piscatória, cuja produção se organizou, na generalidade, para responder às solicitações de mercado do grande centro consumidor que lhe era próximo – a cidade de Lisboa.

Vai ser no final dos anos 40, até ao início dos anos 70, que o concelho de Almada, como o Distrito de Setúbal e toda a região de Lisboa em geral, assiste a uma explosão demográfica causada pelos enormes fluxos migratórios de todo o país e em particular dos distritos a sul do Tejo. Enquanto até aos anos 40 foram essencialmente os concelhos situados a norte de Lisboa a sofrer esta dinâmica, a partir daquela data e principalmente nos anos 60 os concelhos da margem sul do Tejo registam um incremento nas taxas de crescimento, atingindo valores superiores aos concelhos da margem norte. Neste período o saldo migratório mais que sextuplica em valor absoluto o saldo fisiológico, sendo responsável por 87% do crescimento populacional que se verificou no concelho. Assim, em pouco mais de duas décadas a população do concelho mais que duplica, passando de 71 mil habitantes em 1960 para 148 mil em 1981. Esta situação, grandemente facilitada pela execução da Ponte 25 de Abril, fica a dever-se ao surto

industrial que afeta esta zona do país. De facto, é na Margem Sul do Tejo que vão ser implementadas as unidades industriais pesadas, nomeadamente, no caso de Almada, de Estaleiros de Construção e Reparação Naval.

Deste modo, verifica-se que a população residente no concelho de Almada é essencialmente uma população originária de outras zonas do país, com relevo para o Alentejo, de baixas e muito baixas qualificações, constituída, em grande parte, por trabalhadores não qualificados, operários e pessoal dos serviços pessoais e domésticos. Dá-se, então, nesta altura, uma expansão dos núcleos urbanos do concelho, expansão esta completamente desorganizada e não planeada urbanisticamente, com a ocupação de quintas agrícolas, a criação de casas clandestinas e barracas. É por esta razão que a partir de 1976 o poder local investe os seus esforços nos Planos de Urbanização, os quais passam a cobrir 90% do território concelhio. É neste contexto que surge o Plano Integrado de Almada, concebido no início dos anos 60 e implantado em 1976, como resposta da Administração Pública às expectativas de um forte crescimento demográfico que a construção da Ponte, a instalação das indústrias e os movimentos migratórios deixavam antever. O PIA, ocupando uma área de cerca de 340ha., previa a construção de 7500 fogos na sua primeira fase, os quais abrangiam sensivelmente um terço da sua área de intervenção. Destes, na primeira fase de implementação do Plano, apenas 2285 fogos foram concluídos.

Contudo, a partir dos anos 70 deixam de ser os concelhos mais próximos da capital a receber o maior contingente de migrantes, passando a ter maiores taxas de crescimento os centros urbanos da segunda coroa exterior a Lisboa. Almada, embora se mantenha como o principal Concelho da Margem Sul em termos populacionais, apresenta a partir da década de 70 uma forte desaceleração do seu ritmo de crescimento.

É também nesta altura que Almada começa a perder a sua capacidade empregadora, com a crise industrial, particularmente das indústrias pesadas, entre as quais figuram os Estaleiros de Construção e Reparação Naval. Assim, com o encerramento de várias unidades industriais – como foi o caso da Lisnave que empregava uma percentagem significativa da população do concelho – a taxa de desemprego vai crescer de forma significativa no concelho, tal como em todo o distrito. Assim, sucede em Almada uma crise social, já que grande parte da sua população é

constituída por trabalhadores da indústria e que se vêm agora sem emprego. Com o tempo muitos vão-se adaptar ao comércio e serviços – com o crescimento significativo da população empregada no sector terciário. Contudo muitos não se adaptam, daí a alta taxa de desemprego ainda hoje registada no concelho, comparativamente à média nacional.

Neste período verifica-se uma grande diferença no concelho em termos dos vetores de desenvolvimento. Com efeito, enquanto até aos anos 70 a indústria era o principal motor do desenvolvimento local, a partir dos anos 80 vai-se verificar uma viragem radical da economia concelhia para o sector terciário. Este desenvolveu-se em extensão, empregando hoje em dia a grande maioria da população ativa, mas também se vai especializando cada vez mais. De facto, não se trata já apenas do crescimento do comércio e serviços gerais, mas inclusivamente dos sectores mais especializados como os bancos, seguros, etc.

Deste modo, vai-se assistir a uma alteração na natureza dos fluxos migratórios para o concelho. As áreas concelhias que se afirmaram como locais de fixação preferencial no período de 50-70 acolheram em maior grau indivíduos provenientes dos distritos em decréscimo populacional (nomeadamente ao Sul do Tejo) cuja lógica de instalação no concelho é determinada pela proximidade a Lisboa e aos polos industriais em formação. A partir dos anos 70 ocorre uma alteração na intensidade dos fluxos, na origem geográfica dos imigrantes e ainda no local onde estes vão fixar residência. Os fluxos são muito menores, a população instala-se nas zonas que sofreram um processo de crescimento mais tardio (Costa de Caparica e todo o interior do Concelho) e a sua origem é predominantemente urbana. Com efeito, são, agora, fluxos intra-metropolitanos que estão na base do atual crescimento demográfico do concelho, o que se poderá explicar pelos elevados custos de habitação que são praticados na capital. Esta alteração na origem demográfica dos residentes vai-se repercutir ao nível de outras características, nomeadamente no nível de instrução, setores de atividade económica em que está empregada a população ativa, níveis de consumo material, cultural e lúdico, etc., com uma predominância de população mais instruída e de rendimentos mais elevados.

A freguesia da Caparica - onde se situa o bairro em análise - é das mais antigas, apresentando uma estrutura até muito tarde essencialmente rural, que não conheceu

grandes transformações nem grandes contingentes populacionais, à exceção dos bairros sociais criados com a intenção de ordenar a expansão urbana que se verificava no concelho, acabar com os alojamentos clandestinos existentes e alojar as famílias menos favorecidas do concelho.

### **3.2. História do Plano Integrado de Almada – historia das Políticas Públicas e instituições tutelares**

A área onde hoje se situa o Bairro Amarelo era uma zona antiga rural onde existiam os núcleos urbanos próximos – Pragal, Monte de Caparica e Sobreda; o Porto ribeirinho da Arrábida e as Quintas e Casais agrícolas com raízes desde o século XVI até ao século XX. Chegaram aos nossos tempos os núcleos urbanos referidos e algumas Quintas e Casais agrícolas.

Com a construção da Ponte 25 de Abril e da Via Rápida da Costa da Caparica muitos dos acessos daquela estrutura rural foram cortados. Nas próprias Quintas e Casais muitos agricultores foram separados dos seus próprios campos agrícolas. Acontece, então, o abandono de zonas a que não se tem um acesso fácil, perdem valor as construções agrícolas, pelo que estas vão sendo aproveitadas para alojamento de quem precisava. Dá-se, deste modo, o aumento da ocupação destas Quintas para habitação por parte das famílias locais de mais fracos recursos. Posteriormente vai-se dando a expansão urbana do Monte de Caparica para o Pragal, com uma grande maioria de construções degradadas. Vão-se expandindo, também, os bairros clandestinos nesta zona.

A Câmara, dependente do Governo Central, não demonstrava capacidade administrativa, técnica e financeira para acompanhar o crescimento demográfico urbano ou supervisionar a execução do planeamento.

Face a este desordenamento urbanístico – de várias regiões do País, em particular das áreas metropolitanas - decide-se criar um novo organismo que pudesse ordenar as grandes áreas em expansão de uma forma mais completa. A este organismo deu-se o nome de Fundo de Fomento da Habitação e a área que estamos a tratar – da

zona de Almada até à Caparica – deu-se o nome de Plano Integrado de Almada/Monte de Caparica/1ª fase.

O Plano Integrado de Almada foi o primeiro dos Planos Integrados da Área Metropolitana de Lisboa – instrumento de planeamento criado pelo Estado para reforçar a produção de habitações sociais através da intervenção direta. Entre 1969 e 1972 serão, com efeito, legisladas medidas facilitadoras deste processo: desde a constituição de reservas de terrenos, por expropriação, para estabilizar os preços dos solos, à criação de uma entidade centralizadora, o Fundo de Fomento da Habitação, acima mencionado.

No início da década de 1970, Almada é um dos concelhos escolhidos para integrar esta nova experiência de urbanismo, já que a proximidade à capital estimulou a pressão demográfica e a especulação imobiliária e fundiária.

O Plano Integrado de Almada seria o núcleo estruturado de crescimento, interligado a Lisboa e a outros centros de atividade dentro da Área Metropolitana, pretendendo resolver a situação de centenas de famílias insolventes do Concelho de Almada que não conseguiam adquirir casa própria. O planeamento do PIA e da estrutura de suporte principal tiveram início em 1970/72 e foi distribuído por uma equipa multidisciplinar do FFH, o Grupo de Trabalho de Almada. Realizaram-se, nesta altura, estudos setoriais (relativos a temáticas como o ambiente, a habitação, equipamentos e acessibilidades) e iniciou-se o processo de expropriação de terrenos onde viria a ser construído o PIA.

A 1ª fase do Plano, que ficou concluída e formalizada por Despacho Ministerial em 1973, corresponde, aproximadamente, à sua área atual: 332,42 hectares (atualmente 340 hectares) desde a arriba da portagem da Ponte do Pragal até ao Porto Brandão, atravessando, a sul, a via rápida para a Costa de Caparica até Vale Mourelos. Prevvia-se uma ocupação de 24000 habitantes, a construção de um depósito de água na zona adjacente – Raposo – e a construção de 7500 fogos (T1 a T5). Destes, apenas cerca de 2000 fogos foram executados no PIA em regime de promoção direta pelo FFH, ao longo desta década. Nesta primeira fase prevvia-se, ainda a construção de uma estação ferroviária (que só se veio a verificar muitos anos depois, em 1999), de um hospital (criado em 1991), complexos industriais e área de Reserva Natural nas encostas nascente e poente e a sul.

Da 2ª fase do PIA só se concretizou a expansão do Campus Universitário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, a Escola Secundária do Monte de Caparica e o Mercado do Monte de Caparica.

A 3ª fase, que seria na zona da arriba da Trafaria, nunca foi concretizada.<sup>2</sup>

O PIA tinha os seguintes objetivos:

- alojamento da população carenciada do Concelho de Almada numa estrutura urbana que garantisse, à partida, melhor qualidade de vida, mas com uma estrutura de suporte adaptável à progressiva apropriação pela população,
- articulação com os meios de produção de habitação existentes de forma integrada,
- implementação de uma rede adequada de infraestruturas e equipamentos regionais e locais,
- aproveitamento dos recursos naturais, com salvaguarda da estabilidade biofísica e proteção do património cultural e da paisagem,
- reordenamento e reconversão das áreas rurais em processo de abandono e de degradação, sujeitas a forte pressão de construção clandestina,
- colaboração com o Município de Almada e Juntas de Freguesia,
- participação da população.

Com a Revolução de 1974, as várias comissões de moradores da zona do Monte de Caparica tornam-se porta-voz das populações insolventes da área do Plano e pela primeira vez se reivindica o direito à habitação nos bairros projetados.

Assim, o novo regime democrático, numa tentativa de gerar emprego e efetivamente cumprir com o objetivo do realojamento aprova o Plano Geral de Urbanização do PIA em 1975 e a partir dessa data começam a ser construídos, segundo o Plano Integrado original, os edifícios amarelos, na encosta nascente (1056 fogos); os edifícios brancos na encosta sul (290 fogos) e os rosa, na encosta sul (585 fogos) – conhecidos até hoje como “Bairro Amarelo”, “Bairro Branco” e “Bairro Rosa”. Posteriormente foi construído o Bairro do Raposo de Cima, com 61 fogos.

---

<sup>2</sup> Segundo a Resolução 7/84, de 18 de Janeiro do Conselho de Ministros, “O devir político-económico do País e o novo posicionamento da administração autárquica face à administração central obrigam a redefinir o futuro dos planos integrados e alguns princípios que a eles presidiram, adaptando o seu gigantismo às atuais condições do País.”

Efetivamente, o Bairro Amarelo foi a 1ª expansão urbana criada no PIA, tendo sido a sua implementação física de 1975 a 1987, onde os equipamentos prioritários foram distribuídos de uma forma equilibrada pelo Monte de Caparica e pelo Pragal. Faseadamente foram sendo implementadas as infraestruturas gerais e a construção dos 8 núcleos para o realojamento local da população de áreas demolidas, de áreas de clandestinos, de barracas existentes e de bairros degradados.

De 1976 a 1984 seriam construídos os 657 fogos do Bairro Rosa, lojas e centro comercial, pequenas unidades industriais (oficinas) e 1077 habitações no Bairro Branco.

Nesta fase a Câmara Municipal de Almada conjuntamente com as organizações populares, colaboraram com o Grupo de Trabalho de Almada do FFH, na definição dos equipamentos, espaços verdes, de lazer e serviços necessários.

A escala e a tipologia de construção dos três bairros do PIA só tinha já sido realizada em Lisboa e Porto. As alterações à política habitacional, posteriores à revolução, a crise económica e financeira, a reestruturação de quadros e orgânica do FFH e a emergência de vários programas de promoção da habitação provocam atrasos e alterações aos projetos e impasses na atribuição das habitações.

Neste contexto, e para a continuação do Plano, o Estado inicia Contratos de Desenvolvimento, com a designação de “Áreas de Desenvolvimento Prioritário”. A iniciativa privada e cooperativa passa a participar na urbanização da zona do PIA, apesar da fiscalização e controlo permanecer sob o domínio do setor público.

Neste quadro, a edificação no PIA passa a fazer-se através do lançamento de concursos públicos de alienação de terrenos com capacidade e desenho urbanos previamente definidos, para construção de habitação de custos controlados. Os destinatários destes concursos são Cooperativas de Habitação Económica (CHE) ou empresas privadas, estas últimas no âmbito de Contratos de Desenvolvimento da Habitação (CDH) ou do Programa de Habitações Económicas.

Através do regime de promoção cooperativa foram edificados no PIA cerca de 710 fogos, enquanto a promoção por empresas privadas se cifrou em torno dos 1940 fogos.

Pelo Município de Almada foram igualmente construídos no PIA cerca de 250 fogos para realojamento e, para além destes, com a intervenção da Casa Pia,

aproximadamente 570, incluídos no Programa PER (Programa Especial de Realojamento).

Entre 1977 e 1980, dos equipamentos previstos, estavam em construção duas escolas primárias (ambas no Bairro Amarelo), a Escola Secundária do Monte de Caparica, o Pavilhão da Universidade Nova de Lisboa, unidades comerciais no Bairro Amarelo, o Mercado do Monte e a Comissão de Moradores de Alcaniça.

Com a criação do IGAPHE, em 1987, e que viria a gerir o território do PIA até à sua extinção em 2001, tenta dar-se solução aos principais problemas de todo o território e particularmente do Bairro Amarelo – que se apresentava como o mais problemático. Estes resultavam de dificuldades económicas, sociais e psicológicas, desemprego, níveis de pobreza, perda de raízes, insucesso escolar, saúde e, por outro lado, de deficiências ambientais (falta de equipamentos e degradação física de edifícios e espaços exteriores) além do isolamento do bairro relativamente aos núcleos urbanos existentes.

Perante estes problemas identificados surgem, assim, os seguintes objetivos:

- encontrar parceiros disponíveis para, em conjunto com o IGAPHE, desenvolverem as ações físicas, sociais e outras com maior eficácia,
- necessidade de novas acessibilidades do bairro e para o bairro,
- criação de novos equipamentos sociais em falta para apoio a diversos estratos etários (creche, jardim de infância, atividades de tempos livres, formação profissional, apoio domiciliário, entre outros),
- criação de novas atividades e serviços dentro e fora do bairro,
- criação de apoios à saúde física e mental,
- introdução de novos estratos sociais diversificados associados a novos tipos de habitação,
- criação de novos equipamentos de lazer (recreativos, desportivos e culturais).

Entretanto, nos anos 90, ao abrigo do Programa PER (Programa Especial de Realojamento), a Câmara Municipal de Almada promove a construção direta de habitação social, num total de 10% do total do atual PIA.

Há ainda lugar à promoção cooperativa de habitação, de três cooperativas: CHUT, IRMANADORA e CHEUNI. Estas construíram habitações entre os anos 80 e 90, correspondendo a 17% do global.



Há, na área do PIA, também habitações de promoção particular, que foram efetuadas ao abrigo de dois regimes legais: Contratos de Desenvolvimento para Habitação, com 410 fogos (7,4% do total do PIA) e o Programa de Habitações Económicas, com 1537 fogos (35,7% do total).

No final de 2002 as incumbências do IGAPHE relativas ao planeamento, implementação e gestão do PIA transitam para o INH, tendo os seus solos ainda não edificados sido adquiridos por este Instituto.

Para colmatar a situação de vazio criada na gestão urbanística do território do PIA pela sua exclusão da ratificação governamental do PDM de Almada em 1998<sup>3</sup>, foi protocolada entre o INH – Instituto Nacional da Habitação, a Secretaria de Estado da Habitação e o Município de Almada a elaboração do Estudo Estratégico de Almada Poente abrangendo toda a área do Plano Integrado, a 21 de Julho de 2004.

Com este instrumento de planeamento sob a direção do INH (posteriormente substituído pelo IHRU), pretendia-se fazer um reconhecimento atualizado do território, através da compreensão das dinâmicas territoriais, socioeconómicas, urbanísticas e ambientais que promova reflexões estratégicas de apoio à elaboração de uma proposta de políticas integradas.

É importante realçar que este protocolo vem na sequência da aprovação, em 2002, do Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) estando a este condicionado (sendo que este se insere, por sua vez, no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNOT). Também o PDM de Almada está condicionado ao PROT-AML, já que é obrigado a seguir as diretrizes do mesmo, devido à hierarquia dos Instrumentos de Gestão do Território – do nacional para o municipal.

---

<sup>3</sup> De facto, em 1998, aquando da realização dos PDM's a nível nacional, o PDM de Almada foi realizado mas a área correspondente ao PIA não ficou incluída no mesmo (área não ratificada). Este Plano é ratificado pelo governo, Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/97, de 5 Dezembro de 1996, mas com exclusão da área correspondente ao PIA (UNOP 3 – Almada Poente, artigos 21º a 28º), cujo território fica, assim, numa situação de exceção relativamente à sua gestão urbanística. Esta situação ocorre num período de desacordo institucional entre o poder central (representado pelo IGAPHE) e o poder local (Câmara Municipal de Almada) acerca da tutela do espaço. A área ficou sem tutela legal, portanto, entre 1997 e 2004. Durante este período não foram feitas intervenções, havendo uma gestão mínima do território pelo IGAPHE.

O PROT-AML é, assim, um instrumento de natureza programática e estratégica, que estabelece as diretrizes a serem seguidas por todos os instrumentos de gestão do território que estão sob a sua tutela – entre os quais o PUAP. Este foi, como dissemos, aprovado em 2002 na reunião do Conselho de Ministros de 7 de fevereiro de 2002 e foi publicado em DR, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril. Foi posteriormente alvo de uma alteração, em 2008 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de junho.<sup>4</sup>

Dá-se início então, em 2004, à elaboração do EEAP - Estudo Estratégico de Almada Poente, que seria aprovado pela Câmara a 20 de Maio de 2009.

Em Agosto de 2007 transitam para o recém-criado IHRU a propriedade dos solos do PIA e a responsabilidade do seu planeamento, gestão e implementação, provenientes do INH, e a propriedade e gestão do património edificado do PIA, provenientes do então extinto IGAPHE. Neste património edificado cabem cerca de 2130 frações, sobretudo habitacionais, que se encontram, na generalidade, ocupadas em regime de aluguer.

Em Julho de 2011 substitui-se o protocolo de 2004 por um novo, desta feita entre a CMA - Câmara Municipal de Almada e o IHRU - Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (organismo que vem substituir o INH) para a elaboração do PUAP – Plano de Urbanização de Almada Poente, com base no diagnóstico obtido através do EEAP.

Os Termos de Referência para a elaboração do PUAP são publicados no Diário da República, 2ª Série n.º189 de 30 de Setembro de 2011. Inicia-se imediatamente a seguir, a 1 de Outubro de 2011 o período de Participação Preventiva do PUAP, que decorreria até 29 de Dezembro de 2011.

Assim, a zona do antigo PIA (Bairro Amarelo, Branco e Rosa) foi sempre propriedade estatal, mas esteve sob a alçada de diversos institutos, à medida que uns se extinguíam e outros eram criados.

---

<sup>4</sup> Também este instrumento foi alvo discussão pública, de 22 de novembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, não havendo posteriormente a esta data qualquer comunicação da situação em que se encontra.

Em resumo, foi criado e gerido pelo Fundo de Fomento de Habitação de 1969 a 1982, tendo sido este extinto em 1982 e sido substituído pelo Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH). Em 1986 é criado o INH (Instituto Nacional de Habitação) e em 1987 o IGAPHE (Instituto para a Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado), ficando este último com a objetivo de gerir e alienar o património do FFH e tornando-se, assim, a entidade gestora do PIA.

Neste quadro, a edificação no PIA passa a fazer-se através do lançamento de concursos públicos de alienação de terrenos com capacidade e desenho urbanos previamente definidos, para construção de habitação de custos controlados. Os destinatários destes concursos são Cooperativas de Habitação Económica (CHE) ou empresas privadas, estas últimas no âmbito de Contratos de Desenvolvimento da Habitação (CDH) ou do Programa de Habitações Económicas.

Através do regime de promoção cooperativa foram edificados no PIA cerca de 710 fogos, enquanto a promoção por empresas privadas se cifrou em torno dos 1940 fogos. Pelo Município de Almada foram igualmente construídos no PIA cerca de 250 fogos para realojamento e, para além destes, com a intervenção da Casa Pia, aproximadamente 570, incluídos no Programa PER (Programa Especial de Realojamento).

O IGAPHE disponibilizou também significativas áreas de terreno do PIA para importantes equipamentos de abrangência nacional: o Hospital Garcia de Horta, a Pousada da Juventude e o Instituto Português da Qualidade (IPQ). A nível regional, a instalação, em terrenos do PIA, da Estação Ferroviária do Pragal, veio melhorar significativamente a sua centralidade ao nível das acessibilidades na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Em 1997, a Câmara Municipal de Almada procede à elaboração do seu Plano Diretor Municipal, ficando a zona do PIA excluída do PDM.

No final de 2002 as incumbências do IGAPHE relativas ao planeamento, implementação e gestão do PIA transitam para o INH e, em 2004, para colmatar a situação de vazio criada na gestão urbanística do território do PIA pela sua exclusão da ratificação governamental do PDM de Almada, foi protocolada entre o INH, a Secretaria de Estado da Habitação e o Município de Almada a elaboração do Estudo Estratégico de Almada Poente abrangendo toda a área do Plano Integrado.

A partir de 21/07/2004 celebra-se o Protocolo de Cooperação entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, o Instituto Nacional de Habitação e o Município de Almada, para a elaboração do Plano de Urbanização de Almada Poente.

Finalmente, em Agosto de 2007 transitaram para o recém-criado IHRU a propriedade dos solos do PIA e a responsabilidade do seu planeamento, gestão e implementação, provenientes do INH, e a propriedade e gestão do património edificado do PIA, provenientes do então extinto IGAPHE.

De forma a proceder à elaboração do PUAP, foi aprovado pela Câmara, a 20/05/2009 o Estudo Estratégico de Almada Poente e em 2011 é aprovado o Novo Protocolo de Cooperação entre a CMA e o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), para a elaboração do PUAP e estabelecidos os Termos de Referência para a elaboração do PUAP, os quais foram publicados em DR 2ª Série n.º 189 de 30 de Setembro de 2011.

A 01/10/2011 dá-se início ao Período de Participação Preventiva do Plano que duraria até 29 de Dezembro do mesmo ano. Em Janeiro de 2012 iniciou-se a preparação do Plano de Urbanização de Almada Poente, com a 1ª fase – Trabalhos Preparatórios (que envolveu discussão pública). Seguidamente deu-se início à 2ª fase, de Elaboração do Estudo Prévio, que deveria ter sido terminada em meados de 2012, mas que ainda não se encontra finalizada.

### **3.3. Apresentação do Plano de Urbanização de Almada Poente**

O PUAP abrange a zona atualmente designada por Almada Poente, que é composta por 17 bairros cuja construção foi efetuada em épocas diferentes e traduzindo a evolução das políticas de habitação nacionais (os primeiros 3 bairros – Amarelo, Rosa e Branco – construídos pelo Estado, os seguintes já numa lógica cooperativa e semiprivada).

Hoje contempla um total de 6000 fogos para uma população de 30.200 habitantes, dos quais 3.486 residem no Bairro Amarelo (cerca de 11,5% da população do PIA e 2,2% da população concelhia). Apesar destes números oficiais (apresentados no EEAP), as instituições sociais presentes no terreno apontam para cerca de 5000 habitantes no Bairro, sendo o maior dos 17 bairros do PIA.

De acordo com o Diagnóstico do Estudo Estratégico de Almada Poente efetuado para a criação e implementação do Plano de Urbanização de Almada Poente, as “zonas críticas” tais como o PIA têm sido alvo de políticas integradas (como o *Urban* ou programas de Reabilitação Urbana). Nestas contempla-se a variedade de problemas sociais que afetam estas áreas, procurando construir respostas multidimensionais e que rompam com o ciclo de problemas sociais e económicos que estão associados (desemprego e precariedade laboral; desocupação; abandono e insucesso escolar, assim como baixos níveis de escolaridade e formação; relações familiares muitas vezes instáveis; delinquência e criminalidade e insuficiência ou desadequação das respostas públicas, etc.).

Apesar do PIA não ter sido alvo deste tipo de intervenção, a CMA, em conjunto com o IHRU, desenvolveram o projeto de um plano de urbanização específico para esta zona - o Plano de Urbanização de Almada Poente, que pretende ir exatamente nesta linha: de reestruturar a zona tendo em conta a teia complexa de problemas sociais, culturais, urbanísticos, logísticos que afetam esta população. Apenas com uma ação efetivamente integrada (pensada, na realidade, desde a projeção do Plano Integrado de Almada ainda no Estado Novo), se poderá tornar esta zona funcional e não problemática.

O objetivo do IHRU e da CMA com a elaboração do Plano de Urbanização (PU) surge na sequência do Estudo Estratégico Almada Poente – Cidade Aberta, elaborado com o objetivo de estabelecer uma visão integrada capaz de enquadrar posteriores instrumentos de ordenamento que orientem as intervenções de recuperação urbana, social e ambiental.

De facto, o EEAP centrou-se na realização de um completo e detalhado diagnóstico da realidade do território, a partir do qual foi elaborada uma proposta de políticas integradas, com ações e meios devidamente programados tendentes à progressiva recuperação e integração daquela parcela do território na Cidade de Almada.

Nas figuras que se seguem podemos observar a Área de Intervenção (341 hectares):



*Figura 1: Almada Poente*



*Figura 2: Almada Poente no contexto do Concelho de Almada*

O Quadro Estratégico, o Modelo territorial bem como o Quadro e Modelo de Execução, constituem base suficiente e adequada, segundo o EEAP, à elaboração dos Termos de Referência do Plano de Urbanização.

Apresentamo-los, assim, tal como é referido no EEAP e nos Termos de Referência do PU, de uma forma resumida:

## **1 — Quadro Estratégico**

O Quadro Estratégico propõe uma estruturação global da estratégia de intervenção que tem como finalidade apresentar as diferentes tipologias e níveis de atuação que se perspetivaram no contexto do EEAP.

### **a) Linhas-Chave da Estratégia**

- Referenciar o território e requalificar o espaço urbano;
- Assegurar a coesão social assente na empregabilidade e na solidariedade;
- Promover ligações com a envolvente territorial;
- Valorizar e reutilizar a encosta ribeirinha enquanto suporte físico da reconfiguração territorial da AI (Área de Intervenção);
- Investir na melhoria das condições ambientais da AI;
- Preencher e consolidar a estrutura urbana, promovendo um tecido edificado compacto e qualificado;
- Diversificar e qualificar o mercado de habitação;
- Criação de emprego local, qualificando e diversificando o comércio e serviços, em conjugação com uma aposta no turismo e restauração.

“A Visão Estratégica para esta área corresponde a uma aposta nas suas vantagens de carácter locativo e nos seus recursos endógenos, designadamente nos planos territorial, social e funcional. Pretende-se que Almada Poente se projete como uma “nova centralidade urbana” (EEAP, 2009:16).

Assim, definiu-se a Visão Estratégica de uma “Almada – Cidade Aberta” assente em quatro componentes estratégicas:

- Um Miradouro sobre o Estuário,
- Um Habitat de Qualidade,
- Um Território de Inovação,
- Um Espaço de Multiculturalidade.

## **b) Macro Objetivos**

Os Macro objetivos incorporam os pressupostos de base do Estudo e os resultados do diagnóstico elaborado, representando o quadro de referência propositivo e o conjunto de elementos que, de forma conjunta, determinam a adoção de uma determinada Visão.

São orientações que enquadram o modelo de futuro desejado e a correspondente estratégia a desenvolver mas contêm já um carácter operativo. Correspondem aos fatores que vão nortear as medidas e ou recomendações a considerar, estruturando -se também em quatro grandes domínios de intervenção: Sustentabilidade Socioeconómica; Mobilidade; Tecido Urbano e Paisagem e Sustentabilidade Ambiental.

### **1 — Sustentabilidade socioeconómica**

- Aumentar o peso demográfico da AI
- Favorecer a miscigenação socioeconómica e cultural
- Conferir coerência à rede de solidariedade local, por via da diversificação e da integração
- Promover o emprego local
- Promover a qualificação socioprofissional da população
- Apoiar a criação e sustentação de investimento gerador de emprego local
- Favorecer a criação, qualificação e diversificação do comércio e serviços, associados ao território e “amigos do ambiente”
- Diversificar e ampliar a oferta de habitação
- Sustentar a instalação de equipamentos indutores de centralidade territorial e apropriação do espaço público
- Reforçar a rede de equipamentos (cultura, desporto, recreio e lazer)
- Melhorar o dispositivo de segurança pública
- Valorizar as manifestações culturais locais
- Envolver a comunidade local no processo de planeamento local



## **2 — Mobilidade**

- Melhorar a mobilidade na AI e as suas conexões com a envolvente
- Adequar as infraestruturas de acessibilidade
- Integrar a política de transporte público (TP) com o ordenamento do

território e o desenho urbano

- Adaptar os modos de transporte às condições naturais da AI
- Promover a integração entre os diferentes modos de transporte
- Incrementar a redução das necessidades de deslocação e a sua extensão
- Promover os modos suaves
- Consolidar a utilização do transporte público

## **3 — Tecido Urbano e Paisagem**

- Assegurar a articulação intensa e ou a continuidade com a envolvente
- Promover a densificação e compactação da malha urbana
- Incrementar a multifuncionalidade do tecido urbano
- Promover a referenciação do espaço urbano
- Criar uma rede de espaços públicos articulada entre si e ainda com os

equipamentos e o transporte público

- Apoiar a valorização de marcos territoriais e vistas
- Valorizar o património local

## **4 — Sustentabilidade Ambiental**

- Promover a consolidação da estrutura ecológica
- Minimizar os impactes visuais existentes
- Promover a minimização dos impactes ambientais
- Incrementar a eficiência energética

### **c) Modelo Territorial**

A partir da estruturação global da estratégia de intervenção que resultou no Quadro Estratégico para Almada Poente, e tendo sempre como fundamento de todo o processo a integração sócio -territorial deste espaço no contexto local e regional, foi

construído o Modelo Territorial que se pretende para a área de intervenção do PU (Plano de Urbanização).

Trata-se de esquematizar a espacialização da estratégia do EEAP, traduzindo as grandes linhas de atuação e os objetivos discutidos na Visão através da definição dos elementos macro estruturantes da solução para o território.

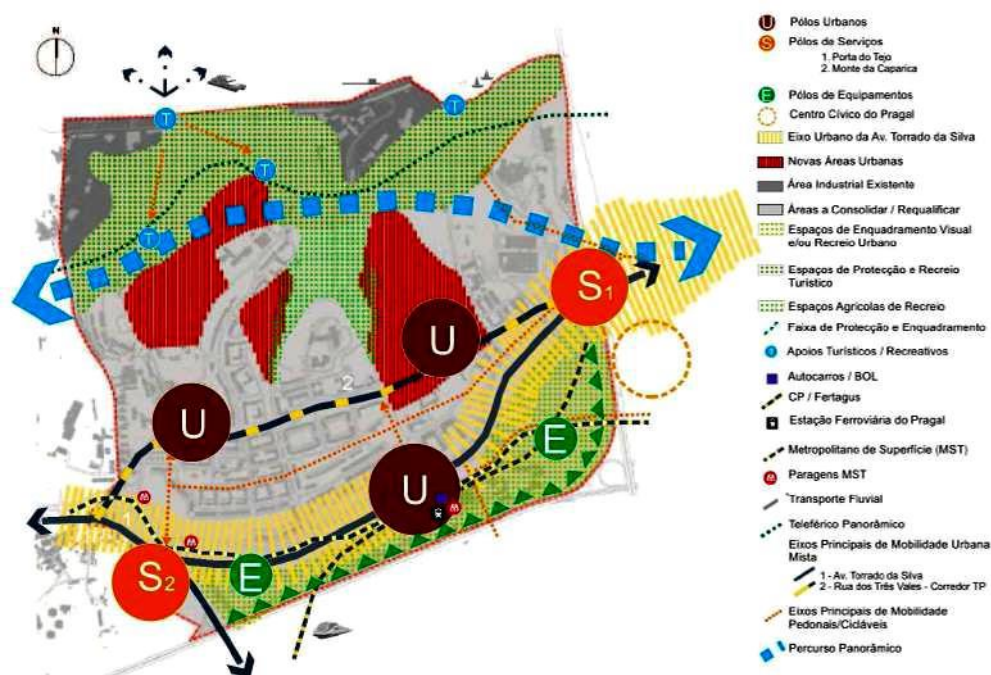
O Modelo Territorial estrutura -se segundo uma rede articulada de:

a) Polos de amarração de novas centralidades (associadas às paragens de transporte público) e referenciadores do espaço urbano, onde se promove a dinamização económica e sociocultural da AI através da instalação de equipamentos e atividades terciárias, da animação do espaço público e da intensificação da ocupação edificada e vivência urbanas;

b) Eixos de continuidade espacial que conferem acessibilidade, permeabilidade e conectividade a este território, a diferentes níveis (pedonal, ciclável, automóvel, ferroviário e fluvial), assegurando a otimização da sua abertura ao exterior bem como a melhoria das condições de mobilidade e de utilização do espaço público.

O sistema de eixos e polos segundo o qual se estrutura o Modelo Territorial proposto constitui a macro estrutura de uma malha urbana mais ampla que se prevê preencher, consolidar e expandir de acordo com o estabelecido no Quadro Estratégico de intervenção, dando origem à criação de novas áreas e à reestruturação das existentes.

A descrição das intenções a desenvolver para cada uma dessas zonas encontra-se descrita no Modelo de Execução — Áreas de Desenvolvimento Urbano. Genericamente, propõe-se o preenchimento de todas as manchas descontínuas do tecido consolidado e ainda a criação de duas novas manchas de urbanização multifuncional (Belavista e Frois). O objetivo central é o de promover uma oferta que permita atrair novos residentes e atividades, reforçar o peso demográfico, criar emprego e diversificar o perfil socioeconómico de Almada Poente.



*Figura 3: Modelo Territorial proposto pelo EEAP para o PUAP*

## 2 — Quadro de Execução

O desenvolvimento do Modelo Territorial é estruturado em quatro Eixos de Intervenção que enquadram os principais programas de atuação a promover. Estes Eixos distinguem -se pela sua natureza intrínseca e pelos objetivos a que obedecem, uns englobando intervenções mais integradas, outros mais setorializados, uns de carácter mais material, outros mais imateriais.

No essencial, em torno destas quatro linhas de ação materializa-se o Modelo de Execução do Estudo Estratégico de Almada Poente, consubstanciado ora em unidades de desenvolvimento urbanístico (Áreas de Desenvolvimento Urbano — ADU), ora em projetos estratégicos territoriais (PET), ou ainda em programas sectoriais.

Elegem -se ainda quatro projetos como Âncoras para a implementação da estratégia.

### Eixo 1 — Qualificação Urbanística

Estrutura e aciona uma lógica de intervenção que consagra os princípios do Quadro Estratégico definindo os mecanismos de desenvolvimento mais adequados à

sua implementação designadamente através de Áreas de Desenvolvimento Urbano (ADU) e por Projetos Estratégicos Territoriais (PET).

a) As Áreas de Desenvolvimento Urbano (ADU), constituídas por unidades coerentes de consolidação ou expansão urbana, às quais está associada uma lógica de “criação de cidade”;

b) Os Projetos Estratégicos Territoriais (PET), que abrangem áreas, por vezes de grande dimensão, nas quais se integram projetos considerados estruturantes para o Modelo Territorial e Quadro Estratégico preconizados.

A espacialização destas figuras encontra-se traduzida na planta do Modelo de Execução, verificando-se aí que o território de intervenção é partilhado por 5 Áreas de Desenvolvimento Urbano e 5 Projetos Estratégicos Territoriais.

## **Eixo 2 — Qualificação Socioeconómica**

A estratégia seguirá três linhas de força: fomento do emprego local; empregabilidade e solidariedade; qualificação do tecido empresarial. No seu conjunto estas linhas de força deverão ser capazes de dar respostas aos macro objetivos.

Os programas setoriais procuram apenas delimitar vetores estruturantes em três áreas específicas que sirvam de base para a discussão como outros parceiros ou de orientação para a elaboração de um documento especializado:

### **Programa 1 — Fomento do emprego e empregabilidade**

Objetivos: Valorização dos recursos humanos; Qualificação profissional; Promoção do Empreendedorismo; Inovação empresarial; Inserção social por via do emprego.

### **Programa 2 — Assegurar a coesão social**

Objetivos: Densificação da oferta de equipamentos dirigidos a diversas populações-alvo;

Promoção de respostas dirigidas aos problemas locais, inovadoras e criativas; Articulação entre as entidades presentes no terreno, evitando sobreposições e entropias, garantindo que se beneficie das sinergias criadas entre si; Particular apoio dirigido às famílias como foco de dispersão das novas dinâmicas.

### **Programa 3 — Qualificar a base económica**

Objetivos: Modernizar a estrutura empresarial, desde a sua organização até à forma como se processa a oferta; Densificar a oferta de comércio e serviços, alargando não só a sua área de cobertura, mas também os domínios em que operam; Enquadrar adequadamente, do ponto de vista urbano e acessibilidades, as atividades económicas; Promover uma relação mais intensa e proveitos entre os agentes económicos instalados nas áreas, geradora de um interlocutor forte, promotor da qualificação económica.

### **Eixo 3 — Marketing Territorial**

Defende -se que uma estratégia de marketing deva ser elaborada de modo a gerir e contornar as imagens negativas e estereótipos gerados ao longo dos anos privilegiando uma maior permeabilidade da área; o estímulo das visitas ao bairro; alimentando a auto -estima dos residentes; angariando novos *slogan*, logótipo e nome; entre outros.

### **Eixo 4 — Governança**

O envolvimento nos processos de “governo” por parte dos operadores públicos e privados pode contribuir para uma mais adequada arbitragem de alternativas e opções em domínios como a localização de atividades económicas, a qualidade de vida, o ambiente ou oferta de atividades de lazer, mas também no domínio do financiamento e gestão das próprias intervenções.

A particularidade de grande parte da área de intervenção de Almada Poente estar na posse de uma entidade pública — o IHRU — confere à Administração Pública uma capacidade de intervenção na produção de solo urbano permitindo, através da modelação das lógicas do mercado, a articulação entre as soluções urbanísticas delineadas e as formas concretas de implementação. Configura-se assim uma oportunidade, em termos de dimensão, disponibilidade de terreno e de capacidade edificatória, não só para a definição da estratégia de requalificação da área de Almada Poente, como da possibilidade de “fazer cidade” na Área Metropolitana de Lisboa.

## **2.1 — Modelo de Execução**

O Quadro de Execução, estruturado em quatro eixos fundamentais, é a base operacional da estratégia para Almada Poente e traduz-se graficamente no Modelo de Execução. Uma vez que ilustra exclusivamente o rebatimento espacial da estratégia, este Modelo de Execução concentra-se nas intervenções associadas ao Eixo 1 — Qualificação Urbanística de Almada Poente.

O Eixo 1 desenvolve -se com base em Áreas de Desenvolvimento Urbano (ADU) e em Projetos Estratégicos Territoriais (PET).

As Áreas de Desenvolvimento Urbano correspondem, por um lado, a áreas urbanizadas a reestruturar e ou requalificar e, por outro, a áreas atualmente ocupadas com outros usos (ex.: hortas urbanas ou armazéns) que se pretendem urbanizar e dotar de um carácter qualificado e atrativo para a fixação de população para residir, trabalhar e visitar.

Genericamente as Áreas de Desenvolvimento Urbano (ADU) propostas são as seguintes:

- Av. Torrado da Silva (ADU1) — Eixo urbano de alta densidade no qual se pretende criar uma nova centralidade que referencie o espaço a partir do reforço de novas atividades terciárias (equipamentos, comércio, serviços). Nesta área pretende-se também preencher, consolidar e assegurar a continuidade do espaço construído;
- Monte da Caparica (ADU2) — Zona de carácter industrial e terciário através da qual se promoverá a criação de emprego local, promovendo a coesão social assente na empregabilidade. O reforço das atividades associadas ao campus universitário pode ter aqui um espaço de expansão;
- Belavista (ADU3) — Área de carácter essencialmente habitacional, sendo admitidos outros usos de carácter terciário na área adjacente à Rua dos Três Vales. Um dos principais objetivos desta ADU é o incentivo a uma oferta mais diversificada de espaços residenciais, apoiada numa rede de equipamentos coletivos capazes de responder às necessidades da população residente e com potencial de atracção relativamente ao exterior, requalificando o espaço urbano e o tecido construído existentes e articulando estes com a rede de espaços verdes;

- Raposo (ADU4) — Área habitacional existente a reestruturar/requalificar caracterizada pela habitação de tipologia unifamiliar, na qual se pretende requalificar o espaço e tecidos urbanos existentes e articular uma
- Bairro Amarelo Nascente e Fróis (ADU5) — Área habitacional, sendo um dos principais objetivos desta ADU o preenchimento e consolidação do tecido existente bem como o incentivo a uma oferta mais diversificada de espaços residenciais, abrindo campo à instalação de espaços e atividades vocacionados para o turismo.

Os Projetos Estratégicos Territoriais correspondem essencialmente a intervenções-chave localizadas em pontos estratégicos da área de intervenção e que apresentam um papel decisivo enquanto referências em Almada Poente, criando novas centralidades, e consequentemente, uma nova identidade para este território.

Estes projetos pretendem fundamentalmente reestruturar e organizar a malha urbana existente, assim como valorizar as potencialidades e os espaços de oportunidade que este território apresenta.

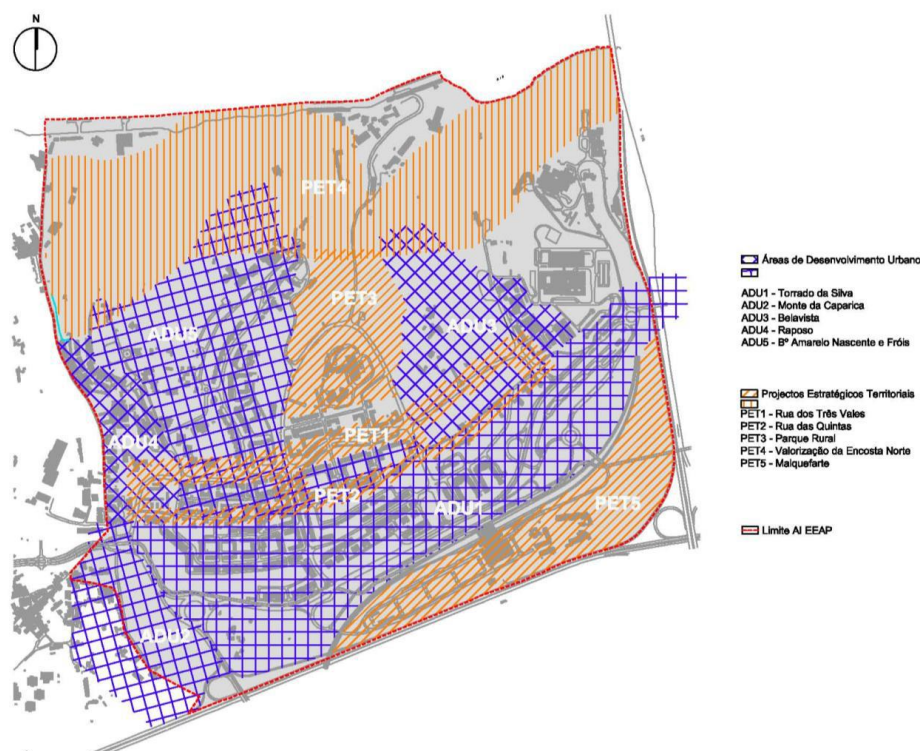
Neste sentido, os Projetos Estratégicos Territoriais são, genericamente, os seguintes:

- Rua dos Três Vales (PET1) — Trata-se de um projeto que se destina a equacionar, numa dimensão alargada, o reperfilamento deste espaço canal, incluindo um corredor de transportes públicos TP em sítio próprio, procurando promover a apropriação do espaço público e a melhoria da mobilidade na AI e nas suas conexões com a envolvente através da integração da política de TP com o ordenamento do território e o desenho urbano, e da integração entre os diferentes modos de transporte, com especial atenção para os modos suaves;
- Rua das Quintas (PET2) — Diz respeito à pedonalização desta via e pretende favorecer a apropriação do espaço público e a melhoria da mobilidade na AI, a redução dos impactes ambientais através do recurso a modos suaves;
- Parque Rural (PET3) — Com a criação do Parque Rural ocupa -se e valoriza -se uma extensa área verde que integra a estrutura ecológica, gerando um espaço recreativo e pedagógico associado à ruralidade da zona.
- Valorização da Encosta Norte (PET4) — Este projeto pretende promover a consolidação da estrutura ecológica, desenvolvendo e valorizando uma extensa área



de fruição turística e recreativa do sistema de vistas de Almada Poente. Outro dos seus objetivos consiste em instalar uma infraestrutura de apoio ao transporte fluvial de ligação a Lisboa e inter-relação com outras paragens do estuário;

- Malquefarte (PET5) — Visa essencialmente promover a requalificação da faixa sul de Almada Poente através da constituição de dois polos de equipamentos marcadamente virados para o desporto.



*Figura 4: Áreas de Desenvolvimento Urbano e Projetos Estratégicos Territoriais*

Relativamente à Área de Desenvolvimento Urbano 5: Bairro Amarelo e Fróis, área que nos interessa especificar já que o nosso estudo se centra especificamente no Bairro Amarelo, podemos verificar que as principais propostas do Plano de Urbanização consistem em:

- implementação de equipamentos lúdico-educativos, tais como biblioteca e piscina (até ao presente foi o único efetivamente construído);
- estruturas de apoio ao turismo e recreação, já que é nesta zona que se localiza o Miradouro sobre o Estuário do Tejo;
- recuperação e reabilitação de espaços públicos do Bairro Amarelo



Segundo o EEAP a visão estratégica para a zona do Bairro Amarelo é lutar contra o atual fechamento desta zona face à área envolvente e à cidade de Almada, estimular a sua “multifuncionalidade, diversificando os usos a incorporar e estimulando a localização de espaços comerciais, de serviços e equipamentos, em que o turismo e lazer poderão ter uma papel decisivo.” (EEAP, 2009: 37)

### **3.4. Situação Atual do PUAP**

O PUAP encontra-se neste momento na fase de Estudo Prévio que, segundo os Termos de Referência, comporta:

1. Apresentação de uma estratégia de comunicação e participação pública e de articulação institucional para todo o processo de elaboração do PUAP em articulação com a CMA e IHRU;
2. Desenvolvimento de cenários alternativos, à escala 1/5.000 da ocupação da área de intervenção;
3. Audição das entidades representativas dos interesses a ponderar em sessão de apresentação do Estudo Prévio e emissão de pareceres;
4. Realização de um Fórum de participação pública para divulgação da proposta (ou dos cenários) e recolha de contributos dos interessados.
5. Selecção do cenário de ocupação;
6. Aceitação do estudo prévio com eventuais alterações propostas (ou escolha entre cenários a apresentar).

Destas tarefas, encontram-se já realizadas a 1ª, a 2ª e a 5ª, estando a 3ª a decorrer.

Em termos práticos, existem já três documentos elaborados, embora ainda não divulgados ao público<sup>5</sup>:

- *Estratégia de Comunicação, Participação Pública e de Articulação Institucional* (primeiro ponto dos Termos de Referência)

---

<sup>5</sup> Tivemos a oportunidade de os consultar em reunião com a Arq.ª Sofia Leitão, da Divisão de Estudos e Planeamento da Câmara Municipal de Almada – entidade responsável pelo desenvolvimento do PUAP, em parceria com o IHRU.

- *Cenários Alternativos e Modelos Tridimensionais* (ponto 2 dos Termos de Referência);

- *Estudo Geotécnico* (de apoio ao anterior).

Importa referir, contudo, que estes são documentos ainda em processo de reformulação, isto é, “work in progress”. Será apenas aquando da finalização destes documentos que se passará ao ponto 3 – “Audição das entidades representativas dos interesses a ponderar em sessão de apresentação do Estudo Prévio e emissão de pareceres”; ponto 4 – “Realização de um Fórum de participação pública para divulgação da proposta (ou dos cenários) e recolha de contributos dos interessados.” e 6º - “Aceitação do estudo prévio com eventuais alterações propostas (ou escolha entre cenários a apresentar).”

De referir que da parte da CMA já houve a escolha do Cenário de Ocupação. Havia dois cenários em análise: Cenário A – Alta Densidade e Cenário B – Baixa Densidade.

O Cenário B foi o cenário escolhido pela equipa da Divisão de Estudos e Planeamento da CMA para o PUAP.

Esta escolha tem impactos a nível das várias áreas de intervenção do PUAP (Turismo; Equipamentos e Habitação), consistindo numa opção de urbanização mais de reestruturação do que de alteração: essencialmente opta-se pela reutilização e reestruturação de estruturas já existentes e pela construção de equipamentos, serviços e habitação que mantenham a malha urbana.

Assim, relativamente ao Turismo a prioridade é tirar partido das estruturas existentes: reutilização de moinhos, miradouros e quintas para fazer pequenas unidades de restauração e locais de estadia e observação. Há ainda a previsão de construção de um pequeno hotel integrado na paisagem, com vista sobre o Tejo e Lisboa.

Quanto aos Equipamentos, a proposta consiste na criação de uma “cintura verde” ao longo das auto-estradas, com espaços para a prática desportiva e espaços de recreio e lazer. Pretende-se aproveitar também as estruturas industriais devolutas e reutilizá-las para a criação/instalação de equipamentos. Finalmente, pretende-se requalificar a frente do rio com a criação de percursos e zonas de contemplação e estadia.

Relativamente à componente da Habitação o projecto assenta na criação de uma zona residencial com reduzida densidade populacional, constituída por um conjunto de moradias unifamiliares em lotes de diferentes dimensões que atraia residentes com maior solvência económica, reduzindo o estigma social da zona.

Importa referir ainda que a área do antigo PIA sofreu intervenções de grande dimensão fora do âmbito do PUAP. Trata-se da candidatura que foi feita pela CMA ao QREN (fundos comunitários). Estes permitiram a construção, entre 2012 e 2015 de alguns equipamentos: uma piscina coberta (no Bairro Amarelo), uma Biblioteca Municipal, o Parque Urbano de Fróis e ainda a reabilitação do Parque Urbano Filipa d'Água. Com estes fundos foi ainda possível concretizar a reabilitação dos espaços exteriores do Bairro Amarelo e do Bairro Filipa d'Água.

### **3.5. Caracterização sociodemográfica da população**

Neste subcapítulo iremos analisar, num primeiro momento, a situação da população da Freguesia de Caparica, tendo sempre como termo de comparação a população concelhia. Esta análise será feita com base no documento *Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011*, da autoria da CMA, Divisão de Estudos e Planeamento, Fevereiro 2014.

Sempre que haja dados para tal (desta fonte ou do EEAP, 2007), faremos a análise comparativa entre o PIA, a Freguesia e o Concelho.

Numa segunda fase trataremos então, especificamente, da caracterização sociodemográfica da população do PIA e do Bairro Amarelo.<sup>6</sup>

Assim, quanto à composição demográfica da população concelhia, podemos verificar que em Almada, entre 2001 e 2011, a percentagem de jovens aumentou de 14,1% em 2001 para 14,7% em 2011, mas a de idosos aumentou também e de forma mais expressiva de 16,8% para 20,5%. Este facto é importante, já que a nível nacional a percentagem de jovens recuou de 16% em 2001 para 15% em 2011, mas a de idosos

---

<sup>6</sup> De referir que alguns números poderão não coincidir entre os documentos oficiais. Em primeiro lugar porque os documentos que servem de base a esta caracterização serem de datas diferentes (o EEAP é de 2007 e os Censos de 2011), mas também devido à dificuldade já referida de obtenção de dados estatísticos fidedignos junto da população do PIA.

aumentou de 16% para 19%. Verificamos assim que Almada continua a ser um concelho marcadamente mais jovem que a média nacional, o que se justifica pela sua intensa vida económica e pela proximidade à capital, o que atrai população em idade ativa, que é também a população em idade de procriar. Consequência direta da estrutura demográfica do concelho, o índice de envelhecimento subiu de 118,8 em 2001, para 140,7 em 2011.

No mercado de trabalho, as atividades dos serviços, concentram 84% da população empregada, a indústria 15,3% (já inferior à média nacional – 18% - o que demonstra que o Concelho está a perder a sua característica de concelho industrial e a terceirizar-se cada vez mais) e a agricultura 0,7%.

A população nascida no estrangeiro residente em Almada é de 10583 cidadãos, para uma população concelhia total de 174030, o que perfaz um total de 6% de imigrantes ou descendentes de imigrantes no Concelho.

Na Freguesia de Caparica a população aumentou de 19327 para 20454<sup>7</sup>, entre 2001 e 2011, tendo uma taxa de variação positiva de 5,8%. Já a taxa de variação das famílias aumentou bastante mais, sendo de 18,8%. Quanto aos alojamentos a variação é de 9,5%. Portanto, de uma forma geral verificamos que a freguesia de Caparica é uma freguesia em crescimento.

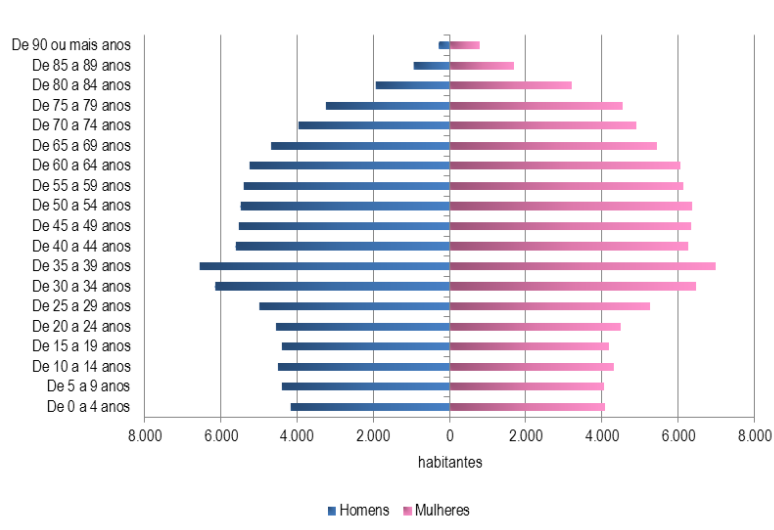
É interessante verificar que a nível concelhio as taxas de variação por grupo etário mostram taxas positivas para os grupos dos 0-4 anos, 5-9 e 10-13 anos, o que resulta provavelmente dos níveis de imigração que ainda são elevados no Concelho (imigrantes jovens, em idade de procriação, o que aumenta a fertilidade concelhia). Esta situação contrasta com a realidade nacional, onde houve uma perda de população em todos os grupos quinquenais entre os 0 e os 29 anos. Já nos grupos dos 14-19 e 20-24 observa-se um decréscimo, muito acentuado nesta última categoria (-27%). Verifica-se, ainda, um crescimento nas categorias dos 25-64 e 65 ou + anos.

A pirâmide etária do Concelho mostra duas faixas etárias que se destacam das restantes, abrangendo a população dos 30 aos 40 anos. Trata-se, assim, de população

---

<sup>7</sup> Como já havíamos referido, há uma grande variação nos números estatísticos apresentados para este território. De facto, segundo os Censos de 2011 a Freguesia da Caparica como um todo tem um total de população de 20454 habitantes, enquanto segundo o EEAP (dados de 2007) só a zona de Almada Poente apresenta um total de 30.200.

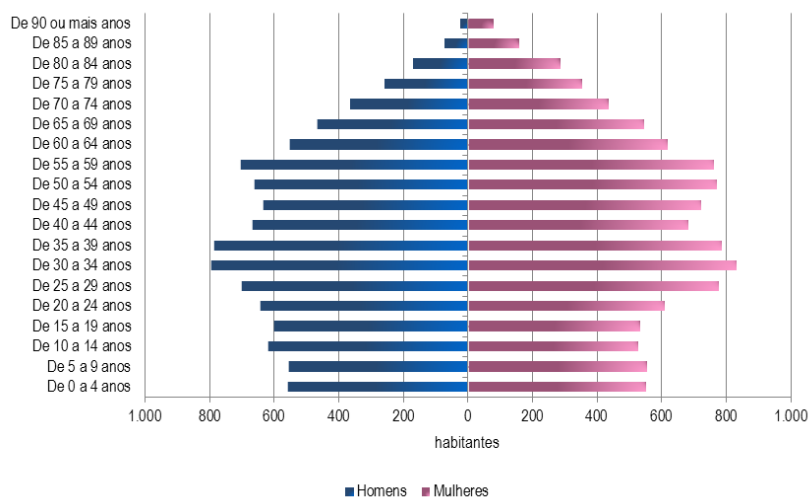
nascida entre 1980 e 1990, altura da chegada de imigrantes nos anos 70, nomeadamente dos PALOP, populações com taxas de fertilidade superiores às portuguesas.



*Figura 5: Pirâmide Etária do Concelho de Almada, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Observando a pirâmide etária da freguesia de Caparica detetamos diferenças face à média concelhia: é uma população claramente menos envelhecida, que ainda apresenta sinais de uma pirâmide em triângulo e não tanto em urna, típica das sociedades desenvolvidas atuais. É uma população que registou uma diminuição dos níveis de natalidade mais tarde comparativamente à média concelhia, não sendo esse processo ainda tão acentuado. Tem dois períodos em que teve um incremento populacional: nos anos 60 (fortes migrações que caracterizam o concelho e esta freguesia em particular, onde se alojaram muitas famílias vindas do Alentejo essencialmente na zona do atual PIA) e novamente nos anos 80, neste caso maioritariamente famílias dos países dos PALOP.



*Figura 6: Pirâmide Etária da Freguesia da Caparica, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Como se pode constatar nas duas Figuras abaixo, comparativamente à média concelhia a freguesia de Caparica tem uma população jovem e um índice de Envelhecimento relativamente baixo. A Caparica é a segunda freguesia mais jovem do Concelho de Almada

#### **Freguesias mais jovens (0 – 14 anos)**

- Charneca da Caparica (18,2%)
- Caparica (16,5%)
- Feijó (16,1%)
- Sobreda (16,0%)
- Trafaria (15,7%)

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

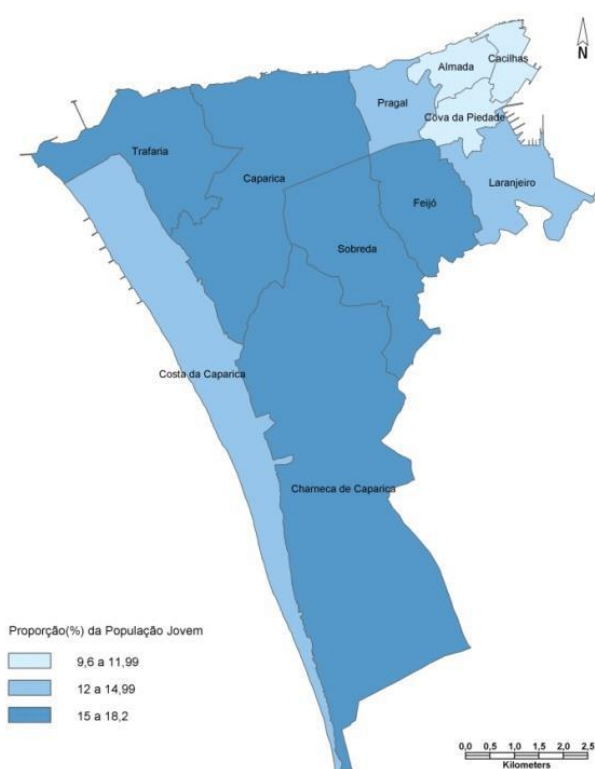
Dentro da Freguesia de Caparica o PIA destaca-se ainda pela maior proporção de população jovem, tendo quase 30% de jovens até aos 19 anos, quase mais 10% que o Concelho de Almada, em 2001, conforme o quadro abaixo e figuras abaixo.

*Tabela 2: População Residente por Escalão Etário*

**Quadro 3 - População residente por escalão etário**

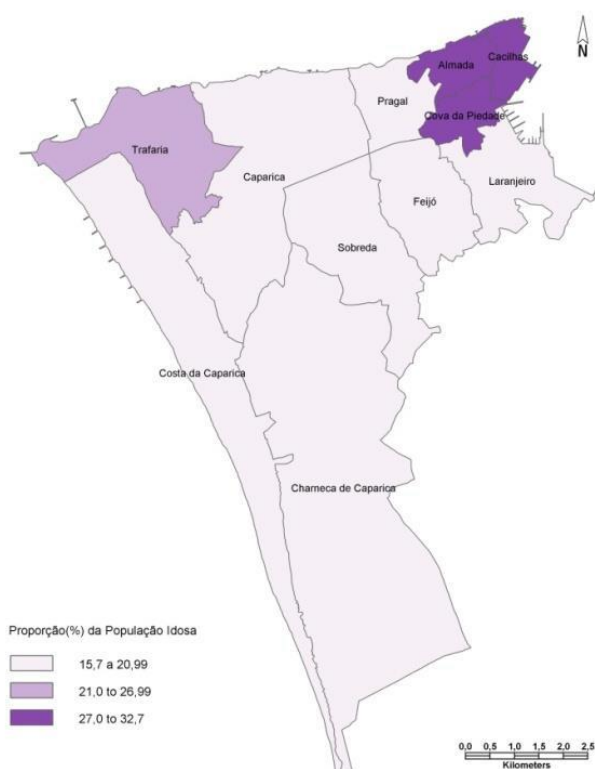
Escalão Etário	PIA	Concelho Almada
0 - 19	28,2	19,9
20 - 64	62,9	63,4
65 +	8,9	16,7
Total	100,0	100,0

Fonte: Estudo Estratégico de Almada Poente, 2007, CMA.



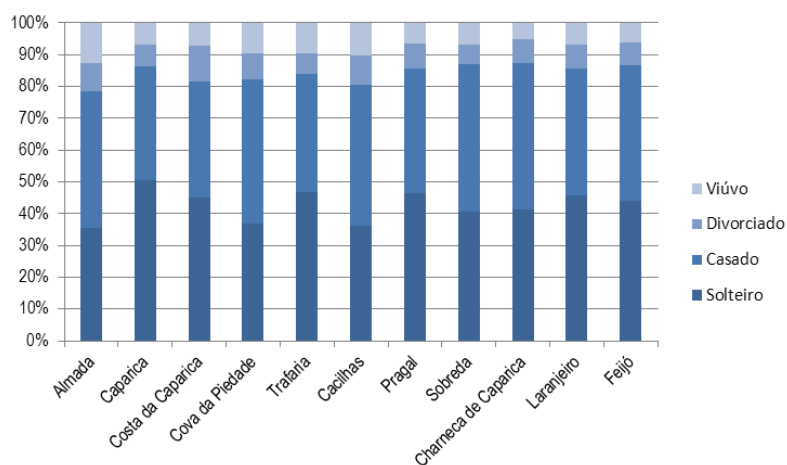
*Figura 7: Proporção de População Jovem (0-14 anos) – 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011



*Figura 8: Proporção de População Idosa (65 ou mais anos) – 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

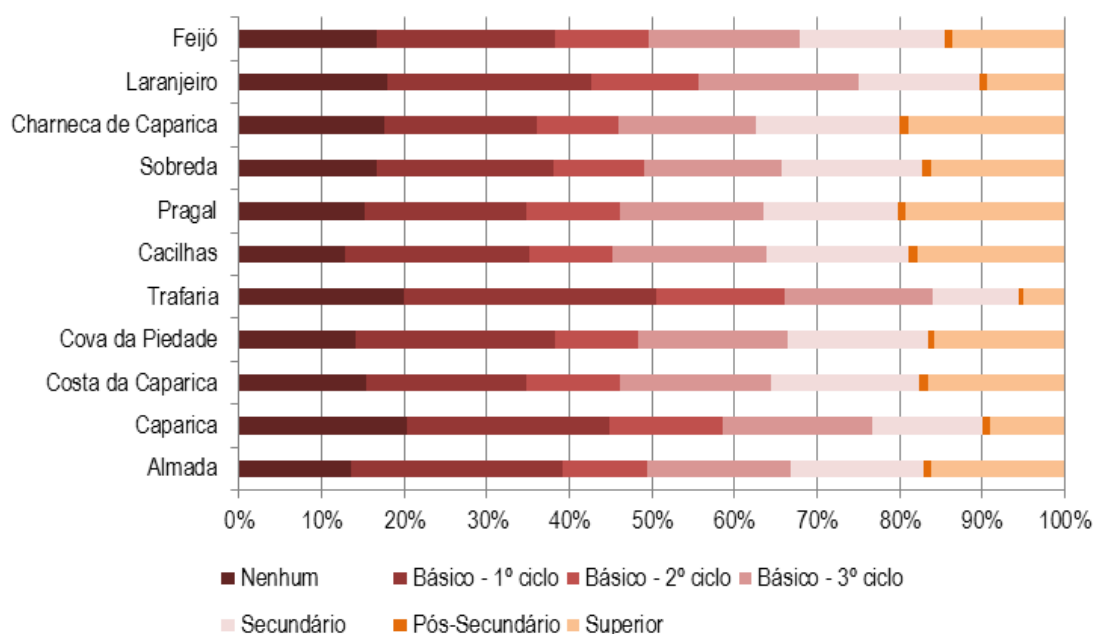


*Figura 9: Percentagem de População Residente segundo o Estado Civil, Concelho e Freguesias, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011



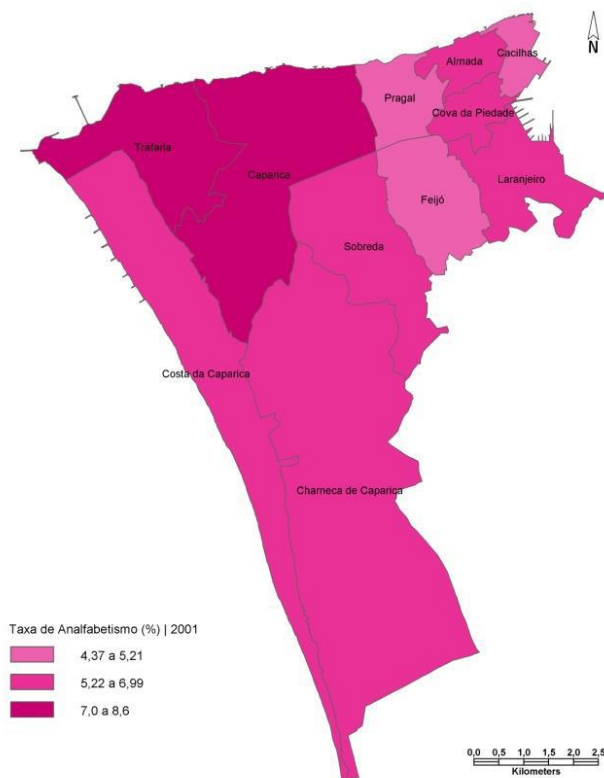
Como verificamos pela figura acima, o que vai ao encontro dos dados apresentados acima, temos na Freguesia de Caparica a maior proporção de solteiros, devido à sua elevada percentagem de jovens, face à média concelhia.



*Figura 10: População Residente segundo o Nível de Instrução mais elevado Completo por Freguesias, 2011*

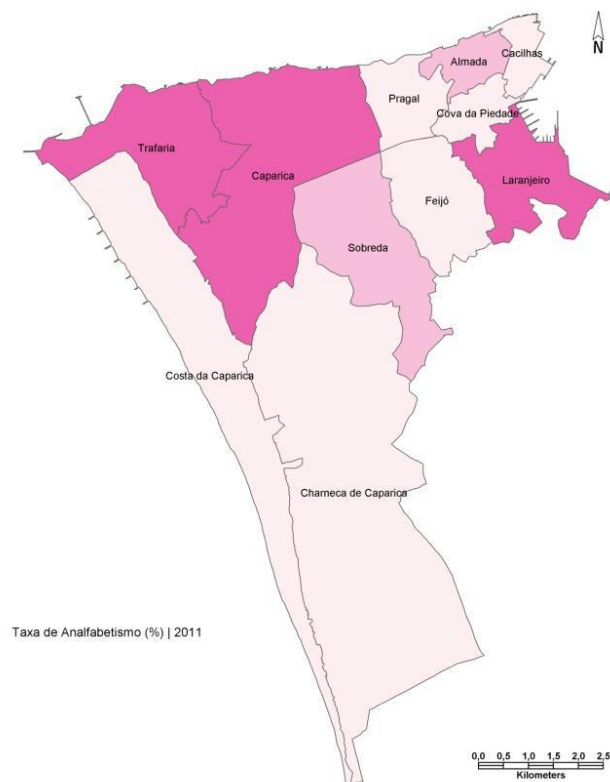
Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Na figura apresentada acima podemos confirmar a baixa taxa de escolaridade da população da Caparica e os baixos níveis de ensino comparativamente às demais freguesias do Concelho de Almada. De facto, juntamente com a Trafaria e o Laranjeiro, a Caparica é das freguesias com maior proporção de população analfabeta ou com níveis baixos de escolaridade, o que se prende com as características socioeconómicas da sua população, como veremos adiante. As figuras abaixo corroboram esta conclusão, apesar de podermos verificar melhorias a este nível, nomeadamente na evolução positiva dos índices de analfabetismo.



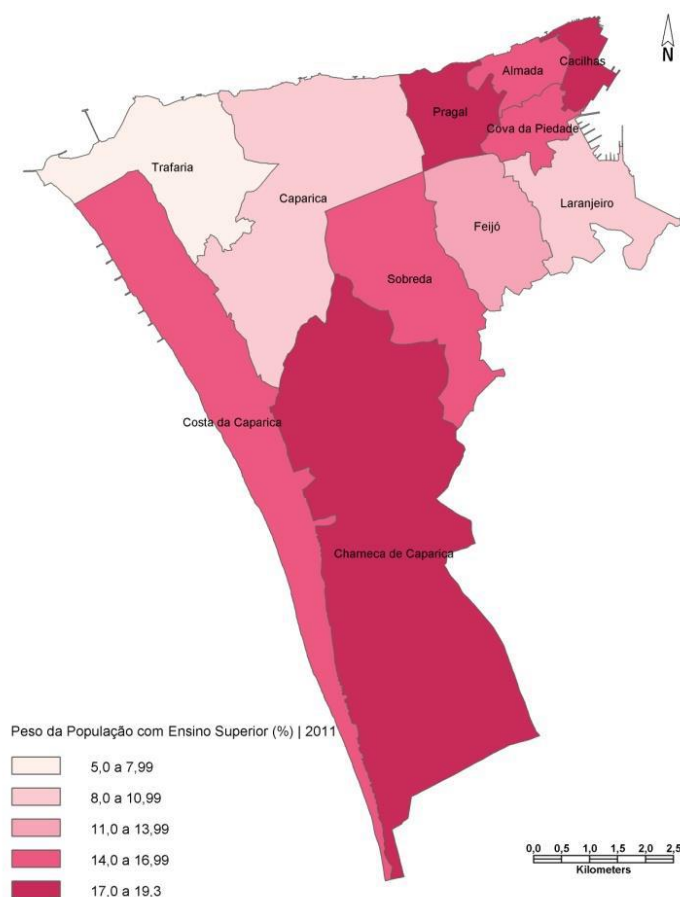
*Figura 11: Taxa de Analfabetismo por Freguesias, 2001*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011



*Figura 12: Taxa de Analfabetismo por Freguesias, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011



*Figura 13: Peso da População com Ensino Superior por Freguesias, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

### **Freguesias com valores abaixo da média concelhia (14,5%)**

Trafaria (5,0%)

Caparica (9,1%)

Laranjeiro (9,4%)

Feijó (13,6%)

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Fazendo a comparação do PIA com o Concelho de Almada verificamos que a população aqui estudada apresenta, de facto níveis de escolaridade bastante abaixo da média concelhia. No quadro abaixo podemos constatar que os níveis de analfabetismo são muito superiores no PIA e que, dentro dos alfabetizados, mais de 50% tem até ao 2º ciclo de ensino, havendo uma baixa proporção de elementos com o ensino secundário

e ainda menor de indivíduos com curso superior. Podemos também verificar, contudo, que há uma maior frequência destes níveis superiores de ensino (secundário e superior), o que faz prever que daqui a alguns anos haja uma maior proximidade entre os níveis de ensino desta população e a média concelhia.

**Quadro 4 - Indivíduos residentes, por nível de instrução completo e a frequentar**

	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ensino Secundário		Curso Médio	Curso Superior		Não sabe ler nem escrever
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	1	2	
<b>PIA</b>	37,1	30,5	19,7	16,6	25,3	18,7	13,8	21,2	0,2	3,8	13,0	16,5*
<b>Almada</b>	39,8	23,2	9,5	12,9	11,4	15,5	20,3	21,7	2,1	16,7	26,4	2,2**

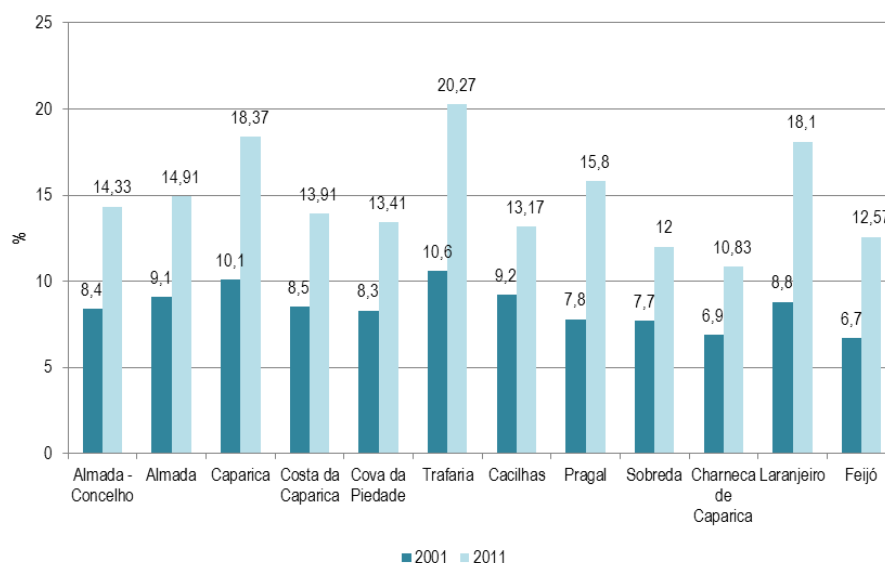
**1=Completo**

**2=A frequentar**

*Figura 14: Indivíduos Residentes, por Nível de Instrução completo e a frequentar – PIA e Almada*

Fonte: Estudo Estratégico de Almada Poente, 2007, CMA.

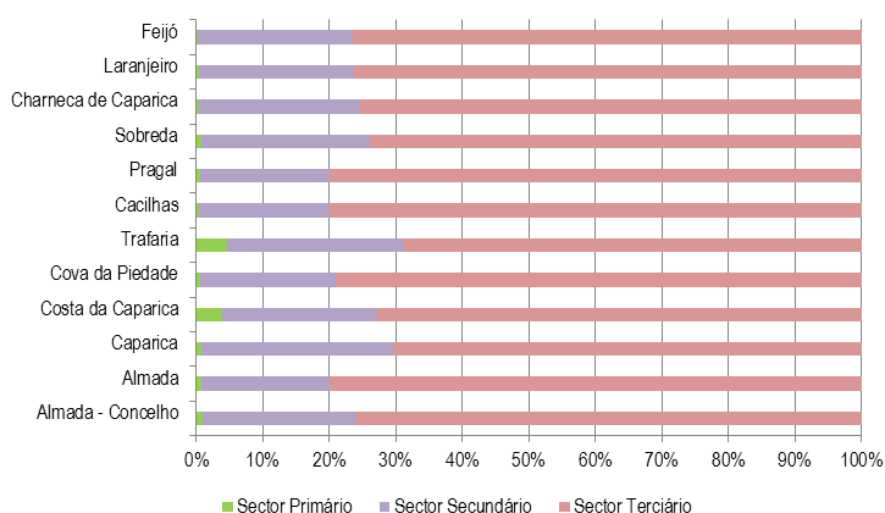
Quanto a outro fenómeno socioeconómico, o desemprego, vemos que todas as freguesias de Almada seguem a tendência nacional de aumento deste fenómeno, mas dentre estas a Caparica destaca-se, mais uma vez, entre as mais afetadas, tendo apenas a Trafaria uma situação pior.



*Figura 15: Taxa de Desemprego por Freguesias, 2001 e 2011*

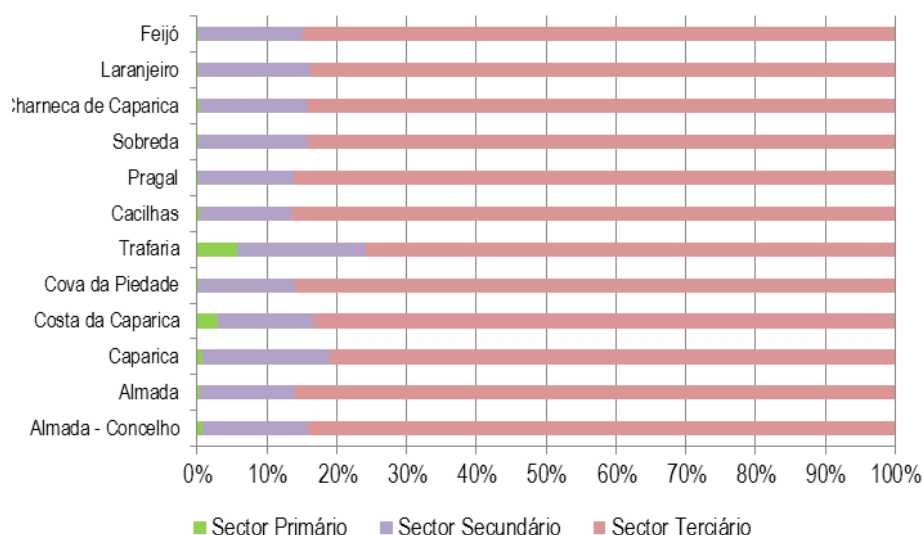
Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Quando olhamos para o emprego por sectores de atividade verificamos o peso histórico da tradição industrial que ainda se faz sentir na Caparica – “terra de operários” – apesar da tendência cada vez maior (acompanhando a tendência regional e nacional) de terceirização do emprego. A componente agrícola ainda está presente, embora em cada vez menor número, sendo que a Caparica era primariamente uma zona de quintas agrícolas, mantendo alguns dos seus habitantes essa ocupação, já tão rara no contexto concelhio.



*Figura 16: Indivíduos Residentes Empregados, 2001*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011



*Figura 17: Indivíduos Residentes Empregados, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Analisando agora a questão da população estrangeira residente na Freguesia, verificamos que essa taxa tem vindo a decrescer, comparativamente a outras freguesias do concelho. Apesar de, em 2011, a Caparica ser a 3ª freguesia com maior proporção de estrangeiros, verifica-se que outras freguesias estão a registar taxas de crescimento do nº de estrangeiros muito significativas, pelo que a tendência é para que a Caparica deixe de ser vista como freguesia de imigrantes. Esta situação explica-se pelo facto de a grande imigração que houve na freguesia ter sido nos anos 80 e 90, oriunda dos PALOP, enquanto as mais recentes vagas de imigrantes (Brasileiros e Europeus de Leste) terem tido como destino outras áreas do Concelho, nomeadamente a Costa de Caparica, Charneca de Caparica e Almada.

Tabela 23 – População Residente em Almada com Nacionalidade Estrangeira | Freguesias – 2001 e 2011

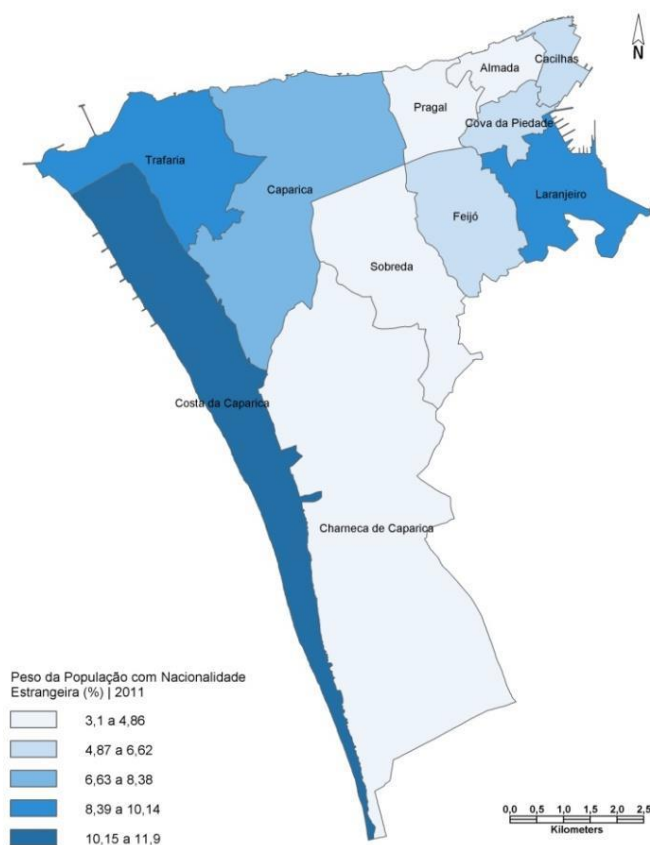
	Total		Homens	Mulheres	% em relação ao total população residente		Taxa de variação
	2001	2011	2011	2011	2001	2011	2001-2011
Almada (Concelho)	6798	10583	4867	5716	4,2	6,1	55,7
Almada	362	774	369	405	1,9	4,7	113,8
Caparica	1374	1593	705	888	7,1	7,8	15,9
Costa da Caparica	1419	1596	750	846	12,1	11,9	12,5
Cova da Piedade	452	994	426	568	2,1	5,0	119,9
Trafaria	351	497	244	253	5,9	8,7	41,6
Cacilhas	162	343	157	186	2,3	5,7	111,7
Pragal	198	246	110	136	2,6	3,4	24,2
Sobreda	250	463	218	245	2,3	3,1	85,2
Charneca de Caparica	554	1219	572	647	2,7	4,1	120,0
Laranjeiro	1060	1788	834	954	5,0	8,5	68,7
Feijó	616	1070	482	588	3,8	5,7	73,7

Fonte: Censos 2001 e Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

Figura 18: População Residente em Almada com Nacionalidade Estrangeira por Freguesias, 2001 e 2011

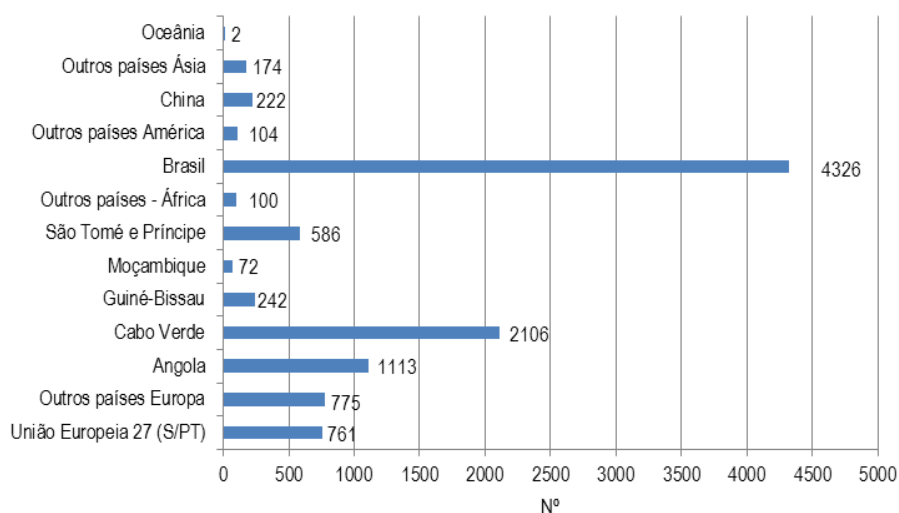
Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011





*Figura 19: Peso da População Residente com Nacionalidade Estrangeira por Freguesia, 2011*

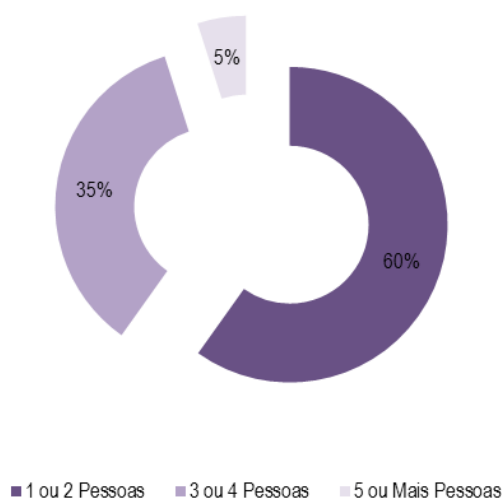
Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011



*Figura 20: População Residente com Nacionalidade Estrangeira segundo País de Origem, Concelho 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

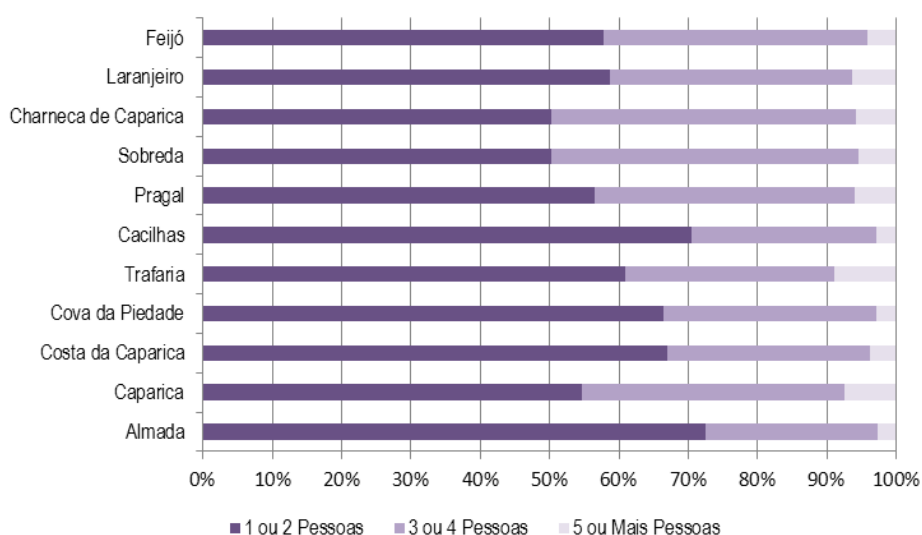
Quando passamos à análise das famílias no concelho de Almada, verificamos que segue a tendência nacional, isto é, de famílias cada vez menores.



*Figura 21: Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão, Concelho 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

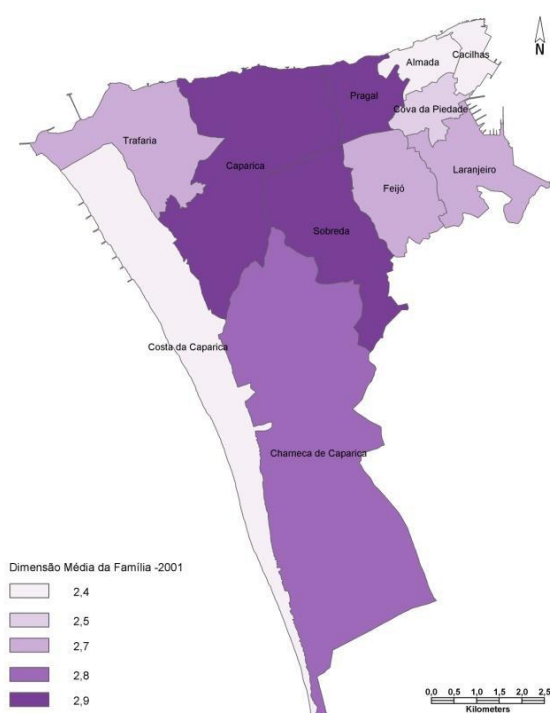
Com efeito, em 2011 a nível concelhio atingiu-se já os 60% de famílias com uma ou duas pessoas apenas, o que reflete, em grande parte, o índice de envelhecimento da população, mas também o casamento tardio, as famílias monoparentais e as baixas taxas de fertilidade (e a opção dos casais por terem filhos – filho essencialmente – mais tarde).



*Figura 22: Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão, por Freguesias, 2011*

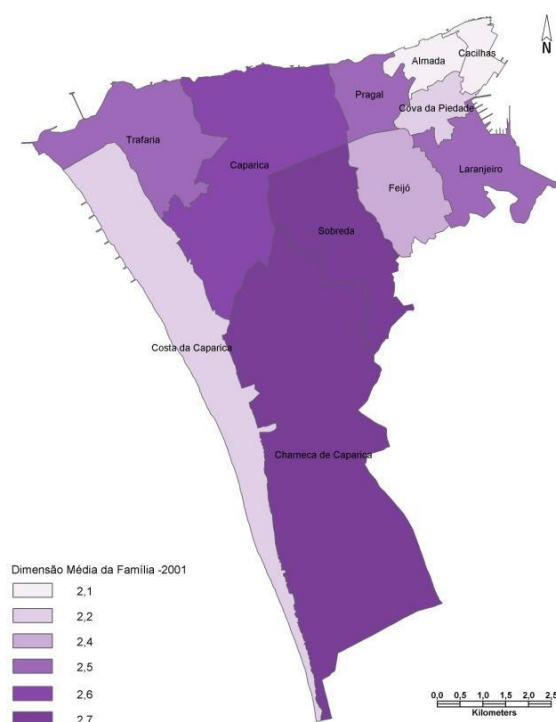
Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Analisando por freguesias verificamos que a Caparica não foge muito à média concelhia, apesar de ter um número ligeiramente menor de famílias com uma ou duas pessoas e maior proporção de famílias com 3 ou 4 pessoas e de 5 ou mais pessoas. Comparativamente, no PIA apenas 39,3% das famílias é composta por uma ou duas pessoas (face aos 54% da Caparica) e 60,7% por 3 ou mais pessoas (na Caparica esta percentagem não ultrapassa os 45%) – dados de 2007 (Estudo Estratégico de Almada Poente da CMA). Assim, podemos concluir que o PIA caracteriza-se por famílias numerosas.



*Figura 23: Dimensão média das Famílias por Freguesia, 2001*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011



*Figura 24: Dimensão média das Famílias por Freguesia, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Como podemos verificar a Caparica era, até 2001, das freguesias (juntamente com Pragal e Sobreda), com famílias maiores, mas em 2011 aproximou-se das médias regional e nacional estando, neste momento, praticamente na média concelhia quanto à dimensão das famílias<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Sabendo-se que a população do PIA, especificamente, tem um número maior de famílias numerosas e sobrelotação das habitações – dados do EEAP, 2007.

**Tabela 26 – Famílias Clássicas Segundo o Desemprego | Freguesias - 2011**

	Sem Desempregados		Com 1 desempregado		Com 2 desempregados	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almada (Concelho)	61601	85,7	8919	12,4	1381	1,9
Almada	7001	88,3	814	10,3	112	1,4
Caparica	6381	80,6	1263	16,0	272	3,4
Costa da Caparica	5297	86,3	754	12,3	84	1,4
Cova da Piedade	7858	88,0	953	10,7	114	1,3
Trafaria	1909	82,3	351	15,1	59	2,5
Cacilhas	2520	89,4	266	9,4	32	1,1
Pragal	2390	84,2	367	12,9	83	2,9
Sobreda	4828	85,8	706	12,5	96	1,7
Charneca de Caparica	9699	87,1	1268	11,4	164	1,5
Laranjeiro	7041	82,6	1241	14,6	241	2,8
Feijó	6677	86,3	936	12,1	124	1,6

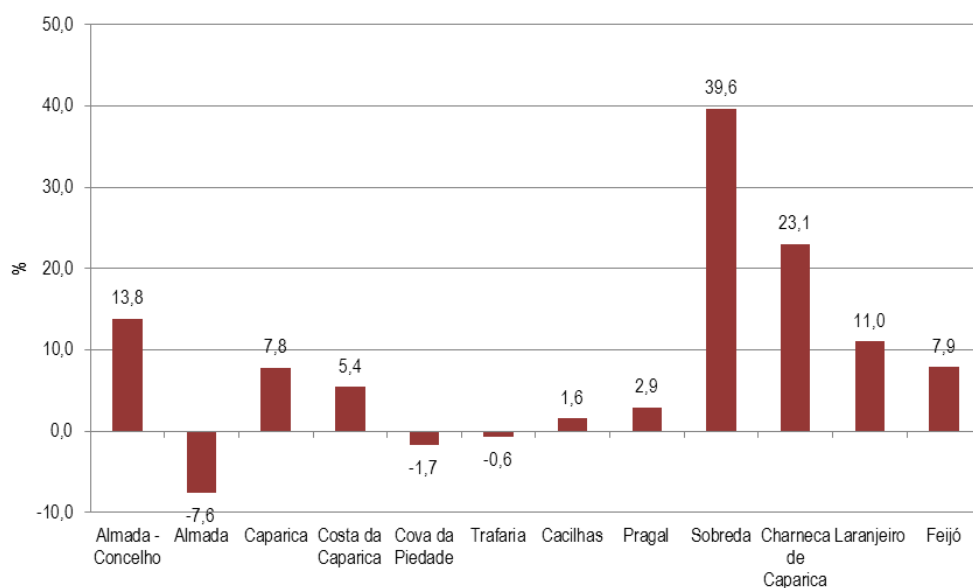
Fonte: Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

*Figura 25: Famílias Clássicas segundo o Desemprego, por Freguesias, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Quando olhamos para a situação da fragilidade económica das famílias, no entanto, verificamos a manutenção da vulnerabilidade das famílias da Caparica. Como podemos verificar, a freguesia continua a manter as percentagens mais elevadas de famílias com um e mais do que um desempregado.

Quanto ao crescimento da urbanização no Concelho, verifica-se que, todo o Concelho continua a crescer.

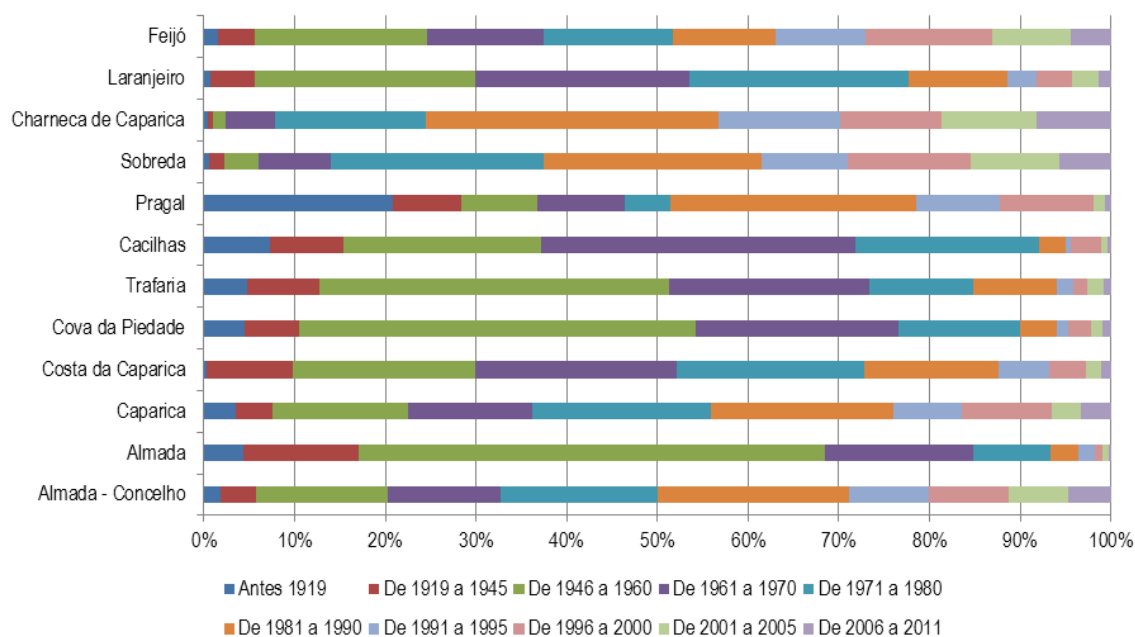


*Figura 26: Taxa de Variação do número de Edifícios Clássico, 2001-2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Destacam-se especialmente as freguesias que eram menos habitadas e que estão agora a ser intensamente urbanizadas, as freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda especialmente. Almada cidade, até pela impossibilidade física de crescer mais, tem um decréscimo acentuado no número de edifícios e esse decréscimo começa também a afetar as áreas do concelho que foram mais cedo urbanizadas, nomeadamente a Cova da Piedade e a Trafaria.

Outro dado interessante de analisar é a época de construção dos edifícios por Freguesia. Com efeito, como podemos constatar com a figura abaixo, a freguesia de Caparica tem uma parte importante dos edifícios construídos na década de 60 e 80, o que corresponde aos planos de urbanização do Fundo de Fomento de Habitação, nomeadamente o Plano Integrado de Almada, que abordamos neste trabalho.

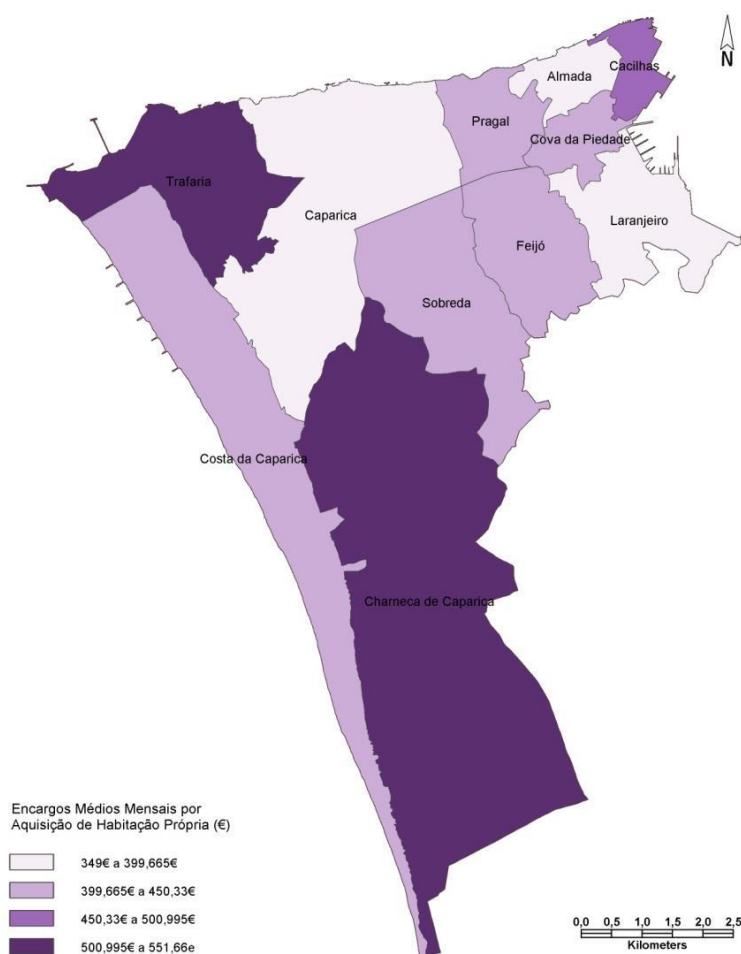


*Figura 27: Edifícios segundo a época de construção, por Freguesia, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Com efeito, esta é uma freguesia marcada, por um lado, na sua zona histórica, por uma ocupação antiga (antes de 1919 inclusive) de camponeses que aí se instalaram, mas também por um elevado peso da habitação social que foi sendo construída para fazer face aos grandes contingentes de migrantes e posteriormente imigrantes que chegaram ao concelho e aí se estabeleceram para trabalhar nas indústrias construídas nos anos 50/60.

Esse facto, de ser uma população tendencialmente de classe baixa, confirma-se quando analisamos, na figura que se segue, os encargos médios das famílias com a habitação. A Freguesia da Caparica destaca-se, com efeito, pelos baixos valores pagos pelas famílias com a habitação, face à média concelhia, devido à elevada proporção de habitação social e cooperativa.



*Figura 28: Encargos médios mensais por aquisição de Habitação Própria, por Freguesia, 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

A tabela abaixo confirma-nos essa hipótese: a Caparica é, com efeito, apesar dos aumentos transversais das rendas, a Freguesia com mais baixas rendas do concelho de Almada. Este facto justifica-se com o elevado peso de habitação social na freguesia, o que atesta da baixa condição social dos seus habitantes.



**Tabela 39 - Valor Médio Mensal das Rendas dos Alojamentos Familiares Clássicos Arrendados (€) | Freguesias – 2001 e 2011**

	2001 (€)	2011 (€)
<b>Almada (Concelho)</b>	94	233,24
Almada	85	210,98
Caparica	60	129,82
Costa da Caparica	226	323,36
Cova da Piedade	95	275,75
Trafaria	73	143,65
Cacilhas	95	222,83
Pragal	61	166,47
Sobreda	94	240,14
Charneca de Caparica	179	354,40
Laranjeiro	87	260,18
Feijó	86	269,29

Fonte: Censos 2001 e 2011, Instituto Nacional de Estatística

*Figura 29: Valor Médio Mensal das Rendas dos Alojamentos Arrendados, por Freguesia – 2001 e 2011*

Fonte: CMA, Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011

Atualmente a população do PIA representa mais de 18% da população da Freguesia de Caparica (com 23.000 residentes<sup>9</sup>), sendo que este número poderá, na realidade ser superior (já que na contagem dos Censos há uma margem de não resposta que se calcula elevada entre a população).

Da mesma forma, os dados oficiais que se apresentam a seguir suscitam muitas interrogações. Consideramos, contudo, que vale a pena deles dar conta já que se são dados oficiais, resultantes do EEAP.

Assim, segundo os números oficiais, 58,3% dos habitantes do Bairro Amarelo estavam, em 2007, em idade ativa, dos quais 76% empregados ou a exercer algum tipo de atividade (68% no sector terciário, 0,5% no primário e 32% no terciário, grande parte dos quais em sectores semiespecializados de mecânica automóvel, carpintaria, serralharia e indústria têxtil). Contudo, convém ressaltar que muitas das atividades desempenhadas por estes trabalhadores se dá na economia informal e trabalhos provisórios. Com efeito, o número de desempregados tende a ser superior ao de

<sup>9</sup> Número fornecido no Estudo Estratégico de Almada Poente, da CMA, 2007.

empregados. Estes desempregados formais desempenham, no entanto, muitas vezes, trabalhos de venda ambulante ou trabalhos provisórios informais. Em termos dos trabalhadores formais temos uma predominância de operários e trabalhadores da construção civil entre os homens e trabalhos no sector das limpezas e também no sector secundário entre as mulheres.

A população do concelho de Almada, estando inserida numa das regiões mais desenvolvidas do país – região de Lisboa e Vale do Tejo – e caracteriza-se por ser uma das populações no país com melhor qualidade e nível de vida. Vamos, contudo, verificar que a população específica que habita o PIA encontra-se longe desta realidade. Segundo o EEAP este é um território marcado pela sua guetização, por uma população carente economicamente e por uma série de “problemas sociais” resultantes, em parte, das características da população (carências estruturais a nível económico, níveis de desemprego e desocupação acentuados, choques entre grupos étnicos, entre outros) e, por outra, de processos de (re)alojamento mal planeados e pela repetida concentração de população socialmente fragilizada e culturalmente conflituante.

Em termos de caracterização da população, observamos uma variação ao longo do tempo do PIA. Se no início e até meados dos anos 80 o território foi ocupado por uma população maioritariamente homogénea (branca, do local ou de outras áreas do município e da AML, do Alentejo e retornados das ex-colónias), a partir desta altura começa a existir uma forte miscigenação social e racial, com o realojamento de populações imigrantes dos PALOP (essencialmente caboverdianos e angolanos) e de população de etnia cigana.

É a partir desta altura que começam a ocorrer indícios de choques culturais entre populações cultural e socialmente diversificadas. O PIA vai entrar, assim, na categoria de “bairro crítico”, “zona problemática”, “subúrbio problemático”, “gueto”, consoante as modas linguísticas e a terminologia adotada tanto por instâncias governamentais como pelos meios de comunicação social.

Mas o que faz desta zona, entre outras em situação semelhante, um objeto de preocupação social e de intervenção estatal?

Em primeiro lugar interessa perceber como a zona é olhada do exterior. No caso do PIA é vista como uma zona de concentração de problemas sociais, associado

nomeadamente a criminalidade e violência, delinquência juvenil, consumo e tráfico de estupefacientes. Por outro lado, a sua estrutura árida – zona de habitação em altura, sem espaços verdes, com carência de infraestruturas, equipamentos coletivos recreativos, culturais, de lazer e consumo – e a concentração espacial de uma população com condições socioeconómicas semelhantes, acentuam a sua desqualificação e estigmatização.

É uma população que se caracteriza por uma homogeneidade na sua baixa condição social objetiva (baixos níveis de escolaridade, de remuneração e baixos recursos económicos) e pela heterogeneidade cultural: étnica e de modos de vida.

As variadas instituições sociais que trabalham na zona do PIA apontam problemas a vários níveis:

- a nível da habitação: a carência de habitação e, simultaneamente, uma elevada e desproporcionada proporção de habitação social e, ainda, as más condições e a sobreocupação e sobrelotação de muitas habitações. Há ainda instituições que realçam a desadaptação do tipo de estrutura arquitetónica aos modos de vida da população e ainda a existência de situações pontuais em que os alojamentos eram utilizados para atividades secundárias como tráfico de droga e prostituição (CMA, 2007: 16).

- “problemas sociais”, tais como a pobreza (em alguns casos extrema), a criminalidade e insegurança pública, a delinquência e desocupação juvenil e o consumo e tráfico de drogas, baixa qualificação profissional, o desemprego e desocupação, tal como empregos precários, subemprego e mesmo emprego ilegal e os baixos rendimentos das famílias (o que leva a que muitos pais sejam obrigados a trabalhar longe de casa ou em mais do que um emprego, o que traz consequências a nível do acompanhamento dos filhos); agregados familiares numerosos e a “disfuncionalidade”/desestruturação das famílias (famílias monoparentais, com um ou mais elementos desempregados, problemas de alcoolismo e/ou toxicodependência); falta de acompanhamento das crianças pelos pais, nomeadamente acompanhamento do percurso escolar (o que contribui para as elevadas taxas de abandono e insucesso escolar) coexistência de modos de vida diferentes (muito relacionados à existência de diferentes grupos étnicos) que dão origem a conflitos; insucesso e abandono escolar; maternidade precoce (mães adolescentes) e monoparentalidade feminina, segregação territorial (por bairro e etnia); falta de limpeza e de iluminação dos espaços públicos;

estigmatização social dos habitantes e do próprio espaço (que apresenta uma estrutura e uma degradação do parque habitacional que o tornam particularmente visível).

- a nível de saúde: a questão da toxicodependência, o alcoolismo, as doenças infectocontagiosas e, ainda, problemas de nutrição. Existência de população idosa e indivíduos portadores de deficiência.

Estes problemas são identificados em todas as zonas (bairros) do PIA, embora haja depois especificidades que os distinguem entre si. Em termos étnicos, por exemplo, a zona inferior do PIA – Bairro Branco e Bairro Rosa – é mais habitada por portugueses de origem e população de origem angolana, enquanto a zona superior – Bairro Amarelo e do Raposo – por portugueses de origem, cabo-verdianos e por uma maior concentração de população de origem cigana. Esta maior variedade étnica traz, desde logo, um maior potencial de choques e conflitos culturais nesta zona do PIA. A zona do Bairro Amarelo caracteriza-se ainda, segundo a CMA, por uma maior intensidade de fenómenos de abandono e insucesso escolar, baixas taxas de escolaridade e maior proporção de analfabetismo, por desemprego, emprego ocasional e pelo desenvolvimento de atividades informais (lícitas ou ilícitas) pela sua população.

O Bairro Amarelo, por estas razões, ficou com uma conotação particularmente negativa, mesmo dentro do PIA: “também conhecido como o Bairro do Pica-Pau (sentido pejorativo) era um gueto, dentro do gueto” (CMA, 2007: 19). Era o bairro mais associado a problemas sociais muito visíveis como a violência e delinquência juvenil, níveis elevados de criminalidade, uso e tráfico de drogas. Esta realidade era bastante acentuada nos anos 80 e 90, mas começasse a esbater a partir dessa altura, em virtude da intervenção social de múltiplas instituições (Projectos de Luta Contra a Pobreza, Programa Ser Criança, Programa Escolhas, entre outros), de uma acirrada intervenção policial e encarceramento de muitos elementos, da requalificação urbana da zona e do desvio do foco de tráfico de drogas para a zona sul do PIA (Bairro Branco).

Com efeito, ainda hoje percebemos que a maioria das intervenções sociais estão focadas neste Bairro, apesar dos problemas sociais serem transversais, e em alguns casos até mais preocupantes noutros bairros, a toda a zona do PIA. Outro problema que tem sido detetado é que esta intervenção é muitas vezes “paliativa”, criando dependência nos habitantes, e não oferecendo soluções sustentáveis, pelos próprios habitantes, a longo prazo (e já sem a ajuda das instituições sociais).

Em termos de dados demográficos podemos, relativamente à população do PIA e especificamente do Bairro Amarelo, constatar que se trata de uma população bastante jovem, face à média nacional e concelhia. Com efeito, se mesmo o concelho de Almada apresenta uma população jovem relativamente à média do país – já que se insere num dos locais de acolhimento de migrantes internos e imigrantes que vêm à procura de melhores empregos e maior qualidade de vida e que se encontram, então, nas idades ativas – a população do bairro é ainda mais afetada por este fenómeno, já que alberga, como vimos anteriormente, as camadas de população que, em idade ativa (e, logo, em idade de procriar, o que faz com que se registem elevados números de crianças no bairro e até no concelho, comparativamente aos dados para o país) procuram emprego na grande cidade. Assim, esta é uma população bastante jovem, onde o fenómeno do envelhecimento populacional ainda não se encontra consolidado como no resto do concelho e país. Este facto influencia, logicamente, a maior percentagem de solteiros entre os habitantes do PIA.

Contrariamente ao que seria de esperar, que era uma maior percentagem de estudantes no Bairro Amarelo devido à sua estrutura etária ser mais jovem, verifica-se o contrário: o concelho de Almada apresenta maior percentagem de estudantes. Este facto explica-se pelas desvantagens a que estas crianças estão sujeitas à partida. Com efeito, as crianças que crescem nestes bairros sociais têm, à partida, maiores probabilidades de terem pais com baixos rendimentos e com baixos níveis de escolaridade, de viverem num alojamento insalubre, de não terem acesso a uma boa e completa alimentação e de sofrerem dificuldades económicas e familiares tais que as impeçam de ter o necessário apoio familiar para um bom desempenho escolar, tal como a necessidade do ingresso precoce no mundo do trabalho, retirando-os da escola mais cedo do que seria socialmente previsível. Este apresenta-se como um elemento inquietante, já que havendo poucos jovens a estudar, maior será a probabilidade da baixa condição social da população do bairro se manter ao longo das gerações.

A baixa condição social objetiva dos habitantes do Bairro Amarelo deixa-se antever, desde logo, no muito baixo nível de escolaridade da sua população. Com efeito, é de suma importância o facto de que mais de metade (55%) dos habitantes deste bairro apresentem ou nenhuma escolaridade ou apenas o 1º ciclo do ensino básico. Só uma

pequena percentagem terminou o secundário e uma percentagem quase insignificante tem um curso superior. Esta baixa escolaridade explica-se, desde logo, para os indivíduos mais velhos, pela sua proveniência dos meios rurais onde tinham que ingressar muito cedo no mercado de trabalho e pela sua (e das suas famílias) incapacidade financeira para sustentar um longo, ou mesmo algum, percurso escolar.

Nas camadas mais jovens assiste-se a um mais longo percurso escolar, muito em virtude do aumento da escolaridade obrigatória a nível nacional e pelas ajudas estatais às crianças mais desfavorecidas. Contudo, as crianças e jovens do bairro manifestam ainda um percurso escolar mais curto do que aquele registado a nível concelhio. Com efeito, apresentam elevadas taxas de insucesso e de abandono escolar. Como razões para este facto poder-se-á apontar o ingresso precoce no mercado de trabalho (apresentado anteriormente, muitas vezes, como uma necessidade mas, em muitos casos, como um desejo de independência), a falta de motivação e, essencialmente, a noção da inutilidade do prosseguimento dos estudos para a obtenção de melhores condições de vida.

Este facto condiciona, desde logo, as possibilidades desta população na obtenção de uma situação profissional e de rendimentos razoável. Este facto é ainda mais relevante considerando que esta população faz parte de um concelho que apresenta um nível de escolaridade mais elevado do que a média do país e da região de Lisboa e Vale do Tejo. Face a esta situação foi aberta na Trafaria, no ano letivo de 2005/2006, uma turma PIEF – Plano Integrado de Educação e Formação (tipo de ensino específico para jovens com problemáticas sociais já identificadas e de que falaremos com maior consistência no capítulo seguinte), onde foram encaminhados uma série de jovens do PIA. Posteriormente, no ano 2008/2009 começaram a ser criadas estas turmas na Escola Secundária do Monte de Caparica. E foi intensificada, ainda, a promoção de formação profissional na zona. Foi criado, ainda, um centro de RVCC (Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), com o propósito de validar e certificar competências formais ou informais individuais.

De facto, face às características do concelho a nível de emprego e situação socioprofissional, os habitantes do Bairro Amarelo apresentam-se numa posição muito marginalizada. Tanto no que diz respeito às taxas de atividade (50,6% para Almada e 41,7% para a zona do PIA) em que a zona do Plano Integrado de Almada manifesta uma

taxa de menos 10% relativamente ao concelho; como relativamente à taxa de desemprego (8,4% para Almada e 10,8% para o Bairro Amarelo), vemos que a situação da população ativa do bairro é preocupante. A taxa de desemprego do concelho já é relativamente elevada quando comparada com a média do país, o que reflete os efeitos da crise industrial que afetou o concelho nos anos 80 e deixou muitas pessoas sem trabalho. Por esse motivo – pelo termo de comparação (Almada) ser já um concelho afetado pelo desemprego – se apresenta ainda mais preocupante a taxa de desemprego do Bairro Amarelo. Como justificação para esta alta taxa de desemprego verificada no Bairro Amarelo poderíamos referir o facto de muitos dos seus habitantes terem sido, nos tempos em que a indústria pesada empregava muitos habitantes do concelho de Almada, trabalhadores industriais, o que, com o desmantelamento das principais unidades fabris, acarretou o desemprego para muitas destas pessoas. Por outro lado poder-se-á afirmar que o facto de muitos dos moradores deste bairro estarem sujeitos a empregos precários, sem vínculos contratuais e caracterizados pela forte instabilidade do emprego, leva a que estejam sempre sujeitos a serem dispensados pelos seus empregadores, ou seja, votados ao estatuto de desempregados.

Contudo, não é relevante apenas o facto de haver mais desemprego e inatividade, como também a própria situação face ao emprego daqueles que trabalham. Almada sofreu ao longo das últimas décadas uma alteração muito significativa na composição social da população residente, patente na distribuição dos ativos por sector de atividade. Embora já em 1981 o sector terciário fosse dominante (57%), a indústria ainda representava 41% dos postos de trabalho da população. O crescimento do sector terciário é muito relevante e ilustra o processo de desindustrialização que ocorreu nos últimos 20 anos. Com efeito, depois de muitos anos em que o concelho de Almada cumpre uma função industrial e de habitação na Área Metropolitana de Lisboa, caracterizando-se por albergar uma população dedicada ao trabalho industrial, com a crise industrial dos anos 80 e o declínio das grandes unidades industriais vai-se assistir a uma reconversão da estrutura sectorial de ocupação da mão-de-obra residente. Já o sector primário tem um valor residual, sem qualquer relevância quanto aos postos de trabalho dos residentes. Pelos dados apresentados verifica-se, então, que a população ativa do Bairro Amarelo está ainda numa fase anterior do processo de desindustrialização, já que apresenta um número de trabalhadores do sector secundário

ainda relativamente alto quanto à média do concelho. Isto significa, então, que o bairro alberga muitas daquelas pessoas que, pela sua baixa formação escolar e profissional, não tiveram a capacidade de se adaptar à mudança estrutural dos sectores de emprego que ocorreu no concelho, mantendo-se nas posições mais desprivilegiadas do mercado de trabalho.

Mas é sem dúvida pelos grupos de profissão que melhor se pode apreender a baixa condição social objetiva dos habitantes deste bairro. Com efeito, comparando com os dados do concelho, a população ativa da zona do PIA (já que não foram encontrados dados concretos relativamente ao Bairro Amarelo, mas admite-se que a diferença não será significativa) aparece nitidamente numa posição social inferior. Ao apresentar quase 40% dos trabalhadores inseridos no grupo dos trabalhadores não qualificados e 25% de operários, artífices e trabalhadores semelhantes, quando os dados do concelho para esses grupos profissionais são, respetivamente, 14% e 15,4% verifica-se que, de facto, a situação profissional e, consequentemente, a colocação na hierarquia de classes destas pessoas é bastante inferior à média do concelho e à média nacional. Este facto explica-se, essencialmente, pelas extremamente baixas qualificações escolares e profissionais desta população, o que faz com que sejam remetidos para os escalões profissionais mais baixos, mal pagos e desvalorizados do mercado de emprego.

Dos indicadores alvo de estudo no EEAP, resulta que 68% dos agregados familiares da zona do PIA auferem um rendimento mensal inferior a 450 Euros, que apenas 15% tem um rendimento mensal superior a 750 Euros e que quase 22% destes agregados tem um rendimento *per capita* mensal inferior a 110 Euros. Destes dados pode-se facilmente deduzir o baixo nível de rendimentos desta população. Este fenómeno pode ser explicado em função dos indicadores analisados anteriormente e que são as baixas qualificações escolares e profissionais e a ocupação, por parte destes agentes, dos grupos profissionais mais desvalorizados e secundários do mercado de emprego. Estas profissões correspondem, de facto, aos empregos com mais baixas remunerações. Ainda em relação ao indicador “rendimento” é de notar a existência de uma significativa percentagem da população (21,5%) a viver exclusivamente de pensões e reformas.



“O emprego no PIA tem uma grande componente de trabalho informal” (CMA, 2007: 31). A maioria deste desenvolve-se nos sectores da construção civil, venda ambulante e trabalhos domésticos. A nível do tipo de emprego, o comércio, ocupação doméstica e algum emprego na administração pública são os sectores mais comuns. Com efeito, o sector primário já é residual (ronda o 1%) e é constituído principalmente por pequenas hortas familiares, destinadas a completar os magros rendimentos pessoais.

O que foi detetado no Estudo Estratégico de Almada Poente, e que pudemos confirmar pelo trabalho de campo efetuado, é que o PIA é uma zona de forte recrutamento de mão-de-obra barata indireta, de empresas de limpezas, manutenção e construção civil, que aqui vêm recrutar trabalhadores em situação informal ou semiformal. Para além desse recrutamento, os próprios habitantes da zona desenvolvem muito trabalho informal, nomeadamente na área dos serviços de limpeza, manutenção de equipamentos, reparações mecânicas e construção civil (CMA, 2007: 32). Verificamos, assim, a predominância de empregos mal qualificados e que não exigem elevados níveis de escolaridade.

Segundo o Estudo da CMA podemos ainda distinguir a predominância de um ou outro tipo de emprego consoante a zona do PIA de que estamos a falar. Assim, a população que trabalha no terciário formal é essencialmente das áreas do PIA mais recentes (nomeadamente das cooperativas); a população empregue no sector secundário vem essencialmente dos bairros mais antigos do PIA (que foram construídos, de facto, para albergar a população que vinha trabalhar para as indústrias) e os trabalhadores do sector informal são provenientes essencialmente das zonas mais degradadas e problemáticas do PIA.

Relativamente aos números de desemprego, têm vindo a crescer desde os anos 90, atingindo nomeadamente as mulheres (número de utentes da UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Ativa, do Centro Comunitário do PIA I – da Santa Casa da Misericórdia de Almada registava o dobro de mulheres, face aos homens registados) e os jovens com dificuldades de obtenção do primeiro emprego (grande maioria com baixa escolaridade, ao nível do ensino básico incompleto).

Assim, pode-se afirmar sem muitas dúvidas que esta é uma população com carências ao nível da escolaridade, da formação profissional e com uma posição subalterna no mercado de emprego, ou seja, com uma baixa condição social objetiva.

Esta também fica comprovada com outros dados. É elucidativo, por exemplo, o facto de quase 10% desta população não ter simultaneamente fogão, frigorífico e esquentador, bens hoje em dia considerados essenciais nas sociedades ocidentais, principalmente tendo em conta que vivem numa das zonas mais desenvolvidas do país e com os melhores níveis de vida. De facto, é nestas aglomerações de pobreza urbana que se encontram situações de um acumular de desvantagens e dificuldades, provocadas pela escassez de recursos e pelo escasso apoio social. Verificam-se, deste modo, vidas marcadas pela degradação do espaço onde vivem, das suas habitações, pela inexistência ou insuficiência de infraestruturas básicas, situações estas que vão culminar na exclusão destes agentes dos padrões de vida médios da sociedade em que vivem, tal como refletem estes dados. Por último, neste ponto, importa sublinhar a ocorrência de apenas 32% dos agregados possuírem veículo próprio e de praticamente três quartos dos residentes do bairro adotarem como meio de transporte o autocarro – que é o mais barato – dados que provam, de novo, o baixo nível de rendimentos desta população e a sua exclusão dos padrões de vida médios da sociedade portuguesa.

Outro fator que importa referir relativamente aos dados apresentados é a maior diversificação étnica que existe na zona do Plano Integrado de Almada, quando comparada com a população concelhia. Com efeito, apesar de a população ser na sua maioria de origem caucasiana, uma das principais características desta população é a sua variedade étnica. Este facto explica-se, logicamente, pelo elevado número de imigrantes que se estabeleceu neste bairro, como em outros bairros sociais da Área Metropolitana de Lisboa, na sua procura de trabalho na grande cidade e pela sua impossibilidade de habitar outro tipo de espaços mais valorizados.

Um outro elemento que aparece relevante são as diferenças ao nível da família, quando se comparam os dados do Bairro Amarelo com os do concelho de Almada. Importa aqui referir o maior número médio de pessoas por agregado, isto é, a ocorrência de famílias maiores no Bairro Amarelo relativamente ao concelho, o menor peso dos idosos e uma percentagem muito grande de jovens nas famílias. Em relação ao primeiro

dado, de que no bairro as famílias são maiores, este explica-se pela frequência com que no bairro se encontram alojamentos que albergam várias gerações da mesma família. Com efeito, é frequente a presença de três gerações na mesma casa – avós, pais e filhos – quando não de quatro. Isto porque geralmente as casas foram atribuídas aos avós pelas instituições responsáveis pelos imóveis e os seus filhos quando constituem família, por impossibilidade de comprar ou mesmo de alugar uma casa, mantêm-se na casa dos seus pais. Por outro lado, é devido à estrutura etária jovem desta população – como foi visto anteriormente – que se explica o menor peso de idosos e uma percentagem grande de jovens nas famílias.

Assume também elevada importância a percentagem de agregados com problemas de alcoolismo e toxicodependência, 8% e 6% respetivamente (de situações conhecidas pelas instituições, sendo este número tendencialmente maior na realidade). No caso dos jovens, verifica-se a sua ligação ao consumo e tráfico de droga nestes bairros (diagnóstico apresentado no EEAP).

Face a esta caracterização socioeconómica, compreendemos que a zona do PIA seja uma zona com múltiplas entidades de solidariedade e segurança social, com variada natureza e objetivos. Destas há instituições de apoio à 1ª e 2ª infância, a idosos, ATL's, equipamentos para apoio a crianças e jovens em risco (dentre as quais o Espaço Jovem, que será objeto de um maior aprofundamento neste estudo), para família e comunidade e ainda, para apoio a toxicodependentes. Existem também um número significativo de associações na área (até pela longa tradição de associativismo do concelho de Almada), entre organizações de moradores de bairro, associações de jovens e coletividades recreativas.

De acordo com o EEAP “no que concerne à intervenção social na zona do PIA, não se pode deixar de fazer alusão à existência de um número significativo de instituições/entidades que desenvolvem a sua acção direccionada para o domínio do social, nos serviços e apoios prestados à comunidade local e aí residente.” (EEAP, 2007:20)

Assim, verificamos que no PIA estão localizadas as seguintes instituições de cariz social:

- UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta (Quinta da Boa Esperança);
- Centro Comunitário PIA I (Santa Casa da Misericórdia de Almada);
- Centro Comunitário PIA II (Santa Casa da Misericórdia de Almada) – estando o Espaço Jovem, sob a sua alçada (neste momento este espaço está destinado ao desenvolvimento do Projecto Geração Cool, do Programa Escolhas);
- CEAS – Centro Educativo e de Apoio Social (Urbanização Nossa Senhora da Conceição - Casa Pia de Lisboa);
- AMI (Fundação Assistência Médica Internacional) – Centro Porta Amiga de Almada;
- Centro Social e Paroquial do Cristo Rei;
- AIPICA - ATL Raposo (Quinta da Boa Esperança);
- Associação Vale de Acór – Centro de Recuperação de Toxicodependentes (Quinta de S. Lourenço).

Para além destas entidades privadas e comunitárias é de realçar a forte presença de Ação Social Estatal realizada neste espaço, nomeadamente no âmbito da medida do Rendimento Social de Inserção. Existe no PIA, de facto, um número elevado de usuários do RSI, sendo que a maioria dos titulares do mesmo encontram-se entre os 25 e os 44 anos de idade, havendo um elevado número de crianças e de jovens nas famílias beneficiadas por esta medida. De realçar ainda que a maioria dos titulares da mesma são mulheres, o que se deve à elevada proporção de famílias monoparentais femininas no território em análise.

O que podemos constatar, em jeito de conclusão, é que o PIA foi, desde a sua conceção, um projeto construído com o objetivo de solucionar problemas sociais e combater situações de pobreza e exclusão social. Contudo, verifica-se que apesar dos inúmeros diagnósticos realizados (seja por organismos do poder central, pelo poder local ou por instituições privadas e cooperativas), dos inúmeros projetos e planos traçados para solucionar os problemas identificados, tem-se assistido a um sucessivo "falhanço" dos objetivos dos variados planos de intervenção no território.

Os sucessivos diagnósticos apontam para a necessidade de se fazer uma intervenção não meramente urbanística mas social, cultural e económica sustentável, de verdadeira requalificação social e urbana, e que leve em consideração a participação da própria população. O que se tem observado é que, em concreto, as políticas avançadas acabam por resultar em mais construção habitacional – de cariz social – o que tem contribuído para a cada vez maior guetização deste espaço.

No quadro que se segue fizemos um resumo dos principais objetivos das instituições que tutelavam (na altura) o território do PIA e podemos, com efeito, verificar a manutenção de diagnósticos semelhantes, o que nos comprova que os problemas de raiz não têm sido, de facto, resolvidos.

Outro fator que podemos apontar é o sucessivo “gigantismo” dos projetos elaborados para a zona do PIA. Tratando-se, com efeito, de projetos com inúmeras vertentes (urbanística, habitacional, ambiental, social, económica, ambiental, entre outros) verifica-se a dificuldade de implementação dos mesmos, particularmente em períodos de crise. Esta é uma das críticas sucessivamente apontadas pelos agentes que intervêm diretamente no terreno, tal como pelos próprios habitantes nas fases de Discussão Preventiva dos projetos.

Tabela 3: Evolução das PP no PIA

<b>Fundo Fomento à Habitação PIA (1969)</b>	<b>IGAPHE (1987)</b>	<b>IHRU/CMA (2009)</b>
<b>Alojamento da população carenciada do Concelho</b> de Almada numa estrutura urbana que garanta à partida uma Qualidade de Vida, mas proposta com estrutura de suporte adaptável à progressiva apropriação pela população,		- Possibilitar a criação de dois a três mil fogos, praticando densidades muito moderadas.
<b>Articulação com os meios de produção de habitação</b> existentes de forma integrada,		- Desenvolver um <b>plano em articulação com o tecido urbano envolvente</b> , onde se destacam elementos estruturantes da cidade como o Campus Universitário, o Instituto Jean Piaget, o Hospital Garcia de Horta, a Estação Ferroviária do Pragal, o Almada Fórum;
Implementação de uma <b>rede adequada de infra-estruturas e equipamentos</b> regionais e locais,	<ul style="list-style-type: none"> <li>- necessidade de <b>novas acessibilidades</b> do bairro e para o bairro,</li> <li>- criação de <b>novos equipamentos sociais</b> em falta para apoio a diversos estratos etários (creche, jardim de infância, atividades de tempos livres, formação profissional, apoio domiciliário, entre outros),</li> <li>- criação de <b>novas atividades e serviços</b> dentro e fora do bairro,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a criação de <b>equipamentos sociais</b> em sectores como a educação, cultura, desporto, atividades de recreio e lazer, apoio social, abastecimento público, segurança e saúde, entre outros;</li> <li>- <b>Qualificar o espaço público</b> tendo em conta a estrutura viária principal e secundária e a distribuição de praças, parques e jardins público. A iluminação pública, o</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criação de apoios à saúde física e mental,</li> <li>- criação de <b>novos equipamentos de lazer</b> (recreativos, desportivos e culturais).</li> </ul>	<p>mobiliário urbano e a sinalização e arborização dos passeios são elementos fundamentais a ter em conta;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Procurar formas de <b>eleva os padrões de qualidade arquitetónica e construtiva</b> e de recuperar as zonas degradadas do tecido urbano existente;</li> </ul>
<b>Aproveitamento dos recursos naturais</b> , com salvaguarda da estabilidade biofísica e proteção do património cultural e da Paisagem,		
<b>Reordenamento e reconversão das áreas rurais</b> em processo de abandono e de degradação, sujeitas a forte pressão de construção clandestina,		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reabilitar uma área da cidade de Almada onde vivem mais de 20 mil pessoas;</li> </ul>
<b>Colaboração com o Município</b> de Almada e <b>Juntas</b> de Freguesia,	<ul style="list-style-type: none"> <li>- encontrar <b>parceiros</b> disponíveis para, em conjunto com o IGAPHE, desenvolverem as ações físicas, sociais e outras com maior eficácia,</li> </ul>	
<b>Participação da população</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- introdução de <b>novos estratos sociais</b> diversificados associados a novos tipos de habitação,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar um planeamento urbanístico no sentido de desenvolver um <b>tecido social diversificado</b>;</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Contrariar o carácter monofuncional da habitação social dominante</b>, que tem gerado problemas socioeconómicos caracterizados pela marginalização das populações e dificuldade de integração social;</li> </ul>

**PARTE II – Abordagem teórico-metodológica a  
um terreno complexo – entre as lógicas de  
*produção* e as lógicas de *apropriação***



## 1. DAS LÓGICAS DE *PRODUÇÃO* ÀS LÓGICAS DE *APROPRIAÇÃO*

Pudémos concluir, pelos capítulos precedentes, que este é um espaço socialmente muito marcado (negativamente marcado), alvo de muitas iniciativas de intervenção social e representado socialmente como espaço/população homogénea e problemática. É um espaço que tem, portanto, uma identidade que lhe foi externamente atribuída e, por extensão, aos seus habitantes.

A questão que nos colocamos nesta fase é se a esta identidade vista do exterior correspondem práticas e dinâmicas internas. Ou seja, vistas as lógicas de *produção* do espaço, pretendemos agora compreender as suas lógicas de *apropriação*. Colocámo-nos, desta forma, a seguinte questão: “quer isto dizer que a identidade cultural dos habitantes PIA e os modos de vida dos seus jovens habitantes são construídos apenas ou em grande parte a partir do exterior?” Ou será que no bairro existem processos endógenos de configuração dos modos de vida e construção identitária dos seus habitantes, fundados nas relações sociais e dinâmicas locais?”

Pensamos que o nosso terreno de estudo, dentro da sua complexidade, compreende mais do que sujeitos passivos e resignados à sua posição de excluídos sociais e populações marginalizadas. Pareceu-nos, desde cedo na pesquisa de terreno, que existia entre eles alguma vitalidade, um poder de construção de algo novo, diverso, de uma identidade e de uma estrutura que potenciasse a sua autoestima coletiva. Particularmente entre a população jovem, entre determinados grupos sociais dentro desta população, pareceu-nos haver, com efeito, um investimento muito grande na construção de uma forma de vida, de um modo de estar e de ver o mundo que os favorecesse e os fizesse sentir parte de uma comunidade positivamente conotada.

Assim, procuraremos compreender até que ponto a condição suburbana (sendo neste caso um subúrbio espacialmente definido enquanto tal e subúrbio no sentido simbólico e estigmatizado, face a um centro valorizado) tem um impacto determinante neste processo, ou seja, como se vive o subúrbio e como se constroem aí as vivências e identidades, isto é, como se constroem as dinâmicas privadas.

## 2. DEBATENDO A(S) IDENTIDADE(S)...

Teremos como conceito fundamental, neste processo de interligação entre processos macrossociais e microssociais, então, o conceito de identidade e, mais especificamente, de construção identitária.

Como facilmente se compreenderá, tendo em conta a complexidade das sociedades modernas, particularmente nos meios urbanos como o objeto de estudo aqui em causa, as identidades são também elas, e cada vez mais, extremamente complexas. Podemos, inclusive, falar em paradoxo das identidades culturais atualmente (na senda do desenvolvido por Firmino da Costa) se pensarmos que temos dois processos aparentemente contraditórios a acontecer. Se por um lado se verifica a cada vez maior comunicação e intercâmbio cultural – a que mais à frente designaremos de *hibridação*; por outro salienta-se a força de identidades culturais diferenciadas e particularistas.

Sob o risco de estarmos desde já a entrar num tipo de pensamento dualista e essencialista que procuraremos combater, temos que referenciar, contudo, a enorme variedade de modalidades intermédias que se localizam entre estes dois polos.

Importa, com efeito, abordar o fenómeno da constituição de identidades de forma não essencialista já que, como tem vindo a ser cada vez mais comprovado pelos estudos na área, as identidades culturais são cada vez mais plásticas, ambíguas e mutáveis e, como tal, produzem manifestações simbólicas e dinâmicas relacionais também elas muito ambíguas.

As identidades culturais têm contornos muito menos nítidos, permanentes e unívocos do que os discursos na arena pública deixariam antever (media, ação coletiva politizada, categorizações culturais do senso comum). Com efeito, a tendência para simplificar a realidade mediante o recurso a dualismos e oposições essencialistas é uma realidade, pelo que urge, para uma correta abordagem ao tema, a análise em simultâneo das identidades culturais e das representações sociais dominantes que sobre estas são constantemente produzidas e que as condicionam (inclusive das próprias ciências sociais).

Como podemos, então, teoricamente enquadrar estas identidades voláteis e esquivas à análise sistemática (pelo menos à análise simplista e dualista que tem sido a regra no estudo das identidades)?

Podemos recorrer a uma série de conceitos e propostas teóricas, nomeadamente, os conceitos de *fluxos, redes e hibridações* de Castells (1996, 1997, 1998) e Appadurai (1990) e também *campos de possibilidades e mundos sociais* urbanos e *metamorfose e mediação* de Gilberto Velho (1981, 1994, 1999, 2001) e, ainda, o conceito que aqui iremos explorar, de *hibridação, processos e ciclos de hibridação* (Canclini, 1995).

Segundo Michel Agier (2001) assistimos, na atualidade, à redescoberta da identidade, situação esta que surge com o fenómeno da globalização, pelo facto de este vir colocar em causa as fronteiras e a relação há muito tempo sedimentada entre identidade e espaços delimitados. Com efeito, com a desterritorialização e a cada vez maior comunicação e interpenetração entre culturas, espaços e tempos que as dinâmicas globalizantes das últimas décadas proporcionaram, particularmente nos meios urbanos cosmopolitas, o que se verifica é uma nova procura da segurança identitária e de laços sociais reconfortantes por parte dos atores sociais, particularmente dos urbanitas.

Num contexto de grande dinâmica e interpenetrações culturais torna-se extremamente necessário, contudo, não cair mais uma vez, numa conceção reificante e essencialista da identidade, sob o risco de com este conceito nada conseguirmos compreender da realidade social.

Como afirma Firmino da Costa (2002) identidades são “construções sociais relacionais e simbólicas”: construções sociais porque não surgem do nada, são socialmente e progressivamente construídas pelos atores sociais; relacionais porque são produzidas nas relações sociais dos agentes e são sempre relativas umas às outras -as representações sociais (construções) fortalecem-se mutuamente; e simbólicas porque envolvem sempre categorizações culturais – em grande parte dominadas pelos grupos hegemónicos que decidem o que é “mau e bom”, “certo e errado”.

Já Bajoit (2006), questiona a(s) Identidade(s) e o processo de autoconstrução do Sujeito. Afirma o autor que “Ser «sujeito» é ser capaz de se gerir a si mesmo, na relação com os outros (...) a fim de (re) construir constantemente a sua identidade pessoal...”

(Bajoit, 2006:179). Este processo de (re) construção permanente é o que o autor designa por processo de *individuação* (Bajoit, 2006: 173): “... como nós pensamos que o ser humano se constrói e se reconstrói incessantemente como um indivíduo singular”. É o processo que está, no fundo, na base de toda a conduta social e interação entre os atores sociais. Assim, o autor define Identidade como “é o resultado, sempre provisório e evolutivo, de um trabalho do ser humano sobre si mesmo...” Bajoit (2006: 174).

Ainda segundo Firmino da Costa, podemos falar em três modos principais de manifestação contemporânea das identidades culturais: “identidades experimentadas”; “identidades designadas” e “identidades tematizadas”.

Identidades experimentadas (ou vividas) são as que remetem para aquelas que são sentidas como suas pelos seus atores (representações cognitivas) e que lhes dão sentimento de pertença a qualquer coisa (instituições, grupos, territórios, etc.). É uma identidade que certo grupo de pessoas partilha por estarem em situações de vida semelhantes (partilharem vivências, experiências, etc.).

A segunda modalidade identitária são as Identidades designadas (ou atribuídas): aquelas construídas externamente, pelos discursos coletivos (de entidades e atores que não partilham essa identidade, geralmente os grupos sociais dominantes ou as instituições). A categorização de “subúrbio problemático” e “população problemática” atribuída ao objeto de estudo é um exemplo de identidade designada.

É importante verificar que da relação dinâmica entre estes dois tipos de identidade resultam, muitas vezes, efeitos de sobreposição desfocada, ou seja, em que uma consegue “desfocar” a outra (geralmente as identidades designadas “desfocam” as identidades experimentadas). Veremos mais adiante neste trabalho como este efeito de sobreposição (particularmente da “identidade designada” sobre a “identidade experimentada” se faz sentir em muitos atores no bairro estudado).

Podemos verificar a ocorrência, atualmente, de outro tipo de efeito: efeitos de reinvestimento simbólico: este será exercido pela terceira forma de identidade sobre as duas anteriores.

As identidades tematizadas (ou políticas de identidade) são estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social na agenda pública pela ótica identitária, geralmente com a intenção de potenciar dinâmicas de ação. Esta situação pode ocorrer pelos próprios atores (de forma ofensiva para defesa dos seus

direitos: como exemplo temos alguns jovens no bairro que se autoproclamam “jovens do gueto”) como por outros de forma ofensiva (ex.: mediatização dos “subúrbios problemáticos” ou dos “jovens em risco” das periferias).

Uma outra tipologia de Identidades que poderá ser útil na análise dos nossos dados é a de Bajoit (2006), que distingue “identidade desejada” (“ideia” do indivíduo sobre o que quer ser, que levaria à sua realização pessoal); “identidade atribuída” (percepção do indivíduo sobre as expectativas dos outros quanto a si) e “identidade comprometida” (aquilo em que se tornou efetivamente, “compromissos identitários” que assumiu e está a realizar).

Já Michel Agier dá-nos uma perspetiva menos determinista, no sentido em que evita criar categorias de identidades *à priori*, preferindo falar em “culturas identitárias”. O autor afirma que a identidade só pode ser pensada face a uma alteridade, pelo que o “olhar externo” adquire uma importância fundamental. Se pensarmos no nosso objeto de estudo, na visão estigmatizante da sociedade envolvente relativamente aos “bairros degradados” e na incorporação pelos próprios habitantes destes desta mesma visão, percebemos a importância do confronto com a alteridade. Nas cidades, particularmente, a presença próxima do “outro” vai-se revelar fundamental para a estruturação dos processos identitários das populações.

O autor vai ainda defender que na atualidade esta construção identitária é ainda menos previsível, já que perdeu, em grande parte, uma base local. É cada vez mais importante analisar, caso a caso, a relação entre a situação e o contexto em que esta construção identitária tem lugar já que atualmente são múltiplos os fatores que interferem no processo.

## **2.1. Identidades designadas e experimentadas**

Podemos então afirmar que o bairro Amarelo – e toda a sua zona envolvente – têm uma “identidade designada” pelas instituições oficiais, comunicação social e população das zonas circundantes. Essa identidade assenta numa ideia de homogeneidade social (classe operária) e de população problemática (que concentra múltiplos problemas sociais). O bairro é, portanto, visto como uma “área natural”, se retomarmos a designação utilizada pelos autores da Escola de Chicago.

Contudo, a nossa pesquisa de terreno mostrou-nos desde cedo que a esta imagem homogeneizante do exterior não corresponde uma homogeneidade interna. Verificámos que no bairro há heterogeneidade social a vários níveis: diferentes trajetórias sociais, diferentes origens, substituição de grupos dominantes, relações sociais de dominação. Existem situações assimétricas (de recursos e poderes), oposições a vários níveis, diversidade de modos de vida, de estratégias e, conseqüentemente, diversos processos de construção identitária. Há, portanto, heterogeneidade e não homogeneidade.

Por outro lado o bairro tem sido constantemente representado como uma entidade estática e fechada sobre si mesma, quando na realidade coexistem duas dinâmicas no mesmo – de abertura e de fechamento. Assim, se por um lado o bairro reflete mudanças sociais mais vastas: alterações na conjuntura social, política e económica, dos movimentos culturais, etc., não sendo, portanto, uma entidade estática e imutável, alheia ao mundo exterior, por outro a zona do PIA é, em certos aspetos, fechada sobre si mesmo, o que é facilitado pela morfologia do espaço, redes e hierarquias sociais aí existentes, atividades que aí se exercem, carácter sui generis de formas culturais que a caracterizam e pela vida quotidiana coletiva do bairro.

Podemos dizer que neste espaço existem, como afirma Firmino da Costa, dinâmicas societárias mas também dinâmicas comunitárias. É, portanto, impossível defender que “sociedade” e “comunidade” sejam realidades opostas e fechadas/essencialistas: pode-se é falar de “lógicas distintas” de influência dos espaços e modos de vida e relações sociais. Devemos ultrapassar, nos estudos urbanos, definitivamente as conceções essencialistas como as de Tonnies (visão dicotómica de “comunidade” e “sociedade”) e Durkheim (visão dicotómica: “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica”), por exemplo. Mesmo dentro dos clássicos da Sociologia temos teorizações bastante mais interessantes e heurísticas na forma de problematizar o espaço. Visões não essencialistas como, por exemplo, a de Weber, que já falava em relações sociais “comunais” e “associativas”, tipos ideais que aparecem em todas as relações sociais, em maior ou menor grau.

Devemos também problematizar o conceito de “comunidade”, já que o nosso objeto de estudo é constantemente abordado dessa forma pelas representações sociais dominantes e os designados “subúrbios problemáticos” (categoria onde o nosso objeto

é constantemente colocado) são dessa forma estudados pelas ciências sociais, ainda hoje.

Muitos estudos de comunidade eram teoricamente fracos, contudo, o facto de ter havido estudos essencialistas e teoricamente fracos nessa área – que manchou a designação de “estudos de comunidade” não retira o interesse e a pertinência de estudos de caso e do próprio conceito de comunidade. De forma breve podemos dizer que este tem sido utilizado, em Sociologia, em dois sentidos: socio espacial - referindo-se a unidades sociais locais (aldeia ou bairro, por ex.) e sociocultural - referindo-se a sentimentos de pertença comum: fundamentais na formação de identidades coletivas. Muito do que era criticado era a ideia, de muitos autores, de que havia uma correspondência automática entre os dois, o que é atribuído, como vimos ao bairro Amarelo. Importa, então, não atribuir o sentido sociocultural a um espaço aprioristicamente. Isto é, aspetos como a densidade de redes; a intensidade das relações; a homogeneidade populacional; a coesão social; a saliência identitária; e a permanência dos laços sociais (Costa, 1999) são, entre outros, traços de uma identidade sociocultural que não devem ser considerados à partida como inerentes ao quadro social em estudo, mas sim como variáveis a analisar, podendo a investigação empírica confirmar ou infirmar essa hipótese (a ligação entre espaço e identidade). Pode-se, inclusive, encontrá-la em diferentes graus e combinações, consoante os grupos sociais, as áreas dentro do bairro, os momentos do ano.

Foi o que encontrámos no bairro em estudo, tal como teremos a oportunidade de demonstrar nos capítulos seguintes. De facto, verificámos que no PIA/Bairro Amarelo, algumas destas características (como a coesão social e a saliência identitária) se verificam em subgrupos da população de forma permanente, mas em certas alturas unem todo o bairro (ex.: altura das marchas populares). É uma “situação ritual”, utilizando a terminologia de Agier (que desenvolveremos mais aprofundadamente adiante): são situações marcadas pelo seu carácter excecional, apresentando-se esta excecionalidade de diferentes formas: inversão, perversão, deturpação e reinvenção de situações/formas de agir consideradas habituais.

### **3. ENTRANDO NO TERRENO – DA PESQUISA DOCUMENTAL À OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

Como já referimos anteriormente, iniciámos a nossa pesquisa de terreno pela investigação documental e junto das autoridades com o intuito de recolher dados para a elaboração do enquadramento teórico e político-institucional do nosso objeto de estudo. Contudo, progressivamente fomos iniciando/negociando o nosso acesso ao espaço, através da observação direta, observação participante, conversas informais e algumas entrevistas.

De referir que este era um espaço que já conhecíamos, devido a fatores pessoais e por este trabalho ser uma revisita a um terreno de estudo já conhecido. Com efeito, já conhecíamos o espaço pelo facto de a investigadora ter estudado numa escola perto do PIA, razão pela qual já se conheciam alguns dos moradores do bairro. Por outro lado, e mais relevante para o presente trabalho, já havíamos efetuado a tese de licenciatura acerca do Bairro Amarelo, em 2005/2006, pelo que já havia sido feito um primeiro (embora breve) trabalho de investigação no mesmo. Essa primeira investigação permitiu-nos dar conta de uma série de dinâmicas importantes no bairro, dos posicionamentos dos atores sociais, das situações de afinidade e conflitos existentes e de conhecimento de moradores com um papel mediador importante, que nos viria a ser bastante útil para reiniciarmos a nossa integração no bairro com vista à realização da pesquisa de terreno.

Assim, em 2009 fomos gradualmente retomando o contacto com o bairro através da observação direta numa instituição social do mesmo (creche da Santa Casa da Misericórdia - na qual nos inscrevemos como voluntária) e nos espaços públicos circundantes (cafés, restaurantes, ruas do bairro). Por outro lado fomos retomando o contacto com moradores e trabalhadores sociais que já havíamos conhecido da pesquisa anterior, com os quais encetámos conversas informais, num primeiro momento de abordagem ao terreno.

A partir destes primeiros contactos começou-se a perceber que existiam grupos de jovens/jovens-adultos com diferentes modos de vida/posturas perante o bairro e opções de vida e dirigiu-se a investigação empírica nesse sentido, de certa forma por



“tipos-ideais”. Mas porquê a opção pelos jovens? Não foi uma escolha feita *à priori*, mas sim pelo que o objeto empírico nos ia revelando como pertinente. Com efeito, desde cedo se destacou a visibilidade dos jovens no espaço do bairro (são eles que utilizam maioritariamente o espaço e fazem dele o seu “pedaço” (pensando no conceito de Magnani, que abordaremos em maior detalhe adiante neste capítulo), o que levou à opção progressiva de estudar os modos de vida juvenis (ou melhor, a dinâmica entre os sentidos públicos e as dinâmicas privadas junto da população juvenil) porque é nesse grupo que mais se fazem sentir as tensões entre *produção* do espaço e a sua *apropriação*.

Não podemos, contudo, falar em Juventude mas sim em Juventudes, pelo que teremos que problematizar e desconstruir este conceito. Com efeito, se há um critério etário que aproxima estas pessoas sob a designação de “jovens”, existem muitos critérios que os diferenciam (características sociais e económicas, políticas e religiosas, formas de transição para a vida adulta, etc.).

Por outro lado interessa-nos ainda a definição de “estilo de vida” apresentada por Ricardo Campos: *“são empreendimentos pessoais (e, simultaneamente, colectivos) que apelam a uma manipulação de repertórios simbólicos, enriquecidos em permanência pelas indústrias culturais e pelo mercado global, sendo autoconscientemente reflexivos, necessitando de uma constante auto-avaliação e de uma imensa capacidade de improviso.”* (Campos, 2010: 63).

Com efeito, pudemos verificar que estes jovens se encontram num processo de construção identitária, processo este que se baseia muito não só no que eles pensam acerca deles mesmos (identidades experimentadas), como das representações sociais e expectativas dos “outros significativos” (identidades designadas e tematizadas). A “identidade é hesitante, mutável, flexível, multissituada e os processos que a constroem são cada vez mais influenciados por múltiplos agentes, canais e meios de comunicação.” (Campos, 2010: 64).

O que conseguimos perceber através dos dados que fomos recolhendo? Em primeiro lugar percebemos que, contrariamente às representações sociais veiculadas pela sociedade envolvente, *mass media* e instituições políticas e sociais, não estamos, como referimos anteriormente, na presença de uma população homogénea nesta denominada “zona problemática” da metrópole.

Particularmente no que concerne aos jovens, classificados pelo “olhar exterior” como problemáticos, “parias” e mesmo delinquentes e perigosos, verificamos a existência de uma grande complexidade tanto em termos de representações, construção de identidades e estilos e estratégias de vida.

Temos grupos distintos de jovens, com representações sociais em muitos casos divergentes, com grupos de referência e modos de vida diversos. Se, no primeiro caso, verificamos uma grande incorporação e mimetização das representações sociais externas e mesmo uma procura de distanciação simbólica face à população do bairro considerada problemática (processo de influência/sobreposição das identidades designadas sobre as identidades experimentadas), no caso dos rappers verificamos uma atitude muito mais crítica face à sociedade envolvente. Estes, com efeito, problematizam as representações e estigma que recebem do exterior e opõem-lhe uma visão própria sob a forma de crítica a um sistema social que consideram injusto e, ele próprio, causador dos problemas que, reconhecem, marcam os bairros sociais (uma certa forma de “identidade tematizada” como veremos nos capítulos seguintes).

Importa aqui referir, contudo, que na realidade os posicionamentos dos indivíduos não são lineares como, por razões de simplificação de apresentação, aqui aparecem. Com efeito, estas posições extremadas correspondem a tipos ideias, a posições extremadas que raramente correspondem a indivíduos concretos. Se temos indivíduos que se aproximam, de facto, desta posição extremada e de representações sociais orientadas por uma visão do “bem e do mal”, a grande maioria dos jovens apresenta representações, posturas, identidades e estratégias de vida que estão entre estas duas posições.

A grande maioria dos jovens apresenta, assim, uma construção da sua identidade, estratégias e rotinas que deambulam entre estas múltiplas pertenças. Podemos afirmar que as suas identidades tendem a ser híbridas. Interessa agora perceber que posicionamentos temos entre os dois extremos, ou seja, perceber como se dão estes processos de hibridação nas vidas concretas destes jovens.

O contacto com o bairro cada vez mais foi mostrando à investigadora que existem, com efeito, diferentes formas de apropriação e vivência do bairro que se refletem, consequentemente, em modos de estar, de se pensar a si próprios, de viver e de agir diferentes. Houve diferentes grupos observados, grupos estes que não estavam

definidos à partida, mas que se foram revelando grupos-alvo pertinentes em função dos resultados e análises parciais que se iam efetuando.

Assim, a partir de 2010 começámos a passar muito mais tempo no bairro, principalmente nas zonas mais frequentadas pelos jovens. Um dos pontos de encontro dos jovens do bairro e de toda a zona do PIA era o “Espaço Jovem” (designação atribuída pelos habitantes). Este espaço é na realidade a sede do Projeto Geração Cool, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Almada, patrocinado pelo Programa Escolhas. É um espaço relativamente pequeno, à entrada do Bairro Amarelo, onde jovens de várias faixas etárias (desde os 12, 13 anos até aos trintas e poucos) passam uma grande parte do seu tempo. Os usos deste espaço são muito variados e abrem inúmeras frentes em termos de atividades e dinâmicas sociais, mas em todos os casos é um “pedaço” marcante na vida destes jovens. Daí a escolha, pela investigadora, deste espaço como a “base” da pesquisa de terreno que se desenvolveria de seguida.

Cedo nos apercebemos que o espaço era frequentado por jovens de diferentes faixas etárias e com diferentes objetivos em função das horas do dia, dos dias da semana, das épocas do ano e de ocasiões particulares (ritualizadas). Assim, fomos definindo a nossa observação participante em função do que pretendíamos observar.

Resumindo, começámos por nos inscrever (em 2009) como voluntária na creche da Santa Casa da Misericórdia no Bairro Amarelo em 2009 como forma de ir tendo acesso ao bairro. Uns meses depois para além do contacto com os moradores na creche e sua envolvente (ruas, cafés, restaurantes, lojas) retomámos o contacto com habitantes e trabalhadores sociais que já conhecíamos da tese de licenciatura e a partir de 2010 começámos a frequentar com maior assiduidade o “pedaço” urbano que se revelou ser o Espaço Jovem. Este tornou-se o ponto central da observação participante que iria decorrer no bairro entre 2010 e 2013.

A escolha deste espaço já foi justificada mas para além da razão apontada uma outra se revelou fundamental: a questão do papel das instituições sociais junto desta população, que começámos a perceber pela observação participante e conversas informais que mantivemos com os habitantes do bairro. Estas instituições, tanto privadas (como é o caso da Santa Casa da Misericórdia de Almada, da Ajuda Médica Internacional, entre outras), como públicas (polos e serviços da Segurança Social, Rede Social, entre outros), cooperativas ou parcerias público-privadas desempenham, com

efeito, um papel fundamental no desenvolvimento das interações, sociabilidades e dinâmicas de muitos dos habitantes destes bairros que constituem o PIA. Mobilizam afinidades, modos de vida e estratégias de mobilização de recursos por parte dos moradores de várias idades, desde a infância, juventude e até na vida adulta e no apoio às famílias.

Particularmente no que diz respeito às instituições sociais de apoio aos jovens “problemáticos”, alguns trabalhos feitos em Portugal junto de projetos sociais semelhantes ao Espaço Jovem do Bairro Amarelo (como sobre a Casa da Juventude no Porto: Silva, 2010) realçam que estes espaços constituem lugares de pertença e de reconstituição da dignidade e de reconhecimento, para jovens que em muitos dos contextos em que se movem experienciam a hostilidade e humilhação, sentindo-se vulneráveis. Estes espaços aparecem, assim, como “cool places”, espaços de conforto. Podemos, ainda, designá-los como “espaços de enunciação” (Ball; Maguire; McCrae, 2000: 149, citado em Silva, 2010: 81), onde os jovens reconstroem a sua identidade e as suas afiliações, filtrando os elementos que os tornam vulneráveis e ganhando reconhecimento e dignidade.

Segundo Silva, os jovens procuram, pela participação nestes projetos e espaços comunitários, resistir à “perda da comunidade”, pelo cultivo dessa pertença de forma diária ou quase diária. Segundo a autora a sua participação no espaço não é feita de forma esporádica nem descomprometida, sendo estruturante dos seus quotidianos, da sua identidade e reconhecimento.

Os jovens adquirem progressivamente, nestes espaços, um sentimento de pertença e passam a fazer, ao mesmo tempo, parte dele. Segundo a mesma esse apego não se dá “à toa”. Acontece porque os jovens sentem a crise da desinstitucionalização, da perda de referência e de balizas sociais, da definição de papéis e de estruturas sociais, pelo que o apego a estes espaços significa a procura dessas estruturas, dessas “territorialidades”, da pertença a algo, procura de um “nós” que lhes dê confiança.

Muita importância para a sociabilidade e redes sociais têm também os “troços de rua”: becos ou pequenos largos, esquinas ou patamares de escadinhas. São pontos habituais de permanência, encontro e interação de grupos – por idades; sexo; interesses comuns (futebol, hip-hop, marchas populares, estupecíficos...). Analisaremos em

maior detalhe o papel destes espaços públicos significativos mais adiante, nomeadamente mediante o conceito de “pedaço” de Magnani.

Foi, portanto, o contacto com o terreno que foi ditando a necessidade da sua delimitação (fomo-nos apercebendo do que era relevante para os atores em causa, os fatores e influências que constroem as suas “dinâmicas privadas”) e a redefinição e apuramento progressivo da abordagem teórico-metodológica ao objeto de estudo.

Existe, na pesquisa de tipo qualitativa, de facto, uma relação constante entre construção do objeto teórico e delimitação do objeto empírico. Esta relação é particularmente importante quando está em causa o estudo de processos identitários, já que nestes casos o objeto teórico “redobra simbolicamente o terreno de pesquisa observacional” (Costa, 1999: 66), o que implica que a delimitação do objeto teórico e empírico se façam sempre em sintonia e interação. Temos, assim, uma reflexividade sociológica centrada no objeto (Idem, ibidem: 66).

Deste modo, a partir de 2012 e depois de um período já relativamente prolongado de pesquisa de terreno (aproximadamente dois anos) com o avançar da problematização, reflexão e com os *inputs* que entretanto foram chegando da imersão no terreno, sentimos a necessidade de dirigir a atenção para a área das Políticas Públicas, por um lado, e para as questões identitárias, por outro.

Sentimos a necessidade de compreender mais a fundo a problematização acerca das políticas públicas, em geral e aplicadas à gestão do território, em concreto, assim como da reflexão em torno dos fatores que se salientam como decisivos na construção dos processos identitários, identificar quais são os principais vetores que condicionam a produção de identidades e de comportamentos específicos no terreno de estudo. Tentámos, através desta investigação, perceber se estamos na presença, no nosso terreno de estudo, de alguma forma de construção de uma identidade diversa e espacialmente configurada.

A questão passou, em determinada altura, por procurar perceber se essa identidade e essa forma de vida se faziam tendo por base a condição juvenil, a condição de classe, de etnia, ou alguma forma específica de combinação destes elementos ou de outros que surjam como relevantes.

Nesta procura incessante pela delimitação do objeto um dos aspetos que se tornou premente foi a necessidade de identificar os limites do bairro (tanto na perspectiva societária como comunitária, como definimos acima) mais no discurso interno nesta fase, do que no olhar externo. Começámos, assim, a colocar-nos as seguintes questões:

- Existe sentimento de pertença entre habitantes?
- Com que intensidade?
- Com que importância relativa face a outros sentimentos de pertença?
- Em que circunstâncias se manifesta?
- E em que circunstâncias variam aquela intensidade e importância relativa?
- Esses sentimentos de pertença têm uma valoração positiva ou negativa?
- Essas valorações variarão consoante os tipos de interação e/ou estratégias desenvolvidas?

E questões, ainda, que nos ajudassem a compreender como se constrói a identidade cultural dos habitantes:

- Quais as representações simbólicas de identidade socio espacial correntes no bairro?
- Que comportamentos correntes ou excecionais, que táticas do quotidiano e estratégias de vida exprimem e transportam, constituem e atualizam, reproduzem e transformam essas representações e aqueles sentimentos?
- Que dimensões espaciais e que outras dimensões estruturais, relacionais e simbólicas são convocadas nas representações locais de identidade cultural referentes ao Bairro Amarelo/PIA?

### **3.1. Definindo o objeto teórico/empírico**

Devemos aqui lembrar que estas questões não são colocadas aleatoriamente, partem de uma base teórica, que fomos construindo ao mesmo tempo que recebíamos *inputs* do terreno. Mobilizámos, nomeadamente, os conceitos de *identidade*, *mediação*, *representações sociais*, *modos de vida*, *situação*, *pedaço*, entre outros que estão na confluência entre a sociologia e a antropologia.

Começámos então a perceber que o fio condutor que melhor nos permitia organizar e responder a estas questões e melhor dar conta, teórica e analiticamente, do objeto empírico que tínhamos, é a “construção identitária”: processo que permite mobilizar os conceitos anteriormente identificados como fundamentais e abranger o objeto de estudo.

Depois de recolhidos os dados em variadas frentes de trabalho (junto de vários grupos de jovens com posicionamentos e estratégias identitárias diferentes) começámos a perceber que esta construção de identidades e modos de vida não se efetua de modo simples. Isto é, pelo que fomos apreendendo do contacto com os habitantes do bairro (dos jovens em concreto), a construção de identidades e de modos de vida efetua-se de forma híbrida, através da conjugação de variados fatores de ordens distintas.

De facto, não podemos, nas nossas sociedades complexas e particularmente em contextos metropolitanos como aquele que aqui estudamos, falar de identidade no sentido fechado do termo.

Segundo Canclini (1995), por exemplo, interessa falar, no cenário da atualidade, em hibridação. Afirmo o autor: “Eu percebo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas e práticas distintas, anteriormente existentes de forma separada, são combinadas para gerar novas estruturas, objetos e práticas.” (Canclini, 1995: XXV).

Ora, se tivermos em conta que o processo de contacto cultural é cada vez mais alargado e de procura do conforto identitário verificado nos cidadãos, particularmente nas zonas urbanas, resulta claro, afirma Canclini, que é precisamente o hibridismo da sociedade contemporânea, a globalização do híbrido que define as identidades contemporâneas.

Poderíamos, então, falar de um *hibridismo estrutural* nas sociedades contemporâneas?

Por um lado devemos aqui lembrar que o híbrido faz parte da história longa. Por outro contudo, é de realçar a existência de diferentes “ciclos de hibridação”: ciclos que alternam entre formas mais heterogéneas e outras mais homogéneas.

Podemos, com alguma segurança, afirmar que as nossas sociedades (ocidentais nomeadamente) vivenciam um momento de formas sociais mais heterogéneas, pelo que muitos autores falam em *hibridismo estrutural* para as caracterizar.

Ora bem, este hibridismo repercute-se nas identidades pessoais: a vida de cada um é agora menos rígida, com menos dualismos e hierarquias constituídas à partida.

Segundo Madeira (2010), enquanto antes víamos a cultura como ilha, de base territorial, homogénea internamente e diferenciada face ao exterior. Hoje temos mais uma “cultura porosa” ou “pontilhada”: nesta a base territorial não é fixa, dilata-se e altera-se com frequência.

Esta mudança traz consequências na formação cultural dos indivíduos. Como afirma Giddens “a manutenção de narrativas biográficas coerentes ainda que continuamente revistas, ocorre no contexto da escolha múltipla (...) na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde a sua influência, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos de jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a negociar escolhas dos estilos de vida de entre uma diversidade de opções” (Giddens, 1997: 5)

Hoje podemos falar, assim, não apenas de uma “complexidade identitária”, mas de um “mercado de identidades” muito pós-moderno, identidades estas que são transferíveis, transacionáveis como se de produtos comerciais (valores de troca) se tratassem.

Deste modo, as identidades na atualidade constituem-se num contexto de uma generalizada multirreferenciação identitária, em que a socialização se desenvolve em mobilidade; em que os indivíduos classificam-se e “ordenam-se a si e aos outros” por “justaposições livres” e por vezes caóticas; e em que no encontro com o “outro” cada qual ganha novas identidades.

Como gere o ator social estas múltiplas pertenças e a incorporação constante de novas identidades na sua Identidade em construção?

O nosso objeto de estudo deve ser, segundo Canclini, não a hibridação em si mesma mas, pela dinâmica que lhe está subjacente, os processos de hibridação. Devemos assim, se queremos estudar a formação das identidades culturais, proceder à análise empírica destes processos, caso a caso.

O que interessa, afirma o autor, é perceber “a astúcia com que os fios se entrelaçam e como essa hibridez produz efeitos sociais específicos”.

Tendo-nos deparado com esse processo de hibridação na construção de identidades juvenis no bairro, interessa-nos na análise dos dados empíricos recolhidos,



perceber então como se entrelaçam esses “fios” (da etnicidade, da juventude, do bairrismo e referenciação espacial, do sentimento de pertença de classe) na construção identitária dos indivíduos estudados.

É o peso variado desses diversos fatores na construção das representações e ação social que procuraremos apurar pela análise do material recolhido. Procuraremos, desse modo, chegar às conclusões que se afigurarem mais pertinentes no que diz respeito à nossa questão inicial: a questão de como se vive o subúrbio e como se constroem aí as vivências e identidades.

Assim, queremos perceber como é que as influências externas e internas se intersectam e combinam em processos de produção de identidades culturais. Na PARTE III desta tese queremos perceber essa dinâmica partindo das práticas, das interações presentes no dia-a-dia dos habitantes, ou seja, queremos olhar o nosso objeto do lado da *apropriação*.

Portanto, o objetivo concreto desta tese é investigar os processos de construção identitária juvenil a partir da perspectiva dos atores (estudo de caso), processos e dinâmicas endógenas (não descurando a influência dos processos exógenos e atores sociais importantes como o Estado e instituições sociais, influências estas explicitadas na primeira parte). Se nesta primeira parte procurámos sintetizar os principais pontos da “produção do espaço” e dos sentidos públicos a ele atribuídos, de seguida procuraremos apreender os principais pontos da “apropriação” do mesmo: vivências, modos de vida, relações sociais, espaços significativos e construção identitária dos indivíduos.

Como referimos anteriormente o elemento-chave, o conceito que permite unir todos estes diferentes elementos num discurso fluído é o de construção identitária, sempre subjacente.

#### 4. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Este objetivo foi operacionalizado progressivamente através da observação continuada dos modos de vida juvenis no bairro, pesquisa de terreno como abordagem metodológica geral e especificamente através da etnografia reflexiva e da técnica da revisita focalizada (Burawoy), que explicaremos de seguida em maior detalhe. A análise dos processos de construção identitária apoiou-se, com efeito, empiricamente no trabalho de campo efetuado, essencialmente na observação participante e entrevistas (formais e informais).

Porquê esta opção? Face aos objetivos declarados no Projeto de Doutoramento e perante um terreno de estudo complexo e delicado que se caracteriza, ao olhar exterior, mais pelo conflito que pelo consenso e principalmente face à estigmatização existente e consequente postura defensiva e desconfiada dos seus habitantes, optámos neste estudo por uma postura de abordagem ao terreno habitualmente designada por “qualitativa”, principalmente num primeiro momento, na fase de acesso ao terreno que se apresenta como a mais difícil.

Coloca-se-nos desde logo a velha dicotomia presente nas ciências sociais em termos epistemológicos, a questão da oposição entre métodos quantitativos e métodos qualitativos. Ao longo de várias gerações de cientistas sociais em geral e sociólogos em particular sempre se definiu os primeiros como objetivos, rígidos e rigorosos, enquanto os segundos seriam maleáveis, subjetivos, especulativos.

Neste trabalho vamos tentar superar esta dicotomia que não nos parece interessante explorar e procuraremos pensar antes em termos de lógicas distintas de abordagem dos objetos de estudo.

Face às características do nosso objeto de estudo, às questões de investigação e objetivos de pesquisa podemos afirmar que nos situaremos, para utilizar a dicotomia referida, no âmbito dos métodos qualitativos.

O que são métodos qualitativos ou a abordagem qualitativa? Esta é uma postura de abordagem aos fenómenos sociais que compreende vários métodos e técnicas de recolha de informação: observação participante, entrevistas em profundidade, análise documental e é usada pelos investigadores geralmente para estudar o modo como as pessoas conhecem, interpretam e estruturam as suas vidas – estudo dos sentidos,

modelos culturais, representações sociais que, como está bem patente no nosso Projeto, é o campo social que mais diretamente nos interessa.

Segundo Guerra (2006) assistimos desde os anos 70 do século XX a um renovado interesse pelas metodologias qualitativas, nomeadamente através do interacionismo simbólico e da *grounded theory*. Apesar do seu interesse recair na análise dos atores sociais (suas estratégias, representações sociais, dinâmicas), as pesquisas qualitativas mesmo as mais localizadas, exigem geralmente a situação dos acontecimentos num conjunto global, inscritos em tendências a longo prazo, permitindo assim uma melhor compreensão dos contextos nos quais se inserem as múltiplas interações individuais.

Como sociólogos esta é a nossa pretensão e é nesse sentido que optamos pela metodologia qualitativa: como estratégia de identificação das práticas quotidianas e das emergências de novos fenómenos sociais, que elucidam ou transformam, no *hic et nunc* das dinâmicas sociais, as regras ou as instituições existentes. Tal como afirma Guerra (2006: 8-9) não estamos perante indivíduos isolados pelo individualismo metodológico, mas perante actores que agem tendo em conta a percepção dos outros e balizados por constrangimentos sociais que definem intencionalidades complexas e interativas. Assim, o ponto de partida associa a análise da racionalidade dos atores à atenção aos modelos de interação entre os sujeitos e os sistemas sociais, no contexto de um “sistema de ação” socialmente construído onde os contextos transcendem as situações imediatas.

Não pretendemos, portanto, optar pelo actor em detrimento do sistema, pelo local em detrimento do global ou, ainda, pelo microsocial em detrimento do macrosocial. Trata-se de uma postura que privilegia a abordagem bottom-up, mas sempre com o objectivo de captar os três níveis de análise do social: macro, meso e micro.

Dodier e Baszanger (1997) distinguem três tipos diferentes de fazer etnografia: etnografia integrativa, etnografia narrativa e etnografia combinatória. Para os objetivos do nosso estudo guiámo-nos pelos preceitos da etnografia combinatória.

De facto, enquanto a etnografia integrativa parte do pressuposto de uma totalidade existente num determinado tecido social (visão holística dos grupos sociais) e a etnografia narrativa do pressuposto da totalidade individual (crença na identidade fixa e invariável dos sujeitos), já a etnografia combinatória salienta a natureza

heterogênea dos indivíduos e grupos, a sua hibridez e diversidade de estratégias e recursos que são mobilizados pelos indivíduos e grupos. Assim, o estudo elaborado segundo esta perspectiva metodológica não procura estudar entidades coletivas, mas sim situações e “atividades dinâmicas, no quadro de referências normativas complexas, situacionais e não unificadas” (Dodier e Baszanger, 1997: 51).

Assim, o objetivo deste tipo de etnografia é analisar situações, compará-las e categorizá-las segundo as dimensões analíticas apropriadas a cada objeto de estudo. Parte-se, portanto, do estudo da alteridade (diferentes atores, posições e recursos mobilizados), para construir um campo de posições actanciais variadas. Desta forma permite-nos dar conta da complexidade existente no objeto de estudo e compreender como os compromissos identitários vão sendo moldados e remodelados num processo nunca terminado.

#### **4.1. A opção pelo paradigma qualitativo**

Optamos, assim, pelo paradigma qualitativo, no sentido da abordagem feita por Burawoy à distinção (essencialmente pedagógica e para maior facilidade de compreensão e não como oposição) entre os métodos qualitativos e quantitativos. Com efeito, para o autor diferentemente dos métodos quantitativos<sup>10</sup>, os métodos qualitativos têm como seus princípios orientadores a intersubjetividade entre o analista e os sujeitos em estudo; a participação ativa no objeto de estudo; a relação dos processos locais com contexto externo e o objetivo de reconstruir uma teoria já existente.

Burawoy defende o método de estudo de caso alargado. Este, já aplicado nos anos 50 e 60 (nomeadamente por Max Gluckman e Clyde Mitchell) seria recuperado e aprofundado pelo autor no final do século XX.

Dentro das metodologias qualitativas o autor defende este método que assenta na observação participante e se caracteriza por quatro dimensões (Burawoy, 1991): intersubjetividade (no sentido em que o investigador deve entrar e experienciar no mundo do “outro”); processo (ideia de que as observações são organizadas no tempo e

---

<sup>10</sup> Cujos princípios de regulação são, segundo Burawoy: evitar a reatividade; assegurar a fidelidade e replicabilidade dos dados e certificar-se da sua representatividade.

no espaço, num processo permanente e continuamente reestruturado); estruturação (dimensão que equaciona o papel do contexto externo e suas influências sobre o objeto de estudo) e reconstrução teórica (observação parte sempre de um quadro teórico que é reformulado a partir dos novos dados obtidos no terreno).

Concretizando um pouco mais optaremos, deste modo, por uma pesquisa de terreno, situação para a qual é fundamental o desenvolvimento de relações entre o investigador e os estudados. Com efeito, nesta postura de abordagem ao terreno o investigador têm que desempenhar vários papéis, saber manejar relações e entrar nas interações e do dia-a-dia. “Fazer pesquisa de terreno não é, por conseguinte, uma mera utilização de uma série de técnicas uniformes, mas depende de uma complexa interação entre o problema a investigar, o investigador e os investigados”. (Burgess, 1997: 6).

Face a esta primeira introdução da metodologia que iremos seguir neste estudo, importa refletir sobre como se deve desenvolver o desenho da pesquisa neste tipo de abordagem, num estudo sociológico.

#### **4.2. Relevância da pesquisa de terreno na Sociologia**

A Pesquisa de Terreno como método inclui várias técnicas de investigação: a Observação Participante, entrevistas e análise documental essencialmente. Sendo muitas vezes conotada como método da Antropologia, tem sido utilizada pela Sociologia desde o século XIX. Com efeito, desde Frédéric Le Play (*Os Operários Europeus*, 1855), Charles Booth (*Povo de Londres*, 1889-1902), entre outros, passando pela Escola de Chicago no início do século XX, a pesquisa de terreno tem sido, aliás, uma constante nos estudos urbanos clássicos da Sociologia. Com a Escola de Chicago inaugura-se, aliás, uma relevante área da pesquisa da Sociologia Urbana, os “estudos de comunidade”.

Mais recentemente, as perspetivas mais microssociológicas – o interacionismo simbólico, fenomenologia e etnometodologia têm recorrido à pesquisa de terreno como forma de estudar o relacionamento social na sua dimensão interativa e comunicacional.

#### **4.3. A opção pelo estudo de caso/etnografia reflexiva e revisita focalizada**

Utilizámos, nesta pesquisa, o método do estudo de caso, na aceção que lhe confere Burawoy, isto é, como etnografia reflexiva (Burawoy, 1998). Este método assenta em 4 princípios:

1. Observador como participante
2. Reconstrução da teoria
3. Mudança nos processos internos (do local)
4. Forças externas (sociais)

Estes 4 princípios são também os momentos decisivos do método do estudo de caso (Burawoy, 1998).

No que consiste, então, a Etnografia Reflexiva? Trata-se de uma abordagem à observação participante que reconhece que fazemos parte do mundo que estudamos. Existe um mundo externo real, mas que só podemos conhecer mediante uma relação construída com este.

Tendo em conta a natureza e a história da nossa investigação no terreno de estudo – Bairro Amarelo, podemos ainda referir que a nossa estratégia de investigação passou pela revisitação etnográfica (já que se trata de um terreno de estudo onde já tínhamos efetuado uma pesquisa anterior e ao qual retornámos).

De forma resumida podemos dizer que a revisitação etnográfica consiste em estudar um terreno que já havia sido estudado anteriormente, normalmente com um novo enquadramento teórico, novas questões de pesquisa e novas interações entre investigador-investigados.

Assim, geralmente a revisitação implica que o etnógrafo adote diferentes posturas entre o primeiro trabalho e a revisitação (no nosso caso o primeiro estudo foi muito menos aprofundado e a presença no terreno muito mais curta), diferentes enfoques teóricos (se no primeiro estudo nos focámos na questão da pobreza e exclusão social, no presente o enfoque vai para a relação entre os sentidos públicos e dinâmicas privadas na construção identitária dos atores e na mediação entre o nível macro e microsocial). Para além da diferença trazida pelo investigador, a revisitação confronta-se sempre com mudanças do território em si mesmo. O bairro apresenta diferentes

dinâmicas internas, por um lado, e o contexto político, institucional e económico também mudou.

Temos dois grandes tipos de revisitação etnográfica: construtivista e realista.

Enquanto a primeira se foca no avanço teórico – refutação ou reconstrução do conhecimento acerca do objeto, que se pode dever à diferente relação entre observador/observados ou à diferente abordagem teórica ao objeto de estudo. Já a realista foca-se na mudança histórica do objeto de conhecimento, que se pode dever a processos de mudança interna (bairro) e/ou a forças externas que influenciam mudanças no objeto de estudo.

A tendência da Sociologia é focar-se nestes últimos aspetos, enquanto a Antropologia apenas na descrição das mudanças, da realidade “interna” (do espaço delimitado – do bairro neste caso). De facto, segundo Burawoy a Sociologia apresenta a tendência de salientar o determinismo socio histórico, sendo a Antropologia marcada pelo indeterminismo histórico. Aqui tentaremos efetuar uma “mediação” entre os dois já que, acreditamos, as mudanças internas estão intimamente relacionadas com as mudanças externas, havendo uma relação dialética entre os dois pontos de referência.

Portanto, a etnografia reflexiva reconhece dois dilemas: há um mundo fora de nós (momento realista) mas o etnógrafo só o pode conhecer relacionando-se com ele (momento construtivista) e os etnógrafos são parte desse mundo (momento interno) mas apenas parte dele (momento externo). Não há forma de superar esses dilemas, apenas considerá-los e refletir sobre eles.

No fundo estes dilemas atingem todos os métodos das Ciências Sociais sendo, talvez menos prementes, mas certamente refletidos pelos praticantes de outros métodos.

#### **4.4. Questões a refletir no uso da pesquisa de terreno**

Contudo, quando utilizamos a pesquisa de terreno como principal método de estudar um objeto em Sociologia, não podemos deixar de refletir acerca de uma série de questões que o próprio método impõe.

Sardan (2004) refere-se à antropologia empírica e à sociologia de terreno como os ramos mais artesanais das ciências sociais, no sentido em que as normas são relativamente pouco definidas. O autor fala em "quase-normas", normas virtuais que

permitem, não sempre, obter um "quase consenso" acerca das obras que são dessa forma elaboradas.

Ao fazer pesquisa qualitativa em sociologia ou antropologia não se trata tanto de encontrar "a verdade", mas sim de "plausibilidade" (tendência weberiana e não a tendência *popperiana* da "falsificação") na análise de uma determinada realidade social. Essa plausibilidade deve ser feita sempre procurando o rigor científico. Este rigor não pode ser apenas argumentativo, mas sim na relação entre os dados da pesquisa e a realidade de referência (terreno de estudo). "O terreno é uma forma particular de pesquisa nas ciências sociais, com as suas vantagens e inconvenientes, que não são nem melhores nem piores, simplesmente diferentes, de outras que encontramos quando vasculhamos arquivos empoeirados ou gerimos uma vasta equipa de inquiridores" (Sardan, 2004: 43)

Fundamental na pesquisa de terreno é, segundo Sardan (2004) a "emicidade" - recolha das representações dos atores pesquisados - e a "descritividade" - a observação das suas práticas. São essas duas propriedades do trabalho de campo que lhe dão a sua validade empírica e conferem à prática de pesquisa o necessário rigor científico.

Trata-se, para o autor, na pesquisa de terreno, de submeter o trabalho teórico à vigilância dos dados empíricos. Mas este exercício monográfico não basta, tem de ser complementado com a comparação e generalização (baseada na ligação do nível microsocial intensamente pesquisado ao nível meso e macro estudado através de outros mecanismos - no nosso caso através de entrevistas e análise documental).

O pacto etnográfico, segundo Sardan, consiste na garantia que o investigador deverá dar de que, na sua leitura da realidade estudada, a descreveu e compreendeu da maneira mais fiel possível. Ou seja, o estudo etnográfico não é a realidade em si nem o seu reflexo, é uma produção do investigador sobre a realidade, uma hipótese de interpretação da mesma. Contudo, a realidade das coisas (as pessoas, as situações) têm uma existência real e é face a essa realidade que o investigador deve ser fiel, tentando retratá-la sem a deturpar.

A primeira questão, e talvez a mais fundamental a ter em conta neste tipo de pesquisa, é que o principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador. Se esta questão é verdadeira para qualquer método de pesquisa nas Ciências Sociais, coloca-se com particular relevância na pesquisa de terreno, já que o investigador é o veículo único



através do qual se fará a recolha de informação. É ele que observa, que escolhe as dimensões/pessoas/locais e situações relevantes para observar e ele participa, mais ou menos ativamente, na vida das pessoas que está a estudar. Esta participação vai provocar, necessariamente, efeitos no seu objeto de estudo. Sendo esta uma realidade incontornável, o sociólogo deve refletir e problematizar a sua interferência no seu objeto, procurando compreender qual o seu impacto no desenrolar da pesquisa. Assim, torna-se fundamental que registe (no Diário de Campo) não apenas as observações que faz e as informações que obtém, mas como o faz, o contexto em que aconteceu e qual o seu papel no mesmo.

Deste modo, afirma Costa (Silva e Pinto, 2001: 132), o sociólogo deve registar três tipos de informação: observações e informações; reflexões teóricas e metodológicas e impressões e estados de espírito.

Com efeito, é a partir das suas impressões e estados de espírito, da forma como encara o que observa, das informações que recebe e das suas reflexões teóricas e metodológicas que o investigador decide o que é ou não relevante de ser observado.

Sendo a pesquisa de terreno um método que decorre nas situações reais de vida (método não artificial), está sujeito a muita variabilidade, a uma grande e inesperada sucessão de situações que fogem ao controlo do investigador. Assim, é necessário que este esteja metodologicamente bem preparado e que saiba (teoricamente) o que procura, para não correr o risco de se perder no rebuliço que é a vida real das pessoas e se desviar do objetivo do estudo.

Assim, o investigador tem que tomar, muitas vezes, decisões rápidas e não planeadas antecipadamente. Houve situações durante a pesquisa em que tivemos, com efeito, que agir intuitivamente e contrariando de certa forma o que pensávamos fazer inicialmente. Aquando da observação participante junto dos marchantes do Centro Comunitário PIA II, por exemplo, tínhamos planeado fazer uma observação sem muita interferência e passar o mais despercebido possível para causar o menor impacto possível junto dos atores. Contudo, houve situações em que os marchantes estavam a trabalhar nos cenários e a transportar objetos e arcos e em que claramente precisavam de uma ajuda extra e nesses casos intuitivamente tivemos de participar ativamente na preparação e arrumação dos materiais, já que não o fazendo poderíamos ser mal

interpretados e julgados – situação que poderia colocar a empatia e receptividade que já tínhamos conquistado em causa e dificultar o prosseguimento da investigação.

Voltando à questão da interferência do investigador, verificamos que esta é tanto maior quanto a pesquisa de terreno é realizada numa pequena unidade social, como é o nosso caso. Nestas situações, devido à grande familiaridade que caracteriza os atores sociais e ao seu interconhecimento, a presença do investigador é facilmente notada e pode, principalmente no início da pesquisa, causar um grande impacto no meio social. O trabalho de campo reorganiza, com efeito, não apenas a relação entre o observador e os observados, como o próprio tecido social em análise. Essa interferência fez-se sentir bastante no nosso trabalho, essencialmente nos primeiros contactos com os moradores. Foi visível em espaços públicos do bairro (cafés, restaurantes e mesmo pelas ruas) em que notámos que nos primeiros dias a nossa presença era notada, pelo olhar e postura inquisitiva e desconfiada de algumas pessoas, mas também no Espaço Jovem onde fizemos boa parte da observação participante, nas primeiras semanas. Nas primeiras incursões ao terreno pudemos constatar que a nossa presença levava a que os jovens e mesmo os monitores do espaço se retraíssem nas suas ações – mantinham uma postura mais formal, seguindo à risca as regras do espaço (que está muito normalizado), falavam baixo, pediam autorização para utilizar os computadores, etc. Com o passar do tempo a atitude foi mudando, crescendo cada vez mais a espontaneidade, a forma de comunicação e de utilização do espaço revelou ser muito mais informal e menos regrada. Também junto dos rappers com quem convivemos vimos que nas primeiras conversas informais as suas atitudes e conversas eram bastante contidas, revelando pouca informação, especialmente informações que se referissem a comportamentos considerados contra normativos ou a oposições entre atores no bairro. Com a presença prolongada no terreno a nossa presença passou a ser considerada normal, a receção e a postura passou a manter-se mesmo estando a investigadora presente. As próprias conversas passaram a ser muito mais informais e abertas, a postura dos jovens mais solta e a quantidade e pertinência das informações dadas alterou-se significativamente.

Como acontece com todos os estudos em que se utiliza a pesquisa de terreno, houve a necessidade de negociar rapidamente qual o nosso papel ali, tal como o objetivo do estudo. Contudo, esta negociação não foi igual com todos os atores pesquisados. Se

com a instituição que nos permitiu o acesso ao Espaço Jovem (Santa Casa da Misericórdia) a negociação foi extremamente formal e exaustiva na explicação dos objetivos do estudo, com os jovens a abordagem sobre o que se estava a estudar foi muito vaga, o mais vago que conseguimos de forma a ter o menor impacto possível nas suas declarações e atitudes.

Na pesquisa de terreno nem sempre a observação é participante, havendo situações em que se coloca em prática apenas uma “observação direta”: observação que não envolve diálogo, mas apenas observação. Esta foi muito pouco utilizada neste estudo e essencialmente nos primeiros meses da pesquisa, no primeiro momento de integração no bairro e essencialmente nos espaços públicos. Seguindo a tipologia de Gold acerca dos papéis desempenhados pelo investigador na pesquisa de terreno (participante, observador-participante, participante-observador e observador), apesar de na grande maioria do tempo ter sido observador-participante (interagindo ao mesmo tempo que observava), houve períodos em que apenas fomos participante (voluntariado na creche no início da pesquisa), períodos em que dominou a componente de participante-observador (no início no Espaço Jovem, em que o contacto com os atores era breve e formal, na assistência dos ensaios da marcha, principalmente no início) e alturas, ainda, em que apenas exercemos o papel de observador nos tais contextos públicos – cafés, lojas que frequentávamos com a intenção de conhecer melhor o bairro e tornar a nossa presença familiar para os seus habitantes.

Algumas regras básicas que são tradicionalmente usadas na pesquisa de terreno para controlar a interferência do investigador no terreno são a duração da estadia no mesmo, o privilégio que deve ser dado à informalidade, assim como o recurso a informantes privilegiados.

Relativamente à duração da estadia no terreno esta tem que ser necessariamente longa (depende de cada caso, não havendo datas ideais à partida) para que as pessoas se possam habituar à presença do investigador e voltem a agir com naturalidade mesmo na sua presença. Por essa razão, para além da necessidade de recolha de informação, o tempo global da nossa presença no bairro (de forma não consecutiva mas bastante constante) foi de cerca de 3 anos.

Quanto à segunda regra pudemos constatar, pelo menos no caso de um terreno como o nosso, que uma interação informal favorece, de facto, a flexibilidade e um menor papel dominante do investigador sobre os investigados, facilitando assim o processo de integração do investigador no terreno, a habituação dos observados ao mesmo e consequente facilitação do processo de investigação e obtenção de informações.

Relativamente aos informantes privilegiados, têm um papel fundamental em vários aspetos. Por um lado facilitam a “entrada em cena” do investigador no tecido social local, facilitam o estabelecimento de pontes com uma grande variedade de atores sociais locais e ajudam na obtenção de informações acerca de várias situações, atores e grupos sociais do tecido social local. Para que possam desempenhar esse papel têm que ser indivíduos com preponderância na unidade social em estudo. É necessário, contudo, não esquecer que, por muito elevado que seja o seu conhecimento do objeto de estudo, estes informantes são parte do tecido social local e, logo, também eles têm as suas próprias representações sociais, posicionamentos e pontos de vista. Assim, o investigador nunca pode substituir a sua análise pela dos seus informantes, nem esquecer que qualquer informante tem um determinado posicionamento na vida social local, pelo que lhe abrirá portas, mas poderá fechar outras. No nosso caso tivemos alguns informantes que constituíram um ponto de apoio e porta de entrada importantes em contextos diversos (nas marchas, dois marchantes mais antigos que já conhecíamos do estudo anterior, no meio do hip-hop um dos rappers foi particularmente importante, sempre disponível a apresentar-nos a outros rappers, mesmo aqueles à partida menos interessados a participar da investigação), mas tivemos o apoio constante em vários cenários do bairro de um antigo colega de escola, monitor do Espaço Jovem e jovem com uma rede de interações muito alargada no bairro. O seu papel foi fundamental a vários níveis: na facilitação do processo de autorização da Santa Casa da Misericórdia para que a observação-participante no Espaço Jovem fosse possível; na introdução da investigadora no mesmo e na sensibilização dos frequentadores do Espaço, assim como dos seus monitores, para que facilitassem e ajudassem no processo de pesquisa; na apresentação aos marchantes do Centro Comunitário PIA II e integração da investigadora nos ensaios e preparação dos materiais e ainda junto de populações mais fechadas e de mais difícil acesso, nomeadamente entre os rappers e mesmo o grupo de

jovens responsáveis pelas atividades ilícitas praticadas no bairro (tráfico de estupefacientes).

Dentro do estudo de caso devemos utilizar técnicas variadas, já que cada uma tem vantagens específicas, servindo propósitos próprios. Assim, se pretendemos captar comportamentos, discursos e acontecimentos que são observáveis mas de que muitas vezes os atores sociais não têm plena consciência, então a observação participante é a técnica ideal.

Já a entrevista é fundamental para compreender as normas, valores e *status* institucionalizados e cristalizados na percepção individual e coletiva ou, dito de outro modo, as representações sociais. A entrevista a informantes privilegiados com forte conhecimento do terreno pode substituir censos por questionário ou consulta de arquivos de difícil acesso, tal como o acesso a informações de situações passadas e ao historial de um determinado grupo ou contexto social.

Por fim, a consulta arquivística pode ser fundamental para descrever atividades, para fazer a história de um determinado grupo ou local.

No presente estudo utilizámos todas estas técnicas: a consulta arquivística foi fundamental para percebermos como se deu a produção do espaço (desde a criação do PIA pelo FFH em 1976 ao atual Plano de Urbanização de Almada Poente) e o papel das instituições sociais no bairro, nomeadamente o papel do Programa Escolhas no mesmo. Tivemos acesso e pesquisámos variados documentos desde decretos-lei, documentos das várias instituições que foram gerindo o PIA (FFH, IGAPHE, INH e IHRU), da Câmara Municipal de Almada, do Programa Escolhas e da Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente do Centro Comunitário PIA II que desta faz parte e que gere o projeto Geração Cool (situ no Espaço Jovem onde fizemos a observação participante).

A observação (direta e participante) foi utilizada em vários períodos da pesquisa e com vários grupos sociais como foi mencionado anteriormente. As conversas informais foram uma constante em todo o processo, já as entrevistas semiestruturadas foram realizadas a grupos entretanto identificados como relevantes para a pesquisa dos modos de vida e construção identitária juvenil no bairro: aos marchantes, aos rappers, aos jovens em situação de contra normatividade (atividades ilícitas), aos monitores do

projeto Geração Cool e aos utilizadores do mesmo e, ainda, entrevistas abertas com técnicos da Câmara Municipal de Almada e da Santa Casa da Misericórdia.

Apesar da variedade de técnicas que podem e devem ser utilizadas na pesquisa de terreno, salientamos o “primado epistemológico” da observação metódica e sistemática defendida por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (cit in Costa, idem: 140), já que é através da observação que nos vamos aperceber das dimensões de análise mais relevantes, dos posicionamentos dos atores e é através dela que vamos perceber quando “esgotámos” o nosso objeto de estudo, isto é, quando obtivemos os “efeito de redundância” e “efeito de saturação” – situação em que mais observações e mais entrevistas ou conversas informais não nos acrescentam nova informação – o que nos permite terminar a recolha de informação. A observação sistemática permite-nos ainda comparar as informações obtidas através das entrevistas e conversas informais com os atores sociais (que nos revelam as suas representações sociais, valores, crenças, aspirações e expectativas) com a sua prática. Desta análise relacional surgem por vezes constatações muito interessantes, seja de congruência ou incongruência entre as declarações e as práticas dos atores, que podem trazer uma grande riqueza de informação ao investigador.

É importante aqui realçar que a tradicional divisão da pesquisa em quatro fases nas ciências sociais (planificação, recolha de informação, registo da informação e análise de dados) não decorre, na pesquisa de terreno como a que aqui encetámos, de forma linear. De facto, embora possa haver alguma cronologia seguida (por exemplo, é difícil analisar dados se ainda não os recolhemos), essas quatro fases são feitas normalmente de forma dinâmica e muitas vezes simultânea, nomeadamente a planificação e análise que estão sempre dependentes uma da outra. No nosso caso houve, com efeito, uma constante replanificação da pesquisa a partir da análise parcial dos dados que íamos recolhendo através da observação, conversas informais e entrevistas. Um exemplo paradigmático foi a descoberta da importância das marchas populares como marcador identitário para estes jovens, que a investigadora desconhecia por completo. Com efeito, foi durante as primeiras observações efetuadas no Espaço Jovem e nomeadamente em conversas informais com os técnicos do mesmo que nos apercebemos da relevância que esta atividade tinha no bairro e nomeadamente nas camadas juvenis. Assim, incluímos essa atividade nas atividades que iríamos observar e

mais tarde daríamos a esta um estatuto de marcador identitário na pesquisa, devido aos dados que entretanto recolhemos junto dos marchantes.

Referindo-nos, agora, à importância da redação de notas de terreno (tanto descritivas, metodológicas como reflexivas), é de realçar que houve notas que nos fizeram redefinir o nosso objeto de estudo. Um exemplo foi quando, após uma conversa informal com um dos jovens do bairro (da qual tirámos notas), fomos reler e uma afirmação nos despertou a atenção. O jovem dizia, a propósito da marcha do Raposo: “também é daqui”. O Raposo é um bairro contíguo ao bairro Amarelo mas, por fazer ainda parte do PIA é sentido como sendo o mesmo grupo de referência. Isto levou-me a repensar se a unidade de análise deveria ser apenas o bairro amarelo ou se deveria ser o PIA como um todo. A partir daí fomos incluindo essa interrogação nos tópicos a abordar nas conversas informais, por forma a percebermos qual deveria ser a nossa unidade de análise.

As notas de terreno permite, assim, fazer a ligação entre as interações sociais relevantes encontradas no terreno e descortinar como é que essas interações refletem as estruturas sociais nas quais estão imersas (que as enquadram). Permite, então, um diálogo constante entre observação e teoria. É, portanto, de extrema importância a descrição (escrita clara) que permita compreender a ligação entre as categorias do investigador e as informações do terreno.

Mas este vaivém permanente entre a definição do problema e a seleção da unidade de estudo nunca deverá ser arbitrária.

No nosso caso, e mediante os *inputs* que fomos recebendo do terreno (tanto pela consulta arquivística como principalmente pelas notas da observação participante, como referimos), a seleção da unidade de estudo foi-se fazendo no constante confronto entre objeto empírico e objeto teórico, tratando-se de um objeto analisado a várias escalas.

Numa primeira escala analisámos e estudámos o Plano Integrado de Almada, porque percebemos que seria muito pouco profícuo tentar compreender as dinâmicas (tanto públicas como privadas) do Bairro Amarelo, sem o enquadrar no tecido socio-urbanístico que o envolve.

Numa segunda escala fomos progressivamente escolhendo os locais semipúblicos (“pedaços” de Magnani e “situações” de Agier) em que se podiam

apreender os modos de vida dos jovens (um desses pedaços, que assumiu muita importância no decorrer da investigação, pela sua relevância para a construção identitária e enformação das rotinas e solidariedades dos jovens) foram as associações de apoio social. Destas, escolhemos o Espaço Jovem onde decorria o Projeto Geração Cool do Programa Escolhas, por duas ordens de razão. Em primeiro lugar porque é o espaço semipúblico que mais jovens mobiliza em toda a área do PIA (não apenas do Bairro Amarelo, como de todos os 17 bairros que atualmente compõem o PIA). Em segundo lugar porque este espaço implementa um tipo intervenção social típica do modelo procedimental das políticas públicas territorializadas que descrevemos anteriormente, mostrando ser um excelente analisador da tensão existente entre os sentidos públicos impostos de cima (nomeadamente os constrangimentos europeus) e a apropriação que é feita pelos beneficiários, assim como a mediação que cabe aos técnicos responsáveis pela aplicação das políticas.

Por fim, numa terceira escala de análise, dedicámo-nos à compreensão das práticas e estratégias encetadas pelos atores sociais, no contexto desses “pedaços” do PIA. As práticas a analisar não foram escolhidas antecipadamente, mas sim com o decorrer da pesquisa, a partir das análises prévias que íamos fazendo aos primeiros dados recolhidos. Escolhemos para uma análise mais detalhada as marchas populares; as dinâmicas de utilização do Espaço Jovem e o *hip hop* devido a serem “experiências suficientemente significativas, criadoras de fronteiras simbólicas” (Velho, 1981: 16 *cit in* Cordeiro, 2010: 118) e por permitirem analisar as relações entre a “produção” institucional/normativa e a “apropriação” dos jovens de cada uma destas práticas. Quanto aos constrangimentos institucionais temos, no caso das marchas, a imposição normativa efetuada pela CMA e pela Santa Casa da Misericórdia e, no caso dos usuários do Espaço Jovem, as diretrizes do Programa Escolhas e do Governo. Já no caso do *hip hop* a situação é mais complexa, já que dentro dos atores do *hip hop* – rappers – temos dois tipos-ideais no bairro (sendo que a maioria dos jovens se encontra algures entre um e outro tipo ideal, como veremos adiante). Temos, por um lado, os “rappers domesticados” pelas instituições, nomeadamente, e mais uma vez, o Espaço Jovem e, por outro, os “rappers underground” no outro extremo.

Mas em qualquer um destes casos, destas atividades, é claro o jogo entre “produção” e “apropriação”, isto é, entre os constrangimentos institucionais e as



dinâmicas privadas dos atores na construção da sua identidade e estratégias de vida. São, por isso, analisadores bastante adequados do nível meso-social das dinâmicas juvenis urbanas. São, em suma, espaços de mediação.

## 5. A ETNOGRAFIA URBANA E A ANÁLISE SITUACIONAL

Nesta tese olhamos a cidade numa perspetiva macrosocial (políticas de construção e gestão do espaço, nomeadamente através da análise documental), mas também na perspetiva microsocial (tendo o indivíduo como ponto de partida – através da etnografia), mas sempre procurando enquadrar a análise no nível meso-social, isto é, procurando perceber como é que as dinâmicas estruturais e interacionais se fazem sentir nos espaços de referência: nos grupos e redes, dos mais informais aos mais formais/institucionais, em várias escalas e planos (Cordeiro, 2010: 115).

Para convenientemente analisarmos como é que se estabelece a relação entre o nível macroestrutural e microsocial precisamos de recorrer a conceitos teóricos que nos apoiem na análise dos dados recolhidos. Na realidade, da Sociologia à Antropologia temos uma série de autores que nos permitem fazer essa ponte de forma bastante heurística.

Então, como tem sido o nível meso-social analisado nos estudos urbanos?

Desde a noção de “região” da Escola de Chicago ou, ainda melhor, o conceito de “cidade-mosaico” de Robert Park ou “cidade-caleidoscópio” de Ulf Hannerz, já nesta fase se procurava refletir sobre espaços intermédios de vida social já que, diversamente das “áreas naturais” de Park, com estes conceitos já se problematiza a componente de planificação (a mão das Políticas Públicas que se faz sentir).

Posteriormente temos a tradição da Escola de Manchester e nomeadamente o conceito de “situação” de Evans-Prichard ou o conceito de “rede social” de Barnes, ambos procurando desespacializar a pesquisa urbana ao referirem que não são os limites espaciais mas sim interacionais/relacionais que definem a situação.

Nos anos 70 do Século XX assistimos a uma nova etapa dos estudos urbanos, com o diálogo interdisciplinar, nomeadamente entre a Antropologia e a Sociologia, mas também com a Geografia, a Economia e a Política.

No âmbito da Sociologia Urbana uma das teorizações mais profícuas e consolidadas na análise do nível meso-social é a teorização desenvolvida por Jean Remy e Liliane Voyé.

Segundo a teorização destes autores o espaço pode ser visto como suporte físico e como código cultural. O espaço como suporte físico consiste na materialidade do

espaço e pode apresentar ligações com os sistemas de interações sociais. É nesta categoria que habitualmente se pensa nos espaços rurais e urbanos, dispersos ou concentrados, etc., e que se afirma que os espaços fisicamente segregados e socialmente homogêneos pela concentração espacial de certas categorias da população (como os bairros sociais ou as zonas de barracas) determinam a configuração de traços culturais comuns e definem zonas espaciais concretas nas quais determinado tipo de problemas sociais se apresenta de forma similar.

Já o espaço visto como código cultural remete para a apropriação que dele é feita pelas populações, remetendo para classificações (impostas, por um lado, e apropriadas de maneira mais ou menos original, por outro) de dentro/fora, bom/mau, que conotam positiva ou negativamente um espaço em função das ações e relações que nele se desenrolam. É esta atribuição de significado social e simbólico a um espaço que vai fazer dele a base para o desenvolvimento de uma identidade social coletiva e, por vezes, da delineação de um projeto coletivo. Aparecem assim as identificações com os bairros, com determinadas regiões, etc., sendo o espaço apreendido como “território próprio” e fator de visibilidade do grupo. Sobre este espaço como código cultural vão-se desenvolver ações não apenas da parte dos seus habitantes (que criam associações, que reivindicam a partir da sua pertença a um espaço, que produzem elementos culturais/recreativos, como música por exemplo, baseada na sua identidade agregada a um espaço) como das instituições que definem zonas urbanas, definem políticas e criam programas especificamente dirigidos a esses espaços, concebidos como entidades em si. É neste sentido que podemos enquadrar as práticas juvenis que iremos analisar e que referimos acima.

O espaço pode ser, assim, um fator de determinação em dois sentidos: a um nível estrutural contribuindo para a definição das relações entre indivíduos e entre grupos sociais, ou seja, definindo as redes de interação; e a um nível simbólico ajudando a estruturar as representações de si e dos outros, da sua relação aos outros e da sua forma de ser e estar no mundo social. O espaço aparece deste modo como um fator de constrangimentos e possibilidades, definindo, conjugado com outras determinantes do mundo social, as relações de associação e oposição, de integração e exclusão no mundo social.

Isto significa dizer que o espaço não pode ser visto como um fator determinante isolado dos outros, devendo ser considerado paralelamente com outros fatores, tais como o sistema social e cultural, a situação económica, política e as configurações simbólicas. É na articulação com todos estes elementos que podemos pensar na variável espacial como determinante das relações sociais.

Para clarificar este facto, de que a materialidade do espaço não é sempre definidora do mesmo tipo de relações sociais, interações e representações, Remy vai diferenciar as “lógicas de apropriação” das “lógicas de produção” do espaço, que refletimos neste estudo. Estas estabelecem a diferença entre uma situação em que se apropria um produto já existente (uma determinada configuração espacial e social) e o momento da definição das condições de produção de um produto novo. Assim, podemos encontrar um produto determinado, ou seja, uma determinada configuração espacial e social que pode ser apropriada de forma diferente pelos atores sociais, pela comunidade, o que vai determinar uma lógica de produção (neste caso de reprodução) de novas configurações sócio espaciais, diferenciadas conforme a forma de apropriação da primeira configuração espacial e social pelos diferentes grupos. Ou seja, um determinado espaço, com as características sociais, relacionais e culturais que lhe estão associadas, pode não determinar a mesma lógica de apropriação, as mesmas representações sociais e as mesmas ações e relações entre agentes, pode ser diferentemente apropriada, o que levará a resultados diferentes, tanto a nível das interações e relações sociais, como das representações de si (como indivíduo ou grupo) e dos outros, como da ação individual e grupal e da definição, ou não, de um projeto coletivo. Assim, afirma o autor: “Les champs de contraintes et de possibilités résultant des combinatoires spatiales, concrètes et perçues, peuvent être considérés comme une produit social «déjà là», qui est approprié de façons différentes sinon divergentes selon les positions sociales.” (Remy e Voyé, 1998: 94)

Apenas com uma visão multidimensional e abrangente de todos os constrangimentos, mas também das possibilidades que uma realidade social apresenta é que podemos melhor compreender o papel do espaço na determinação das relações sociais. É esta relação interativa entre diferentes dimensões da vida social que nos permite perceber, por exemplo, os efeitos extremamente diferentes que apresentam espaços de habitação degradados em locais desenvolvidos, como acontece

normalmente nas cidades, e em zonas mais pobres. Assim, no espaço urbano grande parte dos espaços habitacionais caracterizam-se por uma boa “imagem”, tanto a nível da qualidade das construções dos edifícios, da aparência e do cuidado dos equipamentos coletivos e dos espaços públicos. Este facto vai fazer com que parques habitacionais mais degradados (como bairros sociais e zonas de barracas, por exemplo) tenham uma visibilidade acrescida, sendo imediatamente conotados com zonas degradadas, de categorias sociais pobres e que sofrem, pela sua visibilidade, uma estigmatização forte. Contrariamente, pode-se observar em determinadas zonas caracterizadas por um menor desenvolvimento e por uma pobreza mais disseminada (como acontece em algumas zonas rurais), uma homogeneidade da precariedade, ou pelo menos uma menor discrepância entre zonas “ricas” e zonas “pobres”. Assim, podemos considerar que a segregação espacial de categorias desfavorecidas em determinados bairros, por exemplo, pode não acarretar sempre as mesmas consequências a nível da sua imagem social e, em consequência, das suas interações e relações sociais com os outros. O caso do bairro/zona que aqui estudamos enquadra-se no primeiro tipo, de zonas degradadas e extremamente visíveis e, por isso, estigmatizadas, devido ao facto de estarem enquadradas num parque habitacional moderno e numa zona economicamente bastante favorecida.

Para a análise dos nossos dados interessar-nos-á mobilizar os conceitos de “situação” e de “rede” de Agier, assim como os de “pedaço”, “mancha” e “circuito” de Magnani, pelo que aqui os desenvolveremos.

Agier (1996) começa por questionar a validade dos cientistas sociais tirarem conclusões sobre a cidade com base apenas numa parte desta. O autor afirma que podemos fazê-lo apesar de os resultados da pesquisa etnográfica serem inevitavelmente parciais. Como torna-los, então, generalizáveis? Podemos fazê-lo através de metáforas (a cidade vista como mosaico, por exemplo), por comparação (entre bairros, por exemplo) ou através do diálogo interdisciplinar (por exemplo, encaixando a escala do etnólogo com as da economia, macrosociologia, política urbana, etc.). Como vimos anteriormente é nesta sobreposição de escalas que se enquadra este estudo.

No artigo “Les savoirs urbains de l’anthropologie” o autor reflete acerca do processo de pesquisa urbana do etnólogo, pensando a antropologia urbana como uma

“montagem” de sequências da vida urbana retiradas de uma parte ínfima do real fluxo da vida no mundo.

Uma primeira constatação é que a pesquisa etnográfica produz conhecimentos ancorados no nível microssocial. Pela etnografia, como referimos, não conseguimos conhecer a totalidade da vida urbana, a não ser por exercícios de análise (metáforas, comparações) e pelo diálogo interdisciplinar (cruzamento da escala da etnografia com as da economia, macrossociologia, política urbana, entre outras). Foi isto que fizemos no estudo: conjugação da etnografia com outras formas de pesquisa (escala macro e meso, para além da microssocial permitida pela etnografia).

Segundo Agier a etnografia/pesquisa de terreno baseia-se em informações diretas (recolhidas em primeira mão e de carácter pessoal) recolhidas no terreno. É através de um encadeamento de operações indutivas que o investigador estrutura todas as informações sobre o terreno que recolheu, o que lhe permite a construção teórica à escala da cidade. Contudo, esta passagem do nível microssocial para o nível macrossocial não acontece de forma espontânea nem automática, sendo necessárias “noções intermediárias” que permitam a passagem de um a outro nível. Há, assim, a necessidade de criar "noções intermediárias" para fazer a ponte entre a pesquisa etnográfica (micro social) e um quadro de questionamento/objeto de estudo macrossocial. Temos, então, uma questão a resolver: construir uma reflexão e metodologia centradas no indivíduo inserido num contexto social e culturalmente heterogéneo (olhar macrossocial) sem perder de vista o nível das ações e interações sociais (microssocial).

Para Agier a proposta de resolução passa pelos conceitos de "região", "situação" e "rede". A noção de "região", nascida com as "áreas naturais" de Robert Park, corre o risco de reificar espaços da cidade como socialmente homogéneos. É esta noção que dá origem aos famosos estudos de comunidade e "monografias de bairro". É uma tradição que corre o risco do culturalismo e ausência de integração da diversidade e complexidade da vida urbana atual. Já o conceito de “situação” apresenta-se muito mais heurístico e adaptado ao mundo contemporâneo, não prendendo o investigador ao constrangimento local. Neste caso não são os limites espaciais que definem a situação e a pesquisa, mas os da interação. Trata-se, portanto, de uma postura investigativa que toma como unidade de análise a observação de fenómenos na escala da interação, o

que permite captar os constrangimentos macrosociais que intervêm na interação microsocial.

O conceito de situação permite “isolar intelectualmente um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos a fim de facilitar uma análise coerente. Esta coerência é dada, desde logo, pela «definição cognitiva» da situação”, remetendo aqui para a noção de “shared meaning” de Mitchell.

Temos, portanto, uma situação que se desenrola num quadro social (*setting*), ou seja, o contexto estrutural que enquadra a mesma e as interações que nela se desenrolam. No nosso caso de estudo apercebemo-nos com relativa facilidade de *settings* que influenciam as situações estudadas: a baixa condição social dos habitantes, a definição sociopolítica do território como espaço problemático e alvo de múltiplas políticas sociais, a heterogeneidade étnica e cultural, entre outros.

O grande desafio torna-se, para o investigador, compreender até que ponto este quadro estrutural influencia os padrões de comportamento e as representações sociais dos habitantes e, conseqüentemente, o tipo de interações estabelecidas e as estratégias utilizadas, enfim, a(s) construção(s) identitária(s) possíveis.

Como referem vários autores, dos quais temos vindo a dar conta, este plano intermédio de análise do social, que Agier designa de “situação” necessita de uma definição *emic* e *etic*. A primeira corresponde à forma como os próprios atores definem a situação e, logo, como estabelecem interação na base de conhecimentos e sentidos partilhados (ideia de *shared meaning* que reenvia para a tradição interacionista). A definição *etic* resulta dos constrangimentos sociais mais vastos que são impostos à situação – processos sociais, económicos, políticos, etc. que influenciam a situação e a interação entre os atores.

A diversa conjugação das duas influências resulta em diferentes relações entre a interação, a situação e o quadro social, resultando, para Agier, em três tipos diferentes de situações: a “situação social ocasional/fortuita”, “situação social repetitiva/habitual” e “situação ritual”. Enquanto o primeiro tipo consiste numa situação com um engajamento mínimo dos atores e num mínimo de sentido partilhado e troca interacional (não sendo, por isso, alvo de muito interesse da pesquisa sociológica), já o segundo e terceiro tipo de situação são de extrema relevância na nossa pesquisa.

No caso da situação social habitual deparamo-nos, segundo Agier, com um “engajamento *emic* e as determinações *etic*” de carácter regular e geralmente localizados. Ou seja, tratam-se das situações mais habituais da interação humana, em que o comportamento individual e coletivo é influenciado pelos constrangimentos estruturais. São, portanto, as situações sociais mais previsíveis, em que o investigador percebe os fundamentos da interação que observa (baseado nos seus conhecimentos do terreno e dos processos macrosociais que influenciam o mesmo). Podemos aqui referir que o dia-a-dia dos jovens do bairro, as suas rotinas escola-bairro-casa, a sua participação nas instituições sociais de apoio aos jovens existentes no bairro com certa regularidade, a desocupação de muitos deles, o desenvolvimento de expressividades culturais como o *hip hop*, entre outras, são situações expectáveis face ao conhecimento que já tínhamos das dinâmicas que afetam o bairro e os seus jovens.

Já as situações rituais são marcadas pelo seu carácter excecional, apresentando-se esta excecionalidade de diferentes formas: inversão, perversão, deturpação e reinvenção de situações/formas de agir consideradas habituais. Há, nestes casos, uma redefinição da situação pelos atores, ou seja, podemos afirmar que são situações em que a dimensão *emic* ganha peso sobre as condicionantes *etic*. São estas situações que nos interessarão aprofundar porque é a partir delas que conseguimos apreender a forma específica e particular segundo a qual determinados grupos sociais atuam e como se processa a sua construção identitária a partir da apropriação diferenciada que fazem dos recursos/situações com que são confrontados. Como refere Agier “este tipo de situações presta-se particularmente ao estudo de estratégias identitárias coletivas”, precisamente o objetivo último do nosso trabalho de pesquisa. Podemos desde já referir, a título de exemplo, os casos das marchas populares (particularmente os dias de desfile e a preparação e convívio estabelecido entre os jovens antes do mesmo), os festivais e celebrações organizadas pelos jovens (como o Dia de África, por exemplo), mas também as estratégias ambíguas de alguns atores sociais (por exemplo, o caso de jovens que simultaneamente e continuamente utilizam recursos institucionais que os fazem estar “dentro do sistema” – pensemos no caso dos rappers que utilizam o estúdio do Espaço Jovem e fazem rap de mainstream com letras (conteúdos normativos) aprovadas pela Santa Casa da Misericórdia – ao mesmo tempo usando-os para um propósito exatamente oposto – para produzir músicas altamente fora do circuito



mainstream, com mensagens políticas e sociais muito fortes e mesmo dentro do campo da contranormatividade).

Portanto, a análise situacional proposta por Agier permite-nos, na análise dos dados do terreno, contemplar o quadro espacial e institucional que enquadra as ações e representações dos atores mas sem o fazer numa perspetiva rígida e determinista. Permite enquadrar a ação mas sempre considerando a sua fluidez e o papel da apropriação individual e grupal na mesma.

Por fim, o conceito de “rede” de Agier aparece como a síntese das situações vividas e apreendidas pelos atores. Trata-se do estabelecimento, através das múltiplas situações analisadas, de redes sociais em ação, no terreno de pesquisa. Através do conceito de “redes sociais” conseguimos, então, articular as diversas situações interacionais analisadas.

Estas redes podem existir na base de diversos tipos de ligação entre os indivíduos. Podem ser ligações baseadas em parentesco, na vizinhança, na partilha de objetivos comuns, no sentimento de pertença a uma mesma comunidade ou grupo. Veremos que no caso em estudo predominam as redes baseadas no sentimento de estigmatização, em grande parte fomentado pela pertença a um espaço socialmente desqualificado, mas também redes sociais com base em projetos culturais considerados desviantes como o *hip hop* ou ainda redes fomentadas pelos poderes institucionais e mediados pelas associações em ação no terreno – o caso dos “Putos do Bairro” analisado adiante. Enquanto algumas destas redes – como esta última – têm um desenvolvimento já mais formalizado, outras, como o grupo de rappers underground que estudámos, têm um laço e uma estruturação informal. De qualquer forma, em todos estes casos que analisaremos podemos concluir que estas redes enformam grandemente o sentimento de pertença e a construção identitária dos seus membros.

Teremos, assim, uma análise a três tempos. Em primeiro lugar procuraremos descrever as “regiões morais”, isto é, as representações sociais dos atores; num segundo momento procurar compreender como se constroem, nas situações analisadas, quadros interacionais e intersubjetivos e assim, apoiando a análise nestas diferentes situações, perceber as redes/relações sociais que se processam *in situ*, se possível concretizando-as numa tipologia explicativa.

No mesmo sentido, Magnani refere que a “etnografia urbana” permite ultrapassar a dicotomia indivíduo-sociedade (mega estruturas urbanas). Fá-lo através da análise de “grupos, redes, sistemas de troca, pontos de encontro, instituições, arranjos, trajetos e outras mediações por meio das quais aquela entidade abstrata do indivíduo participa efetivamente, em seu quotidiano, na cidade” (Magnani, 2002: 17).

A etnografia permite, com efeito olhar a vida urbana “de dentro” e captar os diferentes “arranjos” que os indivíduos constroem na sua relação com as macroestruturas sociais citadinas, mas sempre no sentido de evidenciar a não linearidade das identidades e das ações do urbanita. São conceitos como os de “situação” e “rede” de Agier, “quadro de interação local” de Firmino da Costa ou “pedaço”, “mancha” e “circuito” de Magnani que permitem ao analista centrar a sua análise nos dois lados, sempre presentes, na ação humana: as práticas dos atores e o seu contexto, sendo o desafio compreender a forma como se dá a mediação entre as duas.

Mas como organizar a informação (geralmente extensa) recolhida a partir da etnografia para respondermos a esse desafio? Segundo Magnani pode-se partir de dois pressupostos diferentes: da “totalidade” (uma “aldeia” ou bairro, por exemplo) ou da identificação de “famílias de categorias” (modalidade que utilizaremos nesta tese).

A etnografia pressupõe que se consiga circunscrever fronteiras simbólicas que delimitem o caso em análise e a unidade de observação de forma não arbitrária e que os indivíduos reconheçam como “totalidades”. Pode ser feito circunscrevendo um lugar, uma situação, uma rede social. No nosso caso concreto fizemo-lo recorrendo à análise, em primeiro lugar, dos atores com as suas representações e enquadrados nas situações em que interagem, para daí passarmos à análise das redes sociais que no nosso terreno de estudo de delineavam.

Qual é, então, neste estudo, a “totalidade” de referência para os grupos estudados? Se concordamos que a “totalidade” é, para os indivíduos, o terreno da sua experiência diária, para o antropólogo é a “chave de inteligibilidade e princípio explicativo” (Magnani, 2002: 20) no nosso caso a nossa totalidade é, de facto, o PIA.

Mas dentro deste espaço tão vasto que é o PIA (relembremos que comporta 17 bairros) e mesmo se levarmos em conta o Bairro Amarelo apenas (a dimensão continua a ser enorme) quais são os espaços realmente apropriados pelos jovens como

significativos no seu dia-a-dia, nas suas interações e para a sua construção identitária? Para detetarmos estes espaços significativos iremos recorrer ao conceito de “pedaço” de Magnani (2002).

De facto, não podendo o investigador, ao fazer pesquisa de terreno, estar em todo o lado e não sendo “todo o lado” necessariamente interessante para responder aos objetivos da sua pesquisa, existe a necessidade de escolher unidades de análise territoriais. Cordeiro afirma que “Certas práticas culturais, por um lado, e a cidade, por outro, ajudam a delimitar as unidades de análise da etnografia” (2010: 116). A lente não pode focar demais (para não ver indivíduos atomizados), nem de menos (para não cairmos numa visão demasiado societária/totalizante e que não permita ver as diversidades de representações, modos de vida e identidades).

É necessário, então, procurar os tais “planos intermédios” (Magnani, 2002) que referimos anteriormente.

Cordeiro menciona a noção de “lugares da vida urbana” em que “A proximidade, o local, apesar dos movimentos de desterritorialização inegáveis na contemporaneidade, continuam a desempenhar um papel importante na construção das identidades cidadinas, embora de maneiras diferentes, sob muitos aspectos.” (Cordeiro, 2010: 119)

No mesmo sentido, isto é, na tentativa de cruzar as escalas de análise que estão em jogo na vida dos urbanitas, temos a reflexão de Magnani no artigo “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”.

Segundo Magnani, o ator social, o “morador” tem sido excluído das análises sobre a cidade, pelo menos enquanto produtor desta e que é importante pensar que não existe uma centralidade na cidade, mas várias, em função de diversos interesses, atores, modos de vida, etc.

Face à tendência de muita da Sociologia Urbana, de glorificar o meio rural tradicional como espaço de fortes laços sociais, sentimento de pertença e de criação de identidades coletivas versus o anonimato e anomia da cidade, Magnani afirma que a cidade propicia uma série de novos laços sociais, formas de sociabilidade que são diversas das “tradicionais”, mas que desempenham o mesmo papel de criar identidades, sentimentos de pertença, etc.

Assim, para o autor, tal como para Agier, importa estudar os atores sociais nas suas múltiplas formas de interação no contexto citadino porque, como afirma Magnani, estes comportamentos não são erráticos, apresentam padrões.

Não podemos, então, querer estudar uma comunidade definida à partida, antes de se estudar os atores, as suas vidas, as suas sociabilidades e percursos, locais de sociabilidade e de referência. Por exemplo, vimos como, apesar de inicialmente termos pensado em centrar a nossa pesquisa apenas no Bairro Amarelo, a determinada altura da imersão no terreno nos apercebemos que para os jovens do bairro não se passa tudo dentro do bairro, podendo a sua vida pode abarcar outros espaços significativos, tal como o Bairro Amarelo não se apresenta como significativo apenas para os habitantes do mesmo, mas para os moradores dos vários bairros que compõem o PIA.

O importante é descobrir uma “totalidade” que seja significativa para os atores e nos permita perceber as suas ações, representações e modo de vida, seja esta “totalidade” interna ou externa ao bairro. “Assim, uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspetos categoriais: para os primeiros, é o contexto da experiência, para o segundo, chave de inteligibilidade e princípio explicativo.” (Magnani, 2002: 16)

Neste sentido, pudemos ver como no terreno estudado essa totalidade é variável, embora de uma forma generalizada possamos dizer que o PIA é a “totalidade” de referência para a maioria dos habitantes da zona. Contudo, particularizando, se para alguns ela se confina à porta do seu prédio ou, quando muito, à sua rua; para outros é todo o bairro, o PIA ou mesmo um conjunto alargado de bairros sociais na Área Metropolitana de Lisboa (que funcionam num mecanismo de “rede” no sentido de Agier ou “circuito” para Magnani). Para outros, ainda, a sua totalidade envolve todo o concelho de Almada ou mesmo a Grande Lisboa, independentemente de se tratar de bairros sociais ou não.

Como dar conta, então, destas dinâmicas que vão dos “pedaços” às grandes “totalidades”? Magnani criou uma rede de conceitos que lhe permitiu estudar territórios urbanos concretos: pedaço, trajeto, mancha, pórtico e circuito.

Por “pedaço” o autor entende “...aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a

fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade”. (Magnani, 1998: 116)

O pedaço tem uma dimensão física (podemos demarcar, no espaço físico, quais as zonas que são apropriadas pelos indivíduos concretos) e uma dimensão social (na forma de uma rede de relações que se estabelece tendo esse território como “sede”).

No nosso estudo guiar-nos-emos mais pela dimensão social do que pela dimensão física já que o que nos interessa apreender é a rede de relações que se estabelece e como esse espaço contribui para a fomentar e criar identidades, mais do que saber quem passa pelo espaço físico sem o “sentir como seu”. Assim, conseguiremos perceber “quem é ou não do pedaço” e em que grau. Fizemo-lo particularmente na análise dos utilizadores do Espaço Jovem, em que existe uma grande variedade de posições dos jovens quanto à afinidade que estabeleciam com o espaço e quanto ao impacto que este tinha nas suas estratégias de vida, sociabilidades e construção identitária.

Geralmente classificamos, tanto no senso comum como nas Ciências Sociais, os espaços em “públicos” ou “privados”. O “pedaço”, contudo, está num plano intermédio, remetendo para o lugar dos colegas, amigos ou apenas “chegados”. É um espaço em que apesar de não ser fechado ao exterior como o é a habitação, todos sabem quem é quem, os papéis de cada um, os gostos e as práticas comuns, as regras e normas (formais ou informais). Por isso a importância deste conceito no nosso estudo, porque se apresenta muito heurístico para analisar as várias realidades que estudámos. Ajudar-nos-á a compreender como o Espaço Jovem é significativo para muitos dos seus utilizadores, assim como o campo desportivo cedido por uma das escolas do bairro e a garagem emprestada para a preparação das marchas são para os marchantes.

Já o conceito de “mancha” é diferente e permite dar conta de outro tipo de relação entre os indivíduos e os espaços que são, para si, referentes de sociabilidades e de referentes identitários. Refere-se a espaços de dimensão geralmente maior e que são utilizados e servem de referência a um número bastante superior de usuários e com diversas utilidades. “São as manchas, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante.” (Magnani, 2002: 21) Uma mancha de lazer, por exemplo, pode comportar uma série de

estabelecimentos contíguos: cafés, bares, restaurantes, salões de jogos. Estes podem ser utilizados por diferentes pessoas mas enquanto algumas podem frequentar apenas um ou outro de forma esporádica e esse espaço não ser um “pedaço” seu, para outros fazer a rota desses espaços (ou seja, criar a tal mancha de interações) pode ser a base das suas sociabilidades e construção identitária. É o caso, no nosso estudo, de algumas partes da rua, a entrada de alguns prédios e cafés ou os estúdios “caseiros” para os rappers.

Contudo, a cidade ou mesmo o bairro não é um aglomerado de “pedaços” e “manchas” entre as quais as pessoas pulam. Os indivíduos têm que percorrer caminhos para chegar aos seus pedaços ou manchas. Daí a necessidade, para Magnani, de um conceito que pudesse dar conta dessas movimentações – conceito de “trajeto”- que são feitas de forma mais ou menos repetitiva pelos indivíduos. Com efeito, vimos que os jovens com quem falámos têm trajetos relativamente pré-definidos e que se repetem constantemente (muitos referiam que a sua vida era casa-escola-Espaço Jovem-casa, por exemplo).

Diferentemente da noção de trajeto (muito ligada à necessidade de circulação entre pontos), o conceito de “circuito” dá conta de uma movimentação entre espaços (pedaços ou manchas) que configuram uma escolha deliberada, em função de estilos de vida, atividades ou sociabilidades que se querem manter. Trata-se de percorrer estabelecimentos, equipamentos e espaços que, apesar de não serem contíguos no espaço físico, formam parte de uma mesma rede social. Magnani dá o exemplo do “circuito gay” e dos “circuitos de cinema alternativo”, por exemplo. Este conceito será importante, no nosso caso, para analisar o circuito do *hip hop* da Margem Sul (circuito mais restrito) e da Área Metropolitana de Lisboa (circuito mais aberto), por um lado; e o circuito dos “Putos de Bairro” – grupos de jovens categorizados pelas instituições como “carenciados mas empreendedores” que são os jovens usuários mais assíduos e comprometidos com os projetos de intervenção social praticados um pouco por todo o país (nomeadamente no âmbito do Programa Escolhas).

Para identificar essas práticas e os seus agentes, no espaço aqui em análise, propomos um “olhar do interior”, em contraste com visões que foram classificadas como “olhar exterior”. Com estes conceitos – pedaço, mancha, trajeto e circuito (de

Magnani) – mas também situação e rede (de Agier) procuraremos identificar diferentes sociabilidades e construções identitárias que se desenvolvem no PIA.

Estas categorias não se excluem e é precisamente a sua interligação (caso a caso) que permite estabelecer e compreender o quadro geral de movimentações e sociabilidades que permitirá, por sua vez, classificar e descrever a multiplicidade das escolhas, práticas, representações e dinâmicas grupais e identitárias que nos permitem perceber as lógicas de apropriação do nosso subúrbio.

É destas que damos conta nos capítulos que se seguem.

**PARTE III – Lógicas de *apropriação* juvenis -  
instituições sociais, modos de vida e processos  
de construção identitária**



## 1. INTRODUÇÃO

Nesta terceira parte da tese pretendemos, como afirmámos acima, classificar e descrever a multiplicidade das escolhas, práticas, representações e dinâmicas grupais e identitárias que nos permitem perceber as lógicas de apropriação do nosso subúrbio.

Queremos aqui desenvolver a problematização da questão identitária e de como esta será determinante na constituição de diferentes modos de vida, estratégias e estabelecimento de redes de sociabilidade.

Apercebemo-nos rapidamente, através da pesquisa no terreno, de que, contrariamente à visão homogeneizante da sociedade envolvente, estávamos perante uma população muito heterogénea. Entre os jovens do bairro em estudo encontramos, com efeito, múltiplas pertenças, diferentes e mesmo antagónicos modos de vida e de configuração do “eu”.

Se temos, por um lado, situações e biografias mais ou menos estáveis e lineares em termos dos modos de vida e das estratégias escolhidas, temos, na grande maioria dos casos, trajetórias e biografias híbridas. Com efeito, a maioria dos jovens do Bairro Amarelo não se insere em percursos, modos de vida e identidades simples e definidas de uma vez por todas, mas desenvolve, pelo contrário, percursos complexos, estratégias, identidades e modos de vida que recorrem a “mundos sociais” diferentes.

Começaremos a nossa exposição com uma reflexão teórica que nos permite enquadrar a informação recolhida no terreno. Seguidamente apresentaremos os diversos grupos de jovens encontrados no momento no bairro, jovens estes que “arrumamos” aqui em três grupos principais para facilidade de exposição. Veremos, no entanto que dois desses grupos – os jovens “utentes” do projeto social que observámos (Geração Cool) e os marchantes do Centro Comunitário PIA II – são grupos criados sob uma mesma premissa, que é a da institucionalização dos modos de vida juvenis.

Já os *rappers* estudados apresentam um projeto de construção identitária e desenvolvimento de estratégias e recursos que se afiguram como endógenos, não dinamizados por nenhuma entidade externa. Dentro deste grupo destacaremos também a sua heterogeneidade e nomeadamente um subgrupo (que podemos designar de *gangsta rappers*) que se forma muito em torno de práticas contranormativas.

## 2. QUESTIONANDO O CONCEITO DE “JUVENTUDE”

Quando decidimos estudar a “juventude” não o podemos fazer de forma acrítica.

Em primeiro lugar cabe-nos justificar a escolha deste grupo de pessoas. Relativamente a este aspeto, que já abordámos na Parte II, realçamos que optámos pelo estudo dos jovens do PIA por duas ordens de razões. Escolhemos os jovens como objeto de estudo fundamentalmente porque era o grupo que melhor servia para analisarmos a relação entre as “lógicas de *produção*” e as “lógicas de *apropriação*” do espaço significativo – o subúrbio estudado. Em segundo lugar, e como também já referimos, são os indivíduos com uma vida social mais ativa no bairro, o que trouxe vantagens a nível das possibilidades e oportunidades de Observação Participante e da realização das entrevistas.

Em segundo lugar, não podemos deixar de problematizar e questionar a própria pertinência sociológica do conceito de juventude, conceito culturalmente construído como sabemos.

A Juventude tem sido muito vista, a nível das representações sociais dominantes, como um “problema social”, relacionada com fenómenos de delinquência, toxicodependência, desemprego, sexualidade, entre outros.

Não podemos, contudo, falar em “Juventude” mas sim em “Juventudes”. Com efeito, se há um critério etário que aproxima estas pessoas sob a designação de “jovens”, existem muitos critérios que os diferenciam (características sociais e económicas, políticas e religiosas, formas de transição para a vida adulta, etc.).

As abordagens culturalistas (originárias da Sociologia dos Estudos Culturais dos anos 1970<sup>11</sup>, particularmente da Escola de Birmingham) circulam entre as noções de “cultura juvenil”, “subcultura juvenil” e “tribo urbana”.

Com particular preponderância surge nos anos 1970 o conceito de “subcultura juvenil” remetendo para grupos de jovens resistentes (das classes trabalhadoras), agentes ativos e criativos contra a cultura e normas da classe dominante. A subcultura

---

<sup>11</sup> A nível da teorização sociológica foi a Sociologia dos Estudos Culturais que mais se tem debruçado sobre esta temática da condição juvenil e fê-lo muito em torno da questão das culturas juvenis e das sub-culturas.

seria uma forma de “resistência simbólica” através de um estilo que chocava a sociedade conservadora que desprezava os seus valores e padrões culturais de origem (pobre).

Esta abordagem teórica foi muito criticada porque apresentava uma visão de juventude muito baseada na noção de classe social. Era uma teoria limitada às “culturas juvenis espetaculares” masculinas e politizadas e as suas análises eram circunscritas a um terreno limitado (Inglaterra), o que a tornou numa análise demasiado parcial.

Novos conceitos surgiram ao longo das últimas décadas, tais como o de “estilo de vida”, “cena” e “neotribo”. Não sendo este o local para dissecar todos estes conceitos e a maior ou menor pertinência de cada um interessa-nos resgatar o conceito de “tribos urbanas” e de “identidades dissidentes” pela pertinência de que se revestem para o estudo de um subgrupo dos nossos investigados – os *rappers*. De facto, com o conceito de “tribos urbanas” Machado Pais (2004) quer significar: uma “comunhão do sentido de subversão e conversão, com fortes vínculos identitários, a sensação de pertença e inclusão num coletivo de iguais.” São pessoas que se sentem diferentes da maioria, distantes dos padrões convencionais e dominantes, o que reforça os laços entre si partilhados. Já o conceito de “identidades dissidentes” remete para determinadas situações de vida e grupos juvenis nas quais é “como se a identidade refletisse tensões, contradições e contestações em relação à cultura dominante ou a modos de vida esvaziados de significado” (Pais, 2004: 25).

De forma mais geral, podemos olhar as culturas juvenis de duas formas: pelo lado da socialização que a prescreve (o que advém do controlo social, do sistema, do âmbito da “produção”) ou pelo lado das expressividades, performances quotidianas (vertente das práticas, da “apropriação”).

Segundo José Machado Pais a passagem dos jovens da adolescência para a vida adulta seguia inicialmente o modelo top-down: produção-apropriação. “Seguiam as regras”, as “formas prescritivas” ou, na linguagem de Deleuze “essas tradições ocorriam predominantemente em *espaços estriados*” (Pais in Almeida e Eugénio (orgs.) 2006: 7).

## 2.1. As culturas juvenis performativas

Hoje dá-se o predomínio da apropriação e das individualidades, das ilhas de dissidência, ou seja, “as culturas juvenis são marcadamente performativas”. Os jovens já não se identificam com o caminho que lhes é prescrito (e este já não é prescrito de uma forma tão clara e estável como o era antes), pelo que entram numa lógica de experimentação: lógica “experimentalista” das novas sensibilidades juvenis.

Os jovens de hoje vivem numa sociedade cada vez menos previsível e mais mutável, onde o que há pouco tempo era uma oportunidade (de emprego, por exemplo), pode ter desaparecido ou ter-se tornado numa ameaça. Face a esta incerteza, à sensação de estarem perdidos, os jovens “refugiam-se” cada vez mais em espaços de conforto, que são as culturas juvenis. Estas têm um carácter cada vez mais experimentalista e híbrida, tal como a própria o é. São vidas marcadas por inconstâncias, imprevisibilidades e descontinuidades: saem de casa dos pais para um dia voltarem; deixam a escola e depois voltam; arranjam empregos temporários. Acima de tudo, há uma forte orientação para o presente, face à incerteza do futuro. Uma questão importante é que, face a estas inconstâncias, os jovens tendem a tudo relativizar. Não acreditam em certezas e em seguranças aparentes (de emprego, de relações...).

Machado Pais fala da “desfuturização do futuro e o investimento no presente”, no sentido em que, de facto, os jovens veem o futuro com apreensão, não sabendo com o que poderão contar, pelo que investem no presente, na vivência do dia-a-dia. O autor considera mesmo que os jovens têm a noção dos riscos do futuro, das suas incertezas, razão pela qual não “jogam pelo seguro” porque sabem que não há segurança garantida. Por isso, afirma, envolvem-se, no presente e com os seus pares, em riscos, em aventuras, “nas excitações do quotidiano: os excessos de velocidade com as motos, os esportes radicais, as festas *rave*”, etc. (Pais in Almeida e Eugénio (orgs.), 2006: 11)

O jovem ao correr riscos está, ao mesmo tempo, a afirmar o seu “poder de escolha”, poder este que ele não sente em várias esferas da sua vida, de acordo com o que foi dito acima acerca das mudanças sociais que fazem com que o seu futuro não possa, em muitos casos, ser por si determinado e escolhido. Da mesma forma o autor entende a propensão dos jovens viverem cada vez mais em mundos virtuais (jogos informáticos, *second lifes*, interpretação de personagens) já que, dessa forma, os jovens

conseguem ser eles os protagonistas e tomar decisões, escolher os seus próprios caminhos. Estas formas de sociabilidade e vivências sociais podem ser vistas como um refúgio, mas também como a forma de concretizar aspirações dificilmente concretizáveis na realidade. Assim, afirma o autor, para compreender os jovens de hoje não nos podemos prender aos modelos prescritivos de sociabilidade e transição para a vida adulta que não fazem sentido para os jovens, mas sim tentar compreender os sentidos que as novas culturas juvenis adquirem para eles: “...desvendar as sensibilidades performativas das culturas juvenis” (Pais in Almeida e Eugénio (orgs.), 2006: 13).

Segundo o autor o *hip-hop* é um exemplo claro deste tipo de cultura performativa. Existem as *mesclagens criativas de música* (*djing, beat box, rap*), as *performances corporais* (*break dance, smurf*), os *grafittis*, o *street basket*. O *rap* particularmente aspira a uma luta pela justiça, através da denúncia de situações consideradas injustas pelos jovens e todos estes espaços são espaços de transgressão da ordem social imposta (e sentida como injusta) e espaços de afirmação simbólica. Machado Pais fala numa “semiótica de rua, transgressiva por natureza, palavras encavalitadas em palavrões para melhor insultar (...) Palavras que são voz de consciência” (Pais in Almeida e Eugénio (orgs.), 2006: 13).

Várias culturas juvenis procuram diferentes significados e comportam distintos sentidos. Os graffitis procuram dar uma nova simbologia à cidade, ganhando o seu lugar nela; transformar a ilegitimidade em legitimidade e apropriar o espaço da cidade (o espaço social dominante) de forma simbólica. Já os desportos radicais procuram ultrapassar os limites impostos pela ordem convencional. Segundo Machado Pais, através destas diferentes culturas performativas os jovens estão a explorar os “espaços lisos” (as expressividades), pela fuga aos “espaços estriados” (da ordem imposta).

Machado Pais afirma que esta procura de “espaços lisos” se dá através de três vetores principais das culturas juvenis: “*o lúdico, a ênfase visual e o persuasório*” (Pais in Almeida e Eugénio (orgs.), 2006: 15) – características, segundo o autor, do barroco (daí Omar Calabrese falar em *era neobarroca*), estilo que se define pela introdução no sistema de turbulências, oscilações e desestabilização. Estas características são-no, também, das culturas juvenis atuais.

Outras dimensões deste estilo neobarroco, segundo o autor são:

- “o ritmo e a repetição”, ou seja, há uma repetição de um padrão, mas com variações que são significativas para quem os produz (exemplos: o *rap* e os grafittis);

- “os limites desafiados pelo excesso” (Pais in Almeida e Eugénio (orgs.), 2006: 15) – como nos desportos radicais, breakdance, grafittis, etc., com a ênfase no desafio à regra, na exuberância das manifestações culturais;

- “as metáforas, alegorias e suas significações ocultas” (idem) – os significados por detrás das manifestações das culturas juvenis como, por exemplo, o preto para os góticos, os cortes de cabelo extravagantes, tatuagens e piercings, etc.

O que significam estas manifestações, no fundo? Para o autor em muitos casos representa uma situação de carência que muitos jovens vivem. A sua exclusão do mercado de trabalho, por exemplo, e da consequente integração social é, dessa forma, compensada pela integração no mercado do consumo (com dinheiro dos pais na grande maioria, ou pequenos biscates). E porquê este recurso ao mercado do consumo? Porque é aquele que é valorizado socialmente. Neste ponto não podemos deixar de referir a situação vivida pelos jovens do bairro que, face à incapacidade financeira das suas famílias de lhes proporcionarem o acesso ao consumo, e na emergência de participar desse consumo que atribui identidade, recorrem a estratégias alternativas. Será repetidamente referido nas entrevistas (e tal como pudemos vivenciar durante o período de observação participante no bairro) o recurso ao tráfico e roubos como forma de patrocinar esses consumos.

Machado Pais afirma “As farsas do *disfarce* são uma cara da *alienação* (consumista), mas também dão cara à *identificação*, ao assegurarem expressividades de natureza identitária: de *buscas de si* através do outro” (Pais in Almeida e Eugénio (orgs.), 2006: 17/18). Isto é, ao recorrerem a manifestações culturais específicas, os jovens estão, por um lado, a alienar-se da situação de exclusão de que muitos são alvo, ao se integrarem no mercado de consumo mas estão, também, por outro lado, a procurar construir a sua identidade através da inserção num grupo, num coletivo com o qual se passam a identificar. É neste sentido que a moda ganha particular importância para estes jovens, já que para si não tem apenas um valor utilitário (roupa para cobrir o corpo), mas um valor de troca social: é a imagem que apresentam que lhes vai permitir situar-se no quadro das interações sociais com os pares e resto da sociedade. A importância do visual, do corpo e da manifestação do mesmo na construção identitária

faz com que as identidades se apresentem como construções, construções estas que o indivíduo ou grupo sente como real, para si e para os outros, através de uma série de "estratégias cénicas" (Canclini, 1995) e de marcas que mostram aos outros e a si mesmos quem eles são: tatuagens, *piercings*, estilos de roupa, o cuidado com o corpo ou o seu contrário, etc.. São tudo sinais externos, símbolos de uma identidade construída. Estas manifestações corporais e de estilo mostram as pertenças (a certos grupos ou estilos), mas também servem para demarcar dos "outros".

Segundo Pais (2005), a cidadania tem sido pensada até agora dentro dos limites do sistema tradicional, instituições convencionais e regras e valores sociais dominantes. Assim, existe subjacente uma lógica de dominação e de inclusão/exclusão (de quem se insere nos padrões da norma ou, pelo contrário, está fora deles). Segundo o autor devemos pensar, atualmente, na cidadania como algo que inclua as margens do sistema ("quadratura") no seu interior. O mesmo é dizer, a diferença.

No mesmo sentido pode-se falar em "lógicas de *encerramento* e de *abertura* " que verificamos em múltiplos domínios da vida social (o estilo de vestir correto, a forma de falar e de comer corretas, os valores e atitudes socialmente aceites, etc.). Neste sentido o "linguajar" dos jovens, sempre cheio de novas palavras e com um uso considerado incorreto da forma da língua, encontra-se excluído da "quadratura" tradicional. Sentindo-se muitas vezes olhados à distância e excluídos da tal "quadratura", os jovens (e não só), os grupos que se encontram nas margens, desenvolvem *estratégias de inversão simbólica*. Com estas estratégias o que passa a ser correto e aceite é o contrário à norma. Assim, podemos ter uma atividade considerada correta e "fixe", fiel aos códigos pré-estabelecidos em que se desenrola (ex.: tráfico de droga) embora possa situar-se totalmente fora da legalidade em termos do que é socialmente definido como correto.

Os espaços sociais, o espaço urbano nomeadamente, podem ser lidos em termos de "espacialidade" e "territorialidade", isto é, são organizados, mesmo que em alguns casos apenas no plano simbólico, de acordo com regras e estatutos específicos e bem definidos, que definem centros e periferias, incluídos e excluídos. Esta estruturação, das cidades nomeadamente, é feita para estruturar, dominar e criar linhas de separação e de domínio de uns grupos sobre outros (Pais, 2005), ainda que de forma subtil. Os jovens skaters, graffitisers, entre outros, ao utilizarem o espaço diferentemente, ao darem-lhe

novas utilidades e ao esbaterem barreiras pré-estabelecidas estão, dessa forma, a romper com essa pré-estruturação, com esse domínio pré-estabelecido e que lhes é imposto de forma unidirecional. Este desafio ao sistema é feito, pelos jovens, geralmente pela "expressividade performativa", contra a corrente economicista que o sistema lhes impõe.

A utilização diferencial que os jovens fazem dos espaços, nomeadamente de espaços urbanos, mostra o papel da micro-utilização dos mesmos. Isto é, não importa apenas pensar a produção dos espaços (o objetivo com que foram criados, as intenções do legislador e do criador/construtor), mas também a sua apropriação, que lhe pode dar significados e atributos totalmente diferentes. Neste caso os jovens fazem uma apropriação que procura ser subversiva dos sentidos originais dos espaços. Como refere Pais (2005: 59), a apropriação dos espaços da cidade significativos para o *status quo*, como os lugares turísticos e praças históricas, não é inocente. É uma forma destes jovens se afirmarem e dizerem claramente "nós estamos aqui e estamos a usar este espaço fora dos limites que o sistema estabeleceu". É nesses espaços socialmente significantes que mais claramente as relações sociais podem ser invertidas, em que se pode fazer um exercício de inversão simbólica e criar, assim *espaços heterotópicos* (Foucault, 2001).

Assim, temos como conceitos interpretativos (especialmente no caso dos *rappers*, que analisaremos abaixo) o de *espaço estriado*, que remete para uma espacialidade pré-definida, geométrica, homogênea, de um só sentido, sem múltiplas interpretações. Já o conceito de *espaço liso* remete para a vivência/espacialidade antropológica, para o âmbito das vivências e experimentações/criação. O primeiro remete para a *polis* (ordem política, centralização e planeamento); o segundo para a *urbe* ("o pulsar da cidade", os seus usos e apropriações variadas, muitas vezes de reivindicação face ao domínio da *polis*).

Segundo vários autores (Pais, 2005; Blackman e France, 2001), as margens podem produzir resistência, criatividade e formas novas de cidadania cultural (contra os limites impostos pela cidadania tradicional e os modelos sociais e culturais dominantes), mas podem, estas mesmas culturas juvenis, ser absorvidas pelos sistema dominante (transformando-se em moda) ou ser mesmo uma forma de alienação social, sem qualquer significado construtivo e significativo para os seus "adeptos". Veremos como



este processo acontece no caso dos jovens utentes do Espaço Jovem e dos marchantes do Centro Comunitário PIA II.

É importante perceber que as culturas juvenis não são apenas formas de resistência, são muitas vezes uma chamada de atenção, no sentido de reivindicar e mostrar uma *existência* (o "estamos aqui") que os jovens não sentem ser reconhecida socialmente (Honneth, 1997). Nesse sentido muitas vezes o risco é importante para os jovens (envolverem-se em condutas de risco) como forma de lhes ser reconhecida bravura e valentia, já que normalmente não lhes são reconhecidas capacidades e competências socialmente valorizadas.

Uma importante diferença na socialização e construção identitária dos jovens de hoje, comparativamente aos do passado, é que os jovens já não estão num ambiente protegido até certa idade, num ambiente controlado pelos pais e/ou tutores, sem opções de escolha. Com o advento e a utilização generalizada das novas tecnologias, os jovens desde muito cedo têm acesso a uma variada escolha de conteúdos e opções, podendo desde cedo escolher que elementos trazer para a sua socialização e crescimento enquanto indivíduos com uma identidade própria. Temos, desta forma, uma comunicação mediada pelas novas tecnologias, liberta dos constrangimentos do espaço físico.

As sociabilidades juvenis são marcadas por uma série de objetos que intermediam as suas relações. Podem ser jogos de computador, telemóveis, *skates*, mesas de mistura, tennis, bonés, etc. Esses objetos não valem por si mesmos, mas pelos significados que têm para os jovens e pelas relações que potenciam e por aquelas que rejeitam (criando o "nós" e os "outros"). É por isso que Appadurai (1986) fala na "vida social" dos objetos.

Face a este cenário moderno com que os jovens se deparam – de comunicação muito fluida e desenraizada de amarras espaciais que lhes é possível, de identidades múltiplas e plásticas, híbridas que vão construindo e reconstruindo incessantemente, etc. – como poderemos pensar a cidadania na aceção tradicional do termo, em que remete para uma ideia de pertença a algo estático (uma comunidade, uma nação, uma cultura)? Qual a utilidade e pertinência deste conceito, pensado desta forma, face a relações cada vez mais híbridas, fragmentadas e mutáveis?

Os jovens, segundo Machado Pais, estão a rejeitar o modelo de cidadania, a educação para a cidadania rígida que eles sentem como uma imposição do sistema. Assim, optam por "participar" na vida pública, por ser cidadãos, fora dos parâmetros que a sociedade lhes quer impor: através de práticas, de "performatividades" diferentes e de domínios menos dominados pelo sistema social: o lúdico, o lazer, o cultural.

O autor fala, assim, de "culturas performativas" que são incompreendidas e desprezadas pelo *status quo* e mesmo pelas ciências sociais, e que não são tomadas em conta quando se trata de planejar as políticas de juventude.

É de elevada importância, para a consolidação desses grupos de jovens e este novo tipo de participação, a cultura D.I.Y.<sup>12</sup>. Trata-se de efervescências (contra?) culturais da juventude que surgem no século XX, com a ideia de que as culturas jovens podem, autonomamente, fazer, criar e conquistar o seu espaço na sociedade. Exemplos: hippies, punks e, hoje, *hip-hop*.

A resistência cultural para Stephen Duncombe (editor do *Cultural Resistance Reader*, 2002) é um espaço livre para desenvolver ideais próprios (diferentes da cultura dominante) e colocá-los em prática, construindo-se desta forma comunidade e solidariedade. Pode constituir um degrau para o associativismo político e pode mesmo constituir resistência política em si – atos de resistência. Pode, contrariamente, ser uma forma de escape da política, em que se canaliza o descontentamento para a atividade cultural e não para a resistência política. Em última instância a resistência cultural pode rapidamente não existir, nos casos em que o movimento cultural é rapidamente absorvido e desvirtuado pelo *status quo*.

Mas como é que a cultura expressa a sua visão política? De várias formas:

1 - o seu conteúdo explícito (ex.: letras do *hip-hop* ou outro estilo musical, temas de filmes, teatros e fotos);

2- a sua forma (através de uma linguagem informal e ritmada no *hip hop* ou uma peça aberta do teatro do oprimido, por exemplo);

---

<sup>12</sup> *Do It Yourself – Faça você mesmo*. A expressão refere-se a uma vasta gama de elementos da sociedade não-mainstream, com base no ativismo político e social independente, tanto da música, arte como do cinema.

3- a forma como a cultura é interpretada (a forma como as pessoas se vestem num movimento cultural como as jeans largas e descaídas no *hip-hop*);

4- a sua atividade: a forma como a cultura é produzida (ex.: as festas ilegais ou semilegais dos *rappers* e festas transe).

Um dos primeiros autores a falar na "resistência cultural" foi Walter Benjamin (em "O autor como produtor"). Este autor argumenta que o conteúdo não é o fundamental na resistência cultural, até porque este pode começar por ser alternativo mas ser rapidamente absorvido pelo *mainstream* e tornar-se comercial e desvirtuado da sua mensagem original. Assim, o que mais interessa perceber são as condições em que a produção cultural é produzida (para percebermos o seu impacto político).

## **2.2. Da “cultura juvenil performativa” à sua institucionalização – a criação de “cool places” pelos projetos sociais destinados aos “jovens em risco”**

Ao mesmo tempo que temos um reconhecimento destas diversas formas de "efervescências culturais", temos o reconhecimento académico e estatal da importância do Terceiro Setor, ou seja, das organizações da sociedade civil, semipúblicos, associativas ou mesmo semi-estatais. Os primeiros projetos sociais baseados na "pedagogia libertadora" de Paulo Freire (que usam a arte e cultura com as crianças pobres) passam a ser aplicados às faixas mais velhas: adolescentes e jovens.

Temos assim duas correntes que se encontram e vão em grande parte determinar a forma da participação juvenil na atualidade: a cultura D.I.Y. e a ideia de utilizar a cultura como base para trabalhar com os jovens. Esta utilização da cultura juvenil pelas instituições (e consequente deturpação/domesticação da cultura original) ficará clara na análise que faremos aos jovens “utentes” do Espaço Jovem.

Ao mesmo tempo, para percebermos a participação juvenil hoje, temos que perceber como se configura, hoje em dia, o mundo do trabalho.

A instituição escolar é a instituição por excelência relacionada, pela sociedade em geral e *status quo*, com os jovens e com o que deve ser o seu "saudável" crescimento, construção identitária e transição para a vida adulta de acordo com os valores, normas e padrões de comportamento socialmente definidos como corretos. Assim, um jovem fora da instituição ou que nela não tem o desempenho e a postura esperada, sofre de

um não-reconhecimento quase imediato. Vários autores têm vindo a refletir acerca da importância de outras instituições, comunidades e grupos no interior dos quais os jovens produzem as suas identidades, os seus modos de vida e transição para a vida adulta, nomeadamente instituições não-escolares como projetos sociais e grupos de pares e culturas juvenis (grupos de dança, *hip-hop*, etc.).

Verifica-se, entre os "jovens em situação de vulnerabilidade", um duplo movimento: por um lado um movimento de confronto/medo e desencanto com os "mundos institucionais de que fazem parte" e onde não têm sucesso (escola e trabalho, nomeadamente) e por outro lado, um movimento contrário de afirmação e investimento em movimentos, lugares, figuras e grupos de conforto onde têm sucesso e são "queridos" e reconhecidos (projetos sociais, culturas juvenis, grupo de pares, grupos de música ou dança, desporto, etc.). A pertença a estes "lugares de conforto" é uma estratégia dos jovens com vista à sua reorganização enquanto ser social, uma estratégia de inversão simbólica, de procura de reconhecimento social e cultural.

Muitos autores têm vindo a falar do "processo de desinstitucionalização" (Dubet; Martucelli, 1998), da perda de confiança e de novas relações com o risco (Beck, 2005; Giddens, 1996) que marcam a contemporaneidade, nomeadamente junto dos jovens. Estes processos tornam difícil a construção de projetos de vida no sentido de um projeto estruturado e a longo prazo, devido a um contexto extremamente variável e imprevisível. Assim, não havendo a possibilidade de se vislumbrar um "sentido de vida" a longo prazo, os jovens (e a sociedade em geral) procuram criar pequenos sentidos, de curto prazo, investindo em "miniprojectos" mais ligados ao presente e ao imediato.

Assim, os processos de transição dos jovens para a vida adulta são cada vez menos definitivos e existem cada vez mais projetos de vida temporários, híbridos, que não seguem os "ritos de passagem" das instituições tradicionais. "As transições deixaram de ser lineares e as transições *yo-yo* são predominantemente marcadas pela escolha e pelo risco (Walther; Hejl; Jensen, 2002, citado por Silva, 2010: 80).

Há, assim, características da modernidade que afetam todos, mas particularmente os jovens, devido a "ser a sua vez" de construir a sua vida adulta independente: o esbatimento das referências institucionais; a erosão dos lugares e papéis sociais definidos e facilmente reconhecíveis e ainda o aumento da

responsabilidade individual na tomada de decisões e assunção do risco das mesmas agora são aspetos a considerar na passagem para a vida adulta.

Qual o papel das instituições não escolares (nomeadamente projetos sociais para os jovens) neste contexto social extremamente instável e indefinido onde os jovens de hoje se movem? Estes espaços podem constituir um suplemento positivo para o desenvolvimento do jovem (em casa e na escola) ou podem mesmo constituir-se como um sistema de suporte primário para os mesmos e que consegue amenizar fatores *stressores* sentidos nos outros contextos de vida do jovem. Será que podemos, assim sendo, pensar nestes espaços como lugares significativos, como "cool places"? (Skelton; Valentine, 1998 citado em Silva, 2010:80).

Alguns trabalhos feitos em Portugal junto de projetos sociais semelhantes ao Espaço Jovem do Bairro Amarelo (como sobre a Casa da Juventude no Porto: Silva, 2010) realçam que estes espaços constituem lugares de pertença e de reconstituição da dignidade e de reconhecimento, para jovens que em muitos dos contextos em que se movem experienciam hostilidade e humilhação, sentindo-se vulneráveis. Estes espaços aparecem, assim, como "cool places", espaços de conforto. Podemos, ainda, designá-los como "espaços de enunciação" (Ball; Maguire; McCrae, 2000: 149, citado em Silva, 2010: 81), onde os jovens reconstroem a sua identidade e as suas afiliações, filtrando os elementos que os tornam vulneráveis e ganhando reconhecimento e dignidade.

Segundo Silva (2010) os jovens procuram, pela participação nestes projetos e espaços comunitários, resistir à "perda da comunidade", pelo cultivo dessa pertença de forma diária ou quase diária. Segundo a autora a sua participação no espaço não é feita de forma esporádica nem descomprometida, sendo estruturante dos seus quotidianos, da sua identidade e reconhecimento. Os jovens sentem-se reconhecidos neste espaço porque sentem que o tempo que lá permanecem não é um tempo perdido, como seria se estivessem em casa ou na rua. Por estarem enquadrados numa instituição com programas e objetivos, sentem-se reconhecidos e valorizados, ainda que os produtos que saiam da sua participação no espaço não sejam necessariamente muito reconhecidos e valorizados noutros espaços sociais. No caso do Espaço Jovem (local físico do Projeto Geração Cool – Programa Escolhas), este reconhecimento é ainda mais sentido pelos jovens quando os seus *outputs* são tornados públicos e socialmente reconhecidos. É o caso do CD de *hip-hop* produzido pelos jovens participantes do espaço

de Produção Musical do Projeto Geração Cool, dos Festivais de África anuais que ajudam a organizar e que trazem ao bairro muitas pessoas de dentro e de fora do mesmo e da marcha do Centro Comunitário PIA II que representam.

Segundo alguns autores podemos falar na diferença entre a luta pelo reconhecimento e a luta pela redistribuição – a primeira mais direcionada para o plano cultural, a segunda para o económico (Fraser, 1995, 1997 citado por Silva, 2010: 83). Ora, no caso dos jovens frequentadores dos projetos sociais o que mais se evidencia é a luta pelo reconhecimento (cultural, devido ao sentimento de injustiça e desvalorização da sua cultura, da sua "diferença"), embora façam a associação desse não-reconhecimento à injustiça económica (ou seja, à luta pelo reconhecimento junta-se a luta pela redistribuição).

Estes espaços – de projetos sociais – tornam-se para muitos jovens "zonas de conforto", em que se sentem queridos, valorizados e reconhecidos como indivíduos válidos. Em contextos sociais em que muitas vezes os outros espaços sociais das suas vidas não são "de conforto", mas antes problemáticos para os jovens (casa, família, escola, resto da cidade), este espaço é o único ou dos poucos onde se sentem confortáveis, daí a sua dificuldade em dele se separarem. Para muitos este espaço é o que gere o seu dia-a-dia: onde se encontram com os amigos, lugar de chegada e partida e ponto de encontro. Organiza as suas interações sociais, tanto dentro do espaço como fora dele (combinando encontros a partir dali). Este aspeto aparece claramente nas entrevistas que realizámos, como veremos adiante, assim como na observação diária prolongada que fizemos neste projeto.

Nestes espaços criam-se sentidos e pertenças com "outros significativos" (pares e técnicos) mas também a partir da participação nas atividades proporcionadas. O espaço e seus intervenientes (os técnicos) representam para muitos destes jovens o que lhes falta noutros contextos: compreensão, estabilidade, coerência e confiança. Veremos como, para muitos dos jovens observados, os monitores do Projeto são como membros da família, desempenhando um papel socializador de extrema importância nos seus percursos de vida.

Num sentido semelhante, Balsa (1987) fala-nos “processos de identificação”, conceito com o qual procura problematizar a questão da construção identitária e do papel dos mediadores neste processo.

Assim, temos os “campos” do Processo de Identificação:

- a) Campo das práticas e representações “individuais” (indivíduos ou coletivos sujeitos do processo de identificação): campo da produção;
- b) Campo das representações coletivas, arquétipos culturais resultantes da sedimentação dos discursos e leituras seletivas da realidade – “História”; “Cultura”;
- c) Aparelhos ou dispositivos responsáveis por produzir, gerar e distribuir os recursos do processo de identificação [de a) ou b)].

Temos ainda o momento intermediário, “onde as coisas se passam”, um momento em que se verifica um efeito do “todo”: os momentos em que se produzem significados-recursos do processo, de estruturação e registo seletivo dos significantes do processo: uma espécie de complexo de memórias integradas que se pode aproximar mais do campo da produção ou da memória (vivido ou discurso). É este momento que determinará, enquanto não ocorrer outro semelhante, a distribuição e a natureza dos recursos. É este momento que procuraremos analisar a partir dos dados recolhidos, momento intermediário, no qual problematizaremos a forma como é feita essa “mediação” entre o campo da produção e da apropriação.

A função de mediação e de mediadores é historicamente recente. Resulta de um processo de “desformalização” das políticas públicas e dos quadros decisórios e das instituições e instrumentos de concretização das políticas públicas.

Hoje, como vimos anteriormente, temos uma descentralização da ação pública, que se materializa numa série de instituições mediadoras entre o “pólo instituído” e o “pólo organizado”. Como exemplo temos as Políticas de Juventude tal como o Programa Escolhas e os projetos em que se materializa, entre os quais o Projeto Geração Cool, objeto de estudo desta tese.

Já vimos como este novo modelo de ação pública se concretiza numa “procedimentalização” da ação, o que se poderá observar na análise feita ao projeto Geração Cool.

Um dos objetivos desta nova modalidade de ação pública é precisamente modelar a construção das identidades.

Podemos, na nossa opinião, abordar esta “modulação” que é feita das identidades baseando-nos numa orientação teórica mais interacionista, que pretende

analisar a produção das identidades num contexto (“arena pública”) marcado pela negociação de definições díspares da realidade, negociação constante entre indivíduos, grupos e instituições na qual o ator se posiciona e reposiciona constantemente.

Considerando esta aproximação teórica à questão da construção identitária temos, na “arena pública”, um “polo instituído” que produz “totalizações institucionais” e um “polo organizado” que produz “totalizações existenciais” (Oriol, 2004 *cit in* Balsa, 2014). Entre os dois polos a correspondência não é imediata devido à distância estrutural que os separa, pelo que existe a necessidade de instâncias que desempenhem a função de mediação.

Temos, assim, “totalizações institucionais” produzidas pelo nível sócio histórico (produção de recursos coletivos, de iniciativa exterior aos indivíduos), por um lado, e “totalizações existenciais” encetadas ao nível socio antropológico (produção de recursos individuais a nível individual e familiar). Entre estes dois polos tão distantes atuam os “dispositivos de mobilização e organização dos investimentos” (Balsa, 2014). No nosso estudo de caso verificamos que as totalizações institucionais vão no sentido da definição das categorias de “bairro crítico” e “jovens problemáticos”/ “jovens delinquentes” ou “jovens em risco”. Estas totalizações institucionais abrangem “qualquer instituição capaz de codificar práticas, de produzir modelos de referências identitárias e de gerenciar a sua eficácia junto de populações alvo ou em torno de determinadas dimensões da identidade” (Balsa, 2014: 26). Assim, no bairro estudado pudemos identificar que temos uma multiplicidade de associações e instituições que trabalham no dito espaço problemático (entre as quais a Santa Casa da Misericórdia de Almada).

Os indivíduos e as comunidades apropriam-se destes marcadores identitários produzidos oficialmente e têm que, a partir deles ou não, definir os seus próprios sentidos, as suas “totalizações existenciais”. Foram estas escolhas (ou não escolhas) dos indivíduos (jovens, neste caso) que procurámos captar nesta 3ª parte desta investigação. Para isso recorremos à Observação Participante e às entrevistas em profundidade, como referimos acima. Num segundo momento considerámos pertinente a realização de entrevistas semiestruturadas (que apresentamos em anexo) como forma de sistematizar as intuições e resultados que tínhamos obtido na primeira fase de recolha de dados.



Como verificámos estes dois polos estão estruturalmente distantes e há a necessidade da sua articulação, que não é automática. Há várias formas de analisar esta articulação, mas recorremos aqui à noção de “mediação” – paradigma interacionista que remete para a “análise situacional” (Agier, 1996) e permite passar “do nível institucional para o nível do contexto significativo onde a ação se passa, o que significa, para o quadro de referências sociais ou o contexto que permite criar e validar o sentido de uma expressão identitária” (Balsa, 2014: 29).

É no nível socioinstitucional que podemos identificar e analisar estas práticas e processos de mediação e avaliar a interação entre as totalizações institucionais e existenciais.

De referir que esta mediação ocorre, no estudo de caso que fizemos, grandemente nas mesmas instituições responsáveis pela transmissão local das totalizações institucionais. Como fazem, então, a função institucional e mediadora? Não há, com efeito, no terreno, uma separação nítida entre a vertente institucionalizante e mediadora, já que os mediadores socioculturais seguem de forma muito variável as orientações institucionais. Há, com efeito, uma descoincidência entre orientações do nível socio-histórico e o nível socioinstitucional, descoincidência que podemos observar variadas vezes no terreno.

Vimos como, no Espaço Jovem por exemplo, as regras institucionais eram visíveis e explícitas para todos, mas como eram flexibilizadas pelos atores no terreno. Com efeito, nas primeiras semanas de observação participante pudemos ver como a nossa presença (ainda estranha) fez com que os mediadores “se colassem” aos modelos institucionais e adotassem um modelo normativo rígido. Com a habituação à nossa presença, contudo, verificámos a cada vez maior flexibilização das regras (desde a permissão de entrada de jovens fora da faixa etária permitida no espaço, à permissão de uma linguagem considerada menos adequada dos jovens, ao enviesamento de alguns registos de presenças dos jovens – importantes para a garantia de subsídios e para a continuação do projeto, entre muitos exemplos possíveis).

Verificámos também a existência, nos mediadores socioculturais, de uma visão etnocêntrica institucional, isto é, a reprodução da visão “do bem e do mal” subjacente à totalização institucional, que vê os jovens do bairro e as suas ações mediante uma noção de carreiras opostas possíveis: “ou seguem uma carreira, um percurso individual

positivo (normativo) ou seguem o mau caminho, a carreira negativa, o caminho desviante”. Há a ideia sempre latente da inevitabilidade de uma escolha entre dois caminhos opostos. Os monitores falam, inclusive, que de vez em quando “perdem” jovens: quando estes abandonam a “carreira positiva” que a instituição permite, deixam de aparecer e começam a seguir a “carreira desviante” (faltar à escola, consumo de drogas e, em “final de carreira”, o tráfico de drogas e os furtos que podem levar à prisão).

Talvez mais relevante do que esta visão dualista e essencialista do “bem ou mal” dos mediadores é a mesma visão que notámos em muitos, senão na maioria, dos jovens com os quais pudemos passar alguns meses e alguns entrevistar. De facto, como veremos mais adiante na análise das entrevistas, temos a reprodução desta visão etnocêntrica institucional nas construções identitárias dos jovens.

Mas se esta visão é um facto, não podemos deixar de referir a variabilidade das representações sociais e dos comportamentos.

De facto, à exceção de dois ou três jovens, dos quais destacamos um monitor da instituição social e um *rapper*, que se localizam nos extremos (representando uma espécie de tipos ideais), a maioria dos jovens joga, conforme as situações, propositadamente ou não, mais no sentido das “totalizações institucionais” ou das “totalizações existenciais”.

Temos de facto, num dos extremos do *continuum* o jovem monitor, no polo da visão etnocêntrica e até messiânica da defesa dos “bons costumes”, reprodução e mesmo acentuação das totalizações institucionais existentes sobre o “bairro e os jovens problemáticos” – visão do “bem e do mal” como oposição insuperável e das carreiras positiva ou negativa. No outro extremo o *rapper* no polo da negação das identidades designadas, na defesa de uma autoconstrução identitária no polo oposto daquele preconizado pela sociedade envolvente e defesa explícita da contranormatividade como revolta contra um sistema discriminatório. A maioria dos jovens, contudo, desde mediadores das instituições aos jovens “contranormativos”, manifestam uma postura flutuante entre múltiplas posições. Estas posições flutuantes dependem de vários aspetos: das circunstâncias, dos momentos vividos, das pessoas com quem convivem, da mobilização de estratégias e recursos, entre outros.

Entre os monitores do Espaço Jovem, por exemplo, encontramos uma fragmentação de posições entre o ter de impor normas de comportamento (tanto no Espaço Jovem – espaço aberto, como nas várias atividades à porta fechada que se realizam, como na turma PIEF) tal como é exigido pelas “totalizações institucionais”, nomeadamente da instituição que patrocina o projeto *versus* a necessidade pragmática de aceitar desvios a essa norma (atitudes, palavrado, faltas de assiduidade e comportamentos considerados desviantes) pelos jovens, sob pena de “os perder”.

Entre os *rappers*, por exemplo há a afirmação de uma “totalização existencial” totalmente contra as normas instituídas, o “sistema” e a sociedade que os estigmatiza e que procura domesticar o seu *rap* nomeadamente (para além do seu estilo de vida revolucionário), mas essa postura idealizada vê-se confrontada com situações em que a contornam e fazem uso de recursos dessas mesmas instituições que criticam e repudiam no discurso (utilizando o estúdio do Espaço Jovem, por exemplo, para gravar músicas suas de forma gratuita).

Portanto, a mediação é um processo que tem propriedades próprias. Em primeiro lugar, convém ressaltar que mais importante do que os atores é a lógica de ação: podem ser associações ou jovens, por exemplo. Em segundo lugar a mediação é sempre entre as dimensões do “instituído” e do “apropriado”.

Desta dois resultados são possíveis: a inovação (entre os *rappers* no nosso caso) ou a ritualização do instituído, que é o caso do Espaço Jovem (utentes do mesmo, nomeadamente o grupo “Putos do Bairro” e os marchantes do Centro Comunitário PIA II).

O que fazem os mediadores? Em função dos seus projetos, estes produzem “moldes” para organizar a ação dos atores, de forma que seja por eles compreendida, aceite e até que sintam que foi ideia sua. É o que se passa no Espaço Jovem na grande maioria das atividades que aí acontecem. Esta sensação de poder que é dada aos destinatários destas ações (sensação de serem donos do seu destino) é criticada pelos atores que se apercebem dessa “manipulação” e a criticam – nomeadamente os *rappers*.

É, portanto, função da mediação:

“...uma aproximação preventiva ou conciliadora entre parceiros identificados como competidores em torno de determinados recursos, modos

de fazer ou interpretações, com o objetivo de conseguir uma solução que torne a vida aceitável para todos, tendo em conta os seus estatutos respetivos”

(Balsa, 2014: 37)

A mediação pode, como vimos, manifestar diferentes inclinações: pode ser mais inclinada para a institucionalização ou para a apropriação. No primeiro caso podemos falar de uma mediação institucional imposta, conduzida pelos mediadores profissionais que têm os requisitos formais, materiais, regulamentares e metodológicos para pôr em prática a mediação. Temos como exemplo os monitores do Espaço Jovem. No segundo caso podemos falar numa “mediação sem mediadores”, em que a mesma é feita através das práticas em que são passados exemplos – caso dos *rappers*.

A opção por um tipo ou outro de mediação depende da disposição orgânica e das finalidades dos dispositivos (ex.: associações) mas também das estratégias de intervenção e das representações sociais dos próprios mediadores – no nosso caso vimos como no interior da mesma instituição temos posturas ligeiramente diferentes nos diferentes monitores. No caso da **mediação mais inclinada para a institucionalização** vamos procurar perceber como é que as instituições nos bairros carenciados moldam a ação e representações juvenis.

No caso da **mediação mais inclinada para a apropriação** procuramos perceber como é que certos grupos mediadores (no caso que estudámos, os *rappers*) funcionam como ponto de partida para dinâmicas de inovação e efervescência social.

A mediação é, de certa forma, um constrangimento. Trata-se de “impor às coisas, uma medida da qual se tem domínio, que supõe reflexão e arbítrio, que supõe, igualmente, capacidade de decisão (...) uma medida de limitação e de constrangimento” (*idem*).

Por fim, podemos dizer que se trata de um processo de retradução e implementação de um projeto. Assim, o nível socio institucional não é apenas um filtro entre a “totalização institucional” e a “totalização existencial”. É uma forma de retradução que permite a comunicação entre o nível sociohistórico e socioantropológico. Essa retradução tem que ter um objetivo: “tem de haver um projeto” (*idem*: 38). E verificamos que este existe nas instâncias observadas: o projeto do Espaço Jovem é a normatização dos comportamentos dos jovens em risco e dos *rappers* é a revolução de mentalidades que possa levar à mudança social.

### 3. APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Na tabela que se segue podemos ver a lista dos indivíduos entrevistados nesta tese, isto é, aqueles que foram alvo de entrevistas formais (algumas não diretivas e outras semi-diretivas). Este quadro não contempla, portanto, os jovens com os quais mantivemos apenas conversas informais e que muito contribuíram para as observações que já fizemos anteriormente e para as que fizemos nesta fase também.

Esta tabela, tal como as que se seguirão, assim como os gráficos, resultam da análise de conteúdo temática que fizemos, com o auxílio do software de análises de dados qualitativos NVivo11.

*Tabela 4: Entrevistas realizadas*

Pessoa	Género	Idade
<b>Entrevistas Marchas</b>		
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Alexandre	Masculino	21-25
Internos\\Entrevistas marchas\\entrevista Carla	Feminino	21-25
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Catarina	Feminino	16-20
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Cláudio	Masculino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Graça	Feminino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Inês	Feminino	até 15
Internos\\Entrevistas marchas\\entrevista Ivan	Masculino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\entrevista João	Masculino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Jorge	Masculino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Juliana	Feminino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Marta	Feminino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Micaela	Feminino	21-25
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Núria	Feminino	21-25
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Raul	Masculino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Rebeca	Feminino	21-25
Internos\\Entrevistas marchas\\entrevista Sandra	Feminino	26-30
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Soraia	Feminino	16-20
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Zé	Masculino	21-25
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevistado Dário	Masculino	21-25
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevistado Bruno	Masculino	16-20
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Nádia	Feminino	21-25
Internos\\Entrevistas marchas\\Entrevista Liliana	Feminino	26-30
TOTAL	22	
<b>Entrevistas Rappers</b>		
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Cali	Masculino	28-33
Internos\\Entrevistas rappers\\entrevista Cosme	Masculino	23-26
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Cruz	Masculino	23-26
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Gerson	Masculino	28-33
Internos\\Entrevistas rappers\\entrevista João	Masculino	até 20
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Joelson	Masculino	23-26
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Leandro	Masculino	28-33
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Luquene	Feminino	23-26
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Pedro	Masculino	28-33
Internos\\Entrevistas rappers\\entrevista Sean	Masculino	23-26
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Telma	Feminino	até 20
Internos\\Entrevistas rappers\\entrevista Wolf	Masculino	28-33
Internos\\Entrevistas rappers\\entrevistas Carla	Feminino	até 20
Internos\\Entrevistas rappers\\Entrevista Sandro	Masculino	23-26

TOTAL	14	
<b>Entrevistas Jovens “Contranormativos”</b>		
Internos\\Entrevistas contranormativos \\entrevista Wolf	Masculino	28-33
Internos\\Entrevistas contranormativos \\entrevista Sean	Masculino	23-26
Internos\\Entrevistas contranormativos\\entrevista Edgar	Masculino	16-20
Internos\\Entrevistas contranormativos\\entrevista Alex	Masculino	16-20
TOTAL	4	
<b>Entrevistas Jovens Espaço Jovem</b>		
Internos\\jovens EJ\\Entrevista Alexandre	Masculino	21-25
Internos\\jovens EJ\\Entrevista Catarina	Feminino	16-20
Internos\\jovens EJ\\Entrevista Inês	Feminino	até 15
Internos\\jovens EJ\\Entrevista Soraia	Feminino	16-20
Internos\\jovens EJ\\Entrevista Zé	Masculino	21-25
Internos\\jovens EJ\\Entrevista Jorge	Masculino	26-30
Internos\\jovens EJ\\Entrevista Núria	Feminino	21-25
Internos\\jovens EJ\\Entrevista Cláudio	Masculino	26-30
TOTAL	9	
<b>Entrevistas Monitores Espaço Jovem</b>		
Internos\\monitores EJ\\Entrevista Cristiana	Feminino	28-33
Internos\\monitores EJ\\Entrevista Margarida	Feminino	28-33
Internos\\monitores EJ\\Entrevista Moreno	Masculino	28-33
Internos\\monitores EJ\\Entrevista Cid	Masculino	28-33
Internos\\monitores EJ\\Entrevista Leonardo	Masculino	28-33
Internos\\monitores EJ\\Entrevista Leandro	Masculino	28-33
Internos\\monitores EJ\\Entrevista Jérison	Masculino	28-33
TOTAL	7	
<b>TOTAL GLOBAL DE ENTREVISTAS REALIZADAS</b>	<b>56</b>	

#### ZONA DE PROVENIÊNCIA DOS JOVENS

	A : Bairro A m a r e l o	B : Concelho Almada_fora do PIA	C: Lisboa	D : Outros bairros do PIA	E: Seixal
1: Jovens EJ	3	0	0	4	0
2: Marchantes	8	4	0	6	1
3: Monitores EJ	4	1	1	1	0
4: <i>Rappers</i>	6	0	3	5	0
TOTAL	21	5	4	16	1

Apresentámos acima um enquadramento também relativamente à proveniência dos nossos entrevistados. Podemos desde já notar que a grande maioria dos entrevistados são da zona do PIA, particularmente no caso dos jovens utentes do Espaço Jovem, que constitui 100% dos entrevistados. No caso dos marchantes temos 27% que não habitam, à altura da entrevista, na zona do PIA, o que será motivo de reflexão na secção que tratará deste grupo. Também no caso dos *rappers* temos 3 *rappers* que já não vivem no PIA e que procurámos propositadamente, de forma a apreender se as suas

representações sociais e modos de viver a cultura *hip-hop* se apresentavam de alguma forma diferentes dos *rappers* que ainda vivem na zona estudada.

Relativamente aos monitores do Espaço Jovem também a maioria é da zona, havendo apenas dois casos de monitoras que não vivem no PIA.

Temos, assim, um total de 56 entrevistas formais realizadas, das quais 22 aos marchantes do Centro Comunitário PIA II (de referir que destes, uma parte significativa são também jovens utentes do Espaço Jovem do Projeto Geração Cool); 9 entrevistas junto dos jovens do projeto Geração Cool; 7 com os monitores do mesmo; 14 entrevistas aos *rappers* e 4 ao que designámos de “jovens contranormativos”, ou seja, jovens que estão envolvidos em práticas contranormativas – desde o consumo ao tráfico de drogas, roubos, etc..

Importa aqui fazer um pequeno apontamento para justificar a utilização da análise de conteúdo temática destas entrevistas.

#### **4. A OPÇÃO PELA ANÁLISE DE CONTEÚDO TEMÁTICA**

A opção feita pela análise de conteúdo temática prende-se com o *enriquecimento da leitura* (Bardin, 2004: 29) que esta permite. De facto, através da leitura atenta e sistemática aumentamos as hipóteses de encontrar material produtivo e pertinente, de descobrir materiais que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar acerca das mensagens (que temos conhecimento *a priori*) ou pela exploração de significações e de pistas que nos permitam aprofundar uma realidade da qual não temos grande conhecimento à partida (necessidade de descoberta).

No nosso caso utilizámos a análise de conteúdo tanto na sua função heurística, à medida que íamos analisando as anotações do terreno e das primeiras conversas informais que fomos fazendo, como a função de verificação, nesta última fase de sistematização de resultados.

A primeira – função heurística – trata-se da análise de conteúdo que enriquece a fase exploratória da pesquisa em Ciências Sociais, aumentando a possibilidade de descoberta. “É a análise de conteúdo «para ver o que dá»” (Bardin, 2004: 30); enquanto a segunda – função de verificação – serve-nos essencialmente como forma de análise

sistemática que permita confirmar ou infirmar as hipóteses que fomos colocando ao longo da fase da descoberta. “É a análise de conteúdo «para servir de prova»” (Bardin, 2004: 30).

Temos diferentes formas de nos posicionar e de fazer análise de conteúdo. Neste sentido, alguns autores realçam a função de *descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da manifestação* (nomeadamente Berelson e Cartwright, cit in Bardin, 2004), conferindo, dessa forma, maior importância ao carácter objetivo e sistemático e à dimensão quantitativa da análise (nº de ocorrências, repetições, etc.); enquanto outros autores apostam mais na competência inferencial, interpretativa e explicativa da análise de conteúdo: Krippendorff vai definir análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”. Não restringe, portanto, a técnica à sua dimensão quantitativa, estendendo-a ao campo compreensivo e interpretativo.

Assim, enquanto os primeiros falam em *conteúdo manifesto* (componente descritiva apenas), o segundo fala em *inferência* (procura da compreensão e explicação).

Esta distinção tem subjacentes orientações metodológicas muito diferentes e coloca uma questão fundamental quando se fala em análise de conteúdo: esta deve limitar-se à descrição?

Segundo diversos autores que têm aplicado esta técnica não é necessário limitarmo-nos apenas à descrição, já que é a inferência que permite a passagem da descrição à interpretação, atribuindo sentido às características do material que foram recolhidas, enumeradas e organizadas.

Assim, a análise não se limita a descrever o *conteúdo manifesto*, permitindo perceber as *condições de produção e determinação dos discursos* e fazer inferências acerca da fonte, situação em que foi produzido o material em análise, acerca do emissor ou mesmo do recetor das mensagens, ou seja, compreender o *conteúdo latente* na mensagem.

“A finalidade da análise de conteúdo será pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, in Silva, A. S. e Pinto, J. M., 1986: 104)

A tarefa desta técnica consiste, então, no jogo entre as hipóteses, as técnicas e a interpretação.



É nesta aceção da análise de conteúdo que nos revemos e foi nesse sentido que a utilizámos ao longo de todo o trabalho de investigação: num primeiro momento como forma de descoberta dos conteúdos mais significativos, posteriormente – já na análise das entrevistas realizadas – partimos de uma análise mais descritiva (do *conteúdo manifesto*) para depois passar à análise inferencial.

Fizemo-lo recorrendo a procedimentos abertos, ou seja, não partimos de categorias pré-definidas antes da análise, surgindo estas a partir da leitura, descrição e análise dos materiais: trata-se de uma categorização *a posteriori*.

Esta “Consiste em comparar textos exploratórios produzidos em situações particulares, correspondentes aos comportamentos que queremos observar [como as entrevistas]; o quadro de análise destes últimos não é fixado e começamos por colocar em evidência as propriedades dos textos. Definiremos as diferenças, as semelhanças e eventualmente as transformações (...) [que] devem, em seguida, ser interpretadas por forma a permitir uma caracterização dos comportamentos observados” (Henry e Moscovici *cit in* Ghiglione e Matalon, 1992: 184).

Especificamente falando nas técnicas utilizadas, nomeadamente nas regras de enumeração, utilizámos a *presença/ausência*; a *frequência*, a *coocorrência* para posteriormente passarmos à fase da categorização.

A *presença/ ausência* trata-se da regra de enumeração que pressupõe que a presença de um tema numa comunicação é significativa da sua importância para o sujeito, funcionando como um indicador. No entanto, sabemos, a ausência de elementos/temas pode, nalguns casos, veicular um sentido. Com efeito, para certo tipo de mensagens, como para certos objetivos de análise, a ausência constitui a variável importante.

A *frequência* é a medida mais geralmente usada na análise temática de conteúdos e corresponde ao postulado (válido em certos casos e noutros não) de que a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparição. Uma manifestação em que todos os elementos aparecem com a mesma frequência significaria, então, que têm importância igual.

A *coocorrência* é a presença simultânea de duas ou mais unidades de registo (ex.: tema), numa unidade de contexto (ex.: parágrafo). A medida da coocorrência dá conta da *distribuição* dos elementos e da sua *associação*. A distribuição dos elementos pode

constituir um ponto significativo de conhecimento. O uso da associação como indicador, assenta no postulado de que elementos associados numa manifestação de linguagem estão (ou estarão) igualmente associados no espírito do locutor.

Com base nestas regras de enumeração, analisadas em todas as entrevistas realizadas, partimos para a categorização – uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia) com os critérios previamente (ou não) definidos. No nosso caso, como referimos anteriormente, não partimos de critérios previamente definidos, fazendo uma categorização *a posteriori*.

As categorias são rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns desses elementos.

No caso da presente investigação o critério de categorização utilizado foi semântico, por categorias temáticas.

Classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, que consiste na parte comum existente entre eles.

Os objetivos da categorização são, assim, em primeiro lugar fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos e, numa segunda fase reconstruir a mensagem veiculada nesses dados brutos segundo uma classificação pertinente, ponderada que permita fazer correspondências entre as mensagens e a realidade subjacente.

A categorização pode empregar dois processos inversos: um em que é fornecido o sistema de categorias em que se repartem da melhor maneira os elementos, à medida que vão sendo encontrados. Num segundo processo o sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação por analogias e progressiva dos documentos. O título conceptual de cada categoria é definido apenas no final da operação. Como referimos acima este foi o método por nós utilizado.

Quanto ao tratamento dos resultados obtidos e a sua interpretação, pretende-se, com a análise temática de conteúdos que os resultados brutos sejam tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos. Estes devem permitir obter quadros de resultados, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as

informações fornecidas pela análise. O investigador tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações.

Estes resultados serão apresentados, por conjuntos de entrevistados, nas páginas seguintes.

Finalmente, quanto à interpretação dos materiais/resultados que analisamos não nos podemos contentar com a simples justaposição das análises das entrevistas individuais: é necessário fazer delas uma síntese, ou seja, obter do seu conjunto um discurso único.

Nas análises de conteúdo temáticas podem-se fazer “análises verticais” ou “análises horizontais”, sendo “análise vertical” aquela que se debruça sobre cada sujeito separadamente (passam-se em revista os diferentes temas que ele abordou, o que disse e tenta-se, eventualmente, uma síntese individual) e a “análise horizontal” trata cada um dos temas, salientando as diferentes formas sob as quais ele aparece nas pessoas inquiridas.

Fizemos neste processo de investigação estes dois tipos de análise. Contudo, como refere Bardin (2004), estes dois tipos de análises constituem, se usados simultaneamente, um modo aceitável de abordagem do problema, mas ainda bastante parcial já que se limita a dois estudos particulares do material, sem com isso obter uma verdadeira visão global do mesmo.

A procura de tipos ideais/ modelos tenta responder a esta preocupação de globalidade: descrevendo os tipos, com a sua coerência interna, tornamos cada indivíduo mais inteligível pela sua relação com os (outros) diferentes tipos que servem de pontos de referência. Assim, repartimos a população entre os diferentes tipos, em função da análise que fizemos, considerando as diferenças entre indivíduos da mesma categoria como negligenciáveis ou não pertinentes face às suas semelhanças.

Foi o que procurámos fazer para cada grupo de entrevistados, como se poderá confirmar nas páginas que se seguem.

## Jovens do Bairro Amarelo: diversidade de estilos de vida e identidades

### 5. ANÁLISE ÀS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ESPAÇO, MODOS DE VIDA E IDENTIDADE PESSOAL

#### 5.1. O bairro

Tabela 5: Percepções dos entrevistados relativamente ao bairro

	A: aspetos do bairro considerados negativos	B: bairro como 'pedaço'_papel na construção identitária	C: caracterização da zona	D: papel das instituições sociais no bairro	E: problemas da sociedade portuguesa
1: Jovens EJ	19	25	9	5	0
2: Marchantes	2	37	12	5	0
3: Monitores EJ	19	10	172	8	2
4: <i>Rappers</i>	51	87	91	35	3

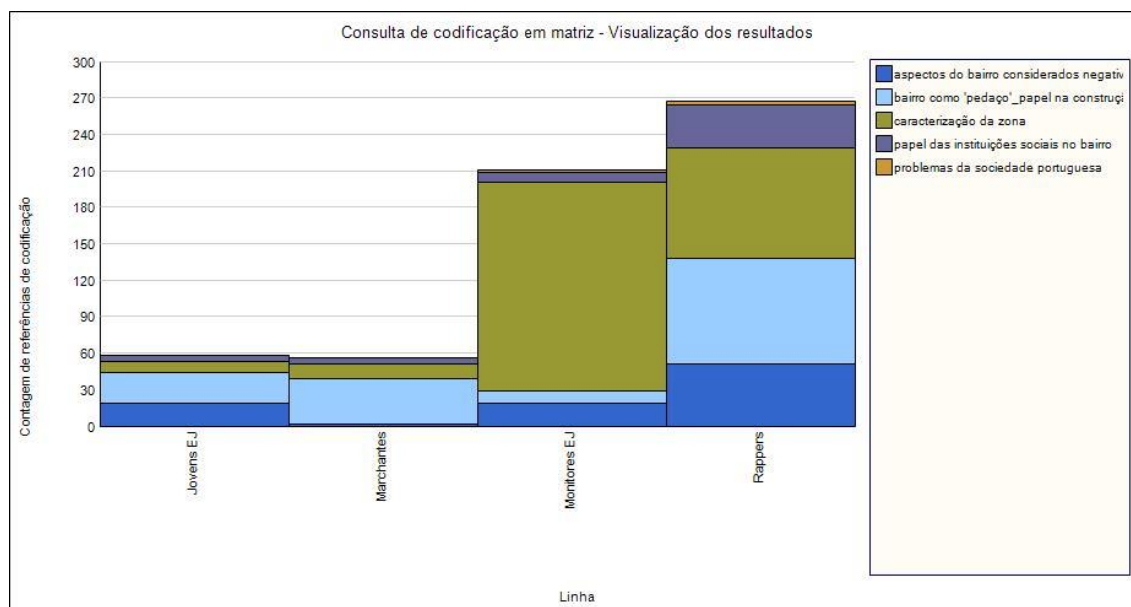


Figura 30: Percepções dos entrevistados relativamente ao bairro

Começando por analisar as referências que os atores estudados fazem ao bairro, verificamos que este está muito mais presente no discurso dos *rappers* e dos monitores

do projeto Geração Cool (Espaço Jovem). É bastante menos referenciado tanto pelos jovens utentes do projeto, como pelos marchantes (em grande parte coincidentes).

Este facto já é significativo em si mesmo, levando-nos a reforçar a hipótese, já formulada durante a observação participante, de que o bairro é um marcador identitário forte no caso dos *rappers* e uma unidade de análise – para o seu trabalho – para os monitores do Espaço Jovem (EJ).

Quando passamos à análise do conteúdo tratado dentro da categoria “bairro”, verificamos que os monitores do EJ debruçam-se essencialmente sobre o tema “caracterização da zona”, o que vai de encontro ao trabalho desempenhado pelos mesmos. Verificámos que no seu discurso temos essencialmente uma reprodução do discurso oficial sobre os “bairros críticos”, em que é feito o elenco das principais problemáticas da zona, as tentativas de resolução a nível institucional e um diagnóstico do seu sucesso ou insucesso.

Já a nível dos *rappers* temos também uma boa parte dos seus discursos sobre o bairro consagrado à caracterização da zona, mas de uma forma diferente. No caso destes as principais problemáticas identificadas não são as mesmas dos interventores sociais, mas mais as questões vistas do ponto de vista dos habitantes, como veremos nas tabelas seguintes. Contudo, os *rappers* também abordam muito o tema do bairro no sentido do bairro como marcador identitário importante para si e para o conjunto dos seus habitantes. Uma parte realça, ainda, o papel das instituições sociais no bairro, como forma de resolver algumas das problemáticas do mesmo, mas também criticando-as, por vezes, na sua forma de atuação.

Já entre os jovens do EJ e os marchantes a principal referência ao bairro é no sentido deste constituir-se como um “pedaço” importante das suas sociabilidades e consequente marcador identitário. Entre os primeiros há ainda bastantes referências a “aspetos do bairro considerados negativos”, que reproduzem em grande parte o discurso evidenciado pelos monitores do EJ.

Tabela 6: Temas acerca da percepção do bairro, por grupos de entrevistados

	1: Jovens EJ	2: Marchantes	3: Monitores EJ	4: Rappers
A: aspetos do bairro considerados negativos	19	2	19	51
B: bairro como 'pedaço' _papel na construção identitária	25	37	10	87
C: caracterização da população por etnias	0	0	13	0
D: caracterização das problemáticas da comunidade em geral	0	1	33	18
E: Dificuldades das instituições	0	1	16	5
F: Dificuldades dos jovens	0	1	30	15
G: Dificuldades dos núcleos familiares	0	1	30	13
H: papel das instituições sociais no bairro	5	5	8	35
I: problemas da sociedade portuguesa	8	8	31	69

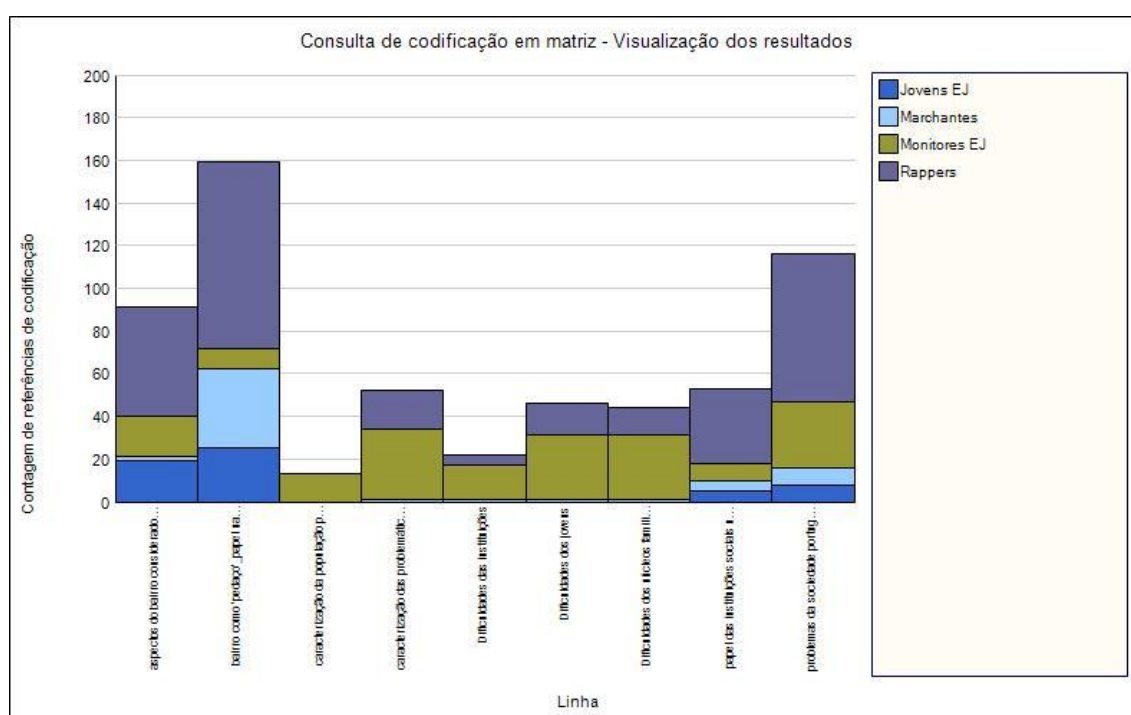


Figura 31: Temas acerca da percepção do bairro, por grupos de entrevistados

Fazendo uma análise dos temas dentro da categoria “bairro”, verificamos que a maior parte das referências a este são no sentido de ser considerado como espaço significativo na vida dos habitantes, contribuindo para a sua construção identitária. O segundo tema mais abordado é o dos “problemas da sociedade portuguesa” que têm impacto sobre o bairro e seus habitantes. Veremos adiante como neste tema os entrevistados apontam como principais problemas as desigualdades sociais, as injustiças e a estigmatização sentida. O terceiro tema mais referenciado prende-se com os

“aspetos considerados negativos no bairro” e que se prendem sobretudo com a pobreza, a falta de oportunidades, mas também a criminalidade e o consumo de drogas. Dentro do tema “caracterização da zona” destacam-se problemas vivenciados pelos jovens e pelos núcleos familiares e ainda o papel das instituições sociais na tentativa de resolução dos mesmos. Podemos verificar como esta caracterização da zona é efetuada apenas pelos monitores do EJ e pelos *rappers*.

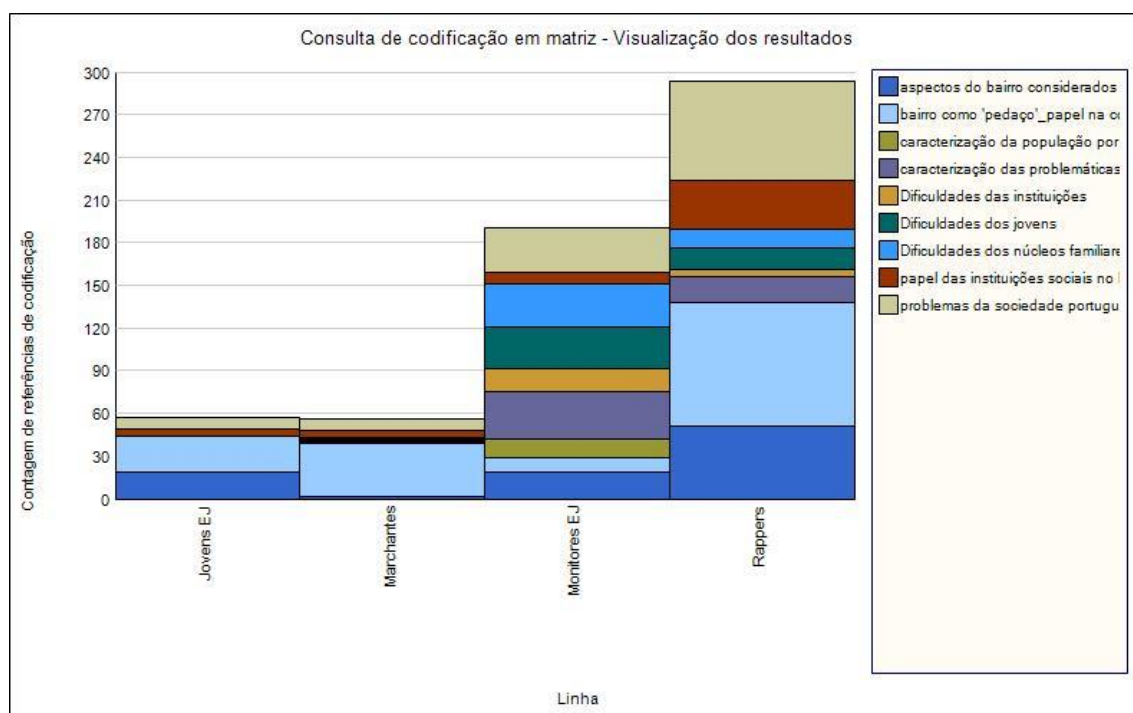


Figura 32: Grupos de entrevistados e sua caracterização do bairro

Olhando agora para os temas tratados por subgrupo da população inquirido verificamos, mais uma vez que são os *rappers* os que mais desenvolvem a temática do bairro, seguidos dos monitores do EJ.

Os primeiros realçam o bairro como espaço significativo na vida dos seus habitantes, assim como os problemas da sociedade portuguesa que condicionam em grande parte o terceiro tema mais falado: os aspetos negativos do bairro. Este grupo salienta ainda o papel das instituições no bairro. Já no caso dos monitores do EJ todos os aspetos dentro da categoria “bairro” são alvo de análise, nomeadamente a caracterização das várias problemáticas identificadas. Relativamente aos jovens do EJ a sua abordagem à categoria “bairro” centra-se sobretudo na identificação dos seus aspetos negativos, por um lado, e na evidenciação do seu papel como espaço

significativo para a construção identitária dos seus habitantes, por outro. Este, por sua vez, é o principal tema abordado pelos marchantes do bairro.



Tabela 7: Todos os temas abordados na categoria "bairro", por grupos de entrevistados

CATEGORIA - Bairro (seus temas e subtemas)	A: Jovens EJ	B: Marchantes	C: Monitores EJ	D: Rappers
<b>1 : aspetos do bairro considerados negativos</b>	0	0	0	0
1.1: drogas no bairro	5	2	8	13
1.2 : razões para traficar e/ou roubar no bairro	14	0	12	18
<b>2 : bairro como 'pedaço' _papel na construção identitária</b>	0	0	0	0
2.1 : aspetos do bairro considerados positivos	1	0	0	20
2.2 : bairro como comunidade _forte solidariedade	8	12	4	25
2.3: bairro como convívio	6	12	0	15
2.4 : Bairro como espaço de aprendizagem	2	3	1	4
2.5 : bairro e redes de sociabilidade	11	21	2	36
2.6 : defesa do bairro	2	2	5	10
2.6.1 : necessidade de passar uma 'boa imagem' do bairro para fora	1	0	3	2
2.7 : relação e circuito entre bairros	0	1	4	3
<b>3 : caracterização da zona</b>	0	0	0	0
3.1 : caracterização da condição social objetiva da população _exclusão social	1	1	17	7
3.2 : caracterização da população por etnias	0	0	0	0
3.2.1 : etnia africana	0	0	5	0
3.2.2 : etnia caucasiana	0	0	2	0
3.2.3 : etnia cigana	0	0	6	0
3.3 : caracterização das problemáticas da zona	0	0	0	0
3.3.1 : da comunidade em geral	0	0	0	0
3.3.1.1 : ciclo vicioso dos problemas sociais _socialização familiar e comunitária que os torna 'normais'	0	0	9	8
3.3.1.2 : conflitos étnicos	0	0	1	1
3.3.1.3 : constatação de uma rede de 'problemas sociais' associados	0	1	7	6
3.3.1.4 : controlo social elevado no bairro	0	0	2	0

3.3.1.5 : diferenças culturais	0	0	3	0
3.3.1.6 : habituação da população aos subsídios estatais	0	0	5	2
3.3.1.7 : ilegalidade de muitos habitantes do bairro e dificuldade de tratar dos documentos	0	0	2	2
3.3.1.8 : postura passiva da população face aos problemas	0	0	6	1
3.3.2: dificuldades das instituições	0	0	0	0
3.3.2.1 : dificuldade de mobilização dos 'utentes'	0	0	1	0
3.3.2.1.1 : adultos mais 'resistentes à mudança'	0	0	1	0
3.3.2.1.2 : jovens mais fáceis de 'moldar'	0	0	1	0
3.3.2.2 : falhas nas instituições de saúde	0	0	1	0
3.3.2.3 : falhas nas instituições escolares	0	0	1	0
3.3.2.3.1 : desadequação da escola ao público-alvo e consequente desmotivação	0	0	4	1
3.3.2.3.2 : escola vista pela família como instituição penalizadora_sinónimo de sanções	0	0	1	0
3.3.2.4 : intervenção muitas vezes peca por ser tardia	0	0	3	0
3.3.2.5 : necessidade de mais instituições no bairro_ocupação do tempo dos jovens	0	1	4	4
3.3.3 : entre os jovens	0	0	0	0
3.3.3.1 : gravidez precoce	0	0	5	0
3.3.3.2 : insucesso e abandono escolar	0	0	2	0
3.3.3.2.1 : insucesso escolar na pré-adolescência e adolescência_razões	0	0	4	0
3.3.3.2.2 : insucesso na escolaridade primária_razões	0	0	1	0
3.3.3.3 : jovens 'fechados', pouca confiança, pouco 'laço social'	0	0	3	0
3.3.3.4 : jovens juntam-se em grupos_sentimento de comunidade dentro dos mesmos	0	0	2	0
3.3.3.5 : os grupos de pares e o 'crescer na rua' como passo para 'maus caminhos'	0	1	9	15
3.3.3.6 : sentimento de impunidade dos jovens infratores	0	0	1	0
3.3.3.7 : violência, desrespeito e indiferença dos jovens face os professores	0	0	4	0
3.3.4 : no núcleo familiar	0	0	0	0
3.3.4.1 : alcoolismo	0	1	1	2
3.3.4.2 : desemprego_desocupação	0	0	9	3

3.3.4.3 : desvalorização da escola pela família_ ideia de inutilidade da mesma	0	0	2	0
3.3.4.4 : falta de tempo dos pais para acompanharem os filhos	0	0	8	7
3.3.4.5 : prioridades das famílias e jovens consideradas desajustadas	0	0	3	2
3.3.4.6 : relações familiares 'disfuncionais'	0	1	10	3
3.4 : influência cultural africana	2	9	3	0
3.5 : modos de vida no bairro	5	5	2	51
3.6 : mudanças no bairro	5	5	9	40
<b>4: papel das instituições sociais no bairro</b>	5	5	8	35
4.1 : ajuda 'errada' das instituições_ muito baseada nas prestações sociais e não na autonomização dos utentes	0	0	2	1
4.2 : estratégias para aliciar os 'utentes' para as ações	0	0	9	0
4.3 : 'guerras institucionais' na captação de utentes e definição dos terrenos_ áreas de intervenção	0	0	1	0
4.4 : interação entre instituições de todo o PIA	0	0	2	0
4.5 : resultados conseguidos com as ações- 'se não houvesse nada estava pior!'	0	0	11	0
4.6 : tendência de imposição de normas, independentemente da negociação com os utentes	0	0	3	0
4.7 : várias valências da Santa Casa e interação entre elas	0	0	7	0
<b>5: problemas da sociedade portuguesa</b>	0	0	2	3
5.1 : agregação exagerada de bairros sociais_ populações 'complicadas'	0	0	1	2
5.2 : estigmatização do bairro e sua população	5	7	21	41
5.3 : fortes desigualdades sociais_ exclusão social acentuada	0	0	2	14
5.4 : precariedade laboral e desemprego	0	0	4	3
5.5 : relações problemáticas com a polícia_ atuação incorreta da polícia face aos habitantes do bairro	4	1	3	24

Quando fazemos uma análise mais pormenorizada à categoria “bairro” que emergiu da análise temática das entrevistas realizadas, verificamos desde logo que há temas abordados por todos os subgrupos da população (aspectos do bairro considerados negativos e o bairro como pedaço\_papel na construção identitária), outros há que são abordados quase exclusivamente pelos *rappers* e monitores do EJ, como já havíamos detetado acima.

O tema mais referido é, de facto, o bairro como um “pedaço” importante na construção identitária dos habitantes. Com efeito, trata-se aqui de considerar o bairro como “pedaço” na aceção de Magnani, ou seja, como

“...aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade”. (Magnani, 1998: 116)

Com efeito, os subtemas referidos pelos inquiridos foram que o bairro é uma comunidade forte, com uma solidariedade entre os habitantes muito visível, o bairro proporciona o convívio entre os indivíduos e é nele que os habitantes centralizam as suas redes de sociabilidade. Estes temas são abordados de forma muito intensa pelos *rappers*, mas também pelos marchantes (estes particularmente no que diz respeito à importância do bairro no estabelecimento das redes de sociabilidade) e pelos jovens do EJ.

Outro tema muito abordado por todos os entrevistados é o dos aspectos considerados negativos no bairro, principalmente entre os *rappers* e os jovens do EJ. Ambos falam no papel das drogas no bairro (apesar de ser muito mais referido pelos *rappers*) e nas razões que identificam como as motivações para as práticas contranormativas no bairro (razões para traficar e/ou roubar no bairro). Neste ponto verificámos que tanto os jovens do EJ como os seus monitores apontam de forma genérica as dificuldades socioeconómicas da população e a influência do grupo de pares na “socialização da contranormatividade”. Os *rappers* também realçam muito esse aspecto, ou seja, afirmam que o facto de os jovens terem, muitos deles, pais ausentes ou pouco dedicados/capacitados para os cuidados “habituais” que os pais têm com os

filhos, para além das suas dificuldades socioeconómicas, vai-se juntar a uma forte “socialização de rua”, em que os jovens desde cedo crescem com os jovens mais velhos do bairro. Havendo entre estes as práticas contranormativas referidas, isso torna-se um padrão para os mais novos e assim se cria um ciclo de contranormatividade que passa a ser vista como um modo de vida habitual no bairro. Isso, associado ao paradigma consumista da atualidade em que o jovem se sente “menos” por não possuir todo o aparato de “gadgets” e bens de consumo da moda e de marca que consolidam o seu papel junto do grupo de pares, incentiva-os a “seguir as pisadas dos mais velhos”, como referem os nossos entrevistados.

Outro tema referido por todos os grupos de entrevistados, nomeadamente pelos monitores do EJ prende-se com a classificação da condição social objetiva dos habitantes do bairro: são pobres, com baixos índices de escolaridade, empregos precários e muita desocupação e rendimentos muito baixos. É o diagnóstico oficial das instituições e muito reproduzido pelo conjunto dos seus habitantes.

Depois temos a caracterização da zona, feita em grande parte pelos monitores do EJ. Estes são o único grupo que distingue a população por etnias, algo que aparentemente não é relevante para os jovens inquiridos. Dentro do subtema “caracterização da comunidade em geral” destaca-se a evidenciação, tanto pelos monitores do EJ como pelos *rappers*, de uma rede de problemas sociais associados e de difícil solução, nomeadamente pela naturalidade com que acabam por ser vividos no seio das famílias. Apontam como exemplos a desvalorização do papel da escola, a sobrelotação e mesmo a falta de condições sanitárias básicas de muitas residências, a naturalidade com que é encarada a maternidade precoce, entre outros.

Outro aspeto que é referido por todos os grupos, à exceção dos jovens do EJ, é o da necessidade de existirem mais projetos sociais de ocupação dos tempos livres, o que vai de encontro ao paradigma muito instalado e reproduzido pelas instituições públicas, nomeadamente pelas políticas de juventude, de que “a desocupação é a mãe de todos os problemas”.

Verificamos que os monitores do EJ elencam uma série de problemas nos jovens do bairro, num discurso muito politizado e que reproduz as políticas públicas para a juventude (desde a gravidez precoce ao insucesso e abandono escolar à “socialização da rua que os leva para os maus caminhos”) e que vem justificar precisamente a

necessidade do seu projeto e das soluções que este traz. Dentro destes temas aquele que é abordado intensamente pelos *rappers* é o último, sobretudo os mais velhos, que o facto de os “miúdos” crescerem na rua (porque os pais trabalham muito ou não são pais dedicados; porque não têm condições para os colocar em espaços de tempos livres, etc.) com os modelos contranormativos dos mais velhos por referência e a constante visualização das suas estratégias de enriquecimento rápido (nomeadamente o tráfico de droga e o roubo e venda de objetos vários), os leva para o “mau caminho”. Temos, portanto, também junto dos *rappers* uma reprodução do discurso dicotómico e muito funcionalista do bem e do mal, da norma e do desvio.

Quando se faz a análise dos problemas a nível das famílias este diagnóstico repete-se, já que os principais temas apontados são a falta de tempo dos pais para acompanharem os filhos (aqueles pais de baixa condição social mas “bons”, que trabalham muito) e, de novo, a temática da “desocupação como mãe de todos os problemas”. Temos um monitor que inclusive nos dividiu os adultos do bairro entre “os que trabalham muito e os que não fazem nada e passam o dia no café a usufruir os subsídios públicos”. Temos, de facto, uma reprodução do discurso normativo dominante. Se já esperávamos, face ao trabalho de campo e ao estudo anterior feito no bairro, este tipo de discurso entre os monitores – já que representam instituições oficiais – foi com alguma perplexidade que detetámos esse discurso também entre os *rappers*, mesmo aqueles que se afirmam críticos da sociedade e do *underground*.

Temos outros dois temas muito referenciados pelos entrevistados, nomeadamente entre os *rappers* – modos de vida do bairro e mudanças no bairro – que, devido à grande quantidade de referências nos mereceu uma atenção mais detalhada, que faremos a seguir.

O tema do papel das instituições sociais é focado precisamente pelos seus representantes – os monitores do EJ, em que o resultado mais significativo é a conclusão a que chegam quanto aos resultados obtidos. A percepção geral é de que não se resolve muito ou quase nada em termos estruturais (já que os problemas repetem-se a cada nova geração de jovens que lhes vai chegando ao projeto), mas existe a crença de que “se não houvesse nada estava pior”. É a ideia de que “vale a tentativa pelos poucos que se salvam dos maus caminhos” e que justifica, na sua percepção, a manutenção de projetos como o seu, apesar do pouco impacto efetivo que se verifica no bairro.

Como já referimos anteriormente outro tema muito abordado, essencialmente pelos *rappers* e monitores, mas também pelos restantes jovens, é o dos problemas da sociedade portuguesa que afetam o bairro. Aqui dois tópicos destacam-se claramente dos demais: por um lado o sentimento de profunda estigmatização sentido pelos habitantes e confirmado pelos monitores (este tópico é transversal a todos os grupos) e, por outro, as conflituosas relações da população com as autoridades policiais, sendo este assunto trazido essencialmente pelos *rappers*. Estes referem, com efeito, que devido à intensa estigmatização do bairro e dos seus habitantes, as autoridades policiais não têm uma atuação justa, julgando todos os habitantes do bairro segundo as perceções negativas que têm do mesmo, o que resulta em situações de abuso policial.

## 5.2. Modos de vida

Tabela 8: Frequência de codificações do tema "Modos de vida"

	A: modos de vida no bairro
1 : aspetos do bairro considerados negativos	3
2 : drogas no bairro	3
3 : razões para traficar e/ou roubar no bairro	4
5 : aspetos do bairro considerados positivos	2
6 : bairro como comunidade forte solidariedade	4
7 : bairro como convívio	2
8 : Bairro como espaço de aprendizagem	1
9 : bairro e redes de sociabilidade	6
14 : caracterização da condição social objetiva da população exclusão social	2
21 : ciclo vicioso dos problemas sociais socialização familiar e comunitária que os torna 'normais'	4
23 : constatação de uma rede de 'problemas sociais' associados	3
35 : desadequação da escola ao público-alvo e conseqüente desmotivação	1
38 : necessidade de mais instituições no bairro ocupação do tempo dos jovens	1
46 : os grupos de pares e o 'crescer na rua' como passo para 'maus caminhos'	7
51 : desemprego desocupação	1
53 : falta de tempo dos pais para acompanharem os filhos	2
54 : prioridades das famílias e jovens consideradas desajustadas	1
55 : relações familiares 'disfuncionais'	1
57 : mudanças no bairro	3
58 : papel das instituições sociais no bairro	3
59 : ajuda 'errada' das instituições muito baseada nas prestações sociais e não na autonomização dos utentes	1
68 : estigmatização do bairro e sua população	4
69 : fortes desigualdades sociais exclusão social acentuada	1
71 : relações problemáticas com a polícia actuação incorreta da polícia face aos habitantes do bairro	2
72 : criação das suas próprias regras contranormatividade	2
73 : crítica aos 'chibos' do bairro	1
74 : estratégias de domínio da zona e rivalizar com a polícia	1
77 : rivalidade entre bairros zonas	2
95 : escolas e representações acerca destas	2
98 : sociabilidades pessoais	1
99 : socialização familiar	1



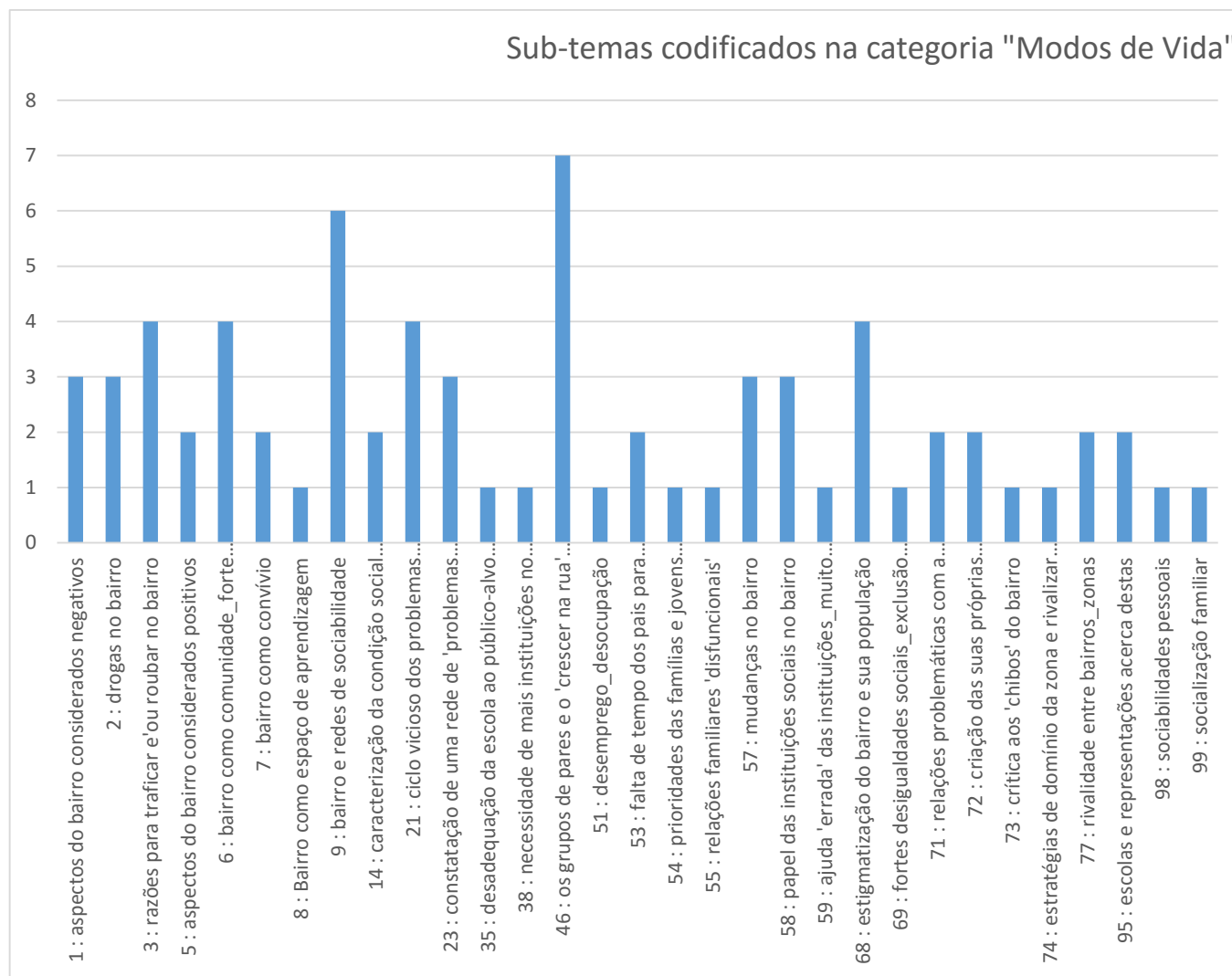


Figura 33: Frequência de codificações do tema "Modos de vida"

Optámos por fazer uma análise separada do tema “modos de vida” dentro da categoria “bairro” devido ao elevado número de referências do mesmo entre os diferentes grupos de entrevistados. Impunha-se, assim, perceber o que é que os entrevistados definiam como sendo os modos de vida do bairro. Fizemos, então, uma análise cruzada, em que fomos verificar que temas apareciam em coocorrência com o tema dos “modos de vida. Os principais temas resultantes desta junção são: “os grupos de pares e o 'crescer na rua' como passo para 'maus caminhos'”; “bairro e redes de sociabilidade”; “razões para traficar e/ou roubar no bairro”; “bairro como comunidade forte solidariedade”; “ciclo vicioso dos problemas sociais socialização familiar e comunitária que os torna 'normais'” e “estigmatização do bairro e sua população”. Podemos, então, perceber que há uma identificação pelos entrevistados, como já havíamos visto anteriormente, de um forte papel da “socialização de pares” entre os jovens do bairro, socialização essa muito baseada em modelos contranormativos e que leva a que, para os jovens, estes modelos se tornem naturalizados. Este tema vem associado às “razões para traficar e/ou roubar no bairro”, como sendo parte – nas representações dos nossos entrevistados – desse ciclo de socialização que conduz à “carreira desviante”. Ainda associado a estes dois temas temos o do “ciclo vicioso dos problemas sociais socialização familiar e comunitária que os torna 'normais'”, isto é, na visão dos nossos entrevistados ocorre a naturalização destas práticas, assim como de práticas familiares consideradas “disfuncionais” (na reprodução do modelo funcionalista de norma e desvio). Estes factos (porque assim são vistos pelos nossos entrevistados) vão levar à forte estigmatização do bairro e da sua população, outro “facto” apontado pelos nossos entrevistados. Referem, com efeito, sofrer dessa estigmatização, já que a imagem externa sobre o bairro homogeneíza os seus habitantes, com base nessas práticas contranormativas identificadas. Por outro lado, temos a referência, mais uma vez, ao “bairro como comunidade”, através da referência aos temas “bairro e redes de sociabilidade” e “bairro como comunidade forte solidariedade, em que nos apercebemos que o bairro constitui um “lugar da vida urbana” em que “A proximidade, o local, apesar dos movimentos de desterritorialização inegáveis na contemporaneidade, continuam a desempenhar um papel importante na construção das identidades cidadinas, embora de maneiras diferentes, sob muitos aspectos.” (Cordeiro, 2010: 119)

### 5.3. Mudanças no bairro

	A: mudanças no bairro
1 : aspetos do bairro considerados negativos	6
2 : drogas no bairro	9
3 : razões para traficar e/ou roubar no bairro	1
5 : aspetos do bairro considerados positivos	1
6 : bairro como comunidade forte solidariedade	3
7 : bairro como convívio	1
14 : caracterização da condição social objetiva da população exclusão social	2
21 : ciclo vicioso dos problemas sociais socialização familiar e comunitária que os torna 'normais'	3
23 : constatação de uma rede de 'problemas sociais' associados	2
38 : necessidade de mais instituições no bairro ocupação do tempo dos jovens	3
46 : os grupos de pares e o 'crescer na rua' como passo para 'maus caminhos'	3
57 : modos de vida no bairro	3
58 : papel das instituições sociais no bairro	2
59 : ajuda 'errada' das instituições muito baseada nas prestações sociais e não na autonomização dos utentes	1
66 : problemas da sociedade portuguesa	1
67 : agregação exagerada de bairros sociais populações 'complicadas'	2
68 : estigmatização do bairro e sua população	2
73 : crítica aos 'chibos' do bairro	1
77 : rivalidade entre bairros zonas	2
184 : escolas e representações acerca destas	1
185 : identidade pessoal e representações	2

*Tabela  
9: Tabela 8:  
Frequência de  
codificações  
do tema  
"Mudanças no  
bairro"*



Figura 34: Frequência de codificações do tema "Mudanças no bairro"

Quando analisamos em particular o tema “mudanças no bairro”, muito referido entre os nossos entrevistados, apercebemo-nos desde cedo que o sub-tema mais abordado pelos mesmos referia-se à diminuição do tráfico e consumo de drogas no bairro, assim como dos roubos, violência (pelo menos pública) e sentimento de insegurança. Vários jovens referem mesmo como o Bairro Amarelo era, na sua opinião, perigoso nos anos 80 e 90, o que lhe valeu a “má fama” que perdura até aos dias de hoje.

Não nos espanta, assim, que da análise cruzada entre temas sejam os temas “drogas no bairro” e “aspetos do bairro considerados negativos” aqueles que mais tenham sido codificados em coocorrência com o tema “mudanças no bairro”.

Importa, contudo, realçar que estas mudanças correspondem, em grande parte, a uma deslocação das práticas contranormativas para outra zona do PIA, especificamente o Bairro Branco. Este é o bairro que atualmente funciona como ponto de tráfico e consumo de drogas, assim como de outras práticas criminalizadas.

#### 5.4. Identidade pessoal e representações sociais

	A:Jovens EJ	B:Marchantes	C:Monitores	D: Rappers
<b>1 : identidade pessoal e representações sociais</b>	3	12	0	31
1.1 : Mapas mentais sobre Bairro Amarelo e PIA	3	4	0	0
1.2 : sentimento de distinção simbólica de uns grupos face aos outros, que consideram 'problemáticos'	1	17	6	37
1.3 : Sentimento de indefinição identitária	0	0	0	4

Tabela 10: Categoria "Identidade pessoal e representações sociais", por grupos de entrevistados

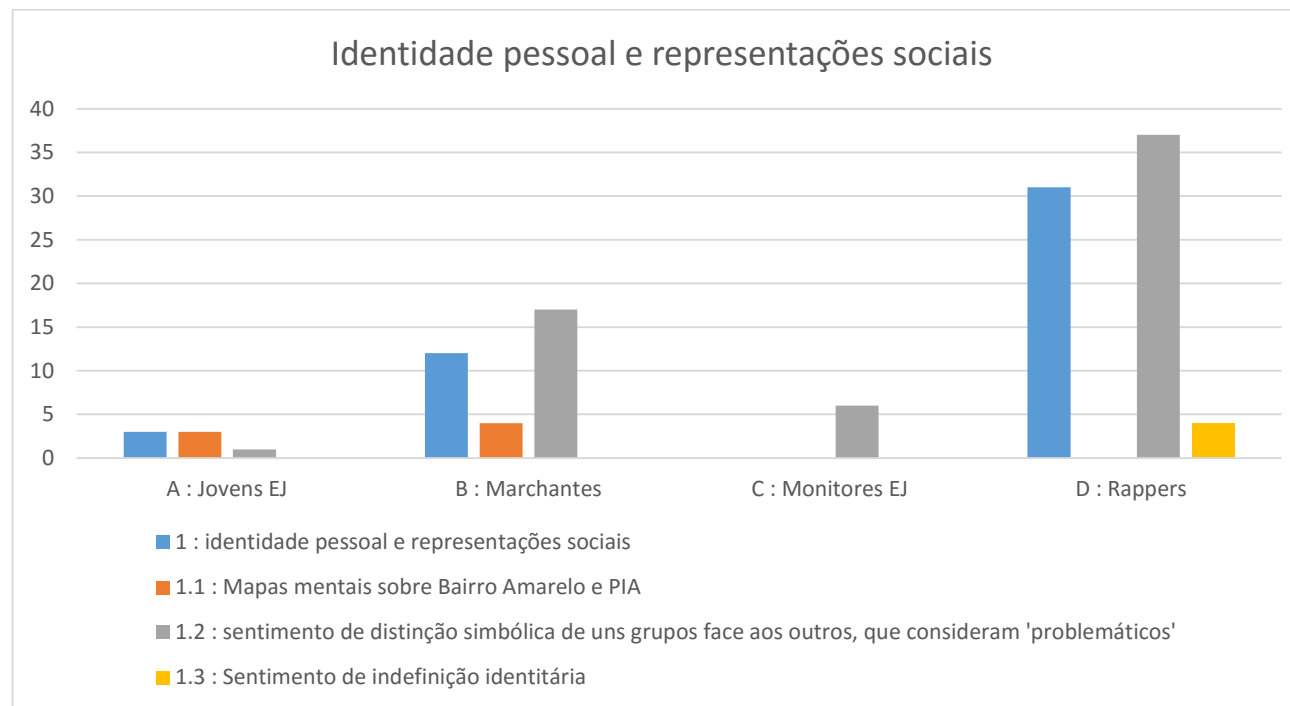


Figura 35: Identidade pessoal e representações sociais, por grupos de entrevistados

## 5.5. Relação entre a “identidade bairrista” e a distinção simbólica face ao bairro e seus habitantes

Tabela 11: Relação entre "identidade bairrista" e estratégias de "inversão simbólica", por grupos de entrevistados

RELAÇÃO ENTRE A “IDENTIDADE BAIRRISTA” E A DISTINÇÃO SIMBÓLICA FACE AO BAIRRO E SEUS HABITANTES	A:Jovens EJ	B:Marchantes	C:Monitores EI	D:Rappers
<b>1 : bairro como 'pedaço' papel na construção identitária</b>	0	0	0	0
1.1 : aspetos do bairro considerados positivos	1	0	0	20
1.2 : bairro como comunidade forte solidariedade	9	13	4	29
1.3 : bairro como convívio	6	12	0	15
1.4 : Bairro como espaço de aprendizagem	2	3	1	9
1.5 : bairro e redes de sociabilidade	11	21	2	37
1.6 : defesa do bairro	2	2	5	10
1.7 : necessidade de passar uma 'boa imagem' do bairro para fora	1	0	3	2
1.8 : relação e circuito entre bairros	0	1	4	3
<b>TOTAL DE REFERÊNCIAS QUE APONTAM PARA UMA "IDENTIDADE BAIRRISTA"</b>	<b>32</b>	<b>51</b>	<b>19</b>	<b>125</b>
<b>2 : identidade pessoal e representações</b>	3	12	0	31
2.1: Mapas mentais sobre Bairro Amarelo e PIA	3	4	0	0
2.2 : sentimento de distinção simbólica de uns grupos face aos outros, que consideram 'problemáticos'	1	17	6	37
2.3 : Sentimento de indefinição identitária	0	0	0	4
<b>TOTAL DE REFERÊNCIAS QUE APONTAM PARA UMA DISTINÇÃO SIMBÓLICA FACE AO BAIRRO E SEUS HABITANTES</b>	<b>7</b>	<b>33</b>	<b>6</b>	<b>72</b>

Olhando para a categoria “identidade pessoal e representações sociais” verificamos desde logo que esta está mais presente no discurso dos *rappers*.

Com efeito, este subgrupo refere-se variadas vezes à sua identidade e às suas representações sociais. Muito curioso é o facto de muitos destes jovens *rappers* – que se definem abertamente como críticos da sociedade e do “sistema” que estigmatiza os bairros sociais e lhes impõe condições de vida muito abaixo do resto da sociedade, denunciando as injustiças sociais, serem simultaneamente o grupo que mais apresenta declarações que vão no sentido da distinção simbólica face aos habitantes do bairro considerados problemáticos. Podemos entender esta elevada referenciação deste tema por este subgrupo, já que é o grupo que mais é conotado com as práticas contranormativas que fazem os habitantes do bairro serem estigmatizados, daí a sua necessidade de se “defenderem” e distanciarem deste rótulo negativo. Veremos como, no entanto, nem todos os *rappers* o fazem. Quando analisarmos especificamente este subgrupo da população estudado veremos como há um pequeno grupo dentro dos *rappers* estudados que assume a sua contranormatividade e inclusivamente a defende como um modo de vida que deveria ser imposto nos bairros – aqueles que designámos como “*gangsta rappers*”. Neste tópico verificamos ainda que entre os marchantes temos também várias referências à identidade pessoal e representações sociais e esta distinção simbólica dos grupos considerados “problemáticos” do bairro. Com efeito, como veremos mais adiante no subcapítulo dedicado à análise dos marchantes, estes optam por atividades consideradas “positivas” do bairro, por uma “carreira normativa” que os distancie da imagem estigmatizada do bairro.

Outro ponto que nos parece importante analisar brevemente é o tema dos “mapas mentais sobre o Bairro Amarelo e o PIA”. Neste ponto verificámos que entre os jovens do Espaço Jovem e os marchantes do CCPIA II há uma justaposição mental entre o bairro e o PIA. De facto, muitos deles falam do Bairro Amarelo e do PIA como sendo uma mesma entidade (muitos pensam que o PIA é o bairro) e outros apesar de saberem que o PIA é o conjunto dos 17 bairros da zona consideram que não há separação social entre os mesmos. Há uma separação física mas os limites são muito ténues e as convivências e o sentimento de pertença é comum. Estes jovens sentem-se todos, independentemente do bairro de onde provêm, “jovens do PIA”.



## **6. MEDIAÇÃO ORIENTADA PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO - PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO PROJETO *GERAÇÃO COOL* – BAIRRO AMARELO/ALMADA - A CONSTRUÇÃO DE DIFERENTES ESTRATÉGIAS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS**

Num primeiro grupo encontramos os jovens que definem grandemente os seus modos de vida, rotinas, sociabilidades e pertenças identitárias a partir das atividades e ideologia das instituições sociais do bairro. Iremos aqui retratar a situação de jovens que frequentam um determinado espaço – Espaço Jovem, integrado no Projeto Geração Cool - projeto este levado a cabo pela Santa Casa da Misericórdia de Almada no âmbito do Programa Escolhas.

Pensar na participação dos jovens em projetos sociais leva-nos, obrigatoriamente, a questionar o próprio conceito de “participação juvenil” e os significados que ele assume nos dias de hoje para os jovens, em particular os “jovens em risco” como são caracterizados os jovens da zona do PIA.

### **6.1. A participação juvenil no contexto da pós-modernidade**

Pensando a participação juvenil no século XXI não podemos deixar de colocar a questão da mudança de paradigma da pós-modernidade/atualidade. Neste contexto há autores que realçam os processos de desinstitucionalização (Dubet e Martucelli, 1998), nomeadamente a perda de importância das instituições tradicionais de socialização e construção identitária juvenis (com particular relevância a escola). Assim, colocamo-nos a seguinte questão: estamos perante o fim da participação juvenil e de uma apatia generalizada ou perante novas formas de participação?

A noção de "participação juvenil" é atualmente muito utilizada na área social.

Encontramos na literatura três dimensões da participação juvenil - percepções/representações; práticas e efeitos na vida dos jovens e dos atores; relação entre jovem participante e educador/adulto.

Nas ciências sociais atualmente o debate surge em torno da utilização excessiva dos termos de "participação" e "empoderamento" na área do desenvolvimento social (que podemos verificar no Projeto Geração Cool e em toda a conceção do Programa Escolhas).

Estes conceitos tornaram-se, de facto, uma moda, sendo usados quase obsessivamente por organizações governamentais e não-governamentais (sendo, em muitos casos, um pré-requisito, por exemplo, para a obtenção de financiamento de projetos: "selo de garantia" de qualidade). Este facto tornou estes termos ambíguos, vagos, servindo um pouco para tudo e acabando por ser vazios de significado efetivo. Henkel e Stirrat (2007) afirmam que estes termos se tornaram uma nova ortodoxia, substituindo a velha ortodoxia na área social, dominada por ideias como planeamento centralizado e hierárquico. Estes termos acabaram, assim, segundo Cleaver (2004) por perder o seu sentido original (que consistia numa noção mais radical de engajamento crítico na sociedade e problematização de situações sociais) e são hoje muitas vezes usados de forma instrumental, sem especificar quem se vai "empoderar", como e com que objetivo.

Contudo, ao mesmo tempo que se fala no empoderamento, fala-se na crescente apatia dos jovens atuais. De facto, há uma representação do senso comum e de muitos pesquisadores atualmente sobre o que são os jovens atualmente: consumistas, apáticos, individualistas... Muitos autores defendem, pelo contrário, que os jovens têm antes de mais formas e espaços diferentes de participação (Novaes, 2006; Balardini, 2005; Pais, 2000; Abramo, 2005). Uma das modernas formas de participação juvenil são, por exemplo, as comunidades *online*, em que os jovens participam em debates, comentários e fóruns de temas do seu interesse.

Existe a necessidade de contextualização histórica. De facto, os adultos de hoje foram jovens numa época de forte radicalização política, com acontecimentos e um clima mundial – e em muitos casos nacional – de forte mudança social a acontecer. Ao mesmo tempo deu-se um questionamento geral das normas e valores: a radicalização política estendeu-se às esferas privadas da família, da escola e do trabalho. Ora, face a este período de forte efervescência social, os adultos de hoje comparam, muitas vezes, os jovens de hoje a esse contexto, muito diferente do atual. Assistimos, com efeito, a uma mudança radical nos anos 1980/90, em que a política deixa de ser vista como lugar de transformação do mundo (ideologias) e passa a ser vista como administração técnica e muito dominada pela economia (utilitarista).

Essa mudança encontramos-a também ao nível da transformação dos Movimentos Sociais e da crescente importância dos Novos Movimentos Sociais, que se

caracterizam por lutas diferenciadas, mais pelo sujeito do que pela classe. Luta pela "autonomia" mais que pela "hegemonia".

Jean François Lyotard (1984), entre outros autores que vão no mesmo sentido, fala na atual descrença em projetos utópicos e metanarrativas (projetos ideológicos que se consideram os únicos detentores da verdade). Os sujeitos atuais são, como vimos no capítulo anterior, muito mais flexíveis e híbridos.

Assim, temos como características importantes do capitalismo avançado a emergência de novos movimentos e autores da participação juvenil (Cultura D.I.Y. – do it yourself); uma nova cultura de trabalhadeira e a horizontalidade nas formas de participação (organização não hierárquica da mesma e ênfase nos assuntos do dia-a-dia dos sujeitos).

Surge, assim, um novo tipo de jovens que participa, jovens de classes mais baixas e de zonas desfavorecidas das cidades. Estes não têm acesso (não têm o capital social, cultural e económico que lhes permita aceder) aos espaços formais de participação. Surge, assim, todo um novo mundo de participação juvenil informal, que vai ser canalizada e orientada por ONG's, universidades e mesmo pelo Estado: grupos de dança, *hip-hop*, de teatro, religiosos, jovens de projetos sociais, etc.

Segundo Regina Novaes (2006), temos hoje uma "nova cultura da trabalhadeira". A estabilidade laboral e o fácil acesso ao mundo do trabalho são hoje uma raridade, pelo que os jovens adotam novas estratégias para enfrentar esse desafio. Recorrem, por exemplo, a várias formas de se qualificarem e dotarem de maiores recursos (aumentando, assim, as suas hipóteses de empregabilidade): cursos de línguas, informática, estágios, preocupação com as médias escolares e com o ingresso em universidades que lhes possam dar maiores possibilidades de ingresso e sucesso laboral. Diferentemente, os jovens das classes mais baixas não têm os recursos necessários para essas estratégias. Assim, a sua estratégia passa muitas vezes pelo recurso a programas governamentais e não-governamentais de apoio à inserção dos jovens no mercado de trabalho (microcréditos para abertura de pequenos negócios; estágios patrocinados pelo Estado e SS – muitas vezes em organizações do Terceiro Setor; o trabalho cooperativo e associativo – caso dos Putos do Bairro do projeto Geração Cool).

Face a esta conjuntura de elevada incerteza que os jovens enfrentam com a entrada no mundo do trabalho (competitividade muito intensa e individualismo), as suas

energias são canalizadas nesse sentido, e já não para a participação social como no passado tendia a acontecer. Balardini (2005) fala na tendência da juventude atual em participar de uma forma em que o que a prioridade é a ação imediata ("a priorização da ação imediata"). Isto porque os jovens não acreditam nos meios convencionais de ação e de mudança (política e seus representantes), acreditando mais na sua ação concreta e imediata no seu meio envolvente (mudar Agora o seu mundo mais Próximo).

Outra mudança importante na forma de participar da juventude é que a juventude atual não acredita nas instituições formais, tendo uma postura de desconfiança da autoridade. Ao mesmo tempo querem preservar a sua autenticidade e individualidade, valorizando mais a dimensão individual do que a institucional. Por essas razões a tendência dos jovens é a de fazer parte de organizações pouco institucionalizadas. Da mesma forma, os jovens não acreditam em processos de trabalho e decisão (planeamento e coordenação) centralizados, preferindo métodos horizontais de coordenação e trabalho (ex.: trabalho em redes, parcerias, grupos de trabalho, etc.)

Assim, como o jovem atual tende a não acreditar em ideologias holísticas e em instituições tradicionais (Governos, Políticos, etc.), também não acredita em causas teóricas e "de classe" por si só. O que mobiliza o jovem são muito mais as causas concretas, do dia-a-dia, que ele sente que, nessas sim, pode atuar, manifestar-se e mudar de forma efetiva e imediata: "mudança de formas mais "tradicionais" de uma política de classe para uma política do dia-a-dia" (Butler, Udi M. e Marcelo Princeswal, 2012: 118).

Vários autores têm-se debruçado sobre a questão da participação juvenil (Novaes, 2006; Balardini, 2005; Abramo, 2005; Pais, 2000; Johnson *et al*, 1998; Hart, 1997). Uma das conclusões a que podemos chegar pela sua leitura é que cada contexto histórico oferece condições diferentes para diversos tipos de participação juvenil, sendo que alguns favorecem-na mais do que outros. As características da modernidade (o "imediatismo", o consumismo e a necessidade de estar sempre "on") favorece um tipo de envolvimento participativo dos jovens também ele virado para o imediato, para as causas do dia-a-dia, para o individualismo e a horizontalidade nos processos de planeamento e trabalho, mais do que para causas de classe, envolvimento institucional, etc.

Os autores realçam que as instituições (mais ou menos formais) que promovem a participação juvenil não o fazem da mesma forma nem com o mesmo conceito de cidadania e participação como base. Existem formas de promoção de participação que se destinam muito a preencher tempos livres no sentido do "evitar males maiores" (como por exemplo projetos de ocupação dos tempos livres dos jovens, para que estes não estejam na rua e não se envolvam no tráfico de drogas, como o Espaço Jovem); outros que se destinam a capacitar os jovens de forma a facilitar o seu ingresso no mundo do trabalho (temos o exemplo das formações na área das TIC do Projeto Geração Cool, assim como dos cursos profissionalizantes que este promove) e outros que trabalham mais no sentido de promover a reflexão, eventualmente a mudança de mentalidades dos jovens, procurando despertar o seu interesse para uma postura de empatia com os outros, de solidariedade, respeito pelos direitos humanos e para uma postura pró-ativa perante a sociedade e os seus desafios, para uma atitude de mudança, de querer fazer parte de mudanças. É neste último grupo que encontramos as instituições que, segundo os autores, apostam na constituição de cidadãos. Cidadania no sentido de não apenas pertencer a uma comunidade e partilhar e respeitar os seus valores e normas, mas também o de ser um "ser ativo" que se constrói a si mesmo como indivíduo, ao mesmo tempo que constrói o mundo à sua volta. Podemos dizer que o Projeto analisado não entra neste modelo, por uma série de evidências que desenvolveremos mais adiante neste capítulo.

A International Youth Foundation desenhou o modelo dos "5Cs", modelo dos objetivos a atingir através de programas de/para a juventude:

- *Caráter*: através destes programas os jovens devem adquirir sentido de responsabilidade e de prestar contas, tal como a capacidade de progredir apesar das adversidades;
- *Confiança*: os jovens devem desenvolver a autoestima, treinando a capacidade de fazer escolhas e tomar a iniciativa (desenvolver a autonomia);
- *Conexão (vínculo)*: devem desenvolver sentimento de pertença à sua comunidade, a adultos responsáveis e aos seus pares;
- *Competências*: devem desenvolver competências educacionais e vocacionais que lhes permitam ser autossuficientes (adquirirem formas de ganhar a vida);

- *Contribuição*: devem-se tornar cidadãos conscientes e participativos, com ideias e contribuições para as suas comunidades.

Veremos adiante que todos estes C's são tomados como modelo prescritivo dos projetos sociais para a juventude, nomeadamente no Projeto Geração Cool que aqui analisamos. Há, de facto, uma mediação, com estes projetos, muito institucionalizada e pouco virada para as decisões e vontades dos próprios jovens.

Roger Hart (1997) são autores que falam especificamente na participação por parte de jovens carenciados. O primeiro afirma que nenhuma sociedade está inteiramente preparada para a participação efetiva dos jovens na comunidade, mas que o encorajamento a que essa participação de facto ocorra se verifica mais numas que noutras.

Segundo Hart (1997) a participação juvenil será tanto mais viável e efetiva, quanto mais se propicie flexibilidade para que o jovem possa participar de acordo com os seus referentes culturais e a sua identidade, e que nessa participação os possa, ainda, desenvolver mais. O autor salienta ainda a necessidade de se criar empatia, fomentar a capacidade de se colocar no lugar do outro, como única forma de potenciar uma participação juvenil consistente.

O autor criou ainda o conceito de *design* participativo e uma escala de participação juvenil. Assim, dentro da “participação” temos:

- *Decisões determinadas, mas informadas*: primeiro estágio da participação juvenil, no sentido em que há um investimento do jovem, apesar da influência adulta;
- *Decisões consultadas e informadas*: casos em que as crianças são informadas sobre o propósito da sua participação (numa pesquisa, por exemplo), participam e são informadas dos resultados da sua participação;
- *Decisões iniciadas pelos adultos e compartilhadas com os jovens*: neste caso as crianças/jovens não são apenas informadas da ocorrência de um processo e dos seus resultados, mas também de como o processo (seja de pesquisa, de participação num evento) vai decorrer, é-lhe dada a palavra, esclarecidas dúvidas, explicado o porquê das coisas serem como são, etc.;

- *Decisões iniciadas e dirigidas pelos jovens*: situação muito rara, em que todo o poder de decisão e tomada de atitude está do lado da criança/jovem;
- *Decisões iniciadas pelos jovens e compartilhadas com os adultos*: casos em que os jovens têm iniciativa própria e desenvolvem atividades de forma autónoma, mas que em algum momento sentem necessidade de trabalhar com adultos numa posição de poder.

O Projeto Geração Cool que aqui analisamos proporciona essencialmente os primeiros tipos de participação, de facto, enquadra-se no modelo em que o jovem tem que investir dentro dos parâmetros já definidos pelos programas institucionais, como veremos adiante.

Com efeito, as Políticas Públicas de Juventude são em grande parte ineficazes porque, afirma Machado Pais, apesar de aparentemente bem planeadas (algumas delas pelo menos) as PP falham em muitos casos precisamente porque desconhecem a fluidez atualmente presente nas trajetórias individuais e o hibridismo das relações sociais em que os jovens estão envolvidos. São PP que desvalorizam, assim, o contexto em que serão aplicadas, ou seja, as vidas e formas de estar dos próprios jovens.

Daí a relevância da investigação sobre a realidade social (neste caso os modos de vida dos jovens) para um bom planeamento das PPJ. Pais fala mesmo da importância, não só das *grounded theories*, como das "*grounded policies*: políticas de intervenção que tenham sempre por referência o chão que elas pisam" (Pais, 2005:64).

É importante que quem planeia as PP conheça o terreno, na medida em que ao planear está a delinear programas de ação, ou seja princípios orientadores. Mas se esses princípios, essas *guidelines* vão funcionar ou não dependendo da apropriação que dela vai ser feita pelos seus beneficiários. Daí a necessidade de se conhecer, de forma o mais aprofundada possível, os contextos de aplicação das medidas. Mais ainda porque um contexto social envolve atores sociais (imprevisíveis), e atores sociais em relação constante (o que torna o grau de imprevisibilidade e de possível mudança ainda mais elevado).

Apesar de aparentemente serem "*grounded policies*" as PP estão muito centradas numa visão centralizada e institucional dos contextos, das populações. "Descem" pouco aos terrenos para perceber os contextos reais de vida (objetivos,

subjetivos e trajetivos segundo Pais). Uma das áreas das PP que reflete essa falta de imersão no terreno e compreensão do mesmo é a da participação juvenil, vista ainda de forma muito centralizada, de forma "instrumental", como uma "educação para o trabalho; trabalho para a consecução de uma cidadania normalizada; cidadania como categoria estável de direitos e obrigações" (Reguillo, 2004: 50 *cit in* Pais, 2005: 65).

Os projetos sociais existentes em Portugal (nomeadamente a partir de 2001 com a implementação do Programa Escolhas) dirigem-se a jovens "em situação de vulnerabilidade". De notar que estes espaços e projetos, embora apresentem uma ideologia de horizontalidade no planeamento e definição de regras, entre outros aspetos, mantêm um controlo social efetivo sobre os jovens. Este facto é visível quando os jovens são castigados (em alguns casos mesmo expulsos) do espaço se não cumprirem com as regras estabelecidas. Existe, portanto, também aqui, uma lógica de cumprimento, de *inclusão/exclusão* com base em normas e padrões definidos *a priori*.

Neste projeto, como em muitos outros que existem pelo país, nem todo o tempo é planeado e estruturado. A maior parte do tempo é aliás, de ócio, tempo livre não estruturado. É contudo um tempo livre com uma componente disciplinadora, no sentido em que há regras bem definidas que não podem ser quebradas. Por outro lado existem rotinas muito bem estabelecidas e definidas (tempos para cada atividade) e essa rotina acaba por ser, para os jovens, uma segurança.

Este projeto social procura – à imagem da conceção central deste tipo de projetos sociais – detetar situações problemáticas e resolvê-las de acordo com as melhores soluções que o terreno (situação e seus atores) apresenta.

O que os autores de vários estudos nesta área concluem é que o discurso embelezado da cidadania, participação juvenil, *empowerment* e inclusão serve, muitas vezes, como substrato para a legitimação de PP e obtenção de fundos, mas que depois na prática os projetos ficam sujeitos aos caprichos dos mercados económico e financeiro.

Na grande maioria dos projetos sociais para jovens aparece, no discurso, a figura da juventude vulnerabilizada. O facto de se pensar nos jovens como vulneráveis (pelo facto de estarem em situações sociais, económicas, educacionais e laborais menos privilegiadas) pode levar, contudo, a olhar-se para ele de uma forma negativa, ou seja, pelos *deficits* que apresenta e não pelas suas potencialidades. Damos conta desta visão



através da afirmação de uma das monitoras do Geração Cool que afirma que “temos que os motivar para tudo porque eles são, já de si, apáticos”. Esta é a visão dos decisores políticos e dos técnicos, não significa que seja a dos jovens e da sua comunidade, que pode ver-se de forma positiva e não como estando em *deficit*.

Assim, estas PP são, no fundo, vistas como uma estratégia para evitar que o estado vulnerável dos jovens os leve a um futuro previsível: de desemprego, de desocupação e demarginalidade.

## **6.2. Mediação Socioeducativa com jovens**

A diversidade de campos/contextos de intervenção e de representações, assim como os modelos de ação dos mediadores socioeducativos têm sido referidos por vários autores (Caetano, 2005; Silva e Moreira, 2009 *cit in* Silva, A. e Machado, C. in B. Silva, et al, 2009). Contudo, tem essencialmente sido temáticas analisadas no campo da mediação socioeducativa, não na mediação familiar, judicial ou laboral.

Enquanto noutros países (como EUA e França), a mediação socioeducativa tenha já quatro décadas aproximadamente de existência, em Portugal é uma realidade com pouco mais de uma década. Por esse motivo rareiam ainda os trabalhos científicos sobre esta realidade, sendo os existentes geralmente etnográficos, baseados em estudos de caso (tal como o que se apresenta nesta investigação).

Quando pensamos no termo mediação surgem representações muito diferenciadas sobre a mesma: desde práticas informais e ocasionais, como o voluntariado social, assim como intervenções enquadradas institucionalmente e consolidadas como atividade profissional (mediadores socioeducativos em associações, escolas, etc.).

Bonafé-Schmitt (2009) descreve a história da mediação em 4 fases:

1<sup>ª</sup>— anos 1970: associava-se a uma "justiça informal" para os mais carenciados (nos EUA e, em menor grau, em França);

2<sup>ª</sup> — meados da década de 1980: com a autonomização "relativa" da mediação e sua aplicação a diversos contextos (bairros, famílias e a mediação penal). É nesta fase que a mediação passa a ser vista, de forma mais consensual, como uma maneira legítima de resolução de conflitos (próxima da conciliação e arbitragem);

3º – meados dos anos 1990: maior autonomia da mediação face à conciliação e arbitragem (como formas de resolução de conflitos) e a sua institucionalização com a criação de Associações de Mediadores em vários países (é quando começa a ser referenciada em Portugal, nomeadamente através da sua referência em documentos legais e normativos);

4º – fim da década 1990: fase da "hegemonia paradoxal", ou seja, passa de uma prática de resolução de conflitos a uma forma de regulação social (mais abrangente) essencial no desenho das políticas públicas. Passa, inclusive, a ser um *slogan* utilizado pelos poderes públicos para credibilizar as suas ações, nomeadamente no que diz respeito à mediação socioeducativa (pela importância social que cada vez mais se dá à gestão das diferenças e coesão social).

Atualmente a mediação é, portanto, mais institucionalizada, mais respeitada e valorizada e mais abrangente: não passa apenas pela resolução de conflitos, mas por formas de comunicação, educação e gestão dos grupos sociais.

Segundo Caetano (2005) a mediação era vista, anteriormente, como um modelo de solução de problemas com etapas bem definidas: identificação do problema, suas causas e história, estabelecimento de objetivos, sua colocação em prática e avaliação. A partir de finais dos anos 1990 começa a alargar-se o seu âmbito, passando de uma estratégia de curto prazo, para um processo a longo prazo, processo este que se afigura como cooperativo e preventivo também no âmbito da educação para a cidadania. Passa, assim, a ser vista essencialmente como uma estratégia que facilita e visa o estabelecimento da comunicação interpessoal e intergrupar.

A mediação socioeducativa em Portugal surge na década de 1990, em grande parte impulsionada pelos programas da eu, os quais valorizavam já a componente da mediação na resolução de problemas, ou seja, a introdução de novas metodologias e estratégias de abordagem a problemas já conhecidos, tais como o insucesso e abandono escolar, a multiculturalidade (muitas vezes problemática) nas escolas e a integração de imigrantes.

Alguns dos projetos que foram alvo desta abordagem da mediação socioeducativa são projetos abordados neste trabalho: as turmas PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), o Programa PETI (Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil) e o Programa Escolhas – três projetos

levados a cabo na comunidade estudada nesta investigação, no Bairro Amarelo – Plano Integrado de Almada.

Como seria de esperar, face ao próprio objetivo com que foram criados o Programa Escolhas e PETI/PIEF, a população-alvo destes projetos são essencialmente os jovens e jovens adultos, sendo os principais objetivos da mediação o combate ao insucesso e abandono escolar (ainda mais acentuados com a Estratégia de Lisboa, em 2009), nomeadamente com a integração de mediadores nas escolas (como acontece com o Projeto Geração Cool, aqui estudado).

Estes mediadores trabalham a uma série de níveis, num *continuum* que vai do trabalho mais institucional (face à instituição, neste caso Projeto Geração Cool) a um trabalho mais diretamente relacionado aos atores (relação com os jovens). No primeiro plano temos o papel de diagnóstico de situações, informação e orientação e no segundo o acompanhamento dos jovens (emocional e psicológico e de resolução direta dos conflitos). De referir ainda que a ação dos mediadores não se cinge apenas aos jovens, estendendo-se às famílias, à escola (professores, direção, etc.) e às associações onde os jovens se inserem, se for o caso (nesta investigação o Espaço Jovem - Projeto Geração Cool). Particularmente importante, tal como pudemos aferir pelas entrevistas realizadas aos mediadores do Projeto Geração Cool, é a ponte estabelecida (pelos mediadores) entre os jovens, a família e a escola, relações estas muitas vezes problemáticas e ineficientes.

No mesmo sentido, salienta-se a introdução de parcerias e do trabalho em equipa que é feito nestes projetos. Procura-se, dessa forma, mobilizar diversos recursos (institucionais, escolares, associativos) e diversas competências (de profissionais de vários ramos como psicólogos, sociólogos, animadores socioculturais, mediadores, professores) de forma a abranger todas as necessidades dos jovens e tornar a intervenção, desse modo, mais eficaz.

O estudo realizado por Silva e Machado, citado por Silva, et al (2009) revela que, independentemente dos contextos de intervenção, as estratégias mais utilizadas pelos mediadores prendem-se com o

"acompanhamento (emocional, psicológico e resolução de conflitos/problemas), intervenção (socioeducativa, familiar e profissional) e (re)estabelecimento de laços e pontes de comunicação entre diferentes atores

da comunidade educativa (jovens-adultos, encarregados de educação e professores)" (2009: pp. 13).

As autoras salientam ainda a importância cada vez maior que vem sendo atribuída a estes profissionais na resolução de conflitos, acompanhamento e estabelecimento da ponte entre os jovens-escola-família, já que os atores sociais que antigamente seriam os responsáveis por essa incumbência (professores, pais) estavam a não ser capazes de gerir a situação, nos casos considerados mais "problemáticos".

Sugerem as autoras que esta situação reflete uma perda de controle dos atores sociais envolvidos (escola, professores, pais) da situação, pela incapacidade de perceção da mudança no contexto de vida dos jovens e da origem das "situações problemáticas". Afirmam que, com efeito, as soluções mais autoritárias e disciplinadoras tradicionalmente aplicadas aos "jovens problemáticos" perderam a sua eficácia e que os mediadores trouxeram uma nova forma de encarar a situação: com a "receita" da comunicação e responsabilização. Segundo as autoras talvez resida exatamente na falta destas duas componentes na vida dos jovens durante muito tempo, a origem das suas ações "incorretas e problemáticas".

### 6.3. Programa Escolhas

O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros, e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

O seu objetivo é promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Foi criado em Janeiro de 2001, e conta já com 6 fases de desenvolvimento (6 *gerações*):

- 1ª Geração: entre Janeiro de 2001 e Dezembro de 2003, tratava-se de um Programa para a Prevenção da Criminalidade e Inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Implementou durante este período 50 projectos, e abrangeu 6.712 destinatários.

- 2ª Geração: entre Maio de 2004 e Setembro de 2006, tendo financiado e acompanhado 87 projectos, distribuídos por todo o país. O público-alvo prioritário eram crianças e jovens entre os 6 e 18 anos oriundos de contextos sócio-económicos desfavorecidos e problemáticos, assim como jovens entre os 19 e os 24 anos, famílias e outros elementos da comunidade, como professores, auxiliares educativos, etc. Nesta fase o objectivo central do programa muda: da prevenção da criminalidade para a promoção da inclusão e de um modelo centralizado para um Programa assente em projectos localmente planeados, com base em instituições locais (escolas, centros de formação, associações, IPSS, entre outras) a quem se desafiou para a concepção, implementação e avaliação de projectos: consórcios que envolveram 412 instituições e 394 técnicos, o E2G abrangeu cerca de 43.200 destinatários, residentes em 54 concelhos.

- 3ª Geração: de Janeiro de 2007 até Dezembro de 2009. O objectivo era promover a inclusão social de crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, tendo em consideração o maior risco de exclusão social, nomeadamente de descendentes de imigrantes e minorias étnicas. Abrangeu 121 projectos, em 71 concelhos do território nacional. Através do modelo de

consórcio já adoptado no Escolhas 2ª Geração, o Programa Escolhas reuniu cerca de 780 instituições e 480 técnicos, abrangendo cerca de 81.695 destinatários.

- 4ª Geração: triénio de 2010 a 2012, vendo reforçado o seu financiamento global e o número de projectos, o programa aposta na mobilização das comunidades locais e no modelo de envolvimento das instituições em consórcios para garantir a sustentabilidade dos territórios, das instituições locais e das dinâmicas de acção iniciadas pelos projectos. Nesta fase dá-se uma nova reformulação do objectivo do programa, que passa a ser a **Capacitação dos jovens e o Empreendedorismo. Foi nesta fase que fizemos a nossa observação participante no Projeto Geração Cool pelo que deparámo-nos muito com esta temática da capacitação e empreendedorismo, que foi implementada, no Bairro Amarelo, através da criação de uma associação juvenil os “Putos do Bairro”.**

- 5ª Geração: triénio de 2013 a 2015. Esta geração não trouxe grandes mudanças, tendo sido, até certo ponto, o consolidar da vertente do empreendedorismo e capacitação iniciada na fase anterior. Nesta 5ª geração foram celebrados protocolos com os consórcios de 110 projetos locais, financiando mais 31 projetos pontuais, de cariz experimental nas áreas da empregabilidade e empreendedorismo.

- 6ª Geração: triénio de 2016 a 2018 que irá financiar 90 projetos, 88 em território nacional e duas experiências internacionais, no Luxemburgo e Reino Unido. Estima-se que os 90 projetos irão envolver no total dos três anos, cerca de 75.000 participantes, sendo que 22 situam-se na zona norte, 12 no Centro, 40 em Lisboa, 4 no Algarve, 7 no Alentejo, 3 projetos nas Regiões Autónomas e 2 projetos no território europeu (no Luxemburgo e outro no Reino Unido, como referido anteriormente). Ao todo abrange 54 concelhos do território nacional, mobilizando mais de 840 entidades parceiras entre municípios, juntas de freguesia, agrupamentos de escolas, comissões de proteção de crianças e jovens em risco, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), associações de imigrantes, e instituições particulares de solidariedade social, entre outros. Pretendendo-se cada vez mais apostar numa intervenção focalizada, uma outra alteração remete para o facto dos projetos apenas apresentarem propostas de intervenção em três medidas/áreas específicas, para que o plano de ação a concretizar e a dinamizar possa ser o mais ajustado às necessidades e especificidades das comunidades locais. Será, igualmente de destacar o alargamento da faixa etária até aos

30 anos, possibilitando assim uma intervenção mais consistente em matéria de emprego e empregabilidade.

As áreas prioritárias de intervenção consistem em:

Medida I: Inclusão escolar e educação não formal;

Medida II: Formação profissional e empregabilidade;

Medida III: Dinamização comunitária e cidadania;

Medida IV: Inclusão digital;

Medida V: Empreendedorismo e capacitação

**Medida I** visa contribuir para a inclusão escolar e para a educação não formal, integrando as seguintes ações:

- a) Encaminhamento e reintegração escolar de crianças e jovens que tenham abandonado a escola precocemente;
- b) Criação e implementação de respostas educativas específicas para crianças e jovens que tenham abandonado a escola sem a conclusão da escolaridade básica;
- c) Actividades de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso escolar, a realizar dentro ou fora da escola, através do desenvolvimento de competências pessoais, escolares e sociais por via da educação formal e não formal;
- d) Co-responsabilização das famílias no processo de supervisão parental, visando o sucesso escolar e a transição para a vida activa.

**Medida II:** visa contribuir para a formação profissional e empregabilidade e inclui as seguintes ações:

- a) Encaminhamento e integração de jovens para respostas de qualificação ao nível da formação profissional;
- b) Encaminhamento e integração de jovens no mercado de emprego;
- c) Criação e implementação de respostas de qualificação ao nível da formação profissional e da empregabilidade de jovens;
- d) Promoção da responsabilidade social de empresas e outras entidades, através de estágios e da promoção de emprego para jovens;

e) Apoio à criação de iniciativas que gerem emprego para jovens, nomeadamente através de emprego apoiado, iniciativas locais de emprego, microempresas ou outras.

**Medida III** visa contribuir para a dinamização comunitária e cidadania, promovendo as seguintes ações:

- a) Actividades lúdico-pedagógicas, nomeadamente as que decorrem em espaços jovens e similares;
- b) Actividades desportivas e promotoras de estilos de vida saudáveis;
- c) Actividades de cariz artístico e cultural;
- d) Actividades que promovam a descoberta, de uma forma lúdica, da língua, valores, tradições, cultura e história de Portugal e dos países de origem das comunidades imigrantes;
- e) Visitas e contactos com organizações da comunidade;
- f) Actividades que promovam informação, aconselhamento e apoio à comunidade;
- g) Mobilização da comunidade para o processo de desenvolvimento pessoal, social, escolar e profissional das crianças e jovens

**Medida IV** visa apoiar a inclusão digital através das seguintes ações:

- a) Actividades ocupacionais de orientação livre;
- b) Actividades orientadas para o desenvolvimento de competências;
- c) Cursos de iniciação às Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- d) Formação certificada em Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- e) Actividades de promoção do sucesso escolar e da empregabilidade.

**Medida V** visa apoiar o empreendedorismo e a capacitação dos jovens, através das seguintes ações:

- a) Autonomização de projectos protagonizados pelos jovens, visando a sustentabilidade das ações;



- b) Promoção de dinâmicas associativas juvenis formais e informais, que incentivem a autonomização das crianças e jovens e a sustentabilidade das dinâmicas de ação iniciadas;
- c) Iniciativas de serviço à comunidade promovidas pelos jovens, demonstrando um contributo positivo nos seus territórios;
- d) Visitas, estágios e parcerias com organizações que possibilitem o alargar das experiências e redes de contactos dos jovens;
- e) Projectos planeados, implementados e avaliados pelos jovens, promovendo a sua participação e co-responsabilização por todas as etapas, nomeadamente na mobilização parcial dos recursos necessários à concretização das suas próprias iniciativas;
- f) Actividades formativas que promovam o desenvolvimento de competências empreendedoras nos jovens;
- g) Promoção da mobilidade juvenil e de intercâmbios dentro e fora do território nacional;
- h) Campanhas de divulgação, marketing social e de sensibilização que permitam desconstruir estereótipos e preconceitos relativamente aos destinatários e territórios alvo de intervenção do Programa.

#### 6.4. Projeto Geração Cool

O projeto Geração Cool visa intervir, fundamentalmente num grupo jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 24 anos, residentes no PIA, freguesia de Caparica, de forma a desenvolver competências pessoais e sociais, escolares e profissionais, parentais e digitais.

Tendo como componente fundamental o *empowerment*, o projeto procura ser uma oficina de ferramentas, onde a equipa, para além de interventora, assuma, igualmente, um papel de facilitadora, dando protagonismo ao grupo para que seja ele próprio o “motor” do processo de capacitação. Para tal, definiu-se como necessário que a equipa técnica adote uma metodologia dinâmica e participativa, apostando em abordagens centradas na promoção do *empowerment* dos atores envolvidos.

##### **Objetivos do projeto**

O projeto Geração Cool baseia a sua intervenção nos seguintes objetivos:

Objetivo Geral 1: Proporcionar a (re)integração escolar e profissional de jovens em situação de risco de exclusão provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis;

- Objetivo Específico 1.1.: Implementar e acompanhar turmas PIEF (Tipo 1 e Tipo 2), na Escola Secundária do Monte de Caparica, durante 3 anos letivos, abrangendo jovens entre os 15 e os 17 anos em situação de abandono e insucesso escolar com vista à sua certificação escolar;
- Objetivo Específico 1.2.: Implementar e acompanhar a turma do curso de qualificação profissional na área da jardinagem e espaços verdes, com duração de 18 meses, integrando jovens em situação de desocupação, tendo em vista a sua certificação;
- Objetivo Específico 1.3: Dinamizar um programa de formação parental, na sede do projeto, envolvendo regularmente familiares, durante 3 anos letivos, tendo em vista uma maior corresponsabilização do percurso escolar dos seus educandos, bem como o reforço das suas competências parentais.

Objetivo Geral 2: Promover a ocupação dos tempos livres dos jovens através da participação cívica e comunitária;

- Objetivo Específico 2.1.: Dinamizar um espaço jovem na comunidade promovendo atividades de natureza lúdica, cultural, desportiva e comunitária, para jovens entre os 12 e os 24 anos, durante o período de 2010 a 2012;
- Objetivo Específico 2.2.: Constituir e consolidar um grupo de jovens da comunidade, durante a execução do projeto, de forma a facilitar a participação e corresponsabilização no planeamento, dinamização e avaliação de iniciativas próprias;
- Objetivo Específico 2.3.: Elaborar e aplicar um programa de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e escolares, para um grupo de jovens dos 12 aos 15 anos, na sede do projeto, com vista à diminuição do insucesso escolar.

Objetivo Geral 3: Proporcionar à comunidade local o desenvolvimento de competências específicas que potenciem a utilização das TIC como ferramentas de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade de informação;

- Objetivo Específico 3.1.: Dinamizar um espaço aberto na comunidade que permita dotar jovens e adultos de competências em TIC, durante a implementação do projeto;
- Objetivo Específico 3.2.: Implementar cursos de formação certificada na comunidade para jovens e adultos na área das TIC, entre 2010 e 2012.

### **Medidas a que se candidata**

#### **I. Área estratégica da inclusão escolar e educação não formal**

- a) Encaminhamento e reintegração escolar de crianças e jovens que tenham abandonado a escola precocemente;
- b) Criação e implementação de respostas educativas específicas para crianças e jovens que tenham abandonado a escola sem a conclusão da escolaridade básica;
- c) Atividades de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso escolar, a realizar dentro ou fora da escola, através do desenvolvimento de competências pessoais, escolares e sociais por via da educação formal e não formal;
- d) Corresponsabilização das famílias no processo de supervisão parental visando o sucesso escolar e a transição para a vida ativa.

## **II. Área estratégica de formação profissional e empregabilidade**

a) Encaminhamento e integração de jovens para respostas de qualificação ao nível da formação profissional;

c) Criação e implementação de respostas de qualificação ao nível da formação profissional e da empregabilidade de jovens;

## **III. Área estratégica da dinamização comunitária e cidadania**

a) Atividades lúdico-pedagógicas, nomeadamente as que decorrem em espaços jovens e similares;

b) Atividades desportivas e promotoras de estilos de vida saudáveis;

c) Atividades de cariz artístico e cultural;

d) Atividades que promovam a descoberta, de uma forma lúdica, da língua, valores, tradições, cultura e história de Portugal e dos países de origem das comunidades imigrantes;

f) Atividades que promovam informação, aconselhamento e apoio à comunidade;

## **IV. Área estratégica da inclusão digital**

a) Atividades ocupacionais de orientação livre;

b) Atividades orientadas para o desenvolvimento de competências;

c) Cursos de Iniciação às TIC;

d) Formação certificada em TIC;

## **V. Área estratégica do empreendedorismo e capacitação dos jovens**

e) Projetos planeados, implementados e avaliados pelos jovens, promovendo a sua participação e corresponsabilização por todas as etapas, nomeadamente na mobilização parcial dos recursos necessários à concretização das suas iniciativas;

g) Promoção da mobilidade juvenil e de intercâmbios dentro e fora do território nacional;

h) Campanhas de divulgação, marketing social e de sensibilização que permitam desconstruir estereótipos e preconceitos relativamente aos destinatários e territórios alvo de intervenção do Programa.

## 7. “JOVENS DO ESPAÇO JOVEM”: ANÁLISE DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GERAÇÃO COOL AO LONGO DE UM ANO

Neste capítulo analisaremos a participação dos jovens do PIA no Projeto Geração Cool ao longo de um ano – tendo sido o ano em análise o de 2011.

Apresentamos, para enquadrar a restante análise, a tabela dos participantes, por modalidades de participação.

*Tabela 12: Jovens “utentes” do EJ durante o ano de 2011*

	N			%		
“Presentes” (Universo)	0	4	34	00	00	00
1. Freqüentadores ocasionais”	0	4	4	4,4	4,5	7,8
2. Freqüentadores habituais”	6	2	8	0	7,3	5,8
3. “Habitué”	4		2	5,6	8,2	6,4
2. “Freqüentadores habituais”	6	2	8	00	00	00
2.1. “Freqüentadores de férias”			3	2,2	1,7	7,1
2.2. “Freqüentadores ao longo do ano”	8		5	7,8	8,3	2,9
2.2. “Freqüentadores ao longo do ano”	8		5	00	00	00
2.2.1. “presença espalhada no ano”	1		5	9,3	7,1	2,8
2.2.2. “presença concentrada em certos períodos”	4		7	0	2,9	8,6
2.2.3. “novos utentes”				0,7		,6
3. “Habitué”	4		2	00	00	00
3.1 “habitué recentes”				1,4	7,5	7,2

Analisando os comportamentos dos jovens efetivamente presentes no projeto no ano de 2011, verificamos que cerca de metade é freqüentador ocasional, recorrendo ao projeto em altura de férias e não no seu dia-a-dia habitual.

Temos uma percentagem relativamente importante, ainda, de frequentadores habituais (cerca de 36%), sendo que quem contribui principalmente para este número são os jovens do sexo masculino.

Observamos, por fim, o grupo mais comprometido com o projeto e que tem nele uma presença muito assídua, os 16% *habitués*. Dentro deste grupo verificamos que, dos 22, 16 já o são desde o início de 2011, tendo uma presença constante no Espaço Jovem durante todo o ano. Temos depois o grupo de 6 jovens que considerámos “*habitués* recentes”, isto porque apesar de serem jovens já inscritos no EJ e que o frequentavam antes disso, começam a participar no Projeto com muita assiduidade (mais de 50% presenças) a partir do Verão de 2011. De referir ainda que 41% deste grupo dos *habitués* é constituído pelos “Putos do Bairro” – grupo informal de jovens criado no âmbito do projeto e sendo uma grande aposta do mesmo neste momento. O facto dos membros dos Putos do Bairro terem uma série de responsabilidades no Espaço Jovem – dinamização do bar, animação comunitária e organização de eventos, para além de reuniões semanais – faz com que a sua presença seja, de facto, muito visível e constante.

Pudemos aperceber-nos destas diferentes modalidades de apropriação do espaço mediante uma análise das presenças dos jovens no Projeto ao longo de um ano. Criamos, deste modo, 3 grupos principais:

1. “Frequentadores ocasionais/sazonais”

Jovens que frequentaram o EJ entre 12 a 27 vezes/ano, isto é, 1 a 2,2 dias por mês (5% a 10% dos dias em que o EJ esteve aberto);

Mediante uma análise das periodicidades de frequência destes jovens, percebemos que não se verifica uma distribuição da presença ao longo do ano, mas antes uma concentração, na grande maioria, em curtos períodos de tempo, coincidentes com as férias escolares (Dezembro e Janeiro, Abril e Agosto).

Neste grupo temos 64 jovens: 47,8% do total analisado.

## 2. “Frequentadores habituais”

Jovens que frequentaram o EJ entre 28 a 62 vezes/ano, isto é, 2,3 a 5,1 dias/mês, o que corresponde a cerca de meia a uma semana por mês (11% a 25% de dias possíveis);

Neste grupo temos um total de 48 jovens (38 do género masculino e 10 do feminino), ou seja, 36% do total.

Mediante uma análise mais detalhada da presença ao longo do ano destes 48 jovens, verificámos que se constituíam alguns subgrupos:

2.1. “Frequentadores de férias”: 13 jovens (28,9%), em que 8 são rapazes e 5 raparigas;

2.2. “frequentadores ao longo do ano”: 32 jovens (71,1%): 27 do género masculino e 5 do género feminino. Dentro deste subgrupo distinguimos ainda outro nível de divisão:

2.2.1 “Presença espartilhada ao longo do ano”: 15 jovens, 11 masculinos e 4 femininos;

Presença muito espartilhada ao longo do ano (quase ausência de meses sem presenças). O critério utilizado para criação deste grupo e a distinção face ao seguinte foi que neste não podem existir 3 meses seguidos com presenças nulas, e no grupo seguinte a obrigatoriamente que será descrita seguidamente;

2.2.2. “Presença concentrada em certos períodos”: 17 jovens, 15 masculinos e 2 femininos;

Presença, apesar de tudo, mais concentrada em certos períodos do ano. Trata-se de uma participação por fases/épocas.

2.2.3. “Novos utentes”: 3 (rapazes);

As presenças registadas iniciam-se em Agosto de 2011.

## 3. *Habitués*/"comprometidos"/"militantes"

Jovens que frequentam o EJ entre 67 a 179 vezes por ano, isto é, 5,5 a 15 dias por mês, o que representa entre uma a três semanas por mês (entre 26% a 69% de dias possíveis);

Grupo com uma presença muito constante e muito participativa, sendo o o considerámos ser o motor do projeto.

Total de jovens: 22 jovens (14 masculinos e 8 femininos), integrando 16% do total de jovens analisado.

Dentro deste grupo podemos distinguir um subgrupo:

**3.1. “*habitués recentes*”:** intensificaram a sua presença a partir do Verão de 2011, altura a partir da qual passam a ser assíduos frequentadores do Espaço (com uma presença no mínimo de 50% de dias possíveis): 6 jovens, 3 rapazes e 3 raparigas.<sup>13</sup>

	N			%		
	M	F	T	M	F	T
<b>Total jovens</b> inscritos	244	113	357	100	100	100
<b>“Ausentes”</b> (0 presenças)	63	28	91	25,8	24,8	25,5
<b>“Quase ausentes”</b> (menos 1 presença/mês)	91	41	132	37,3	36,3	37
<b>“Presentes”</b> (Universo)	90	44	134	36,9	38,9	37,5

*Tabela 13: Presenças e ausências dos jovens no Projeto, por sexo*

Mediante estes números podemos observar que cerca de um quarto dos jovens inscritos nunca frequentou o Projeto Geração Cool no ano de 2011. Uma percentagem muito semelhante verifica-se entre os “quase ausentes” e os “presentes”. Assim sendo, iremos trabalhar, neste estudo, com cerca de 38% do total de jovens inscritos. As percentagens parciais permitem-nos, ainda, verificar que não existem diferenças significativas de comportamento em função da variável sexo, tendo rapazes e raparigas uma participação muito semelhante em termos de presenças no projeto no ano retratado.

Verificamos, portanto, que cerca de metade é frequentador ocasional, recorrendo ao projeto em altura de férias e não no seu dia-a-dia habitual. De salientar que esta realidade se observa com maior prevalência nas raparigas, com mais de metade (54,5%) a ser frequentador ocasional.

---

<sup>13</sup> De referir que inicialmente distinguimos, entre os *habitués*, dois grupos: Um primeiro que era constituído pelos jovens que tinham estado presentes entre 26% a 48% de dias possíveis em 2011 (entre 67 a 124 vezes por ano, ou seja, 5,5 a 10,3 vezes por mês) e que era constituído por 20 jovens. O segundo grupo era composto apenas por dois jovens, com presença em mais de metade dos dias possíveis – um com 53% (137 presenças no ano) e outro com 69% (179 presenças). De referir ainda que houve 260 dias em que o Espaço Jovem esteve aberto. Considerámos, contudo, que não seria relevante manter um grupo distinto apenas com 2 jovens, pelo que optámos por inclui-los no grupo anterior.



Temos uma proporção relativamente importante ainda de frequentadores habituais (cerca de 36%), sendo que quem contribui principalmente para este valor são os jovens do sexo masculino. Estes apresentam, com efeito, 40% de frequentadores habituais, face aos 27% do sexo feminino.

Observamos, por fim, o grupo mais comprometido com o projeto e que tem nele uma presença muito assídua, os 16% de *habitués*. Neste caso, quem se destaca são as raparigas, com 18% de *habitués*, face aos 16% de rapazes neste grupo.

Dentro do que designamos de “frequentadores habituais” podemos verificar que existe, ainda, um grupo (de cerca de um quarto do total de frequentadores habituais) que concentra as suas presenças nas férias escolares e que não contribui com a sua presença, por isso, para o dia-a-dia do projeto.

Os restantes três quartos são frequentadores ao longo do ano sendo que dentro destes distinguimos, ainda, três padrões comportamentais diversos:

- o grupo que está presente efetivamente ao longo de todos os meses, não excedendo um mês em que não visite o Espaço Jovem (não se verifica uma constância em termos de dias de semana em que estão presentes);
- um segundo grupo corresponde àqueles que, embora participem no projeto ao longo de todo o ano, a sua presença concentra-se essencialmente em certos períodos, estando alguns períodos (de 3 ou mais meses) sem comparecer no mesmo.

Neste grupo podemos verificar alguma regularidade em termos de períodos de comparência:

- num subgrupo temos os frequentadores dos meses quentes (“primavera-verão”), em que se praticam mais atividades ao ar livre, nomeadamente colónias de férias, marchas populares, festivais de verão;
- num segundo subgrupo vemos os frequentadores dos meses frios (“outono-inverno”) que valorizariam mais (no Projeto Geração Cool, pelo menos) as atividades de tempos livres de carácter fechado, como os jogos de mesa, torneios de pingue-pongue e snooker, consolas, etc.;
- um terceiro grupo corresponde aos 3 novos “utentes” do EJ, dos quais só há registos de presenças a partir de Agosto de 2011.

Por fim, no que diz respeito ao grupo mais comprometido com o Projeto – os *habitués* – verificamos que, dos 22, 16 já o são desde o início de 2011, tendo uma presença constante no Espaço Jovem durante todo o ano. Contudo, verificamos que existem meses com maior assiduidade: Março, Abril, Outubro, Novembro e Dezembro. Existem dois jovens com uma presença mais contínua que os demais (os 2 que constituíam, como referido acima, um último grupo com mais de 50% de presenças). Temos depois o grupo de 6 jovens que considerámos “*habitués recentes*” porque apesar de serem jovens já inscritos no EJ e que o frequentavam antes disso, começam a participar no Projeto com muita assiduidade (mais de 50% presenças) a partir do Verão de 2011. De referir ainda que, 41% deste grupo dos *habitués* é constituído pelos “Putos do Bairro” – grupo informal de jovens criado no âmbito do projeto e grande aposta do mesmo neste momento. O facto dos membros dos Putos do Bairro terem uma série de responsabilidades no EJ – dinamização do bar, animação comunitária e organização de eventos, para além de reuniões semanais- faz com que, como referimos anteriormente, a sua presença seja, de facto, muito visível e constante.

#### **7.1. Jovens do Geração Cool - Um espaço produzido/apropriado**

Relativamente ao dia-a-dia do Projeto, verificamos (através de observação participante no mesmo feita durante cerca de 6 meses) que este praticamente não tem utentes da parte da manhã. Com efeito, apesar do espaço estar aberto a partir das 10h:30m, no período matinal as poucas pessoas que até ali se deslocam são os adultos (para terem formações de informática ou para aconselhamento psicossocial ou apoio social com as técnicas do projeto). Os primeiros jovens começam a chegar, geralmente, por volta das 15h, 15h:30m, embora a grande maioria apareça entre as 17h e as 17h:30m. Verificamos, assim, que a presença e participação no projeto ocorre essencialmente no horário pós-escolar.

Pudemos constatar que os jovens seguem regras bem delimitadas no Espaço do Projeto: pedem autorização para utilizar os PC's, para ir buscar headfones ao armário, não utilizam vocabulário vernáculo, etc. Com efeito, a instituição veicula, tanto formalmente como informalmente (formalmente através de regras de utilização do espaço afixadas no mesmo e informalmente pela postura dos técnicos e monitores), uma série de regras socialmente aceites e consideradas fundamentais para uma “boa

socialização” dos jovens. Trata-se, neste caso, da presença de “líderes comunitários” (Agier, 2001), os denominados profissionais da identidade que procuram trabalhar a identidade das comunidades, recuperando tradições e valores da mesma. Estes mediadores fazem uma ponte entre diferentes escalas, neste caso entre as PP definidas pelo Estado Central e as comunidades consideradas desviantes. São instituições de “tradução” das regras sociais para as comunidades desfavorecidas e consideradas centralmente como prioridades da ação pública. Para que estes mediadores tenham sucesso junto da comunidade e alcancem os objetivos definidos centralmente, devem ser indivíduos respeitados e integrados na comunidade, sob pena de não serem reconhecidos pela mesma. Como verificámos ao longo dos meses de observação no bairro e no projeto referido em particular, a importância destes jovens mediadores “recrutados” na comunidade é essencial para o sucesso do projeto da instituição. Estes mediadores têm a função essencial, segundo Agier (*op cit*), de “criação cultural”, criação esta pautada por tensões entre os imaginários locais e os discursos e valores globais da sociedade, que só podem ser ultrapassadas e fundidas por atores com forte implantação, conhecimento e reconhecimento das comunidades.

Assim, a instituição social e o Espaço Jovem particularmente, representa para os jovens não só um espaço de oportunidades (de desenvolver atividades gratuitamente, de fazer parte de um coletivo), mas também um espaço de socialização, de regras sociais.

#### **Apurámos, assim, diferentes modalidades de utilização do espaço:**

- “Utilitária”: mais jovens utilizadores do projeto (entre os 12 e os 16 anos);
- “Condicional”: frequência do EJ 1vez por semana para atividades concretas (várias idades, com predominância para faixa dos 15 aos 18 anos);
- “Convívio”: frequência diária (ou quase): jovens tendencialmente com mais de 18 anos.
- “Engajamento”: frequência diária e participação ativa em quase todas as atividades: *habitués* (15 aos 18 anos)

Temos, numa primeira modalidade, um grupo de jovens que utilizam o espaço de uma forma puramente utilitária (para jogarem gratuitamente, seja jogos de mesa, pingue-pongue e snooker, playstation, para acederem à Internet ou apenas para

encontrarem os amigos). Este grupo é constituído pelos mais jovens utilizadores do projeto (sensivelmente entre os 12 e os 16 anos).

Um segundo grupo consiste nos jovens que apenas se dirigem ao Espaço Jovem para praticar uma (ou mais) das atividades por este proporcionadas. Estas são atividades “à porta fechada”, com horários semanais e monitores destacados para as mesmas (dança *hip-hop*, ateliê de produção musical, teatro e futsal). Estes jovens frequentam o Espaço geralmente apenas uma vez por semana, no dia em que a atividade tem lugar.

O terceiro grupo é constituído por jovens que frequentam o espaço essencialmente como local de convívio e de encontro com os amigos. São jovens que não participam nem dos jogos nem das atividades proporcionadas pela instituição e que apenas aproveitam o seu espaço físico para se reunirem com os amigos à conversa (quando muito jogam cartas perto do bar que existe no espaço jovem). Estes são jovens mais velhos (a partir dos 18 anos) e correspondem, em grande medida, aos amigos de alguns dos monitores do próprio projeto.

Por fim temos um “núcleo duro” que participa intensamente na instituição e que corresponde, em grande medida, ao grupo dos “Putos do Bairro”. Este é um grupo de jovens criado pela própria instituição e que constitui uma espécie de prolongamento da mesma: são jovens que apoiam os monitores, ajudam na organização do Espaço Jovem e na gestão do mesmo (nomeadamente do bar), programam atividades a desenvolver, entre outras ações. Estes reúnem-se formalmente numa base semanal e informalmente numa base diária (embora podendo não estar a totalidade do grupo presente, estão sempre presentes alguns). Estes jovens constituem, pela sua presença e empenho no desenvolvimento do espaço e das suas atividades, o motor do projeto.

Este núcleo duro aparentemente mantém relações de amizade com os monitores (pelo menos alguns destes) que ultrapassam as atividades do Espaço Jovem (desenvolvendo inclusive atividades extra-instituição em conjunto).

São estes jovens que se sentem mais identificados com a ideologia e propósito da instituição e do Projeto Geração Cool: são os jovens “certinhos”, contra as atividades e modos de vida “desviantes” que identificam e referem existir na comunidade, os jovens que querem estudar e ter uma “vida melhor”, ou seja, os jovens que partilham das representações sociais da sociedade envolvente e do estigma face ao bairro e ao estilo de vida de alguns dos seus habitantes.

De referir, por último, que neste grupo existe uma parte significativa de jovens que fazem várias das atividades/ateliês proporcionados pela instituição, têm uma presença diária na instituição e canalizam para esta os seus recursos, tempo e dedicação. Para este grupo de adolescentes e jovens adultos, a instituição social e sua ideologia constituem, assim, uma “âncora identitária” (Luhman, 1982) forte nas suas vidas.

Podemos constatar, então que o espaço tem vários papéis para os jovens: para uns é o espaço mais signifiante para si e para a sua construção enquanto pessoa (onde se sentem reconhecidos e valorizados, onde criam os laços sociais) e, por isso, é o espaço onde fabricam o seu ser diariamente. Para outros é um espaço funcional, que utilizam de forma instrumental segundo as suas necessidades. Para outros ainda, funciona como um espaço de ocupação de tempos livres e suporte educativo (provavelmente com bastante regularidade, embora este não signifique uma pertença e sentimento de "nós").

Um outro aspeto realçado por Albuquerque (2010) é que as associações e suas atividades oferecem aos jovens "oportunidades de sair dos limites físicos e simbólicos dos bairros de residência" (*op cit*: 114), no sentido em que lhes oferece oportunidade de aquisição de capitais educacionais (formativos) e sociais (de relações com pessoas de meios diferentes do seu meio de origem e mesmo oportunidades de saída, visita a outros locais, aos quais provavelmente muitos deles não teriam acesso de outra forma). Desse modo, considera a autora, está-se a proporcionar aos jovens oportunidades de novos caminhos, novas socializações e mobilidade social (muitas vezes possibilitada "apenas" pela própria representação que os jovens passam a ter de que outros "mundos", outras situações de vida existem e são possíveis, contrariando a perspetiva fatalista de imobilidade que os seus meios de origem habitualmente lhes transmitem). Verificamos que esse é um fator altamente mobilizador para muitos jovens, para muitos dos quais a participação no projeto é muito “oportunista”, permitindo-lhes ter acesso a eventos (viagens, férias) que sem o projeto não teriam capacidade de aceder – vimo-lo precisamente no caso da modalidade de participação no EJ que definimos como “oportunista”.

De referir ainda que houve uma série de situações de que nos apercebemos ao longo da observação participante no projeto e que são reveladoras das representações sociais destes jovens.

Um dos aspetos que pudemos constatar foi a aparente habituação ao tema e à recorrência da violência no meio envolvente (tanto da parte dos jovens como dos monitores). Podemos dar conta desse facto no seguinte excerto do diário de campo:

Nota curiosa: chega um miúdo, cumprimenta os que estão nos PC's e um destes pergunta-lhe se ele já apanhou os gajos que ameaçaram a sua "dama", ao que ele responde que ainda não. O miúdo volta a perguntar "o que vais fazer? Vais mandar pedra?" e ele "ya, pedra" e o outro "mas depois levas com pistola" e o jovem "eu não tenho medo de pistola!". Muito curioso é o facto de nenhum dos jovens presentes ter reagido com algum tipo de indignação ou surpresa a esta conversa, aparentando ser, para eles, uma conversa perfeitamente banal. Não estava, no momento presente nenhum dos monitores, pelo que não consigo avaliar como teria sido a reação deles.

Outro facto de que pudemos dar conta foi da recorrência das temáticas da exclusão e estigma de que os jovens se sentem alvo. Esta temática é constantemente incluída não apenas nas conversas, como nas atividades, suscitadas tanto pelos jovens e monitores.

Vimo-lo no *atelier* de teatro, em que tanto os jovens como a própria monitora queriam incluir em todos os segmentos da peça a temática da estigmatização do bairro:

Dia de Teatro "Pó de Palco": Ensaio teatro para apresentar na festa de Natal.  
1º cena: cena do táxi em que 3 raparigas saem da discoteca e chamam táxi para irem para casa mas quando o taxista sabe que moram nos bairros do monte não quer levá-las. Por fim diz que as leva mas só se elas aceitarem pagar adiantado. No carro as jovens começam a cantar de forma eufórica e o taxista manda-as calar e comenta "esta gatinha de bairro, não sei porque é que aceitei". Ainda assim não as deixa no sítio onde moram, ficando à entrada do bairro amarelo e recusando-se a entrar no mesmo. Quando elas reclamam que a casa é no beco ele diz "vocês sabem o que é gps? Como são do bairro... o gps diz-me que é aqui". Nota curiosa: a meio do ensaio decidem que o taxista devia estar a ler uma notícia no jornal sobre crimes no bairro

amarelo. Pequenos pormenores: colocam o taxista a ameaçar logo com polícia se elas não saírem do táxi e ainda ele a dizer-lhes para não baterem com a porta quando saírem [ideia de que o taxista pensava que por elas serem do bairro seriam, necessariamente, rudes e mal educadas]. Segunda cena: na sala de aula a prof solicita um trabalho de grupo. 2 rapazes ficam logo chateados por terem trabalho para fazer, a rapariga fica contente mas fica logo chateada quando se apercebe que calhou com os 2 rapazes do BA. Eles sugerem que o façam na casa dela (por ser perto da escola) mas ela recusa (pensa alto e diz que azar que teve por ter calhado c eles, por serem do monte, ainda por cima do bairro amarelo, e que o pai tem muito ouro em casa e que eles podem roubá-la). Na sequência disso diz que não pode ser em sua casa porque a empregada está a fazer limpezas mas quando eles propõem ser na casa deles, ela diz que não pode. Eles perguntam se ela tem passe, ela diz que não mas um deles oferece-lhe logo módulos [intenção de mostrar logo que são solidários], ela inventa uma desculpa e não aceita. Curioso: no primeiro ensaio da cena um dos jovens improvisa e chama gorda à prof, ao que a monitora ralha dizendo que a ideia não é discriminar ninguém [para não dar má imagem dos jovens do bairro]. Outra coisa que a monitora fez questão de salientar foi que a jovem devia frisar que eles eram do bairro, daí ser um perigo levá-los a sua casa. Temas para improviso na festa: violência doméstica, gravidez na adolescência, exclusão social, burla, bullying. Mesmo com as cenas do táxi e escola trata-se de “Teatro Fórum”, apresentação de cenas sobre temas que afetam a comunidade e com o objetivo de depois chamar o público a interpretar uma personagem e tentar resolver a cena de uma maneira mais adequada [a ideia é por o público a interagir, a dizer o que faria no lugar de uma personagem, pô-los a debater as temáticas que afetam a comunidade]. No final do ensaio falavam sobre a gala a que iriam no dia seguinte [Gala dos 10 anos do PE] e foi curiosa a reação de alguns miúdos que se mostraram algo incomodados por terem de ir vestidos de forma mais formal e não de fato treino e ténis.

A temática da discriminação dos habitantes do bairro é também muito utilizada nas músicas criadas pelos jovens no *atelier* de Produção Musical (*hip-hop*) e que viria a concretizar-se num CD, como consta em anexo.

Produção Musical/ *hip hop* às 18.45h: ensaio para a Festa de Natal do projeto a realizar no dia seguinte (De la Kapta iriam atuar).

1ª Música ensaiada: “Isto é bom feeling”: música que apela, como o título reflete, a um sentimento de calma e harmonia, paz. Ideia de que a vida pode ser má mas que cada um deve escolher o seu caminho e pode persegui-lo (caminho positivo e não desviante). A certa altura afirma-se mesmo, na música, “ não olhes para os outros, segue o teu caminho”.

2ª Música ensaiada: “O meu coração está aqui”?: apela ao amor e à fidelidade.

3ª Música: amor, dias difíceis pela perda do parceiro, ao qual se pede que volte.

4ª Música: “nós somos do monte, monte da Caparica, aqui ninguém nos para, daqui ninguém nos tira”: ideia de que aí foram criados e bem-educados, contrariando a ideia corrente sobre a má educação que no bairro é dada aos miúdos. Isto apesar de ter crescido, num exemplo dado na música, sem pai nem mãe mas sim no parque com os *niggaz* e tendo, também, sido discriminado na escola. “sou do monte da Caparica, onde todos os dias as coisas se complicam.”

5ª Música “Sonho”: ideia de que se tem um sonho muito grande e difícil de alcançar mas que não pensam desistir “eu vou lutar e não penso desistir, o caminho tá difícil”. Ideia de esperança: “eu sei que irei lá chegar”.

6ª Música “Putos do bairro”: “não tá fácil ser um putito do bairro”.

7ª Música “Agradeço-te” fala de vidas difíceis de ultrapassar mas da necessidade de não se perder a esperança e da força da amizade e seu apoio para ultrapassar esses momentos de maior desespero: “tu não nasceste em vão”.

8ª Música “Atitudes da vida” fala de vidas difíceis, mais uma vez: “são atitudes da vida, acredita meu *nigga*, luta por ela para não ficar perdida, não desistas, a vida são dois dias, espero que insistas” isto depois da referência a pais que deixam os filhos, etc.

Outra temática que pudemos verificar com bastante frequência durante a nossa estadia no Espaço Jovem foi a da dualidade entre a constatação de cenários de violência, crime e “desvio” no bairro (muito presentes nas representações sociais dos jovens do bairro) e a necessidade constante de “provar” a boa índole dos seus habitantes.

Não há, assim, linearidade nem exclusão mútua entre:



- Estratégias de distanciamento simbólico dos elementos “negativos” do bairro (e seus habitantes) e consequente identificação e defesa de estilos de vida socialmente aceites e
- Estratégias de defesa do bairro (e seus habitantes) nos seus elementos “positivos”.

Teremos oportunidade de o realçar também na análise das entrevistas, onde este aparente paradoxo aparece claro no discurso dos jovens.

Contudo, temos também jovens que apresentam uma estratégia de defesa do bairro na sua totalidade (elementos “negativos” e “positivos”) e identificação com o mesmo. São os jovens que não apenas justificam como defendem o recurso a práticas contranormativas, num contexto que segundo eles o justifica plenamente, colocando em causa a justiça das normas sociais.

Portanto, também entre os utentes do Espaço Jovem, nomeadamente entre jovens *rappers* que frequentam o Espaço mais pelo *atelier* de produção musical, temos os “jovens contranormativos”, ou seja, os jovens que defendem a estratégia da contranormatividade como estilo de vida.

No excerto do Diário de Campo que se segue podemos observar uma situação em que jovens utentes do Projeto Geração Cool – do *atelier* de Produção Musical dedicado ao *hip-hop*, neste caso – que, no interior do Espaço Jovem “têm que se comportar” de acordo com as regras do “bom comportamento” – regras normativas impostas pelo espaço e pelos monitores – num contexto externo e não controlado pelos monitores extravasam outros tipos de comportamento (o tal comportamento contranormativo falado acima):

Festa de Natal na Escola Secundária do Monte de Caparica.

- Teatro: jovens reagiram face às cenas de injustiça, nomeadamente do taxista que discriminava, na cena, os jovens do bairro e inclusivamente um dos jovens (um dos *rappers* do De La Kapta MC's) referia aos amigos “se fosse eu levavas e roubava-te logo!” referindo-se ao taxista.

Há, assim, uma interpenetração de estratégias e utilização de recursos diferentes e aparentemente contraditórios:

- discurso antidroga *versus* a sua utilização;

- discurso anti-instituições *versus* a sua utilização para promoção de projetos pessoais/grupais.

Os jovens que aqui estudamos entram, assim, na categoria de “Jovens de contextos socioeconómicos desfavoráveis”. Diz a pesquisa sociológica sobre o assunto que estes jovens se caracterizam por:

- desvalorização das instituições tradicionais de socialização e construção identitária: relação família-escola; relação jovem-escola; relação jovem-instituições sociais; relação jovem-trabalho;
- Desinvestimento em instituições tradicionais de passagem para a vida adulta;
- Investimento em instituições informais e semiformais reconfortantes, assim como em projetos de curto prazo/presente;

É neste sentido que projetos como o Geração Cool aparecem como espaço “de conforto”, contrariamente aos espaços tradicionais como a escola, nos quais não se sentem integrados e onde os seus recursos, estilos de vida e até a sua categorização étnica não são valorizados.

Skelton e Valentine (1998) caracterizam estes espaços como “cool places”: são regulados, mas flexíveis (os jovens são coprodutores da ação); conferem estatuto e reconhecimento aos jovens, são regulador do seu dia-a-dia (seus tempos e laços sociais) tornando-se, por isso, espaços de conforto, rotinas e segurança.

Podemos, ainda, designá-los como “espaços de enunciação” (Ball; Maguire; McCrae, 2000: 149, citado em Silva, 2010: 81), onde os jovens reconstroem a sua identidade e as suas afiliações, filtrando os elementos que os tornam vulneráveis e ganhando reconhecimento e dignidade.

Segundo Silva (*op cit*) os jovens procuram, pela participação nestes projetos e espaços comunitários, resistir à “perda da comunidade”, pelo cultivo dessa pertença de forma diária ou quase diária. Segundo a autora, a sua participação no espaço não é feita de forma esporádica nem descomprometida, sendo estruturante dos seus quotidianos, da sua identidade e reconhecimento.

Os jovens adquirem progressivamente um sentimento de pertença ao espaço Casa da Juventude e passam a fazer, ao mesmo tempo, parte dele. Esse apego não se dá despropositadamente. Acontece porque os jovens sentem a crise da

desinstitucionalização, da perda de referência e de balizas sociais, da definição de papéis e de estruturas sociais, pelo que o apego a estes espaços significa a procura dessas estruturas, dessas "territorialidades", da pertença a algo, da procura de um "nós" que lhes dê confiança. Esta pertença significa, ainda, a procura de um tempo subjetivo, de um espaço apenas seu, que se opõe ao tempo escolar, do trabalho ou da família – impostos e, por isso, inevitáveis. Esta pertença é uma pertença escolhida e, como tal, simboliza a liberdade e autenticidade do jovem.

Segundo Silva (2010) é devido às características destas instituições – pouco formais, com uma gestão muito horizontalizada, menos linear e pré-definida que outras instituições do dia-a-dia dos jovens – que os jovens desejam participar nelas, porque conseguem sentir-se parte importante das mesmas, já que ajudam na sua definição e construção. Outro aspeto deste tipo de instituições que favorece a sua escolha pelos jovens (em detrimento de instituições como a escola e o trabalho) é que valorizam muito o imediato e o momento presente. Nestas o jovem facilmente constrói uma imagem positiva de si mesmo. Isto acontece por ser um espaço que tolera e inclusive integra as racionalidades dos próprios jovens, não procurando impor um modelo pré-definido.

O Espaço apresenta-se significativo para os jovens de duas formas diferentes: por um lado é um espaço separado do restante, em que podem estar longe do mundo dos adultos, estando recolhidos e fora da sua atenção e controlo. Por outro lado, é um espaço que lhes dá visibilidade, no sentido em que estando ali conseguem fazer parte de um grupo, de uma comunidade e eventualmente de uma cultura juvenil que é importante para a construção da sua identidade e reconhecimento social.

Outra característica importante destes espaços é que adquirem uma dimensão importante ao nível das horas que ocupam do dia-a-dia dos jovens. Para muitos a presença no mesmo faz-se durante largas horas e é um elo de ligação com outros contextos e grupos (sejam virtuais ou face a face).

Este espaço torna-se, deste modo, numa espécie de "âncora", de porto seguro dos jovens da comunidade, onde sabem que podem ir e "tomar o passo" ao que se passa na comunidade local, pela sua permanência, estabilidade e segurança que lhes transmite.

Apesar desta característica de “espaço de conforto” que seduz os jovens pelas suas características diferentes das instituições formais, verificámos que este espaço

reproduz muitas das suas regras: assiduidade/pontualidade, níveis de participação e empenho, necessidade de formalidade em certas ocasiões, etc.

Com efeito, pudémos verificar, por variadas vezes, como o espaço que supostamente (no discurso dos monitores) é feito pelos e para os jovens, é constrangedor para os mesmos em muitas circunstâncias. Ao reproduzir a normatividade das instituições formais que geralmente excluem os jovens, estes espaços acabam por, muitas vezes, acabar por fazer o mesmo, “excluindo aqueles que foram criados para incluir”. Daí que possamos falar numa “mediação orientada para a institucionalização”:

Regras fortes no Espaço Jovem: jovens estavam a ver e ouvir vídeos cómicos e aqueles que tinham asneiras os monitores reagem imediatamente e dizem para desligar, se o som estava alto dizem logo para pôr os *phones*, daí que 2 jovens que por 2 vezes tinham o som alto, o monitor disse logo “da próxima vez saem os 2!”.

Às 19h dá-se a atividade fechada de Produção Musical, gerida pelo monitor Jérison. Neste grupo de jovens encontramos essencialmente jovens do grupo Putos do Bairro. Neste ensaio está-se a preparar as músicas que irão ser cantadas na festa de Natal do Espaço (daqui a pouco mais de uma semana). Os elementos do grupo (De La Kapta) pediram ao Jérison para virem amigos assistir. A certa altura, como os jovens estavam distraídos com a presença dos amigos, o monitor avisa-os que nos próximos ensaios não poderão ter assistência, já que não conseguem trabalhar como deve ser. Percebe-se alguma rigidez da parte do monitor que cada vez que os jovens se distraem ou entram em brincadeiras chama-os à atenção para trabalharem a sério e de cada vez que fazem uma brincadeira e se ele estiver de costas fazem uma expressão para os outros jovens e apontando para ele (como quem diz “cuidado, que o Jérison ainda ralha!”). De salientar, ainda, as letras muito pouco agressivas e com um sentido muito “positivo” e normativo deste grupo, contrariamente aos restantes grupos de *hip hop* do bairro (o que revela a forte influência da instituição no mesmo).

Passamos agora à análise das entrevistas realizadas aos jovens utentes do Espaço Jovem, de forma a analisar os seus discursos e os temas que os mesmos consideraram relevantes.

Tabela 14: Temas do "Espaço Jovem", por grupos de entrevistados

<b>TABELA CRUZADA GRUPOS ENTREVISTADOS-TEMAS ESPAÇO JOVEM</b>	A:Jovens EJ	B:Marchantes	C:Monitores EJ	D:Rappers
<b>1 : Como é que os jovens chegam ao EJ</b>	0	0	0	0
1.1 : redes de amizades	1	0	2	0
1.2 : 'tradição familiar' seguir as pegadas dos mais velhos	1	0	0	0
<b>2 : Grupos de jovens frequentadores</b>	0	0	0	0
2.1 : jovens adultos em situação de desocupação EJ como local de convívio	0	0	3	0
2.2 : jovens 'contranormativos' em suposta reabilitação	0	0	12	0
2.3 : jovens que vão ao EJ para uma atividade específica visita semanal	0	0	4	0
2.4 : jovens que vêm para os dias festivos	0	0	4	0
2.5 : os 'habitués' grande influência do próprio PE na sua existência	0	0	11	0
2.5.1 : Putos do Bairro ganham autoestima com o papel que lhes é atribuído	0	0	2	0
2.6 : os mais novinhos para os jogos e internet	0	0	6	0
<b>3 : Objetivos do EJ</b>	0	0	0	0
3.1 : Como nasceu o EJ constatação da existência de mts jovens e necessidade de espaço autónomo do CC PIAII	0	0	1	0
3.2 : desenvolver atividades que acompanhem as preocupações dos jovens e temas da atualidade	0	0	13	0
3.3 : desenvolver negociações mediação entre jovens e progenitores	0	0	1	0
3.4 : fazer a mediação entre jovens, famílias e instituições formais	0	0	5	0
3.5 : objetivo de desenvolver competências e autonomia nos jovens	0	0	1	0
3.6 : Objetivo de transmitir 'boas influências' aos miúdos	0	2	5	0
3.6.1 : ajudar a definir 'projetos de vida' para os jovens	0	0	4	0
3.6.2 : directividade nas atividades do EJ	1	0	20	0
3.7 : Objetivo ocupar os tempos livres dos jovens, independentemente da atividade	12	7	11	0
3.8 : objetivos definidos pelo Estado Central	0	0	1	0
3.9 : PE 1ª geração diagnosticar e definir estratégias de intervenção	0	0	1	0
<b>4 : Papel do EJ junto aos jovens do PIA</b>	0	0	1	0
4.1 : EJ como 'pedaço' aglutinador de sociabilidades	6	9	6	0
4.2 : EJ parte integrante do dia-a-dia dos mais jovens	13	8	6	0
4.3 : EJ resposta institucional mais cativante pela sua informalidade	0	0	7	0
4.4 : estabelecimento de relações afetivas entre monitores e jovens	0	0	5	0
<b>5 : Processos de trabalho</b>	0	0	3	0
5.1 : candidatura ao PE necessidades dos jovens como fundamento	0	0	2	0
5.2 : formalidade normativa vs. informalidade na prática	0	0	1	0
5.3 : formalidade necessidade de registar trabalho feito, nº utentes atendidos e jovens presentes	0	0	5	0
5.4 : informalidade processos criativos definição de atividades	0	0	6	0

5.5 : interação entre vários projetos do PE	0	0	3	0
5.6 : mediadores jovens urbanos 'autóctones' como parte da resolução dos problemas	0	0	1	0
5.7 : PE projeto top-down na sua implementação	0	0	4	0
5.7.1 : visto como bottom-up pelos intervenores	0	0	2	0
5.8 : trabalho em parceria com outras instituições locais regionais	0	0	1	0
<b>6 : Valências atividades do EJ</b>	0	0	1	0
6.1 : Acompanhamento Psicossocial	0	0	1	0
6.2 : atividades relacionadas com desporto e música dança são as que mais atraem os jovens	0	0	6	0
6.3 : Centro de Inclusão Digital	0	0	1	0
6.4 : Danças hip-hop	2	0	0	0
6.5 : Dificuldade maior temas e atividades mais formais e que envolvam estudo não são bem recebidos	0	0	5	0
6.6 : Festival de África	0	0	4	0
6.7 : Formação Parental	0	0	1	0
6.8 : Lounge Cooltural	1	0	1	0
6.9 : Produção musical	3	0	2	0
6.9.1: "hip hop, rap não"	2	2	0	0
6.9.2: intenção de transmitir mensagem positiva	0	0	4	0
6.10 : Teatro Fórum	0	0	1	0
6.11 : Turma PIEF	0	0	10	0
6.11.1 : necessidade de forte vigilância comportamental	0	0	4	0
6.11.2 : Programa Institucional que criou as turmas PIEF	0	0	1	0
6.12 : Workshops	1	0	0	0

A leitura desta tabela permite-nos concluir que o grupo de entrevistados que mais se refere ao Espaço Jovem nas suas entrevistas é o grupo dos monitores do mesmo. De facto, o próprio guião de entrevista elaborado pela investigadora foi nesse sentido, pretendendo-se com o mesmo perceber quais as representações que os interventores sociais que diretamente lidam com os jovens os encaram, como analisam a sua participação no projeto, quais os principais objetivos e resultados do mesmo.

Analisaremos em detalhe estas respostas mais adiante.

Outros dois grupos de entrevistados que referem bastante o papel do Espaço Jovem nas suas entrevistas: são eles os jovens utentes do mesmo e os marchantes do Centro Comunitário PIA II, que em grande parte são também utentes do Espaço.

Quanto a estes - o grupo dos marchantes – vemos que o que mais salientam é o papel do Projeto na ocupação de tempos livres dos jovens do PIA, independentemente da atividade realizada. Assim, seja pelas marchas ou por qualquer outra atividade, o que realçam é a importância de ocupar os tempos livres dos jovens para que, dessa forma, estejam fora “da rua” e das dinâmicas da mesma que contribuem para a ingressão em práticas contranormativas. Por outro lado salientam o facto de o Espaço ser um “pedaço” aglutinador de sociabilidades, um determinante das rotinas diárias dos jovens.

Quanto às representações dos jovens utentes do Projeto acerca do mesmo analisá-las-emos mais adiante, de forma mais detalhada.

Tabela 15: Temas do "Espaço Jovem" agrupados, por grupos de entrevistados

	A:Jovens EJ	B:Marchantes	C:Monitores EJ	D:Rappers
1: Como é que os jovens chegam ao EJ	2	0	2	0
2: Grupos de jovens frequentadores	0	0	38	0
3: Objetivos do EJ	13	8	58	0
4: Papel do EJ junto dos jovens do PIA	19	16	21	0
5: Processos de Trabalho	0	0	24	0
6: Valências_atividades do EJ	7	0	36	0

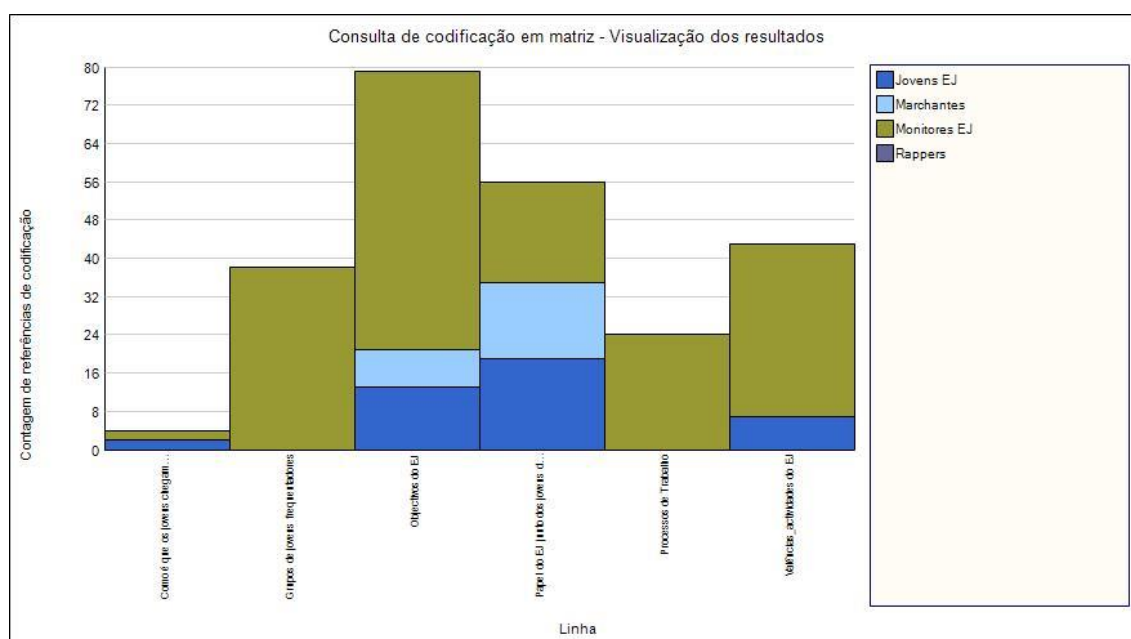


Figura 36: Temas do "Espaço Jovem" agrupados, por grupos de entrevistados

Relativamente aos grandes temas abordados pelos entrevistados relativamente ao EJ confirmamos que são os monitores do mesmo que estabelecem seis temas relevantes na análise dos mesmos: o processo de entrada dos jovens no Projeto (EJ), a variedade de grupos de frequentadores do mesmo, os objetivos do Projeto, o papel do mesmo junto dos jovens, os processos de trabalho e as valências e várias atividades desenvolvidas no Projeto.

Dos restantes entrevistados verificamos que não há referências ao EJ no discurso dos *rappers*. Os *marchantes*, como vimos acima manifestam a sua opinião relativamente aos objetivos e papel do EJ junto dos jovens do PIA e os jovens utentes do EJ mencionam, para além destes dois grandes temas, o processo de acesso ao Espaço e as valências e atividades do Espaço.



## COMO OS MONITORES DO ESPAÇO JOVEM O CLASSIFICAM

Tabela 16: Temas do "Espaço Jovem" analisados pelos monitores do mesmo

TEMAS ESPAÇO JOVEM PELOS MONITORES	A: Monitores EJ
1 : Como é que os jovens chegam ao EJ	0
2 : redes de amizades	2
3 : 'tradição familiar' seguir as pegadas dos mais velhos	0
4 : Grupos de jovens frequentadores	0
5 : jovens adultos em situação de desocupação EJ como local de convívio	3
6 : jovens 'contranormativos' em suposta reabilitação	12
7 : jovens que vão ao EJ para uma atividade específica visita semanal	4
8 : jovens que vêm para os dias festivos	4
9 : os 'habitués' grande influência do próprio PE na sua existência	11
10 : Putos do Bairro ganham autoestima com o papel que lhes é atribuído	2
11 : os mais novinhos para os jogos e internet	6
12 : Objetivos do EJ	0
13 : Como nasceu o EJ constatação da existência de mts jovens e necessidade de espaço autónomo do CCPIAI	1
14 : desenvolver atividades que acompanhem as preocupações dos jovens e temas da atualidade	13
15 : desenvolver negociações mediação entre jovens e progenitores	1
16 : fazer a mediação entre jovens, famílias e instituições formais	5
17 : objetivo de desenvolver competências e autonomia nos jovens	1
18 : Objetivo de transmitir 'boas influências' aos miúdos	5
19 : ajudar a definir 'projetos de vida' para os jovens	4
20 : diretividade nas atividades do EJ	20
21 : Objetivo ocupar os tempos livres dos jovens, independentemente da atividade	11
22 : objetivos definidos pelo Estado Central	1
23 : PE 1ª geração diagnosticar e definir estratégias de intervenção	1
24 : Papel do EJ junto aos jovens do PIA	1
25 : EJ como 'pedaço' aglutinador de sociabilidades	6
26 : EJ parte integrante do dia-a-dia dos mais jovens	6
27 : EJ resposta institucional mais cativante pela sua informalidade	7
28 : estabelecimento de relações afetivas entre monitores e jovens	5
29 : Processos de trabalho	3
30 : candidatura ao PE necessidades dos jovens como fundamento	2
31 : formalidade normativa vs. informalidade na prática	1

32 : formalidade necessidade de registar trabalho feito, nº utentes atendidos e jovens presentes	5
33 : informalidade processos criativos definição de atividades	6
34 : interação entre vários projetos do PE	3
35 : mediadores jovens urbanos 'autóctones' como parte da resolução dos problemas	1
36 : PE projeto top-down na sua implementação	4
37 : visto como bottom-up pelos intervenientes	2
38 : trabalho em parceria com outras instituições locais regionais	1
39 : Valências atividades do EJ	1
40 : Acompanhamento Psicossocial	1
41 : atividades relacionadas com desporto e música dança são as que mais atraem os jovens	6
42 : Centro de Inclusão Digital	1
43 : Danças hip-hop	0
44 : Dificuldade maior temas e atividades mais formais e que envolvam estudo não são bem recebidos	5
45 : Festival de África	4
46 : Formação Parental	1
47 : Lounge Cooltural	1
48 : Produção musical	2
49 : Teatro Fórum	1
50 : Turma PIEF	10
51 : necessidade de forte vigilância comportamental	4
52 : Programa Institucional que criou as turmas PIEF	1
53 : Workshops	0

Tabela 17: Temas do "Espaço Jovem" mais referenciados pelos monitores do mesmo

TEMAS COM MAIS DE 5 REFERÊNCIAS	Monitores EJ
FREQUENTADORES: jovens 'contranormativos' em suposta reabilitação	12
FREQUENTADORES: os 'habitués' grande influência do próprio PE na sua existência	11
FREQUENTADORES: os mais novinhos para os jogos e internet	6
OBJETIVOS: desenvolver atividades que acompanhem as preocupações dos jovens e temas da atualidade	13
OBJETIVOS: diretividade nas atividades do EJ	20
OBJETIVOS: ocupar os tempos livres dos jovens, independentemente da atividade	11
PAPEL EJ: como 'pedaço' aglutinador de sociabilidades	6
PAPEL EJ: parte integrante do dia-a-dia dos mais jovens	6
PAPEL EJ: resposta institucional mais cativante pela sua informalidade	7
PROCESSOS TRABALHO: informalidade processos criativos definição de atividades	6
VALÊNCIAS ATIVIDADES: desporto, música e dança são as que mais atraem os jovens	6
VALÊNCIAS ATIVIDADES: Turma PIEF	10

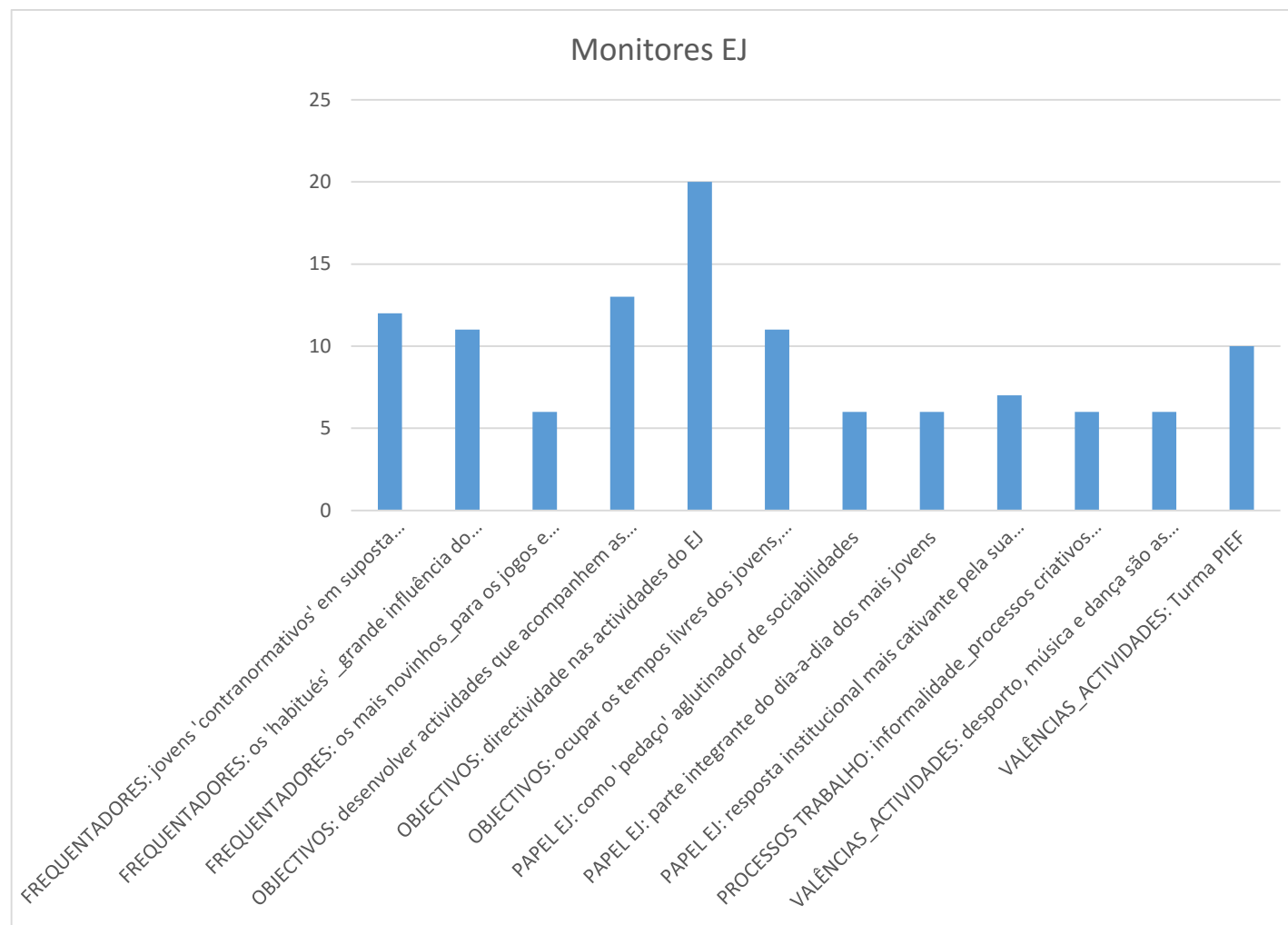


Figura 37: Temas do "Espaço Jovem" mais referenciados pelos monitores do mesmo

Quando analisamos o discurso dos monitores do EJ – representantes da “mediação orientada para a institucionalização” já referida – verificamos que o tema que mais codificámos nas suas entrevistas foi a “diretividade nas atividades do EJ”. Devemos aqui esclarecer que isto não significa que o tema tenha sido abordado diretamente pelos monitores (ou muito raramente), mas pudemos percebê-lo pela forma como descreviam as atividades, as modalidades de as colocar em prática e o seu desenvolvimento. Com efeito, como já abordámos acima, apesar de serem concebidos para favorecer a informalidade e serem espaços para os jovens e que deveriam ir ao encontro das suas expectativas, estes projetos – e o Projeto aqui em análise não foge a esta regra – acabam muitas vezes por reproduzir, nas suas práticas diárias, o mesmo tipo de normatização que caracteriza as instituições formais das quais os jovens se afastam.

Curiosamente, o segundo subtema mais abordado é o de “desenvolver atividades que acompanhem as preocupações dos jovens e temas da atualidade” o que, aparentemente contraria o ponto anterior. Na realidade, este paradoxo é apenas aparente porque o que se verifica no EJ – e que pudemos testemunhar – é que o projeto joga nestas duas polaridades: da diretividade, por um lado, e do empoderamento, por outro.

Relembremos aqui como é desenhado o Projeto de intervenção: a Santa Casa da Misericórdia candidatou-se ao Programa Escolhas, nomeadamente a algumas medidas do mesmo (que elencámos anteriormente), mediante um diagnóstico efetuado às necessidades dos jovens do bairro. Portanto, esse diagnóstico foi, afirmam os monitores, com a participação dos jovens mas a decisão das áreas-chave a serem abordadas no Projeto deveu-se à instituição.

Aquando do financiamento do Projeto, este entrou em funcionamento, com uma série de valências e atividades que pretendem colocar em ação as medidas aprovadas pelo Programa Escolhas. Aqui estamos, mais uma vez, no polo da diretividade e mediação direcionadas para a institucionalização.

Na prática do dia-a-dia temos a tentativa, da parte dos mediadores socioculturais, de adequar estas medidas aos interesses dos jovens, de facto. Daí a sua constante referência ao subtema “desenvolver atividades que acompanhem as preocupações dos jovens e temas da atualidade”. Contudo, o que pudemos verificar é

que existe uma forte interferência dos monitores na definição do que são, ou não, temas relevantes e preocupações dos jovens. Isto é, apesar da aparente horizontalidade na tomada de decisões e escolhas do que é ou não importante fazer, debater, cantar ou mostrar à comunidade, verificamos que os mediadores acabam por influenciar de forma muito profunda as representações dos jovens (noção de “certo” e “errado”, “bons e maus caminhos”, “temas relevantes e não relevantes”, linguagem adequada e desadequada).

Dentro das medidas a que o Projeto Geração Cool se propôs consta a medida do “empreendedorismo e capacitação dos jovens”, na qual os jovens devem planejar, preparar e implementar projetos e fazer campanhas de divulgação, “marketing social” e sensibilização que sirvam para desconstruir estereótipos e preconceitos relativamente ao território e a eles próprios, ou seja, combater a estigmatização aos “bairros e jovens problemáticos”.

Portanto, quando identificámos, nas modalidades de participação dos jovens no Projeto, os *habitués*, entre os quais estão os jovens dos “Putos do Bairro” – associação criada no âmbito desta medida – verificamos que esta participação assídua e engajada prende-se, em grande medida, com a “obrigatoriedade” que lhes é de certa forma imposta pelo Projeto. O que não significa, porém, e como pudemos verificar pela observação mas também pela análise das entrevistas, que um subgrupo destes “putos do bairro” não desenvolva, de facto, um forte sentimento de pertença e de autovalorização ligado ao EJ.

Podemos, assim, numa perspectiva de análise situacional, referir que estamos perante uma *situação social habitual*, segundo Agier (1996), em que se confronta um “engajamento *emic* e as determinações *etic*”. Ou seja, é uma situação de regularidade social, em que o comportamento individual e coletivo é influenciado pelos constrangimentos estruturais.

Albuquerque (2010) afirma que a participação dos jovens em associações começa em tenra idade e a maioria das vezes a motivação para a mesma prende-se com o “gosto em conviver e interagir inerente às sociabilidades juvenis” (op cit104) assim como a necessidade de resolver problemas dos bairros. Estas motivações podem culminar numa participação mais ativa e regular, inclusive com participação na gestão

dos projetos e associações onde os jovens se inserem. É o caso, de facto, de muitos dos jovens dos Putos do Bairro.

Mas há diferentes motivações, mesmo pessoais: mais egoístas (ter acesso a atividades lúdicas e recreativas ou a um emprego) e mais altruístas (resolver problemas comunitários, por exemplo). Veremos adiante como esta distinção faz-se sentir sobremaneira entre os jovens utentes do Projeto Geração Cool.

Por outro lado, a experiência associativa origina "processos de vinculação social" (Albuquerque, 2010: 112), criando laços de confiança interpessoal. Para aqueles jovens que se envolvem mais ativamente nas associações (e particularmente aqueles que criam associações), a participação na mesma, a partilha de objetivos, valores e normas comuns torna, para eles, a associação (e os seus objetivos) um "projeto de vida".

Outro aspeto muito referido pelos monitores é o objetivo central do projeto – ocupar os tempos livres dos jovens. De facto, esta é a preocupação central manifestada não apenas pelos interventores sociais, como pelos próprios jovens e até pelos *rappers*: a necessidade de evitar a desocupação dos jovens.

Há uma associação entre “ocupação de tempos livres” e “minimização dos problemas” que é transversal às representações sociais dos entrevistados.

As associações juvenis viradas para os “jovens problemáticos” lidam, desde cedo, com a imagem negativa que os jovens descendentes de imigrantes têm na sociedade: eram vistos como delinquentes, párias sociais, subsídio-dependentes, etc. De forma a tentarem contrariar essa imagem negativa as associações centram muito a sua ação na ocupação de tempos livres e “tirar da rua” jovens em risco de delinquência e na sua formação profissional, tendo “encaminhá-los” para um caminho socialmente aprovado e valorizado (ter uma profissão, ser um elemento útil na sociedade). Por outro lado, promovem eventos culturais que procuram mostrar o “lado bom” destes jovens e das suas culturas (eventos de dança e de música essencialmente) à sociedade em geral. É o que verificamos, de facto, no projeto que aqui analisamos. Este segue esse modelo prescrito institucionalmente como sendo “a fórmula” de minimização dos problemas e da estigmatização social.

Collins e Hulmer (2004) referem a função dos projetos sociais “pós-escola”. Estes, segundo os autores, facilitam um desenvolvimento positivo do jovem no contexto

escolar e familiar e proporcionam um sistema de suporte para amortecer más experiências nesses contextos.

Funcionam, então, como espaços com efeito “tampão” quanto à transição do jovem para modelos de sociabilidade e estratégias no contexto da contra-normatividade e marginalidade que são tidas como normais nos contextos em que vivem.

Podemos observar que os próprios monitores referem que há diferentes modalidades de viver o projeto pelos jovens. Entre os frequentadores destacam os *habitués* como motor do projeto, de que já falámos, mas também outros grupos.

Referem nomeadamente os mais novos – adolescentes entre os 12 e os 15 anos – que recorrem ao espaço para usufruir das TIC e jogar com os amigos. De notar que este recurso não se dá apenas pelos jovens que não têm acesso a estes recursos em suas casas. Como nos referia um dos monitores em conversa informal, certa vez interpelou os jovens que lhe estavam constantemente a pedir para ir para os computadores (porque o espaço da “Inclusão Digital” não é de utilização livre a todas as horas), sobre se não tinham isso em casa, ao que lhe responderam que têm mas que no Espaço era “mais fixe” porque podiam estar a ver as coisas (redes sociais, vídeos) e a jogar com os amigos num ambiente que gostam.

De salientar ainda a referência aos “jovens problemáticos” pelos mediadores. Jovens que estão a procurar “resgatar” da rua, que estão com “um pé” na contranormatividade mas que ainda “são possíveis de moldar” e que o projeto tenta não perder para os “maus caminhos”.

Muitos destes jovens estão abrangidos pelo Projeto com as turmas PIEF, turmas que, como explica o monitor destacado para “vigiar os alunos da turma”, concentram os piores alunos numa só turma. Nesta valência o controlo comportamental é muito evidente e trata-se de um tipo de política de último recurso, prévia à institucionalização.

Vemos, assim, que dentro dos utentes do Projeto não há homogeneidade de posturas, mas variadas modalidades de apropriação do mesmo. Muito interessante de analisar, na observação participante e depois confirmado pelos monitores em entrevista, foi o estabelecimento de relações de poder entre os jovens pelo domínio do espaço.

Também Albuquerque (2010) afirma que os espaços destes projetos são extremamente hierarquizados e estruturados pelos próprios jovens. São eles que vão



definindo entre eles, de acordo com uma série de critérios mais ou menos definidos (idade, antiguidade no espaço, sexo, entre outros), quem tem mais ou menos poder, a quem é permitido o quê. Assim, os espaços dentro do espaço maior, a sua ocupação e periodicidade de ocupação (das mesas, de que mesas, do bar), o controle do comando da TV e dos jogos, etc., todos esses elementos do espaço refletem relações de poder entre os próprios jovens. O domínio de certas atividades e certos espaços é o que traz, para os jovens e certos grupos de jovens, maior ou menor reconhecimento dentro do espaço e da comunidade (grupo de pares). Dentro do espaço temos grupos que se apropriam de certos setores ou atividades e outros de outros (os mais velhos do bar e de certos jogos, os mais novos nos PC's, etc.).

No caso do estudo de Silva (2010) na Casa da Juventude no Porto, verificou-se uma certa invisibilidade das raparigas, o que autora interpretou como um reforço da masculinidade das culturas juvenis. No caso do EJ do Bairro Amarelo não verificámos essa invisibilidade, antes uma paridade entre os sexos. As maiores diferenças encontradas foram, essas sim, a nível das idades (em termos de poder, de reconhecimento e apropriação dos espaços e atividades).

## COMO OS "JOVENS DO ESPAÇO JOVEM" O CLASSIFICAM

	A: Jovens EJ
1: Como é que os jovens chegam ao EJ	2
2: Grupos de jovens frequentadores	0
3: Objetivos do EJ	13
4: Papel do EJ junto dos jovens do PIA	19
5: Processos de Trabalho	0
6: Valências_atividades do EJ	7

Tabela 18: Tabela 17: Temas do "Espaço Jovem" mais referenciados pelos jovens utentes

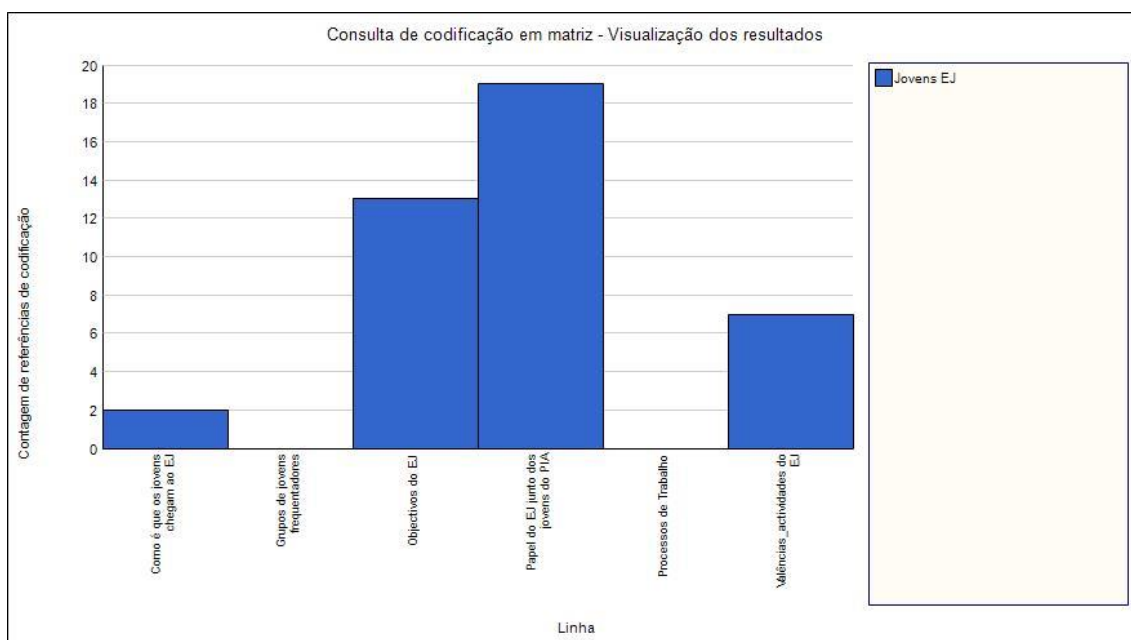


Figura 38: Temas do "Espaço Jovem" mais referenciados pelos jovens utentes

Verificamos, pela tabela e gráfico acima, que entre os jovens utentes os temas mais relevantes se reportam ao papel do EJ nas suas vidas e os objetivos do projeto. Analisamos estes aspetos em maior detalhe abaixo.

Tabela 19: Papel do Espaço Jovem, segundo jovens utentes do mesmo

PAPEL DO ESPAÇO JOVEM, PELOS JOVENS DO ESPAÇO JOVEM	A: Jovens EJ
1: Papel do EJ junto aos jovens do PIA	0
2: EJ como 'pedaço' aglutinador de sociabilidades	6
3: EJ parte integrante do dia-a-dia dos mais jovens	13
4: EJ_resposta institucional mais cativante pela sua informalidade	0
5: estabelecimento de relações afetivas entre monitores e jovens	0

Quando nos debruçamos sobre o que os jovens querem dizer quando realçam o papel do espaço nas suas vidas concluímos que se referem essencialmente ao projeto como um “cool place” no sentido que já analisámos acima: um espaço de referência no seu dia-a-dia. O espaço é importante, por outro lado, como ponto de encontro. Tornou-se num ponto de referência para os jovens da zona como o “pedaço” aglutinador das suas sociabilidades, uma espécie de espaço entre o público e o privado onde os jovens sabem que vão encontrar elementos do seu grupo de pares.

De facto, não foram poucas as vezes em que ouvimos os jovens lamentarem-se pela hora de abertura do Espaço (10h) e de fecho (18h:30m) porque, afirmavam, se pudessem ficavam sempre ali, preferindo estar ali do que em casa.

O Espaço Jovem é, na nossa opinião, um caso exemplar do que Magnani (1998) designa como “pedaço”: “...aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade”. (op cit: 116)

*Tabela 20: Objetivos do EJ, segundo os seus jovens utentes*

<b>OBJETIVOS DO ESPAÇO JOVEM, PELOS JOVENS DO ESPAÇO JOVEM</b>	<b>A: Jovens EJ</b>
1: Como nasceu o EJ_ constatação da existência de mts jovens e necessidade de espaço autónomo do CCPIAII	0
2: desenvolver atividades que acompanhem as preocupações dos jovens e temas da atualidade	0
3: desenvolver negociações_ mediação entre jovens e progenitores	0
4: fazer a mediação entre jovens, famílias e instituições formais	0
5: objetivo de desenvolver competências e autonomia nos jovens	0
6: Objetivo de transmitir 'boas influências' aos miúdos	0
7: ajudar a definir 'projetos de vida' para os jovens	0
8: diretividade nas atividades do EJ	1
9: Objetivo_ ocupar os tempos livres dos jovens, independentemente da atividade	12
10: objetivos definidos pelo Estado Central	0
11: PE 1ª geração_ diagnosticar e definir estratégias de intervenção	0

Relativamente aos objetivos do EJ é curioso verificar que a quase totalidade das codificações das entrevistas dos jovens que o frequentam foram no sentido de ser importante para ocupar os seus tempos livres. Com efeito, tornou-se bastante visível para nós que os jovens frequentam o espaço independentemente do que lá se passe. Neste sentido, embora possam ter preferência por umas atividades relativamente a outras (nomeadamente pelas atividades que envolvam desporto, música e dança e menos por atividades consideradas “chatas”, ou seja, mais próximas do que é feito na escola), a maioria dos jovens frequenta o espaço sempre com a mesma regularidade. Os

próprios jovens redobram, assim, a representação social dominante de que se estiverem na rua, vulneráveis à socialização disruptiva e contranormativa dos grupos de pares que aí estão, estarão sujeitos a entrar na contranormatividade, como uma espécie de fatalismo.

## ESPAÇO JOVEM VISTO PELOS MARCHANTES DO CENTRO COMUNITÁRIO PIA II

*Tabela 21: Papel do Espaço Jovem , segundo os marchantes do CCPIAII*

PAPEL DO EJ, PELOS MARCHANTES DO CC PIAII	A:Marchantes
1: EJ como 'pedaço' aglutinador de sociabilidades	9
2: EJ parte integrante do dia-a-dia dos mais jovens	8
3: EJ _resposta institucional mais cativante pela sua informalidade	0
4: estabelecimento de relações afetivas entre monitores e jovens	0

*Tabela 22: Objetivos do Espaço Jovem , segundo os marchantes do CCPIAII*

OBJETIVOS DO EJ, VISTOS PELOS MARCHANTES DO CC PIAII	A:Marchantes
1: Como nasceu o EJ _constatação da existência de mts jovens e necessidade de espaço autónomo do CCPIAII	0
2: desenvolver atividades que acompanhem as preocupações dos jovens e temas da atualidade	0
3: desenvolver negociações _mediação entre jovens e progenitores	0
4: fazer a mediação entre jovens, famílias e instituições formais	0
5: objetivo de desenvolver competências e autonomia nos jovens	0
6: Objetivo de transmitir 'boas influências' aos miúdos	2
7: ajudar a definir 'projetos de vida' para os jovens	0
8: diretividade nas atividades do EJ	0
9: Objetivo _ocupar os tempos livres dos jovens, independentemente da atividade	7
10: objetivos definidos pelo Estado Central	0
11: PE 1ª geração _diagnosticar e definir estratégias de intervenção	0

Verificamos que também os marchantes do Centro Comunitário PIA II (muitos dos quais são jovens frequentadores do EJ) têm exatamente o mesmo padrão de representações sociais relativos ao Projeto que os jovens que analisámos. Salientam o papel do espaço como “pedaço” e parte integrante das rotinas diárias do jovem e referem que o seu principal objetivo deve ser, precisamente, ocupar os seus tempos livres, fazendo o tal “efeito tampão” da fuga dos jovens para a contranormatividade (“ao menos enquanto estão aqui não fazem asneiras na rua” referia um dos marchantes mais velhos).

## 8. MARCHANTES DO CENTRO COMUNITÁRIO PIA II – COERÊNCIAS E INCOERÊNCIAS

Porque suscitou interesse à investigadora a participação destes jovens neste tipo de manifestação cultural? Em primeiro lugar, pela importância que a atividade parece revestir para alguns jovens (como elemento de definição de identidade) e pelo facto deste tipo de manifestação cultural não ir de encontro à coerência cultural entretanto manifestada pelos jovens do bairro. Com efeito, estamos perante um bairro social com forte presença de elementos culturais de raiz africana no dia-a-dia, particularmente nas vivências e nas referências culturais dos jovens. Estas referências africanas/crioulas surgem cruzadas, para muitos destes jovens e jovens adultos, com elementos típicos de novas subculturas urbanas – o fenómeno do *hip-hop*, em particular e que será desenvolvido abaixo. Assim, face a este contexto e pertenças que apareciam como estruturantes das identidades juvenis neste bairro social desfavorecido e estigmatizado, que estatuto têm as marchas populares?

Com o intuito de responder a estas questões começámos a observação dos ensaios da Marcha do Centro Comunitário PIA II. A marcha do PIA II existe há 18 anos e partiu de uma iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Almada que decidiu criar uma marcha da sua instituição, marcha esta que seria composta por habitantes do Plano Integrado de Almada, onde a instituição desenvolve um abrangente e antigo trabalho junto da comunidade.

Em 2011, quando o trabalho de observação da marcha do PIA II ocorreu, tínhamos duas marchas no Bairro Amarelo – PIA II e Ruas do Bairro. Verificaríamos, ao longo do trabalho de campo, que a referência à marcha vizinha seria constante e que a cisão que ocorreu constituiria, principalmente para os marchantes mais velhos que já marchavam quando o bairro tinha uma só marcha, um ponto de viragem importante na sua perceção das marchas e principalmente da relação entre a marcha e o bairro.

De seguida, apresentaremos a análise temática feita às entrevistas realizadas, análise esta que estará dividida pelas seguintes áreas temáticas: caracterização pessoal; estatuto da marcha na vida/identidade pessoal; perceção sobre as representações sociais sobre a marcha e relação face ao “outro significativo”.

O trabalho de campo no Bairro Amarelo junto dos jovens do mesmo levou-nos a perceber a certa altura, como referido acima, a importância de que as marchas

populares se revestiam para muitos deles. Essa constatação levou-nos a direcionar a pesquisa para a questão da construção de identidades híbridas em contextos de multiculturalidade, como é aquele o contexto territorial em estudo. Tendo, numa fase anterior do trabalho de campo, estudado a questão do fenómeno *hip-hop* na construção identitária dos jovens do bairro amarelo, pareceu-nos importante neste momento tentar compreender que estatuto adquirem as marchas populares nessa mesma construção identitária. Isto para que, posteriormente, consigamos ter uma noção de conjunto de como se constroem, neste meio e neste subgrupo dos jovens e jovens adultos, as identidades e pertenças.

Através da observação participante dos ensaios das marchas deparámo-nos muito cedo com a referência a uma segunda marcha no bairro. Esta segunda marcha – Ruas do Bairro – nasceu de uma cisão dentro da marcha do PIA II, no ano de 2008. O sucedido deveu-se a um conflito entre o ensaiador na altura do PIA II (ensaiador e morador do Bairro Amarelo e com forte integração, ao que nos parece, no bairro) e a direção da Santa Casa/Centro Comunitário PIA II. Este conflito resultou no abandono do ensaiador da marcha do PIA II e a sua criação, nesse mesmo ano, de uma marcha com o apoio do Clube Recreativo Raposense (do bairro Raposo, do PIA) e com cerca de metade dos marchantes do PIA II, que abandonaram a marcha e decidiram acompanhar o ensaiador para a sua nova marcha. Esta saída do ensaiador e de cerca de metade dos marchantes (sobretudo mulheres) fez com que o Centro Comunitário PIA II decidisse não levar, nesse ano, marcha a concurso, por não considerar ter condições para o fazer com qualidade. No ano seguinte voltariam a ter marcha, com um ensaiador de Lisboa e com cerca de metade de novos marchantes (recrutados a partir do Espaço Jovem – outra valência da Santa Casa da Misericórdia de Almada no Bairro Amarelo). O ensaiador que saiu manteve a sua marcha no Raposense durante dois anos tendo, três anos depois de ter abandonado o PIA II, criado a sua própria associação no Bairro Amarelo – Ruas do Bairro – na qual criou a sua marcha e uma marcha infantil (esta última que deixou de existir entretanto).

Assim, em 2011, quando o trabalho de observação da marcha do PIA II ocorreu, tínhamos duas marchas no Bairro Amarelo – PIA II e Ruas do Bairro<sup>14</sup>.

De seguida apresentaremos a análise feita às entrevistas realizadas, análise esta que estará dividida pelas seguintes áreas temáticas:

- Caracterização pessoal (idade, local de habitação e percurso nas marchas);
- Estatuto da marcha na vida/identidade pessoal (motivação de adesão às marchas, papel das marchas na sua vida, “sentimento de amor à camisola”, visão pessoal sobre a marcha do PIA II e marcha e amigos, relação inesperada entre “marcha popular” e “bairro social”, O que chamam os jovens?, Perceção e “relação afetiva” ao bairro, marcha: o que representa, marcha integradora?);
- Perceção sobre as representações sociais sobre a marcha (importância/imagem das marchas de Almada, representações da população da marcha de Almada quanto à marcha do PIA II, representações das outras marchas quanto à marcha do PIA II, caracterização dos marchantes);
- Relação face ao “outro significativo” (maiores rivalidades da marcha do PIA II, posição pessoal face às Ruas do Bairro, representações da população do bairro face à marcha do PIA II/Ruas do Bairro).

### **8.1. Caracterização de um fenómeno cultural – marchas populares**

*“Debruçada sobre o Tejo  
do lado certo do rio,  
do lado certo da vida”*

(marcha da cidade de Almada)

A análise das marchas populares como prática identitária permite-nos extrair uma série de linhas de força na constituição das “identidades de bairro” que elas ajudam a construir.

---

<sup>14</sup> A marcha das Ruas do Bairro existiria durante 3 anos, sendo que a partir de 2014 deixa de existir e o Bairro volta a ter apenas a marcha do Centro Comunitário do PIA II. Verifica-se, assim, que a situação de rivalidade e divisão da população no apoio às duas marchas já não acontece atualmente. Estes dados serão, contudo, analisados aqui porque na altura em que realizámos o trabalho de campo revestiam-se de forte relevância para estes jovens e perduram até aos dias de hoje como fonte de divisão e de marcador identitário para muitos deles.

Em primeiro lugar, a disjunção dentro/fora, através da qual facilmente constatamos que a identidade cultural não se constitui nem totalmente fora nem totalmente dentro do bairro, revestindo-se de relações assimétricas e variadas ramificações no processo identitário.

A segunda linha de força importante para analisarmos este fenómeno social, prende-se com a intervenção institucional nas dinâmicas festivas populares. Há, com efeito, uma dialética que atravessa as marchas, entre as dinâmicas festivas populares e o intervencionismo estatal, municipal (CMA) e institucional (Santa Casa da Misericórdia de Almada). Podemos, por isso considerar que, nesta dinâmica, as coletividades exercem um papel de mediação importante (no nosso caso concreto o Centro Comunitário PIA II da Santa Casa da Misericórdia de Almada).

Em terceiro lugar, podemos identificar, seguindo a proposta de Firmino da Costa (1995), o triplo sentido de representação proporcionado pela prática das marchas populares:

1. **Entidades representantes:** marchas que se exibem, perante as outras e perante a cidade, enquanto coletivos organizados que se assumem como representantes de bairros ou zonas significativas simbolicamente (PIA);
2. **Criação de uma personagem, de uma figura:** Elaboração cultural de artefactos, imagens e performances representacionais: a forma como as marchas encenam os bairros a que pertencem (temas dos arcos, trajes dos marchantes, letras da música...) com motivos alusivos ao bairro (exemplo da marcha do PIA em 2010 em que as alusões tanto da letra da marcha, como arcos e figurinos remete para a ligação/separação de Lisboa e do rio Tejo como intermediário);
3. **Ativação simbólica dos bairrismos/identidades:** Elementos simbólicos constituintes de representações sociais: cria representações simbólicas identitárias relativas a cada um dos bairros e que servem para reconstruir os mapas cognitivos das populações e reativar a intensidade afetiva com que essas identidades bairristas são sentidas.

Este terceiro sentido é claramente perceptível junto dos marchantes do Bairro Amarelo que sentem a marcha como sua, como símbolo da sua identidade de bairro e de demarcação face aos outros bairros do concelho de Almada. Esta afirmação



identitária e vontade de ser melhor do que o “outro” reforça-se com a forma de organização das próprias marchas – à porta fechada para que não dê lugar a cópias por parte de outras marchas.

Damos conta, ainda de uma quarta linha de força na análise deste fenómeno: a disjunção “imagem transmitida para fora face à realidade interna”. Com efeito, assiste-se a dois momentos diferentes na *performance* da marcha:

- o desfile em Almada é o momento de representar bairros e cidade para fora (nomeadamente fazendo um paralelo com as famosas marchas de Lisboa) e representa a união das várias marchas sob uma identidade comum – a de “almadenses” ou “margem sul”;
- Marchas no Pavilhão Desportivo: “assunto mais interno”, mais profissional, bairrismo ao máximo e de competição entre bairros.

### **Marchas: produtos sincréticos**

Contrariamente ao que poderia parecer à primeira vista (associamos habitualmente as marchas populares como um reduto de tradicionalismo cultural), as marchas são, de facto, produtos sincréticos (híbridos) de registos culturais diferentes, reinterpretações históricas e lendárias, influência das artes do espetáculo, influências mediáticas: tudo isto filtrado e adaptado à configuração cultural dominante no bairro em articulação com condições sociais e modos de vida dinâmicos.

É interessante verificar como a Marcha do PIA II de 2011 incorpora, na própria música e dança, elementos tradicionais e modernos com a introdução de elementos de Rock na marcha tradicional em certos momentos da apresentação.

Verificamos ainda outros dois elementos interessantes na análise da marcha e marchantes do Bairro:

- Em todas as ocasiões pré e pós desfile da marcha, para além dos ensaios e preparativos da mesma, a celebração dos marchantes é sempre com palavras de ordem e com “batucadas” e cânticos de celebração improvisados com ritmos africanos;
- A composição étnica dos marchantes: diria que cerca de metade são brancos e cerca de metade negros.

### **Marchas como mecanismo de inversão simbólica**

As marchas funcionam, de facto, como um mecanismo de inversão simbólica, aspeto que justifica largamente a criação das mesmas no bairro. Estas foram criadas precisamente no sentido de mostrar o “lado bom” de um bairro muito estigmatizado e é com esse objetivo que a maioria dos jovens adere à mesma.

Consideramos que a inversão simbólica ocorre em vários aspetos:

- Do espaço da cidade: estes são reconfigurados deixando de exercer as suas funções normais (bairros residenciais e centro da cidade local de trabalho) e passam a ter outra funcionalidade: “apropriação lúdica do centro da cidade pelos bairros populares, através de um deslocamento ritual dos espaços e dos tempos, em que a marcha é ela própria um fim em si e não uma mera ligação funcional entre as origens e destinos que organizam a vida quotidiana” (Costa, 1999: 169);
- Social: bairros e zonas geralmente desvalorizados têm, nesta ocasião, alto status social: “no quadro da interação competitiva que as marchas produzem, a ordem dos resultados não decorre da posição atribuída a cada bairro no universo institucionalizado do quotidiano, mas sim da performance dos seus representantes.” (*idem*).

É, com efeito, neste sentido que as marchas são pertinentes no caso do presente estudo, já que foi com esse objetivo que foi criada e é nesse sentido que investem os seus atores.

### **Marchas: mecanismo de produção de identidades coletivas?**

Se há locais em que a marcha permite uma profunda integração (como Alfama, em Lisboa) com os padrões culturais locais, noutros, como no caso do Bairro Amarelo, existe uma aparente contradição, existindo uma profunda desintegração com os padrões culturais locais.

Porquê, então a sua relevância para estes jovens? Como se constituirão, neste terreno de estudo, as marchas como mecanismos produtores de identidades?

Como já afirmámos e como confirmaremos pela análise de conteúdo às entrevistas realizadas, este investimento tem duas grandes razões: por um lado pela

possibilidade de inversão simbólica que traz ao bairro (através dos seus jovens que o representam) e, por outro, por constituir mais um momento de convivialidade entre os jovens, pelo poder do grupo de pares e do Espaço Jovem na definição das rotinas dos jovens (estes aderem essencialmente pelo convívio, para estarem com os amigos e porque é uma atividade sugerida pelo Espaço Jovem).

Se pensarmos que identidade se define “contra” (como afirma Marc Augé, 2001), facilmente identificamos “outros significativos” no discurso destes jovens marchantes:

- Contra um outro espaço (PIA contra Lisboa e contra outros bairros nas marchas, tal como temos o *hip-hop* dos jovens do bairro contra o *hip-hop* de outros bairros);
- Contra um outro tempo – geralmente um antes. Como afirma um dos marchantes do “núcleo duro”: “A nossa marcha evoluiu muito, antes era considerada a marcha dos pretos, hoje em dia a Marcha do PIA II já tem peso”;
- Contra um “outro” (Ruas do Bairro em muitos casos, outros bairros noutros; os jovens delinquentes que dão má fama ao bairro; os “de fora” que apenas representam o bairro e seus habitantes de forma negativa).

As marchas surgem, neste caso específico, como mecanismo de inversão simbólica a nível social: bairros e zonas geralmente desvalorizadas têm, nesta ocasião, alto *status* social: “no quadro da interação competitiva que as marchas produzem, a ordem dos resultados não decorre da posição atribuída a cada bairro no universo institucionalizado do quotidiano, mas sim da performance dos seus representantes.” (Costa, 1999: 169).

Contudo, a marcha adquire este papel de construtor identitário e de “lugar antropológico” claramente para o “núcleo duro” da marcha, mas não para os outros subgrupos de marchantes.

Tabela 23: Temas das marchas, por grupos de entrevistados

<b>TABELA DOS TEMAS CODIFICADOS POR GRUPOS DE ENTREVISTADOS</b>	<b>A: Jovens EJ</b>	<b>B: Marchantes</b>	<b>C: Monitores EJ</b>	<b>D: Rappers</b>
<b>1: Evolução da marcha do PIA</b>	0	0	0	0
1.1 : dificuldade atual de recrutar marchantes	1	4	0	0
1.2 : estratégias para cativar e manter os jovens na marcha	2	8	0	0
1.3 : facilidade do PIA arranjar marchantes	0	3	0	0
1.4 : Fundação da marcha do PIA	0	2	0	0
1.5 : Fundação das marchas de Almada	0	2	1	0
1.6 : marcha do PIA ganhou estatuto	4	27	4	0
1.7 : Papel da Santa Casa _CCPIAII nas marchas	3	15	3	0
1.8 : Papel do EJ no recrutamento de novos marchantes	5	17	1	0
<b>2: Marcha e bairro</b>	0	0	0	0
2.1 : Contradição cultural entre marcha e 'habitus' _estatuto de jovem cool	11	46	6	0
2.2 : estar na marcha é representar o PIA II _Santa Casa	3	11	0	0
2.3 : marcha como representante da multiculturalidade	1	3	0	0
2.4 : Marcha como situação ritual	2	3	0	0
2.5 : marcha representa apenas parte do bairro	1	2	0	0
2.6 : Marcha _meio de reconhecimento social e combate ao estigma	8	32	2	0
2.7 : representar a marcha é defender o bairro	11	44	2	0
<b>3 : Marcha e relações sociais</b>	0	0	0	0
3.1 : Convivialidade que a marcha permite	14	56	5	0
3.2 : Marcha associada ao trabalho	0	5	0	0
3.3 : Marcha e redes de sociabilidade	10	48	3	0
3.4 : 'núcleo duro' da marcha e a mística que transmitem	3	19	3	0
<b>4 : Marcha no percurso individual</b>	0	0	0	0
4.1 : Há quanto tempo está nas marchas	5	18	0	0
4.2 : idade de início como marchante	0	2	0	0
4.3 : O que a marcha proporciona	2	7	0	0
4.4 : Origem dos marchantes	2	3	0	0
4.5 : papel das marchas na vida dos jovens	3	10	0	0
4.6 : Razão para entrar na marcha	9	35	2	0
4.7 : Sentimento forte de ligação e fidelidade à marcha do PIAII	0	24	0	0
<b>5 : Representações sociais sobre as marchas em geral</b>	0	0	0	0
5.1 : relações entre marchas de Almada e de Lisboa	2	22	5	0
5.2 : representações sociais externas sobre as marchas	4	15	0	0
<b>6 : Rivalidades nas marchas</b>	0	0	1	0
6.1 : a população do bairro na gestão do apoio a duas marchas rivais	2	16	1	0
6.2 : apoiantes da marcha do PIAII são os frequentadores das instituições	1	2	0	0
6.3 : estratégias utilizadas pelas marchas para ganhar	0	1	1	0
6.4 : maiores rivais	3	8	1	0
6.5 : marcha das Ruas do Bairro mais apoiada pela população do bairro	0	5	2	0
6.6 : marcha ruas do bairro levou maioria dos 'autênticos'	0	4	0	0
6.7 : rivalidade maior é dentro das marchas do bairro _sentimento de 'traição'	4	17	6	0

Como podemos verificar na tabela acima o único grupo de entrevistados que não fez nenhuma referência, no seu discurso, ao tema das marchas foi o grupo dos *rappers*.

Verificamos que há algumas referências da parte dos monitores, já que a marcha acaba por ser uma atividade muito presente durante alguns meses na dinâmica do Espaço Jovem, espaço onde são recrutados grande parte dos marchantes.

Como seria de esperar são os marchantes que mais referências fazem à marcha, mas temos também bastantes referências no grupo dos jovens do Espaço Jovem, já que são, com efeito, em grande medida coincidentes.

Quanto aos principais subtemas referidos temos: “Convivialidade que a marcha permite”; “Marcha e redes de sociabilidade”; “Contradição cultural entre marcha e ‘habitus’ -estatuto de jovem cool” e “representar a marcha é defender o bairro”.

Confirmamos assim a análise que já havíamos feito anteriormente, de que as principais motivações dos jovens para participarem nas marchas são a convivialidade que a marcha permite, assim como o grupo de pares. Verificámos que, com efeito, a grande maioria dos jovens adere às marchas porque tem amigos e/ou familiares que já participam na mesma, pelo que participar na marcha é mais uma oportunidade de estar com “os seus”. Se juntarmos a isto as inúmeras atividades proporcionadas pela instituição aos marchantes – almoços de convívio, viagens, idas a teatro, entre outros – vemos que esta é uma forma de os jovens terem acesso a espaços e momentos de lazer e de conforto. Isso explica a contradição, assumida por todos os marchantes, entre a cultura que a marcha representa e as pertenças culturais dos jovens do bairro. A grande maioria deles confessa que inicialmente, quando foram convidados a participar, não se sentiam interessados na atividade já que não corresponde aos seus interesses habituais (mais virados para desporto, danças e músicas africanas e *hip-hop*), mas que foram convencidos pelos amigos, pela convivialidade e espírito de camaradagem que afirmam existir tanto nos ensaios, na preparação dos materiais da marcha e nos próprios desfiles. A outra razão é a oportunidade de defender o bairro, remetendo para o papel da marcha como mecanismo de inversão simbólica social que analisámos acima.

Tabela 24: Temas das marchas, por "núcleos" de marchantes

<b>TABELA CRUZADA: TEMAS SOBRE AS MARCHAS, ABORDADOS PELOS MARCHANTES</b>	<b>A : Núcleo duro das marchas</b>	<b>B : Núcleo Espaço Jovem</b>	<b>C : Núcleo PIA II</b>	<b>D : Núcleo Profissionais</b>
<b>1: Evolução da marcha do PIA</b>	0	0	0	0
1.1 : dificuldade atual de recrutar marchantes	3	1	0	0
1.2 : estratégias para cativar e manter os jovens na marcha	5	2	1	0
1.3 : facilidade do PIA arranjar marchantes	1	0	2	0
1.4 : Fundação da marcha do PIA	2	0	0	0
1.5 : Fundação das marchas de Almada	2	0	0	0
1.6 : marcha do PIA ganhou estatuto	6	5	5	10
1.7 : Papel da Santa Casa _CCPIAII nas marchas	4	2	4	4
1.8 : Papel do EJ no recrutamento de novos marchantes	2	8	7	0
<b>2: Marcha e bairro</b>	0	0	0	0
2.1 : Contradição cultural entre marcha e 'habitus' _estatuto de jovem cool	16	10	10	7
2.2 : estar na marcha é representar o PIA II _Santa Casa	3	3	1	3
2.3 : marcha como representante da multiculturalidade	0	1	2	0
2.4 : Marcha como situação ritual	0	1	1	0
2.5 : marcha representa apenas parte do bairro	0	1	0	1
2.6 : Marcha _meio de reconhecimento social e combate ao estigma	14	4	6	3
2.7 : representar a marcha é defender o bairro	13	7	9	9
<b>3 : Marcha e relações sociais</b>	0	0	0	0
3.1 : Convivialidade que a marcha permite	12	15	7	18
3.2 : Marcha associada ao trabalho	0	0	5	0
3.3 : Marcha e redes de sociabilidade	11	10	12	14
3.4 : 'núcleo duro' da marcha e a mística que transmitem	10	3	1	4
<b>4 : Marcha no percurso individual</b>	0	0	0	0
4.1 : Há quanto tempo está nas marchas	4	5	3	5
4.2 : idade de início como marchante	2	0	0	0
4.3 : O que a marcha proporciona	5	2	0	0
4.4 : Origem dos marchantes	1	1	0	0
4.5 : papel das marchas na vida dos jovens	5	0	3	1
4.6 : Razão para entrar na marcha	7	8	6	12
4.7 : Sentimento forte de ligação e fidelidade à marcha do PIAII	18	2	0	4
<b>5 : Representações sociais sobre as marchas em geral</b>	0	0	0	0
5.1 : relações entre marchas de Almada e de Lisboa	9	2	4	7
5.2 : representações sociais externas sobre as marchas	6	2	1	4
<b>6 : Rivalidades nas marchas</b>	0	0	0	0
6.1 : a população do bairro na gestão do apoio a duas marchas rivais	8	3	2	3
6.2 : apoiantes da marcha do PIAII são os frequentadores das instituições	0	1	0	1
6.3 : estratégias utilizadas pelas marchas para ganhar	1	0	0	0
6.4 : maiores rivais	1	2	1	3
6.5 : marcha das Ruas do Bairro mais apoiada pela população do bairro	1	0	0	4
6.6 : marcha ruas do bairro levou maioria dos 'autênticos'	1	0	1	2
6.7 : rivalidade maior é dentro das marchas do bairro _sentimento de 'traição'	8	3	3	2

A análise desta tabela mostra-nos mais uma vez que o fator “convivialidade” e “redes de sociabilidade” são os principais fatores apontados por todos os núcleos de marchantes – explicaremos abaixo como chegámos a esta classificação dos marchantes e as características de cada grupo. Todos estes subgrupos referem a contradição cultural entre o estatuto e *habitus* típico do jovem do bairro e as marchas populares – já que são eles mesmos alvo de chacota, ainda que amigável, entre outros jovens do bairro. Nesta tabela podemos ver, contudo, que para além do convívio, do apelo dos amigos e do desejo de representar e defender o bairro, outro fator explica a adesão dos jovens às marchas: a “mística” do grupo mais velho de marchantes, constituído por jovens com forte implantação e figuras de referência para os mais novos. Estamos, de facto, na presença de jovens adultos que são figuras de referência para os adolescentes do bairro, referências dentro dos padrões da normatividade – são “*role models*”: jovens que singraram na vida, a maioria deles através do desporto (são jogadores de futebol, outra atividade muito valorizada socialmente e pelos jovens do bairro em particular), representantes do tal “lado bom” do bairro que os mais novos procuram seguir por imitação. Verificamos que entre este subgrupo – o “núcleo duro”, a marcha é de facto um meio de reconhecimento social e de combate ao estigma do bairro e da sua população. Este é o grupo mais engajado com as marchas, que apresenta muitas referências ao papel desta atividade nas suas vidas (sentimento forte de ligação e fidelidade à marcha do PIAII), grupo para o qual esta atividade cultural se tornou um marcador identitário. São, por isso, eles que mais sentem a rivalidade com a marcha rival criada no bairro, pelo sentimento de traição que evidenciam face ao ensaiador que saiu e dividiu os marchantes e a população do bairro.

*Tabela 25: Razões apontadas pelos marchantes para aderirem às marchas*

RAZÕES APONTADAS PELOS MARCHANTES PARA ADERIREM ÀS MARCHAS	A : Razão para entrar na marcha
1 : Evolução da marcha do PIA	0
2 : dificuldade atual de recrutar marchantes	0
3 : estratégias para cativar e manter os jovens na marcha	0
4 : facilidade do PIA arranjar marchantes	0
5 : Fundação da marcha do PIA	0
6 : Fundação das marchas de Almada	0
7 : marcha do PIA ganhou estatuto	0
8 : Papel da Santa Casa _CCPIAI nas marchas	0
9 : Papel do EJ no recrutamento de novos marchantes	4

10 : Marcha e bairro	0
11 : Contradição cultural entre marcha e 'habitus' _estatuto de jovem cool	0
12 : estar na marcha é representar o PIA II _Santa Casa	0
13 : marcha como representante da multiculturalidade	0
14 : Marcha como situação ritual	0
15 : marcha representa apenas parte do bairro	0
16 : Marcha _meio de reconhecimento social e combate ao estigma	0
17 : representar a marcha é defender o bairro	0
18 : Marcha e relações sociais	0
19 : Convivialidade que a marcha permite	16
20 : Marcha associada ao trabalho	1
21 : Marcha e redes de sociabilidade	13
22 : 'núcleo duro' da marcha e a mística que transmitem	2
23 : Marcha no percurso individual	0
24 : Há quanto tempo está nas marchas	0
25 : idade de início como marchante	0
26 : O que a marcha proporciona	0
27 : Origem dos marchantes	0
28 : papel das marchas na vida dos jovens	0
29 : Sentimento forte de ligação e fidelidade à marcha do PIA II	0
30 : Representações sociais sobre as marchas em geral	0
31 : relações entre marchas de Almada e de Lisboa	0
32 : representações sociais externas sobre as marchas	0
33 : Rivalidades nas marchas	0
34 : a população do bairro na gestão do apoio a duas marchas rivais	0
35 : apoiantes da marcha do PIAII são os frequentadores das instituições	0
36 : estratégias utilizadas pelas marchas para ganhar	0
37 : maiores rivais	0
38 : marcha das Ruas do Bairro mais apoiada pela população do bairro	0
39 : marcha ruas do bairro levou maioria dos 'autênticos'	0
40 : rivalidade maior é dentro das marchas do bairro _sentimento de 'traição'	0

A pertinência da tabela acima prende-se com a necessidade de confirmação do que já havíamos afirmado anteriormente, e que se constitui como a resposta à questão que nos colocámos desde o início da análise das marchas no bairro: o que leva estes jovens, com referências culturais tão distantes daquelas que a marcha evoca, a aderir a esta manifestação cultural? Mais uma vez, fica comprovado que as razões não se prendem com a atividade em si, mas com o convívio e adensamento das redes de sociabilidade que a atividade permite.



## **8.2. Análise por categorias temáticas**

Da análise temática exaustiva realizada às entrevistas dos marchantes definimos, reportando-nos a um processo indutivo, as seguintes categorias temáticas, que analisamos nas páginas seguintes:

- Categorização pessoal;
- Iniciação nas marchas;
- Motivações de adesão às marchas;
- Papel das marchas na sua vida;
- Sentimento de “amor à camisola”;
- Marcha e amigos;
- Imagem do PIA II/relação com outras marchas;
- Relação entre a cultura popular portuguesa e cultura do bairro;
- Vivência do bairro/PIA;
- Marchas e identidade do bairro;
- Caracterização dos marchantes;

### 8.2.1 Caracterização pessoal

#### Faixas etárias

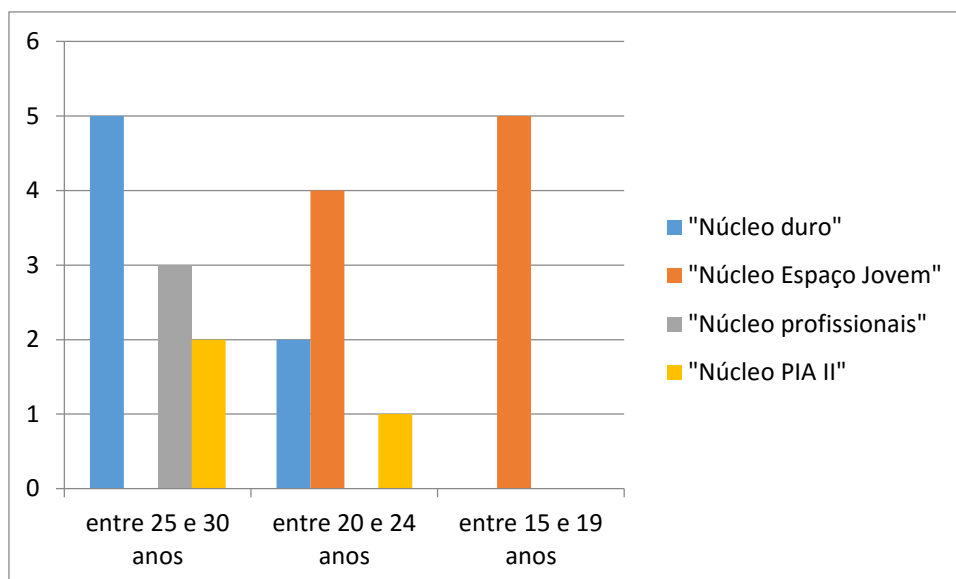


Figura 39: Faixas etárias dos marchantes

Como podemos verificar temos 2 grupos claramente mais velhos – o “núcleo duro” da marcha e os “profissionais” – sendo, precisamente, aqueles que marcham há muitos anos, como se verificará no gráfico seguinte. No “núcleo PIA II” temos também elementos acima dos 20 anos de idade, sendo o grupo dos frequentadores do Espaço Jovem claramente o grupo dos “mais novos” da marcha.

#### Local de habitação

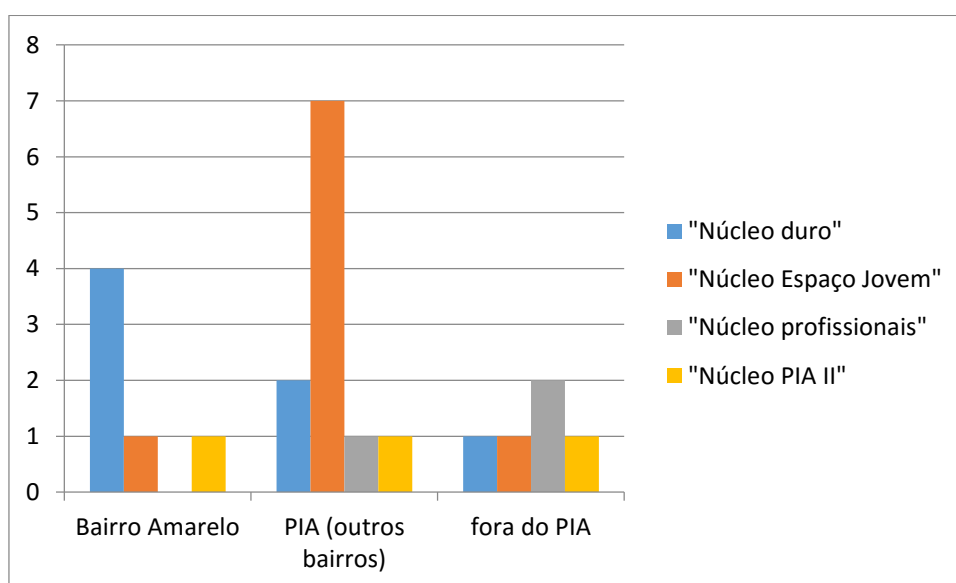


Figura 40: Local de habitação dos marchantes

Neste gráfico verificamos rapidamente que a maioria dos elementos do “núcleo duro” é morador do Bairro Amarelo, sendo que, inclusive, o único elemento que aparece como morador de fora do PIA é-o há menos de 3 meses (à data da entrevista). Este facto vai ajudar a perceber a intensa identificação com o bairro e com a marcha que predomina neste grupo. Já entre o grupo “Espaço Jovem” verificamos que a quase totalidade é moradora do PIA (o elemento que não o é era até há poucos meses também), mas não do Bairro Amarelo. O que irá ajudar a perceber a sua presença e identificação parcial com o Bairro Amarelo. Entre o grupo dos “profissionais” encontram-se essencialmente elementos externos à zona do PIA, o que se refletirá nas suas pertenças variadas. Por fim, no “núcleo PIA II” encontramos elementos nas 3 situações residenciais, o que poderá ajudar a perceber a disparidade de pertenças e representações sobre o bairro e a marcha adiante.

#### Percurso nas marchas

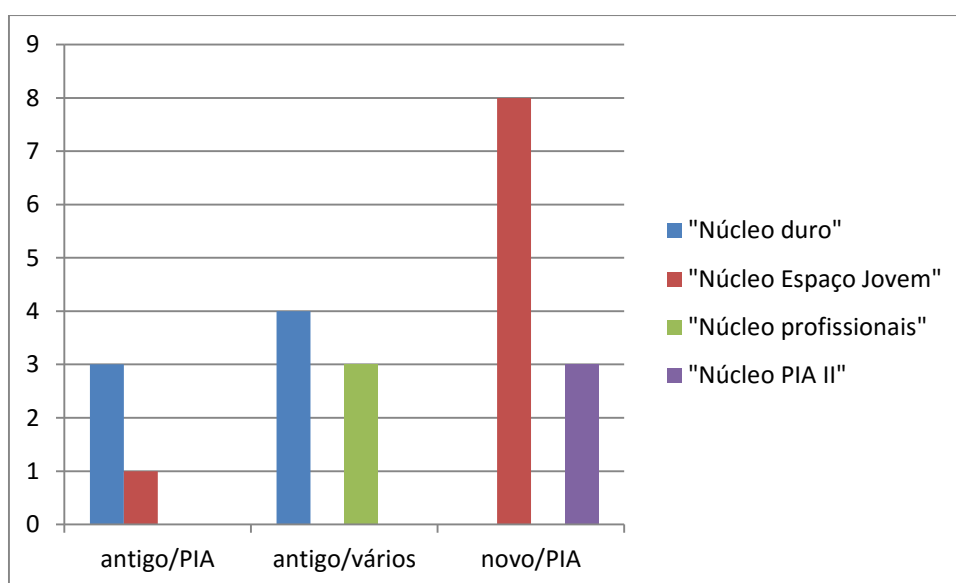


Figura 41: Percurso nas marchas, por "núcleos de marchantes"

Podemos verificar que o 1º grupo – o “núcleo duro da marcha” é constituído por marchantes já antigos (cerca de metade apenas desta marcha e outra metade que já passou por outras marchas), o “núcleo Espaço Jovem é quase exclusivamente constituído por novos marchantes. Já o “núcleo profissionais é constituído por antigos marchantes, provenientes de diversas marchas. Por fim, o “núcleo PIA II” é constituído, à semelhança do 2º núcleo, por novos marchantes.

## 8.2.2. Estatuto da marcha na vida/identidade pessoal

### Motivação de adesão às marchas

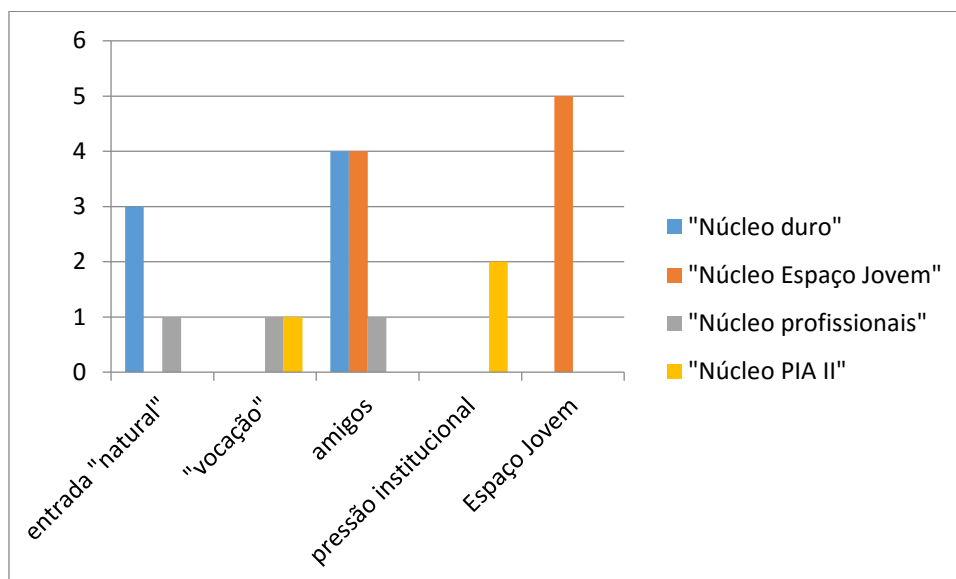


Figura 42: Motiva  es de adesão às marchas, por "núcleos de marchantes"

O gráfico permite perceber que no primeiro grupo as motiva  es dividem-se entre uma "entrada natural", ou seja, por via da socializa  o no bairro, participa  o de familiares na marcha e familiaridade desde cedo    mesma e pela influência dos amigos. Já o segundo grupo adere às marchas tanto pela influência dos amigos como do Espaço Jovem. As motiva  es do terceiro grupo são muito díspares enquanto, por fim, no grupo 4 verifica-se a grande importância da "pressão institucional" e dos amigos.

### Papel das marchas na sua vida

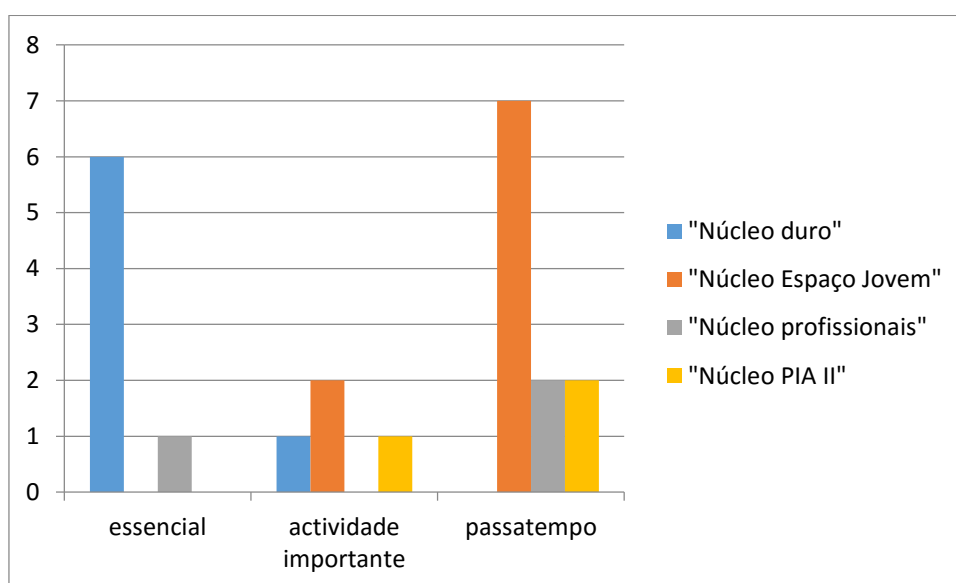


Figura 43: Papel das marchas na sua vida, por "núcleos de marchantes"

Por este gráfico constatamos que existe uma razão para a manutenção de um núcleo duro na marcha – o facto da grande maioria considerar esta atividade como algo essencial nas suas vidas. Já no grupo do Espaço Jovem a atividade é vista como um passatempo (facilmente substituível por outro). Junto dos “profissionais” a marcha é considerada como um passatempo por dois elementos e como essencial pelo elemento restante. Distribuição semelhante apresenta o grupo do PIA II, predominando uma noção da atividade como passatempo.

#### Sentimento de “amor à camisola”

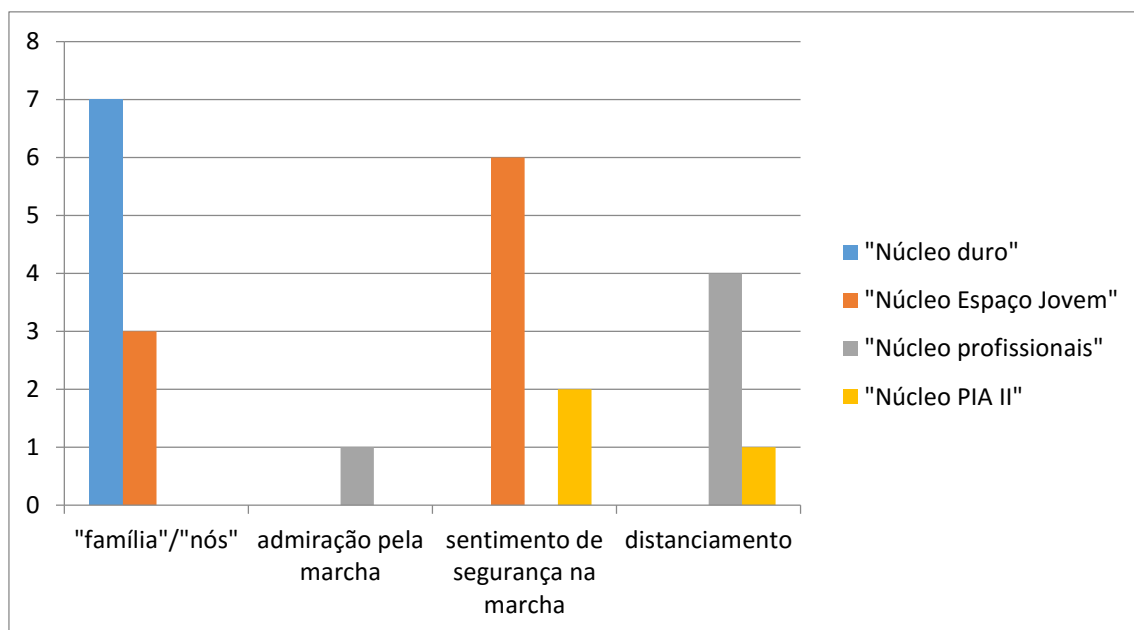


Figura 44: Sentimento de "amor à camisola", por "núcleos de marchantes"

Continuamos a perceber o sentimento de pertença do núcleo duro da marcha neste gráfico, onde se verifica que consideram-na como “família”. Já no 2º grupo verificamos que predomina um sentimento de segurança e à-vontade na marcha (6 em 9 jovens), juntamente com um pequeno grupo que sente maior pertença e ligação afetiva à mesma (3 em 9 jovens). Nos “profissionais” existe uma relação mais distante, o que talvez se perceba pelo facto de todos terem vindo de marchas diferentes e serem recentes como marchantes no PIA II. Por fim, no núcleo do PIA II existe um sentimento de conforto e segurança na marcha por dois dos elementos e um maior distanciamento pelo restante elemento.

### Visão pessoal sobre a marcha do PIA II

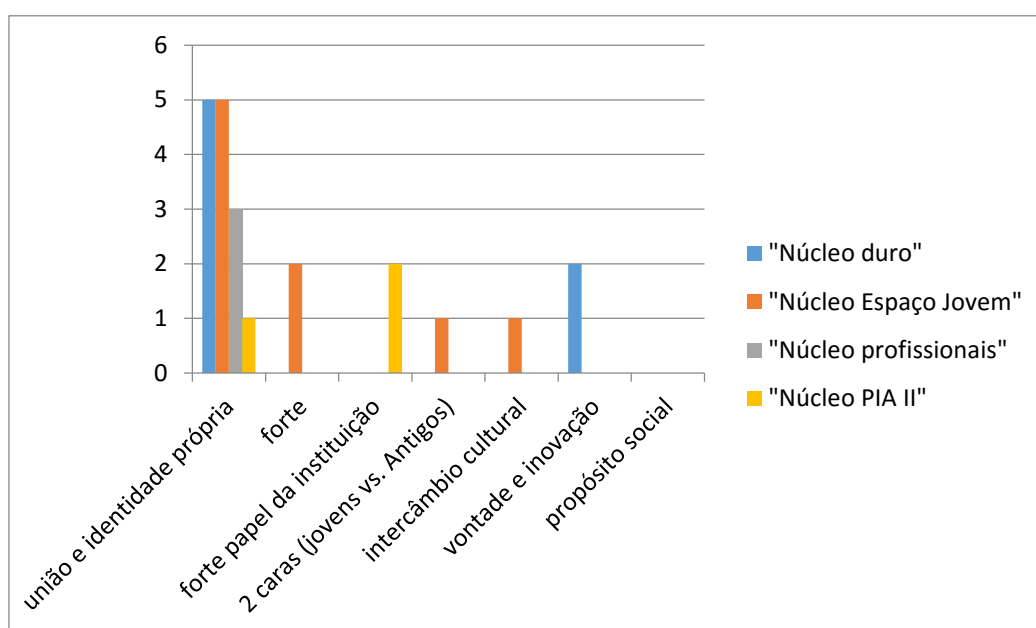
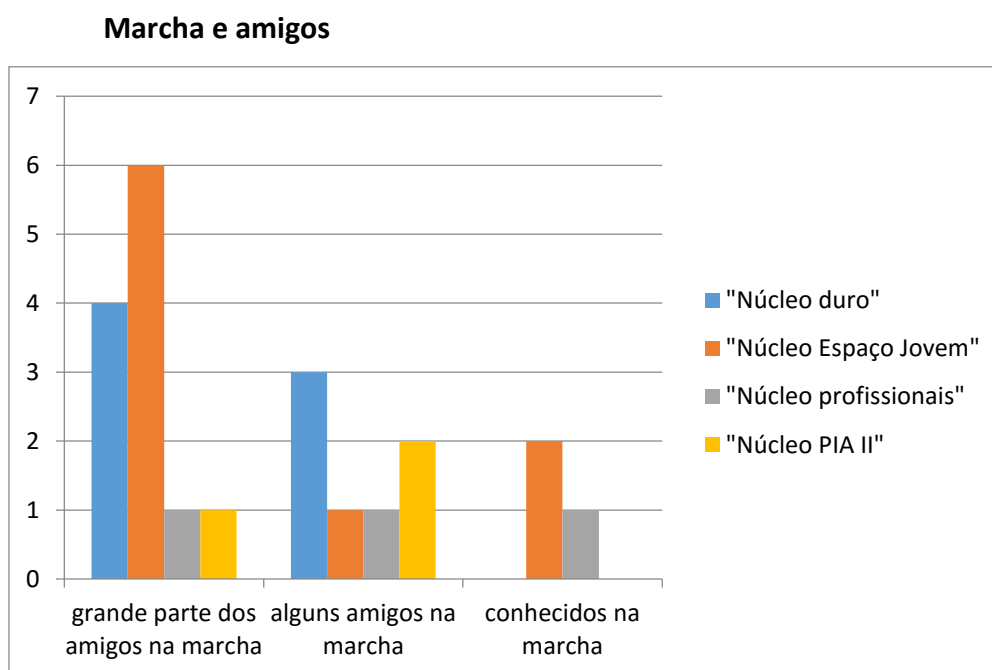


Figura 45: Visão pessoal sobre a marcha do PIAII, por "núcleos de marchantes"

A maioria dos membros do “núcleo duro” considera que a sua marcha tem uma identidade muito própria, um espírito de grupo único (muito alegre e unida), salientando os restantes a sua força de vontade e inovação. Já no grupo dos jovens frequentadores do Espaço Jovem as visões da marcha dividem-se: uma grande parte partilha da opinião dos “mais velhos”, enquanto outros salientam a força da marcha, os subgrupos existentes na mesma e, ainda, a interculturalidade que representa. Os “profissionais” salientam o espírito do grupo como único, tal como os primeiros. Por fim, o núcleo do PIA II salienta o forte papel da instituição na marcha, dando-lhe força e identidade.



*Figura 46: Marcha e amigos, por "núcleos de marchantes"*

Da análise do gráfico acima podemos verificar, desde logo, a importância que tem para os marchantes o facto de terem amigos na marcha (alguns ou mesmo a grande parte). Isto verifica-se para todos os grupos, com particular relevância para o grupo do Espaço Jovem, o que vai ao encontro da segunda principal motivação revelada por este grupo para aderir à marcha – “os amigos”, precisamente. A maioria dos jovens neste grupo refere ter, com efeito, a grande parte dos amigos na sua marcha. Entre o “núcleo duro” da marcha verificamos que quatro têm grande parte dos amigos e três referem ter alguns. No grupo dos “profissionais” as amizades têm um peso muito variável, enquanto no “núcleo PIA II a tendência é semelhante, afirmando também terem grande parte ou pelo menos alguns amigos na marcha.

## Relação inesperada entre "marcha popular" e "bairro social"? O que chama os jovens?

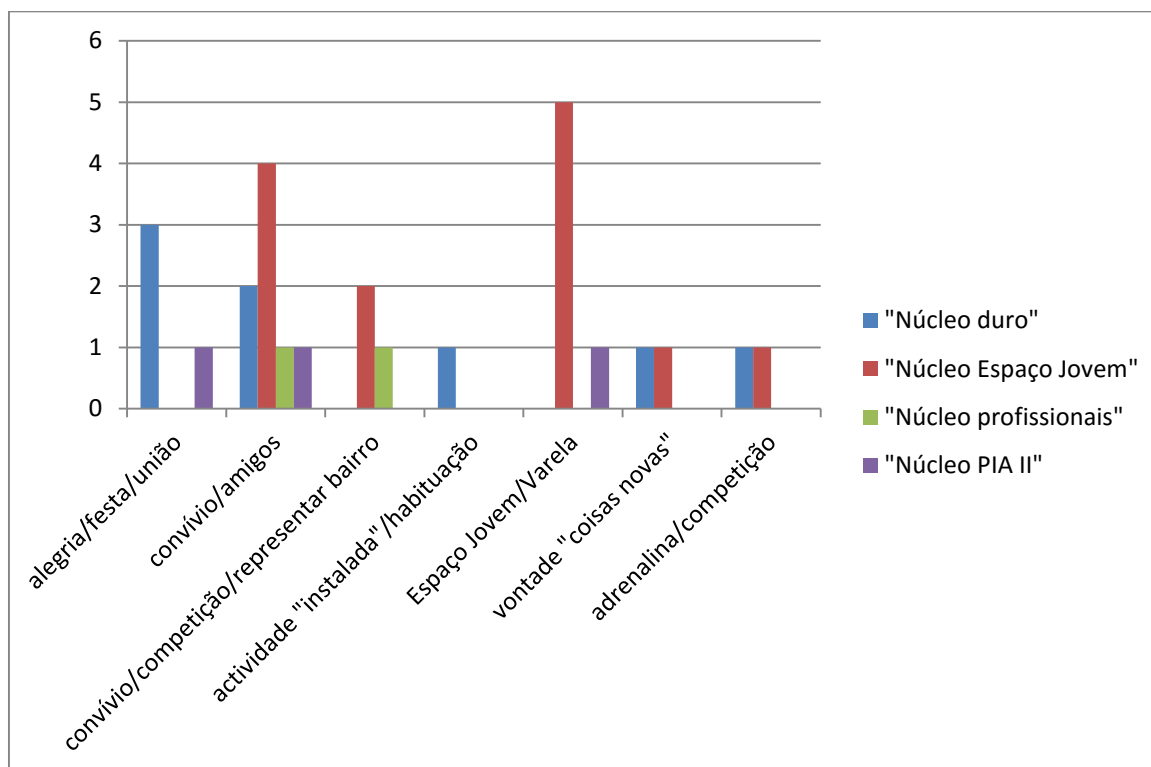


Figura 47: Motivações dos jovens para aderirem às marchas, por "núcleos de marchantes"

Face ao questionamento sobre o porquê da adesão dos jovens a uma manifestação da cultura popular portuguesa não típica ou característica do espaço social vivido (bairro social multicultural, pautado por uma forte presença da cultura africana e repleto de manifestações culturais urbanas típicas da modernidade como, por exemplo, o *hip-hop*, como temos vindo a mencionar), as justificações são variadas. Existe, entre todos os marchantes, a afirmação da distância das suas vivências, experiências culturais diárias e a cultura popular portuguesa que as marchas representam. Assim, o que os leva a participar e viver, em alguns casos intensamente, esta experiência cultural? Para o "núcleo duro" das marchas a justificação está no espírito de grupo, de união e pela alegria e festa que se vive no grupo, tal como pelo convívio com os amigos que o evento proporciona. Já entre os jovens frequentadores do Espaço Jovem a explicação encontra-se na oportunidade de convívio com os amigos mas, fundamentalmente, no papel muito importante desempenhado, nas suas vidas, do Espaço Jovem (da Santa Casa da Misericórdia de Almada), personalizado na pessoa de um dos seus monitores - jovem do



bairro com um papel de referência junto destes jovens. Entre os outros 2 grupos as opiniões divergem.

#### Percepção e "ligação afetiva" ao bairro

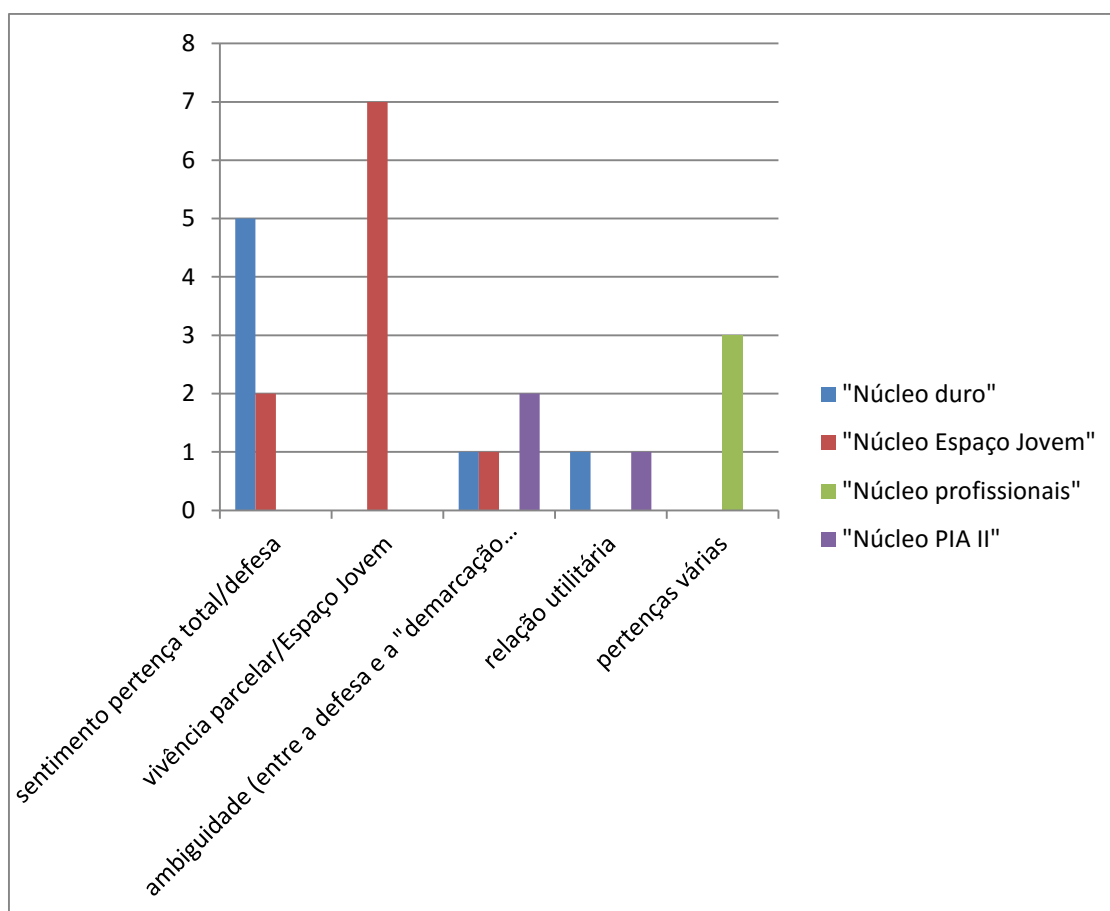


Figura 48: Percepção e "ligação afetiva" ao bairro, por "núcleos de marchantes"

Os dados deste gráfico vêm reforçar temáticas já referidas acima. Verificamos um sentimento de pertença e de identificação muito forte com o espaço social por parte do "núcleo duro" (daí a sua consistência ao longo dos anos na atividade). Já entre o "núcleo Espaço Jovem" verificamos que a sua vivência no bairro se dá sobretudo em torno desta instituição e de todas as atividades e redes de sociabilidade desta decorrentes. Já no "núcleo PIA II" verifica-se uma tendência para a ambiguidade: entre a defesa do bairro, que reflete a identificação com o mesmo, e a "demarcação simbólica" face ao que é objeto de estigma neste mesmo. No "núcleo profissionais", como seria de prever, predominam pertenças variadas, ao espaço do bairro e aos seus locais de origem/de habitação.

### Marcha: o que representa

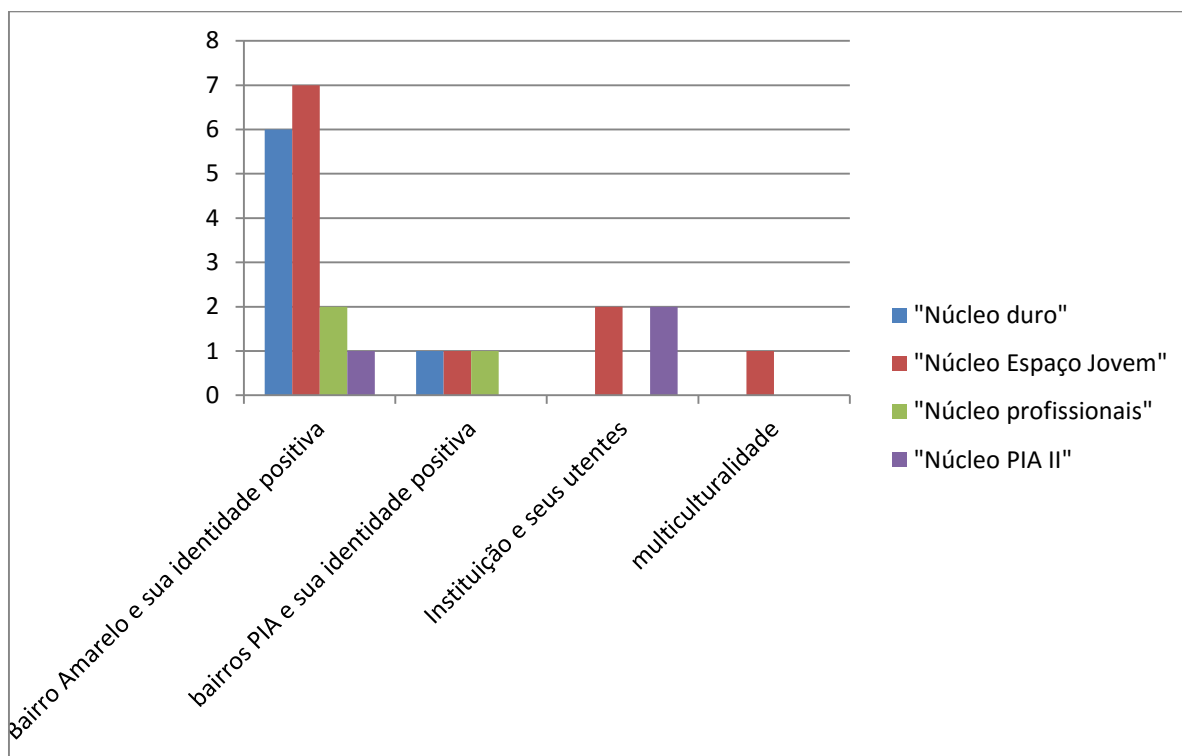
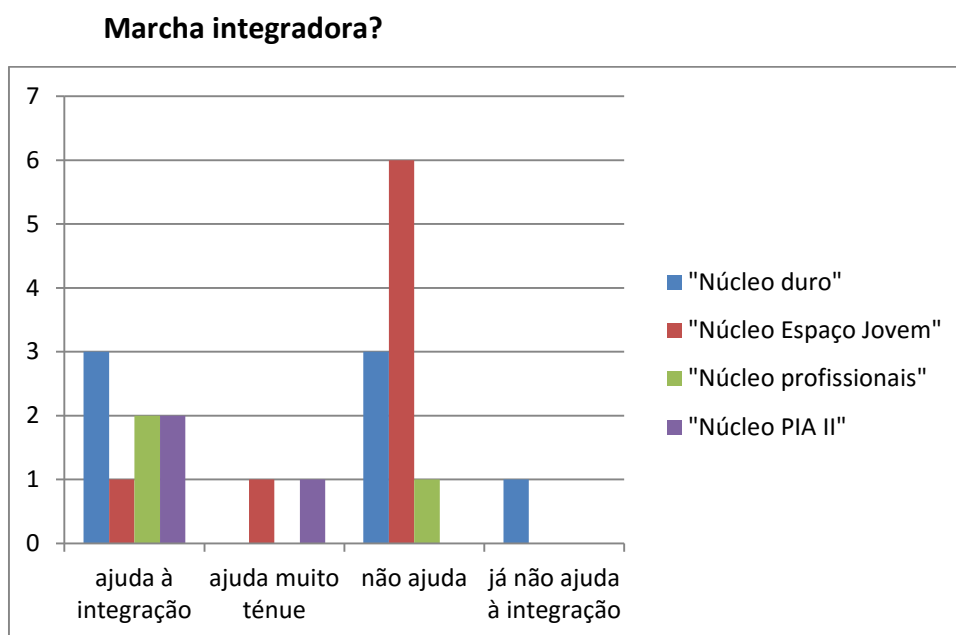


Figura 49: O que a marcha representa, por "núcleos de marchantes"

No seguimento do exposto anteriormente, verificamos a congruência do primeiro grupo também nesta questão, de quem representam através da marcha. Referem, de facto, representar o "seu bairro", os seus "muitos e bons" aspetos que tendem a ser abafados por uma imagem externa estigmatizante dominante. O mesmo sentimento aparece no grupo dos mais novos ("núcleo Espaço Jovem"), com alguns dentre estes a salientarem que representam a instituição e os seus utentes (entre os quais eles são dos mais ativos). No "núcleo profissionais" predomina também a ideia de que representam o Bairro Amarelo na sua positividade. Entre os elementos do grupo "PIA II", como seria de esperar devido à sua relação laboral com a instituição, predomina a noção de representação da mesma.



*Figura 50: Marcha integradora?, por "núcleos de marchantes"*

Mais uma vez verificamos que o “núcleo duro” da marcha considera-a um elemento importante no contexto vivido (bairro) e que, por isso, ajuda à integração no mesmo. Contudo, mesmo neste grupo mais de metade dos elementos considera que não ajuda (ou deixou de ajudar) à integração no bairro, em virtude da reduzida intensidade com que a população vive a manifestação cultural. Essa ideia é predominante entre os jovens do “núcleo Espaço Jovem”. É no núcleo dos profissionais e do “PIA II” que mais impera a noção de integração através da marcha.

### 8.2.3. Percepção sobre as representações sociais sobre a marcha

#### Importância/ imagem das marchas de Almada

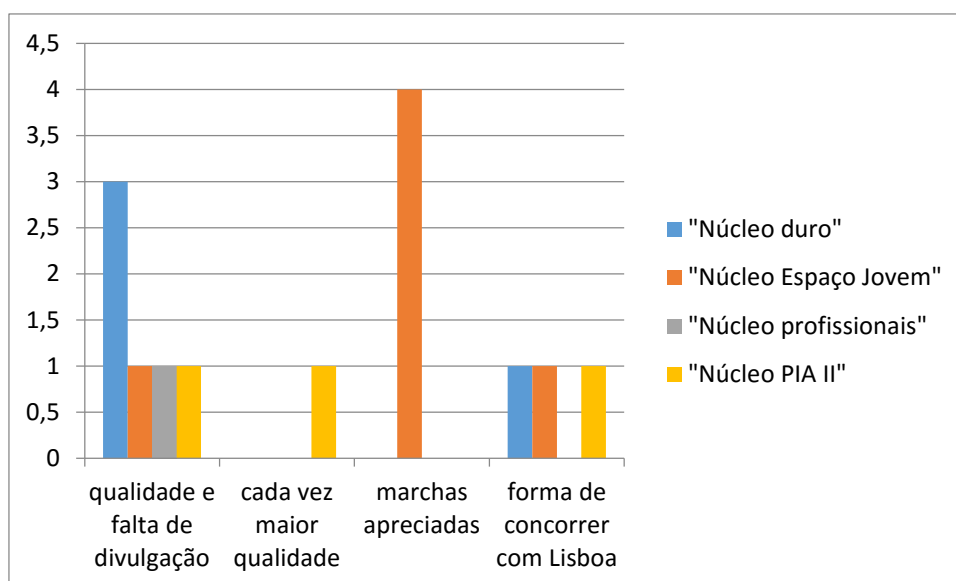


Figura 51: Imagem das marchas de Almada, por "núcleos de marchantes"

Interessante também é verificar que o grupo dos mais antigos na marcha salienta não só a qualidade das marchas de Almada (referindo que não ficam, na sua opinião, atrás das de Lisboa), como a sua tristeza pelo facto de não terem o mesmo tipo de divulgação das festas da capital do País. Junto dos mais novos a percepção que predomina é a do apreço que a população do Concelho de Almada nutre pelas marchas. No núcleo dos "profissionais" não temos informações que nos permitam chegar a grandes conclusões, enquanto no grupo do "PIA II" as opiniões são bastante divergentes entre si.

### Representações da população de Almada quanto à marcha do PIA II

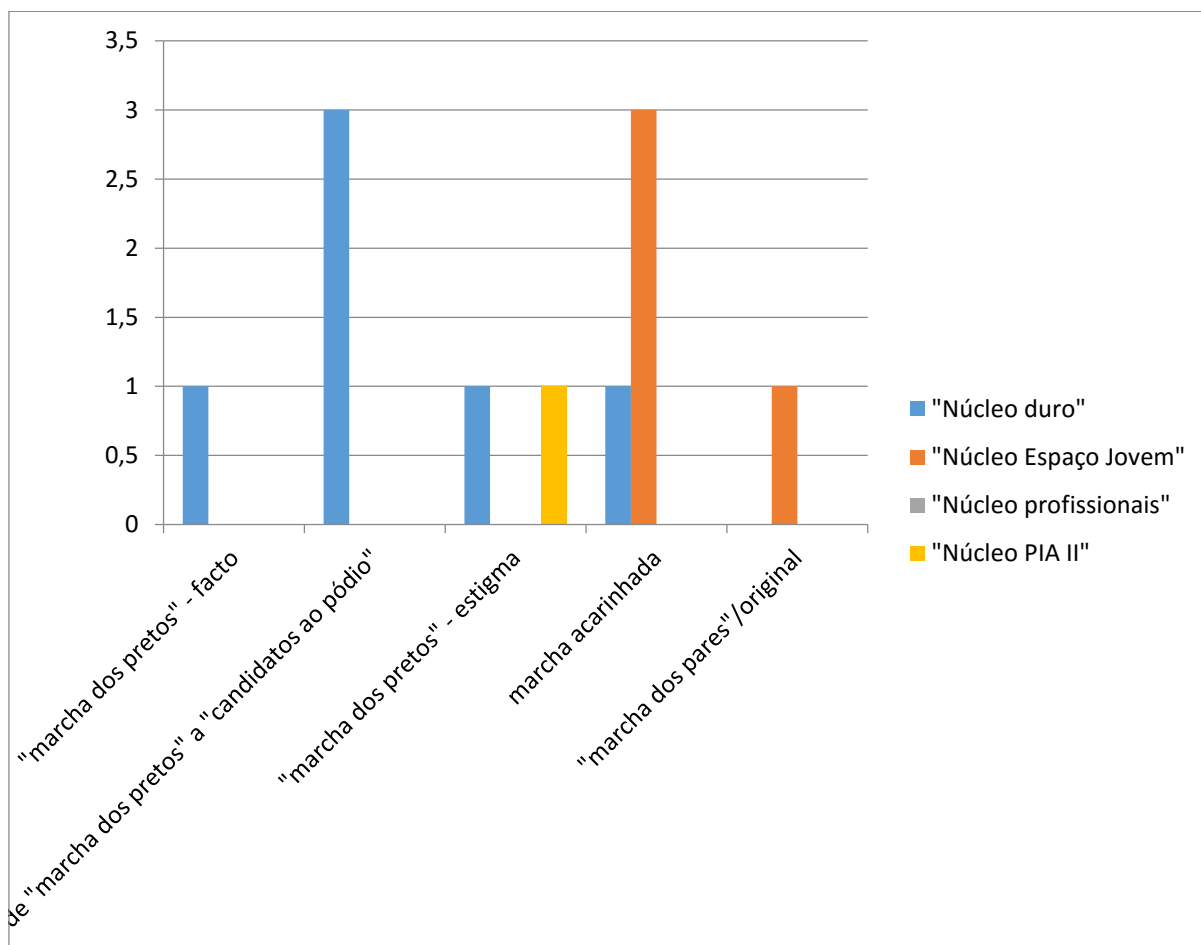


Figura 52: Perceção acerca das representações da população almadense sobre a sua marcha, por "núcleos de marchantes"

Quanto ao que os marchantes consideram ser a perceção da população de Almada quanto à sua marcha, podemos tirar conclusões acerca dos primeiros dois grupos apenas, face à escassez de respostas do terceiro e quarto grupo. Assim, o grupo dos "veteranos" salienta uma viragem importante na perceção sobre a sua marcha: de uma visão estigmatizante como "marcha dos pretos", passaram, consideram, a ser vistos como um candidato ao pódio. Isto devido, afirmam, à qualidade que conseguiram atingir mediante muitos anos de esforço. Já o grupo dos mais novos afirma sentir que a sua marcha é acarinhada (não sentindo, aparentemente, o estigma que a que os mais velhos noutros tempos vivenciaram).

### Representações das outras marchas quanto à marcha do PIA II

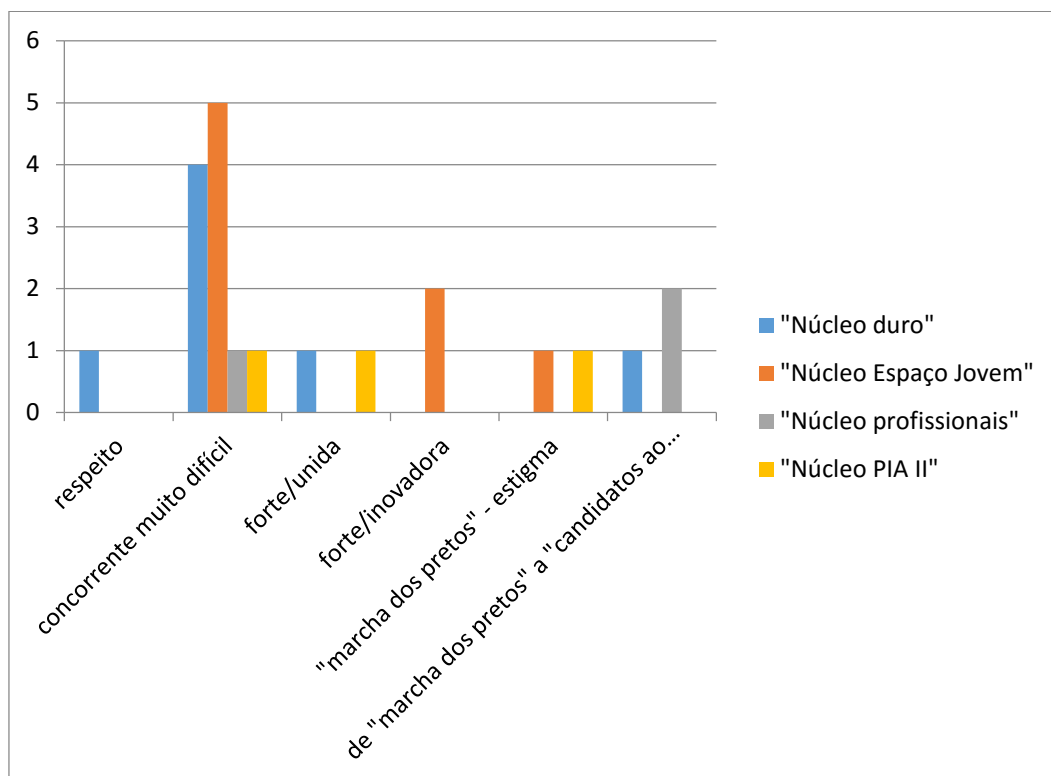


Figura 53: Percepção acerca das representações das outras marchas sobre a sua marcha, por "núcleos de marchantes"

Uma leitura semelhante verificamos neste gráfico, desta vez relativamente ao que os marchantes percebem como sendo a representação das outras marchas sobre a sua. Verificamos, mais uma vez, que entre o "núcleo duro" predomina a ideia de que são, atualmente, vistos como um concorrente muito difícil de vencer, uma marcha forte e unida e que, por isso, obtém o respeito das demais. O grupo dos mais jovens salienta o mesmo aspeto de serem uma forte concorrente, de serem fortes e inovadoras embora haja, ainda, um jovem que salienta o estigma que ainda se faz sentir – referindo que ainda são considerados "a marcha dos pretos". Já o "núcleo dos profissionais" realça a mudança positiva na visão que se tem vindo a construir, sendo hoje realçada a sua competência enquanto marcha. Já o grupo do PIA II tem, mais uma vez, as opiniões muito dispersas mas num mesmo sentido, o da força e competência reconhecida à sua marcha pelas demais (exceção feita a um elemento que salienta o estigma ainda sentido).

### Caracterização dos marchantes

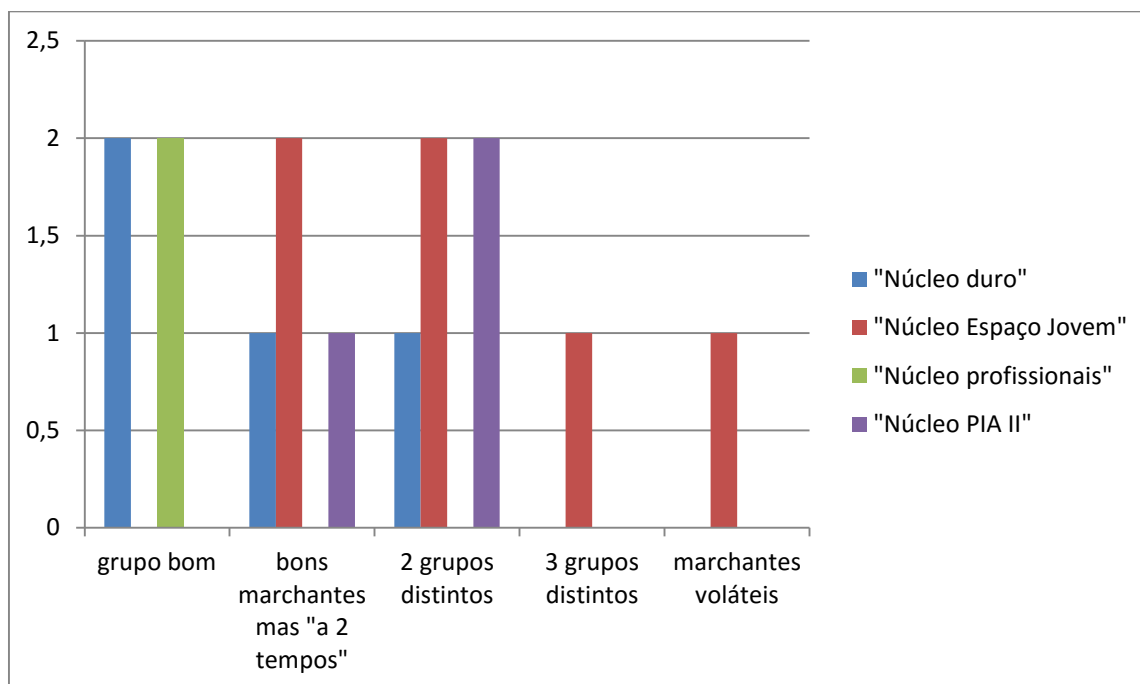


Figura 54: Caracterização dos marchantes, por "núcleos de marchantes"

Verificamos que os grupos "profissionais" e "núcleo duro" são os mais otimistas face à qualidade e empenho dos marchantes (a totalidade dos "profissionais" e metade dos "antigos" considera que este é um grupo bom), sendo que entre os mais jovens predomina a noção de que este é um grupo desigual (com subgrupos em que, de uma forma geral, estão por um lado os mais velhos como os mais empenhados e coerentes e, por outro, os mais novos como mais displicentes em relação à marcha) e ainda sendo considerado um grupo muito variável.

## 8.2.4. Relação face ao “outro significativo”

### Maiores rivalidades da marcha PIA II

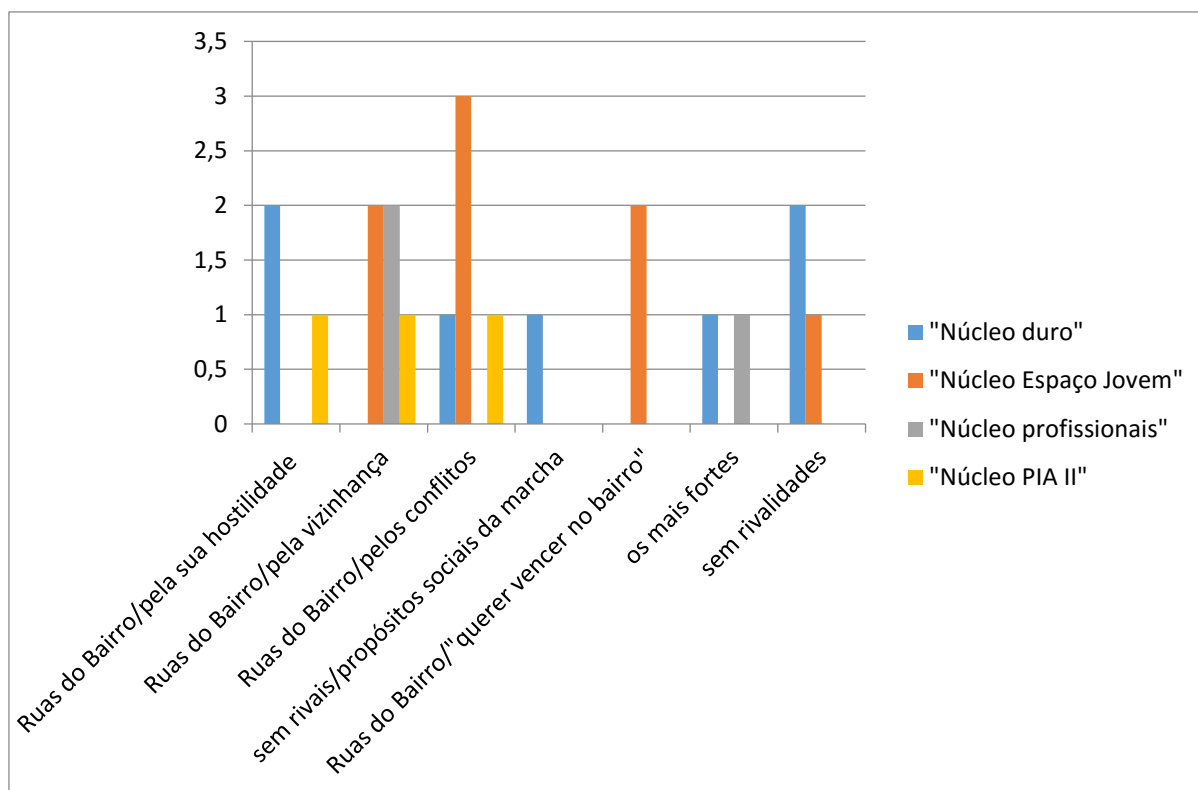


Figura 55: Percepção das maiores rivalidades da marcha, por "núcleos de marchantes"

Quanto à questão das rivalidades sentidas pelos marchantes, verificamos que a grande maioria aponta como seu maior rival a outra marcha do Bairro Amarelo – a marcha das Ruas do Bairro (ainda existente aquando da realização das entrevistas). Exceção feita, curiosamente, pelo “núcleo duro” onde, apesar de a maioria afirmar essa rivalidade como sendo a principal, temos 3 elementos (em 7) que discordam, dois por considerarem não ter rivalidades com nenhuma marcha concreta e um por considerar como rivais as marchas mais fortes, em geral. Contudo, a diferença maior revela-se face às razões apontadas para essa rivalidade com a marcha vizinha. Assim, temos o grupo dos jovens frequentadores do Espaço Jovem a afirmar que a rivalidade se baseia nos conflitos que existiram entre o ensaiador da marcha rival e a sua marcha - pelo facto de serem vizinhos, o que faz com que consigam seguir mais de perto a evolução da marcha, o que leva ao acirrar da competição – e ainda, por quererem ser os “vencedores no bairro”. Entre o “núcleo PIA II” são apontados também como causas para a rivalidade



existente os conflitos, a proximidade e as hostilidades iniciadas, afirmam, pela marcha rival. A convivência e proximidade no bairro, especialmente em época de ensaios, são também as causas apontadas pelos “profissionais” para o despoletar das “picardias” entre as duas marchas.

#### Posição pessoal face às Ruas do Bairro

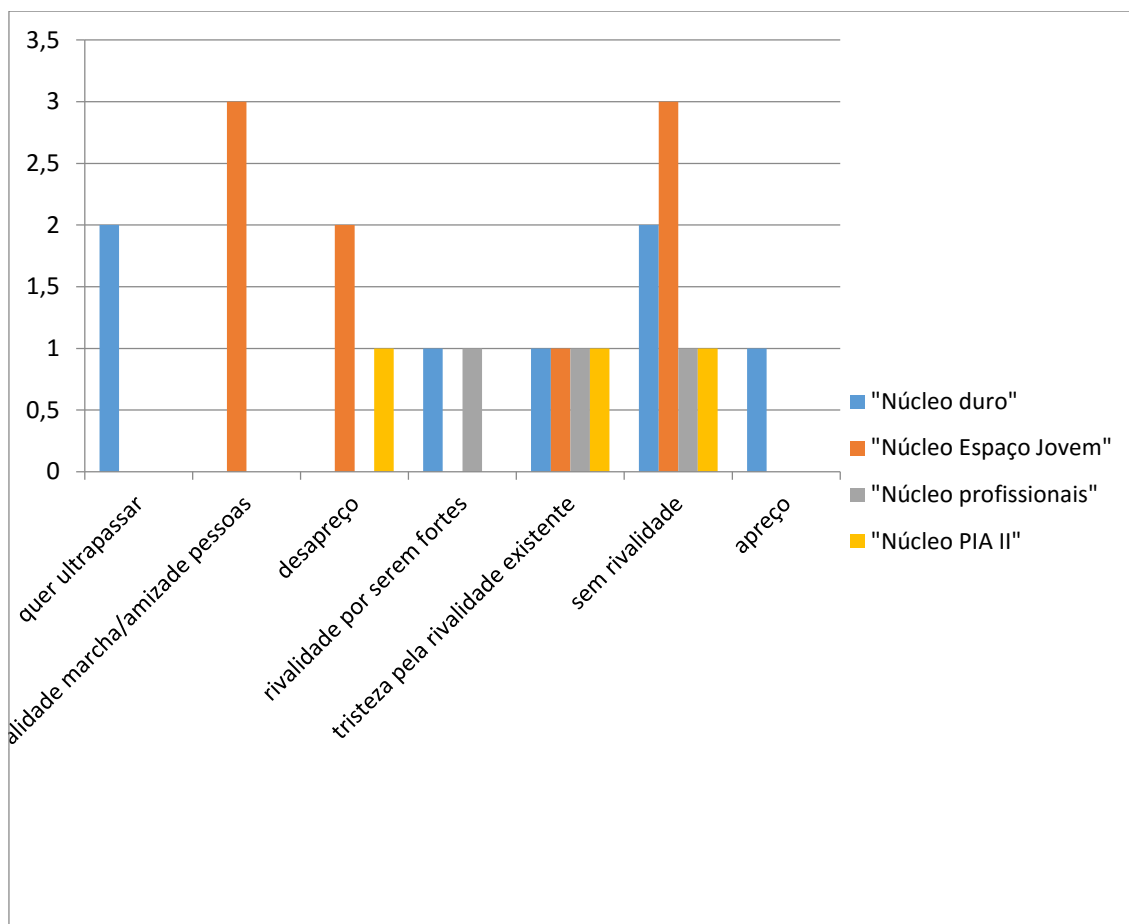


Figura 56: Posição pessoal face à marcha das Ruas do Bairro, por "núcleos de marchantes"

Quanto à sua posição pessoal face à marcha rival, verificamos que no “núcleo duro” continuam a afirmar a ausência de rivalidade ou rivalidade apenas por serem ambas marchas fortes, revelando inclusivamente apreço pela marcha vizinha, por um lado, e tristeza pela rivalidade existente por outro. Contudo, neste mesmo grupo temos dois membros que afirmam sentir pessoalmente essa rivalidade querendo, acima de tudo, ficar melhor classificado que o rival. É curioso verificar a afirmação de “tristeza pela rivalidade existente” em membros dos 4 grupos porque, consideram, são todos do mesmo bairro e deveria prevalecer a união bairrista e não o confronto e rivalidade. Entre o grupo dos jovens do Espaço Jovem verificamos a tendência para a inexistência de

rivalidade pessoal ou pelo menos não para com as pessoas (de quem são amigas), mas apenas face à “instituição”. Temos, contudo, dois membros deste grupo (à semelhança do primeiro) que manifestam mesmo desprezo e desprezo pelos membros da marcha vizinha (porque, como referem, foram eles a iniciar as hostilidades e a criar um ambiente tenso no bairro em época de marchas). Nos grupos dos “profissionais” e do “PIA II” há uma dispersão de opiniões mas, em ambos, a tendência é para a ausência de rivalidade, ou rivalidade por serem os dois fortes competidores e não por motivos de conflitos e hostilidades.

### Representações da população do bairro quanto à marcha do PIA II/Ruas do Bairro

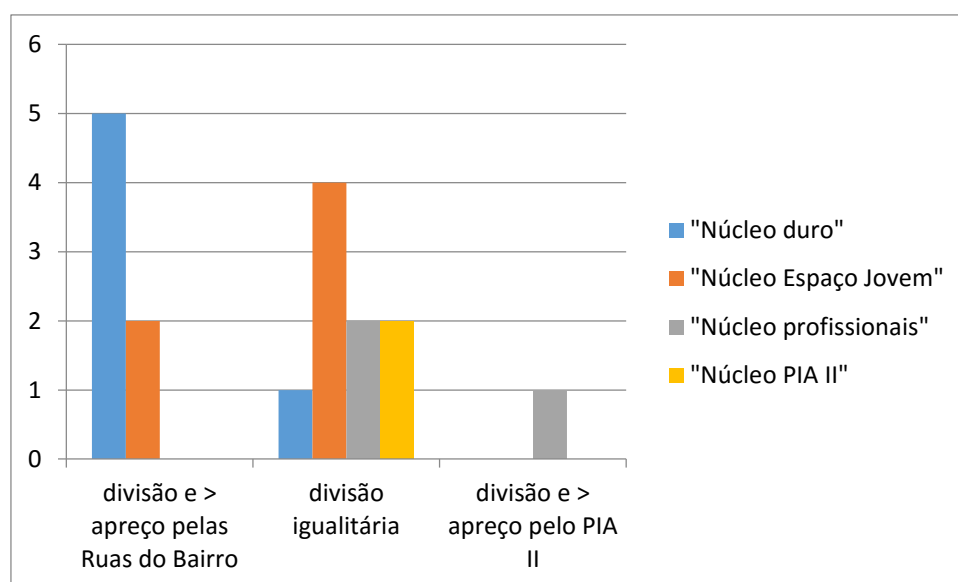


Figura 57: Percepção acerca das representações da população do bairro quanto à rivalidade das marchas do bairro, por "núcleos de marchantes"

É interessante a análise deste quadro porque nos permite verificar que é entre os membros do “núcleo duro” (que tiveram o ensaiador atual das Ruas do Bairro como seu ensaiador durante muitos anos e muitos marchantes desta marcha como colegas) que existe a percepção de que o bairro apoia mais a marcha vizinha (e não a sua, a primeira existente no bairro). Justificam esta preferência pela forma inteligente como o ensaiador e dirigente das Ruas do Bairro orientou a sua ação (com a criação, por exemplo, de marchas infantis no bairro) e conseguiu congrega em torno de si grande parte dos apoios da população. Já entre os mais novos há uma percepção de divisão da população, embora com uma parte deles a identificarem uma preferência pela marcha

rival. Já entre os grupos dos “profissionais” e do “PIA II” predomina a ideia de um apoio dividido da população (com um dos “profissionais” a considerar ter, a sua marcha, alguma preferência da parte desta).



*Figura 58: Panfleto de apoio à marcha rival*

Este panfleto é representativo de uma situação que pudemos observar pela observação de terreno no ano de 2011. Verificava-se, quando existiam as duas marchas que, com efeito, a marcha das Ruas do Bairro era representada pela comunidade como sendo mais “autêntica”, fruto de um investimento endógeno, face à marcha do Centro Comunitário PIA II, mais institucional. O facto de o ensaiador ser uma pessoa do bairro e com uma forte rede de sociabilidades no mesmo, assim como por não ter apoio financeiro de nenhuma instituição, foram fatores que motivaram ainda mais a população a apoiar a sua marcha. Estas manifestações de apoio são sentidas pelos marchantes do PIA II, especialmente entre o “núcleo duro”, que sentiu a saída do ensaiador como uma traição à instituição e a eles mesmos.

### **8.3. Análise por *clusters* - “núcleos” de marchantes**

Perante o material recolhido junto dos marchantes da marcha do Centro Comunitário PIA II, e depois da análise das respostas, pareceu-nos que a melhor forma de os classificar seria em quatro grupos distintos. Estes quatro grupos dividem-se segundo o critério das pertenças a redes de sociabilidade e das motivações de entrada na marcha. Pareceu-nos que estes quatro grupos, assim constituídos, formam conjuntos mais ou menos coerentes e homogêneos. Devemos referir, contudo, que enquanto os dois primeiros grupos – “núcleo duro” e “núcleo Espaço Jovem” – formam conjuntos mais homogêneos no que diz respeito à sua orientação perante as várias temáticas abordadas nas entrevistas, relativamente ao “núcleo profissionais” e “núcleo PIA II”. Podemos, neste momento, arriscar a hipótese de que essa disparidade de posições observada reflete a disparidade de pertenças espaciais dos indivíduos (nestes dois grupos os membros de cada um apresentam origens e pertenças espaciais diversas). Isto porque, ao contrário, nos dois primeiros grupos observa-se uma grande homogeneidade nas pertenças espaciais, sendo que estas condicionam a consistência também nos outros pontos abordados nas entrevistas – sentimentos de pertença e de “fidelidade” a grupos e espaços sociais, consistência nas redes de sociabilidade e nas representações sociais, etc.

Passamos, então, à apresentação dos quatro grupos identificados.

Tabela 26: Caracterização dos grupos de marchantes, por áreas temáticas

Grupos identificados	Áreas temáticas		
	Caracterização Pessoal	Estatuto da marcha na vida/identidade pessoal	Percepção das representações sociais sobre a marcha
<b>“Núcleo duro”</b>	+ velhos, do BA, antigos na marcha (PIA)	<i>Marcha é família</i>	<i>De marcha dos pretos a candidatos ao pódio</i>
<b>“Núcleo Espaço Jovem”</b>	+ novos, do PIA, -novos marcha (PIA)	Convívio/passatempo	Marcha forte e acarinhada
<b>“Núcleo Profissionais”</b>	+ velhos, de vários locais, antigo(várias)	Posicionamentos diferentes dentro do grupo	<i>De marcha dos pretos a candidatos ao pódio</i>
<b>“Núcleo PIA II”</b>	Idade intermédia, vários locais, novos (PIA)	Posições diferentes dentro do grupo	Posicionamentos diferentes dentro do grupo

### 8.3.1 “Núcleo duro”

#### ***Bairro é casa (...) marcha é família***

Este primeiro grupo identificado, o “núcleo duro da marcha”, é constituído pelos marchantes mais velhos, que marcham há muitos anos e que moram, na sua grande maioria, no Bairro Amarelo. O único elemento que aparece como morador de fora do PIA é-o há menos de 3 meses (à altura da entrevista). Este facto vai ajudar a perceber a intensa identificação com o bairro e com a marcha que predomina neste grupo.

Podemos verificar que o primeiro grupo – o “núcleo duro da marcha” é constituído por marchantes já antigos (cerca de metade apenas desta marcha e outra metade que já passou por outras marchas). Convém ressaltar que estes que já marcharam noutras marchas fizeram-no na altura em que a marcha do PIA II deixou de ter marcha, ou seja, não trocaram de marcha de forma intencional, mas por não terem como marchar pelo PIA nesse ano.

A figura 43 permite perceber que neste grupo as motivações dividem-se entre uma “entrada natural” e devido à influência dos amigos. A “entrada natural” acontece particularmente com aqueles que se estrearam na marcha ainda como mascotes, ou

seja, a marcha fazia parte das suas vidas numa idade ainda muito precoce, cresceram a ver os ensaios das marchas, a ver os seus familiares a marcharem. Neste sentido, as marchas constituíram parte da sua socialização pelo que entrar para as mesmas como marchantes foi a consequência natural deste processo. Depois encontramos aqueles que entraram para a marcha pela influência de amigos que já lá andavam e que num curto espaço de tempo passaram a encarar a marcha já não como um espaço de convívio com os amigos, mas como uma das atividades centrais da sua vida e configuradoras do seu “eu”.

Com efeito, quando tentámos apurar da importância que as marchas têm na vida dos marchantes, num *continuum* entre o estatuto de “passatempo” e “atividade essencial na minha vida”, constatamos que existe uma razão para a manutenção de um núcleo duro na marcha – o facto da grande maioria dos indivíduos neste grupo considerar esta atividade como algo essencial nas suas vidas.

O sentimento de pertença do núcleo duro da marcha permanece espelhado na figura 45, onde se verifica que consideram-na como “família”, como um “nós” do qual fazem parte. Por isso, talvez a maioria dos membros do “núcleo duro” considera que a sua marcha tem uma identidade muito própria, um espírito de grupo único (muito alegre e unida), salientando os restantes membros a sua força de vontade e inovação.

Entre o “núcleo duro” da marcha verificamos que quatro têm grande parte dos amigos na marcha (e amigos de há duas décadas) e três referem ter alguns amigos, o que acaba por solidificar as pertenças e o sentimento de um “nós”.

Interessante também é o verificar que o grupo dos mais antigos na marcha salienta não só a qualidade das marchas de Almada (referindo que não ficam, na sua opinião, atrás das de Lisboa), como a tristeza que revelam pelo facto de não terem o mesmo tipo de divulgação das festas da capital do País.

Quando questionados acerca das representações que consideram haver na população almadense seguidora das marchas sobre a sua marcha, o grupo dos “veteranos” salienta uma viragem importante na perceção da população: de uma visão estigmatizante como “marcha dos pretos”, passaram, consideram, a ser vistos como um candidato ao pódio. Isto devido, afirmam, à qualidade que conseguiram atingir mediante muitos anos de esforço. Este sentimento de realização e de “dever cumprido” espelha-se em muitas declarações destes marchantes e fá-los sentir ainda mais esta

marcha como um “produto” do seu esforço coletivo – conseguiram, em conjunto e com muitos anos de trabalho, modificar as representações acerca da sua marcha.

Relativamente ao que os marchantes percebem como sendo a representação das outras marchas sobre a sua verificamos, mais uma vez, que entre o “núcleo duro” predomina a ideia de que são, hoje, vistos como um concorrente muito difícil de vencer, uma marcha forte e unida e que, por isso, obtém o respeito das demais.

Quanto à questão das rivalidades sentidas pelos marchantes, verificamos que a grande maioria aponta como seu maior rival a outra marcha do Bairro Amarelo – a marcha das Ruas do Bairro. Exceção feita, curiosamente, do “núcleo duro” onde, apesar de a maioria afirmar essa rivalidade como sendo a principal, temos 3 elementos (em 7) que discordam, dois por considerarem não ter rivalidades com nenhuma marcha concreta e um por considerar como rivais as marchas mais fortes, em geral.

Quanto à sua posição pessoal face à marcha rival, verificamos que no “núcleo duro” continuam a afirmar a ausência de rivalidade ou rivalidade apenas por serem ambas marchas fortes e até apreço pela marcha vizinha – como salientámos anteriormente – sendo este sentimento referido por um membro, e tristeza pela rivalidade existente por outro. Contudo, neste mesmo grupo temos dois membros que afirmam sentir pessoalmente essa rivalidade querendo, acima de tudo, ficar melhor classificado que o rival. É curioso verificar a afirmação de “tristeza pela rivalidade existente” em membros dos 4 grupos porque, consideram, são todos do mesmo bairro e deviam unir-se em vez de se confrontarem.

É interessante a análise da figura 58 porque nos permite verificar que é entre os membros do “núcleo duro” (que tiveram o ensaiador atual das Ruas do Bairro como seu ensaiador durante muitos anos e muitos marchantes desta marcha como colegas) que existe a percepção de que o bairro apoia mais a marcha vizinha (e não a sua, a primeira existente no bairro).

Face ao questionamento sobre o porquê da adesão dos jovens a uma manifestação da cultura popular portuguesa não típica ou característica do espaço social vivido (bairro social multicultural, pautado por uma forte presença da cultura africana e repleto de manifestações culturais urbanas típicas da modernidade como, por exemplo, o *hip-hop*), as justificações são variadas. Para o “núcleo duro” das marchas a justificação

está no espírito de grupo, de união e pela alegria e festa que se vive no grupo, tal como pelo convívio com os amigos que o evento proporciona.

Quando confrontados com questões acerca da importância do bairro nas suas vidas, verificamos um sentimento de pertença e de identificação muito forte com o espaço social por parte do “núcleo duro” (daí, pensamos, a sua consistência ao longo dos anos na atividade). Por isso, também, a congruência do primeiro grupo também na questão de quem representam através da marcha. Referem, de facto, representar o “seu bairro”, os seus “muitos e bons” aspetos que tendem a ser abafados por uma imagem externa estigmatizante dominante.

Quando questionados sobre a importância da marcha no contexto do bairro, mais uma vez verificamos que o “núcleo duro” da marcha considera-a um elemento importante e que, por isso, ajuda à integração no mesmo. Contudo, mesmo neste grupo mais de metade dos elementos considera que não ajuda (ou deixou de ajudar) à integração no bairro, em virtude da reduzida intensidade com que a população vive a manifestação cultural e também pelo facto de existirem duas marchas no bairro, o que levou à desunião e divisão dos apoios pela população.

Quanto à caracterização dos marchantes, verificamos que este núcleo, juntamente com os “profissionais” são os mais otimistas face à qualidade e empenho dos marchantes (a totalidade dos “profissionais” e metade dos “antigos” considera ser este um grupo bom).

Para finalizar, este grupo é aquele para o qual, podemos afirmar com alguma segurança, a marcha desempenha a função de marcador identitário, de facto.

### **8.3.2. “Núcleo Espaço Jovem”**

Este é o grupo dos frequentadores do Espaço Jovem (instituição da Santa Casa da Misericórdia de Almada destinada aos jovens dos 12 aos 18 anos do Plano Integrado de Almada mas que é frequentado também por jovens adultos já fora dessa faixa etária, como salientámos anteriormente), claramente o grupo dos “mais novos” da marcha. Este núcleo agrega a grande maioria dos novos marchantes já que são, na sua quase totalidade, jovens que marcham há menos de 3 anos.



A quase totalidade destes jovens é moradora do PIA (o elemento que não o é era até há poucos meses), mas não do Bairro Amarelo (apenas uma jovem é moradora neste) – situação esta que irá ajudar a perceber a sua presença e identificação parcial com o Bairro Amarelo.

Quando questionados acerca das razões que os levaram a participar na marcha, as respostas dividem-se entre a “influência dos amigos” e a influência do Espaço Jovem. Para a grande maioria destes jovens a atividade é vista como um passatempo (facilmente substituível por outro), ou seja, não apresenta para eles o estatuto de marcador identitário, longe disso.

Quanto às razões que os levam a afirmar uma fidelidade a esta marcha específica, podemos ver que predomina um sentimento de segurança e à-vontade na marcha e falta de disponibilidade para se readaptar a um outro grupo (6 em 9 membros), juntamente com um pequeno grupo que sente maior pertença e ligação afetiva à mesma (3 membros em 9).

Quando levados a definir a sua marcha, os jovens frequentadores do Espaço Jovem as visões da marcha dividem-se: uma grande parte partilha da opinião dos “mais velhos” (grupo com espírito de grupo e união muito próprio), enquanto outros salientam a força da marcha, os subgrupos existentes na mesma e, ainda, a interculturalidade que representa.

Quando se trata de perceber o papel desempenhado pelas redes de sociabilidade para a participação na atividade, observa-se a importância que tem para estes marchantes o facto de terem amigos na marcha, pela quantidade esmagadora que afirma ter amigos (alguns ou mesmo a grande parte) na mesma. Isto verifica-se para todos os grupos, com particular relevância para o grupo do Espaço Jovem, o que vai ao encontro da segunda principal motivação revelada por este grupo para aderir à marcha – “os amigos” precisamente. A maioria dos jovens neste grupo refere ter, com efeito, a grande parte dos amigos na sua marcha.

Quando questionados sobre a sua perceção acerca das representações sociais referentes às marchas, junto dos mais novos a perceção que predomina é do apreço que a população do Concelho de Almada nutre pelas marchas em geral e de que a sua marcha é acarinhada (não sentindo, aparentemente, o estigma que é sentido pelos mais velhos noutros tempos).

Quanto à percepção que têm das representações das marchas concorrentes sobre a sua, o grupo dos mais jovens salienta o mesmo aspeto de serem uma forte concorrente, fortes e inovadoras embora haja, ainda, um jovem que salienta o estigma que ainda se sente – por sentir que são considerados “a marcha dos pretos”.

Quando o tema é o dos maiores rivais (o “outro significativo” face ao qual o “nós” aparece e adquire consistência, segundo Agier) temos o grupo dos jovens frequentadores do Espaço Jovem a afirmar que a rivalidade com as Ruas do Bairro é a mais significativa e que se baseia nos conflitos que existiram entre o ensaiador da marcha rival e a sua marcha, pelo facto de serem vizinhos, o que faz com que consigam seguir de mais de perto a evolução da marcha o que leva ao acirrar da competição e, ainda por quererem ser os “vencedores no bairro”. Novamente, é curioso verificar a afirmação de “tristeza pela rivalidade existente” em membros dos 4 grupos porque, consideram, são todos do mesmo bairro e deviam unir-se em vez de se confrontarem. Entre o grupo dos jovens do Espaço Jovem verificamos a tendência para a inexistência de rivalidade pessoal ou pelo menos não para com as pessoas (de quem são amigas), mas apenas face à “instituição”. Temos, contudo, dois membros deste grupo (à semelhança do primeiro) que manifestam mesmo desprezo e desprezo pelos membros da marcha vizinha (porque, como referem, foram eles a iniciar as hostilidades e a criar um ambiente tenso no bairro em época de marchas).

Quando a questão é a da postura da população do bairro face às duas marchas existentes no mesmo, entre os mais novos há uma percepção de divisão da população, embora uma parte deles identifique que existe uma preferência pela marcha rival.

Face à aparente incompreensão do porquê da participação destes jovens com experiências culturais e vivências tão distintas da cultura popular portuguesa representada pelas marchas, os jovens frequentadores do Espaço Jovem referem que a explicação se encontra na oportunidade de convívio com os amigos mas, fundamentalmente, no papel muito importante desempenhado, nas suas vidas, pelo Espaço Jovem (da Santa Casa da Misericórdia de Almada), personalizado na pessoa de um dos seus monitores - jovem do bairro com um papel de referência junto destes jovens.

Relativamente ao sentimento de pertença e de identificação com o Bairro Amarelo, verifica-se que entre o “núcleo Espaço Jovem” a sua vivência no bairro se dá

sobretudo em torno desta instituição e de todas as atividades e redes de sociabilidade desta decorrentes. Contudo, quando questionados sobre quem representam quando estão a marchar, referem, de facto, representar o “seu bairro”, os seus “muitos e bons” aspetos que tendem a ser abafados por uma imagem externa estigmatizante dominante, com alguns dentre estes a salientarem que representam a instituição e os seus utentes (entre os quais eles são dos mais ativos).

Face à questão de “levar a marcha a uma maior integração do bairro”, a maioria dos jovens considera que não ajuda à integração no bairro, em virtude da reduzida intensidade com que a população vive a manifestação cultural.

Finalmente, quanto à caracterização dos marchantes do PIA II, verifica-se que é entre os mais jovens que predomina a noção de que este é um grupo desigual (com subgrupos em que, de uma forma geral, estão por um lado os mais velhos como os mais empenhados e coerentes e, por outro, os mais novos como mais displicentes em relação à marcha) e com um comportamento muito variável.

### **8.3.3. “Núcleo profissionais”**

Este é o grupo constituído por marchantes claramente mais velhos – à semelhança do “núcleo duro” da marcha – sendo, precisamente, aqueles que marcham há muitos anos. A principal diferença em termos de caracterização pessoal deste núcleo face ao primeiro é que entre o grupo dos “profissionais” encontram-se essencialmente elementos externos à zona do PIA (à exceção de uma marchante que vive no PIA mas há muito pouco tempo), o que se refletirá nas suas pertenças variadas.

Este grupo é, assim, constituído por antigos marchantes, provenientes de diversas marchas, daí a sua designação de “profissionais”, por serem um grupo de pessoas que acima de tudo gostam de marchar, independentemente da marcha em que o fazem.

As motivações deste grupo para marcharem são, assim, muito díspares. Junto dos “profissionais” a marcha é considerada como um passatempo por dois elementos e como atividade essencial – marcador identitário – pelo elemento restante.

Nos “profissionais” existe uma relação de relativa distância face à marcha do PIA II, o que talvez se perceba pelo facto de todos terem vindo de marchas diferentes e serem recentes como marchantes no PIA II. Quando questionados sobre o que

caracteriza a marcha salientam, contudo, o espírito do grupo como único, tal como o primeiro grupo.

Quanto às amizades no grupo dos “profissionais” estas têm um peso muito variável.

Já quanto à representação que têm da importância das marchas de Almada no concelho, não temos, para este grupo, informações que nos permitam chegar a grandes conclusões, situação que se repete quanto à sua perceção sobre a representação da população almadense sobre a marcha do PIA II. Já no que diz respeito à representação das outras marchas acerca do PIA II (das quais tiveram experiência como participantes) realçam a mudança positiva na visão que se tem da marcha, sendo hoje realçada a sua competência enquanto marcha.

Relativamente à relação com a marcha vizinha, apontam a convivência e proximidade no bairro, especialmente em época de ensaios, como a causa do despoletar das “picardias” entre as duas marchas. Contudo, pessoalmente tendem para a ausência de rivalidade, ou rivalidade por serem os dois fortes competidores e não por motivos de conflitos e hostilidades (provavelmente porque o seu sentimento de pertença ao PIA II não é forte e, logo, as rivalidades não são sentidas pessoalmente).

Quanto à sua perceção acerca da postura da população do bairro face às duas marchas, predomina a ideia de um apoio dividido da população (com um dos “profissionais” a considerar ter, a sua marcha, alguma preferência da parte desta).

Relativamente aos motivos que levam estes jovens a aderir a uma atividade tão longe das suas referências culturais dominantes, este grupo não apresenta uma padronização nas respostas.

No “núcleo profissionais”, como seria de prever, predominam pertenças variadas, tanto ao espaço do bairro como aos seus locais de origem/de habitação. No entanto, afirmam que quando marcham estão a representar o Bairro Amarelo na sua positividade.

É curioso verificar que neste núcleo dos profissionais impera significativamente a noção de integração através da marcha – muito provavelmente porque é a época do ano em que mais frequentam o Bairro Amarelo e por ser esta a única forma, marchando pelo bairro, que se tornam conhecidos para a população do mesmo.

Verificamos que este grupo – juntamente com o “núcleo duro” – são os mais otimistas face à qualidade e empenho dos marchantes (a totalidade dos “profissionais” considera ser este um grupo bom), o que é significativo porque são os dois grupos com maior experiência de marcha.

#### **8.3.4. “Núcleo PIA II”**

No “núcleo PIA II” temos também elementos acima dos 20 anos de idade (estão numa faixa etária intermédia: mais novos que o “núcleo duro” e “profissionais” e mais velhos que o “núcleo Espaço Jovem”) e encontramos elementos nas 3 situações residenciais (do Bairro Amarelo, do PIA e de fora deste), o que poderá ajudar a perceber seguidamente a disparidade de pertenças e representações sobre o bairro e a marcha. Ainda no que diz respeito à caracterização pessoal dos marchantes, o “núcleo PIA II” é constituído, à semelhança do 2º núcleo, por novos marchantes (menos de 3 anos de experiência de marcha).

Quanto às motivações para adesão à marcha neste grupo verifica-se a grande importância da “pressão institucional” (são trabalhadoras da instituição que organiza a marcha) e dos amigos. Talvez por causa destas motivações se observe que predomina, nestes marchantes, uma noção da atividade como passatempo. No mesmo sentido, observamos que o que os leva a manter a fidelidade a esta marcha é o sentimento de conforto e segurança na marcha por dois dos elementos (a falta de vontade de adaptação a um novo grupo) e até um maior distanciamento pelo restante elemento.

Quando se trata de caracterizar a sua marcha, o núcleo do PIA II salienta o forte papel da instituição na marcha, que consideram dar à marcha força e identidade – o que talvez se perceba pela sua pertença oficial à instituição.

Quanto às sociabilidades, no “núcleo PIA II” também afirmam ter uma grande parte ou pelo menos alguns amigos na marcha.

Quanto à perceção sobre a importância e imagem das marchas de Almada, no grupo do “PIA II” as opiniões são bastante divergentes. O mesmo acontece para a perceção quanto às representações existentes na população almadense e nas outras marchas quanto à marcha do PIA II sendo estas, contudo, num mesmo sentido, o da

força e competência reconhecida à sua marcha pelas demais (exceção feita a um elemento que salienta o estigma ainda sentido).

Entre o “núcleo PIA II” são apontados os conflitos, a proximidade e as hostilidades iniciadas, afirmam, pela marcha rival como sendo as causas da rivalidade existente com a marcha Ruas do Bairro. Ai nível individual, contudo (o que vai na linha do seu fraco investimento identitário na marcha) há uma dispersão de opiniões, embora tendencialmente se verifique a ausência de rivalidade, ou rivalidade por serem os dois fortes competidores e não por motivos de conflitos e hostilidades.

Já no que diz respeito à sua percepção quanto à posição da população do bairro face às duas marchas, predomina a ideia de que existe um apoio dividido da população.

Face à questão de “porque aderem jovens com cultura e vivências tão diferentes da marcha à mesma?”, as opiniões neste grupo não apresentam uniformidade entre si.

Curiosa é a posição do grupo no que diz respeito ao sentimento de pertença face ao bairro, já que se verifica uma tendência para a ambiguidade: entre a defesa do bairro, que reflete a identificação com o mesmo, e a “demarcação simbólica” face ao que é objeto de estigma neste. Quanto à questão de “quem se sentem a representar quando marcham” entre os elementos do grupo “PIA II”, como seria talvez de esperar devido à sua relação laboral com a instituição, predomina a noção de representação da mesma.

É igualmente curioso que seja no núcleo do “PIA II” (juntamente com o dos “profissionais” como vimos) que mais impera a noção de integração através da marcha, o que talvez se explique pela sua fraca integração no bairro, pelo que em época de marchas por estarem mais tempo e conviverem mais no mesmo esta integração aumente.

Por fim, quando lhes foi pedido para caracterizar os marchantes do PIA II, este núcleo do PIA II apontou a ideia de uma divisão entre marchantes, com posturas e investimentos diferentes na marcha (mais velhos responsáveis, empenhados e com “amor à camisola”, por um lado e mais novos, irresponsáveis e interessados na marcha apenas como espaço de convívio e brincadeira, por outro).

#### 8.4. Considerações finais acerca da mediação orientada para a institucionalização

Pudemos verificar, pela análise destes dois grupos de jovens entrevistados, como as suas dinâmicas de vida, a definição das suas estratégias e a sua construção identitária é largamente condicionada pelas representações sociais dominantes que lhes chegam através da mediação feita pelas instituições sociais – Espaço Jovem (do Projeto Geração Cool) nuns casos e Centro Comunitário PIA II, noutros.

As associações juvenis em Portugal, particularmente aquelas que têm como destinatários os “jovens em risco” de “bairros problemáticos” têm procurado cumprir com dois objetivos: expressar a identidade cultural do grupo e ajudá-lo na integração social da comunidade, nomeadamente um lugar no espaço público, ou seja, ter uma voz que seja ouvida e reconhecida pela sociedade dominante.

Estes jovens, orientados em grande parte nesse desígnio pelas instituições sociais, procuram, no fundo, *corrigir a hetero-imagem negativa* (Gros, 1994) parcialmente aceite, desviando o estigma para outros agentes endógenos de modo a assimilar-se, pessoalmente, a um estatuto socialmente valorizado.

Esta estratégia é seguida pelos indivíduos que não conseguem superar o estigma de que são alvo, que sofrem com a discriminação a que são sujeitos e que tomam, então, como sua, a solução de desviar esses atributos negativos para outros moradores, distinguir-se deles e ganhar, com isso, legitimidade social. A forma destes jovens o fazerem é dissociarem-se dos jovens com práticas contranormativas do bairro, associar-se aos jovens “bons” e às boas práticas, dando bons exemplos: com as atividades que fazem no Espaço Jovem, com os CD’s de *hip-hop* com uma “boa mensagem” que fazem, com os bons exemplos que transmitem no teatro, com as festas e ações de solidariedade que fazem em prol da comunidade e, por fim, representando o bairro (o “lado bom do bairro”, como afirmam) numa prática tão valorizada socialmente e tão tipicamente portuguesa como são as marchas populares.

## 9. MEDIAÇÃO ORIENTADA PARA A APROPRIAÇÃO - JOVENS *RAPPERS* DO PLANO INTEGRADO DE ALMADA

### **Apresentação do universo e construção da amostra**

Quando começámos a observação no Bairro Amarelo, cedo nos apercebemos que a divisão entre o Bairro Amarelo e os demais bairros do Plano Integrado de Almada não era nítida, especialmente para os mais jovens. Com efeito, para os jovens do PIA é esta unidade espacial que faz sentido, mais do que o bairro específico em que se inserem. Uma prova disso é a forma como se referem ao “bairro” como a todos os bairros da zona. As distinções entre os diversos bairros – Amarelo, Branco, Rosa – aparece quando, em pequenas disputas e “picardias”, se pretende afirmar a superioridade de um ou outro bairro face aos demais.

Assim, também no que se refere ao *hip-hop* da zona se verifica este fenómeno. O grande coletivo da zona – *crew* Monte Kapta – envolve jovens de todos os bairros. Embora depois haja pequenas *crews* formadas por bairro – *Mafia Clica* no Bairro Amarelo, *Dominus Familia* no Bairro Rosa, por exemplo – a grande maioria dos *rappers* faz músicas em parceria com os jovens do seu bairro e dos outros de forma indiferenciada. Todos se designam, com efeito, como “*rappers* do Monte Kapta”.

Daí a nossa decisão de criarmos uma estratificação dos *rappers* (com intenção de seleccionar os jovens a entrevistar) baseada, num primeiro momento, nas diversas zonas onde vivem, não nos cingindo apenas aos jovens que vivem no Bairro Amarelo. Considerámos, assim, não só os jovens deste bairro como dos bairros adjacentes, tal como, ainda, os jovens que pertenceram ao PIA mas que já saíram, rumo a Lisboa. Pareceu-nos pertinente alargar a pesquisa a estes jovens que já não se encontram na zona uma vez que a pesquisa de terreno e as entrevistas entretanto efetuadas a jovens da zona, nos permitiram perceber que os jovens que já tinham saído continuavam a ser parte da “família”, continuavam a cantar com jovens do bairro e, mais importante, a definir-se como *rappers* do Monte Kapta. Assim, pareceu-nos importante incluí-los na amostra.

A nossa amostra levou ainda em consideração o fator idade, que foi aparecendo também como um aspeto importante nas primeiras incursões no terreno. Cedo nos



apercebemos, de facto, que havia três gerações distintas entre os *rappers* da zona: uma primeira, a que iniciou a atividade na zona e que compreende os jovens adultos entre os 28 e os 33 anos, sensivelmente. Uma segunda geração que surgiu a seguir, motivada pela atividade destes primeiros *rappers* da zona, e que corresponde aos jovens entre os 23 e os 26 anos. Por fim uma nova geração de *rappers* (ainda numa fase muito inicial e sem muito trabalho ainda realizado) que vai surgindo agora, que a grande maioria tem menos do que 20 anos de idade.

Por fim a distinção entre sexos, faz-nos perceber que o *hip-hop*, na sua vertente *rap* nomeadamente, é uma atividade claramente masculinizada. Este fator é muito visível nos *rappers* da zona já que com experiência no *rap* e com uma produção musical já consolidada temos apenas uma rapariga (de um bairro que não o amarelo). Temos depois nos “jovens candidatos a *rappers*” uma maior representação feminina, com 4 raparigas num grupo de rap que surge agora entre os mais jovens.

Sendo que o universo de *rappers* da zona (incluindo os que já não vivem na mesma e os que não se encontram em atividade no momento, pelas mais variadas razões) chega aos 40 *rappers*, pretendemos, com esta amostra estratificada de 11 entrevistas (cada um destes 11 indivíduos representa um tipo-ideal possível de encontrar no terreno), perfazer uma amostra de 25% do total.

Assim, construímos a seguinte grelha:

Tabela 27: Amostra de *rappers*

	Zona de residência atual								
	Bairro Amarelo			Resto do PIA			Lisboa/Estrangeiro		
	Faixa etária			Faixa etária			Faixa etária		
Sexo	-20	23-26	28-33	-20	23-26	28-33	-20	23-26	28-33
M	√	√	√	√	√	√	-	√	√
F	√	-	-	√	√	-	-	-	-

Como vimos nos subcapítulos anteriores, segundo Machado Pais (2009) a cidadania é tradicionalmente vista como algo universal (ideia de republicanismo francês: todos iguais, a todos os mesmos direitos). Contrariamente, hoje os grupos (nomeadamente os jovens) procuram ser reconhecidos na sua diferença e pela sua

diferença. Assim, cidadania, hoje, tem de estar ligada ao reconhecimento das diferenças, das diferentes identidades, sejam elas individuais ou grupais.

Vimos que os movimentos juvenis da atualidade são cada vez mais de expressão cultural (e não política, por exemplo). E ainda que o seu sentimento de pertença tem cada vez mais a ver com movimentos do âmbito criativo, cultural, intimista.

Os jovens e a necessidade de reinventar as quadraturas, os sistemas já estabelecidos e que lhes são impostos são aspetos constantes. Um exemplo disso é a sua relação com as ruas da cidade. Desde os *skaters*, aos *tunnings*, aos *rappers*, todos estes grupos sociais dão novos usos às ruas das cidades, reinventando-as e transformando-as, de alguma forma, noutra coisa. Nesse movimento *bottom-up* estão, de alguma forma, a ganhar e a mostrar o seu "poder", contrariamente ao resto das suas vidas e atividades em que são sempre sujeitos ao já estabelecido e que lhes é imposto. E essas novas utilizações dos espaços urbanos, essas novas formas de conceber e viver o mundo tomam muitas vezes um carácter translocal e global, criando-se comunidades translocais, extremamente importantes em termos da configuração das identidades e práticas juvenis.

Segundo vários autores (Pais, 2005; Blackman e France, 2001), as margens podem produzir resistência, criatividade e formas novas de cidadania cultural (contra os limites impostos pela cidadania tradicional e os modelos sociais e culturais dominantes). Mas podem, estas mesmas culturas juvenis, ser absorvidas pelo sistema dominante (transformando-se em moda) ou ser mesmo uma forma de alienação social, sem qualquer significado construtivo e significativo para os seus "adeptos".

Os jovens, segundo Machado Pais (2009), estão a rejeitar o modelo de cidadania, a educação para a cidadania rígida que eles sentem como uma imposição do sistema. Assim, optam por "participar" na vida pública, por ser cidadãos fora dos parâmetros que a sociedade lhes quer impor: através de práticas, de "performatividades" diferentes e de domínios menos controlados pelo sistema social: o lúdico, o lazer, o cultural. O autor fala, assim, de "culturas performativas" que são incompreendidas e desprezadas pelo *status quo* e mesmo pelas ciências sociais, e que não são tomadas em conta quando se trata de planear as políticas de juventude.

Identificámos como características importantes do capitalismo avançado a emergência de novos movimentos e autores da participação juvenil (Cultura D.I.Y. – do it yourself), nas quais se enquadra claramente o fenómeno do *hip-hop*.

Trata-se de efervescências (contra)culturais da juventude que surgem no século XX, com a ideia de que as culturas jovens podem, autonomamente, fazer, criar e conquistar o seu espaço na sociedade. Exemplos: *hippies*, *punks* e, hoje, *hip-hop*.

A resistência cultural para Stephen Duncombe (editor do Cultural Resistance Reader, 2002) é um espaço livre para desenvolver ideais próprios (diferentes da cultura dominante) e colocá-los em prática, construindo-se desta forma comunidade e solidariedade. Pode constituir um degrau para o associativismo político e pode mesmo constituir resistência política em si – atos de resistência. Pode, contrariamente, ser uma forma de escape da política, em que se canaliza o descontentamento para a atividade cultural e não para a resistência política. É neste último sentido que enquadrámos os *rappers* do PIA, de facto.

Como é que a cultura *hip-hop* expressa a sua visão política? De várias formas:

- 1 - o seu conteúdo explícito (as letras do *hip-hop*);
- 2- a sua forma (através de uma linguagem informal e ritmada);
- 3- a forma como a cultura é interpretada (a forma como as pessoas se vestem num movimento cultural como as *jeans* largas e descaídas no *hip-hop*);
- 4- a sua atividade: a forma como a cultura é produzida (ex.: as festas ilegais ou semilegais dos *rappers*).

Um dos primeiros autores a falar na "resistência cultural" foi Walter Benjamin (em "O autor como produtor", 2006). Este autor argumenta que o conteúdo não é o fundamental na resistência cultural, até porque este pode começar por ser alternativo mas ser rapidamente absorvido pelo *mainstream* e tornar-se comercial e desvirtuado da sua mensagem original. Assim, o que mais interessa perceber são as condições em que a produção cultural é produzida (para percebermos o seu impacto político).

Pais fala, assim, das "culturas performativas" que resultam em "ilhas de dissidência", das quais o *hip-hop* é um exemplo claro. Nestas, o autor afirma que se dá, na modernidade, a inversão do seguinte esquema: estruturas sociais/agentes de socialização → culturas juvenis → expressividades/performances quotidianas. Temos,

portanto, uma cultura que nasce da rua, pelas performances quotidianas e estrutura as culturas juvenis dos jovens *hip-hoppers*. Esta forma de estar e ser passa assim a configurar-se como um novo agente de socialização nos “bairros problemáticos”. De realçar esse alcance mais geral porque, com efeito, esta cultura não é uma característica apenas da zona do PIA, mas sim uma cultura com influências variadas – nascida nos EUA e globalizada pelo mundo e em que, no caso português, se entrelaça com a “africanidade”.

A cultura *hip-hop* é, assim, uma cultura formada em “rede” (Agier, 1996), já que é determinada largamente pelas relações estabelecidas entre jovens de vários bairros da zona, numa primeira instância, chegando inclusivamente a relações com jovens de vários países.

Podemos, de facto, falar em “circuito do *hip-hop*”, com base no conceito de “circuito” de Magnani (2002), que dá conta de uma movimentação entre espaços (pedaços ou manchas), que configuram uma escolha deliberada, em função de estilos de vida, atividades ou sociabilidades que se querem manter. Com efeito, podemos verificar pela observação participante efetuada junto dos rappers da zona, como a sua rede de sociabilidades e de intercâmbio cultural não se limita às fronteiras do bairro nem do PIA. Esses circuitos têm vários níveis. Num nível mais imediato a movimentação é feita entre os vários bairros do PIA, num segundo nível entre bairros da Margem Sul do Tejo e num terceiro nível entre bairros da Área Metropolitana de Lisboa. Embora com menor relevância existem também interações entre os jovens *rappers* do PIA com rappers de bairros de todo o país e, em alguns casos, inclusivamente com *rappers* de outras zonas da Europa.

Passamos agora à análise temática das entrevistas realizadas à amostra de *rappers* selecionada:

Tabela 28: Temas abordados pelos rappers, valores absolutos e percentuais

TEMAS ABORDADOS PELOS RAPPERS, VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS	D : Rappers	A : Rappers
<b>1 : códigos e expressões associadas ao rap</b>	0	0%
1.1 : auto-designação de rappers como 'manos'	17	3%
1.2 : códigos e expressões próprias do rap	11	3%
<b>2 : divisões no rap</b>	0	0%
2.1 : beefs, battles e rivalidades	17	4%
2.2 : diferença entre rap para curtir e rap sério	3	1%
2.3 : diferentes estilos ou vertentes de <i>hip hop</i> e identificação com uma delas	14	3%
2.4 : improviso ou trabalho diário de composição'	13	2%
2.5 : influências e gostos musicais	13	2%
2.6 : MC's 'a sério' e MC's passageiros	7	1%
2.7 : rap agressivo vs. rap calmo	2	0%
2.8 : rap com o qual se identifica_underground	18	2%
2.9 : rap underground vs. rap mainstream	35	9%
<b>3 : motivações para o rap</b>	0	0%
3.1 : como e porquê começou a fazer <i>hip hop</i>	26	7%
3.2 : porquê o <i>hip hop</i> e não outro estilo de música	14	2%
3.3 : razões de adesão dos jovens ao <i>hip hop</i>	14	3%
<b>4 : o labor do rap</b>	1	0%
4.1 : autoexigência de qualidade no rap divulgado	10	2%
4.2 : edição de álbuns de rap	14	1%
4.3 : evolução do seu rap	9	2%
4.4 : mensagem que quer passar com o rap	21	4%
4.5 : para quem escreve'	14	2%
4.6 : temas que aborda no seu rap	28	5%
<b>5 : papel-importância do rap na vida diária</b>	0	0%
5.1 : rap como estilo de música e/ou modo de vida	11	2%
5.2 : rap como profissão ou <i>hobbie</i>	13	2%
5.3 : rap e conjugação com outras atividades	7	1%
5.4 : tempo dedicado à produção musical	11	2%
<b>6 : rap e sociedade</b>	0	0%
6.1 : discriminação social face ao rap	19	5%
6.2 : falta de oportunidades para os rappers na Margem Sul	2	0%
6.3 : <i>hip hop</i> característico de uma etnia?	16	3%
6.4 : <i>hip hop</i> e Margem Sul	4	1%
6.5 : papel do <i>hip hop</i> na sociedade	22	5%
6.6 : por quem pode ser feito o <i>hip hop</i>	12	2%
6.7 : rap identificado com relato de problemas sociais	6	1%
6.8 : rapper igual a outro tipo de músico'	6	1%
6.9 : valores do <i>hip hop</i>	1	0%
<b>7 : relação rap-bairro</b>	0	0%
7.1 : diferentes estilos de rap no bairro'	6	1%
7.2 : porque nasce o rap nos bairros	23	4%
7.3 : rap no bairro	12	2%
7.4 : razões pq as pessoas do bairros gostam de rap	16	3%
7.5 : relação dos rappers com o tráfico	4	1%
<b>8 : relações entre rappers</b>	0	0%
8.1 : relação com rappers de outros bairros	15	3%
8.2 : relação entre rappers no bairro	9	2%

Podemos destacar, desde logo, que o principal tema destacado pelos *rappers* é da diferença entre o *rap underground*, com o qual claramente se identificam (à exceção de uma *rapper* iniciante que considera o *rap* do bairro muito “duro”) e o *rap mainstream*, que rejeitam como sendo uma deturpação e domesticação do *rap* autêntico.

Depois temos um segundo tema muito abordado, que remete para as motivações que os levaram a aderir à cultura *hip-hop*, os temas que abordam no seu *rap*, a discriminação social que existe face ao mesmo e o papel do *hip-hop* na sociedade.

Trataremos destes e doutros temas abordados pelos *rappers* em maior detalhe nas páginas que se seguem.

Nas tabelas abaixo mostramos, primeiramente, todos os temas codificados por *rapper*, as grandes categorias temáticas codificadas por *rapper* e, por fim, as temáticas da contranormatividade encontradas nos discursos dos mesmos.

Esta será a base que nos permitirá efetuar a análise temática que se segue.

Tabela 29: Todos os temas codificados, todos os rappers

TODOS OS TEMAS CODIFICADOS PARA TODOS OS RAPPERS	A : Entrevista Cali	B : entrevista Cosme	C : Entrevista Cruz	D : Entrevista Gerson	E : entrevista João	F : Entrevista Joelson	G : Entrevista Leandro	H : Entrevista Luquene	I : Entrevista Pedro	J : Entrevista Sandro	K : entrevista Sean	L : Entrevista Telma	M : entrevista Wolf	N : entrevista Carla
<b>1 : códigos e expressões associadas ao rap</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1 : auto-designação de rappers como 'manos'	0	5	0	2	3	1	1	2	0	0	1	1	0	1
1.2 : códigos e expressões próprias do rap	0	2	0	1	1	0	1	2	0	1	1	0	1	1
<b>2 : divisões no rap</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1: beefs, battles e rivalidades	1	0	1	4	1	2	1	3	0	0	0	1	0	3
2.2: diferença entre rap para curtir e rap sério	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
2.3: diferentes estilos ou vertentes de <i>hip hop</i> e identificação com uma delas	0	4	1	4	1	0	0	0	0	0	2	1	0	1
2.4 : improviso ou trabalho diário de composição'	0	1	0	1	1	1	1	2	0	2	1	1	1	1
2.5: influências e gostos musicais	0	1	2	1	0	1	1	2	0	0	1	3	0	1
2.6 : MC's 'a sério' e MC's passageiros	0	0	0	2	0	2	0	1	0	2	0	0	0	0
2.7 : rap agressivo vs. rap calmo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2.8 : rap com o qual se identifica _underground	0	0	1	6	2	1	2	0	0	1	1	1	0	3
2.9 : rap underground vs. rap mainstream	0	10	1	5	5	1	1	8	1	0	2	1	0	0
<b>3 : motivações para o rap</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1: como e porquê começou a fazer <i>hip hop</i>	3	5	1	2	1	1	2	2	1	1	3	2	0	2
3.2 : porquê o <i>hip hop</i> e não outro estilo de música	0	2	1	1	1	2	1	0	1	3	1	0	0	1
3.3 : razões de adesão dos jovens ao <i>hip hop</i>	3	0	1	3	0	1	1	1	0	0	2	1	0	1
<b>4 : o labor do rap</b>	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1 : autoexigência de qualidade no rap divulgado	3	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0
4.2 : edição de álbuns de rap	2	1	0	1	1	1	1	2	2	0	2	1	0	0
4.3 : evolução do seu rap	0	2	1	0	0	0	0	0	0	2	2	0	2	0

4.4 : mensagem que quer passar com o rap	0	8	1	2	1	1	1	1	1	0	3	0	0	2
4.5 : para quem escreve'	0	0	1	3	1	1	1	2	0	1	1	1	0	2
4.6 : temas que aborda no seu rap	5	3	2	3	1	1	2	1	1	0	2	2	1	4
<b>5 : papel-importância do rap na vida diária</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.1 : rap como estilo de música e/ou modo de vida	0	0	0	2	1	1	1	1	0	2	1	1	0	1
5.2 : rap como profissão ou hobbie	0	1	0	1	1	0	2	1	1	2	3	0	0	1
5.3 : rap e conjugação com outras atividades	0	2	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0
5.4 : tempo dedicado à produção musical	0	1	0	1	2	1	1	1	0	0	1	1	1	1
<b>6 : rap e sociedade</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6.1 : discriminação social face ao rap	1	3	1	3	1	1	1	2	0	0	2	2	1	1
6.2 : falta de oportunidades para os rappers na Margem Sul	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6.3 : <i>hip hop</i> característico de uma etnia?	1	4	2	1	1	0	2	0	0	1	1	1	0	2
6.4 : <i>hip hop</i> e Margem Sul	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0
6.5 : papel do <i>hip hop</i> na sociedade	3	4	3	2	2	0	1	3	0	0	2	1	1	0
6.6 : por quem pode ser feito o <i>hip hop</i>	1	1	0	3	1	1	1	2	0	0	0	1	0	1
6.7 : rap identificado com relato de problemas sociais	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0
6.8 : rapper igual a outro tipo de músico?	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1
6.9 : valores do <i>hip hop</i>	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>7 : relação rap-bairro</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7.1 : diferentes estilos de rap no bairro'	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	1	1	0	0
7.2 : porque nasce o rap nos bairros	4	3	3	2	1	0	0	5	0	1	1	2	0	1
7.3 : rap no bairro	1	0	0	1	0	0	0	4	0	0	1	1	0	4
7.4 : razões pq as pessoas do bairros gostam de rap	1	5	0	0	2	0	0	2	0	1	1	1	0	3
7.5 : relação dos rappers com o tráfico	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>8 : relações entre rappers</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



8.1 : relação com rappers de outros bairros	0	2	0	1	1	1	1	2	0	3	1	1	0	2
8.2 : relação entre rappers no bairro	0	1	0	1	1	0	1	2	0	0	1	1	0	1

Tabela 30: Temas agrupados em categorias, por rapper

TEMAS AGRUPADOS EM CATEGORIAS, POR RAPPER	A : Entrevista Cali	B : entrevista Cosme	C : Entrevista Cruz	D : Entrevista Gerson	E : entrevista João	F : Entrevista Joelson	G : Entrevista Leandro	H : Entrevista Luquene	I : Entrevista Pedro	J : Entrevista Sandro	K : entrevista Sean	L : Entrevista Telma	M : entrevista Wolf	N : entrevista Carla
1 : Códigos e expressões associadas ao rap	0	7	0	3	4	1	2	4	0	1	2	1	1	1
2 : Divisões no rap	1	15	6	20	9	8	6	16	1	6	4	8	1	8
3 : Motivações para o rap	6	7	3	6	2	4	4	3	1	4	6	3	0	4
4 : O labor do rap	10	14	4	7	4	4	5	6	4	3	9	4	6	7
5 : Papel-importância do rap na vida diária	0	3	0	4	4	3	4	3	1	4	4	2	1	3
6 : Rap e Sociedade	6	14	8	10	5	2	6	7	0	2	5	5	3	5
7 : Relação rap-bairro	6	8	3	5	5	0	1	12	0	2	4	5	0	7
8 : Relações entre rappers	0	3	0	2	2	1	2	3	0	3	1	1	0	3

Tabela 31: Temas agrupados por categorias, por rapper - percentagens

TEMAS AGRUPADOS EM CATEGORIAS, POR RAPPER (%)	A : Entrevista Cali	B : entrevista Cosme	C : Entrevista Cruz	D : Entrevista Gerson	E : entrevista João	F : Entrevista Joelson	G : Entrevista Leandro	H : Entrevista Luquene	I : Entrevista Pedro	J : Entrevista Sandro	K : entrevista Sean	L : Entrevista Telma	M : entrevista Wolf	N : entrevistas Carla
1 : Códigos e expressões associadas ao rap	0%	9%	0%	5%	12%	6%	8%	8%	0%	11%	7%	3%	19%	10%
2 : Divisões no rap	2%	29%	34%	31%	26%	42%	22%	29%	0%	30%	9%	18%	5%	20%
3 : Motivações para o rap	21%	7%	13%	13%	5%	15%	15%	8%	7%	15%	25%	18%	0%	14%
4 : O labor do rap	39%	20%	12%	12%	9%	16%	10%	7%	86%	7%	17%	10%	22%	15%
5 : Papel-importância do rap na vida diária	0%	4%	0%	3%	11%	6%	10%	5%	8%	18%	12%	4%	9%	9%
6 : Rap e Sociedade	22%	15%	29%	26%	20%	12%	32%	17%	0%	11%	11%	27%	45%	11%
7 : Relação rap-bairro	18%	10%	13%	7%	13%	0%	2%	21%	0%	2%	16%	11%	0%	16%
8 : Relações entre rappers	0%	6%	0%	3%	4%	5%	1%	5%	0%	6%	4%	8%	0%	5%

Tabela 32: Categorias por rapper, em percentagem

<b>CATEGORIAS, POR RAPPER (%)</b>	<b>A : Códigos e expressões associadas ao rap</b>	<b>B : Divisões no rap</b>	<b>C : Motivações para o rap</b>	<b>D : O labor do rap</b>	<b>E : Papel- importância do rap na vida diária</b>	<b>F : Rap e Sociedade</b>	<b>G : Relação rap-bairro</b>	<b>H : Relações entre rappers</b>
1 : Entrevista Cali	0%	0%	8%	13%	0%	6%	8%	0%
2 : entrevista Cosme	26%	23%	10%	24%	12%	14%	15%	28%
3 : Entrevista Cruz	0%	16%	11%	8%	0%	16%	12%	0%
4 : Entrevista Gerson	7%	13%	10%	8%	5%	14%	6%	9%
5 : entrevista João	12%	7%	2%	4%	12%	7%	7%	6%
6 : Entrevista Joelson	2%	4%	3%	2%	2%	1%	0%	3%
7 : Entrevista Leandro	6%	4%	5%	3%	8%	8%	1%	1%
8 : Entrevista Luquene	13%	14%	6%	5%	10%	10%	20%	14%
9 : Entrevista Pedro	0%	0%	0%	5%	1%	0%	0%	0%
10 : Entrevista Sandro	4%	3%	3%	1%	7%	1%	0%	3%
11 : entrevista Sean	14%	5%	25%	15%	26%	7%	17%	14%
12 : Entrevista Telma	3%	5%	9%	4%	5%	9%	6%	14%
13 : entrevista Wolf	3%	0%	0%	2%	2%	3%	0%	0%
14 : entrevistas Carla	10%	5%	7%	6%	9%	4%	8%	8%

## ANALISE CONTRANORMATIVIDADE

### Temas "contranormatividade" codificados por grupos de entrevistados

Tabela 33: Temas da "contranormatividade", por grupos de entrevistados

	A : criação das suas próprias regras_contranormatividade	B : crítica aos 'chibos' do bairro	C : estratégias de domínio da zona e rivalizar com a polícia	D : jogos e filmes violentos na base dos maus comportamentos dos jovens_desvio da conotação negativa do bairro	E : necessidade de autoestima e identidade positivamente reconhecida_inversão simbólica	F : rivalidade entre bairros_zonas	G : seguir o rótulo e concretizá-lo	H : sentimento de injustiça e revolta pela falta de integração dos ex-reclusos
1 : Jovens EJ	4	0	0	0	0	0	0	0
2 : Marchantes	0	0	0	0	0	0	0	0
3 : Monitores EJ	0	0	0	0	1	0	1	0
4 : Rappers	18	7	6	1	2	12	0	1

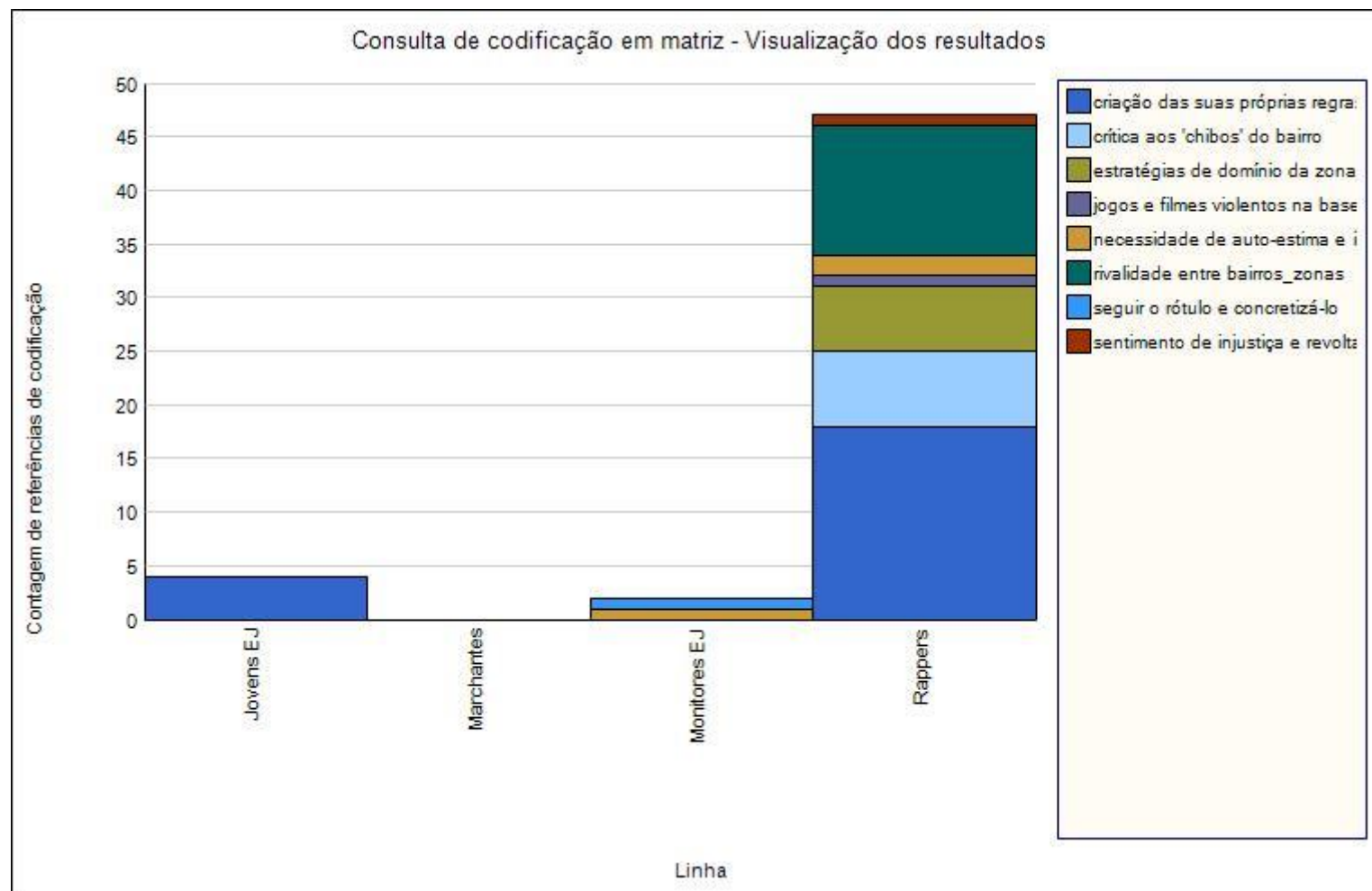


Figura 59: Temas da "contranormatividade", por grupos de entrevistados

Na análise a este tema encontramos a justificação para nos reportarmos aos temas referentes aos modos de vida contranormativos na seção dos *rappers*. De facto, já na observação participante verificámos que havia uma coincidência entre os jovens *rappers* e os jovens que praticam atividades consideradas contranormativas.

Pela análise das entrevistas voltamos a reforçar esta hipótese, como se pode verificar. À exceção de duas referências dos monitores à temática da contranormatividade (reportando-se precisamente a estes jovens), verificamos que é entre os *rappers* que o tema da contranormatividade, no sentido da sua defesa e prática surge. Impõe-se, contudo, o esclarecimento de que estamos a falar de um subgrupo dos *rappers* e não dos *rappers* na sua totalidade - nem tão pouco na sua maioria.

Tal como havíamos afirmado na análise feita a estes jovens utentes do Projeto Geração Cool, entre eles temos um grupo de jovens conotados com as práticas consideradas desviantes, tratando-se do grupo de “jovens problemáticos” que os monitores apontam como alvo de uma intervenção prioritária (os jovens que estão a tentar encaminhar para o EJ e “retirá-los da rua e das más influências”).

## Temas "contranormatividade" codificados nos rappers

Tabela 34: Temas da "contranormatividade", por rapper

	A : criação das suas próprias regras_contranormatividade	B : crítica aos 'chibos' do bairro	C : estratégias de domínio da zona e rivalizar com a polícia	D : jogos e filmes violentos na base dos maus comportamentos dos jovens_desvio da conotação negativa do bairro	E : necessidade de autoestima e identidade positivamente reconhecida_inversão simbólica	F : rivalidade entre bairros_zonas	G : seguir o rótulo e concretizá-lo	H : sentimento de injustiça e revolta pela falta de integração dos ex-reclusos
1 : Entrevista Cali	0	0	0	0	0	0	0	0
2 : entrevista Cosme	0	0	0	0	0	0	0	0
3 : Entrevista Cruz	0	0	0	0	0	0	0	0
4 : Entrevista Gerson	0	1	0	0	0	0	0	0
5 : entrevista João	0	1	0	0	0	2	0	0
6 : Entrevista Joelson	0	0	0	0	0	0	0	0
7 : Entrevista Leandro	0	0	0	0	0	0	0	0
8 : Entrevista Luquene	0	0	0	0	0	0	0	0
9 : Entrevista Pedro	1	0	3	0	1	0	0	0
10 : Entrevista Sandro	0	0	0	0	0	0	0	0
11 : entrevista Sean	2	2	1	0	1	4	0	0
12 : Entrevista Telma	0	0	0	0	0	0	0	0
13 : entrevista Wolf	15	3	2	1	0	5	0	1
14 : entrevista Carla	0	0	0	0	0	1	0	0

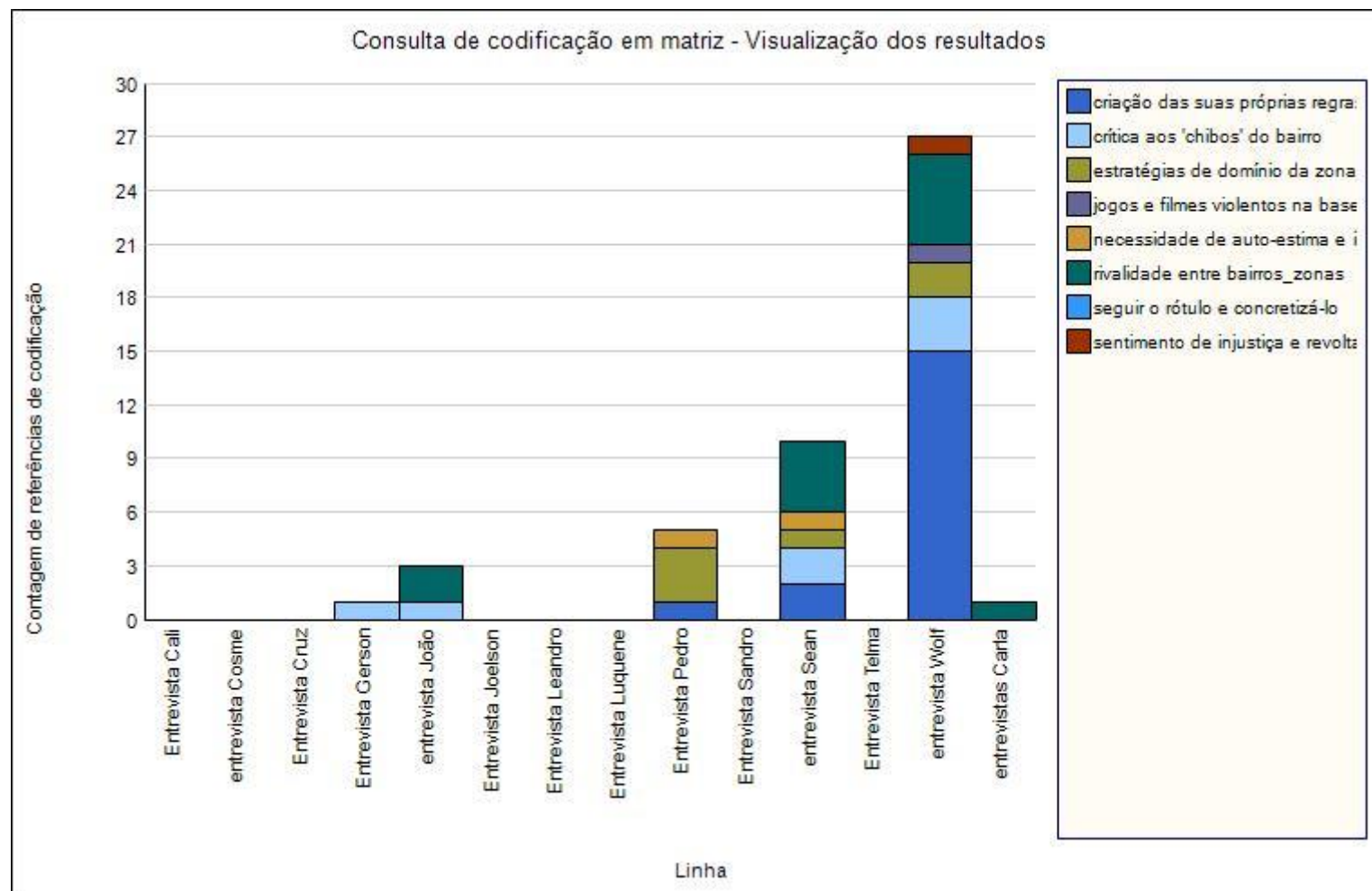


Figura 60: Temas da "contranormatividade", por rapper



Quando analisamos os temas da contranormatividade pelos *rappers*, individualmente, vemos que estas temáticas não são, de facto, de maneira nenhuma comuns a todos eles.

Podemos desde logo observar que temos um dos *rappers* a representar o “ideal-tipo” do *gangsta rapper*, defendendo um modo de vida contranormativo e uma reorganização da comunidade. Este jovem afirma-nos, com efeito, que todos os bairros deveriam ter regras próprias, uma normatividade só sua imposta pelos habitantes do bairro. Os bairros sociais deveriam, assim, na sua opinião, ter leis próprias e ser controlados por “mafias” que geririam os bairros de acordo com as suas próprias regras e não de acordo com as regras socialmente dominantes.

Não temos nenhum outro jovem que nos tivesse declarado claramente um posicionamento tão ideal típico em entrevista, como se pode constatar na tabela e gráfico anteriores, mas podemos observar no terreno como este posicionamento é partilhado por um subgrupo de *rappers* do bairro.

Mas do que falamos quando nos referimos ao *gangsta rap*? Trata-se de uma das correntes do *hip-hop*, que

“corresponde a um apelo neo-underground e usa o estigma, o ódio, a violência e o crime como matéria de expressão e propaganda “moral”. As práticas de gangues rivais que competem entre si, interferindo com pichagens nas zonas públicas das cidades, podem também associar-se a essa corrente.”

(Ventura, 2009: 609)

Olhando agora detalhadamente para os temas abordados nesta categoria, verificamos que o principal prende-se exatamente com a vontade expressa de criação de uma contranormatividade que seja imposta no bairro. Também com relevância aparecem as rivalidades entre bairros que marcam claramente este modo de vida alternativo, assente nas relações de poder e domínio e na demarcação de territórios onde cada grupo exerce o seu poder. As rivalidades e os confrontos com a polícia fazem parte do jogo da contranormatividade porque esta representa precisamente a regra que se pretende suplantar. Daí que outro tema recorrente nas intervenções destes jovens seja a crítica aos “chibos” do bairro, isto é, aos vizinhos que, discordantes com as suas práticas consideradas desviantes, as denunciam à polícia levando à atuação desta e que resulta, variadas vezes, em detenções. De realçar aqui que o jovem que representa

claramente o protótipo *gangsta rapper* – Wolf – foi encarcerado pouco tempo depois da realização da entrevista.

Percebemos, assim, que estamos aqui na presença de um subgrupo claramente distinto da maioria dos *rappers* do bairro, embora as distinções entre os modos de vida dos *rappers* analisados não sejam sempre claras e definitivas. De facto, entre o ideal-tipo que nos representa Wolf e o *rapper* menos desviante (que defende que os jovens devem seguir uma postura dentro dos parâmetros da normatividade instituída) temos um *continuum*. É neste *continuum* que se situam as biografias, estratégias e rotinas destes jovens, umas vezes mais para um dos extremos, outras mais para o outro.

Passamos, agora à análise detalhada dos temas codificados nas entrevistas dos *rappers*, que nos permitirá chegar à conclusão (mediante a análise indutiva das suas declarações) de que temos três posicionamentos principais destes jovens face à sua cultura *hip-hop*.

**Temos, assim os seguintes temas como os temas mais referenciados pelos rappers:**

- 2.9: *rap underground* vs. *rap mainstream*;
- 3.1: como e porquê começou a fazer *hip-hop*;
- 6.5: papel do *hip-hop* na sociedade;
- 4.6: temas que aborda no seu *rap*;
- 6.1: discriminação social face ao *rap*;
- 2.1: *beefs*, *battles* e rivalidades;
- 4.4: mensagem que quer passar com o *rap*;
- 7.2: porque nasce o *rap* nos bairros;

### 9.1. Análise temática dos *rappers*

Tendo em consideração os temas mais abordados pelos entrevistados (numa análise por 8 grandes categorias temáticas), pudemos verificar 3 posicionamentos dos *rappers*, isto é, 3 manchas de temas que são mais abordados pelos *rappers* (e que podemos verificar na tabela 31.

Verificamos que esta análise a partir da percentagem de resposta dos entrevistados reafirma a tendência já verificada pela análise simples da codificação temática, isto é, pela análise dos temas mais codificados quando analisámos os temas por indivíduo (dentre os 40 temas codificados entre os *rappers*) e não agrupados nas 8 categorias construídas *à posteriori*.

Assim, podemos afirmar que temos um primeiro grande grupo de *rappers* para os quais o assunto primordial abordado é a **relação entre rap e sociedade**, um segundo grupo igualmente importante que considera que um dos aspetos fundamentais aquando da análise do fenómeno *rap* são as **divisões no rap** e um terceiro grupo identificado, embora com um peso muito menor relativamente aos dois primeiros, que salienta a importância do **labor do rap**, do seu *rap* enquanto “trabalho”.

Assim, num primeiro *Cluster* temos os *rappers* que abordam mais as questões da **relação entre “rap e sociedade”**, nomeadamente os seguintes subtemas:

- Como e porque começou a fazer *hip-hop*;
- Discriminação social face ao *rap*;
- Papel do *hip-hop* na sociedade;
- Mensagem que quer passar com o *rap*;
- Porque nasce o *rap* nos bairros;
- Razões de adesão de jovens ao *hip-hop*;
- *Hip-hop* característico de uma etnia?;
- Por quem pode ser feito o *hip-hop*?
- *Rap* identificado com relato de problemas sociais.

Este primeiro *cluster* é composto por 6 *rappers*, 5 dos quais homens. De referir que metade reside no Bairro Amarelo, um noutra bairro do PIA e 2 fora do PIA (um em Almada e um em Lisboa) sendo que, contudo, estes jovens que residem fora do PIA

foram residentes no mesmo até uma idade tardia, tendo saído do PIA recentemente pelo que a relação de ligação com o espaço, como aliás atestam as suas entrevistas, se mantém bastante relevante. De realçar ainda as faixas etárias deste grupo, em que à exceção de um dos entrevistados que é bastante jovem (menos de 20 anos) e outro na faixa etária entre os 23 e os 26, a maioria (4 em 6) são do grupo dos *rappers* mais velhos que entrevistámos – na faixa etária entre os 28 e os 33 anos.

Podemos, então, afirmar que se trata de um grupo com forte enraizamento no PIA, essencialmente masculino e de *rappers* já bastante experientes.

Cali – Masc/PIA/28-33

Cruz – Masc/BA/23-26

Gerson – Masc/Lisboa/28-33

Leandro – Masc/Almada/28-33

Telma – Fem/BA/-20

Wolf – Masc/BA/28-33

- **Como e porquê começou a fazer *hip-hop***

Relativamente às motivações para começar a fazer *hip-hop*, os nossos entrevistados referem o facto de ser o tipo de música mais intrinsecamente ligado à sua realidade, ao seu “ambiente”, por um lado, e à socialização com os mais velhos (irmãos, primos e/ou amigos), já que na totalidade dos casos abordados todos os entrevistados conviviam com familiares e amigos mais velhos que já faziam *rap*. Podemos verificar esse papel dos mais velhos e da inserção dos mais novos na cultura *hip-hop* no seguinte excerto de um entrevistado: *“eu fui o último a cantar. Mas eu tava habituado a ouvir eles a cantar, ele (Ortega) e o Mortex. Também conhecia bem os outros MC’s, depois o meu irmão (Cláudio) também cantava e pronto... fui na onda... fui levado pela onda mesmo.”*

Percebemos que no bairro o *hip-hop* é praticamente um ritual de passagem, pelo qual quase todos os jovens passam, particularmente os rapazes. Gostar de *hip-hop* é algo que faz parte do habitus de ser jovem do bairro e tentar fazê-lo também. Assim, ouve-se *hip-hop* pelas casas e nos convívios juvenis dos bairros sociais, nas ruas onde estão jovens juntos, fazer *free style* ou *beat box* é um passatempo habitual, pelo que é

quase impossível a um jovem do bairro não passar pela experiência. Existe uma espécie de “carreira” neste sentido: começar a estar junto dos “mais-velhos” que cantam, começar a fazer uns improvisos (*free style*), começar a escrever umas letras, começar a ir aos estúdios com os mais velhos, gravar as primeiras músicas, começar a participar em concertos dos mais velhos e por aí adiante até à realização de *mixtapes* e, em alguns casos, CD’s. Essa inserção na cultura *hip-hop* não passa apenas pela música, mas também pela partilha de um certo estilo de vestuário, postura corporal, gestualidade, etc. Como refere um dos entrevistados: *“E eu curtia do estilo do gajo, calças largas, argolas e não sei o quê... comecei a interagir com ele, a falar e o gajo também viu que um gajo curtia daquela cena e disse “fura lá as orelhas, tenho lá uma cena para te dar” e foi assim, comecei a entrar na onda do hip-hop, ya...”*

- **Discriminação social face ao rap**

Os jovens *rappers* com quem falámos salientam o desprezo com que o *rap* é olhado pela sociedade envolvente (fora dos bairros), nomeadamente o racismo de muitos que o associam a “música de pretos”. Sentem que são discriminados também devido aos temas que retratam nas suas músicas, nomeadamente quando abordam os temas de droga e crime porque, referem, a sociedade considera-os como praticantes dessas práticas contranormativas, quando o que pretendem é retratá-las porque são uma realidade. Alguns jovens destacaram ainda o papel dos meios de comunicação social que, quando querem retratar uma realidade violenta, por exemplo, utilizam o *rap* como banda sonora para a mesma, o que leva a que o *rap* seja cada vez mais associado à violência.

No entanto, segundo os nossos entrevistados, a maior razão que leva a que o *rap underground* e a cultura *hip-hop* seja discriminada é o facto de retratar a realidade social de forma crua e sem floreios e também por ser uma cultura das classes desfavorecidas, do gueto. Na sua opinião esta cultura tende a ser abafada porque assusta a sociedade dominante a possibilidade de uma revolta social a partir da cultura *hip-hop*.

- **Papel do *hip-hop* na sociedade**

No seguimento do exposto no subtema anterior, os *rappers* afirmam que o *rap* tem um papel educativo muito importante na sociedade, já que alerta a mesma para os fenómenos sociais que estão escondidos e que são constantemente abafados pelas classes dominantes. A pobreza e exclusão social, a discriminação e o racismo, todas as situações que, afirmam, o “sistema” não quer ver exploradas, o *rapper* é responsável por trazer ao debate, como ilustra o seguinte excerto: *“Para as pessoas verem mesmo a realidade e não só aquilo que passa nos jornais. Começaram mesmo a aparecer repórteres de todo o mundo, que são os rappers. E começaram a ver que o mundo não devia ser só para uns, não devia ser só para uma raça.”*

Por outro lado, o *rap* serve, no âmbito dos bairros pobres, como espelho do dia-a-dia. Segundo os nossos entrevistados as pessoas do bairro gostam de *rap* precisamente porque se identificam com a sua mensagem, porque retrata a sua vida e a sua realidade, coisa que não acontece com nenhuma outra manifestação cultural na sociedade portuguesa: *“Se fores cantar ópera para uma pessoa do bairro se calhar já não vai entender muito, já não vai ter muito a ver. Mas se tu no rap cantares tipo de uma cena, voltando à polícia, se cantares que o polícia abusou daquele jovem que não tinha feito nada, só porque o miúdo correu e não sei quê, porque tava com os outros amigos e não sei quê... as pessoas vão entender.”*

Alguns dos nossos entrevistados utilizam mesmo o termo “movimento” e referem-se ao *rap* como algo muito para além de um estilo musical, como uma forma de revolta social e de união dos desfavorecidos numa luta comum. É nesse sentido que podemos pensar o *hip-hop*, de certa forma, como um movimento social em potência ou uma forma de “efervescência cultural”/“ilha de dissidência” (Pais, 2004).

Podemos dar conta desta representação do *hip-hop* como manifestação cultural com significado muito para além da performance musical na seguinte descrição de um dos jovens entrevistados:

*“O hip-hop serve... eu acho que é...como existe tipo o cristianismo, né? Mas se calhar vá isso é muito à frente, né? Mas o princípio acaba por ser o mesmo. Que é unir as pessoas. Tipo juntar as pessoas com determinados valores, não é? Ou integrá-las... segundo, segundo cenas essenciais. Tipo o respeito... só que... eu não sei é porque é que*

*há tipo... É a essência das pessoas, acho eu tipo... na Índia, eles fazem budismo ou não. Sei lá, existem mil religiões lá também. Cada religião, tipo serve para unir as pessoas, né? E o hip-hop tipo eu acho que é música.... O hip-hop é um movimento. Porque existe o jazz, existe o rock, mas não há aquela... aquela coisa de juntar as pessoas, tipo fazer uma coisa pelas pessoas, não é? Que é tipo uma família mesmo. O noto isso no... que existe isso no hip-hop. Ou existia. E existe no reggae também. Existe ali uma filosofia.”*

Outro jovem afirma: *“Se o hip-hop não existisse, Barack Obama não tinha sido eleito presidente da América! (risos)”*

Dentro do grupo de *rappers* entrevistados temos alguns que podemos classificar claramente como *“gangsta rappers”* e estes atribuem um papel mais destrutivo ao *hip-hop*, como uma forma de desestruturar a sociedade tal como ela está construída. Podemos ver esta atitude de maior agressividade nos seguintes excertos:

*“nós todos somos, tipo, como um rastilho de pólvora. Explode num sítio, quando começa a pegar num sítio, começa a ir a pouco a pouco e depois quando explode, explode num certo sítio. O hip-hop é assim. Isto é uma guerra constante.”*

*“Esses bacanos não vão poder aguentar mais connosco. Porque a gente vai cantar de graça, não vamos receber nada, mas eles também não vão dormir. Não vão dormir! Vamos pagar 40 e 50 € de estúdio, para ir gravar maquetes. Vamos fazer isso, mas eles também não vão dormir! Ai, ai... então? Então? Têm que nos dar respeito, têm que nos dar valor! Então? Se a gente tá a cantar o que tá mal. Então? Ainda se tivéssemos a dizer “ah...” uma coisa que, tipo, pah não soasse a verdade, não sei... Mas agora, pah, tar assim a fazer trabalho e não coiso e mesmo assim ser posto de lado. Seres bom e seres posto de lado. É mau!”*

- **Mensagem que quer passar com o rap**

A grande parte das referências dos nossos entrevistados no que diz respeito à mensagem que querem passar com o seu *rap* é denunciar as injustiças e desigualdades sociais. Orgulham-se de partilhar uma mensagem de revolta e denúncia dessas desigualdades e acreditam que dessa forma estão a contribuir ativamente para a mudança social, mais que não seja pela mudança de mentalidades que promovem.

Temos um grupo dos nossos *rappers* que apresenta uma preocupação com a mensagem passada aos mais novos, nomeadamente a preocupação em não abordar temas como as drogas ou a revolta de uma forma que possa ser mal interpretada. Referem que sentem que as suas palavras têm um peso grande junto dos mais novos e que estes seguem o que transmitem nas suas músicas, daí a preocupação em não passar mensagens destrutivas.

*“é uma coisa que eu tenho, ultimamente reparado muito, quem fez música tem uma liberdade de espalhar a palavra, entrar na cabeça das pessoas e fazer as pessoas acreditar, naquilo que dizem, por isso tenho que ter mais cuidado com aquilo que digo e se quero influenciar as pessoas, influenciar de forma positiva, nunca negativa...”*

*“Não diria as mesmas coisas, por exemplo musicas que gravei quando era mais novo com mais... com mais raiva, com mais... a explodir mais...”*

- **Porque nasce o rap nos bairros**

O *hip-hop* nasce nos bairros, afirmam os *rappers*, por ser um estilo de música que transmite o que se vive nestes espaços. Acaba por funcionar como um espelho onde os jovens se revêm e com o qual se identificam. Vivendo na pele as desigualdades e a discriminação, crescendo em parte na rua onde os mais velhos fazem *hip-hop*, os jovens do bairro seguem esta cultura de forma “natural”. Trata-se, portanto, de uma socialização através do grupo de pares.

*“é da vida que eles levam... da vida que eles ficam a viver assim... o dia-a-dia... as coisas acontecem... eles tentam exprimir isso para fora, numa maneira de desabafar... o rap é um desabafo”*

*“o Fado nasce em Alfama, né? A Ópera nasce em Roma e o rap nasce nos bairros. Sobretudo nos bairros degradados. E não é só nos bairros, nos guetos, nas prisões.”*

De tal forma o *rap* está inserido na “vida de bairro” que, afirmam os jovens *rappers*, existe uma interação forte entre os jovens e *rappers* de vários bairros, devido à partilha de um mesmo modo de vida, de partilha das mesmas problemáticas. Daí que se revejam nas mensagens uns dos outros: *“quando falamos de bairro claro que estamos a falar do nosso... mas quem morar num bairro vai ouvir e vai-se identificar com aquilo...”*

Muitos dos nossos entrevistados realçam também as raízes do *hip-hop*, justificando que se faz *hip-hop* no bairro porque foi no bairro que ele nasceu (nos bairros



nova-iorquinos) como forma de contestação social. Orgulham-se, assim, de estar a honrar o “verdadeiro *rap*” contrariamente às suas derivações mais comerciais – *rap* de *mainstream*.

*“Só que o estilo do hip-hop, do rap, é uma coisa que nasceu no bairro social, é uma coisa que nasceu entre... não é questão de ser racista ou uma coisa qualquer, mas é uma coisa que nasceu entre negros... uma comunidade que era... se for preciso, posta de parte.”*

- **Razões de adesão de jovens ao *hip-hop***

Segundo os nossos entrevistados há várias razões que levam os jovens do bairro a aderir ao *rap* como forma de expressão musical mas também como cultura/estilo de vida. Se uns o fazem porque sentem as mensagens do *rap* como um espelho do seu dia-a-dia e se identificam com a cultura, outros aderem pelas redes de sociabilidade no bairro (pela influência de amigos e familiares) e outros ainda por moda, já que o *rap* está, a nível nacional e já desde há uns anos para cá, bastante “na moda”. Há, com efeito, como veremos adiante, uma apropriação do *hip-hop* pelas instituições sociais que trabalham nos bairros “problemáticos” (como é o caso do Espaço Jovem), mas também pelas instituições públicas viradas para a juventude e também a nível da comunicação social. O *hip-hop* é, com efeito, utilizado em produções televisivas variadas (filmes, telenovelas), em anúncios publicitários, entre outros, estando numa fase de “domesticação pelo *mainstream*”. Assim, muitos jovens aderem ao *rap* na esperança de virem a ser conhecidos e reconhecidos, como alguns *rappers* que se tornaram famosos a nível nacional e mesmo internacional.

- ***Hip-hop* característico de uma etnia?**

Face à questão de se o *hip-hop* é mais característico de uma etnia, a maioria dos entrevistados responderam que sim, que é uma cultura em que a maioria dos protagonistas são, de facto, negros. No Bairro Amarelo a grande maioria dos *rappers* é de origem cabo-verdiana, tanto é que muito do *rap* feito no bairro é em crioulo. Existem também alguns *rappers* descendentes de outros PALOP's – Angola, Moçambique e

Guiné-Bissau e também, embora em muito menor proporção, jovens brancos e sem qualquer ligação aos PALOP's.

*“Lembro-me uma vez fomos a Leiria cantar e era vários MC's aqui do Monte e da Cova da Moura e obviamente veio mais gente ver também né... mais pessoal aqui da zona foi para lá ver o show, apesar de ser longe, há pessoas que acompanham mesmo... e quando dei por mim tavam 30 ou 40 pessoas juntas e eu era o único branco ali... e no início quem não me conhecia começava ali a olhar...”*

De referir que foi unânime entre os nossos entrevistados a posição de que os *rappers* brancos do bairro são “um deles”, chamando-os inclusive de “niggas”, tal como fazem entre os jovens negros. *Nigga* para os jovens *rappers* do bairro adquire, assim, mais do que uma conotação racial, um sentimento de unidade, de pertencer a um mesmo grupo e partilhar uma identidade comum.

- **Por quem pode ser feito o *hip-hop*?**

Quando colocados perante este dilema os jovens afirmam, na sua grande maioria, que *hip-hop* pode ser feito por todos que o queiram fazer, desde que retratem realidades efetivamente vividas na primeira pessoa. O que criticam não é o facto de jovens de classe média ou até de classe alta fazerem *hip-hop*, mas sim o de tentarem, nas suas letras, passar mensagens relativas a situações de vida e problemáticas sociais que desconhecem. Isso rompe, na visão dos entrevistados, o pacto de autenticidade que é subjacente à cultura *hip-hop*.

- ***Rap* identificado com relato de problemas sociais**

Como já vimos em pontos anteriores, os *rappers* deste primeiro *cluster* valorizam o *rapper* como um “repórter”. É neste sentido que, afirmam, é competência do *rapper*, principalmente o *rapper* de bairro, relatar os problemas com que lidam diariamente nos seus contextos estigmatizados, denunciar as injustiças sociais e as desigualdades.

Este primeiro núcleo pretende, assim, recuperar a autenticidade do *rap*. Pretendem representar o *rap* original e “verdadeiro”, veículo de mensagens sociais

fortes e de denúncia das injustiças sociais. O *rap* que dá voz aos oprimidos e que não têm voz de outra forma.

Um segundo *cluster* de *rappers* reflete sobre as questões das **divisões no rap**, em que os principais subtemas abordados e debatidos são:

- *Rap underground* versus *rap mainstream*;
- Temas que aborda no seu *rap*;
- *Beefs, battles* e rivalidades;
- diferentes estilos ou vertentes de *hip-hop* e identificação com uma delas;
- *rap* com o qual se identifica *underground*;
- MC's 'a sério' e MC's passageiros;
- improviso ou trabalho diário de composição?

No segundo *cluster*, que confere maior importância à questão das divisões no *rap*, nomeadamente entre *rappers* do *mainstream* e do *underground*, à questão dos *beefs* e rivalidades no *rap* e dos MC's a sério e MC's passageiros, estão *rappers* mais jovens que no grupo anterior. Temos neste grupo 7 *rappers*, dos quais 6 do sexo masculino. Relativamente às idades temos apenas dois *rappers* na faixa etária entre 28 e 33 anos, estando 4 entre os 23 e os 26 anos e um abaixo dos 20 anos de idade. Relativamente à zona de residência temos 3 *rappers* que vivem na zona do PIA – 2 no Bairro Amarelo e outro noutro bairro da zona. A outra metade vive fora do PIA – dois em Lisboa e um em Almada. Sabemos, no entanto que são pessoas que viveram no PIA até pouco tempo antes da realização das entrevistas, pelo que a sua relação com a zona é intensamente sentida.

Destacamos deste grupo, como principal diferença do anterior, ser um grupo de *rappers* mais novos, com muito menos experiência e um maior foco nas rivalidades entre *rappers* do que no rap em si como meio de crítica e reivindicação social.

Cosme – Masc/BA/23-26

Gerson – Masc/Lisboa/28-33

João – Masc/BA/-20

Joelson – Masc/Lisboa/23-26

Leandro – Masc/Almada/28-33

Luquene – Fem/PIA/23-26

Sandro – Masc/Lisboa/23-26

- ***Rap underground versus rap mainstream***

Este subtema (*nó*, como é referenciado no programa NVivo11 para análise de dados que utilizámos para a realização da análise temática das entrevistas) foi abordado por 10 dos 14 entrevistados, num total de 35 referências.

Neste subtema, os rappers enfatizam a diferença entre o que consideram ser o “verdadeiro *rap*”, o *hip-hop underground*, que se preocupa com o relato das situações vividas nos bairros, com as situações de injustiças e problemas sociais, isto é, *rap* de intervenção social – e o *rap/hip-hop mainstream*, feito para agradar ao grande público, sem as mensagens interventivas que caracterizam o verdadeiro *rap* e ao qual alguns *rappers* “se vendem” para fazerem com isso dinheiro, passarem na televisão e nas rádios, etc. Muitos dos nossos entrevistados enfatizam a questão do “verdadeiro *hip-hop*”, que nasceu nos EUA nasceu precisamente como uma forma de protesto social e que tudo o que se desvie dessa linha interventiva não é, de facto, verdadeiro *hip-hop*.

Outra questão que é referida é que estes artistas de *mainstream* costumavam ser “artistas de bairro” (aqui a conotação constante do verdadeiro *hip-hop* ser “de bairro” ou, como alguns entrevistados referem “*rap do gueto*”), mas que deixaram o seu papel interventivo de lado e se venderam aos interesses económicos. Para obterem lucros e visibilidade a nível da sociedade dominante abdicaram da sua mensagem de contestação e, referem, renderam-se aos temas mais vendáveis: “*falam do ego deles... falam da noite da discoteca e essas coisas todas... e esqueceram completamente aquilo pelo que começaram... os princípios deles... pelo aquilo que lutavam...*”.

Outro aspeto referido neste subtema é que estes *rappers* “que se venderam ao *mainstream*” deixam de ter impacto nos bairros, os jovens dos bairros deixam de ter interesse nas suas músicas devido à mudança radical do conteúdo das mesmas, pelo que o seu público-alvo passa a ser o “*peçoal riquinho*” para o qual o *hip-hop* é apenas mais uma moda e não um modo de vida e de reivindicação social constante, como o é para

os jovens do bairro. Referem, ainda que este público-alvo, jovens de classes médias e altas que ouve este *hip-hop mainstream* não gosta do *rap underground*, feito no bairro, porque, afirmam, toca em temas que não gostam de ouvir falar (injustiças sociais, racismo e segregação, etc. que levam à postura contranormativa de muitos jovens do bairro): *“tocam em assuntos que eles desprezam um pouco, e que se calhar nós falamos que o pessoal daqui... alguns têm que roubar para sobreviver e se calhar as pessoas roubadas são eles... percebes?”*

De realçar que embora muitos dos nossos entrevistados falem indiferentemente em *“rap”* ou *“hip-hop”*, para outros o *“rap”* é o *autêntico*, isto é, o que nasceu nos EUA como reivindicação social e que continua assim a ser feito nos bairros, enquanto o *“hip-hop”* é a comercialização do *rap*, ou seja, *rap* seria sempre *underground* e *hip-hop* sempre *mainstream*. Assim, temos entrevistados que se referem ao *underground* como *“rap tuga”* e ao *mainstream* como *“hip-hop tuga”*. Podemos verificar essa lógica na seguinte declaração: *“O hip-hop tuga é... é um hip-hop imagine que você vai fazer uma composição para a escola e tem alguns erros ortográficos e você tem que passar a limpo primeiro antes de dar à professora... ta a perceber? É isso que eles fazem no rap, há uma grande censura e... há uma grande diferença de atitude...”*

Apesar dos *rappers* que têm sucesso comercial serem atualmente respeitados a nível nacional e terem um “tempo de antena” cada vez maior, são-no cada vez menos por estes jovens do bairro porque, segundo eles, desrespeitaram o código de honra do *rap*: não trair os seus princípios, a defesa dos seus iguais que sofrem a discriminação, pobreza, racismo e segregação. Um dos entrevistados traduz esta ideia falando que o *rapper* é como um samurai. Afirma:

*“o MC ele pode ter um grande flow, pode ter instrumentais de outro mundo, mas se não tiver atitude correta, acho que não chega a ser MC sequer... por mais que rime muito e que faça coisas maravilhosas, com bons vídeo clipes, pode tar em primeiro lugar das vendas, mas não vai ser respeitado só por isso... tem que haver atitude... quase que um MC fosse um samurai, tá a perceber? Acho que a atitude, o orgulho tem que estar acima de tudo, como muitos MC’s que dizem... diziam que nunca iriam mostrar a cara, logo que recebem o primeiro cheque, estampam a cara deles na capa do CD e depois dizem que são verdadeiros e reais... não são!”*

Estes rappers do *mainstream*, referem, para terem tempo de antena televisivo e radiofónico são obrigados a “florear” as suas mensagens, a conter-se nas palavras e a mudar a mensagem dura e direta que existe no rap underground e a torna-la soft. Como coloca um dos nossos entrevistados: *“Para ir para a televisão fazer uma cena que aceitem, vão mudar a minha letra, vão dizer para eu mudar... para não dizer tanta verdade, tás a entender? Dizer só uma beca da verdade mas o resto dizer coisas felizes e queridas, tás a ver? Para camuflar. Por isso é que eu não gosto de me vender nesse aspeto. Não me vendo.”*

Neste sentido temos alguns entrevistados que vão mais longe na sua análise e consideram que o rap *mainstream* ou comercial, é um rap controlado pelo “sistema” (Estado, Governo, “sociedade dominante”), através das editoras:

*“Isto é tudo um sistema controlado pelo Estado. Entendes? É tudo pelo controlado pelo Estado. A comunicação social... etc., etc., etc. Tá a ver? E a música em si também é uma coisa que é controlada pelo Estado! Se eu fosse político não ia querer lá um indivíduo que ia-me tar a insultar ali! Por isso é que as coisas são todas controladas. Uma editora não vai pôr um indivíduo que vai andar ali a insultar a polícia e vai andar ali a insultar os políticos, né? (...) Têm que pôr algo que eu tenho que iludir o povo... os compradores.”*

Outra questão muito abordada pelos *rappers* que entrevistámos é que o rap *underground* é sempre feito por quem vivenciou o que conta, isto é, o que é relatado nas suas músicas foi algo vivenciado na primeira pessoa, o que lhe confere autenticidade. Já no rap *mainstream*, afirmam, “muitos falam do que não viveram”, o que retira autenticidade ao que é contado e o torna num produto artificial.

- **Temas que aborda no seu rap**

Este subtema é referido pela quase totalidade dos entrevistados (13 em 14 entrevistados), num total de 28 referências ao mesmo.

Quando analisamos em detalhe estas 28 referências verificamos que estes jovens optam por falar, nas suas músicas, da realidade que os rodeia, isto é, da vida no bairro. Uma série de temas surgem nas suas declarações: a necessidade de se lutar por um mundo melhor; a denúncia das injustiças e desigualdades sociais, nomeadamente a

falta de trabalho ou os trabalhos precários; a denúncia da postura considerada agressiva e discriminatória da polícia nos bairros; a questão das drogas (razões tanto para o seu consumo, como para o tráfico); o consequente sentimento de revolta que os pontos anteriores despoletam nos habitantes dos bairros e, ainda, da perda de entes queridos (familiares ou amigos), muitos devido às problemáticas abordadas acima (confrontos com polícia, drogas...).

- ***Beefs, battles e rivalidades***

Como vimos relativamente ao subtema “*rap underground vs. rap mainstream*” existem fortes cisões entre os *rappers*. Essas cisões concretizam-se, em muitos casos, naquilo que no jargão dos *rappers* (atualmente estendido a muitos jovens) nos *beefs*, nas *battles* e rivalidades de uma forma geral.

Podemos afirmar que um *beef* entre duas pessoas (entre *rappers* nomeadamente) é uma espécie de discussão prolongada, uma competição e rivalidade entre dois intervenientes que pode culminar num confronto físico ou numa *battle*. Um *beef* normalmente concretiza-se em mensagens que são passadas através das músicas e que normalmente requerem uma resposta do outro contendor. Quando o *beef* toma proporções maiores pode terminar numa *battle*: situação de confronto direto entre os dois “competidores” em que fazem uma sessão de improviso – *rap* – um confronto de rimas improvisadas, em que o público decide quem esteve melhor e é esse o vencedor da *battle*. Se muitas vezes o *beef* fica dessa forma terminado, noutras pode tomar proporções maiores e envolver confrontos físicos, que geralmente envolvem não apenas os dois *rappers* como os seus apoiantes (*rappers* da mesma *crew* ou do mesmo bairro/zona).

Das entrevistas realizadas ficámos com a clara perceção de que os *beefs, battles* e as rivalidades (entre *rappers* ou entre *crews*) são parte do subsistema que é o *rap*, nomeadamente o *rap underground*. Faz parte do “saber fazer” do *rapper* entrar numa *battle* e fazer *free style* tentando provar à comunidade de *hip-hoppers* que é um bom *rapper*. Entre zonas essa rivalidade também se faz sentir, em que os *rappers* de uma zona querem provar que são melhores na sua arte relativamente aos de outra zona. Afirma um dos *rappers* do PIA: “Se o mano tá a falar mal de mim... eu tenho que fazer

*um som ainda mais forte! Ainda a falar três vezes mais mal dele do que ele de mim, que é para eu ficar na frente! E ele, a seguir eu sei que ele vai ripostar e com uma coisa mais forte e então eu já tenho que me preparar, já! Já acabei um beef, mas tenho que começar já a escrever outro! Tá a ver? E é assim! Mas pronto, tem pica. Dá pica!”*

Um dos *rappers* afirma o seguinte, face à questão sobre se já se tinha envolvido num *beef/battle*: *“pah, mais ou menos... mas não foi um... não foi um beef... porque o homem era um fraquinho... (risos de todos) era mesmo um fraquinho! E pronto, morreu aí. Depois encontramos-nos, falámos e pronto ficou por aí...”*

Essas rivalidades não são vistas como negativas, a não ser que atinjam dimensões consideradas desproporcionadas (que resultem em confronto físico, por exemplo). Geralmente os *rappers* interpretam esse momento da *battle*, por exemplo, como um momento performativo e parte da cultura do *hip-hop*, ficando tudo “entre amigos” a seguir, mantendo boas relações com *rappers* de outros bairros e zonas.

*“Já vem da raiz do rap! O rap... é o que eu digo, é um combate aceso! É um combate aceso! É uma rima, mas é a mesma coisa que te meterem umas luvas e tás à frente de um ringue de boxe e ficar lá a dar socos até ficar cansado! O rap é isso! E quem não aguentar ficar a dar socos, sai do ringue! K.O. Tchau! Acabou o combate para ti! É assim. O rap é assim. “*

Afirma um dos entrevistados, a propósito: *“eu acho que, no mundo do rap, vai sempre haver isso. Vai sempre haver isso! Tá enraizado no sangue do rap, tás a ver? Depois isso varia de pessoa para pessoa, tás a ver? Quem gosta de arranjar rivalidades, arranjar beefs... isso eu...”*

*Encontram-se e tau “escreveste isso?” e falam cara a cara!...”*

Há outros que, no entanto, associam as rivalidades no *rap* a outro tipo de rivalidades e disputas e entre os quais as relações se tornam mais problemáticas. Isso verifica-se nomeadamente entre os *gangsta rappers*, que associam o *rap* (e a sua *crew*) a práticas contranormativas (nomeadamente tráfico de drogas e assaltos) e para os quais a sua zona é um território de domínio. Aí, como refere um dos *rappers* entrevistados, os conflitos aparentes entre *rappers* envolvem não uma *battle* no sentido clássico da disputa pelo estatuto de melhor *rapper*, mas sim disputas de território e de clientelas associadas às práticas contranormativas: *“isso [referindo-se aos beefs] se*



*calhar já vem de cenas que não tem nada a ver com o rap, mas que depois trazem para o rap, tás a ver?”*

Temos ainda *rappers* que afirmam não gostar de se envolver nessas rivalidades: *“Não, não tenho beefs com ninguém... com nenhum bairro...”*

Entre os *rappers* que não se revêm na prática dos *beefs* há, ainda a crítica aos que o fazem, por considerarem ser a importação de um modelo externo e que não se adequa à realidade portuguesa, crítica sobretudo dirigida aos *gangsta rappers*. Neste caso distinguem o *beef* (insultos em músicas que muitas vezes levam a confrontos violentos) da *battle* (essa sim aceite como prática ritual da cultura *hip-hop*):

*“os beefs são desnecessários muitas vezes são provocados por pessoas q vivem iludidas com a vida dos gangsters rappers americanos e q confundem a realidade americana com a portuguesa, as battles são positivas fazem parte da cultura hip hop, rivalidades existem e sempre hão de existir porque cada MC tenta elevar ao máximo a zona em q mora existe aquela rivalidade positiva em q dás o máximo pelo teu bairro mas q reconheces o bom trabalho q outros MC’s estão a fazer nos seus bairros também, e há a negativa em q não se respeita nada e ninguém e que em algumas vezes a retaliação e o alimentar da situação causa problemas graves”*

Temos um exemplo desse tipo de postura beligerante – ao estilo de *gangsta rapper* americano – na seguinte declaração:

*“Porque se formos a ver... o rap é um estilo de música mais agressivo! Sim. E marcando território... Se há território, tem que haver beef! Porque não há fumo sem fogo! É o que se diz: não há fumo sem fogo! E faço faixas e gravo sempre, mando sempre um props para o Monte da Caparica e se por azar um dia encontro um rapper na rua que esteve a falar mal do Monte da Caparica, por exemplo. Eu não lhe posso deixar falar mal de mim! Né? Isso é... um rapper de qualquer zona! Ele não pode falar mal do Monte da... por mais que ele seja quem seja! Ele pode ser o Cavaco Silva! Se falar mal do Monte, ele tem que levar connosco!”*

- **diferentes estilos ou vertentes de *hip-hop* e identificação com uma delas /rap com o qual se identifica\_underground**

Neste ponto temos unanimidade entre todos os *rappers* entrevistados. Todos se afirmam como sendo “do *underground*” ou, como muitos preferem dizer, do “*rap autêntico*”, “*rap a sério*”, “*rap de mensagem*”, que é a raiz do *rap*. Afirmam defender uma ideologia, uma mensagem de inconformismo face a uma sociedade injusta e discriminatória, enquanto os *rappers* de *mainstream* “se venderam” aos grandes interesses corporativos, que abdicaram da ideologia por dinheiro e reconhecimento público.

Alguns dos nossos entrevistados referem-se ao *hip-hop* como um “*rap calmo*” e ao *rap* como o verdadeiro, o autêntico, mais agressivo (tanto no *beat* como na mensagem). Outros designam o seu *rap* como “*rap do gueto*”, mas estas diferentes designações vão num mesmo sentido: a defesa de um *rap* que traz uma mensagem de denúncia das desigualdades e contestação social.

- **MC's 'a sério' e MC's passageiros**

Uma grande crítica feita pelos entrevistados é a crítica aos MS's passageiros, isto é, aqueles que se tornaram *rappers* pelas circunstâncias, pelo *rap* ser um estilo que está na moda e não por sentirem o *rap* como uma vocação. Criticam particularmente aqueles que cantam e falam de situações que não vivem. Criticam ainda os *rappers* de “sons de Verão”, que fazem uma música ou outra para vender na época das férias dos jovens e durante o resto do ano não vivem o *rap* como uma realidade do seu dia-a-dia.

- **Improviso ou trabalho diário de composição?**

Face à questão sobre o que vale mais, se o *free style* (improviso) que é praticado espontaneamente ou em *battles* ou o trabalho diário de composição, não tivemos uma posição unânime. A grande maioria dos entrevistados valoriza as duas componentes como sendo *skills* (competências) importantes para um bom *rapper*. Contudo, podemos afirmar que a maior parte acabou por afirmar a grande importância do trabalho diário

de composição, mais pensado, de pensar, elaborar e passar uma mensagem com a sua música:

*“Digo isto a todos os miúdos: o rap tá na escrita! É escrever muito. Ler muitos livros... começar a... a aperceber-se do que se passa mesmo à nossa volta! Que isso é que nos faz ser rapper, não é nada de mais!”*

Temos, então, neste segundo *cluster*, a representação das divisões num mundo cultural que é atualmente o mundo do *hip-hop*. Sendo *rappers* ainda em fase de afirmação social junto dos seus “ídolos”, tentam-se descolar da imagem dos *rappers* “vendidos” ao *mainstream*, justificar a sua autenticidade e solidificar o seu posicionamento na cultura.

Um terceiro *cluster* identificado, embora com um peso bastante menor, é aquele que reflete acerca do processo de trabalho envolvido na concretização do seu *rap*, a que designámos **o labor do rap**. Neste, os *rappers* que dão corpo a este grupo refletem sobre os seguintes subtemas:

- temas que aborda no seu *rap*;
- autoexigência de qualidade no *rap* divulgado;
- edição de álbuns de *rap*;
- mensagem que quer passar com o *rap*;
- evolução do seu *rap*;

Neste terceiro *cluster* encontramos 4 *rappers*, todos homens, do PIA (três do Bairro Amarelo e apenas um de outro bairro do PIA) e maioritariamente da faixa etária mais velha (dos 28aos 33 anos), havendo apenas um jovem entre os 23 e os 26 anos. Face às entrevistas realizadas e à observação participante junto destes *rappers*, verificamos que se trata de um conjunto de *rappers* já com alguma experiência no mundo do *rap underground* e que procuram consolidar o seu espaço como *rappers* reconhecidos pela sua qualidade e procuram defender o *rap* do Monte de Caparica, daí a importância que conferem à elaboração de um trabalho de qualidade e que possa ser assim considerado pela comunidade de *rappers* nacional.

## 9.2. *Hip-hop*: movimento social, movimento cultural?

Podemos afirmar a existência de uma nova cultura política urbana, de um novo movimento social urbano, o movimento *hip-hop*?

A ideia subjacente é a de analisar, em primeiro lugar, se podemos, neste caso, falar de um movimento social e, se pudermos fazê-lo, analisar as possibilidades no interior de movimentos sociais como o do *hip-hop* no sentido de construir uma cidadania coletiva e pensar como é que se poderia incorporar o Movimento *Hip-Hop* na discussão e planeamento de Políticas Públicas mais adequadas aos novos contextos das metrópoles atuais, particularmente para determinados segmentos da população, sobretudo dos jovens.

### 9.2.1. O que são movimentos sociais? Um longo debate...

Podemos afirmar que Alain Touraine (2002) foi um dos primeiros a investigar e teorizar sobre a questão dos movimentos sociais, teorização esta que assenta essencialmente no movimento social operário. Toda a obra de Touraine assenta (na já velha dicotomia entre a teoria do consenso e do conflito), na ideia de que a sociedade se baseia mais em conflito do que em consenso, sendo a sua conflitualidade imanente, no fundo, o motor da sua evolução. Esta conflitualidade imanente deve-se, em grande parte, à oposição de classes. Ora, neste contexto surgem os movimentos sociais como a reação da classe dominada à imposição que lhe é feita (económica, social, cultural e politicamente) pela classe dominante. A classe dominada tentaria, assim, através dos movimentos sociais, apropriar-se do comando da evolução social. Como facilmente se perceberá esta definição de movimento social está intimamente relacionada com o “movimento social operário” já que este apresentou durante décadas efetivamente essa postura, isto é, de luta de uma classe dominada face a uma classe sentida como opressora.

Quanto àquilo que são, para Touraine, as características dos Movimentos Sociais, o autor vai defini-los com base na ideia de oposição, mais uma vez. Assim, a ideia é de que algo só se define e é definido pelo seu contrário (como só percebemos o que é o frio porque sabemos o que é o calor). Assim, o Movimento Social define-se por si mesmo, por aquilo que ele é, pelo que representa e pelos seus atores (*Princípio da*

*Identidade*) mas também por aquilo que ele não é, pelo seu oposto, pelos seus adversários (*Princípio de Oposição*). Por fim, esta definição só será possível num determinado contexto, numa determinada sociedade que dá sentido ao Movimento social e aos seus opostos/adversários (*Princípio de totalidade*).

Ora, se esta definição e teorização de Touraine estava muito baseada no movimento social operário, o que sucede quando este deixa de ser socialmente relevante? Acabam-se os movimentos sociais? Para Touraine não, já que podemos falar de novos movimentos sociais, mas com um carácter diferente do anterior. Estes novos movimentos sociais não têm na sua origem uma classe social definida nem uma base organizada como o anterior. Enquanto o movimento social operário tinha a ambição, como vimos, de instaurar uma nova ordem social, os novos movimentos sociais não procuram essa imposição de um novo modelo económico-cultural, mas apenas a satisfação de direitos considerados avulsamente (à homossexualidade, à igualdade de género, ao teto, etc.). Os atores que lutam por direitos são, por definição, grupos *sem* qualquer coisa – sem teto, sem documentos, sem reconhecimento, etc. Assim, a grande luta atual é contra o sistema excludente, contra a exclusão social a variados níveis.

Nesta ordem de ideias, de lutas avulsas e singulares, seria difícil categorizar os novos movimentos sociais e descobrir uma lógica que lhes fosse comum. Nesse sentido, torna-se preciosa a contribuição de Melucci (1997) - que foi aliás discípulo de Touraine. Este autor, pegando na contribuição do seu “mestre” vai desenvolvê-la e afirmar que os Novos Movimentos Sociais (NMS) não são totalmente singulares e diversos podendo-se, de resto, identificar uma série de características que lhes são comuns: situam-se fora da esfera do trabalho e da produção; caracterizam-se por uma desconfiança comum para com o Estado (partidos e políticos); desenvolvem uma ação crítica e contestatária colocando em questão uma esfera particular da existência social e não a sua totalidade como antes; querem atingir rapidamente essa condição específica pela qual lutam, gerando uma série de práticas alternativas às normativas (exemplo da luta pelo direito ao casamento homossexual); exprimem uma nova cultura política caracterizada por valores de viver melhor, qualidade de vida, direito à diferença; não se articulam entre si, cada luta desenvolvendo-se sozinha; são dominados por particularismos específicos, não se congregando em torno de um objetivo comum de mudança social abrangente.

Podemos, deste modo, salientar que a característica mais estruturadora destes NMS são a desconfiança para com as Instituições, o pluralismo das suas manifestações e a ideia de uma cultura alternativa, de uma nova cultura política aberta e flexível que pretendem ver substituir as instituições físicas e simbólicas dominantes na atualidade.

Outro autor com um papel relevante no estudo os movimentos sociais e particularmente na visão não atomística destes, é Jean Remy (1998). Este autor vai pensar, com efeito, os movimentos sociais, como uma “peça na engrenagem da mudança social”. São movimentos que surgem numa conjuntura específica, com propósitos e objetivos contextualmente perceptíveis e que contribuem para o avanço social num ou noutro sentido.

Importa ainda pensar a contribuição deste autor a nível da sua estruturação daquilo que são as etapas do movimento social. Remy (1998) apresenta uma grelha de análise da evolução do movimento que procura cruzar o eixo coletivo com a individualidade. Assim,

Etapas 1: em que o grupo transformador procura a rutura cultural e se depara com a resistência do resto da sociedade à sua proposta. Nesta fase de confronto com a autoridade a identidade coletiva e o sentimento de pertença está muito ativo;

Etapas 2: é a fase de mobilização da população mais geral para o movimento, em que se procura expandir os novos códigos culturais. Se a primeira fase era de desconstrução (do socialmente dominante), esta é de reconstrução com base em novos códigos. É a fase em que a liderança surge como pedra fundamental para o sucesso;

Etapas 3: é a fase já de consolidação e normalização das novas formas culturais através da institucionalização. Nesta fase ou temos a institucionalização completa da proposta inicial do movimento ou, se for uma institucionalização parcial, o mais provável é que surjam novos movimentos dentro do primeiro. Segundo Remy o sucesso do movimento nesta fase depende deste conseguir, ou não, transformar as suas novas formas culturais e sociais em necessidades sociais a maioria;

Etapas 4: é a etapa da institucionalização efetiva/triunfo do movimento que, no ciclo normal da mudança, se refletirá na sua perda de sentido para as novas gerações que já o veem como velhas formas culturais e no nascimento de novos movimentos de contestação.

Porque importa a análise destes autores e das suas propostas de leitura da realidade?

Tendo em conta as afirmações e interpretações que fomos tendo dos acontecimentos e das práticas sociais registadas no terreno de estudo, apresentou-se-nos pertinente aprofundar o estudo dos movimentos sociais, em particular das formas possíveis de abordar e conhecer os movimentos sociais. Parece-nos, com efeito, que poderemos eventualmente estar na presença de um (ou vários) movimentos sociais de periferia que congregam grande parte das energias de muitos atores sociais no bairro estudado. Assim, afigura-se-nos pertinente adquirir as ferramentas necessárias ao estudo dos movimentos sociais para percebermos se estamos, com efeito, na presença de um novo movimento social urbano.

### **9.3. O movimento *hip-hop***

#### **9.3.1. As raízes do movimento *hip-hop***

Segundo vários autores, entre os quais Boaventura de Sousa Santos (1997), a década de 1970 foi marcada pelo acirrar das condições do capitalismo em diversos países e com este emergiram novas desigualdades e dificuldades, tanto no campo económico como no social. Se ao poder económico juntarmos a “dominação simbólica” efetivada pelas classes do poder sobre aqueles que não detêm o poder de se exprimirem de forma “audível”, verificamos que muitas camadas da população, muitos grupos sociais (especialmente aqueles mais atingidos pelas novas desigualdades sociais) sentem essa falta de controlo sobre a sua existência e o domínio económico/social/cultural que sobre eles pesa. Se a maioria dessa população, ainda assim, se mantém “em silêncio” e executando pacífica e silenciosamente o seu dia-a-dia, há outras partes dessa população que procura de alguma forma contrariar, nem que seja de forma simbólica, esse estado de coisas. Dentro desses grupos que se manifestam encontramos o designado “movimento *hip-hop*”.

Com efeito, ainda nos anos 1970 surge, nos EUA. o Movimento *Hip-Hop*.

Mas, porquê associar esta fase do capitalismo ao surgimento do *hip-hop*?

Segundo variados autores o surgimento do movimento *Hip-Hop* está exatamente relacionado com as consequências mais imediatas do capitalismo: preconceito racial,

miséria e desigualdade.

Esta situação foi vivenciada por várias comunidades, em especial nos Estados Unidos, onde o crescimento urbano e tecnológico promoveu a divisão de trabalho, assim como desemprego devido à automatização de tarefas outrora realizadas manualmente, situação esta que coincidiu com a crise do petróleo de 1973 e que veio agravar ainda mais a situação socioeconómica das classes mais vulneráveis.

Para a comunidade do *South Bronx*, situada em Nova Iorque, além dos problemas socioeconómicos, ocorreram também os políticos: como a construção de uma rodovia (a *Cross – Bronx – Expressway*) que gerou a desapropriação de setenta mil residências e culminou na depreciação imobiliária, segundo Rose (1997). No bairro do Bronx concentravam-se os trabalhadores de classe média e baixa de origem judaica, italiana, alemã, para além de irlandeses e negros, sendo que os mais atingidos pela Política de “deslocação” foram os negros e os porto-riquenhos.

Para culminar e aumentar o descontentamento destas populações, em 1977 ocorreu um racionamento de água, ocasionando um apagão (corte temporário do fornecimento de energia elétrica) em Nova Iorque, momento no qual muitas lojas foram saqueadas. Segundo Rose (1997: 201), “nos bairros mais pobres (o *South Bronx*, *Bedford Stuyversant*, o *Brownsviller* e nas áreas de *Crown Heights* no *Brooklyn*, a área da Jamaica em *Queens* e *Harlem*) aconteceu a maior parte dos saques”.

O bairro do *Bronx*, tal como os restantes acima citados, passou a ser (re)conhecido como um lugar de violência, onde a lei não vigora, um local sujo e degradado. Esta imagem tem sido, desde essa altura, continuamente veiculada em fotos e filmes como sendo a principal identidade deste lugar marginalizado, habitado por negros e hispânicos, na sua grande maioria.

Nesta altura (década de 1970) e apesar da dificuldade em fazer uma organização de cariz popular, já que muitas famílias foram realojadas no bairro do *Bronx* sem que tivessem qualquer sentimento de pertença ao bairro nem conhecimento de outras famílias e comunidades aí existentes, perceberam que não poderiam ficar passivamente a ver o que ia acontecendo, aceitando tudo que lhes fosse imposto - foram assim tomando consciência da necessidade de modificar esta situação.

Outro fator que também ocorreu paralelamente ao surgimento do Movimento *Hip-Hop* foi a Guerra do Vietname entre 1965-1975, onde a maioria dos soldados



recrutados para guerra era de origem negra e latina. Para se manifestarem contra esta guerra, os “dançarinos de rua” (em inglês *street dancers*) reproduziam movimentos que representavam os soldados mutilados da guerra, ou ainda movimentos representando a hélice dos helicópteros utilizados na guerra, entre outras representações – movimentos estes que seriam a origem do *break dance*, uma das dimensões atuais do *hip-hop*.

É neste contexto que o movimento *Hip-Hop* tem o seu berço. Como reação de revolta contra o modelo socioeconómico e cultural hegemónico e contra as condições de vida a que se sentiam aprisionados. Se com a desestruturação dos antigos bairros e os realojamentos as antigas identidades comunitárias foram destruídas, por outro lado nesta situação de reestruturação do tecido urbano e de uma nova configuração em termos de comunidades e famílias presentes, vai então emergir, de uma forma alternativa, uma nova identidade coletiva, o movimento *Hip-Hop*.

### 9.3.2. Mas o que é afinal o *Hip-Hop*? As suas raízes, evolução e divisões...

*Hip-Hop* é uma palavra que designa em português “Saltar mexendo os quadris”. Conforme Juny KP (2001), o termo *hip-hop* foi criado pelo DJ África Bambaataa que se teria inspirado em dois movimentos cíclicos: um deles estava centrado na forma pela qual se transmitia a cultura dos guetos americanos; a outra estava na forma de dança popular na época, a qual consistia em saltar (*hop*) movimentando os quadris (*hip*).

O *Hip-Hop* caracteriza-se por um conjunto de quatro elementos: o *DJ*, o *Rap*, o *Break* e o *Graffiti*, ao que se junta a estes termos encontrado na literatura, autores que também consideram como elemento caracterizador do movimento um estilo próprio de se vestir. Cada elemento teve o seu surgimento de forma isolada sendo que gradualmente se foram agregando, formando o atual *Hip-Hop*.

O primeiro elemento é o *Disc Jockey (DJ)*, sendo que segundo Juny Kp (2001) o termo “*DJ*” designa aquele que, para além de tocar músicas, manipula o gira-discos e cria novos sons. Este autor explica ainda que Kool Herc foi quem introduziu o uso de dois gira-discos para a performance do *DJ*, podendo assim inovar com a repetição de trechos de músicas (*chamadas de breakbeat*) de vinil. Em 1977 uma importante mudança é introduzida, mudança esta que ainda hoje é a marca, o símbolo do DJ – o do *scratch*

(girar o vinil para frente e para trás). O *scratch* foi uma importante inovação pois proporcionou, e ainda proporciona, que novas performances, totalmente individuais e elaboradas no momento, sejam realizadas. Uma derivação que daí viria seria o *back to back*, performance que consiste em fazer a repetição de uma mesma frase em dois giradiscos diferentes.

Convém realçar que o papel do DJ tem vindo a alterar-se. Inicialmente cabia-lhe realizar a performance ao vivo em festas, na qual se fazia notar pela destreza em lidar com o aparelho giradiscos – através do qual manipulava discos comercializados/comerciais, fazendo o seu próprio som através da transformação da faixa sonora já conhecida por todos noutra música mixada. Também era missão do *DJ* fazer a comunicação com o público, comunicação esta que gradualmente foi-se transformando em discursos mais complexos, alguns dos quais se tornaram inclusivamente estrofes de letras. Com o evoluir do movimento esta função de comunicar e discursar passa a ser desempenhada por outro elemento – o *MC* – *Mestre-de-cerimónias*, voltando o *DJ* à sua original função de trabalhar com o giradiscos e animar a parte musical das festas.

O segundo elemento é o *Rap*, caracterizado por se utilizar uma faixa sonora e a partir dela, serem criados pelos *rappers* ritmos e poesia que podem ser apenas falados, recitados ou mesmo cantados, com letras geralmente polémicas que podem ser improvisadas ou não e que são divulgadas, então, pelo *Mestre-de-cerimónias (MC)*. O *MC*, segundo Juny Kp (2001) também se designa “rimador” e ele tem a preocupação/função de representar constantemente a cultura *Hip-Hop*, de apresentar a realidade em que vivem (os bairros degradados, os *guetos* como os próprios gostam de afirmar) que nem sempre é positiva, sendo muitas vezes composta de miséria, violência e fome.

O *MC*, no fundo, é aquele que faz *Rap*, muito embora depois dentro do movimento surjam desencontros que levam alguns a separar o *hip-hop* (movimento mais global) do rap, situação que desenvolveremos posteriormente.

Conforme Silva, citada por Magro (2002: p. 71): *Rap (Rhythm and Poetry)* é um estilo musical originado do canto falado da África Ocidental, adaptado à música jamaicana da década de 1950 e influenciado pela cultura negra dos *guetos* americanos no período pós-guerra. As letras das canções de *rap* são denúncias da exclusão social e

cultural, violência policial e discriminação racial; constituindo-se de longas descrições do dia-a-dia de jovens que vivem nas periferias de centros urbanos.

Outra faceta do *rap*, citado por Shusterman (1998) é a sua versatilidade, pois o *rap* apropria-se de trechos de canções populares, músicas clássicas, *jingles* de publicidade e de música eletrônica de jogos de vídeo/consola. “Ele se apropria até mesmo de conteúdos não musicais, como reportagens de jornais na TV e fragmentos de discursos, tais como o de Malcolm X e Martin Luther King” (Shusterman, 1998: 149).

O *Break* é o terceiro elemento e segundo Juny Kp (2001), o termo *Break* foi criado pelo DJ África Bambaataa reportando-se ao movimento dos quadris, como referimos anteriormente. A dança é o resultado da junção de vários ritmos e estilos surgidos na década de 1970. A manifestação do *break* é em forma de dança, onde os *B. Boys* (como são chamados os dançarinos de *break*) usam as suas práticas corporais para fazerem mímicas, imitando robôs. Procuram, dessa forma, através da dança, criticar e contestar o sistema vigente. Juny Kp (2001) adverte que o *b.boys/b.girls* dançam o *Bboying*, *breaking* e não *Breakdance*, tratando-se este de um termo lançado pela comunicação social e que não se relaciona ao *Break* de raiz. Para Diógenes (1998), através do *Break*, os jovens negros norte-americanos contestavam a situação dos jovens soldados que iam para guerra do Vietname e voltavam mutilados da guerra. Outra função outorgada ao *Break* era a de tentar diminuir as desordens e rixas entre os gangues de rua, transformando esta forma de violência urbana num ritual de desafio através da performance corporal. Juny Kp (2001) expõe que os estilos de Nova Iorque apresentam influência das artes marciais (chinesas), das danças nativas da África e dos Estados Unidos e ainda da Capoeira brasileira. Gradualmente foram surgindo inúmeras derivações do *Break*, como, por exemplo, o *tok rock*, que é considerado a marca registada, o cartão-de-visita do *B.boy/B.girl*; o *Footwork*, base do *B.boy*; o *Freeze* que é o congelamento de um movimento por pelo menos dois segundos e, por fim, os movimentos baseados na ginástica, ginástica olímpica influenciada pela vivência da rua. Com a evolução do *DJ*, outras batidas musicais foram sendo criadas e que os *B.boys/b.girls* acompanharam corporalmente com a criação de novas técnicas. No entanto, não demorou muito para que a evolução do *Break* se tornasse motivo para competições e exibições. Nessas exibições sobressaíam os saltos e estavam em jogo as rivalidades entre os grupos havendo mesmo duelos de performances para se apurar

qual era o melhor grupo/gangue.

O último elemento é o *Graffiti* termo que, segundo Silva (2004), deriva de grafito (desenho de época antiga feitos grosseiramente). O *Graffiti*, segundo Rose (1997), tem como precursor o *Grafiteiro* Futura, que depois de ter perdido o seu trabalho numa gráfica, devido à informatização desta, passou a fazer o uso do *spray* como forma de divulgar a sua arte, as suas mensagens e a sua assinatura (denominada *tag*, esta é a principal identidade entre os *graffiteiros*). O *tag* representa ainda uma forma de comunicação, já que os comboios (um dos locais privilegiados pelos *graffiteiros* para se manifestarem) levavam as suas mensagens de um bairro a outro. O *Graffiti* é considerado um estilo de desenho de traços livres e de efeitos visuais, caracterizado principalmente pela diversidade de tonalidades e cores; podendo ser realizado em paredes, muros, roupas e telas. As pinturas realizadas tratam geralmente de temas sociais.

A junção dos elementos caracterizadores do *Hip-Hop* dava-se inicialmente em festas que ocorriam na própria comunidade, onde o *DJ* “brincava” com a música mixada, ao som da qual o *MC* discursava, os jovens dançavam o *Break*, e os *graffiteiros* produziam os seus murais de arte.

Em todas estas manifestações do *hip-hop* percebia-se claramente o seu carácter de contestação da realidade e a vontade de exposição da situação de desigualdade social vivenciada pela sua comunidade empobrecida.

Segundo Souza (2000), a partir de 1983 vai começar, contudo, a divulgação do *rap* de forma isolada e que se tornaria um negócio lucrativo, contrastando com a situação das periferias que se encontram cada vez mais empobrecidas.

A indústria cultural, percebendo o potencial deste sector de mercado, tem vindo a tentar (e a conseguir efetivamente) canalizar estas novas formas culturais originalmente com um pendor contestatário para uma forma mais comercial e distante do seu cariz de revolta e contestação social. Tem conseguido, com efeito, converter esta forma de resistência favorecendo “o sistema” (as grandes editoras discográficas) e subvertendo a intenção inicial do movimento. Parte do movimento *Hip-Hop* ficou vulnerável a esta apropriação, mas não na sua totalidade. Por isso hoje em dia temos o *hip-hop* comercial (*mainstream*) e o *hip-hop underground* (sendo este aquele que mantém a sua ideologia de origem e que continua, segundo os seus defensores e

praticantes, a sua luta contra o sistema dominante).

### 9.3.3. O *hip-hop* hoje

Nos anos 1970, no Bronx, tínhamos um contexto específico em que falhavam ou eram destruídas as redes de solidariedade tradicionais, em que se acumulavam problemas económicos, demográficos e habitacionais, a desigualdade aumentava e o emprego decrescia, contexto este em que um conjunto de jovens fechados no bairro começa a transmitir a sua indignação aos seus pares através desta nova forma cultural.

O que mudou até aos dias de hoje mas permitiu a manutenção deste fenómeno?

Mudar mudou muita coisa. Em primeiro lugar o fenómeno do *hip-hop* deixou de ser um fenómeno do bairro do Bronx e passou a ser um fenómeno mundial. Temos, portanto, a abertura ao meio exterior como a primeira grande mudança no fenómeno.

Em segundo lugar verificamos que esta abertura não se dá sem alterações. Verificam-se, com efeito, muitos “*hip-hops*” diferentes, tantos quantos os locais em que ele se implanta. A segunda grande mudança é, assim, a especificidade local do *hip-hop* atual. Se a matriz identitária global permanece una, as variantes e as cambiantes do fenómeno serão tantas quantas as realidades sociais e culturais específicas de cada local em que ele se implanta.

Podemos abordar este fenómeno de variadas formas, do ponto de vista estético (a música, a dança, etc.), do ponto de vista social (quem são os seus praticantes? E os seus seguidores?) e ainda do ponto de vista político e identitário (que movimento é este? Que implicações tem a nível político? Que efeitos e mudanças procura? Que identidades cria?).

A nossa análise situa-se mais nestas últimas duas perspetivas. Tendo a primeira sido já analisada acima, passaremos agora à análise deste fenómeno do ponto de vista político e identitário, já que nos interessa, precisamente, e como afirmámos acima, perceber se estamos perante um movimento relevante a nível da formação de um coletivo, de uma identidade, de um movimento mais ou menos coerente. Claro que precisaremos, adiante, de perceber qual é a sua base de sustentação social, quem são, em Portugal e no Bairro Amarelo em especial, os defensores do movimento.

Podemos falar de um movimento de luta e resistência?

Será um movimento que congrega militantes com um *background* social, económico e cultural similar e que sentem a necessidade de lutar por uma sociedade diferente? Existe uma luta por direitos sociais ou trata-se apenas de música e dança? Temos aqui um fenómeno capaz de agregar elementos em torno de um eixo comum, de criar identidade, práticas, valores e modos de estar comuns?

Temos, através da análise da literatura sobre o assunto, uma série de respostas diferentes para estas perguntas. Se temos autores a afirmar claramente que sim, outros afirmam que estamos perante uma “tribo urbana”, uma “subcultura”, que se trata não de um movimento social mas de um movimento cultural... E temos outros autores que afirmam que depende dos casos, em certos casos poderemos responder afirmativamente às questões anteriores, o que equivaleria a dizer que sim, estamos perante um movimento social, mas que noutros casos estamos apenas perante uma manifestação cultural sem maiores consequências sociais.

Se considerarmos o *hip-hop* na sua vertente não comercial (já que considerar o *hip-hop* “industrializado” com todas as alterações de discurso e o seu esvaziamento em termos de reivindicação não faria sentido neste estudo) **poderemos, colocar a hipótese de estarmos perante um meio (chamemos-lhe movimento) de expressar revolta.**

Com efeito, o *hip-hop* “*underground*” constitui, para os seus praticantes e seguidores, um meio privilegiado para expressar insatisfação com o estado do mundo, revolta e resistência das populações mais desfavorecidas, das minorias étnicas e dos “filhos da imigração” para com a situação de exclusão social a variados níveis de que se sentem alvo. Este sentimento de injustiça vai sendo construído e culmina, para grande parte dos seus seguidores, numa rejeição total do modelo de sociedade em que vivem, desde o seu bairro à configuração das relações internacionais.

Uma possível “prova” de que o *hip-hop* tem um cariz reivindicativo é o facto dos seus intérpretes e inclusive seguidores pertencerem, na sua grande maioria, às classes socioeconómicas mais desfavorecidas e às minorias étnicas mais desprivilegiadas nas nossas sociedades ocidentais e nomeadamente europeias.

#### 9.3.4. O *hip-hop* em Portugal

A génese daquilo que viria a ser chamado movimento *hip-hop* em Portugal surge no início dos anos 1980, no exato momento da eclosão dos denominados “novos movimentos sociais”, que passam a incorporar questões como a de género e raça no processo de constituição de um novo modelo de sociedade, mais pluralista, democrática, participativa e cidadã (Lemos, 2004), criando novas formas e novas práticas de exercício político reivindicatório.

Em Portugal o movimento *hip-hop* pode, segundo Simões (2006) ser dividido em 4 épocas distintas:

1. De inícios dos anos 1980, em que ocorreram os primeiros contactos com essa nova forma cultural, ao fim da década/início dos 1990, período em que se começa a constituir o movimento e surge a primeira geração de MC's, DJ's, *writers* e dançarinos;
2. A confirmação do sucesso e de uma certa institucionalização do movimento e a sua comercialização e mediatização: início dos anos 1990, até 1994/95;
3. Nova fase de invisibilidade do movimento, o que parecia ser a sua explosão parece ter implodido e o movimento volta aos bairros: de 1994/95 a 2000;
4. Consolidação do *rap* como uma área importante da indústria discográfica portuguesa, sua institucionalização e comercialização. Nesta fase dá-se o fenómeno de “absorção” de grande parte do movimento pelo sistema, o que gera a grande dualidade *hip-hop* comercial – *hip-hop* alternativo/*underground*, sendo essa a situação que temos hoje em dia.

Na primeira fase tivemos o importante papel da divulgação do *rap* americano, assim como os primeiros contactos com o mundo do *graffiti* e do *breakdance* em Portugal. Seria também nesta fase que se começariam a ver em Portugal os primeiros filmes americanos sobre o *hip-hop*. Seria apenas no final da década de 1980 que se começaria a falar de um movimento *hip-hop* em Portugal, com a primeira geração de cantores e DJ's portugueses.

Interessante é o facto de ser reconhecido entre os apreciadores do movimento, que o seu “berço nacional” foi a Margem Sul do Tejo, particularmente o Miratejo – zona caracterizada pela forte prevalência de populações carenciadas e por imigrantes dos PALOP e seus filhos (os “filhos da imigração”).

Nesta fase, os apreciadores do *hip-hop*, nas suas várias vertentes, eram ainda tão poucos ainda que se sentiam parte de uma verdadeira comunidade, sendo o sentimento de pertença e de afinidade cultural elevado. Era uma fase em que as várias vertentes estavam ainda muito interligadas (*DJing*, *MCing*, *breakdance* e *graffiti*) já que constituíam, em conjunto, um modo de vida específico de uma população também ela com características muito específicas e com um sentimento comum: de pertença a uma comunidade excluída e de revolta para com a sociedade dominante que os excluía.

Com o início dos anos 1990 o *hip-hop* começa a sair dos bairros e a organizar-se: uma série de atividades organizadas começam a surgir (exemplo disso são as noites de *hip-hop* em bares e discotecas), começam a ter canais de divulgação nacionais (como programas de rádio). Assim que o *hip-hop* começa a ter maior visibilidade, começa desde logo a surgir o denominado “*hip-hop underground*”, praticado e defendido acerrimamente por aqueles que não queriam a industrialização e institucionalização das duas formas culturais, por verem nestas mais do que música e dança. São os defensores da mensagem de revolta e insatisfação com o estado de coisas na sociedade e que consideram que o facto de o movimento ser absorvido pela cultura dominante lhe iria retirar a sua veia inconformista e a sua capacidade reivindicatória – a sua mensagem seria subvertida (o que viria, de facto, a acontecer).

Valete, um MC do *hip-hop* alternativo explicita isso bem na rima:

*Não tenho platina por isso dizem que eu não ando,  
Eu não ando, eu undergroundo*

Em 1994 confirmar-se-ia esta fase de grande exposição mediática do *hip-hop* nacional com o álbum da grande editora discográfica internacional Sony, o álbum *Rapública*. Este foi o primeiro grande marco no *hip-hop* nacional, que permitiu que o *rap* nacional (até aí de bairro) passasse a constituir um produto comercial reconhecido e instituído.

Se o *hip-hop* começou, em Portugal tal como nos EUA e nos países europeus, como um fenómeno suburbano (das grandes metrópoles e seus arredores onde se situavam as tais “ilhas de miséria” e exclusão social com grande presença de minorias étnicas desfavorecidas), em meados dos anos 1990 o *hip-hop* estende-se a todo o país – sendo que depois teremos variantes do *hip-hop* nacional com os seus respetivos defensores.



No ano de 1996 teríamos o *Primeiro Festival hip-hop* organizado pela Câmara Municipal de Lisboa durante as Festas da Cidade, sendo que esta primeira edição não teria continuidade.

Com efeito, a partir da segunda metade dos anos 1990 e até ao ano de 2000 o *hip-hop* entraria de novo na invisibilidade mediática.

A este curto período seguir-se-ia, aí sim, o período de efetiva institucionalização do *hip-hop* português, com a criação de um circuito discográfico consolidado e muito produtivo, com programas em canais de rádio e televisão que conferem tempo de antena ao *hip-hop*, com locais de consumo especializado não apenas da vertente musical como inclusive de roupa associada ao movimento – *streetwear*, com a realização inclusive de *workshops*, apresentações de trabalhos de artistas em espaços culturais de elevado gabarito nacional, etc.

Segundo Simões (2006), este período de grande visibilidade e institucionalização do fenómeno fica a dever-se a três grandes fatores: às iniciativas institucionais que vêm apoiar e incentivar a inserção do *hip-hop* no *mainstream*; a divulgação nos *media* e o cruzamento de iniciativas institucionais com iniciativas privadas, consistindo as primeiras em iniciativas que provêm de fora do meio do *hip-hop* e as segundas internas, ou seja, patrocinadas pelos próprios praticantes.

O início do milénio vai trazer um renascer do fenómeno em Portugal, com a multiplicação de novos praticantes, com o incremento da mediatização e ainda com a associação (muito importante) de editoras independentes com as grandes editoras nacionais e internacionais – fatores que muito contribuem para o dinamismo do fenómeno a nível nacional. Outro importante veículo do *hip-hop* seria, por fim, a Internet podendo inclusive falar de *hip-hop* dentro e fora da Internet.

Este incremento do *hip-hop* comercial e “domesticado” vai fazer com que também o *hip-hop* mais “*underground*”, de bairro, de resistência tenha um desenvolvimento considerável, como contrapeso ao primeiro. Começam a surgir cada vez mais “puristas” que defendem a manutenção do cunho original do *hip-hop*, a sua versão de bairro e de crítica social que parece perder-se com a institucionalização.

Será “este *hip-hop*” que nos interessará analisar já que é o *hip-hop* praticado entre os jovens rappers estudados e, por outro lado, porque se pudermos falar de um movimento de contestação, de um sentimento de pertença relacionado com espaços de

exclusão e com sentimentos de revolta, será neste subtipo do *hip-hop* que poderemos encontrá-lo.

#### 9.3.5. O *hip-hop* “*underground*”/de intervenção

Como vimos anteriormente o *hip-hop* é uma expressão cultural que apresenta manifestações locais em diferentes pontos do globo em que em cada um destes pontos vai sofrer uma adaptação e será recriado conforme as experiências vividas em cada um desses locais específicos. Será em função das características sociais, políticas, económicas e culturais de cada local que “novos *hip-hops*” surgirão e se afirmarão na sua especificidade.

Contrariamente ao que alguns dos protagonistas do movimento procuram afirmar e fazer crer, os *hip-hoppers* não são todos pobres, pertencentes a minorias étnicas (negros em particular) e discriminados socialmente. Em algumas vertentes do *hip-hop*, como os Dj’s e *Graffiti* particularmente, observa-se uma cada vez maior participação de elementos de classes mais favorecidas e não discriminadas.

Observa-se, no entanto, entre os *rappers* uma elevada prevalência, de facto, de jovens negros de subúrbio ou de bairros problemáticos em geral, com condições socioeconómicas desvantajosas e que sofrem de uma relativamente importante discriminação social e cultural na sociedade dominante.

Particularmente no que diz respeito aos protagonistas do *rap* de intervenção que a nós nos interessa especialmente, existe uma forte representação das comunidades africanas, de populações que se sentem excluídas e marginalizadas social, económica e culturalmente, pertencentes às franjas sociais mais desfavorecidas da sociedade portuguesa.

Assim, neste *rap* específico observa-se que a **etnicidade** se encontra no próprio código genético do movimento, sendo inclusivamente uma das suas bases de legitimação e de afirmação identitária (tal como acontecia, de resto, com o *hip-hop* “original” que surge no Bronx, EUA, nos anos 1970). Para além de esta etnicidade estar patente na mensagem veiculada pelas músicas e na origem dos seus praticantes (maioritariamente oriundos ou descendentes de imigrantes dos PALOP), torna-se evidente pela presença de uma forte influência, neste *rap*, da música africana e pelas muitas letras cantadas não em português, mas em crioulo.

*“É necessário tugas aprendi ta ama/ Antis di niggas bem aprendi ta odeia<sup>15</sup>”.*

(excerto de música de um jovem rapper do Bairro Amarelo)

Para além da etnicidade existe ainda uma forte presença das **classes mais desfavorecidas** e uma forte identidade baseada precisamente no sentimento de pertença a essa condição de classe.

Deste modo, «... o hip-hop afigura-se também uma manifestação engajada “politicamente” com assumidas conotações étnicas e classistas” (Simões, 2006: 454).

Este “código genético” assumido e glorificado vai fazer com que o discurso do *rap* de intervenção seja extremamente racializado (obviamente variando consoante os *rappers*) e apresenta como seus principais adversários a sociedade dominante que é, precisamente, a população branca dominante, as classes mais favorecidas, os “capitalistas e racistas” que, no seu entender, reproduzem o estado de coisas da sociedade atual e que promovem a sua exclusão social.

*Ka sta fixe por isso en ka sta calado*

*Se for preciso en ta canta pa choca estado<sup>16</sup>*

(excerto de música de um jovem *rapper* do Bairro Amarelo)

*Polícia tá ataca, tá faze rusga rusga*

*Tantos bandidos com crime y registos di lei*

*Justiça usa y abusa<sup>17</sup>*

(...)

*Revolta causa drama*

(...)

*Niggaz aceleram niggas não param*

*Niggaz não esperam, niggaz disparam*

*Niggaz disparam, niggaz disparam*

*Niggaz não cortam, niggaz não matam*

---

<sup>15</sup> “É necessário que os Portugueses aprendam a amar/Antes que os pretos aprendam a odiar”.

<sup>16</sup> “Aqui não está fixe por isso é que não estamos calados/ Se for preciso cantamos para chocar o Estado” (tradução livre).

<sup>17</sup> “Polícia está a atacar/ tá a fazer rusga, rusga/ Tantos bandidos com crimes e registos na lei/ Justiça usa e abusa” (tradução livre).

*Niggaz não roubam, só se safam*

*(...)*

*Fora da lei, dentro da lei*

*Nigga chora por dentro Eu sei*

*Tenta sair do gueto ok*

*Tenta sair do gueto ok*

*Tenta sair do gueto fixe*

*Tenta sair do gueto fixe*

*Cheios de medo*

*Cheios de medo*

*Mas nada vê...*

(excertos da música “*É na street*” de jovens *rappers* do Bairro Amarelo)

*Revoltado contra sistema*

*Revoltado com tendência pró guerra*

*Pobreza, miséria ta traz a rotina*

*Rebelde sem juízo, ta sobrevivi na monte*<sup>18</sup>

(excertos da música “*Vivência*” de jovens *rappers* do Bairro Amarelo)

Esta é, segundo o que pudemos apurar na análise dos *rappers* estudados, a “versão original e legítima do *hip-hop*” no entender destes *rappers* de intervenção, em que a negritude e a africanidade, juntamente com a capacidade de revolta e de questionamento da sociedade opressora são as suas principais impressões digitais.

Importa ainda referir que estes discursos classistas e etnicizados, de revolta e de crítica social tendem a ser discursos voltados para o interior, para os seus pares, e não para fora, para a sociedade contra a qual sentem que devem lutar. Estes *rappers* sentem que o seu dever é despertar aqueles que, estando na mesma situação de exclusão que eles, não estão disso conscientes e precisam de acordar e revoltar-se. Daí a sua

---

<sup>18</sup> “Revoltado contra o sistema/ Revoltado com tendência para a guerra/ Pobreza, miséria trazem a rotina/ Rebelde sem juízo sobrevive no Monte [referencia ao Monte de Caparica onde fica o Bairro Amarelo]” (tradução livre).

glorificação do movimento negro dos EUA e de figuras emblemáticas como Martin Luther King que são muito referidas nas suas letras.

*Direcção di mic é para guetto*

*D.G.B representa tudo preto*

*Guetto ou street*

*Street ou guetto*

*Guetto ou street revoluçon*

*Strett ou guetto comparaçon*

*Dedicaçon des son*

*Pa tudo niggas nhas irmons.*

*(...)*

*D.G.B fala pa guetto cu sentido*

*Cusa ki sta passa é cusa ki en sata fala*

*En tem liberdade de esprecon*

*por isso en ka Sata bem cala.<sup>19</sup>*

(excerto de música de um jovem *rapper* do Bairro Amarelo)

Convém ressaltar, no entanto, que existem, neste *rap* de intervenção, excepções à regra: *rappers* que têm um discurso transclassista e menos virado para a comunidade negra. Existem mesmo alguns *rappers* brancos que procuram veicular essa mensagem de revolta sem se conotarem apenas com uma comunidade étnica.

### **9.3.6. A relação com o espaço**

O *hip-hop* consiste num conjunto de práticas que se encontram, desde as suas origens, intimamente relacionadas com o contexto do bairro, da rua, de espaços que apresentam para os seus praticantes e seguidores um elevado simbolismo e que se constitui como um elemento agregador de identidades e sentimento de pertença. O bairro constitui, principalmente para os *rappers* de intervenção, o símbolo da sua

---

<sup>19</sup> “A direcção do mic [microfone] é para o guetto/ D.G.B. [nome do *rapper*] representa tudo preto/ Gueto ou street/ Street ou gueto/ Gueto ou street revoluçon/ Gueto ou street comparaçon/ Dedicações são/ Para todos os negros meus irmãos (...) D.G.B. fala para o gueto com sentido/ as coisas que se estão a passar não se estão a falar/ não há liberdade de expressão/ por isso é que aqui estamos bem calados” (tradução livre).

exclusão social, da injustiça social e da degradação das condições de vida dos seus pares. Não podendo fazer parte plena da sociedade que os exclui, o bairro, a rua, torna-se então o espaço que eles vão querer transformar no “seu espaço”, na sua propriedade, no símbolo da sua união contra a sociedade que os discrimina. O bairro aparece, então como o expoente máximo, tal como a sua música, de um mecanismo de “inversão simbólica”, isto é, os elementos negativamente conotados pela sociedade e cultura dominante tornam-se os elementos agregadores e construtores de uma identidade positiva (a única no seu entender) destas populações excluídas e que se sentem estigmatizadas.

O espaço tem uma importância, assim, muito evidente no *hip-hop*, já que todas as suas práticas são extremamente territorializadas e refletem (principalmente nas letras da música *rap*) as vivências dos habitantes do bairro, os problemas sentidos e o dia-a-dia do bairro.

*É na street nos vida ta passa*

*É na street niggaz ta trabalha*

*É na street qui no ta amanti nos gueto*<sup>20</sup>

(excertos da música “*É na street*” de jovens *rappers* do Bairro Amarelo)

Os territórios são, inclusive, disputados entre grupos de *hip-hoppers* diferentes, tanto social como simbolicamente (situação esta particularmente relevante no que diz respeito ao *graffiti* em que os *writers* têm espaços “seus” e se alguém “invade” o espaço de outro *writer* podem surgir conflitos entre grupos, particularmente entre grupos de bairros diferentes/rivais).

Assim, como afirma Simões (2006), “as relações de poder (se) materializam no espaço tal como a apropriação do espaço se apresenta como critério de afirmação no meio, traduzível em termos do reconhecimento e do estatuto dos protagonistas” (*op cit*: 436).

---

<sup>20</sup> “É na street que a nossa vida se está a passar/ é na street que os negros estão a trabalhar/ é na street que nós estamos a amar o nosso gueto” (tradução livre).

### 9.3.7. *Hip-hop* – um fenómeno juvenil?

Não podemos pensar este fenómeno do *hip-hop* sem problematizarmos a questão da Juventude, de como tem sido representada ao longo dos tempos pela sociedade adulta e das teorizações sociológicas que a seu propósito têm sido levadas a cabo.

Pensamos que podemos analisar o *hip-hop* de intervenção à luz desta noção de “tribos urbanas” e “identidades dissidentes” se, a par desta “dissidência” lhe juntarmos a noção de “convergência em torno de identidades territoriais, visuais e musicais”.

Por outro lado, interessa-nos ainda a definição de “estilo de vida” apresentada por Ricardo Campos: *“são empreendimentos pessoais (e, simultaneamente, coletivos) que apelam a uma manipulação de repertórios simbólicos, enriquecidos em permanência pelas indústrias culturais e pelo mercado global, sendo autoconscientemente reflexivos, necessitando de uma constante autoavaliação e de uma imensa capacidade de improviso.”* (Campos, 2010: 63).

Com efeito, pudemos verificar que estes jovens se encontram num processo de construção identitária, processo este que se baseia não só no que eles pensam acerca deles mesmos, como das representações sociais e expectativas dos “outros significativos”. A “identidade é hesitante, mutável, flexível, multissituada e os processos que a constroem são cada vez mais influenciados por múltiplos agentes, canais e meios de comunicação.” (Campos, 2010: 64).

Assim sendo, verificamos que podemos classificar o fenómeno do *hip-hop* neste contexto metropolitano tanto como “cultura”, como enquanto “subcultura”, dependendo da vertente de análise que nos interessar realçar em cada momento.

Pode ser considerado cultura porque tem um conjunto de pessoas que partilham uma identidade e sentimento de comunidade; dispõe de um vocabulário e forma de expressão específicas e dispõe de uma série de regras, valores e condutas que servem para distinguir a comunidade das restantes.

Pode ser interpretado também como subcultura já que se trata de um grupo de pessoas com uma posição subordinada, subalterna ou mesmo subterrânea num determinado sistema e porque os próprios (*hip-hoppers*) representam-se como uma subcultura (e talvez o mais importante para se denominar algo como subcultura,

conforme MacDonald (2001: 152) seja o facto da própria comunidade se ver enquanto tal e agir como tal, distanciando-se do resto da sociedade).

Segundo Ricardo Campos (2010) é legítimo, ainda, utilizar tanto o conceito de “subcultura” como de “tribo”, dependendo, mais uma vez, de que aspetos pretendemos acentuar do objeto de estudo.

Se pretendemos acentuar o todo coerente, com uma sustentação ideológica no conflito de classes e a ênfase na questão da “identidade” permanente e estruturada em torno de um conjunto de valores e regras em comum (ou se verificarmos que é desta forma que o nosso objeto se apresenta grandemente), então neste caso ser-nos-á útil o conceito de “subcultura juvenil”.

Se, por outro lado, verificarmos que a comunidade que estudamos se apresenta efémera, contraditória, unida pela ligação emocional e aparentemente despolitizada, em constante metamorfose e fusão híbridas, neste caso interessar-nos-á mais falar em “tribos” ou “neotribos”. Maffesoli (1987) fala mesmo em “comunidade emocional”, unida temporariamente de forma afetiva em torno de valores, lugares ou ideais. Aqui fala-se em “lógica de identificação” que põe em cena pessoas de máscaras variáveis em função dos valores e culturas a que se vão associando (e já não numa identidade permanente como nos retrata a subcultura juvenil).

O *hip-hop* poderá ainda ser visto como “projecto de evasão” (Fradique, 2009); “Cultura de rua”; fenómeno de “re-construção identitária” (*Idem*) – *rap* como forma de preencher a lacuna de não existir uma identidade negra na sociedade portuguesa, um processo de criação de uma nova história que não a oficial, com outros heróis e exemplos.

Podemos afirmar, com alguma segurança, que no caso de estudo aqui presente o *hip-hop* se apresenta, de facto, como uma cultura, pela implementação duradoura que tem no bairro, nas representações sociais, modos de vida e estratégias identitárias dos jovens estudados.

Pensamos que podemos analisar o *hip-hop* de intervenção à luz desta noção de “tribos urbanas” e “identidades dissidentes” se, a par desta “dissidência” lhe juntarmos a noção de “convergência em torno de identidades territoriais, visuais e musicais”.

Com efeito, pudemos verificar que estes jovens se encontram num processo de construção identitária, processo este que se baseia muito não só no que eles pensam



acerca deles mesmos como das representações sociais e expectativas dos “outros significativos”. A “identidade é hesitante, mutável, flexível, multissituada e os processos que a constroem são cada vez mais influenciados por múltiplos agentes, canais e meios de comunicação.” (Campos, 2010: 64).

### 9.3.8. *Hip-hop* – um movimento social?

Defendemos aqui a ideia de que o movimento *hip-hop* promove um processo de reconstrução de identidades nas comunidades onde ele se insere.

Não sabemos, ainda, contudo, até que ponto este movimento constituirá um movimento mais completo do que um movimento cultural, isto é, será que podemos falar num movimento social?

Diversos autores afirmam mesmo que este movimento tem dado origem à constituição de um novo patamar urbano de organização social que procura valorizar e defender as pluralidades, as diferenças, as dicotomias que formam e caracterizam os processos de construção de uma verdadeira sociedade democrática e igualitária. (Hall, 2003; Lindolfo Filho, 2004).

Em Portugal, pensamos poder afirmar que o *hip-hop* tem-se vindo a tornar, gradualmente, na mais recente etapa de um processo de resistência que vem sendo desenvolvido pela população residente em espaços urbanos degradados e estigmatizados.

Este segmento social de jovens urbanos periféricos passa a utilizar o movimento *hip-hop* como o seu meio preferencial de expressão das suas dificuldades, das suas reivindicações, das suas denúncias, sendo estas resultantes do seu dia-a-dia, de um meio social onde a qualidade de vida, as oportunidades de mudança e os serviços básicos do Estado não existem ou são extremamente precários (ou pelos menos assim o são nas suas representações sociais).

Simões afirma que poderemos analisar o movimento a partir de uma série de oposições:

- **Interior vs. Exterior:** já que é um fenómeno que se define, primeiro que tudo, face e contra o exterior e no qual existe uma luta interna muito grande para definir critérios de autenticidade (os puristas afirmando que só é verdadeiro *hip-*

*hop* aquele que não se comercializa nem se deixa “domesticar” pela sociedade dominante, fora do “gueto”);

- **Espaço privado vs. Espaço público:** sendo o primeiro o espaço que os seus representantes (sejam eles *rappers*, *Dj's* ou *writers*) sentem como seu e onde criam a sua arte e que pode tanto ser a casa como a rua como o próprio bairro; e o segundo o espaço onde expõem essa mesma arte;
- **Formalidade vs. Informalidade:** sendo que os defensores do *rap* de intervenção insistem que o verdadeiro *hip-hop* é sempre feito e apresentado em espaços informais, para os pares, designando como “vendidos” aqueles que atuam em espaços nacionalmente conhecidos (como as grandes salas de espetáculos) e que fazem a sua música junto das grandes editoras.

O autor refere que o *hip-hop* tem sido considerado, com efeito, uma cultura de contestação, associada na sua origem à juventude afro-americana e hispânica marginalizada e oprimida e pergunta-se se se poderá considerar esta uma “cultura com vocação ideológica própria, alternativa e autónoma” (Simões, 2006: 478).

Face à questão que Simões coloca de saber se o *hip-hop* em Portugal constitui um “movimento cultural”, uma “sub-cultura”, “neotribo” ou “campo cultural”, a sua primeira resposta é negativa. O autor não considera, de facto, que este seja um movimento cultural já que os seus propósitos ideológicos e contestatários face à cultura de massas e à sociedade dominante foram colocados em causa a partir do momento em que “entra no *mainstream*” e se deixa “domesticar” pela cultura de massas tanto a nível dos mercados para os quais se dirige como a nível da sua mensagem.

Aqui cabe-nos perguntar “e o ***rap* de intervenção?**” que permanece num circuito alternativo, fechado e virado para o interior, que mantém a sua mensagem subversiva e o seu carácter contestatário? Será que este não apresenta as características de um **movimento autónomo**? Esta hipótese é, aliás, deixada em aberto pelo autor.

Para este autor o conceito que melhor serve para explicar o fenómeno do *hip-hop* em Portugal é o de “campo cultural” já que permite dar conta da diversidade interna do fenómeno, das suas manifestações e atores, assim como das relações assimétricas que dentro dele se estabelecem. O conceito falha, no entanto, quando se trata de dar conta das singularidades e das opções mais individualistas e menos dominadas pelo

“campo” que surgem no interior do fenómeno.

Simões afirma, deste modo que, para responder à sua pergunta, “... encaminhamo-nos a considerar que nos encontramos perante um *campo cultural* composto por diversos *subcampos* (que compreendem atributos tanto “tribais” como “subculturais”... [sendo que por atributos tribais o autor entende temporário, flexível e individualizado e por sub-cultural algo específico, coerente e estável]) que mantêm uma relação dinâmica entre si e que, por isso, possuem fronteiras em permanente negociação.” (Simões, 2006: 480).

Outros autores, no entanto, consideram que podemos falar num movimento social a propósito do *hip-hop*.

Nomeadamente no que diz respeito aos investigadores do tema na realidade brasileira, a grande maioria afirma tratar-se de um fenómeno que apresenta as características de um movimento social.

O *hip-hop*, afirmam, passa a servir para demonstrar aos atores centrais que também fazem parte da cidade, também a formam e a caracterizam, negando-se a aceitarem a “não cidade”, o “não lugar” que historicamente ocupam na espacialidade urbana.

Estes jovens passam a fazer-se ouvir e notar quando passam a divulgar através do *hip-hop* esta precariedade social a que estão relegados e ao denunciarem os processos de discriminação racial e violência policial a que quotidianamente são submetidos.

O *hip-hop* torna-se, deste modo, um dos principais porta-vozes das periferias brasileiras (Andrade, 1999), tornando-se um novo exercício de prática política, de formação cidadã (Faria, 2003; Lindolfo Filho, 2004), surgindo nas periferias locais de reunião dos integrantes do movimento que passam quotidianamente a exercer funções de integração social, de novos laços de sociabilidade nas áreas periféricas das cidades.

É importante ressaltar que esta atuação política do movimento *hip-hop* ocorre num período histórico caracterizado pelo regresso dos movimentos sociais urbanos, contexto no qual o movimento *hip-hop* aumenta a sua visibilidade e consequentemente a sua ação político-reivindicativa nas áreas urbanas das médias e grandes cidades.

O *hip-hop* adquire o seu estatuto de maioria e passa a ser interpretado pelos

sectores formais da sociedade, afirmam estes autores, como um movimento social e cultural que embora tenha uma origem norte americana, foi com o decorrer dos anos adaptada, sendo transformada de acordo com as necessidades das populações periféricas brasileiras (Faria, 2003), em especial das populações afrodescendentes destas comunidades.

O movimento no Brasil encontra-se, segundo os estudiosos da matéria, numa fase de consolidação como uma nova forma de movimento negro juvenil (Andrade, 1999), com grande inserção nas periferias brasileiras, onde os movimentos negros tradicionais, apesar do seu inegável valor histórico e político, nunca conseguiram uma grande inserção. É através do *hip-hop* que um vasto contingente populacional, jovens da periferia, em especial os afrodescendentes, passam a exercer a sua luta pelos seus direitos enquanto “cidadãos de primeira”.

O discurso e a prática do movimento é desenvolvido de forma que acaba por transformá-lo, em especial o *rap*, num (re)construtor de identidades ao propiciar, em espaços públicos urbanos, formais ou não, a discussão sistemática da participação da população negra no processo histórico da formação do Brasil enquanto país e contrapor-se assim ao padrão de exclusão racial e social a que se encontram sujeitos.

#### MOVIMENTO SOCIAL?

Face à questão acima exposta, semelhante à feita por Simões para o contexto português, Ammann (1991) começa por chamar à atenção para a diferenciação dos movimentos sociais e outros grupos.

Segundo esta autora, grupos que exercem atividades de promoção social ou de cooperação, não podem ser configurados como movimentos se não tiverem um cariz contestatário. Assim, grupos de jovens que praticam um desporto, associações de mães que aprendem a costurar ou mesmo associações de moradores que visam melhorar o seu bairro e grupos que promovem algum tipo de reivindicação, não podem ser classificados como movimentos sociais.

De acordo com o que foi apresentado pelos autores estudados, concluímos que os movimentos sociais têm como principal característica a oposição à ordem vigente, o protesto contra alguma lei, norma, costume ou cultura que redunde ou possa gerar uma

situação indesejável.

Para Castells (2000), por exemplo, “Movimentos sociais urbanos são práticas de lutas urbanas com capacidade para transformar a lógica estruturalmente dominante”, enquanto para Remy (1998) o movimento social é “um longo processo coletivo de transformação das identidades, mas também de um novo regime de trocas sociais múltiplas”.

Podemos então partir de uma base segundo a qual para podermos falar de movimento social temos que ter uma componente de contestação que é concretizada em alguma forma de luta, que tem como objetivos transformar a estrutura social dominante e que vai originar novas identidades coletivas assim como novos tipos de relacionamentos e trocas sociais.

Contudo, para Melucci (1997), por exemplo, não é apenas numa situação de luta de classes que se pode falar em movimento social. Outras situações sociais que provoquem insatisfações fazem eclodir movimentos, como por exemplo as mulheres que lutam contra a repressão, pela liberdade, pela igualdade; os camponeses, pelo direito à terra; os ambientalistas, pela preservação da natureza.

Cada grupo tem a sua causa específica e organiza-se em torno dessa causa, mas apesar de lutar pelo reconhecimento das suas particularidades ou diferenças, acaba por afetar a estrutura social e provocar mudanças na constituição da sociedade. Ou seja, a atuação de um movimento social pode repercutir-se noutras instâncias sociais, noutros grupos, muito para além do movimento original.

A ideia que nos parece essencial é que um movimento deseja promover uma transformação e estabelece parâmetros e metas para essa transformação. Estas são as características que diferenciam os movimentos sociais de uma tribo urbana, ou seja, a contestação, a contradição à ordem vigente, que parte de uma situação sentida como injusta e que necessita ser modificada; a existência de um adversário e de uma meta a ser cumprida, causando algum impacto na sociedade envolvente.

Tentando, então, responder à questão se o *hip-hop* poderá ser considerado um movimento social, as autoras Rocha, Domeninich e Casseano (2001:17) afirmam que “por estar indefinida a questão de o *hip-hop* ser um movimento social ou uma cultura de rua, abre espaço para uso aleatório de ambas as aplicações”. Todavia, as próprias autoras seguidamente refere que “esta manifestação cultural tinha um carácter político

e objetivo de promover a conscientização coletiva” (*op cit*: 18), além de ter um carácter contestatário; características que se enquadram no conceito de movimento social, conforme exposto acima.

Outro investigador, da Universidade de Santa Maria (RS) refere-se ao *hip-hop* utilizando o termo movimento social e afirma que: “...o movimento hip-hop, além de música executa trabalhos sociais numa tentativa de ‘costurar’ as arestas deixadas pelo Estado. Dessa forma, muitos desses jovens, por ocuparem uma posição desprivilegiada na hierarquia, abraçam os ideais e as atividades do movimento como uma forma de exercer a cidadania e buscar melhores perspectivas de vida” (Souza, 2004, p.70).

De realçar, a propósito deste elemento, que muitos *rappers* portugueses se enquadram nesta descrição feita por Souza já que muitos deles desenvolvem atividade cívica através de associações que criam ou nas quais participam, geralmente de apoio a menores em risco (veja-se o caso de Chullage, *rapper* da Arrentela, Seixal, e da sua associação Kapaz).

Parece-nos que podemos afirmar, tendo consciência dos riscos que corremos ao fazê-lo, que no nosso estudo de caso estamos, de facto, na presença de um movimento social. Tendo em conta as características dos novos movimentos sociais – sendo a principal característica a oposição à ordem vigente, o protesto contra alguma lei, norma, costume ou cultura que redunde ou possa gerar uma situação indesejável – estamos, com efeito, na presença de um movimento deste tipo. Particularmente entre o grupo de jovens mais engajado (o primeiro *cluster* de *rappers* identificado) e ainda dos *gangsta rappers* que podemos encontrar no bairro, podemos falar de um tipo de investimentos e de proposta de modos de vida alternativos que correspondem, na nossa opinião, aos novos movimentos sociais.

Pensamos que o nosso terreno de estudo, dentro da sua complexidade, compreende, de facto, mais do que sujeitos passivos e resignados à sua posição de excluídos sociais e populações marginalizadas. Parece-nos que existe entre eles alguma vitalidade, um poder de construção de algo novo, diverso, de uma identidade e de uma estrutura que potencie a sua autoestima coletiva.

Particularmente entre o grupo de *rappers*, parece-nos haver, com efeito, um investimento muito grande na construção de uma forma de vida, de um modo de estar e de ver o mundo que os favoreça e os faça sentir parte de uma comunidade.

## CONCLUSÃO

Apresentar a conclusão de um trabalho sociológico é sempre uma tarefa de extrema dificuldade já que a análise dos fenómenos sociais nunca está, em si mesma, terminada. Assim, o que aqui apresentamos não é uma conclusão, no sentido absoluto da palavra, mas sim um desfecho provisório, temporário e necessariamente sujeito a melhorias e a atualizações.

Como o próprio título da tese indica - A Construção Social de um Subúrbio: sentidos públicos e dinâmicas privadas, entre a *produção* e a *apropriação*, neste estudo procurámos tratar os “subúrbios problemáticos” como analisadores de modos de construção de problemas sociais e de modos de produzir e gerir recursos individuais e coletivos, na perspetiva da definição de políticas públicas e de intervenção. Tomámos como unidade de análise um bairro social da Área Metropolitana de Lisboa, que é representado socialmente como um subúrbio sensível, sendo, institucionalmente, definido como alvo prioritário de políticas públicas. O objetivo do nosso questionamento era o de distinguir os níveis e os sentidos sociais em torno dos quais se cristalizam as convergências e as divergências significativas entre esta *produção* e os modos de *apropriação* do bairro pelos habitantes.

Mas porquê a escolha dos “subúrbios problemáticos” como tema de investigação? Para além das motivações pessoais e dos interesses particulares da investigadora em termos de temáticas de estudo, foi fundamental para esta escolha a própria pertinência sociológica do fenómeno social em causa.

Nas últimas décadas a Europa confronta-se, de facto, com uma nova problemática social: a questão dos “subúrbios problemáticos” e as questões da pobreza, exclusão social ou, segundo as perspetivas e o vocabulário adotado na sociologia, a “nova pobreza”, as questões da imigração, dos jovens descendentes de imigrantes, a questão do desemprego, do insucesso escolar, a não integração social e cultural e, como corolário de tudo isto, a delinquência juvenil e a violência urbana.

Portugal não foge a este cenário, verificando-se, principalmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o crescimento de zonas e bairros caracterizados por

estes fatores e inseridos, pelo discurso político e mediático, na categoria de “zonas problemáticas”.

Esta problemática dos “bairros de exílio” (Dubet, 1992) ou dos “párias urbanos” (Wacquant, 2006) tem sido tratada essencialmente, na análise sociológica, de uma forma “negativa”, ou seja, caracterizando-se estes espaços e estes atores sociais por aquilo que lhes falta, por aquilo que não são, e não de uma forma “positiva”, definindo-os pelos vetores e elementos que os singularizam como entidades em si, pelas suas representações, vivências e estratégias de vida.

O intuito desta tese era, então, de tentar pensar o “subúrbio problemático” numa perspetiva positiva, como uma construção por parte dos atores que o compõem e não como o polo negativo da “sociedade”, do modelo dominante, daquilo que “se deve ser”, da norma.

Assim, o objetivo era apreender o modo de apropriação do subúrbio, em relação às posições sociais dos atores, tentando compreender e relacionar as suas representações sociais, os seus “modelos culturais”, os seus capitais (que podem ser, ou não, compostos pela conjunto de recursos aceites como legítimos na “sociedade”), as suas interações e condutas. Pretendia-se, pois, perceber como é construído e vivido o subúrbio por quem nele vive.

Partimos para este estudo numa perspetiva de crítica à construção do subúrbio como problema social (perspetiva funcionalista que lê estes espaços como espaços desviantes e caracterizados pelo que lhes falta face a um centro valorizado) e procurámos situar-nos em perspetivas teóricas da leitura “positiva” da situação, nomeadamente a perspetiva interacionista que nos permitiu pensar a apropriação, a autoconstrução pelos atores sociais.

Estávamos, então, perante um estudo centrado na dimensão local, na relação entre o espaço e as situações. Importava, assim, problematizar a questão espacial.

Vimos como o espaço é um produto histórico, engendrado pela sociedade e que, por sua vez, interfere nesta, dando origem a um processo dialético.

Questionámos o estatuto da variável “espaço”. Seria este o reflexo das estruturas sociais? Será que a morfologia espacial condiciona as características sociais dos indivíduos?



Concluímos que a chave está na articulação, funcionando o espaço como elemento explicativo associado a outras determinantes sociais: “...o espaço é aqui visto como uma determinante social global, que assume o seu significado num modelo complexo no seio do qual intervêm outras determinantes” (Remy e Voyé, 1994: 21). O acento que é, neste excerto, colocado sobre outras determinantes na determinação das relações sociais é fundamental, para evitar que possamos cair numa conceção determinista da influência do espaço.

Serviu-nos, também, para evitar esta simplificação que essencializa a categoria espacial, a problematização feita por Bourdieu. Este autor reflete sobre o “espaço social objectivado” (reificado) que se apresenta “como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens e serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função do seu capital e também da distância física desses bens, que depende também do seu capital): é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado”.

Estes diferentes espaços sociais fisicamente objectivados tendem a sobrepor-se, observando-se a concentração de bens mais raros e dos seus proprietários em certos lugares do espaço social, que se opõem aos lugares que agrupam os bens menos raros e os mais carentes (subúrbios, pobres, guetos).

Observa-se, assim, uma “construção política do espaço” favorecida pela política da habitação e que favorece a construção de grupos homogéneos com base espacial.

Pudemos concluir que estas oposições sociais cristalizadas em espaços físicos vão reproduzir-se nas representações sociais e na linguagem dos atores sociais, sob a forma de oposições que constituem um princípio de classificação, princípio este definido pelas classes que têm o poder de o fazer e que vão condicionar as próprias categorias de percepção e apreciação das classes desfavorecidas. A este processo Bourdieu designa de poder e violência simbólica.

A identificação do subúrbio com as classes desfavorecidas surge com o processo de industrialização e de crescimento das grandes cidades.

No caso de Lisboa grandes contingentes de populações do Sul do País (Alentejo essencialmente, mas também Algarve) vêm para as zonas industriais que circundam

Lisboa. No caso que nos interessa, para a zona de Almada. Este era, assim, o típico “subúrbio industrial”. Nos anos 60/70 o grupo dominante nos subúrbios é, pois, o dos operários. Face às más condições do habitat, à sobrepopulação, aos baixos salários, entre outros fatores já referidos, estes subúrbios caracterizam-se por uma grande efervescência política, cívica e associativa, muitas vezes associada ao Partido Comunista (não só na AML como por toda a Europa) e daí falar-se, na literatura, no tempo dos “subúrbios vermelhos”.

Contudo, a partir dos anos 80 as associações, organizações que estruturavam os “subúrbios vermelhos”, desaparecem: desintegra-se o laço social existente, ficando o vazio relacional nestes espaços.

O discurso atual é o da “crise das cidades”, em que a figura do “subúrbio” encarna os males da nova “questão social” - os “problemas sociais”: insucesso e abandono escolar, desemprego e precariedade laboral, delinquência juvenil e violência urbana, toxicodependência, exclusão e pobreza.

Com efeito, se numa primeira fase habitar os bairros sociais era visto como uma promoção (principalmente para aquelas famílias que viviam em barracas sem o mínimo de condições), rapidamente estes espaços mostraram ser espaços de relegação e isolamento, com más condições do habitat, falta de infraestruturas, falta de emprego e apoio social. Com a deserção cada vez maior das classes médias desses espaços observa-se a cada vez maior segregação destes bairros.

Hoje, os novos habitantes que estes bairros vão recebendo são sempre das classes desfavorecidas (aqueles que não podem escolher onde morar tendo que se sujeitar aos espaços mais desqualificados da cidade), criando verdadeiros enclaves urbanos.

Não há, assim, apenas uma causa para a “crise dos subúrbios”, mas sim vários fatores que concorrem para essa realidade:

- Fatores económicos: o processo de desindustrialização; o crescimento do desemprego de longa duração; a prática cada vez mais corrente dos empregos precários e as dificuldades de inserção profissional das populações menos escolarizadas;

- Fatores afetivos e relacionais: o enfraquecimento dos laços sociais e das estruturas de socialização; a instabilidade das solidariedades familiares; as ruturas conjugais cada vez mais frequentes.

François Dubet (1992) fala-nos destas questões na sua obra *Quartiers d'exil*, referindo a passagem da “questão social” aos “problemas sociais”: desigualdades sociais; instabilidade/precariedade; economia/ cidade e sociedade a “duas velocidades”.

A questão social transforma-se: exclusão e marginalidade substituem-se ao conflito de classes. Coloca-se, deste modo, a questão: caminha-se atualmente para a dualização social?

Assistimos, de facto, historicamente, à decomposição do modelo operário, tanto do ponto de vista material (se noutros períodos existia trabalho, temos agora uma grande instabilidade e precariedade laboral) como simbólico (fim da “moral operária”, antes fortemente enraizada e que conferia um forte sentimento de pertença e configurava uma identidade a todos aqueles que a partilhavam).

Os excluídos de hoje não se revêm no discurso do movimento operário, agindo, antes, contra uma série de “problemas sociais” específicos: racismo, exclusão escolar, marginalidade urbana, etc.

Os problemas sociais, hoje, manifestam-se, em grande medida, como “problemas urbanos”, em que os subúrbios são a imagem desta acumulação de dificuldades, que se concentram nos mesmos bairros: desemprego; imigrações heterogêneas e desenraizadas; subequipamentos a vários níveis; fracasso escolar massivo; delinquência juvenil; racismo; confrontos com a polícia; dependência dos serviços sociais, entre outros. É a inscrição destes problemas, nos mesmos espaços, que os une.

Segundo Dubet, com efeito, os subúrbios não são verdadeiras comunidades, já que envolvem entidades, trajetórias e grupos diferentes. O principal elemento de unidade comunitária é a segregação e racismo que, vindos do exterior, geram um sentimento comum de pertença.

É, então, uma comunidade produzida pela negativa? Pela exclusão do modelo dominante? Trata-se de uma cultura marginal, não racial, étnica ou comunitária, mas

com base na exclusão social? O nosso estudo leva-nos a concluir que seria redutor, para a melhor compreensão deste fenómeno, responder apenas a estas questões, sendo necessário aprofundar a pesquisa e a procura de respostas.

De facto, para além desta exclusão social observa-se uma forte participação cultural entre os jovens, que inventam uma cultura e linguagem populares modernas, face ao enfraquecimento das tradições antigas (operárias e imigrantes) e que vimos especificamente no caso dos *rappers* do bairro.

Contudo, antes de passarmos à exposição referente à análise do nível socio-antropológico, importa aqui, de forma sintética, lembrar o espaço que foi objeto da pesquisa de terreno.

A criação e a história do Bairro Amarelo só se compreende percebendo a sua localização geográfica, ou seja, o seu papel na Área Metropolitana de Lisboa. No final dos anos 40, até ao início dos anos 70, o concelho de Almada, como o Distrito de Setúbal e toda a região de Lisboa em geral, assistiu a uma explosão demográfica causada pelos enormes fluxos migratórios de todo o país e em particular dos distritos a sul do Tejo. Esta situação, grandemente facilitada pela execução da Ponte 25 de Abril, ficou a dever-se ao surto industrial que caracterizou esta zona do país. De facto, é na Margem Sul do Tejo que vão ser implementadas as unidades industriais pesadas, nomeadamente, no caso de Almada, de Estaleiros de Construção e Reparação Naval.

Deste modo, verifica-se que a população residente no concelho de Almada era essencialmente uma população originária de outras zonas do país, com relevo para o Alentejo, de baixas e muito baixas qualificações, constituída, em grande parte, por trabalhadores não qualificados, operários e pessoal dos serviços pessoais e domésticos. Dá-se, então, nesta altura, uma expansão dos núcleos urbanos do concelho, expansão esta completamente desorganizada e não planeada urbanisticamente, com a ocupação de Quintas agrícolas, a criação de casas clandestinas e barracas.

É por esta razão que a partir de 1976 o poder local investe os seus esforços nos Planos de Urbanização, os quais passam a cobrir 90% do território concelhio.

A área onde hoje se situa o Bairro Amarelo era uma zona antiga rural. O Plano Integrado de Almada foi o primeiro dos Planos Integrados da Área Metropolitana de Lisboa e tinha os seguintes objetivos:

- Alojamento da população carenciada do Concelho de Almada numa estrutura urbana que garantisse à partida uma Qualidade de Vida, mas proposta com estrutura de suporte adaptável à progressiva apropriação pela população,
- Implementação de uma rede adequada de infraestruturas e equipamentos regionais e locais,
- Reordenamento e reconversão das áreas rurais, em processo de abandono e de degradação, sujeitas a forte pressão de construção clandestina.

A implementação física do Bairro Amarelo dá-se entre 1975 e 1987, tendo sido o mesmo a primeira expansão urbana criada no PIA.

Toda a zona do PIA – atual Almada Poente - foi alvo de sucessivas intervenções no âmbito das políticas públicas de habitação. Assim, a zona do antigo PIA (Bairro Amarelo, Branco e Rosa) foi sempre propriedade estatal, mas esteve sob a alçada de diversos institutos, à medida que uns se extinguíam e outros eram criados.

Resumidamente, foi criado e gerido pelo Fundo de Fomento de Habitação de 1969 a 1982, tendo sido este extinto em 1982 e sido substituído pelo Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH). Em 1986 é criado o INH (Instituto Nacional de Habitação) e em 1987 o IGAPHE (Instituto para a Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado), ficando este último com o objetivo de gerir e alienar o património do FFH, tornando-se, assim, a entidade gestora do PIA.

Neste quadro, a edificação no PIA passa a fazer-se através do lançamento de concursos públicos de alienação de terrenos, com capacidade e desenho urbanos previamente definidos, para construção de habitação de custos controlados. Os destinatários destes concursos são Cooperativas de Habitação Económica (CHE) ou empresas privadas, estas últimas no âmbito de Contratos de Desenvolvimento da Habitação (CDH) ou do Programa de Habitações Económicas.

Em 1997, a Câmara Municipal de Almada procede à elaboração do seu Plano Diretor Municipal, ficando a zona do PIA excluída do PDM. Esta zona fica, assim, durante cerca de 5 anos, numa situação de indefinição quanto à alçada institucional que a tutelava. No final de 2002, as incumbências do IGAPHE relativas ao planeamento, implementação e gestão do PIA transitam para o INH e, em 2004, para colmatar a situação de vazio criada na gestão urbanística do território do PIA, pela sua exclusão da

ratificação governamental do PDM de Almada, foi protocolada entre o INH, a Secretaria de Estado da Habitação e o Município de Almada a elaboração do Estudo Estratégico de Almada Poente abrangendo toda a área do Plano Integrado.

A partir de 21/07/2004 celebra-se o Protocolo de Cooperação entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, o Instituto Nacional de Habitação e o Município de Almada, para a elaboração do Plano de Urbanização de Almada Poente.

Finalmente, em Agosto de 2007, transitaram para o recém-criado IHRU a propriedade dos solos do PIA e a responsabilidade do seu planeamento, gestão e implementação, provenientes do INH, e a propriedade e gestão do património edificado do PIA, provenientes do então extinto IGAPHE.

De forma a proceder à elaboração do PUAP, foi aprovado pela Câmara, a 20/05/2009 o Estudo Estratégico de Almada Poente e em 2011 é aprovado o Novo Protocolo de Cooperação entre a CMA e o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), para a elaboração do PUAP e estabelecidos os Termos de Referência para a elaboração do PUAP, os quais foram publicados em DR 2ª Série n.º 189 de 30 de Setembro de 2011.

A 01/10/2011 dá-se início ao Período de Participação Preventiva do Plano que duraria até 29 de Dezembro do mesmo ano. Em Janeiro de 2012 iniciou-se a preparação do Plano de Urbanização de Almada Poente, com a 1ª fase – Trabalhos Preparatórios (que envolveu discussão pública). Seguidamente, deu-se início à 2ª fase, Elaboração do Estudo Prévio, que deveria ter sido terminada em meados de 2012, mas que ainda não se encontra finalizada.

Em termos da caracterização socioeconómica dos habitantes do Bairro Amarelo, e do PIA de uma forma global, verificamos uma grande disparidade a nível da “condição social objetiva” entre os habitantes desta zona e do concelho de Almada em geral. A população do concelho de Almada, estando inserida numa das regiões mais desenvolvidas do país – região de Lisboa e Vale do Tejo – caracteriza-se por ser uma das populações do país com melhor qualidade e nível de vida. Quando analisámos os dados relativos à população do PIA deparámo-nos, pelo contrário, com uma população fragilizada a vários níveis. É, com efeito, uma população que se caracteriza por uma série de “marcadores de exclusão”, desde o nível muito baixo de rendimentos médios, à

tipologia das profissões desempenhadas (trabalhadores não qualificados na maioria dos casos), aos grandes índices de desemprego e à precariedade laboral. Ao nível da escolaridade apresenta-se muito abaixo da média concelhia e caracteriza-se por elevadas taxas de abandono precoce e insucesso escolar. Relativamente às problemáticas sociofamiliares deparámo-nos com elevado índice de gravidezes precoces, níveis elevados de violência doméstica e negligência parental (havendo uma elevada taxa de jovens retirados às famílias na zona), insuficiência das condições de habitação, delinquência juvenil e elevados índices de criminalidade registados entre a população.

Face à caracterização do espaço a partir do “olhar exterior” (dimensão da *produção*) e procurando sempre apreender como era este olhar conjugado com um “olhar interior” (dimensão da *apropriação*), começámos a colocar-nos, ao longo do processo de investigação, várias questões de investigação, tais como:

- Existe uma cultura de subúrbio?
- O projeto artístico e cultural que é o *hip-hop* (para os jovens, essencialmente) confirma uma identidade de subúrbio?
- Os bairros sociais fortemente estigmatizados e tidos como uma entidade com um modo de vida próprio como é o Bairro Amarelo (olhar do exterior) constituem de facto comunidades coletivamente construídas (pelos seus habitantes)?
- Influenciam de facto modos de vida? E as redes de sociabilidade, as escolhas e trajetórias de vida? Produzem um imaginário coletivo? Qual? E sustentado e sentido por quem? Pelos jovens apenas?
- As pessoas que vivem no subúrbio, neste tipo de bairros são “outros” na realidade, têm outra forma de classificar e entender o mundo ou são-no apenas no imaginário coletivo?
- Conforme pergunta Daniel Behar, o subúrbio, e os bairros sociais em particular, manifestam uma cristalização espacial da alteridade social?
- Que grupos e maneiras de estar e viver o bairro diferentes existem no bairro? Existem “sub-comunidades” com modos de apropriação do espaço e com estratégias identitárias diversas?

- De que forma os habitantes do bairro reagem face à exclusão, precariedade, estigma de que são alvo? De que estratégias se servem? Que tipo de recursos mobilizam?

Para conseguir responder a estes questionamentos utilizámos uma dinâmica de pesquisa que gravitava em torno das próprias dinâmicas de construção do subúrbio: entre o plano socio-histórico, socioantropológico e, mediando os dois, o plano socioinstitucional.

No plano socio-histórico/ institucional interessou-nos, como vimos acima, perceber os encadeamentos causais de situações que conduzem à construção dos subúrbios (*produção*). No caso português, destacam-se os desequilíbrios regionais no plano socioeconómico, êxodo rural, imigração, desequilíbrio do parque imobiliário, necessidade (em épocas de forte migração para as grandes aglomerações urbanas) de alojar grandes contingentes populacionais. Para a análise do nosso terreno de estudo interessou também aprofundar a questão das políticas sociais, nomeadamente de habitação: construção de bairros sociais.

Este primeiro aspeto da tese – tratado na PARTE I da mesma, diz respeito ao modo de produção do subúrbio (numa lógica mais estrutural), em que se analisaram as dinâmicas urbanas; os processos de segregação (em que o caso do Bairro Amarelo – inserido no contexto do Plano Integrado de Almada – é um caso paradigmático da planificação dos subúrbios pelo Estado, processo este que, em geral, foi muito incipiente em Portugal). Este é, portanto, um caso exemplificador da “construção política do espaço” de que fala Bourdieu e que vimos acima.

No plano socioantropológico procurámos, através do estudo das representações, discursos, mobilização de recursos e construção de estratégias identitárias dos jovens estudados, perceber como é que estes itinerários individuais se enquadram nas dinâmicas macroestruturais. É o nível das representações, dos recursos e estratégias desenvolvidas pelos atores. Procurou-se, neste nível e depois de uma contextualização dos processos macrosociais, mostrar as sensibilidades, as leituras e interpretações, os “modelos culturais” dos verdadeiros protagonistas destes processos.



Verificámos, contudo, ao longo do processo de pesquisa, que a ligação entre estes dois níveis não é automática e se realiza grandemente em torno de um terceiro nível, um nível de mediação: o plano socioinstitucional.

É desta mediação que tratou a Parte II da tese, onde procurámos lançar mão dos recursos teóricos e metodológicos que nos permitiam compreender como se dá, na vida concreta dos indivíduos, a ligação entre os mecanismos estruturais que conformam as suas vidas e a apropriação que fazem deles, modelando as suas identidades.

Considerando a aproximação teórica à questão da construção identitária temos, de facto, na “arena pública”, um “polo instituído” que produz “totalizações institucionais” e um “polo organizado” que produz “totalizações existenciais” (Oriol, 2004 *cit in* Balsa, 2014). Entre os dois polos, a correspondência não é imediata devido à distância estrutural que os separa, pelo que existe a necessidade de instâncias que desempenhem a função de mediação.

Temos, assim, “totalizações institucionais” produzidas pelo nível socio-histórico (produção de recursos coletivos, de iniciativa exterior aos indivíduos), por um lado, e “totalizações existenciais” encetadas ao nível socio-antropológico (produção de recursos individuais a nível individual e familiar). Entre estes dois polos tão distantes atuam os “dispositivos de mobilização e organização dos investimentos” (Balsa, 2014).

No nosso estudo de caso verificámos que as totalizações institucionais vão no sentido da definição das categorias de “bairro crítico” e “jovens problemáticos”/ “jovens delinquentes” ou “jovens em risco”. Estas totalizações institucionais abrangem “qualquer instituição capaz de codificar práticas, de produzir modelos de referências identitárias e de gerenciar a sua eficácia junto de populações alvo ou em torno de determinadas dimensões da identidade” (Balsa, 2014: 26). Assim, no bairro estudado podemos identificar que temos uma multiplicidade de associações e instituições que trabalham no dito espaço problemático (entre as quais a Santa Casa da Misericórdia de Almada).

Os indivíduos e as comunidades apropriam-se destes marcadores identitários produzidos oficialmente e têm que, a partir deles ou não, definir os seus próprios sentidos, as suas “totalizações existenciais”. Foram estas escolhas (ou não escolhas) dos indivíduos (jovens, neste caso) que procurámos captar na 3ª parte da tese.

Nesta, passámos, de facto, à análise dos modos de apropriação (lógica compreensiva, mais centrada no ator) em que pretendíamos estudar as suas representações sociais, mobilização de recursos variados e o processo que leva à criação de “identidade”.

O caminho percorrido foi, assim, do nível macro para o nível micro.

Na primeira fase (estudo do processo de metropolização da Área Metropolitana de Lisboa, estudo das políticas públicas, nomeadamente da habitação e análise da construção sociopolítica do subúrbio estudado) recorreremos essencialmente à pesquisa documental e às entrevistas informais com técnicos da Câmara Municipal de Almada e de instituições sociais que trabalham no bairro.

Na segunda fase, de análise microsocial, em que “descemos” ao terreno, a metodologia foi de etnografia reflexiva (Burawoy, 2003), na análise ao Bairro Amarelo e seus atores sociais concretos, tendo sido as principais técnicas utilizadas a Observação Participante e as entrevistas informais e formais.

Optámos, assim, a nível metodológico pelas abordagens mais compreensivas, que nos permitiram aprender com os terrenos, com os atores. Recorremos, numa primeira fase, à pesquisa de terreno e abordagem etnográfica (pela observação participante) e na parte final desta realizámos, então, entrevistas em profundidade, que nos permitiram captar os sentidos subjetivos dos atores e reconstituir, sociologicamente, os seus “mundos culturais”. A nível da análise recorreremos à análise temática, de forma a podermos extrair dos discursos recolhidos todo o seu conteúdo manifesto (mais explícito) e conteúdo latente (as significações “escondidas”, o porquê dos discursos, procurando as razões que o justificam, tentando assim chegar aos “modelos culturais” dos atores sociais).

No nível socioantropológico – refletido na PARTE III da tese – a evolução da pesquisa e a definição das áreas de estudo mais relevantes foi-se fazendo muito em torno do que emergia do terreno. O seu delineamento e evolução foi, nesta fase, muito indutivo. Com efeito, estando no âmbito do paradigma qualitativo e de pesquisa de carácter indutivo e de descoberta, fomos-nos “deixando levar” pelo que o próprio terreno no trazia como objeto de análise relevante, já que o que pretendíamos era, precisamente, captar os “sentidos dos atores”.

Através da pesquisa de terreno - observação participante, conversas informais e entrevistas - cedo começámos a perceber que não estávamos, de facto, na presença de uma população homogénea.

Verificámos, também, que o nosso terreno de estudo, dentro da sua complexidade, compreendia mais do que sujeitos passivos e resignados à sua posição de excluídos sociais e populações marginalizadas. Pareceu-nos, desde cedo na pesquisa de terreno, que existia entre eles alguma vitalidade, um poder de construção de algo novo, diverso, de uma identidade e de uma estrutura que potenciasse a sua autoestima coletiva, particularmente entre os jovens do bairro.

A partir dos primeiros contactos começou-se a perceber que existiam grupos de jovens/jovens-adultos com diferentes modos de vida/posturas perante o bairro e opções de vida e dirigiu-se a investigação empírica nesse sentido, de certa forma por “tipos-ideais”. Mas porquê a opção pelos jovens? Não foi uma escolha feita *a priori*, mas sim pelo que o objeto empírico nos ia revelando como pertinente. Com efeito, desde cedo se destacou a visibilidade dos jovens no espaço do bairro (são eles que utilizam maioritariamente o espaço e fazem dele o seu “pedaço” (pensando no conceito de Magnani, 2002), o que levou à opção progressiva de estudar os modos de vida juvenis (ou melhor, a dinâmica entre os sentidos públicos e as dinâmicas privadas junto da população juvenil) porque é nesse grupo que mais se fazem sentir as tensões entre *produção* do espaço e a sua *apropriação*.

Verificámos que se tínhamos, por um lado, situações e biografias mais ou menos estáveis e lineares em termos dos modos de vida e estratégias escolhidas, apareciam, na grande maioria dos casos, trajetórias e biografias híbridas. Com efeito, a maioria dos jovens do Bairro Amarelo não se insere em percursos, modos de vida e identidades simples e definidas de uma vez por todas, mas desenvolve, pelo contrário, percursos complexos, estratégias, identidades e modos de vida que recorrem a “mundos sociais” diferentes.

Assim, estudámos os diversos grupos de jovens existentes no bairro, jovens estes que “organizámos”, na PARTE III da tese, em três grupos principais para facilidade de exposição. Importa referir que a heterogeneidade de representações sociais (de si e dos outros), de recursos mobilizados, estratégias definidas e construção identitária também

não é linear dentro de cada um dos grupos. Encontrámos, com efeito, variadas modalidades de posicionamento dos jovens dentro de cada grupo analisado e que apresentámos em detalhe na terceira parte desta tese.

Os dois primeiros grupos analisados – os jovens “utentes” do projeto social que observámos (Geração Cool) e os marchantes do Centro Comunitário PIA II – são grupos criados sob uma mesma premissa, que é a da institucionalização dos modos de vida juvenis. Estes dois grupos de jovens desenvolvem, de facto, as suas sociabilidades, estilos de vida e identidades nas imediações da atividade desenvolvida pelas instituições representantes das Políticas Públicas, desenvolvida nos “bairros críticos” (nomeadamente através do Programa Escolhas e da Santa Casa da Misericórdia de Almada), girando a sua vida em torno das propostas de atividades destas instituições. Por esta razão os enquadrámos sob o “chapéu” de uma construção identitária feita através da mediação orientada para a institucionalização.

Estes jovens, orientados em grande parte nesse desígnio pelas instituições sociais, procuram, no fundo, *corrigir a hétero-imagem negativa* (Gros, 1994) parcialmente aceite, desviando o estigma para outros agentes endógenos, de modo a assimilar-se, pessoalmente, a um estatuto socialmente valorizado.

Esta estratégia é seguida pelos indivíduos que não conseguem superar o estigma de que são alvo, que sofrem com a discriminação a que são sujeitos e que tomam, então, como sua, a solução de desviar esses atributos negativos para outros moradores, distinguir-se deles e ganhar, com isso, legitimidade social. A forma destes indivíduos o fazerem é dissociando-se dos jovens do bairro com práticas contra normativas, associando-se aos jovens “bons” e às boas práticas, dando bons exemplos, a saber, com as atividades que fazem no Espaço Jovem; com os CD’s de *hip hop* que transmitem uma “boa mensagem”; com os bons exemplos que transmitem no teatro; com as festas e ações de solidariedade que fazem em prol da comunidade e, por fim, representando o bairro - o “lado bom do bairro”, como afirmam - numa prática tão valorizada socialmente e tão tipicamente portuguesa como são as marchas populares.

Já os *rappers* estudados apresentam um projeto de construção identitária e desenvolvimento de estratégias e recursos que é endógeno, não dinamizado por nenhuma entidade externa. Dentro deste grupo destacámos também a sua

heterogeneidade e nomeadamente um subgrupo (que designámos de *gangsta rappers*) que se configura grandemente em torno de práticas contra normativas.

Assim, pelo contrário, este grupo desenvolve os seus estilos de vida, em torno de grupos informais “alternativos”: dos “jovens do *hip-hop underground*” que se desenvolvem como indivíduos dentro desta cultura juvenil urbana, afetando os seus tempos e recursos a esta atividade que se torna, para eles, a parte central das suas existências. Ainda, dentro deste, temos o subgrupo de jovens que vive “à margem”, isto é, numa cultura de contra normatividade, praticando atividades e desenvolvendo a sua identidade e estilo de vida “contra o sistema” e propondo (aliás, tal como muitos dos jovens do *hip-hop*), uma forma de vida alternativa e um novo modelo de sociedade, pondo em prática uma estratégia de “inversão simbólica” dos atributos valorizados.

O que conseguimos perceber através dos dados aqui apresentados? Em primeiro lugar percebemos que, contrariamente às representações sociais veiculadas pela sociedade envolvente, *mass media* e instituições políticas e sociais, não estamos na presença de uma população homogénea nesta denominada “zona problemática” da metrópole.

Particularmente, no que concerne aos jovens, classificados pelo “olhar exterior” como problemáticos, “párias” e mesmo delinquentes e perigosos, verificámos a existência de uma grande complexidade tanto em termos de representações como na construção de identidades, estilos e estratégias de vida.

Temos grupos distintos de jovens, com representações sociais em muitos casos divergentes, com grupos de referência e modos de vida diversos. Se, no primeiro caso, verificamos uma grande incorporação e mimetização das representações sociais externas e mesmo uma procura de distanciação simbólica face à população do bairro considerada problemática, no caso dos *rappers* constatamos uma atitude muito mais crítica face à sociedade envolvente. Estes, com efeito, problematizam as representações e estigma que recebem do exterior e opõem-lhe uma visão própria sob a forma de crítica a um sistema social que consideram injusto e, ele próprio, causador dos problemas que, reconhecem, marcam os bairros sociais.

Importa aqui referir, contudo, que na realidade os posicionamentos dos indivíduos não são lineares como, por razões de simplificação de apresentação, aqui

aparecem. Com efeito, estas posições extremadas correspondem a tipos ideais, a posições extremadas que raramente correspondem a indivíduos concretos. Se temos indivíduos que se aproximam, de facto, desta posição extremada e de representações sociais orientadas por uma visão do “bem e do mal”, a grande maioria dos jovens apresenta representações, posturas, identidades e estratégias de vida que estão entre estas duas posições.

A grande maioria dos jovens apresenta, assim, uma construção da sua identidade, estratégias e rotinas que deambulam entre estas múltiplas pertenças. Podemos afirmar que as suas identidades tendem a ser híbridas.

Tentando dar algum esclarecimento relativamente à relação entre as “lógicas de *produção*” e “lógicas de *apropriação*” que se jogam no bairro estudado, verificámos que entre os atores sociais estudados – os jovens dos bairros do PIA – esta interação é, de facto, intensa e determinante das suas vivências. As suas *dinâmicas privadas* são, com efeito e em grande medida influenciadas pelas *dinâmicas públicas* construídas no plano socio-histórico, e, em maior ou menor grau, como pudemos verificar, devido à heterogeneidade de modos de vida e de processos de construção identitária existentes.

Seria, na nossa opinião, muito estimulante reforçar estas conclusões mediante uma análise mais extensa, nomeadamente através de uma análise comparativa com outros bairros que partilham de processos semelhantes ao bairro estudado. Dessa forma poderíamos ter uma visão mais completa e complexa de como funcionam estas tensões entre dinâmicas públicas e privadas nestes espaços particulares, ou seja, aprofundar a compreensão acerca da construção social dos subúrbios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramo, H.W. & Branco, P.P.M. (orgs.). (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- Agier, M. (2005). La ville, la rue et le commencement de la politique. Le monde rêvé de Chloé. *Multitudes*, nº 17, URL: <http://multitudes.samizdat.net>.
- Agier, M. (2001). Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7(2), 7-33. Rio de Janeiro: UFRJ / ContraCapa Livraria.
- Agier, M. (1996). Les savoirs urbains de l'anthropologie. *Enquête*, 4, URL: <http://enquete.revues.org>.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & de Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Albuquerque, R. (2010). Participação cívica e trajetórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal. In Horta, Ana Paula Beja (org.). *Revista Migrações – Número Temático Associativismo Imigrante, Abril 2010, nº 6*, 103-117. Lisboa: ACIDI.
- Albuquerque, R. (2002). Associações étnicas e o desafio da participação política de jovens descendentes de imigrantes. *1º Colóquio Intercultural "A comunicação entre culturas"*, Almada.
- Amaral, E. & Heckert, A.L.C. (s/d). Hip Hop – Exercício de Resistência?. *Anais da I Jornada de Análise Institucional, (s/nº)*, 91-97. s/l: s/ed
- Amaro, F., Lourenço, M., da Silva, A. M. & da Silva, L. C. (2001). *Filhos e netos da pobreza: estudo de uma família numa área urbana degradada*. Lisboa: Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso.
- Amaro, R.R., Monteiro, A.R. & Bastos, A. (2001). Pobreza e exclusão social nas sociedades contemporâneas. *Formar, Nº40 (Julho/Setembro 2001)*, 3-21. Lisboa: IEFPI, I.P.
- Ammann, D. (1991). *David Lodge and the art-and-reality novel*. Heidelberg: C. Winter.
- Andrade, E.N. (1999). *Hip hop: movimento negro juvenil*. In Andrade, E. (Org.). *Rap e educação, rap é educação* (pp. 83-92). São Paulo: Summus.

- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Appadurai, A. (1990). Disjuncture and difference in the global cultural economy. *Public Culture*, 2(2), 1-24.
- Augé, M. (1998). *Não lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Bajoit, G. (2006). *Tudo Muda: Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Lisboa: CEOS – Investigações Sociológicas, Universidade Nova de Lisboa.
- Bajoit, G. & Franssen, A. (1995), *Les jeunes dans la competition culturelle*. Paris : PUF.
- Balardini, S. (2005). Qué hay de nuevo viejo?una mirada sobre los cambios en la participación política juvenil. *Nueva sociedad*, Nº. 200, 96-107. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert.
- Balsa, Casimiro (2015). Temporalidades das políticas públicas e metodologias de implementação. In Arcoverde, A.C.B. (org.), *Avaliação de Políticas Públicas no Capitalismo Globalizado – Para que e para quem?* (pp 53-74). Pernambuco: Editora UFPE. ISBN 978-85-415-0604-5.
- Balsa, Casimiro (2014). A mediação entre os interesses e os valores, A construção de identidades em contextos multiculturais. In Chai, C.G. (org.). *Linguagem, Comportamento e Multiculturalismo* (pp. 15-41). São Luís: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão/Jornal da Justiça/Cultura, Direito e Sociedade. ISBN: 978-85-98144-49-8
- Balsa, Casimiro (2012). Estado poiético, autopsies e agir poiético – A coordenação em rede das políticas de desenvolvimento social em Portugal como instrumento de luta contra a pobreza. In Gennari, A.M. & Albuquerque, C.M.P. (Org). *Políticas Públicas e Desigualdades Sociais – Debates e Práticas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Ed Cultura Acadêmica, Série, Relações Internacionais e Mundo Contemporâneo. ISBN: 978 85 7983 271 0.
- Balsa, C. (2006). *Relações sociais de espaço – homenagem a Jean Remy*. Lisboa: Edições Colibri.



- Balsa, C. & Caeiro, A. (2001). *Trajectórias e estratégias familiares face à precariedade e à exclusão no âmbito do processo de metropolização de Lisboa*, Betwixt Project – TSER (*Target Socio-Economic Research da União Europeia*). Lisboa: CEOS – Investigações Sociológicas, Universidade Nova de Lisboa.
- Balsa, C. & Rebelo, A. (1999). *Diferenciação Social e Segregação Espacial na Aglomeração Residencial de Lisboa*. Lisboa: CEOS, Investigações Sociológicas, Relatório de investigação.
- Balsa, C. (1987). *La structure des appartenances. La fixation des appartenances par le champ scolaire – Statut, au sein des communautés et à l'école, des élèves et des langues des communautés étrangères de Belgique*. Louvain: Université Catholique de Louvain.
- Baptista, L. (2012). A actualidade dos contributos de Simmel e Goffman para abordar a vida nos territórios metropolitanos: como operacionalizar. In *Diálogos com Georg Simmel: repensando a modernidade, a metrópole e a vida social*. Minas - BH, Brasil: PUC.
- Baptista, L. V. (2003). Territórios, imagens e poderes. In Cordeiro, G.I., Baptista, L.V. & da Costa, A.F. (Orgs), *Etnografias Urbanas*, pp. 35-42. Oeiras: Celta.
- Baptista, L. V. (2001). Cidades e políticas sociais de habitação. Armadilhas conceptuais e metodológicas. *Cidades. Comunidades e Territórios*, 3, 71-81. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.
- Baptista, L. (1999). *Cidade e habitação social. O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Baptista, L. (1996). *A Cidade em reinvenção. crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação. Lisboa, Século Vinte*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Baptista, L. V. (1987). *Crescimento urbano e migrações internas: contrastes e alterações socioespaciais, e redes de interconhecimento. O bairro do Rego – (Lisboa, 1900-1985)*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Barbio, Leda (2013). *Jovens híbridos: entre o hip hop e as marchas populares*. In Ferro, L., Raposo, O. & Abrantes, P. (eds.). *Urban Culture in Action: Politics, Practices and Lifestyles*. Lisboa: SICYurb: Proceedings of the Second Internacional Conference of Young Urban Researchers, vol. II. <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/4307/5/AtasVolIIIFinal.pdf>

- Barbio, Leda (2011). Jovens (sub)urbanos: o impacto do hip hop na produção de identidades sociais. *Fórum Sociológico*, nº 21 (2ª série), 75-83. Lisboa: FCSH- UNL.
- Barbio, Leda (2009). Subúrbio(s): entre a produção e a apropriação. in X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto - Livro de Resumos, Braga. ISBN: 978-989-96335-0-6.  
<http://www.xconglab.ics.uminho.pt/ficheiros/LivroResumos.pdf>
- Barbio, Leda (2006). *Excluídos de dentro: representações sociais e estratégias de vida num bairro social de Almada - Estudo de caso realizado no Bairro Amarelo*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bassand, M. (1997). *Métropolisation et inégalités sociales*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes.
- Beck, U. (2005). *Power in the global age: A new global political economy*. Cambridge: Polity Press.
- Becker, H. (2005). Inventer chemin faisant : comment j'ai écrit *Les mondes de l'Art*. In Daniel Mercure (org). *L'analyse du social – Les modes d'explication* (pp 57-73). Saint-Nicolas, Quebec : Les Presses de l'Université Laval.
- Behar, D. (1995). Banlieues guettos, quartiers populaires ou ville éclatée?: l'espace urbain à l'épreuve de la nouvelle question sociale. In *Les Annales de la Recherche Urbaine, Politiques publiques et territoires – Politiques de la Ville: recherches de terrains* Nº 68-69. Rennes : Presses Universitaires de Rennes.
- Bell, C. & Newby, H. (1971). *Community studies – An introduction to the sociology of the local community*. Londres: George Allen & Unwin.
- Bennet, A. & Keith, K.H. (2004), *After subculture: critical studies in contemporary youth culture*. Hampshire: Palgrave MacMillan.
- Bennett, A. (2000). *Popular Music and Youth Culture: Music, identity and place*. London: MacMillan.
- Bennett, A. (1999). Subcultures ou Neo-Tribes?: Rethinking the relationship between youth, style and musical taste?. In *Sociology*, Nº 33(3), 599-617.
- Bertaux, D. (1997). *Les récits de vie*. Paris : Éditions Nathan.
- Blackman, S. & France, A. (2001). Youth marginality under 'postmodernism'. In Stevenson, N. (org.), *Culture and Citizenship* (pp. 180-197). Londres: Sage.

- Blanchet, A. (1985). *L'entretien dans les sciences sociales*. Paris: Bordas.
- Body-Gendrot, S. & Wihtol de Wenden, C. (2007a). *Sortir des banlieues: Pour en finir avec la tyrannie des territoires*. Paris : Éditions Autrement.
- Body-Gendrot, S. & Wihtol de Wenden, C. (2007b). *Sortir des banlieues: Pour en finir avec la tyrannie des territoires*. Paris : Éditions Autrement.
- Bonafé-Schmitt, J.-P. (2009). Mediação, conciliação, arbitragem: técnicas ou um novo modelo de regulação social. In Silva, A. M. & Moreira, M. A. (orgs.). *Formação e Mediação Sócio-educativa. Perspectivas teóricas e práticas* (pp.15-40). Porto: Areal Editores.
- Bourdieu, P. (coord.). (2001). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Brown, T. S. (2004), Subcultures, Pop Music and Politics: Skinheads and “Nazi Rock” in England and Germany. *Journal of Social History*, Vol. 38, Nº1, 157-178
- Burawoy. (1998). The extended case method. *Sociological Theory*, 16(1), 4–33. Sage Publications.
- Burawoy, (1991). *Ethnography Unbound: Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press.
- Burgess, R. (1997). *A pesquisa de terreno*. Oeiras: Celta Editora.
- Burke, P. J. & Stets, J. E. (2009). *Identity theory*. Oxford : Oxford University Press.
- Butler, U.M. & Princeswal, M. (2012). Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. *O Social em Questão – Ano XV, n.º 27*, 101-126. Rio de Janeiro: PUC- Rio.
- Cachado, R. A. (2013). O registo escondido num bairro em processo de realojamento: o caso dos hindus da Quinta da Vitória. *Etnográfica; Vol. 17 (3)*, 477-499.
- Cachado, R. d'Ávila. (2008). *Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento: uma etnografia na cidade alargada*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Caetano, A. P. (2005a). Mediação em Educação: da Conceptualização e Problemática de Alguns Lugares Comuns à Modelização de Casos Específicos. *Revista de Estudos Curriculares*, nº 3(1), 41-63. Braga: Associação Portuguesa de Estudos Curriculares.
- Caetano, A. P. (2005b). Mediação em Educação: da Conceptualização e Problemática de Alguns Lugares Comuns à Modelização de Casos Específicos”. *Revista de Estudos Curriculares*, 3(1), 41-63. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Campos, R. (2010). *Porque pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica do graffiti urbano*. Lisboa: Fim de Século.
- Câncio, F. (2005). *Cidades sem nome, crónica da condição suburbana*. Lisboa: Tinta da China.
- Canclini, N. G. (1995). *Hybrid cultures: Strategies for entering and leaving modernity*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Capucha, L. (1994). Modos de vida e cidadania num bairro social: o caso do direito à habitação. In VV – *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local* (pp. 189-199). Vila do Conde: Actas do encontro da APS em 1993.
- Castel, R. (1995). *La metamorphose de la question social*. Paris: Fayard.
- Castells, M. (1997-2004). *The Power of Identity* (Vol. II). Cambridge, MA / Oxford, UK: Blackwell. [ISBN 978-1-4051-0713-6](#).
- Castells, M. (1998-2000). *End of Millennium* (Vol. III) Cambridge MA; Oxford, UK: Blackwell. [ISBN 978-0-631-22139-5](#).
- Castells, M. (1996-2000). *The Rise of the Network Society. The Information Age* (Vol. I). Cambridge, MA / Oxford, UK: Blackwell. [ISBN 978-0-631-22140-1](#).
- Castells, M. (2000). *O poder da identidade*. Sao Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Castro, R. (2007). *Faut-il passer la banlieue au kärcher ?*. Paris : L'Archipel.
- Cefai, D. & Trom, D. (2001). *Les formes de l'action collective – Mobilisations dans des arènes publiques*. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Chamboredon, J.-C. & Lemaire, M. (1970). Proximité Spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie*, XI, 83 -162. Paris: Presses de Sciences Politiques
- Champion, Tony (2001). Urbanization, suburbanization, concentration and reurbanization. In Paddissa, R. (ed.). *Handbook of urban studies* (pp.143-161). London: Sage.
- Chaves, M. (1999). *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico – Marginalidade económica e dominação simbólica em Lisboa*. Lisboa: ICS.
- Cleaver, H. & Walker, S. (2004a). From policy to practice: the implementation of a new framework for social work assessments of children and families. *Child & Family Social Work*, nº 9, 81–90. Paris: Presses de Sciences Politiques.

- Cleaver, H. and Walker, S. (2004b), "From policy to practice: the implementation of a new framework for social work assessments of children and families." in *Child & Family Social Work*, 9: 81–90. Wiley Online Library.
- Clerc, P. (1967). Grands ensembles, Banlieues nouvelles. *Population (French Edition)*, 22eme année, N°2 (Mar.-Apr.), 297-302. DOI : 10.2307/1528498
- Cohen, A. P. (1985). *The symbolic construction of community*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Cohen, A. (1955). *Delinquent Boys: The Culture of the Gang*. New York: Free Press.
- Contador, A. C. (2001a). *Cultura juvenil negra em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Contador, A. C. (2001b). A música e o processo de identificação dos jovens negros portugueses. *Sociologia: Problemas e Práticas*, N° 36, 109-122. Lisboa: CIES-IUL/Editora Mundos Sociais.
- Cordeiro, G. Í. & Frúgoli, H., Jr. (2011). Prefácio à edição brasileira. In Agier, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos* (pp. 9-29). São Paulo: Terceiro Nome.
- Cordeiro, G. (2010). As cidades fazem-se por dentro. Desafios da etnografia urbana. *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 201/21, 111-121. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL
- Cordeiro, G. Í. & Vidal, F. (Orgs.). (2008). *A Rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cordeiro, G. Í. (2001). Territórios e identidade sobre escalas de organização socioespacial num bairro de Lisboa. *Estudos Históricos*, n.º28, 125-142. São Paulo: (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- Cordeiro, G. (1997). *Um lugar na cidade: Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Costa, A.F. da (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, Num. 48, 15-30. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP).
- Costa, A. F. (2001a). Pesquisa de Terreno. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101/128). Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, A. F. da (2001b). A pesquisa de terreno. In Silva, A. S. & Pinto, J.M. (orgs.). *Metodologias das ciências sociais*. Porto: Afrontamento.

- Costa, A.F. da (1999). *Sociedade de bairro – Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora.
- Costa, A.F. da & Alves, J. E. (1996). Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 22, 61-79. Lisboa: CIES-IUL/Editora Mundos Sociais.
- Costa, A. F. da (1995). Modes de vie et action collective. *Espaces et sociétés*, nº 79, 107-124. Paris: L'Harmattan.
- De Bruyne, P., Herman, J. & Schoutheete, M. (1974). *Dynamique de la recherche en sciences sociales*. Paris: PUF.
- Digneffe, F. (1995). Do individual ao social: a abordagem biográfica. In Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (Eds). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 203-245). Lisboa: Gradiva.
- Dodier, N. & Baszanger, I. (1997). Totalisation et altérité dans l'enquête ethnographique. In *Revue française de sociologie*, 38-1, 37-66. Paris: Presses de Sciences Politiques.
- Domingues, A. (1995). (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. X/XI, 5-18. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Douglas, J.D. (1976). *Investigative social research: Individual and team field research*. California: Sage Publications.
- Dubet, F. & Martuccelli, D. (1998). *Dans quelle société vivons-nous?* Paris: Seuil.
- Dubet, F. (1994). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Dubet, F. & Lapeyronnie, D. (1992). *Les quartiers d'exil*. Paris: Édition Le Seuil.
- Dubet, F. (1987). *La galère : des jeunes en survie*. Paris : Fayard.
- Duran, P. & Thoenig, J.C. (2005). L'état et la gestion publique territoriale. In *Revue Française de Science Politique*, Vol. 55, nº 1, Février 2005, 580-623.
- Elias, N. & Scotson, J. L. (1965). *The Established and the outsiders – A sociological enquiry into community problems*. Sage Publications.
- Faria, C. (2009). *As cidades na cidade. Movimentos sociais urbanos em Setúbal, 1966-1995*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Faria, H. (2003). Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In Brant, L. (org) *Políticas Culturais*, Vol. 1, 35-54. São Paulo: Manole.

- Fernandes, A. T. (2000). Desigualdades e representações sociais. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 10, 203-214. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Fernandes, A. T. (1992). Espaço social e suas representações. In *VI Colóquio Ibérico de Geografia*, 61-99. Porto, 1992.
- Fernandes, A. T. (1991). Formas e Mecanismos de Exclusão Social. *Sociologia*, nº1, 9-66. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Ferreira, A. F. (1988). Política(s) de habitação em Portugal. *Sociedade e Território* nº 6, 54-62. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, C. (1996). Pobreza, Cidadania e desqualificação social: notas de reflexão teórica. *Interacções*, nº 3, 23-26. ISSN: 1646-2335.
- Ferreira, V. M., Lucas, J. & Castro, A. (1997). A Expo'98 em Lisboa: planeamento urbano e "engenharia financeira". Materiais para a edificação de uma "estátua de homenagem" ao custo zero da Expo 98. *Dossier: a Expo'98 em Lisboa, Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 24 (Junho, 1997), 185-187.
- Ferreira, V. M. (1992). Problematização e pedagogia do território – quatro percursos para uma problematização do território. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 12, 109-121. Lisboa: CIES-IUL/Editora Mundos Sociais.
- Ferro, L. (2011). *Da rua para o mundo: configurações do graffiti e do parkour e campos de possibilidades urbanas*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Fochi, M. A. B. (2007). *Hip hop brasileiro*. Tribo urbana ou movimento social. *FACOM*, nº. 17, 61-69. São Paulo: FAAP- Faculdade de Comunicação e Marketing.
- Fonseca, M. L. (1990). *População e território. Do país à área metropolitana, memórias 14 Centro de Estudos Geográficos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Foucault, M. (2001). Des espaces autres. *Dits e Écrits*, tome 2, 1976-1988. Paris: Gallimard.
- Fradique, T. (2009), "Construir sobre o vazio: a experiência da prática urbana do rap em Portugal" in *Actas do VI Colóquio Internacional de Etnocenologia [Em linha]*. URL: <http://www.etnocenologia.org/>
- Fradique, T. (2003). *Fixar o Movimento – Representações da música rap em Portugal*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Frezza, M., Maraschin, C. & Santos, N. (2009). Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*; nº 21 (3), 313-323. Belo Horizonte - Minas Gerais: Associação Brasileira de Psicologia Social.
- Garcia, L., Castro, J. & Garcia, O. (1994). Disposições «tramadas»: Para a inovação das redes de suporte social de «menores em risco». In VV – *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local* (pp. 255-265). Vila do Conde: Actas do Encontro da Associação Portuguesa de Sociologia em 1993.
- Gardner, J. & McMann, R. (Ed.). (1976). *Culture, community and identity*. Detroit: Wayne State University.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O Inquérito – teoria e prática*. Oeiras: Celta editora.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (1996). *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP.
- Golombek, S. (ed.). (2002). *What works in youth participation: case studies from around the world*. Maryland: International Youth Foundation.
- Gonçalves, A. T. (1996). Identidades sociais juvenis. In *Actas do III Congresso Português de Sociologia*, pp. Associação Portuguesa de Sociologia: Celta Editores.
- Goss, K. P & Prudencio, K. (2004), O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia da UFSC, Vol.2, nº 1(2)*, 75-91.
- Grafmeyer, Y. (1995). *Sociologia urbana*. Mem Martins: Edições Europa-América.
- Gros, M. C. (1994a). «Pequena» história do alojamento social em Portugal. *Sociedade e Território, As Pessoas não são coisas que se ponham em gavetas, nº 20*, 88-90. Porto: Edições Afrontamento.
- Gros, M. C. (1994b). Estratégias identitárias num território desqualificado. In VV – *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local* (pp. 471-493). Vila do Conde: Actas do Encontro da Associação Portuguesa de Sociologia em 1993.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Princípia Editora.
- Hall, Stuart (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hart, R. (1997). *Children's participation, the theory and practice of involving young citizens in community development and environmental care*. London: Earthscan Publications Ltd.



- Hassenteufel, P. (2008). *Sociologie politique: l'action publique*. Paris : Armand Colin.
- Henkel, H. & Stirrat, R. (2007). Participation as a Spiritual Duty: Empowerment as Secular Subjection. In Coole, B. & Kothary, U. (eds.). *Participation: The new Tyranny?* (168-184). London/New York: Zed Books.
- Hérbert, M.L., Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa : Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Edições Piaget
- Hérodote, revue de géographie et de géopolitique (3<sup>e</sup> trimestre 2006). *Guettos américains, banlieues françaises*. Paris: Éditions La Découverte.
- Honneth, A. (1997). Recognition and moral obligation. *Social theory*, 64(1). 16-35. SAGE Publications. <http://intl-online.sagepub.com>
- Huizinga, J. (1951). *Homo Ludens : Éssai sur la Fonction Sociale du Jeu*. Paris: Gallimard.
- Jazouli, A. (1992). *Les années banlieues*. Paris: Éditions du Seuil.
- [Johnson, D.W. Johnson, R.T. & Holubec, E. J. \(1998\)](#) . *Cooperation in the Classroom*. Edina, MN: Interaction Book Company.
- Juny, KP. *Um pouco de história do Hip Hop*. Disponível on-line: <http://www.realhiphop.com.br/institucional/historia.htm>.
- Justino, D. (1988). *A Formação do Espaço Económico Nacional -Portugal 1810-1913*. Lisboa: Vega Editores.
- Laclau, E. (1986). Os Novos Movimentos Sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N.º2, Vol.1.
- Lahire, B. (2004). *O homem plural*. Lisboa : Edições Piaget.
- Lasén, A. (1994). Les formes temporelles de l'effervescence sociale. *Revue Sociétés*, nº46, 373-378. Liège: De Boeck Supérieur.
- Lemos, A., *Cidade Ciborgue*, 2004, no prelo.
- Lima, A. M.M. de A. (2005). *Inclusão Digital e protagonismo juvenil: um estudo em dois centros de tecnologia comunitária*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Lima, A. P. de & Sarró, R. (orgs.). (2006). *Terrenos Metropolitanos – Ensaio sobre produção etnográfica*. Lisboa: ICS.
- Lima, L. (1995, June). *Cognitive adaptation and social identities in seismic risk perception*. Paper presented to the Annual Meeting on Risk Analysis and Management in a Global Economy, Stuttgart, Germany.

- Lindolfo, F. J. (2004). *Hip hopper: tribos urbanas, metrópolis e controle social*. In José Machado Pais et al.. *Tribus Urbanas: Produção Artística e Identidades*, 145-167. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lopes, D., & Vala, J. (1998, Setembro). Hétérogénéité, consensus et validation sociale des opinions. In A.-M. de la Haye (Coord.) *La variabilité perçue des catégories*. Simpósio
- Loude, J.-Y. (2005). *Lisboa : na cidade negra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Luhmann, Niklas (1982). *The Differentiation of Society*. New York: Columbia University Press.
- Lyotard, J. F. (1984). *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MacDonald, N. (2001). *The Graffiti Subculture. Youth, Masculinity and Identity in London and New York*. Hampshire: Palgrave MacMillan.
- Machado, F. L. (1994). Imigração, etnicidade e minorias étnicas em Portugal. *Sociologia: problemas e práticas*, Nº16 (Dez. 1994), 187-192. Lisboa: CIES-IUL/Editora Mundos Sociais.
- Madeira, C. (2010). *Híbrido. Do mito ao paradigma invasor?*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Maffesoli, M. (1987). *O tempo das tribos – Declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Magnani, J. G. C. (2003). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n.º49, 11-29. São Paulo: On-line version ISSN 1806-9053.
- Magnani, J. G. (1998). *Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Hucitec/UNESP.
- Magro, V. M. de M. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o hip hop. *Cad. CEDES* [online]. 2002, vol.22, n.57, pp.63-75. ISSN 0101-3262. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622002000200005>.
- Malheiros, J. M. & Mendes. M (coord.). (2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa : ACIME.

- Martins, J., Pereira, P., Almeida, P., Machado, P., Vaz, D. & Baptista, L. (2010). *Planning Lisbon at the metropolitan scale: elements for an historical analysis of urban planning programs (1950-2010)*. *Actas online da 8th European Urban & Regional Studies Conference*.
- Martucelli, D. (2010). Philosophie de l'existence et sociologie de l'individu: notes pour une confrontation critique. In *Sociologies [En ligne] – Théories et recherches*, mis en ligne le 01 juin 2010. URL: <http://sociologies.revues.org/index3184.html>
- Mascarenhas, M. J. (2001). Vie ensemble, vie collective: l'urbain et le sens du quartier. *Reserches Sociologiques, Unité de Sociologie et d'Anthropologie, Vol. XXXII, n° 1*, 127-141. Louvain: Université Catholique de Louvain
- Maxwell, J. (1999). *La modélisation de la recherche qualitative, une approche interactive*. Rès Socialis. Fribourg: Editions Universitaires Fribourg - Suisse.
- Mela, A. (1999). *A sociologia das cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Melucci, A. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº5 e 6.
- Nicholson, H.J., Collins, C. & Holmer, H. (2004). Youth as People: The Protective Aspects of Youth Development in After-School Settings. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 591, 55-71. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/4127635>
- Novaes, R. & Vital, C. (2005). A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In Thompson, A.A. (org.) *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis.
- Nunes, J. P. (2007). *Florestas de cimento armado. Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole – Lisboa, 1955-1981*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Oliveira, P., Lima, D. de & Silva, A.M. (2004). Para além do *hip hop*: juventude, cidadania e movimento social. *Motrivivência, Ano XVI, n° 23*, 61-80. Florianópolis: UFSC.
- Olivier de Sardan, J.P. (2004). La rigueur du qualitatif. L'anthropologie comme science empirique. *Espaces Temps, N.º 84-86*, 38-50. DOI: 10.3406/espato.2004.4237 URL: [http://www.persee.fr/doc/espato\\_0339-3267\\_2004\\_num\\_84\\_1\\_4237](http://www.persee.fr/doc/espato_0339-3267_2004_num_84_1_4237).
- Pais, J. M. (2009). A Juventude como fase de vida : dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde Social, vol. 18, n.3*, 371-381. São Paulo: FSP-Faculdade de Saúde Pública da USP / APSP- Associação Paulista de Saúde Pública.

- Pais, J. M. (2006). Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. Prefácio in Almeida, M<sup>a</sup> José Mendes e Fernanda Eugénio (orgs.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. 7-24. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pais, J. M. (2005a). Jovens e cidadania. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 49, 2005, 53-70. Lisboa: CIES-IUL/Editora Mundos Sociais.
- Pais, J. M., Cairns, D. & Pappamikail, L. (2005b). Jovens europeus : retrato da diversidade. *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, v.17, nº 2, 109-140. São Paulo: USP.
- Pais, J. M. & Blass, L. M. (coord.). (2004). *Tribos urbanas: produção artística e identidades*. Lisboa: ICS.
- Pais, J. M. (2000). Transitions and youth cultures: forms and performances. *International Social Science Journal*, Volume 52, Issue 164 , 219-232. UNESCO.
- Pais, J. M. (1998). Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea (Introdução). In José Machado Pais (Eds.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea* (pp. 17-58). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude.
- Pais, J. M. (1990). Lazeres e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, vol. XXV (108-109), 591-644. Lisboa: ICS.
- Pardue, Derek (2007). Hip hop as Pedagogy: a look into 'Heaven' and 'Soul' in São Paulo, Brazil. *Anthropological Quarterly*, nº 80(3), 673-710. Washington, D.C.: Institute for Ethnographic Research.
- Pereira, A. P. F. (2013). *O Parque das Nações em Lisboa: uma montra da metrópole à beira-Tejo*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Pinto, T. C. (1994). A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. *Sociedade e Território*, nº 20, Abril/Maio de 1994, 36-43. Porto: Edições Afrontamento.
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S. & Raybaut, P. (1995). *Histórias de vida – teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Préteceille, E. (2003a). A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, nº38, 27-48. Salvador: Edufba.

- Préteceille, E. (2003b). A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, nº 38, 27-48. Salvador: Edufba.
- Preteceille, E. (1973). La production des grands ensembles. Essai d'analyse des déterminants de l'environnement Urbain. *Population*, 28<sup>e</sup> année, n°4-5, 962-963.
- Quivy, R. & Campenhout, L. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Raposo, O. (2013). *Coreografias da Amizade: estilos de vida e segregação entre os jovens do break dance da Maré (Rio de Janeiro)*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Raposo, O. (2007a). Niggaz, brothers, blacks, soldados ou gangsters: os jovens do Red Eyes Gang. in Actas da First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb) [Em linha]. URL: <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=169&print=1&cf=3>
- Raposo, O. (2007b). *Representa Red Eyes Gang: das redes de amizade ao hip hop*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
- Raposo, O. R. (2003). *Sociabilidades Juvenis em Contexto Urbano. Um olhar sobre os jovens do bairro Alto da Cova da Moura*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).
- Remy, J. & Voyé, L. (1998). *Sociologie urbaine et rurale – L'espace et l'agir*. Paris/Montréal: L'Harmattan.
- Remy, J. & Voyé, L. (1994). *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, C. C. R. (2006). *O movimento hip-hop como gerador de urbanidade: um estudo de caso sobre gestão urbana em Campinas*. Campinas: PUC.
- Ricard, B. (1994). L'effervescence chez les groupes de rock : une forme de lien social. *Revue Sociétés*, nº46, 365-372. Liège: De Boeck Supérieur.
- Rocha, J., Domenich, M. & Casseano, P. (2001) *Hip Hop: a periferia grita*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Rose, T. (1994). *Black noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America*. Middletown: Wesleyan University Press.
- Rose, Tricia (1997). Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip hop. In Herschmann, M. (org.). *Abalando os anos 90: funk e hip hop*.

- Globalização, violência e estilo cultural* (pp.190-213). Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Santos, B. S. (org). (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (1997). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Shaw, C. & McKay, H. (1942), *Juvenile Delinquency in Urban Areas*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Shields, R. (1991). *Places on the margin: alternative geographies of modernity*, London/New York: Routledge.
- Shusterman, R. (1998). *Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. São Paulo: Editora 34.
- Silva, A. M. C. & Machado, C. (2009). Espaços sociopedagógicos dos mediadores socioeducativos: reflexões a partir de um estudo realizado em Portugal. In Silva, B., Almeida, A., Barca, A. & Peralbo M. *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 274-287). Braga: Universidade do Minho.
- Silva, M. C. (2006). Espaço e sociedade: alguns elementos de reflexão. *Relações sociais de espaço – homenagem a Jean Remy*. (185-198). Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, S. M. da (2010). Estratégias juvenis para garantir dignidade e reconhecimento: a experiência de pertencer a uma casa da juventude em Portugal. *Educação em Revista, Marília, v.11, n.1, 77-92*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Silvano, F. (2001). *Antropologia do espaço: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Simões, J. A. de V. (2010). *Entre a rua e a internet. Um estudo sobre o hip-hop português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Simões, J. V. (2006). *Entre o “real” e o “virtual”: representações e práticas culturais juvenis fora e dentro da Internet: o caso do hip-hop português*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Simões, J. A. de V. (2002). Globalização e diferenciação cultural: hegemonia e hibridismo na construção das (sub)culturas juvenis. *Fórum Sociológico, 7/8*, 13-47. Lisboa: FCSH-UNL.
- Siqueira, S. M. M. (s/d). O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade» seminário apresentado no âmbito dos Seminários Temáticos do programa de pós-graduação em educação brasileira da Faculdade de Educação da

- Universidade Federal do Ceará (FACED-UFC), s/l, s/ed.
- Skelton, T. & Valentine, G. (1998). *Cool places: geographies of youth cultures*. London: Routledge.
- Soulet, H. (2006a). Confiança e capacidade de acção. Agir em contexto de in-quietude. In Balsa, C. (org.). *Confiança e Laço Social* (pp. 25-47). Lisboa: Edições Colibri.
- Soulet, H. (2006b). L'angle mort de la logique de la découverte chez Howard S. Becker. In Mercure D. (éd.). *L'Analyse du social. Les modes d'explication*, (pp.73-98). Québec: Les Presses de l'Université de Laval.
- Soulet, M.H. (2006c). Traces et intuition raisonnée. Le paradigme indiciare et la logique de la découverte en sciences sociales. In Pierre Paillé *La méthodologie qualitative. Posture de recherche et travail de terrain*. (pp. 1-22). Paris: Editions Armand Colin
- Soulet, M.-H. (org.). (2000). *Da não integração*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Souza, G. (2004). Novas sociabilidades juvenis a partir do movimento hip hop. *Animus: Revista interamericana de comunicação mediática*, Vol. III, N.º2, 68-77. Santa Maria (RS) - Brasil: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais Humanas.
- Souza, J. (2000). A experiência musical cotidiana e a pedagogia. In: Souza, J. (Org.) *Música, cotidiano e educação*. (pp.33-43). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação do Instituto de Artes da UFRGS.
- Stébé, J.-M. & Marchal, H. (2007). *La Sociologie urbaine*. Paris : PUF.
- Stébé, J.-M. (1999). *La crise des banlieues*. Paris: PUF.
- Suttles, G. D. (1972). *The social construction of communities*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Toubon, J.C. & Messamah, K. (1990). *Centralité Immigrée: le quartier de la Goutte d'Or – dynamiques d'un espace pluri-ethnique: succession, competition, cohabitation*. Paris: L'Harmattan.
- Touraine, A. (2003). *Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes*. Petrópolis: Vozes.
- Touraine, A. (2002). *Crítica da modernidade* (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Touraine, A. (dir.). (1990). *Movimientos Sociales de Hoy – Actores y Analistas*. Barcelona: Editorial Hacer.
- Urbano, C. V. (2011). A identidade enquanto construção social. In Urbano, Cláudia Valadas, *O ensino politécnico em Portugal : a construção de uma identidade*

*perante os desafios da mudança (entre o final do século XX e o início do século XXI).*

Lisboa : FCSH-UNL.

- Vala, J. (2001). Análise de Conteúdo. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101/128) Porto: Edições Afrontamento.
- Velho, G. (2001). Biografia, trajetória e mediação. In Velho, G. & Kuschnir, K. (orgs.). *Mediação, cultura e política* (pp.13-28). Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.
- Velho, G. (org.). (1999). *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal* (pp. 58-79). Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Velho, G. (1994). *Projecto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Velho, G. (1981). *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Venkatesh, S. (2008). *A vida num gang*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Ventura, T. (2009). *Hip-hop e graffiti: uma abordagem comparativa entre o Rio de Janeiro e São Paulo*. *Análise Social*, vol. XLIV, nº. 192, 605-634. Lisboa: ICS.
- Vidich, A., Bensman, J. & Stein, M. (ed.). (1964). *Reflections on community studies*. Nova Iorque: John Wiley & Sons
- Vilaça, Eduardo (2001). O 'Estado da Habitação' – Medidas sem política num país adiado. *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 3, 83-92. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL
- Wacquant, L. (2006a). *Parias urbains*. Paris: La Découverte.
- Wacquant, L. (2006b). La 'banlieue' no es el Bronx. *Foreign Policy Edición Española*, N.º 17. URL: <http://www.fride.org/>
- Wacquant, L. (2004). Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia e Política*, nov. 2004, 155-164. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Wacquant,, L. (1977). Elias in the Dark Guetto. *Amsterdam Sociologish Tidjschrift*, nº. 24, ¾ (diciembre de 1977), 340-348. Gent: [Amsterdam University Press](http://www.amsterdamuniversitypress.nl/).
- Walter, B. (2006). O autor como produtor. *A modernidade. Obras escolhidas de Walter Benjamin*, 271-293. Lisboa: Assírio & Alvim
- Whyte, W. F. (1943). *Street corner society: The social structure of an Italian Slum*. Chicago: The University of Chicago Press.



Wirth, Louis (1997). O urbanismo como modo de vida. In Fortuna, C. (ed.). *Cidade, cultura e globalização* (pp. 45-66). Oeiras: Celta.

Wirth, Louis (1980). *Le Ghetto*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

### **Documentos Institucionais**

Câmara Municipal de Almada, Divisão de Estudos e Planeamento, (2007). *Estudo Estratégico de Almada Poente, Fase 1 – Diagnóstico*.

Câmara Municipal de Almada, Divisão de Estudos e Planeamento, (2014). *Território e População – Retrato de Almada segundo os Censos 2011*.

CMA (1998), Plano Diretor Municipal - 1998 (Almada)

CMA, Divisão de Estudos e Planeamento, (2007). *Estudo Estratégico de Almada Poente, Fase 2 - Proposta*.

Conselho Local de Acção Social de Almada (2002). *Diagnóstico social do concelho de Almada - relatório final*, Almada: Rede Social.

Conselho Local de Acção Social de Almada (2005). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada*, Almada: Rede Social.

INE. (2002). *Censos 2001* (XIV Recenseamento Geral da População) (IV Recenseamento Geral da Habitação). Instituto Nacional de Estatística (INE). [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_2001](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_2001)

INE. (2012). *Censos 2011. Resultados definitivos*. INE. [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011\\_apresentacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao)

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (2002). *Caracterização socioeconómica dos moradores nos bairros do IGAPHE (Almada Norte)*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (2002). *Diagnóstico de impactes do Plano Integrado de Almada / Bairros do IGAPHE*.

Ministério das Obras Públicas e Câmara Municipal de Almada (2004). Protocolo de Cooperação para a Elaboração do Plano Estratégico de Almada Poente.

Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML). (2002). Lisboa: Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

## **Legislação**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/89, de 15 de Maio de 1989

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/97, de 5 Dezembro de 1996

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de junho

Termos de Referência para a elaboração do PUAP - Diário da República, 2ª Série  
n.º189 de 30 de Setembro de 2011

## **Sites**

<http://www.portaldahabitacao.pt/>

<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>

<http://www.m-almada.pt/>

[www.programaescolhas.pt/](http://www.programaescolhas.pt/)

## GLOSSÁRIO

*Battle* (desafio): são momentos específicos em que os rappers competem entre si através do improviso de versos.

*Beef*: agressão, difamação.

*B-boy / B-girl*: dançarino e dançarina de break dance respetivamente.

*Mc*: são os rappers ou cantores de funk, também chamados de mc's (mestre de cerimónias).

*Beats*: são as bases sonoras da música rap. A maior parte consiste de “recortes” (samplers) de outras músicas que, misturadas e remixadas, dão origem a um ritmo diferente e inovador.

*Break dance*: estilo de dança do hip hop, em que os movimentos variam do acrobático e desportivo até a estilização de movimentos da capoeira, artes marciais e ginástica olímpica.

*Crew*: agrupamentos informais de jovens que se reveem em práticas comuns, nomeadamente na música (*rappers*), na dança (*b-boys*) e na pintura (*writers*).

*DJ/Dj: Disk Jokey*: elemento que tem a função de colocar o *beat* e, em conjunto com o rapper forma a *rap music*.

*Free Style* (Improviso): Técnica de improvisação de versos sobre temas aleatórios ou como forma de representar um desafio de um(a) rapper para outro(a).

*Gangsta*: diminutivo de *gangster*.

*Gangsta Rap*: vertente da música rap oriunda dos guetos de Los Angeles, que se caracteriza pelo relato cru do quotidiano e pela glorificação de um estilo de vida contra-normativa, alterando o propósito inicial da música rap que nasceu nos bairros nova-iorquinos.

*Gangsta rappers*: representantes do estilo de vida *gangsta* e que praticam o *gangsta rap*.

*Graffiti*: prática que consiste em fazer inscrições ou desenhos em superfícies e suportes na rua, utilizando predominantemente spray, mas também outros materiais.

*Grafitreiro*: aquele que escreve ou pinta graffiti.

*Hip hop*: movimento cultural urbano formado por quatro expressões artísticas e culturais: rap, dj, graffiti e break dance. Expressão cunhada por Afrika Banbaataa no final dos anos 60, cujo significado remete para o pular e balançar o corpo.

*Hip hoppers*: adeptos da cultura e movimento *hip hop*.

*Mainstream*: expressão utilizada para representar algo já estabelecido, aceite pela sociedade dominante, pelas massas (de consumidores).

MC/ Mc: diminutivo de Master Control.

*Master Control*: Mestre de Cerimónia, denominação dada às pessoas que executam a função de animar as festas/atividades do movimento *hip hop*. Também utilizado para designar o rapper.

*Rap*: estilo musical formado pela atuação do *dj* e do *rapper*, influenciado musicalmente pelo *soul music* e o *funk*, representa a união das palavras “*rythmn and poetry*” (ritmo e poesia).

*Rapper*: aquele que tem o dom da palavra, que interpreta o *rap*.

*Underground*: literalmente significa “subterrâneo”, mas a expressão é utilizada para identificar um modo de produção alternativa, neste caso uma forma de cultura.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipologia de Políticas Públicas .....	51
Tabela 2: População Residente por Escalão Etário .....	102
Tabela 3: Evolução das PP no PIA.....	133
Tabela 4: Entrevistas realizadas .....	204
Tabela 5: Percepções dos entrevistados relativamente ao bairro.....	211
Tabela 6: Temas acerca da percepção do bairro, por grupos de entrevistados .....	213
Tabela 7: Todos os temas abordados na categoria "bairro", por grupos de entrevistados .....	216
Tabela 8: Frequência de codificações do tema "Modos de vida" .....	223
Tabela 9: Tabela 8: Frequência de codificações do tema "Mudanças no bairro" .....	226
Tabela 10: Categoria "Identidade pessoal e representações sociais", por grupos de entrevistados.....	229
Tabela 11: Relação entre "identidade bairrista" e estratégias de "inversão simbólica", por grupos de entrevistados.....	230
Tabela 12: Jovens "utentes" do EJ durante o ano de 2011 .....	252
Tabela 13: Presenças e ausências dos jovens no Projeto, por sexo.....	255
Tabela 14: Temas do "Espaço Jovem", por grupos de entrevistados .....	268
Tabela 15: Temas do "Espaço Jovem" agrupados, por grupos de entrevistados .....	271
Tabela 16: Temas do "Espaço Jovem" analisados pelos monitores do mesmo .....	272
Tabela 17: Temas do "Espaço Jovem" mais referenciados pelos monitores do mesmo .....	274
Tabela 18: Tabela 17: Temas do "Espaço Jovem" mais referenciados pelos jovens utentes ....	281
Tabela 19: Papel do Espaço Jovem, segundo jovens utentes do mesmo .....	281
Tabela 20: Objetivos do EJ, segundo os seus jovens utentes .....	282
Tabela 21: Papel do Espaço Jovem , segundo os marchantes do CCPIAII .....	283
Tabela 22: Objetivos do Espaço Jovem , segundo os marchantes do CCPIAII .....	283
Tabela 23: Temas das marchas, por grupos de entrevistados .....	291
Tabela 24: Temas das marchas, por "núcleos" de marchantes .....	293
Tabela 25: Razões apontadas pelos marchantes para aderirem às marchas .....	294
Tabela 26: Caracterização dos grupos de marchantes, por áreas temáticas.....	316
Tabela 27: Amostra de rappers .....	328
Tabela 28: Temas abordados pelos rappers, valores absolutos e percentuais .....	332
Tabela 29: Todos os temas codificados, todos os rappers.....	334
Tabela 30: Temas agrupados em categorias, por rapper.....	336
Tabela 31: Temas agrupados por categorias, por rapper - percentagens .....	337
Tabela 32: Categorias por rapper, em percentagem .....	338
Tabela 33: Temas da "contranormatividade", por grupos de entrevistados.....	339
Tabela 34: Temas da "contranormatividade", por rapper .....	342

## LISTA DE FIGURAS OU ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Almada Poente .....	85
Figura 2: Almada Poente no contexto do Concelho de Almada .....	85
Figura 3: Modelo Territorial proposto pelo EEAP para o PUAP .....	90
Figura 4: Áreas de Desenvolvimento Urbano e Projetos Estratégicos Territoriais .....	95
Figura 5: Pirâmide Etária do Concelho de Almada, 2011 .....	100
Figura 6: Pirâmide Etária da Freguesia da Caparica, 2011 .....	101
Figura 7: Proporção de População Jovem (0-14 anos) – 2011 .....	102
Figura 8: Proporção de População Idosa (65 ou mais anos) – 2011 .....	103
Figura 9: Percentagem de População Residente segundo o Estado Civil, Concelho e Freguesias, 2011.....	103
Figura 10: População Residente segundo o Nível de Instrução mais elevado Completo por Freguesias, 2011.....	104
Figura 11: Taxa de Analfabetismo por Freguesias, 2001 .....	105
Figura 12: Taxa de Analfabetismo por Freguesias, 2011 .....	106
Figura 13: Peso da População com Ensino Superior por Freguesias, 2011.....	107
Figura 14: Indivíduos Residentes, por Nível de Instrução completo e a frequentar – PIA e Almada .....	108
Figura 15: Taxa de Desemprego por Freguesias, 2001 e 2011 .....	109
Figura 16: Indivíduos Residentes Empregados, 2001.....	109
Figura 17: Indivíduos Residentes Empregados, 2011.....	110
Figura 18: População Residente em Almada com Nacionalidade Estrangeira por Freguesias, 2001 e 2011.....	111
Figura 19: Peso da População Residente com Nacionalidade Estrangeira por Freguesia, 2011 .....	112
Figura 20: População Residente com Nacionalidade Estrangeira segundo País de Origem, Concelho 2011.....	112
Figura 21: Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão, Concelho 2011.....	113
Figura 22: Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão, por Freguesias, 2011 .....	113
Figura 23: Dimensão média das Famílias por Freguesia, 2001 .....	114
Figura 24: Dimensão média das Famílias por Freguesia, 2011 .....	115
Figura 25: Famílias Clássicas segundo o Desemprego, por Freguesias, 2011 .....	116
Figura 26: Taxa de Variação do número de Edifícios Clássico, 2001-2011 .....	117
Figura 27: Edifícios segundo a época de construção, por Freguesia, 2011.....	118
Figura 28: Encargos médios mensais por aquisição de Habitação Própria, por Freguesia, 2011 .....	119
Figura 29: Valor Médio Mensal das Rendas dos Alojamentos Arrendados, por Freguesia – 2001 e 2011.....	120
Figura 30: Percepções dos entrevistados relativamente ao bairro .....	211
Figura 31: Temas acerca da perceção do bairro, por grupos de entrevistados.....	213
Figura 32: Grupos de entrevistados e sua caracterização do bairro.....	214
Figura 33: Frequência de codificações do tema "Modos de vida" .....	224
Figura 34: Frequência de codificações do tema "Mudanças no bairro" .....	227

Figura 35: Identidade pessoal e representações sociais, por grupos de entrevistados .....	229
Figura 36: Temas do "Espaço Jovem" agrupados, por grupos de entrevistados .....	271
Figura 37: Temas do "Espaço Jovem" mais referenciados pelos monitores do mesmo .....	275
Figura 38: Temas do "Espaço Jovem" mais referenciados pelos jovens utentes .....	281
Figura 39: Faixas etárias dos marchantes .....	297
Figura 40: Local de habitação dos marchantes .....	297
Figura 41: Percurso nas marchas, por "núcleos de marchantes" .....	298
Figura 42: Motivações de adesão às marchas, por "núcleos de marchantes" .....	299
Figura 43: Papel das marchas na sua vida, por "núcleos de marchantes" .....	299
Figura 44: Sentimento de "amor à camisola", por "núcleos de marchantes" .....	300
Figura 45: Visão pessoal sobre a marcha do PIAII, por "núcleos de marchantes" .....	301
Figura 46: Marcha e amigos, por "núcleos de marchantes" .....	302
Figura 47: Motivações dos jovens para aderirem às marchas, por "núcleos de marchantes" .....	303
Figura 48: Perceção e "ligação afetiva" ao bairro, por "núcleos de marchantes" .....	304
Figura 49: O que a marcha representa, por "núcleos de marchantes" .....	305
Figura 50: Marcha integradora?, por "núcleos de marchantes" .....	306
Figura 51: Imagem das marchas de Almada, por "núcleos de marchantes" .....	307
Figura 52: Perceção acerca das representações da população almadense sobre a sua marcha, por "núcleos de marchantes" .....	308
Figura 53: Perceção acerca das representações das outras marchas sobre a sua marcha, por "núcleos de marchantes" .....	309
Figura 54: Caracterização dos marchantes, por "núcleos de marchantes" .....	310
Figura 55: Perceção das maiores rivalidades da marcha, por "núcleos de marchantes" .....	311
Figura 56: Posição pessoal face à marcha das Ruas do Bairro, por "núcleos de marchantes" .....	312
Figura 57: Perceção acerca das representações da população do bairro quanto à rivalidade das marchas do bairro, por "núcleos de marchantes" .....	313
Figura 58: Panfleto de apoio à marcha rival .....	314
Figura 59: Temas da "contranormatividade", por grupos de entrevistados .....	340
Figura 60: Temas da "contranormatividade", por rapper .....	343